

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**“O FUTURO CHEGA SEMPRE ANTES NOS CAMPOS DO CERRADO”:
CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO
BLOCO DOS BAIÚCHOS – UMA ANÁLISE POLÍTICA DO DISCURSO
NO OESTE DA BAHIA (2008-2022)**

Liza Uema

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“O FUTURO CHEGA SEMPRE ANTES NOS CAMPOS DO CERRADO”:
CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO
BLOCO DOS BAIÚCHOS – UMA ANÁLISE POLÍTICA DO DISCURSO
NO OESTE DA BAHIA (2008-2022)**

LIZA UEMA

Sob orientação do professor
Jorge Osvaldo Romano

Tese de doutorado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Ciências Sociais no
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Seropédica, RJ
Março de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

U22f Uema, Liza , 1976-
"O futuro chega sempre antes nos campos do Cerrado":
construção da hegemonia e estratégias discursivas do
bloco dos baiúchos - uma análise política do discursos
no oeste da Bahia (2008-2022) / Liza Uema. - Rio
Janeiro, 2024.
422 f.

Orientador: Jorge Osvaldo Romano.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2024.

1. Teoria do discurso. 2. Hegemonia. 3. Oeste da
Bahia. 4. Agronegócio . 5. Água . I. Romano, Jorge
Osvaldo, 1950-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

LIZA UEMA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 04/03/2024.

Prof. Dr. JORGE OSVALDO ROMANO (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a DIANA AGUIAR ORRICO SANTOS (UFBA)

Prof.^a Dr.^a JÚLIA ADÃO BERNARDES (UFRJ)



DOCUMENTOS COMPROBATORIOS Nº 11264/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/07/2024 18:17)

JORGE OSVALDO ROMANO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matricula: ###72#5

(Assinado digitalmente em 22/07/2024 16:51)

KARINA YOSHIE MARTINS KATO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matricula: ###163#9

(Assinado digitalmente em 19/07/2024 19:00)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matricula: ###64#1

(Assinado digitalmente em 22/07/2024 10:15)

JULIA ADÃO BERNARDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.437-##

(Assinado digitalmente em 25/07/2024 13:55)

DLANA AGUIAR ORRICO SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.885-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 11264, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATORIOS**, data de emissão: 19/07/2024 e o código de verificação: b33acbb45c

À minha mãe Luiza e a meu pai Luiz, cujos passos vêm de longe e me possibilitam continuar a jornada iniciada por nossos ancestrais, em defesa das águas e territórios *uchinanchu*.

A todas as (r)existências possíveis nos Gerais.

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas e não entres seu uso aos que têm sede.

(Aninha e suas pedras, Cora Coralina)

Acho que vocês deveriam sonhar a terra,
pois ela tem coração e respira.

(Davi Kopenawa)

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de muitos afetos, cuidados e amor(es). Acredito que sem isso, eu não teria chegado ao fim desse caminho tortuoso, tenso e intenso de quase seis anos. Mas que teve muita coisa boa também. É por conta disso que eu agradeço imensa e infinitamente uma rede de afetos, com a qual eu sigo confluindo, aprendendo e compartilhando.

Agradeço à minha mãe Luiza Massae Gushiken e ao meu pai Luiz Hiyoji Uema, pela acolhida durante o ano de 2023 na Vargem Bonita, meu terreiro de origem, onde pude finalizar este trabalho sentindo o cheiro, o som e o gosto do Cerrado. Sem esse apoio, eu não conseguiria finalizar a tese. Agradeço às minhas tias-mãe Uema-Gushiken Tiné, Zizi, Mimi (*in memorian*), Bebê, A (*in memorian*), Yê (*in memorian*) e Miló, pelo apoio e cuidados incondicionais que sempre me deram. Agradeço às minhas Obás (avós) Matsu, Kame e Ushi e meus Ojis (avôs) Seifuku e Takemasa. Eu só sou o que sou porque vocês são. À minha irmã Ana Maria, que me ama e cuida do jeito tosco-afetivo de ser.

Agradeço ao meu amor-companheiro Flávio Gonçalves, com quem dividi diariamente a maior parte do tempo e espaço em tempos pandêmicos, compartilhando os cuidados, as tarefas domésticas, os passeios, anseios, medos e alegrias. Obrigada, amor, por ter me acolhido em São Pedro d'Aldeia durante o pesadelo real de estarmos confinados e diante de tantas tragédias acontecendo naquele momento. Conseguimos vencer tudo isso! E sigamos com amor e cumplicidade porque ainda temos muito a percorrer pela frente!

Às minhas sobrinhas Marina Yumi e Izabel Miwa e ao meu sobrinho João Akio, com quem aprendo tantas coisas e de quem orgulho de serem capazes de ensinar sobre mim mesma e tantas outras coisas cringe. À minha prima Manoela Mitsue, por disponibilizar com tanto carinho a sua casa (*palace office*) para que eu pudesse escrever a tese e trabalhar ao mesmo tempo. A meus primos e primas Dimbó, Sarah Yukari, Nati, Denise, Cláudia Arataque, Neto, Felipe e Tânia Gushiken, Emília e Vitor, pela torcida amorosa.

Agradeço ao meu orientador e amigo querido Jorge Romano. Mais que um orientador atencioso, cuidadoso e um “intelectual orgânico” admirável, essa relação é absoluto afeto! Esta tese também é fruto do seu esforço, e um dos grandes presentes que ganhei nessa caminhada desafiadora foi a sua amizade e companheirismo. ¡Gracias! ¡Hasta siempre!

Agradeço a meus filhos de quatro patas Beijú (Juju/Bebê) e Baraúna e Princesa (Ménéné), companheiros de todas as horas de escrita, passeios, brincadeiras e muita alegria. O apoio de vocês foi muito importante e me trouxe muita força! A Charlie, Cristal, Lili, Pinga, Tatá e Aparecida o meu muito obrigada também, por filtrarem as energias para lidar com os infinitos anos pandêmicos.

Agradeço a Sônia Tavares Monteiro de Barros que, desde 2020, anda comigo lado a lado, me ajudando a significar e a ressignificar minhas sombras e luzes mais profundas com esse trabalho incrível que é o processo psicanalítico, fundamental para que eu conseguisse finalizar a tese. Muito obrigada, querida!

A Leonita Gonçalves, que há mais de dez anos me acolhe e me cuida a partir do seu olhar clínico-amoroso da homeopatia, me mostrando o caminho de cura e me ajudando nas horas mais difíceis. Obrigada Leo, por sua grandeza, obrigada por tudo! Que você tenha tudo em dobro na sua vida!

Agradeço a essas mulheres maravilhosas que me cercam com tanta potência e que me apresentaram ferramentas de autoconhecimento e autocura, sempre com muita afetividade e

cuidado: Delma Sandri, Marina Castro (Jap Dharam), Gisela Ferrari, Aline Brasileiro, Ana Luiza Miguel, Flávia Cândida e Manu (Mahan Deva). Vocês são luz e referência na minha vida e serei sempre grata por tudo isso!

À amiga Elisangela Bayerl, por me acomodar generosamente em seu apartamento, na Glória, quando da minha segunda mudança para o Rio de Janeiro, em fevereiro de 2019. Agradeço a minha “mãe índia” Socorro, pela força enorme em me ajudar a me alimentar bem, tanto no sentido espiritual como da sua deliciosa comida e cuidado com os bichos e plantas. Axé!

Ao meu amigo-irmão e companheiro Josué Bispo (Zozó), por me apresentar os caminhos para eu adentrar os Gerais baianos e conhecer tantas preciosidades, como seus pais Dona Nita e Seo Nino e toda uma tertúlia oestina, que me acolheu durante o trabalho de campo e em outros momentos de muito aconchego.

Agradeço à minha família correntinense, presente que ganhei ao longo dessa empreitada, principalmente durante a campanha nas eleições municipais de 2020. Vocês são referência e vida que pulsa no Cerrado: Iremar, Elizete, Aliene, Lili, Marquinhos, Carrerinha, Dona Ana, Julita, Dora, Racha, Dom, Conchita, Jandira, Hermano, Sophia, Kainan, Eldo, Delanei, Tonio e todas e todos Fecheiros/as e lutadores/as em defesa de seus territórios. Agradeço à Iara, do escritório da CPT-BA em Samavi, pela disponibilização de materiais e informações, e a Evaneide Luz, por gentilmente me acolher em sua casa, em LEM, durante o trabalho de campo em 2019.

Agradeço ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memoriam*), que tristemente nos deixou na reta final deste trabalho. Minha gratidão não se deve apenas às ricas contribuições na qualificação do projeto de tese, mas ao seu imensurável legado para a luta em defesa do Cerrado e suas águas. Carlos Walter presente!

Agradeço à querida Karina Kato, pelas contribuições na qualificação do projeto de tese e na rica disciplina Economia Política do Regime Internacional. Agradeço às professoras Regina Bruno e Leonilde Medeiros, pelo aprendizado a partir do olhar político-sociológico que sempre nos presenteiam. Agradeço, ainda, às professoras Júlia Adão Bernardes, Diana Aguiar, Valney Rigonato e ao mestre cerrativista Marcos Rogério Beltrão (Marquinhos), por fraternalmente aceitarem participar da banca examinadora da defesa desta tese.

Agradeço ao professor José Jorge de Carvalho, ao professor Henyo Trindade e à professora Delia Dutra, por tantas confluências e aprendizados no período em que cursei as disciplinas na UnB em 2018, e aos/às colegas das turmas de Encontro de Saberes, Sociedades Camponesas e Estudos de Gênero e Pensamento Latino-americano: Sirlene Barbosa, Iorrana Lisboa, Vanessa Lanza, Francisco Tukano, Daniel Iberê, Artur Baniwa, Jairo, Jeraldyn e Mário. Rumo a uma descolonização verdadeiramente Abya Yala!

Ao Coletivo Águas do Oeste, em especial a Samuel Brito, Fernanda Henn, Abner, Amandas, Martin, professor Altair Sales Barbosa, Luciana Khoury e Tayse Palitot, pelo aprendizado permanente de reflexão sobre as mazelas e as riquezas do Cerrado.

Às amoras Karla Oliveira, Thaís Bittencourt, Cristabell López, Mariana Castilho e Marcia Menezes, amigas e companheiras de muitos lugares e que compartilharam comigo os desafios de estarmos “doutorandas”.

Às amigas e amigos do CPDA: Fernanda Antelo, Junior Aleixo, Joyce Barbosa, Yamira Rodrigues, Fernando Aglio, Fernanda Ayala, Eduardo Britto, Inara Nascimento, Nádia Hilgert, Lucas Ramos, Mari Reinach, aos demais colegas da turma D-18 e o restante da “balbúrdia”.

Agradeço a meu grupo de pesquisa DISCURSOS pelos aprendizados e a partilha de nos aventurarmos pela Teoria do Discurso, que nos rendeu muitas produções de grande valia sob a coordenação de Jorge Romano. Agradeço a Carol Boletta, pela assessoria no levantamento e sistematização dos dados para auxiliar a pesquisa.

Aos companheiros e companheiras malacabades do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), onde iniciei a minha militância de trabalho de base no final da década de 1990, em tempos de luta para que a política de cotas para negros e negras ingressarem na Universidade Pública se tornasse um direito: meu irmão mais “novo” Alberto José Patrício Pereira, às madrinhas Reni e Sheila, Marcelo Cardoso, André Rangel, André Cunha, Robson Bayerl, Claudinha Araújo, os irmãos maravilhosos Jobson, Somaya e Sandro Lopes (*in memorian*), Robledo, Renata Tupinikim, Cristina Marques, Jorges (JC e Tunico), Jeferson, Rosemberg, Ronaldo. Às amigas-irmãs ificsianas, com quem compartilho há mais de vinte anos muito amor, afeto e sororidade: Fabíola Camilo (marida), Patrícia Cunha, Ana Teles, Simonne Lima e Clarice Rodrigues.

Agradeço a amigas da vida toda do circuito DF-RJ-mundo a fora, pela torcida, carinho e força de sempre: Virgínia Nenevê, Celso Nenevê (*in memorian*), Paulo Henrique (Culis), Márcia da Mota, Sérgio Farias (Ceará), Glace Moraes, Viviane Cesário, Sara Carvalho, Anderson Gonçalves, Lucas da Mota, Rute Pacheco, Luciano Maduro, Lupe Leal, Fernanda Tibana, Daniel Carvalho, Danilo Oliveira, Michel, Shiba, Rachel, Tati Carvalho, Nina e Tito, Yoko Nitahara, Carol Cançado, Ialê Garcia, Camila Calvet, Elaine, Daniela Nascimento, Marcinha Oliveira, João Neves Lima, Fernando e Vanessa Giacomitti, Rogério Campos, Evanize Sydow, Monique Carvalho, Ana Lúcia Jatobá, Murilo Guimarães, Vilnia, Fernandinha, Claudinha Góes, Valdemir, Ana Paula da Silva, Cleusinha e ao Coletivo Griot. Amo vocês, bixas!

À Regina (sogrinha), sogro Pierre (*in memorian*), Kiki, Diones, Arumã, Mano Adilson e toda família Gonçalves-Vilarinho que ganhei para somar e abrir mais essa roda.

Agradeço às equipes do MDS com quem compartilhei tantas experiências profissionais, pelo apoio e incentivo quando eu estava participando do processo seletivo para ingressar no doutorado: familiarretada DIPU/SESEP, comandada por Luiz Muller, em especial: Maíse Rodrigues, Bruno Gondim, Jacque Paz, Renata De Sordi, Margarida Munguba, Sizenanda e Rick Valença; e à minha equipágua da Coordenação-Geral de Acesso à Água/SESAN, comandada pelos querides Lilian Rahal e Vitor Leal Santana: Yara Farias, Simone Lígia, Fernando Pachiega, Vini Barbosa, Tomás Miyashiro, Bruno Malaquias, Carol Bernardes e Damares Tuppan.

Agradeço a Domitila Souza Santos, pelo cuidadoso trabalho de revisão bibliográfica da tese.

Por fim, a meus ancestrais ryukyuanos, minhas Mães Oxum e Iemanjá, Pai Ogum e todos os meus guias de luz, que me auxiliam a seguir vivenciando essa experiência humana como ser espiritual. Pelo Bem Viver! Muito obrigada!

RESUMO

UEMA, Liza. **“O futuro chega sempre antes nos campos do cerrado”**: construção da hegemonia e estratégias discursivas do bloco dos baiúchos – uma análise política do discurso no oeste da Bahia (2008-2022). 2024. 468p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

Com o aporte da Teoria do Discurso e da metodologia da Análise dos Marcos Interpretativos, esta tese propõe analisar a articulação de estratégias discursivas do bloco dos “baiúchos” (a aliança entre o Estado e atores do agronegócio “baianos” + “gaúchos”) no Oeste da Bahia, para a construção de sua hegemonia, no período entre 2008 e 2022. Rico em nascentes, Veredas e cachoeiras exuberantes, o Cerrado baiano historicamente foi ocupado por comunidades tradicionais cujo modo de vida é dependente da convivência com essas águas para a sua (r)existência e manutenção de sistemas tradicionais de extração de frutas nativas e da solta do gado nas extensas áreas de uso comum: os Gerais. A chegada da revolução verde na região, em fins dos anos 1970, deu início a uma profunda reconfiguração agrária, social, cultural e ambiental, acompanhada de crimes e violências, como grilagem de terras, expulsões e assassinatos. Contudo, é no século XXI que os Gerais e sua população experimentam com mais intensidade o avassalador processo de desterritorialização e degradação socioambiental, como morte de nascentes, diminuição e envenenamento das águas dos rios, ameaças e novas formas de grilagem, com a substancial legalização do desmatamento e da retirada das águas, incentivada pelo Estado, visando à ampliação da fronteira agrícola do Matopiba. Considerando que esses processos jamais ocorreram sem a reação das populações impactadas, observa-se a exacerbação dos conflitos em curso, em que a água passa cada vez mais a se configurar como elemento central, já que é este o “recurso” natural que permite multiplicar o lucro do agronegócio. Assim, a tese se divide em seis capítulos que se enveredam, inicialmente, pelo diálogo entre os referenciais teóricos sobre os quais estão estruturadas as análises, para depois percorrer um extenso enredo, que parte desde a conformação do bloco histórico e atravessa uma narrativa de suas estratégias discursivas empregadas para a construção da hegemonia, marcadas por quatro momentos. No primeiro momento, as estratégias estão articuladas em torno da demanda pela flexibilização da legislação ambiental, consubstanciada na aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro. No segundo, transitamos pela criação do Matopiba, o golpe de 2016 e a crescente apropriação das águas da região, que acabam culminando no levante do rio Arrojado, em Correntina, em novembro de 2017. O terceiro momento é delimitado pela rearticulação discursiva do bloco dos baiúchos pós-conflito, em que se observa a ampliação de suas estratégias discursivas até 2018. Por fim, examinamos como as estratégias discursivas dos baiúchos são rearticuladas no governo Bolsonaro (2019-2022) e no último mandato de Rui Costa, na Bahia. Os achados da pesquisa apontam para a capacidade do bloco dos baiúchos de se tornar hegemônico na medida em que consegue fixar significações em torno de pontos nodais “ambientalistas” e logra êxito em articular suas demandas à identidade de “quem mais preserva o meio ambiente”, principalmente por meio de estratégias de intervenções educativas junto a comunidades tradicionais de Fecho de Pasto e de sua habilidade de converter o desmatamento e a apropriação das águas em política de Estado.

Palavras-chave: Teoria do Discurso, Hegemonia, Oeste da Bahia.

ABSTRACT

UEMA, Liza. **“The future always arrives first in the fields of cerrado”**: construction of hegemony and discursive strategies of the baiúchos’s block – a political analysis of discourse in west Bahia (2008-2022). 2024. 468p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.,

With the contribution of Discourse Theory and the Frame Analysis methodology, this thesis proposes to analyse the articulation of discursive strategies of the “baiúchos” block (the alliance between the State and “Bahians” + “gaúchos” agribusiness actors) to build its hegemony in the West of Bahia, in the period between 2008 and 2022. Rich in springs, Veredas and exuberant waterfalls, the Bahian Cerrado was historically occupied by traditional communities whose way of life is dependent on coexistence with these waters for their (r)existence and maintenance of traditional systems for extracting native fruits and releasing cattle in extensive areas of common use: the Gerais. The arrival of The Green Revolution in the region, in the late 1970s, began a profound agrarian, social, cultural, and environmental reconfiguration, accompanied by crimes and violence, such as land grabbing, expulsions and murders. However, it is in the 21st century that the Gerais and its population experience more intensely the overwhelming process of deterritorialization and socio-environmental degradation, such as the death of springs, reduction and poisoning of river waters, threats, and new forms of land grabbing, with the substantial legalization of deforestation and water grabbing, encouraged by the State, aiming to expand Matopiba's agricultural frontier. Considering that these processes never occurred without the reaction of the impacted populations, we can observe the exacerbation of ongoing conflicts, in which water increasingly becomes a central element, as this is the natural “resource” that allows the multiplication of agribusiness profits. Thus, the thesis is divided into six chapters that initially focus on the dialogue between the theoretical references on which the analysis is structured, and then go through an extensive plot, which starts from the formation of the historical block and goes through a narrative of its discursive strategies used to build hegemony, marked by four moments. Initially, the strategies are articulated around the demand for flexibility in environmental legislation, embodied in the approval of the New Brazilian Forest Code. In the second, we move through the creation of Matopiba, the 2016 coup and the growing appropriation of the region's waters, which end up culminating in the uprising of the Arrojado river, in Correntina, in November 2017. The third moment is delimited by the post-conflict discursive rearticulation of the baiúchos block, in which we observe the expansion of their discursive strategies until 2018. Finally, we examine how the Baiúchos' discursive strategies are rearticulated in the bolsonaro government (2019-2022) and in Rui Costa's last term, in Bahia. The research findings point to the ability of the Baiúchos block to become hegemonic to the extent that it manages to establish meanings around “environmentalist” nodal points and succeeds in articulating its demands to the identity of “those who most preserve the environment”, mainly through educational intervention strategies with traditional Fecho de Pasto communities and their ability to convert deforestation and water grabbing into a state policy.

Keywords: Discourse Theory, Hegemony, Western Bahia.

RESUMEN

UEMA, Liza. **"El futuro siempre llega antes en los campos del cerrado"**: construcción de la hegemonía y estrategias discursivas del bloque de los baiúchos - un análisis del discurso político en el oeste de Bahía (2008-2022). 2024. 468p. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales en el Desarrollo, Agricultura y Sociedad). Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales, Secretaría de Desarrollo, Agricultura y Sociedad, Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Río de Janeiro, RJ, 2024.

Con el apoyo de la Teoría del Discurso y de la metodología de la Frame Analysis, esta tesis se propone analizar la articulación de las estrategias discursivas del bloque "baiúchos" (la alianza entre el Estado y los actores del agronegocio "bahianos" + "gaúchos") en el Oeste de Bahía, para construir su hegemonía entre 2008 y 2022. El Cerrado bahiano ha estado históricamente ocupado por comunidades tradicionales cuyo modo de vida depende de la convivencia con estas aguas para su (r)existencia y el mantenimiento de sistemas tradicionales de extracción de frutos nativos y de suelta de ganado en las extensas áreas de uso común: los Gerais. La llegada de la Revolución Verde supuso una reconfiguración agraria, social, cultural y medioambiental, acompañada de crímenes como el acaparamiento de tierras, los desalojos y los asesinatos. En el siglo XXI cuando los Gerais y su población han experimentado el proceso de desterritorialización y degradación socioambiental, como la reducción y el envenenamiento del agua de los ríos, las amenazas y las nuevas formas de acaparamiento de tierras, con la legalización de la deforestación y la retirada de agua, fomentadas por el Estado, con el objetivo de ampliar la frontera agrícola de Matopiba. Estos procesos nunca se han producido sin la reacción de las poblaciones afectadas, podemos observar la exacerbación de los conflictos en curso, en los que el agua se está convirtiendo cada vez más en un elemento central, ya que se trata del "recurso" natural que permite multiplicar los beneficios del agronegocio. La tesis está dividida en seis capítulos, que se inician con un diálogo entre las referencias teóricas sobre las que se estructuran los análisis, para luego recorrer un extenso hilo argumental que comienza con la formación del bloque histórico y pasa por una narración de sus estrategias discursivas utilizadas para construir la hegemonía, marcada por cuatro momentos. En el primer momento, las estrategias se articulan en torno a la demanda de flexibilización de la legislación ambiental, encarnada en la aprobación del Nuevo Código Forestal Brasileño. En el segundo, pasamos por la creación de Matopiba, el golpe de 2016 y la creciente apropiación de las aguas de la región, que culminó en el levantamiento del río Arrojado en Correntina en noviembre de 2017. El tercer momento está delimitado por la rearticulación discursiva del bloque de baiúchos posconflicto, en el que observamos la expansión de sus estrategias discursivas hasta 2018. Examinamos cómo se rearticulan las estrategias discursivas de los baiúchos en el gobierno bolsonaro (2019-2022) y en el último mandato de Rui Costa en Bahía. Los resultados de la investigación apuntan a la capacidad del bloque de los baiúchos de volverse hegemónico en la medida en que logra fijar significados en torno a puntos nodales "ambientalistas" y consigue articular sus demandas a la identidad de "los que más preservan el medio ambiente", a través de estrategias de intervención educativa con las comunidades tradicionales de Fecho de Pasto y de su capacidad de convertir la deforestación y lo acaparamiento del agua en políticas de Estado.

Palabras-clave: Teoría del Discurso, Hegemonía, Oeste de Bahía.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABAF	Associação Baiana das Empresas de Base Florestal
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABAPA	Associação Baiana de Produtores de Algodão
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABCBio	Associação das Empresas Brasileiras de Controle Biológico
ABCON	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABR	Algodão Brasileiro Responsável
ABRAFRUTAS	Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados
ABRAPA	Associação Brasileira de Produtores de Algodão
ABRE	Associação Bahiana de Reflorestamento
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ACRIOESTE	Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ADAB	Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADM	Archer Daniels Midland Company
AGOPA	Associação Goiana dos Produtores de Algodão
AIBA	Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia
AIPC	Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
AMPA	Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANA	Agência Nacional das Águas
ANDAV	Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
ANEA	Associação Nacional dos Exportadores de Algodão
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
APAE	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
APEX-BRASIL	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APP	Área de Preservação Permanente
APROA	Associação dos Produtores de Alimentos da Chapada Diamantina
APROSOJA	Associação de Soja e Milho do Estado da Bahia
ARI	Australian Rivers Institute
ARIBA	Associação dos Registradores de Imóveis da Bahia
ASSOCAFÉ	Associação dos Produtores de Café da Bahia
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação
BAMIN	Bahia Mineração
BCI	Better Cotton Initiative
BFS	Bahia Farm Show
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAF	Central das Associações de Agricultores Familiares
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CBF	Código Florestal Brasileiro
CBHG	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCAB	Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDA	Conselho de Desenvolvimento Agrícola
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CEO	Diretor-Executivo
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIPE CERRADO	Companhia Independente de Policiamento Especializado
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNPM	Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEBA	Companhia das Docas da Bahia
CODES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COFCO	China Oil and Foodstuffs Corporation
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídrico
COOPERFARMS	Cooperativa de Produtores Rurais
COTIA	Cooperativa Agrícola de Cotia
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPR	Cédula de Produto Rural
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPRO	Comando de Policiamento Regional Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Cotas de Reserva Ambiental
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTIA	Câmara Temática de Insumos Agropecuários
CTOC	Câmara Técnica de Cobrança
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DEM	Democratas
DESENBÁHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DPF	Departamento de Polícia Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
EXPOAGRO	Exposição Agropecuária
FAAB	Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAEB	Federação de Agricultura do Estado da Bahia
FAFQ	Fundação de Apoio à Física e à Química
FAMA	Fórum Alternativo Mundial da Água
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FASB	Faculdade São Francisco de Barreiras
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FENAGRI	Feira Nacional da Agricultura Irrigada
FENAGRO	Feira Internacional de Agropecuária da Bahia
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIAN	Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
FIEB	Federação das Indústrias da Bahia
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FISSET	Fundo de Investimento Setorial
FMA	Fórum Mundial da Água
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FPE	Fundos de Private Equity
FPI	Frente Parlamentar de Irrigação
FPI	Fiscalização Preventiva Integrada
FUNDAP	Fundo de Apoio a Pecuária do Estado da Bahia
FUNDEAGRO	Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDESIS	Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGFFA	Fórum Global para Alimentação e Agricultura
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa
GNII	Grupo Nacional de Instituições de Irrigantes
GRAER	Grupo de Radiopatrulha Aérea
HMC	Harvard Management Company
IAIBA	Instituto Aiba
IBA	Instituto Brasileiro de Algodão
IBÁ	Indústria Brasileira de Árvores
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDP	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCA	Instituto Nacional de Câncer
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INMAT	Instituto de Matemática
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPA	Instituto Pensar Agropecuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRRIGANOR	Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis
ITR	Imposto Territorial Rural
LDC	Louis Dreyfus Company
LEM	Luís Eduardo Magalhães
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOPP	Movimentação Operacional de Produtos Perigosos
MP	Medida Provisória
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NCF	Novo Código Florestal
NMA	Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite
OBahia	Sistema de Inteligência Territorial e Hídrica para o Oeste da Bahia
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OLVEBASA	Óleos Vegetais da Bahia S.A
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPENO	Operação Nordeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADEF	Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário Matopiba
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PGP	Programa de Governo Participativo

PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PLP	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional do Desenvolvimento
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PP	Partido Progressistas
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PROALBA	Programa de Incentivo à Cultura do Algodão
PRODEAGRO	Programa para Desenvolvimento da Agropecuária
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROSAVANA	Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no norte de Moçambique
PRS	Projeto de Resolução
PSA	Pagamento de Serviços Ambientais
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RENAI	Rede Nacional da Agricultura Irrigada
RH	Recursos Humanos
RL	Reserva Legal
SAU	Sistema Aquífero Urucuia
SDE	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENIR	Secretaria Nacional de Irrigação
SESI	Serviço Social da Indústria
SIA	Sistema Integrado de Agrotóxicos
SINDIVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente
SLC	Schneider Logemann & Cia Ltda
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPRB	Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras
SPRLEM	Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDEP	Superintendência de Gestão Patrimonial para o Desenvolvimento Produtivo
TCU	Tribunal de Contas da União
TEGRAM	Consórcio Terminal de Grãos do Maranhão
TIAA	Teachers Insurance and Annuity Association
TNC	The Nature Conservancy
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TWRA	Tropical Water Research Alliance
UDR	União Democrática Ruralista
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UHT	Ultra High Temperature
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFITO	União dos Fabricantes Nacionais de Fitossanitários

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Walter Horita, Kátia Abreu e João Martins durante evento da CNA em Salvador para definir prioridades agrícolas em março de 2010.	121
Figura 2 - Aldo Rebelo, Geovani Cherini, Oziel Oliveira, André Lima e Raul Valle em Audiência Pública sobre alteração no Código Florestal, na Câmara dos Deputados, em abril de 2011	129
Figura 3 - Jaques Wagner e Eugênio Spengler assinam contrato para elaboração do mapeamento da cobertura vegetal da Bahia, em novembro de 2013	142
Figura 4 - Júlio Busato e Jaques Wagner na posse da Aiba no CODES	143
Figura 5 - João Carlos Jacobsen, Kátia Abreu e Júlio Busato	147
Figura 6 - Júlio Busato com Aldo Rebelo na posse do presidente da FPA, em 2015	148
Figura 7 - Rui Costa com Busato, Zanella, Oziel e Jusmari Oliveira em Salvador	150
Figura 8 - A ministra Isabela Teixeira com Júlio Busato, Valdir Colatto, Raimundo Gomes de Matos e Adilson Sachetti, em Brasília	152
Figura 9 - Propaganda da Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil na Revista Aiba Rural	154
Figura 10 - Capa do Informaiba, 3º trimestre de 2016	156
Figura 11 - Busato, Jacobsen, Temer e Marcos Montes na sede da FPA em Brasília	159
Figura 12 - Ação educativa da Abapa “Conhecendo o Campo” com estudantes do Ensino Fundamental Municipal de Barreiras	159
Figura 13 - Rui Costa e Márcia Telles com Celestino Zanella e Moisés Schmidt na base avançada do GRAER em Barreiras	162
Figura 14 - Busato e Zanella na residência do governador Rui Costa e no gabinete do vice-governador João Leão	163
Figura 15 - A delegação dos baiúchos em visita a Nebraska, EUA	165
Figura 16 - Capa da Revista Aiba Rural #07, 2º trimestre de 2017	168
Figura 17 - Busato e Marcio Portocarrero entregam dossiê com recomendações para modernização do sistema regulatório de defensivos agrícolas ao ministro Blairo Maggi	171
Figura 18 - Tratoração contra o Funrural em Barreiras	174
Figura 19 - Tratoração contra o Funrural em Barreiras	174
Figura 20 - Publicidade no Informaiba de agosto de 2017	175
Figura 21 - Anúncio da Corrida do Algodão na Revista Aiba	177
Figura 22 - Bombas de extração de água destruídas na fazenda Igarashi	190
Figura 23 - Instalação elétrica destruída	190
Figura 24 - Rui Costa com representantes da Aiba , Abapa, SPRLEM, Eduardo Salles, Geraldo Reis e Márcia Telles	193
Figura 25 - Manifestação popular em Correntina em defesa das águas	194
Figura 26 - Rui Costa participa de entrega de kits de irrigação em comunidades do Sudoeste baiano Fotos: Acervo	195
Figura 27 - Entrega de kits de irrigação	196
Figura 28 - Capa do Informe Aiba&Abapa de dezembro de 2017	197
Figura 29 - Formandos da primeira turma do curso técnico em Agronegócio promovido pelo Senar e SPRLEM	200

Figura 30 - Formalização de convênio entre o governo do Estado e Aiba/Abapa em LEM	201
Figura 31 - Manchete do Informaiba de abril de 2018	205
Figura 32 - Manchete do Informaiba de abril de 2018	206
Figura 33 - Inauguração da reforma da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retiro e São Vicente em Barreiras	207
Figura 34 - Inauguração de nascente “recuperada” no município de Wanderley	207
Figura 35 - Distribuição de mudas na rede de educação infantil em Barreiras	208
Figura 36 - Marcha em defesa dos empregos e contra os abusos na fiscalização e no licenciamento ambiental em Barreiras Fotos: Acervo Aiba, 2018.	209
Figura 37 - Marcha em defesa dos empregos e contra os abusos na fiscalização e no licenciamento ambiental na sede do Ibama em Barreiras Fotos: Acervo Aiba, 2018.	209
Figura 38 - Rui Costa com o então prefeito de LEM Oziel Oliveira, Júlio Busato e Celestino Zanella na abertura da Bahia Farm Show 2018	210
Figura 39 - Mapa das áreas destinadas à preservação da vegetação nativa em imóveis rurais no Oeste da Bahia, apresentado por Evaristo de Miranda na 14ª Edição da Bahia Farm Show	211
Figura 40 - Júlio Busato e Celestino Zanella com Evaristo de Miranda e pesquisadores da Embrapa no Fórum do Canal Rural da Bahia Farm Show 2018	211
Figura 41 - Busato com estudantes da Escola Municipal José Agostinho Porto, em Barreiras, durante atividade do projeto “Conhecendo o Campo”, em julho de 2018	213
Figura 42 - Propaganda da prova de ciclismo Cotton Bike na Revista Aiba Rural	213
Figura 43 - Busato com o Secretário de Meio Ambiente Geraldo Reis, em Salvador	216
Figura 44 - Júlio Busato na posse de Tereza Cristina como ministra da Agricultura, em Brasília	240
Figura 45 - Deputado Tito com Odacil Ranzi e Alessandra Chaves no Movimento Brasil Verde e Amarelo, em Brasília	244
Figura 46 - Ministra Tereza Cristina na Bahia Farm Show 2019	245
Figura 47 - Júlio Busato e João Leão na abertura da Bahia Farm Show 2019	249
Figura 48 - Secretário de Agricultura Lucas Costa na ALBA itinerante da Bahia Farm Show 2019	251
Figura 49 - Apresentação do estudo do potencial hídrico pelo pesquisador Everardo Mantovani em reunião do Comitê de Bacia Hídrica do Rio Grande, em Barreiras	255
Figura 50 - Busato com Ricardo Sales e o deputado Tito na sede da FPA, em Brasília	257
Figura 51 - Estudantes do Colégio Municipal Padre Vieira, na sede da empresa ABA Manutenção de Aeronaves, em Barreiras	262
Figura 52 - Campanha Algodão pela Vida, em Barreiras.	267
Figura 53 - Celestino Zanella e Busato (ao fundo) com Rui Costa em janeiro de 2020	274
Figura 54 - Publicidade em comemoração dos 30 anos da Aiba na Revista Aiba Rural	279
Figura 55 - Bolsonaro e Tarcísio de Freitas em visita às obras da Fiol, em São Desidério	282
Figura 56 - Comando de Policiamento Regional Oeste, em Barreiras	286
Figura 57 - Anúncio divulgado pela Abapa em homenagem ao Dia do Agricultor	290
Figura 58 - Animação educativa “Nessa vacina tem Agro” do programa Conhecendo o Agro	293
Figura 59 - Aiba, Abapa com Rui Costa em junho de 2021	295

Figura 60 - Lançamento oficial da RENAI e criação do dia nacional da irrigação em LEM, junho de 2022	299
Figura 61 - Reservatório para irrigação de soja em Luís Eduardo Magalhães	299
Figura 62 - <i>Slide</i> da apresentação de José Roberto de Menezes no seminário virtual “Águas do Oeste: legislação e boas práticas de irrigação no agronegócio”	302
Figura 63 - Bolsonaro na Bahia Farm Show de 2022	304
Figura 64 - Rui Costa com Odacil Ranzi, Júnior Marabá e Jerônimo Rodrigues na abertura da Bahia Farm Show de 2022	305
Figura 65 - Desenho premiado no Concurso do Programa Conhecendo o Agro de 2021	309
Figura 66 - Rancho de Fecho de Pasto em Correntina destruído	313
Figura 67 - Imagens que circularam pelas redes digitais em outubro de 2022	314
Figura 68 – Mensagem de pistoleiros deixada no Fecho de Pasto em Correntina	314
Figura 69 - Munição CBC Calibre 12	315
Figura 70 - Espingarda Calibre 12	315
Figura 71 - Parque Solar Horizonte em Tabocas do Brejo Velho, Oeste da Bahia	318
Figura 72 -Publicidade da Bahia Farm Show 2023 com o presidente e vice-presidente da Aiba Odacil Ranzi e Moisés Schmidt, respectivamente	319
Figura 73 - Manifestação em defesa das águas em Correntina, novembro de 2017	341
Figura 74 - Vereda de Fecho de Pasto em Correntina	355
Figura 75 - Fecho de Pasto em Correntina	356

QUADROS

Quadro 1 - Modelo de Quadro de Marcos Interpretativos.	53
Quadro 2 - Identidades do “Nós” e “Eles”.	97
Quadro 3 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2008-2012)	136
Quadro 4 - Marcos Interpretativos sobre Água (2008-2012)	138
Quadro 5 - "Nós" e "Eles" (2008-2012)	139
Quadro 6 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2013 a outubro de 2017)	181
Quadro 7 - Análise dos Marcos Interpretativos sobre Água (2013 a outubro de 2017)	183
Quadro 8 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (2013 a outubro de 2017)	185
Quadro 9 - "Nós" e "Eles" (2013 a outubro de 2017)	186
Quadro 10 - Marcos Interpretativos sobre a “Invasão” na Fazenda Igarashi (novembro de 2017 a 2018)	223
Quadro 11 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (novembro de 2017 a 2018)	225
Quadro 12 - Marcos Interpretativos sobre Água (novembro de 2017 a 2018)	227
Quadro 13 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (novembro de 2017 a 2018)	229
Quadro 14 - Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (novembro de 2017 a 2018)	231
Quadro 15 - Marcos Interpretativos sobre o Projeto de recuperação de nascentes (novembro de 2017 a 2018)	233
Quadro 16 - Marcos Interpretativos sobre Ações na Educação (novembro de 2017 a 2018)	235
Quadro 17 - "Nós" e "Eles" (novembro de 2017 a 2018)	236
Quadro 18 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2019 a 2022)	321
Quadro 19 - Marcos Interpretativos sobre Água (2019 a 2022)	323
Quadro 20 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (2019 a 2022)	325

Quadro 21 - Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (2019 a 2022)	327
Quadro 22 - Marcos Interpretativos sobre o Projeto de Recuperação de Nascentes (2019 a 2022)	329
Quadro 23 - Marcos Interpretativos sobre Educação (2019 a 2022)	331
Quadro 24 - Marcos Interpretativos sobre a Bahia Farm Show (2019 a 2022)	333
Quadro 25 - Marcos Interpretativos sobre Segurança no Campo (2019 a 2022)	335
Quadro 26 - Marcos Interpretativos sobre a Pandemia da Covid-19 (2019 a 2022)	337
Quadro 27 - "Nós" e "Eles" (2019-2022)	338

DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Exemplo de Cadeia de Equivalência do “Eles”	55
Diagrama 2 - Exemplo de Cadeia de Equivalência do “Eles”	55
Diagrama 3 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2008-2012)	139
Diagrama 4 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2008-2012)	140
Diagrama 5 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2013 a outubro de 2017)	186
Diagrama 6 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2013 a outubro de 2017)	187
Diagrama 7 - Cadeia de Equivalência do “eles” (novembro de 2017 a 2018)	237
Diagrama 8 - Cadeia de Equivalência do “nós” (novembro de 2017 a 2018)	238
Diagrama 9 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2019-2022)	339
Diagrama 10 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2019-2022)	340

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	31
1.1. Teoria do Discurso e Análise Política do Discurso de Laclau e Mouffe	31
1.2. Categorias Centrais da Teoria do Discurso	33
1.3. Dialogando com a Hegemonia e Bloco Histórico em Gramsci	38
1.4. A Noção de Hegemonia em Laclau e Mouffe	41
1.5. Hegemonia e Estratégias Discursivas	43
1.6. O Estado em Gramsci, Althusser e Poulantzas	45
1.7. Análise dos Marcos Cognitivos e a Metodologia da <i>Frame Analysis</i>	50
1.8. O Percurso Metodológico da Construção do Modelo de Análise	51
1.8.1. Construindo os marcos interpretativos	51
1.8.2. Construção das Cadeias de Equivalências	53
1.9. Outros Aportes Teóricos	56
1.9.1. A palavra política do agronegócio e a sua utilidade para as reflexões sobre hegemonia	56
1.9.2. Pistas para refletir sobre a formação política do agronegócio	58
1.9.3. Neoextrativismo e as crises do capitalismo	60
Caracterização e ciclos do neoextrativismo	62
Desterritorialização e o surgimento de conflitos	63
1.9.4. Racismo ambiental	64
CAPÍTULO II – A CONFORMAÇÃO DO BLOCO HEGEMÔNICO: DOS SULISTAS A FUNDOS DE PENSÃO INTERNACIONAIS	68
2.1. Cerrado, Caixa d'Água do Brasil	68
2.2. As Formas de Existência nos Gerais da Bahia e o Caminho das Águas	69
2.3. Baiúchos	70
2.4. A Conformação do Estado desde o Além São Francisco ao Golpe de 64	74
2.5. O Golpe de 64 e as implicações no Estado da Bahia	81
2.6. O Cerrado como lócus do novo modelo produtivo	85
2.7. Os Projetos de Reflorestamento: Marco do Início do Desmatamento e da Legalização da Grilagem nos Cerrados da Bahia	88
2.8. De Sulistas a Baiúchos: Trajetórias e Identidades	93
2.9. Conflitos de identidades e Racismo	96
2.10. Da Rede Gaúcha a Associações de Classe: a Constituição da Aiba e Abapa	99
2.11. A Criação de Luís Eduardo Magalhães: Um Projeto Político Para a Construção da Hegemonia	103
2.12. A Mundialização do Oeste da Bahia	108
2.13. MATOPIBA: Uma Política Pública Do e Para o Agro	110
2.14. A consolidação do bloco dos baiúchos no contexto do capitalismo mundializado	114
CAPÍTULO III - FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2008-2012)	119
3.1. O Plano Oeste Sustentável e a Estratégia Discursiva Ambientalista: Abre Alas da Nova Legislação Ambiental	119

3.2. A Proposta de Criação do Estado de São Francisco e o Sonho de Emancipação dos Municípios de Rosário e Roda Velha	125
3.3. As Estratégias Discursivas para Aprovação do Novo Código Florestal	127
3.4. Novo Código Florestal: Lei da Água, Lei da Anistia	129
3.5. A Água Como Ponto de Partida Para o Novo Modelo de Regularização Ambiental	133
3.6. Análise dos Marcos Interpretativos (2008-2012)	135

CAPÍTULO IV – FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2013 a outubro de 2017)

4.1. Agronegócio, Produtor de Águas	141
4.2. O BA do MATOPIBA: a fronteira agrícola sem fronteiras	145
4.3. O Problema da Seca	153
4.4. Golpe de 2016, Agricultura Sustentável Sim, Crise Hídrica Não	154
4.5. Nós, Irrigantes, Somos os Principais Interessados em Preservar os Rios	161
4.6. Estudo do Potencial Hídrico do Aquífero Urucuia: Um Marco Temporal Para o Uso da Água	164
4.7. PL do Veneno	170
4.8. O Mantra de Evaristo de Miranda	171
4.9. As Performances Discursivas na Construção da Hegemonia	173
4.10. Celebrando as Vitórias do Agro com Otimismo no Oeste Baiano	178
4.11. Análise dos Marcos Interpretativos (2013 a outubro de 2017)	179
4.12. Cadeias de Equivalência – 2013 a outubro de 2017	186

CAPÍTULO V - FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2017-2018)

5.1. A Última Gota d'Água e o Levante dos Ribeirinhos no Vale do Arrojado	188
5.2. A Reação do Bloco dos Baiúchos	190
5.3. O Pós-Levante: Transferir Conhecimento e Tecnologia aos 'Selvagens', Uma Estratégia Promissora.....	194
5.4. O Brasil é Um Grande Prestador de Serviços Ambientais	198
5.5. Vencer o Terrorismo Psicológico Acerca de Uma Crise Hídrica Que Pode Nem Vir a se Concretizar	201
5.6. Ampliando as Estratégias Discursivas	205
5.7. Cerrado x Vale	215
5.8. Análise dos Marcos Interpretativos (novembro de 2017 a 2018)	221
5.9. Cadeias de Equivalência – novembro de 2017 a 2018	236

CAPÍTULO VI – A REARTICULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NO 2º GOVERNO DE RUI COSTA E NO GOVERNO BOLSONARO (2019 A 2022)

6.1. A reeleição de Rui Costa e o momento político da hegemonia do bloco dos baiúchos	239
6.2. A Bahia Farm Show 2019: Uma Experiência em Campo	244
6.3. A Reunião do Comitê de Bahia Hídrica do Rio Grande: “Em Nenhum Momento o Projeto tem o Comprometimento de Agradar o Agronegócio”	251
6.4. Intensificando as Estratégias Discursivas dos Amigos da Natureza	255

6.5. As demandas Para Além do Oeste da Bahia: de Ricardo Salles a Israel-Ásia	257
6.6. Comemorando a Safra Histórica com Intervenções nas Comunidades do Vale	260
6.7. Dia do Fogo, Armas de Fogo: Apagar o Incêndio com a Irrigação	263
6.8. Estreitando Parcerias e Ampliando Ações na Educação	265
6.9. No Caminho do Alcance da Hegemonia	269
6.10. Pandemia da Covid-19: Aproveitando a Oportunidade de “Passar a Boiada”	276
6.11. Eleições de 2020 e Ampliação de Estratégias Discursivas nos Municípios	283
6.12. Intensificação das Intervenções nos Municípios e Comunidades Tradicionais e Fortalecimento da Relação com o Governo do Estado	292
6.13. 2022: A Consolidação do Bloco Hegemônico	300
6.14. O Agro sem Fronteiras	315
6.15. Análise dos Marcos Interpretativos (2019 a 2022)	320
6.16. Cadeias de Equivalência – 2019 a 2022	338
CONSIDERAÇÕES FINAIS	341
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	357
ANEXO A – ILUSTRAÇÕES COMPLEMENTARES	407

APRESENTAÇÃO

Com o aporte da abordagem da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, esta tese propõe analisar a articulação das estratégias discursivas do bloco dos “baiúchos” (a aliança entre o Estado e atores do agronegócio baianos + gaúchos) no Oeste da Bahia, para a construção de sua hegemonia, no período entre 2008 e 2022.

Os caminhos percorridos para a conclusão deste trabalho me lembram o curso dos rios. Como uma de lágrima de indignação, nasceram do olho d’água da minha constante inquietação provocada pelas injustiças e violências que permeiam a própria história do capitalismo no Brasil, seja no campo ou na cidade. A mesma inquietação se fazia sempre presente quando fui cursar Ciências Sociais na UFRJ, onde iniciei a minha militância no movimento de Pré-Vestibular para Negros e Carentes, na Baixada Fluminense, em vivências periféricas cariocas e na luta pela terra que vinha sendo construída também em solos fluminenses pelo MST-RJ. Foi a experiência de presenciar o cotidiano de um assentamento rural em Conceição de Macabu que levou à realização de minha dissertação de mestrado, defendida há quase dezoito anos atrás, que abordou a memória da luta pela terra de um assentamento rural contada por seus/suas protagonistas, com o aporte metodológico da História Oral.

Dessa vez, no doutorado, a água é o que ressignifica a mesma inquietação da questão fundiária, trazendo novos elementos para um problema histórico que se reconfigura de forma tão acelerada, financeirizada e violenta, em que as lutas não ocorrem apenas contra o latifúndio improdutivo, mas contra o capital, agora revestido de S/A – Sociedades Anônimas e do próprio Estado.

Nas inúmeras viagens de avião que fiz ao longo dos últimos dez anos – sendo Brasília o local de embarque e desembarque, essa inquietação voltava a se manifestar quando eu sobrevoava as áreas que antes eram Cerrado e se tornaram uma imensidão de gigantes círculos desenhados pelos pivôs de irrigação.

A experiência como gestora pública do Programa Cisternas no Ministério do Desenvolvimento Social, iniciada em 2016, me deu de presente conhecer o cotidiano de famílias e as suas práticas de convivência com a seca no Semiárido Brasileiro e, mais que isso, o sentido da água como base para a luta pela existência e resistência dessas mulheres e homens que compartilharam os seus saberes e histórias de vida a cada cisterna visitada naquele Semiárido tão rico, tão vivo! Dessa vez, a lágrima surgia do sentimento de alegria e gratidão por estar ali compartilhando um pouquinho dessas histórias.

Da mesma forma, ao conhecer um pouco da história e das tão ricas manifestações culturais de outros homens e mulheres que preferem “morrer de bala do que de sede” nas margens de seus rios nos Gerais da Bahia, a mesma inquietação me impulsionou a trilhar o percurso acadêmico que se consubstancia nesta tese.

Muita coisa mudou desde a qualificação do projeto de pesquisa, em 2020, até o resultado final da tese, que inicialmente tinha por objetivo analisar os discursos sobre acesso, controle e uso da água em disputa pela hegemonia na região Oeste da Bahia a partir de três matrizes de narrativas: a do agronegócio, a narrativa das comunidades tradicionais e organizações em defesa do Cerrado e a narrativa do Estado. Especificamente, a intenção era identificar e caracterizar os repertórios de confrontação e as estratégias de ação coletiva nos diferentes discursos e investigar como os diferentes grupos construiriam antagonicamente as identidades sociopolíticas e percepções sobre água e as noções de desenvolvimento,

sustentabilidade e seguranças hídrica e alimentar, bem como a situação da hegemonia diante das disputas de narrativas e práticas discursivas.

Como justificativa, estava a relevância da pesquisa no sentido de complementar questões que já haviam sido problematizadas anteriormente, mas que continuavam trazendo novas e velhas indagações, sobretudo diante do atual cenário catastrófico que vivenciávamos nos campos político, social, sanitário e principalmente ambiental, quando a Amazônia e o Pantanal agonizavam em chamas e a “boiada ia passando” via correntão, aumento de outorgas e incêndios criminosos no Cerrado, dada a “oportunidade” trazida pela pandemia do novo coronavírus.

Dessa forma, ressignificar os processos de disputa pela água à luz da Teoria do Discurso certamente não responderiam todas as questões, mas poderia contribuir para ampliar o leque de olhares sobre as práticas, as identidades sociopolíticas e os discursos dos atores em disputa pela hegemonia. Além disso, analisar o papel do Estado e o lugar que este ator ocupa nesse campo de disputa consistia em outra questão de pesquisa, uma vez que inicialmente havíamos optado por investigar apenas as narrativas do agronegócio e das populações em defesa do Cerrado. Nesse sentido, julgamos que a inclusão deste ator-chave nas análises propostas poderia contribuir para qualificar as discussões sobre a complexa configuração de forças e de poder diante da amplitude de antagonismos, contradições e tensões presentes na disputa pela hegemonia, em um contexto em que a água se conforma como um elemento central. A escolha pelo tema também residia no desejo de contribuir para a produção de conhecimento e de informações que poderiam servir para a construção política de narrativas e práticas discursivas contra-hegemônicas.

Entretanto, como já aponte, as adversidades que nos atropelaram no percurso da pesquisa limitaram o levantamento de dados que só seria possível com a realização de trabalhos de campo, e as valiosas contribuições da banca examinadora na qualificação, composta pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (que tristemente nos deixou na reta final deste trabalho e cuja lembrança me faz marejar os olhos neste momento), a professora Karina Kato, e o constante acompanhamento de meu orientador Jorge Romano, abriram outras possibilidades para que eu pudesse ressignificar as questões de pesquisa.

Assim, devido às inúmeras incertezas que o cenário pandêmico nos colocava naquele momento, optei por excluir a análise política do discurso das comunidades tradicionais e priorizar os discursos do agronegócio e do Estado. No decorrer da pesquisa documental, fui percebendo que estes não poderiam ser analisados separadamente, uma vez que as estratégias discursivas do agronegócio e do Estado eram as mesmas. Ou seja, tratava-se do mesmo discurso, lembrando sempre que, na Teoria do Discurso, discurso é prática. Essa reflexão trouxe a possibilidade de nos valermos de teorias gramscianas, base de referência para o pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para aplicarmos na pesquisa a noção de bloco histórico à aliança construída entre o Estado, principalmente na esfera de governo estadual, e lideranças do agronegócio baiano.

Inicialmente, a pesquisa seria desenvolvida tanto a partir da análise documental para mapeamento de atores-chave como a partir da realização de entrevistas. Em maio de 2019, foi realizada uma ida a campo, no município de Luís Eduardo Magalhães onde foi possível registrar os discursos de representantes do agronegócio e do Governo do Estado da Bahia na feira Bahia Farm Show, realizada anualmente e que é considerada a maior feira de agronegócio da Região Nordeste e do Matopiba. Na ocasião, foi possível registrar as falas das autoridades e lideranças presentes na abertura do evento, bem como assistir algumas atividades (palestras e encontros) que julguei de interesse para os fins da pesquisa. No mesmo período de campo, tive a oportunidade de participar da Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hídrica do Rio Grande, em que foi apresentado o andamento do Estudo de Viabilidade

do Potencial Hídrico do Sistema Aquífero Urucuia por um professor titular da Universidade Federal de Viçosa.

A segunda ida a campo ocorreu nos dias 5, 6 e 7 de julho, na 42ª Romaria da Terra e das Águas, no município de Bom Jesus da Lapa – BA, que teve como tema “Terra, Água e Justiça: Direitos Sagrados”. Durante o evento, participei do Plenarinho “*Rio São Francisco e Outras Bacias – Brumadinho pergunta: quem manda na Bacia do Rio São Francisco?*”, em que foi possível registrar pronunciamentos de lideranças e de homens e mulheres das comunidades tradicionais da região que estavam presentes. Acompanhei também a performance da Via-Sacra pelas ruas da cidade que, a cada parada na estação correspondente à percorrida por Jesus Cristo, eram feitas performances que simbolizavam o projeto de morte do agronegócio e dos projetos de mineração e a luta pela existência dos povos tradicionais e geraizeiros nos seus territórios. Entretanto, como já explicado, esses registros não foram utilizados para fins de análise e poderão servir como base de dados para futuros trabalhos.

Em maio de 2022, quando a pandemia já dava sinais de arrefecimento, foi quando eu consegui reencontrar minha grande família e amigos em Brasília e a minha outra família, também numerosa, em Correntina, onde tive a oportunidade de colher informações que pudessem ajudar a ressignificar as questões de pesquisa e de vivenciar felizes reencontros com companheiros e companheiras, além da emoção absoluta de conhecer o Fecho de Pasto de Tarto e me banhar naquelas veredas, que tanto me ajudaram a aliviar essa “ressaca”, que dura até agora. Porém, as informações colhidas nessa viagem por ora também não estão sendo utilizadas para os fins que esta tese propõe.

Dessa forma, para dar conta dos objetivos da presente pesquisa, o corpo discursivo que permitiu a análise compreende as publicações da Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), bem como notícias e informações de páginas oficiais do Governo do Estado da Bahia, além dos dados colhidos em campo na Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães, e na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, em Barreiras, que ocorreram em maio e junho de 2019.

Não foi nada fácil chegar até o final desse percurso. O “combo” do governo do inominável, iniciado em 2019, o infinito e angustiante isolamento demandado pela pandemia da Covid-19, que levou vidas com as quais eu compartilhava amizades e afetos, e o desafio de dar andamento ao doutorado me testaram a saúde com uma turbulência de crises emocionais, que pareciam trombas d’água de um rio transbordando de medo e tristeza. Mas aqui estamos, apresentando o resultado deste trabalho, dividido em seis capítulos.

O primeiro capítulo tece a abordagem da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, envolvendo a discussão teórica das categorias gramscianas de hegemonia, bloco histórico e estratégias discursivas, num diálogo entre autores com Íñigo Errejón Galván e Javier Balsa, bem como uma breve abordagem sobre o Estado em Gramsci, Althusser e Poulantzas. Em seguida, descrevemos a metodologia de pesquisa da análise dos marcos interpretativos, que tem como referência a proposta de Galván (2012), David Snow e Robert Benford (1988). Outros aportes teóricos de grande relevância para a nossa análise também compõem este capítulo, como a reflexão sobre a palavra política agronegócio (Bruno, 2009; Pompeia, 2021), o neoextrativismo de Svampa (2013, 2019) e Gudynas (2010, 2012) e a noção de racismo ambiental (Silva, 2012; Pacheco e Faustino, 2013).

No segundo capítulo, buscamos compreender como se deu historicamente a formação do bloco dos baiúchos, focalizando a nossa análise principalmente no papel do Estado como agente central que não apenas articula os discursos políticos, mas também é o grande realizador das propostas e demandas apontadas pelo agronegócio baiano. Ao longo do tempo, o bloco que antes poderia ser entendido como a aliança entre as antigas oligarquias locais, os sulistas e o Estado no século XX, se reconfigura no século seguinte, e se reconforma com a

atuação de multinacionais diversas, que vão desde o setor agroalimentar até imobiliárias agrícolas e fundos de pensão internacionais.

O capítulo 3 analisa as estratégias articuladas pelo bloco dos baiúchos em torno da demanda pela flexibilização da legislação ambiental ao longo do período entre 2008 e 2012, consubstanciada na aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro. No quarto capítulo, demarcado pelo período entre 2013 a outubro de 2017, transitamos pelo período marcado pela criação do Matopiba, o golpe de 2016 e a crescente apropriação das águas da região, que acabam culminando no levante dos ribeirinhos, no município de Correntina, em novembro de 2017.

O quinto capítulo compreende a rearticulação do discurso político do bloco dos baiúchos pós-conflito, em que se observa a intensificação da investida de suas estratégias discursivas num contexto de disputa hegemônica, de novembro de 2017 até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Por fim, no sexto capítulo, examinamos como as estratégias discursivas do bloco dos baiúchos são rearticuladas no decorrer dos quatro anos de governo do ex-presidente e no segundo mandato do governador Rui Costa (2019-2022).

Para cada um dos capítulos, elaboramos quadros dos marcos interpretativos, que permitem uma melhor visualização da sistematização dos dados coletados, bem como os diagramas que ilustram a construção das identidades em disputa. Sobre essa questão, é fundamental esclarecer que na Teoria do Discurso, o social só pode ser entendido a partir de uma continência, ou algo aberto e polissêmico, as identidades coletivas estão sempre relacionadas à criação de um “nós” que só pode existir a partir da demarcação de um “eles”. Para Mouffe, essa distinção é a condição única que possibilita a formação de identidades políticas que sempre pode se tornar um espaço de antagonismo. Assim, o que confere identidade a um discurso político é a estruturação desse “outro” em oposição a quem se afirma como “nós”, sendo essa diferença o elemento que demarca e traça a fronteira do outro como o seu “exterior constitutivo” (MOUFFE, 2014). Em outras palavras, a construção de uma identidade só se efetiva em antagonismo a uma outra identidade. Com isso, achamos relevante incluir no capítulo 2 uma breve contextualização sobre o “eles” contra quem o bloco dos baiúchos traça a fronteira da disputa pela hegemonia: as comunidades tradicionais e geraizeiras do Cerrado baiano.

Nas considerações finais, sintetizamos as análises dos marcos interpretativos e do extenso enredo que reconstrói a ofensiva do bloco dos baiúchos na disputa pela hegemonia por meio de suas estratégias discursivas, e trazemos algumas questões para estimular futuras pesquisas que partirão dessas tantas inquietações.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1. Teoria do Discurso e Análise Política do Discurso de Laclau e Mouffe

A emergência de reivindicações pautadas por demandas em torno de novas identidades, a partir da década de 1970, nos países da periferia capitalista, potencializou o avanço da democracia em um contexto de crise das sociedades ocidentais. Essa instabilidade veio acompanhada de outra crise nos marcos teóricos e conceitos referentes às lutas políticas e aos agentes de transformação social em abordagens essencialistas, economicistas, institucionalistas e, principalmente, em correntes marxistas clássicas.

Caracterizando-se por uma pluralidade de reivindicações identitárias em um contexto marcado por mudanças na forma de organização do capital e do mundo do trabalho, essas lutas puseram em xeque as análises sobre o socialismo fundadas na centralidade da luta de classes e sobretudo da classe operária que foram concebidas no campo intelectual da esquerda. O novo feminismo, movimentos contestatórios étnicos, nacionais e sexuais, as lutas ecológicas e anti-institucionais e de populações marginalizadas abriram uma janela de oportunidades para questionar a “ilusão” da possibilidade de uma vontade coletiva perfeitamente única e homogênea que tornaria inútil o momento da política (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.9)

Essa fragmentação das identidades políticas foi acompanhada pelo avanço da agenda neoliberal fundamentada no tripé: menos tributos, menos Estado e mais polícia ou, em outras palavras: mais guerra, provocando deslocamentos dentro do processo produtivo que alteraram as formas de realização do lucro, tornaram menos visíveis as relações de exploração e fragilizaram as estruturas de sociabilidade e organização política das classes e dos grupos sociais explorados (DARDOT E LAVAL, 2016 e BROWN, 2019). Assim, o contexto político e identitário exigia novas ferramentas teóricas e práticas, dentre as quais abordagens que focalizassem a “ação coletiva”, suas características e condições de possibilidade e o “como” se constroem as “identidades coletivas” em uma sociedade dinâmica e complexa.

Dessa forma, é no campo da construção política de novas identidades sociais e da produção de novas ideologias que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desenvolvem a Teoria do Discurso (*Discourse Theory*), que tem como marco fundador a publicação, em 1985, do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* – por uma política democrática radical – primeira versão espanhola em 1987, e posteriormente aprofundada no que se denominou Escola de Essex, em referência à constituição de um grupo de pesquisa e linha de pós-graduação no curso de ciência política da Universidade de Essex, na Inglaterra. Dedicado ao estudo das identidades políticas e da hegemonia por meio da análise do discurso, o grupo desenvolve as suas atividades desde o início da década de 80 e, desde então, a escola de Essex forma uma rede de pesquisadores e teóricos no mundo todo que se debruça sobre estudos do discurso nos mais variados temas, tais como os discursos do Apartheid na África do Sul, do populismo europeu da ultradireita, da ideologia verde, do populismo peronista, para citar alguns casos empíricos. Autores como Howarth e Stavrakakis (2000) destacam o crescente interesse na proliferação de estudos dedicados ao desenvolvimento e aplicação da Teoria do Discurso, elencando alguns dos principais temas que são investigados dentro do campo de análise e que estão vinculados à construção política das identidades sociais, à produção de novas ideologias, às lógicas dos movimentos sociais e às diferentes lógicas da ação coletiva. (MARCHART, 2008 apud BITTENCOURT, 2019, p. 16).

Nesse sentido, o contexto de emergência da Teoria do Discurso da Escola de Essex se inscreve dentro do espectro do Pós-Marxismo, interpretado pelos autores como o processo de apropriação de uma tradição intelectual, bem como de ir além desta última (2006, p.10), o livro se remete à crise da tradição marxista que vinha das dificuldades de se conseguir abarcar as diferentes pluralidades de lutas sociais e do declínio da tradição estruturalista no pensamento europeu, além da derrocada do “socialismo real”. Assim, a Teoria do Discurso consiste numa ferramenta que permite compreender o social e o político a partir do entendimento da construção de ordens discursivas, em que o poder é constituidor e organizador das relações sociais (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.161).

Na construção da Teoria do Discurso, Laclau e Mouffe recorrem a várias áreas do conhecimento que contribuem com a construção dos seus conceitos, como o marxismo, a filosofia desconstrutivista de Derrida, a psicanálise lacaniana, a linguística, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. No entanto, é fundamentalmente a partir de uma recuperação e releitura de Gramsci que dialogam criticamente com o marxismo, particularmente pela dificuldade de darem conta da compreensão das relações sociais contemporâneas, em que se manifestam múltiplas determinações, dominações e identidades.

Chantal Mouffe nos traz uma visão do campo político que lê o sujeito não ancorado em concepções essencialistas, estando este ausente de uma ontologia fixa para além de si mesmo e das circunstâncias que o envolvem. Em seu lugar, ela propõe um sujeito plástico e dinâmico que se diversifica na mesma medida em que as sociedades se tornam mais complexas e, ao mesmo tempo, uma política centrada nas disputas pelo sentido da ação, entre visões de mundo, um campo político que se organiza em articulações contingentes de relações de poder nas dimensões conflitual, ideológica e discursiva (MOUFFE, 2014).

Desse modo, os antagonismos não são restritos a disputas pelos meios de produção, mas abertos a outras dimensões simbólicas e relacionais do viver e da produção social em que as identidades políticas são sempre coletivas, e a sua emergência dependente da “mobilização de afetos e desejos”. Para Mouffe, o que existe hoje é um complexo social formado por uma infinidade de identidades constituídas a partir de diversas sobredeterminações e de relações discursivas antagônicas para além do antagonismo de classe. (ibidem)

Esse argumento parte da crítica feita por ambos os autores ao conceito de sobredeterminação althusseriano. Se em última análise “a economia” é determinante para todos os tipos de sociedade, também deve ser definida independentemente de qualquer tipo particular de sociedade, e as condições de existência da economia também devem ser definidas fora de qualquer relação social concreta. Mas se as condições de existência são definidas abstraindo todas as relações sociais, a sua única realidade é garantir a existência e o papel determinante da economia, ou seja, a diferença acaba não sendo constitutiva, havendo, dessa forma, uma desarticulação lógica de categorias e da consequente fixação da identidade dos elementos desagregados que afirmariam o carácter incompleto, aberto e politicamente negociável de toda identidade. (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.165).

Nesse sentido, com a Teoria do Discurso, Laclau e Mouffe buscavam dar conta de dois objetivos: superar as limitações que a abordagem classista das lutas políticas enfrentava a partir da diversidade de atores, movimentos e matrizes ideológicas que caracterizam as sociedades contemporâneas (LACLAU, 1978) e desenvolver ferramentas conceituais capazes de ajustar-se às articulações contingentes e conotativas dos discursos políticos, como também à singularidade dos padrões de desenvolvimento, de dominação e de exploração vividos nas periferias do mundo capitalista, sem submetê-las a categorias impostas pelos centros hegemônicos, que reduzem processos e identidades periféricas ao “desvio”, ao “arcaico” ou ao “incompleto”.

Para Laclau o próprio social não possui um sentido finalístico, ou seja, as possibilidades de significação são sempre infinitas e permeadas por relações com

características essencialmente precárias e contingentes. Assim, Laclau constrói a ideia da “impossibilidade da sociedade”, no sentido de que a sociedade como objeto de conhecimento pleno é impossível, uma vez que os sentidos sociais são sempre mal fechados e incompletos. Em termos de estratégia política, a real possibilidade de se chegar ao “fim da história” – à vitória de um projeto político definitivo não existe.

1.2. Categorias Centrais da Teoria do Discurso

Discurso, articulação, identidade, antagonismo e hegemonia apresentam-se como categorias centrais na Teoria do Discurso, ocupando, em seu sentido político, um lócus ontológico na construção das identidades políticas e sociais. Juntamente com essas, outras categorias analíticas importantes, como prática articulatória, ponto nodal, significante vazio, significante flutuante, lógicas de equivalência, lógica da diferença, sedimentação e reativação, ideologia e identidade como identificação, entre outras, completam uma proposta teórica complexa e rica para compreender fenômenos políticos, sociais e culturais de nosso tempo atual.

Discurso e Articulação

Para Laclau e Mouffe, a realidade não pode ser apreendida diretamente, mas torna-se inteligível apenas por meio de “mediações discursivas”. Nesse sentido, o discurso é mais que palavras, ele articula palavras e ações a fim de construir sentidos que vão disputar espaço no social. Assim, o discurso é tudo que tem significado social, como ações, performance, falas, imagens. Como ato comunicacional, não é a simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, individuais e coletivas, que têm tanto natureza material como não mental e/ou ideal, e que produzem sentidos.

Nessa perspectiva, embora sempre continue com seu caráter aberto, dada à sua precariedade em estabelecer estabilidade, todo discurso é uma tentativa de dar conta do social, ou seja: o discurso tem um estatuto de “constitutivo” de definir um sentido à realidade e de construir as suas múltiplas conotações. Em outras palavras, o significado da realidade é construído discursivamente. Assim, o discurso constrói o horizonte de sentido e, dessa forma, todas as ações possuem um significado que é construído no campo discursivo, não havendo então uma separação entre discurso e prática – daí a noção de prática discursiva, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos articulados em identidades e/ou grupos sociais são ações significativas.

O social é, portanto, significativo e hermenêutico, não apresentando-se como algo a ser simplesmente desvendado, desvelado, mas compreendido a partir de sua diversidade de formas e das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, sempre contingentes e precárias.

Já a articulação pode ser entendida como toda prática que estabelece uma relação entre elementos cuja identidade é modificada como resultado dessa prática. O discurso seria, dessa forma, a totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória. A articulação também supõe a possibilidade de especificar separadamente a identidade dos elementos articulados. Assim, a existência de articulações é uma necessidade que o social tem para conter, de forma precária, o contingente, ou seja, o jogo das diferenças.

Para serem corretamente compreendidas, essas distinções requerem três tipos de esclarecimentos: quanto ao tipo de coerência específica de uma formação discursiva (que se aproxima daquela que caracteriza o conceito de “formação discursiva” de Michel Foucault, como sendo a regularidade na dispersão); em termos das dimensões do discursivo, e em termos da abertura ou fechamento que uma formação discursiva apresenta. Assim, na

perspectiva de Laclau e Mouffe, a articulação é uma prática discursiva que não tem um plano de constituição a priori ou que esteja à margem da dispersão dos elementos articulados. (LACLAU e MOUFFE, 1987).

Denominando qualquer diferença que não seja discursivamente articulada como elemento e as posições diferenciais que aparecem articuladas dentro de um discurso como momentos, os autores argumentam que, numa totalidade discursiva articulada, em que cada elemento ocupa uma posição diferencial e é reduzido a um momento dessa totalidade, toda identidade é relacional. Dessa forma, a contingência e a articulação tornam-se possíveis devido ao fato de nenhuma formação discursiva ser uma totalidade saturada e, assim, a fixação dos elementos nos momentos nunca é completa. (Ibidem, p. 179)

Identidade

No que se refere à abordagem sobre o conceito de identidade, Laclau e Mouffe nos atentam para o fato de que as condições da luta política no capitalismo contemporâneo têm se afastado cada vez mais do modelo de uma "política de fronteiras" do século XIX, que é bem definida e delineada. Assim, a disputa de discursos no processo hegemônico do mundo de hoje produz efeitos sobre as identidades que, como vários autores já têm apontado, são múltiplas, descentradas, deslocadas e fragmentadas, e estão em processo constante de reconstrução e abertas a diferentes articulações, sempre parciais e não definitivas. Nesse sentido, Laclau ressalta que, mais que falar de identidades em ação, teríamos que trabalhar com identificações para destacar o caráter de processo e de contingência.

Diante disso, o discurso político presente nas narrativas em disputa pela hegemonia tem a virtude e o poder de articular essas identidades múltiplas e contingentes dos sujeitos, reconfigurando-as por meio da construção do senso comum sobre um problema na medida em que consegue seguidores e apoiadores dessa narrativa. Dessa forma, as identidades são um produto das relações de antagonismo, ou seja: são construídas por meio da diferença. Para Laclau e Mouffe, as identidades políticas são sempre identidades coletivas que se expressam na forma de uma relação entre nós/eles, uma relação antagônica que pode ou não se expressar de forma agonística.

Nessa perspectiva, o social pode ser entendido com algo que é aberto e polissêmico, se definindo como um articulador de demandas, e as identidades coletivas estão sempre relacionadas à criação de um “nós” que só pode existir a partir da demarcação de um “eles”, e essa distinção é a condição única que possibilita a formação de identidades políticas que sempre pode se tornar um espaço de antagonismo.

Segundo Mouffe (2014), o que confere identidade a um discurso político é a estruturação de um “outro” em oposição a quem se afirmar – o “nós”, e a identidade é constituída então a partir dessa diferença, que demarca o outro como o seu “exterior constitutivo”. Em outras palavras, a construção de uma identidade só se efetiva em antagonismo a uma outra identidade. Uma vez que a articulação é a lógica de fixação realizada no nível político-discursivo, o discurso político que conforma os antagonismos tem a capacidade de articular as identidades múltiplas e contingentes dos sujeitos.

Antagonismo e Agonismo

Na construção do conceito de antagonismo, os autores se apoiam na abordagem do filósofo italiano Lucio Colletti, que define antagonismo como uma relação não objetiva em que o social constitui um sistema objetivo e infinito de diferenças e no qual as identidades lutam agonisticamente para se estabelecerem. (LACLAU e MOUFFE, 1987)

Assim, quem nos brinda com os conceitos de antagonismo e agonismo é a teoria política de Chantal Mouffe (2000). Para a autora, ambos os conceitos se relacionam à forma pela qual a política e o conflito são concebidos, mas tendo diferentes abordagens no processo de compreensão das dinâmicas políticas. Segundo Mouffe, algumas teorias, como a de Hannah Arendt, veem o político como um espaço de liberdade e de deliberação pública, enquanto outros veem-no como um espaço de poder, conflito e antagonismo. Esta segunda perspectiva é a que sustenta o pensamento de Mouffe e Laclau.

Nesse sentido, o antagonismo revela a existência de conflitos para os quais não existe uma solução racional, ou de criação de consensos, implicando na impossibilidade da reconciliação final de todas as visões, uma vez que a negatividade é constitutiva das sociedades humanas e nunca poderá ser superada. Dessa forma, o antagonismo é inerente ao político e revela as posições diversas da sociedade, em que o significado social, em alguma medida, é sempre contestado e não pode ser completamente estabilizado. Assim, as disputas de narrativas presentes no contexto democrático remetem a uma confrontação entre diferentes práticas e projetos antagônicos, e as questões políticas sempre irão envolver escolhas entre alternativas de sociedade que muitas vezes são opostas. A rigor, os antagonismos não são internos, mas externos à sociedade, ou melhor, estabelecem os limites da sociedade, a impossibilidade de esta ser plenamente constituída. (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 215)

O antagonismo expressa conflitos que não podem ter uma solução racional, e pode adotar diversas formas, como na oposição entre amigo/inimigo, de Carl Schmitt (1992), que implica na luta pela tentativa de eliminação do outro, do inimigo. Neste caso, o conflito é irreduzível e fundamentalmente irreconciliável, e não pode ser superado por meio do diálogo ou da negociação. Trata-se de um conflito que envolve posições políticas que são mutuamente exclusivas e que não podem coexistir, as diferenças políticas são tão profundas que as partes envolvidas não podem compartilhar uma comunidade política comum. Assim, no antagonismo, o objetivo muitas vezes é a eliminação ou a derrota completa do outro lado, que pode envolver o uso da força, a exclusão política ou a marginalização daqueles que são vistos como inimigos políticos. O antagonismo tende a levar a uma polarização extrema na política, com linhas divisórias rígidas e hostilidade profunda entre os grupos em conflito. (LACLAU e MOUFFE, 1987)

Porém, dentro da sociedade política, essa eliminação do outro não pode ser admitida, já que conduziria à destruição da associação política. Assim, o conflito antagônico pode se manifestar pela forma agonística, em que não há uma relação de amigo/inimigo e sim entre adversários que reconhecem a legitimidade das demandas do seu oponente, ainda que não concordem com elas e com o projeto político que se pretende construir entorno delas. O que existe entre esses adversários é um “consenso conflitual”: somos adversários e não inimigos. Ainda que saibam que não existe uma solução racional para o conflito, que é a construção de um consenso entre os projetos em disputa, os adversários aceitam uma série de regras para regular o conflito, estando de acordo com os princípios ético-políticos que organizam a sua associação política, mas em desacordo com relação à interpretação desses princípios.

O agonismo promove a ideia de pluralismo político, no qual diferentes visões políticas coexistem e competem dentro de uma arena democrática. Isso permite uma diversidade de vozes e perspectivas na política. A luta agonista é, assim, compatível com a democracia, já que o conflito é uma parte inevitável da política e é considerado como algo que pode ser contido e regulado dentro de uma ordem política. (Ibidem)

Contudo, Mouffe (2000) nos alerta que, nessa compreensão da luta agonista, um dos riscos é que atualmente o modelo adversarial – similarmente ao modelo antagônico – se expressa por meio do registro moral, ao se utilizar a terminologia do bem e do mal para traçar a fronteira entre o nós e o eles, em que nós seríamos os “bons” e eles os “maus”. Nesse aspecto da moralização da política, quando os oponentes não se definem de modo político e

sim moral, não podem ser percebidos como adversários, mas apenas como inimigos, e o debate agonista de projetos e alternativas nesse caso não é possível, sendo substituído pela eliminação do outro, do inimigo.

Ponto Nodal, Cadeia de Equivalências, Significantes vazio e flutuante e Sujeito Político

Considerando que a dimensão hegemônica da política só se expande na medida em que aumenta o carácter aberto e não saturado do social – e em condições sempre mutáveis que exigem a constituição constante de novos sistemas de diferenças – é a partir dessa perspectiva que Laclau constrói as noções de “cadeia de equivalências”, “ponto nodal”, “significante vazio” e “significante flutuante”, a serem aplicadas na análise dos discursos sobre os quais decorre esta tese. Segundo o autor, essas categorias estão relacionadas ao conflito político antagônico que se aglutinam, e sua existência só faz sentido se olharmos para dentro do próprio conflito.

Lembrando que discurso não é uma simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social, para Laclau e Mouffe, a noção de ponto nodal está diretamente relacionada com a articulação: uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida (LACLAU & MOUFFE, 1985). É o ponto nodal que determina os limites do discurso, do que está e não está articulado, o que ele representa e o que não representa, e que aglutina outros discursos em torno de si, sendo o ponto que condensa e determina o discurso. Assim, toda prática articulatória resultará num ponto nodal, que representará todas essas particularidades. A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente. (Ibidem, p. 188).

Segundo Mendonça (2009, p. 157-160), esses elementos não deixam de continuar sendo elementos e, contingencialmente, se tornam em elementos-momentos numa determinada prática articulatória. Esses elementos organizam-se a partir desse ponto nodal como princípio articulador cujo discurso é o seu resultado. Essa organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar seu sentido e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si. Conforme já mencionado, essa fixação de sentidos é sempre parcial, precária e contingente e nada pode garantir que determinado discurso ou grupo social a priori consiga articular outros discursos ou grupos sociais.

Outra categoria-chave para a compreensão da lógica discursiva laclauniana é o conceito de cadeia de equivalência. Para tanto, vale a pena recorrermos brevemente a um dos principais temas brindados por Mouffe e Laclau: o populismo. O populismo é entendido não a partir dos grupos sociais em si, mas pelo resultado de uma articulação das suas práticas sociais. Um movimento não pode ser considerado como populista por apresentar em sua ideologia elementos que são identificadas como populistas, mas sim porque apresenta uma determinada lógica de articulação desses elementos. (LACLAU, 2009)

Nesse sentido, a primeira pré-condição do populismo é a existência de uma situação em que todas as demandas de um grupo ou movimento tendem a se reagrupar formando, dessa forma, uma cadeia de equivalências. Essa situação de lógica de equivalência divide constitutivamente cada demanda individual, por um lado, na sua própria particularidade e, por outro, por meio dos “vínculos equivalenciais” ao conjunto de outras demandas. Dessa forma, a constituição de uma cadeia de equivalências ocorre pela aglutinação de diferentes demandas em torno de uma delas. Esta, por sua vez, passa a ter potencial para funcionar como um “significante vazio” na medida em que perde sua singularidade originária para significar todo o conjunto de demandas (Ibidem).

O significante vazio ocorre quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata. Isso se dá, segundo Laclau (1996), quando, numa prática articulatória, a cadeia de equivalências (elementos/momentos articulados) expande polissemicamente seus conteúdos, inflacionando-se sobremaneira de sentidos (MENDONÇA, 2009, p. 162). Em outras palavras, o significante vazio se refere a palavras ou elementos de um discurso que, devido à sua universalização, perdem seu significado originário para que um conjunto de demandas e propostas que se assentam nesse discurso converjam em torno dele. Os significantes vazios são aqueles que, mesmo sem se relacionarem a um significado específico, continuam fazendo parte de um sistema simbólico pela experimentação de sua negação radical: a experimentação de sua falta, de sua ausência. Quanto mais estendida for a cadeia de equivalências de um determinado significante vazio, menor será a capacidade de cada luta concreta permanecer fechada em sua demanda particular (Ibidem, 163).

Desse modo, a prática da hegemonia possui uma relação direta com a disputa por preencher, com significados específicos, os significantes vazios nos momentos de crise em que esses significados tendem a se afastar de seu significante, provocando um deslocamento na estrutura relacional em que estão inseridos. Os significantes vazios costumam aparecer em termos de forte apelo universalista, como “ordem” ou como valores ético-políticos de igualdade e liberdade – como destacados por Mouffe, assumindo posição central na transformação de antagonismos particulares em demandas universalizadas. (MACHADO, 2016)

Já os significantes flutuantes são aqueles que, pela sobredeterminação inevitável de seu sentido, podem ser deslocados de um discurso original e que na disputa política pela hegemonia passam a ter o seu significado reapropriado e ressignificado por outro discurso concorrente, adquirindo nova identidade e transformando, da mesma forma, a totalidade do novo discurso. Os significantes flutuantes funcionam como uma forma de incorporar pautas do grupo antagonista – o “eles”, e são fundamentais às práticas hegemônicas por sua capacidade de instituir ligações entre as cadeias discursivas pelas quais estes significantes “flutuam”. (LACLAU, 1996, p. 94-5)

Em síntese, enquanto o significante vazio se relaciona com a construção de uma identidade por meio da pressuposição de uma fronteira estável, o segundo busca apreender conceitualmente a lógica dos deslocamentos dessa fronteira. Assim, tanto significantes flutuantes quanto vazios devem ser tomados como dimensões parciais e complementares de qualquer processo de construção hegemônica (LACLAU, 2007, p. 168). A hegemonia apareceria, dessa forma, como um jogo de equivalências e diferenças; uma prática política que se tornaria especialmente visível numa sociedade marcada pela transparência dos antagonismos e pela contingência das identidades, na qual seria possível reorganizar os elementos/momentos de seus discursos constitutivos de forma a aglutinar ou excluir interesses e reposicionar barreiras delimitadoras da identidade de seus agentes (MACHADO, 2016, p. 208).

Conforme elucidam Laclau e Mouffe, o campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias, ou seja, um campo em que os “elementos” não se cristalizaram em “momentos”. Em um sistema fechado de identidades relacionais, em que o significado de cada momento é absolutamente fixo, não há lugar para uma prática hegemônica. Ou seja: um sistema de diferenças plenamente realizado, que excluísse todos os significantes flutuantes, não abriria o campo para qualquer articulação, uma vez que o princípio da repetição dominaria toda a prática dentro dele e não haveria nada para hegemonizar, já que a hegemonia supõe o caráter incompleto e aberto do social, que só pode se constituir num campo dominado por práticas articulatórias (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 229).

Assim, por fixar o fluxo das diferenças, o discurso se constituiria, então, como uma tentativa de dominar o campo da discursividade. Dessa forma, tanto os pontos nodais como a cadeia de equivalências identificados em uma prática discursiva assumem a função de fixar parcialmente os sentidos do social que, conforme já mencionado, é aberto, contingente e polissêmico, caracterizando-se como elementos articuladores das diferenças.

Nesse sentido, a construção de um sujeito político ocorre a partir da articulação das cadeias de equivalências entre diferentes demandas coletivas por meio da oposição, da negação e do conflito que são estruturados entre um “nós” e um “eles”. O deslocamento de posições que o sujeito pode ocupar é imposto estruturalmente, quando uma situação desestabiliza o seu discurso, abrindo espaço para novas articulações, o que poderá possibilitar o surgimento de uma nova identidade.

Uma vez que a imagem do sujeito como fonte de ação é o resultado de relações hegemônicas, e como esta nunca pode ser fixada definitivamente como uma posição no discurso, ideologia ou estrutura, o sujeito está aberto a constantes processos de articulação que o fixam e subvertem, simultaneamente, sempre de forma parcial e não definitiva, constituindo, portanto, o efeito da ação política e não o seu fundamento (ROMANO, 2023).

1.3. Dialogando com a Hegemonia e Bloco Histórico em Gramsci

Segundo Galván (2012), o aporte teórico de Gramsci supõe uma ampliação do conceito leninista de hegemonia nos sentidos político e histórico. Se Lenin insistia no aspecto puramente político da hegemonia, para Gramsci, o terreno essencial da luta contra a classe dirigente se situava na sociedade civil, à medida que o grupo que a controla é o grupo hegemônico, e a conquista da sociedade política coroa a hegemonia, ao estendê-la ao conjunto do Estado.

Lembrando que o Estado em Gramsci é a junção da sociedade civil com a sociedade política e, ao contrário da perspectiva leninista, a hegemonia diz respeito à primazia da sociedade civil sobre a sociedade política (PORTELLI, 1979 apud GALVÁN, 2016, p. 119), já que consiste numa operação fundamentalmente cultural que vai além da unificação de forças estabelecida por dirigentes políticos, constituindo-se também por uma liderança intelectual e moral que articula uma vontade coletiva orientada por um sentido nacional-popular. Se trata de uma operação complexa de articulação de forças em um projeto histórico novo, não construída por meras ordens, mas por uma capacidade intelectual propositiva, de sedução e síntese, que cria uma nova identidade coletiva. Assim, a hegemonia é o resultado e o objetivo final de um trabalho político continuado, complexo e sustentado, em que a cultura, a ideologia e os símbolos desempenham um papel central, onde a sociedade civil constitui o terreno principal dessa luta (escola, tribunais, igreja, associações civis ou meios de comunicação)

Esse combate ideológico é o aspecto central da luta pela hegemonia, constituindo-se como uma tarefa cultural prolongada e que exige grandes capacidades de organização, intelectualmente orientada para fazer com que os governados se tornem independentes dos governantes para destruir uma hegemonia e assim construir outra (GRAMSCI, Cadernos, IV, p. 201 apud GALVÁN, 2012, p. 127).

Galván aponta quatro componentes fundamentais da hegemonia segundo Gramsci. O primeiro seria a noção de deslocamento, no sentido de heterogeneidade e desagregação de elementos e setores sociais, que abre a possibilidade de articulação em torno de diferentes projetos. O deslocamento está diretamente relacionado ao antagonismo, que divide a sociedade – seja em classes, como em Gramsci, ou em inúmeras identidades politizáveis, tornando possível e necessária uma atividade hegemônica que aspire ao restabelecimento da unidade social: o conflito. Essa tensão permanente para superar o conflito, que é a sua razão

de ser, é constitutiva da hegemonia. Além disso, é necessário também que no plano ideológico exista um certo vácuo em torno de referências centrais de uma sociedade, que são suscetíveis de serem “ocupadas” por uma operação hegemônica.

O segundo componente é a articulação em que ocorre a passagem do particular (consciência "econômico-empresarial") para o universal ("ético-político"), e da representação dos interesses parciais para interesses gerais, de forma que se renove o campo político e que, portanto, vai além da mera “manipulação”, construindo uma nova “vontade coletiva nacional popular”.

O terceiro consiste na integração parcial dos grupos subordinados no projeto do grupo dirigente, o que permite a mobilização dos primeiros ou, pelo menos, a neutralização dos dissidentes ao qual estão inseridos, sendo complementado pelo isolamento e/ou repressão dos grupos subalternos construídos como antagonistas. Essa integração não é apenas “funcional”, mas também acontece com as ideias dos subordinados, numa operação permanente que mantém sempre aberta a luta hegemônica.

Por último, o quarto componente diz respeito às condições de possibilidade que determinam qual força ou grupo social pode aspirar com sucesso a hegemonia. Apesar de Gramsci não deixar dúvidas sobre o caráter de classe de toda hegemonia, essas “condições” impedem que uma teoria da hegemonia se mova “no vácuo” ou caia numa espécie de idealismo discursivo pelo qual qualquer grupo pode alcançar a hegemonia.

A hegemonia, para Gramsci é o momento máximo de desenvolvimento de uma força social, em que se consegue a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, ultrapassam o círculo empresarial, um grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se interesses de outros grupos subordinados, quando as ideologias anteriormente germinadas tornam-se um “partido”, entram em confronto e declaram-se em luta até que um deles ou pelo menos uma única combinação deles tende a prevalecer, a se impor e a se espalhar por toda a área social, determinando, além da unidade dos propósitos econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral, e colocando todas as questões em torno das quais a luta ferve não no nível corporativo, mas “universal” e criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, Cadernos V, pp. 36-37 apud GALVÁN, 2012, p. 141-142)

Em ‘Estado e Teoria Política’, Martin Carnoy (1988), apoiando-se nas contribuições de Henry Giroux (1981), argumenta que o conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais. O primeiro consiste num processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerceria o controle por meio de sua liderança moral e intelectual sobre outras frações aliadas da classe dominante, não impondo a sua própria ideologia a esses grupos, mas a partir de um processo politicamente pedagógico pelo qual se articula um princípio hegemônico que combina elementos comuns e extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados.

No segundo conceito, assim como para Galván (2012) e Chantal Mouffe (1979), a hegemonia em Gramsci compreenderia as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. Entretanto, essa relação de consentimento não é absolutamente estática, mas move-se num terreno em constante deslocamento a fim de acomodar-se à natureza mutante das circunstâncias históricas e às exigências e ações reflexivas dos seres humanos. Nesse sentido, a hegemonia não é uma força coesiva, mas é plena de contradições e sujeita ao conflito (BUCCI-GLUCKSMANN, 1974; MOUFFE (1979); GIROUX, 1981 apud CARNOY, 1988, p. 95)

Buscando contribuir para uma teoria sistemática da hegemonia, Javier Balsa (2006) tenta esclarecer o conceito de hegemonia partindo de uma definição minimalista e do

desenvolvimento dos diferentes termos nela incluídos, uma vez que propõe traçar orientações para a operacionalização da hegemonia para a reflexão sobre situações não-hegemônicas de dominação, bem como sobre a relação entre democracia e hegemonia.

Para tanto, se faz necessário considerar planos de construção da hegemonia, que não funcionam de forma independente, mas sim articuladas: 1) aquele que é construído como alianças de classe, um acordo político entre sujeitos sociais inalterado por tal aliança; 2) como direção intelectual e moral, no plano discursivo, onde não haveria um deslizamento infinito de significados somado de fixações historicamente ancoradas, como as classes sociais e 3) aquele que é construído como transformação dos modos de vida das classes dominadas com a aceitação da dominação.

Considerando que a hegemonia se caracteriza precisamente pelo fato de não conseguir saturar o espaço social, para Balsa, a “questão da aceitação” é sempre uma questão de graus/níveis que envolve a extensão social e sua profundidade, uma vez que o autor propõe estimar metodologicamente quantos dos integrantes de cada fração de classe aceitam a dominação e/ou direção da classe dominante, sendo necessário analisar a profundidade dessa aceitação em cada um dos indivíduos analisados. Além disso, a ideia de aceitação implica algum nível de comportamento “voluntário”, no sentido de diferenciá-lo de comportamentos determinados apenas “por coerção”. A “vontade” é construída socialmente, por meio de múltiplos processos de socialização que nos ensinam o que “deveríamos” querer, e a coerção não está ausente nestes processos de socialização (os pais, as escolas e outros mediadores que estabelecem limites aos nossos desejos e muitas vezes incluem uma dose de coerção física). Assim, o carácter “voluntário” da aceitação da dominação não implica uma ideia ingênua que negue as determinações mais profundas que o poder (não só de classe, mas, por exemplo, patriarcal) impõe ao desejo recorrendo a coerções mais explícitas ou mais implícitas, presentes ou armazenados na memória das sociedades (BALSA, 2006).

Nesse processo, Balsa nos convida a considerar a luta permanente pela hegemonia e compreendê-la mais em termos de grau e esquemas de relações de poder do que pela presença ou ausência destes. Isso envolve tanto o estabelecimento consensual de uma relação de dominação social, em que um setor social procura impor e defender os seus interesses setoriais, como um trabalho eminentemente ideológico em que os atores modificam suas identidades, tendo como ponto central a questão discursiva.

Para cada conjuntura particular, são propostas múltiplas articulações, algumas alcançando maior eficácia interpelativa, impondo-se às outras e tornando-se hegemônicas. Essas articulações são múltiplas tanto no sentido de haver pluralidades na tensão ou antagonismo dentro de cada um desses planos e entre os vários planos.

Diferentemente do que pregava Gramsci, para Balsa, as lutas pela hegemonia não ocorrem apenas no seio da sociedade civil como um todo, mas no terreno de cada indivíduo, sendo a arena democrática o lugar dessa disputa.

Nesse sentido, o autor aponta a existência de duas lógicas de articulações estratégicas para a conquista da hegemonia. A primeira é a lógica administrativa (democrática ou institucionalista para Laclau), em que se procura articular a maioria dos significantes dentro de uma única cadeia e, dessa forma, integrar as demandas de forma “diferenciada”. Nessa lógica, todos os sujeitos/demandas podem estar contidos numa mesma proposta hegemônica, desde que assumam o seu devido lugar na cadeia e, no caso dos atores hegemonzados, a posição subordinada. Por outro lado, há a articulação agonista para Balsa (ou populista para Mouffe) na qual, em outro tipo de operação hegemônica podem ser construídas pelo menos duas grandes cadeias de significantes, opostas entre si, onde a conquista de as demandas de uma cadeia só podem ser realizadas por meio da negação das demandas e interesses da outra.

Para Gramsci, um bloco histórico é precisamente a união do conteúdo estrutural material à forma ético-política (GRAMSCI, Cuadernos, III, p. 248), que jamais se dá de forma espontânea ou linear, mas que é mediada e contraditória. Hughes Portelli (1979) defende que o conceito de bloco histórico é o coração da teoria gramsciana, já que se refere a uma formação histórica determinada que torna inteligível a totalidade social. Assim, o bloco histórico seria a construção de um sistema hegemônico que institui uma visão do mundo correspondente à direção da classe social que já é fundamental no nível econômico. Nesse sentido, a vinculação orgânica entre a estrutura e a superestrutura são efetuadas por certos grupos sociais cuja função é operar não no nível econômico, mas na superestrutura. Estes grupos são nada mais que os intelectuais, mas não como indivíduos (intelectuais tradicionais), mas como massa (PORTELLI, 1979, p. 9 apud GALVÁN, 2012, p. 125).

Para Gramsci, a formação de uma intelectualidade própria é um fator determinante na capacidade hegemônica de todo grupo social, uma condição fundamental da agência política: uma massa não se distingue e não se torna independente por si mesma sem se organizar, e não há organização sem intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes. (GRAMSCI, Cuadernos, IV, p. 253).

Na leitura de Portelli (1983), os intelectuais orgânicos são os representantes de toda tradição cultural de um povo, resumo e síntese de toda sua história, sendo isso vital para a desagregação de blocos ideológicos, na medida em que leva à possibilidade de superação da hegemonia da classe dominante por um desenvolvimento histórico cuja síntese só pode ser o rompimento da ligação orgânica entre as sociedades no seio do bloco histórico, o que levaria ao desenvolvimento de um bloco histórico diferente.

Daniel Campione adverte que a criação de um novo bloco histórico não pode ser englobado numa política de alianças, mas que constitui a construção de uma nova totalidade social, na qual se revolucionam as forças materiais e as superestruturas. Os intelectuais ocupariam o papel de soldadores desse novo bloco, cuja configuração marca o início de um novo período histórico (CAMPIONE, 2007, p. 50). Assim, essa nova totalidade, é construída – e não necessária, e tem certas condições de possibilidade, fixadas no terreno da economia, mas não ocorrerá ao menos que alguém o faça, e esse alguém é uma figura fundamental no pensamento gramsciano: o intelectual orgânico (GALVÁN, 2012).

1.4. A Noção de Hegemonia em Laclau e Mouffe

Retomando Laclau e Mouffe, conforme apontado, o limite do social não pode ser traçado como uma fronteira que separa dois territórios, uma vez que a percepção da própria fronteira supõe olhar para aquilo que se encontra além dela, que seria o surgimento de uma nova diferença. O limite do social se daria, assim, no próprio interior do social como algo que subverte, que destrói a sua aspiração de constituir uma presença plena. Dessa forma, a sociedade não chega a ser totalmente sociedade porque tudo o que ela contém está penetrado por seus limites, que a impede de se constituir enquanto uma realidade objetiva, ou seja, a sociedade enquanto uma totalidade fechada e inteligível é impossível de existir. Nesse sentido, quanto mais instáveis são as relações sociais e menos se consegue alcançar um sistema definido de diferenças, mais se proliferarão os pontos de antagonismos (LACLAU e MOUFFE, 1987).

A produção dos “efeitos de fronteira” – que são a condição de expansão da negatividade própria dos antagonismos – deixa, portanto, de se fundar em uma separação dada e evidente no marco referencial adquirido e se transforma no primeiro dos problemas políticos na mesma produção desse marco e constituição das identidades que se enfrentarão antagonicamente. Isso amplia imensamente o campo das práticas articulatórias e

recompositivas, ao mesmo tempo em que transforma a fronteira em algo ambíguo e estável, submetido a constantes deslocamentos. (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.228)

Considerando que a abertura e a indeterminação do social atribuem ao antagonismo um caráter primário e fundante, esses elementos não apenas asseguram a existência de práticas articulatórias, mas também de práticas hegemônicas, permitindo levantar novos problemas da relação entre hegemonia e democracia (Ibidem, p.246).

É a partir dessa perspectiva que Laclau e Mouffe retomam o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, trazendo-o para a Teoria do Discurso e levantando a necessidade de reconhecer que uma ordem social é uma articulação contingente de relações de poder que carece de um fundamento racional último ou de um destino natural já dado. A dimensão hegemônica da política só se expande na medida em que se incrementa o caráter aberto e não saturado do social.

Em toda sociedade as visões e narrativas sobre ela – ou dela, são sempre produto de uma série de práticas hegemônicas que criam determinada ordem em um contexto contingente: As coisas sempre poderiam ter sido diferentes, já que uma ordem implica a exclusão de outras possibilidades e é sempre política e não “natural”.

Contudo, as ordens hegemônicas, como aquela estabelecida pela globalização neoliberal, procuram se apresentar como um destino que tem que ser aceito, já que não existiriam mais alternativas. Procuram fazer esquecer que o atual estado de globalização, longe de ser natural, é resultado de uma hegemonia neoliberal e tem sido estruturado por meio de relações de poder e atores específicos. Mas elas podem ser desafiadas e transformadas, havendo sempre alternativas disponíveis ou que podem vir a ser criadas no processo de disputa. Assim, a hegemonia é a própria tentativa de constituição de uma relação de ordem.

Do ponto de vista metodológico, o olhar de Laclau faz da hegemonia uma peça fundamental para análise, não tanto para caracterizar um momento político hegemônico, mas, pelo contrário, para compreender aqueles momentos ou períodos nos quais a ordem política ou institucional está sendo questionada, fazendo que os sujeitos não respeitem os laços estabelecidos pelos regimes políticos. Ou seja, momentos em que a ordem não está claramente hegemônica pelos sujeitos políticos em disputa e nos quais se incrementa a disputa política entre discursos visando construir hegemonia (ROMANO, 2023).

Em um sistema fechado de identidades relacionais, no qual o sentido de cada momento está absolutamente fixado, não há lugar para uma prática hegemônica. Uma vez que a contingência e a articulação são possíveis, nenhuma formação discursiva é uma totalidade saturada, e a fixação dos elementos em momentos nunca é completa. É este o ponto central da definição de hegemonia por Laclau e Mouffe.

Dessa forma, a hegemonia corresponderia, ao momento em que uma identidade assume temporariamente a representação de uma totalidade, e um discurso hegemônico é essencialmente um discurso aglutinador, sistematizador de unidade e de representação das diferenças (LACLAU e MOUFFE, 1987).

Mas esta relação hegemônica está sempre “contaminada”, já que é o resultado da expansão de um elemento particular que ocupa esse lugar, e conseqüentemente, sua “função” universal hegemônica é sempre modificável. Aqui radica precisamente o caráter político da hegemonia, ao ser o resultado de relações de poder e não a expressão de nenhum fundamento último nem essencial que expresse uma relação de identidade entre o particular e o universal.

Nesse sentido, a hegemonia só se constitui em um campo que é percorrido por antagonismos, e as condições de existência de um discurso hegemônico serão sempre a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Assim, só é possível definir uma prática como hegemônica a partir da existência de um vasto terreno de elementos flutuantes e da sua possível articulação em campos opostos.

Para os autores, as duas condições de uma articulação hegemônica são, portanto, a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Só a presença de uma vasta região de elementos flutuantes e a sua possível articulação a campos opostos – o que implica a constante redefinição destes últimos – é o que constitui o terreno que permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras não se pode falar estritamente de hegemonia (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 231)

1.5. Hegemonia e Estratégias Discursivas

No sentido discursivo, Balsa (2017) entende que a hegemonia é constituída por uma articulação por meio da qual se estabelece uma relação entre elementos e cuja identidade é modificada em decorrência dessa prática. Dessa forma, o discurso articula não apenas palavras ou ideias, mas também certos grupos de práticas, instituições e organizações que são distinguidas pelo autor em cinco níveis de discursividade: 1) o nível de sedimentação do discursivo na linguagem, num sentido amplo incorporando o gestual e o plástico; 2) o nível de institucionalização do discursivo nas organizações e na legislação que confere força ilocucionária às afirmações emitidas por alguns posicionamentos; 3) o nível de comunicação de massa, que aumenta a capacidade de um enunciador de garantir que suas declarações cheguem a mais indivíduos e com maior frequência; 4) o nível econômico, no qual se articulam diferentes formas de produzir e distribuir, configurando formações econômico-sociais específicas e 5) o plano da encarnação de certos discursos na forma de diferentes modos de vida.

Para superar as complexidades da retórica percorrida por Laclau, Balsa propõe avançar em uma metodologia de análise das regularidades que compõem as cadeias de equivalência em suas repetições, recuperando as noções de formações discursivas e estratégias discursivas de Michel Foucault. Essa ideia também foi partilhada por Laclau e Mouffe, ao afirmarem que a formação discursiva implica em “regularidade na dispersão”.

Dentro da conceituação de Foucault, Balsa sugere estreitar o alcance dos conceitos de formações e estratégias discursivas à formação de objetos e à construção de conceitos. Para ele, os discursos formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam, portanto, é a classe dos objetos e não a sua mera enumeração que caracteriza uma formação discursiva. Assim, são as regras que definem o regime dos objetos possíveis, ou melhor, das práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

No plano conceitual, Balsa distingue dois níveis: a conceitualização do objeto, ou seja, as definições contextuais mais básicas que delimitam o significado mais simples, de “dicionário”, e que analiticamente ficam evidentes quando as formações discursivas são consideradas (seria o objeto em si). No segundo nível estão as “conceitualizações estratégicas”, que correspondem às articulações em cadeias significativas mais elaboradas, geralmente associadas outros conceitos ou elos em processos específicos que, em geral, também contêm avaliações mais explícitas. Essas conceitualizações estratégicas correspondem ou são evidentes analiticamente quando são consideradas as estratégias discursivas, ou seja: seriam regras da formação dos objetos. Metodologicamente, surge assim um primeiro nível de análise dos enunciados centrado na busca dos objetos e, por trás deles, das regularidades e pontos comuns, que revelariam as regras de formação desses objetos. Nesse sentido, o conjunto de enunciados que compartilham essa base objetual forma uma formação discursiva também compartilha um tipo de prática discursiva.

A eficácia interpelativa de uma formação discursiva fica evidente na medida em que seus locutores possuem o mesmo horizonte de objetos, constroem mundos discursivos com os

mesmos objetos, ou seja, desenvolvem as mesmas práticas discursivas sem ter consciência disso. Assim, essa base objetual comum permite, dentro de si, a emergência de discursividades opostas. Por sua vez, estas seriam as estratégias discursivas.

Balsa esclarece que os tipos de objetos são compartilhados dentro de uma mesma formação discursiva, mas pode haver conceitualizações diferentes e até opostas – conceitualizações estratégicas. Assim, dentro de cada formação discursiva, podem ser encontradas diferentes organizações de conceitos, agrupamentos de objetos, tipos de enunciados que formam temas ou teoria, e que se distinguiriam entre si a partir de determinados pontos de difração. Dessa forma, são as combinações estruturadas dessas conceitualizações que compõem as estratégias discursivas, no sentido serem teorizações que partem da base objetual comum da formação discursiva, mas com significados e interesses estrategicamente diferenciados.

Nas disputas pela hegemonia, desenvolvem-se várias lutas para articular certos significados (flutuantes) dentro de algumas estratégias discursivas, e não de outras. Em geral, tenta-se desarticular um significante da rede em que está enredado, para rearticulá-lo numa nova rede, ocorrendo, assim, uma eterna luta, já que as fixações são sempre perturbadas e interrompidas por outras intervenções hegemônicas que constroem significados e identidades por meio de diferentes cadeias de equivalências.

Dentro de cada formação discursiva ocorreria principalmente uma dupla disputa por hegemonia: a disputa sobre o que há, o tipo de objetos (plano ontológico) e a disputa sobre o que significa e como esses objetos são valorizados (plano ôntico). Em alguns casos existe um terceiro nível: o da negação de alternativas.

Na análise da disputa pela hegemonia, Balsa (2017) enumera dois níveis. O primeiro é o nível ontológico, em que a luta pela hegemonia em termos lógicos ocorre pela predominância de um tipo de objeto, baseada no sucesso da interpelação na definição do que há no mundo. É possível pensar neste plano como correspondendo ao nível do ontológico, o plano que se refere ao tipo de coisas que constituem o mundo social. Nesse nível, os sujeitos aceitam a direção e a dominação porque internalizaram uma descrição do mundo que favorece tal atitude (por exemplo, quando não se visualiza a existência de classes sociais ou outras relações de exploração) e, dessa forma, haveria uma hegemonia pela falta de visibilidade da dominação. A hegemonia definiria, assim, a ordem social à qual se impõe, uma espécie de lógica de construção da sociedade e seria típica da ordem política, entendida na medida em que o político teria o estatuto de uma ontologia do social.

Já o segundo nível de disputa consiste no ôntico-valorativo. Dentro de cada formação discursiva ocorreria outra disputa por hegemonia que se basearia na aceitação de determinados significados e valorações (conceitualizações estratégicas) dos objetos existentes. Depois de construída uma hegemonia no nível do que existe, esta deve ser reafirmada no nível do que significa e de como o que existe é valorizado. Nessas disputas, algumas estratégias discursivas se impõem, consolidando, assim, uma hegemonia discursiva no nível ôntico-valorativo. Neste caso, seria uma hegemonia pela aceitação da dominação, pela sua avaliação positiva. A hegemonia no nível ôntico-valorativo é, por definição, muito mais instável do que aquela que está na sua base (no plano ontológico), e as estratégias discursivas estão em constante luta dialógica, numa tentativa de desarticular os significantes-chave de uma cadeia equivalente oposta para rearticulá-los em suas próprias cadeias.

Há, ainda, um terceiro nível de disputa ou interpelação ideológica, que consiste na negação de alternativas. Este nível aparece quando as trincheiras anteriores falham na sua função defensiva de dominação, ou seja: quando a dominação se torna visível e é valorizada negativamente, os setores dominantes utilizam esse último recurso para defender a sua hegemonia. Este seria o terceiro nível de interpelação ideológica, o do que é possível, e o seu correlato em termos de dominação seria garantir que não haja crença na existência potencial

de uma ordem alternativa. Estaríamos, assim, na presença da hegemonia pela resignação, a última trincheira antes de se sustentar a dominação pela coerção direta, o que, para Balsa, significa um tipo de dominação não hegemônica. (ROMANO, 2022)

Balsa (2017) aponta, ainda, as operações de substituição. Nos casos em que a operação de desarticulação é muito difícil de realizar, por estarem fortemente enraizadas em determinadas estratégias discursivas, podem ser buscados significantes equivalentes e menos articulados em redes pré-existentes. Ele cita o exemplo do caso da substituição, na década de 1990, pelo neoliberalismo, do significante “povo” no discurso político latino-americano (bastante ligado aos nacionalismos populares) pelo significante “gente”. Neste exemplo, podemos observar que as regras de formação são diferentes: o “povo” faz parte de objetos sociais de tipo coletivo, abre também a possibilidade de um significado de tipo plebeu (“o popular”) e outro político, como o tema da democracia. Por outro lado, “gente” é uma mera soma de indivíduos que se apresenta como desprovidos de conotações sociais ou políticas, mas que na realidade faz parte de uma estratégia de atomização da cidadania e de despolitização desta. Esse seria, dessa forma, um exemplo de que, diante de uma articulação forte e sedimentada, é possível que alguns grupos sociais abandonem a disputa pelos referidos significantes e tentem instalar outros que, na medida em que constroem uma realidade social diferente, conformam uma nova formação discursiva, ou seja, procuram mudar as bases ontológicas da realidade social.

Por fim, Balsa nos lembra que a hegemonia como formações discursivas surgiu primeiro em termos lógicos e não em termos cronológicos, uma vez que é impossível apresentar uma formação discursiva sem nos situarmos dentro de alguma estratégia discursiva. Ao implantar a base de objetos, sempre nos aprofundamos nas conceituações. Ao mesmo tempo, a base objetual comum presente numa formação discursiva tende a produzir o favorecimento de algumas das estratégias discursivas possíveis dentro desta. Por exemplo: se os sujeitos agrários forem definidos pelo tipo de relação que mantêm com a propriedade da terra, será mais difícil esconder as relações assimétricas entre eles e, então, será mais fácil denunciar a exploração. (ROMANO, 2022)

O aporte de Balsa para os estudos sobre hegemonia nos permite visualizar a utilidade da análise de formações e estratégias discursivas para compreender os aspectos discursivos da luta pela hegemonia. Em primeiro lugar, porque permite observar a existência de diferentes regras de construção dos objetos discursivos, determinar o que há no mundo e, dessa forma, analisar como facilitam ou dificultam a visualização da dominação. Em segundo lugar, porque também nos permite reconhecer que, para além dessas visualizações ou ocultações, dentro de uma mesma formação discursiva é possível articular objetos de diferentes maneiras, a partir de determinadas estratégias discursivas. Diante disso, é possível observar como cada estratégia discursiva constrói uma teorização diferente, apesar de compartilhar uma base objetual comum com outras estratégias que possuem significados sociopolíticos diferentes e até antagônicos.

Portanto, o sentido político da hegemonia de uma formação discursiva não é fixo, mas está sempre aberto à forma como os objetos são articulados por cada estratégia discursiva. Na realidade, o seu significado dependerá do grau em que uma estratégia consegue impor a sua hegemonia ou coexistir com articulações de outras estratégias discursivas. mesmo daquelas pertencentes a outras formações discursivas. Tudo isso nos leva a afirmar ser mais coerente pensar a hegemonia não como uma existência plena e sem gradientes, mas como uma luta permanente. (Ibidem)

1.6. O Estado em Gramsci, Althusser e Poulantzas

A grande contribuição de Gramsci para a compreensão do Estado nas sociedades capitalistas é a ampliação do conceito marxista-leninista como um instrumento coercitivo da burguesia, ao incorporar ao Estado o aparelho de hegemonia (a superestrutura). Dessa forma, o Estado é, simultaneamente, instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e uma força repressiva – a sociedade política, que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados. (CARNOY, 1988, p. 98)

Anderson (1977 apud Carnoy, 1988) lembra que existe mais de uma definição de hegemonia e do lugar que nela ocupa o Estado no Cadernos do Cárcere. Contudo, a definição que parece ser mais útil para analisar as sociedades capitalistas avançadas é a de que a hegemonia se expressa tanto na sociedade civil como no Estado.

É a partir dessa definição que Gramsci formula a concepção de Estado ampliado, ao considerar o Estado como uma extensão do aparelho hegemônico, ou seja: ele é parte da hegemonia da classe dominante, do sistema desenvolvido pela burguesia para perpetuar e expandir seu controle sobre a sociedade no contexto da luta de classes. A incorporação do Estado na hegemonia da classe dominante aparece a partir da natureza da própria classe burguesa, pelo fato de esta ter se constituído como um organismo de movimento contínuo e capaz de absorver e transformar culturalmente a sociedade inteira. (ibidem, p. 100)

Nesse sentido, a noção geral do Estado inclui elementos referentes à noção de sociedade civil, no sentido de que o Estado = a sociedade política (Estado-coerção) + a sociedade civil. A sociedade política é tradicionalmente entendida como os aparelhos repressivos, o local da violência e da repressão, e a sociedade civil é o ambiente formado pelos organismos que elaboram e difundem ideologias, o lugar do consenso e da hegemonia. (ADAMS e PFEIFER, 2006, p. 241)

Em outras palavras, trata-se da “hegemonia armada de coerção”. Nesse caso, a hegemonia não é um polo de consentimento em contraste com outro polo de coerção, mas é a síntese de consentimento e repressão. A hegemonia não mais está limitada à sociedade civil, mas está presente no Estado como “hegemonia política em contraste com a hegemonia civil”. Assim, a hegemonia está presente em todo lugar, mas sob diferentes formas, e o Estado se conforma como um aparelho de hegemonia que abrange a sociedade civil, distinguindo-se desta por seus próprios aparelhos coercitivos (Anderson, 1977, 12-13 apud Carnoy, 1988, p. 99).

Entretanto, Anderson (1977 apud Carnoy, 1988) ressalta que há grande autonomia dos aparelhos hegemônicos privados frente ao Estado, sobretudo quando a fração da classe dominante que detém o poder político não é a classe hegemônica. Na sociedade civil, a função da hegemonia na sociedade civil, em que os aparelhos ideológicos são muito menos evidentes e, portanto, mais eficazes na mistificação da dominação de classe, difere dos aparelhos hegemônicos do Estado, que são muito mais perceptíveis no seu papel reprodutivo, especialmente porque estes são portadores da “couraça da coerção”, como, por exemplo, o sistema jurídico e a escola. (ibidem)

O Estado, como parte da sociedade civil e instrumento da dominação burguesa, deve ser um participante essencial na luta pela consciência, já que para Gramsci, o desenvolvimento burguês não se faz apenas por meio das forças de produção, mas pela hegemonia e na arena da consciência. Desse modo, o Estado é concebido como um “educador”, no sentido de tender precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Nesse campo, o Estado é também um instrumento de “racionalização”, aceleração e taylorização, operando segundo um plano no qual o direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade positiva e civilizadora empreendida pelo Estado (GRAMSCI, 1971, 247 apud CARNOY, 1988, p. 101).

Revolução passiva e Guerra de posição

Gramsci cunhou o termo "revolução passiva" para indicar a constante reorganização do poder do Estado no sentido de preservar a hegemonia da classe dominante e excluir as classes dominadas de exercerem influência sobre as instituições econômicas e políticas. Nesse conceito, está implícito um Estado ampliado cuja própria ampliação é produto de uma época moderna, na qual as massas se organizam e têm, pela primeira vez na história, potencial para o autogoverno. No enfrentamento com as massas potencialmente ativas, o Estado institui a revolução passiva como uma técnica que a burguesia tenta adotar quando sua hegemonia está de alguma maneira enfraquecida, e o aspecto “passivo” consiste em impedir o desenvolvimento de um adversário revolucionário, “decapitando” seu potencial revolucionário. (SHOWSTACK SASSOON, 1982c, 133 apud CARNOY, 1988)

A estratégia gramsciana para que a classe dominada alcançasse a “hegemonia proletária” não era um ataque frontal ao Estado, mas organizar trabalhadores e camponeses a partir dos alicerces de uma nova cultura: normas e valores de uma nova “sociedade proletária”, que confrontaria a hegemonia burguesa numa luta ideológica, em que as trincheiras se movimentariam para trás e para frente até que a nova superestrutura tivesse sitiado a antiga, incluindo o aparelho do Estado. Somente a partir dessa guerra de posição que faria sentido a nova classe hegemônica assumir o poder do Estado, já que controlaria de fato os valores e normas sociais, a ponto de ser capaz de construir uma nova sociedade usando o aparelho do Estado (Ibidem, p. 110)

Nesse sentido, a consciência constitui um ingrediente chave no processo de transformação, e a guerra de posição se conforma como a própria luta pela consciência da classe operária. Essa relação de forças políticas numa sociedade dependerá dos vários “momentos” ou “níveis” de consciência política coletiva. Carnoy (1988) enfatiza que, assim como Marx e Lenin, em última análise, Gramsci era um educador, ao acreditar nas qualidades intelectuais das massas e em sua capacidade de protagonizar, elas mesmas, a hegemonia de sua classe, ao invés disso ser feito em seu nome ou por um partido de vanguarda, de elite ou por uma elite burocrática responsável pelas teorias e táticas revolucionárias. É a própria consciência a fonte de poder para o proletariado, por sitiar o Estado e os meios de produção, assim como, por outro lado, a falta de consciência é a principal razão pela qual a burguesia permanece em sua posição dominante.

Althusser: O Estado como questão essencial

Louis Althusser atribui ao Estado uma posição central para a reprodução do sistema de produção e suas instituições “privadas”, tanto na reprodução da força de trabalho como na reprodução das relações de produção. A mais importante instituição que o Estado utiliza para executar esses dois tipos de reprodução é o sistema educacional capitalista – a escola. Assim como Gramsci, para Althusser (1971 apud Carnoy, 1988), a superestrutura está enraizada na estrutura e, dessa forma, o Estado está enraizado nas relações de produção.

O Estado constitui-se, dessa forma, na “máquina” de reprodução que capacita as classes dominantes a garantirem a sua dominação sobre a classe operária, assegurando-lhes a sujeição da classe dominada ao processo de extorsão da mais-valia. (ibidem) Dessa forma, Althusser retoma a concepção marxista original do “Estado como questão essencial”, ao definir o aparelho do Estado como uma força de execução e intervenção repressiva, e nessa luta de classes conduzida pela burguesia e suas elites contra o proletariado, é o Estado que define a sua função básica (ibidem).

Acrescentando às contribuições de Gramsci no desenvolvimento da natureza dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE)¹, Althusser destaca que a diversidade dos AIEs é unificada sob a ideologia dominante e nenhuma classe pode manter o poder do Estado, por um longo período, sem exercer, ao mesmo, tempo, a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado (ibidem, p. 127). Entretanto, o controle desses AIEs não é apenas necessário para a classe que tenta manter-se no poder, mas sobretudo pelo caráter dos AIEs como o lócus da luta de classes.

Assim, o controle do aparelho do Estado é útil para a classe no poder na medida em que lhe permite usar o aparelho repressivo (o governo, a administração, o exército, a política, os tribunais, as prisões) para impor a lei e é capaz de exercer a sua hegemonia por meio de seus AIEs. Nesse sentido, assim como para Gramsci, o aparelho hegemônico, controlado pela classe dominante, também leva a uma contra hegemonia, uma vez que há a possibilidade de contestar o poder do Estado e, portanto, o poder da classe dominante. Essa contestação ocorre não por meio do aparelho repressivo do Estado e com a força contrária baseada na violência, mas pelo desenvolvimento de uma contra ideologia (CARNOY, 1988, p.128)

Nico Poulantzas: O Estado e a luta de classes

Segundo Carnoy (1988, p. 141), a principal contribuição de Poulantzas ao debate sobre o Estado capitalista é sua análise do Estado em relação à luta de classes. Sua obra se concentra na natureza das classes sociais, no papel do Estado na formação e definição do conflito de classes e no efeito desse conflito sobre o próprio Estado. A partir dessa análise, deparamo-nos com um Estado inserido nas e definido pelas relações de classe – as “estruturas” da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que é um fator de coesão e regulamentação do sistema social no qual funciona. Assim os aparelhos do Estado assumem o papel de manter a unidade e a coesão de uma formação social, concentrando e sancionando a dominação de classes, reproduzindo, assim, as relações sociais – as relações de classe. Uma vez que os aparelhos do Estado constituem a materialização e a condensação das relações de classe, eles tentam, de alguma forma, representar os interesses da classe dominante. (POULANTZAS, 1975, 24-251 apud CARNOY, 1988, p. 142)

A ideologia dominante, ao assegurar a inserção prática dos agentes na estrutura social, visa a manutenção (a coesão) da estrutura e para Poulantzas, isso significa, sobretudo, a dominação e exploração de classe. É precisamente desse modo que no interior de uma formação social, a ideologia é dominada pelo conjunto de representações, valores, noções, crenças, ele através dos quais se perpetua a ideologia da classe dominante (POULANTZAS, 1974, 209 apud CARNOY, 1988, p. 133).

Para Poulantzas, a ideologia é parte da luta de classes, é a própria relação em que a dominação de classe funciona. Essa é a razão pela qual as classes dominadas experimentam necessariamente uma relação com as condições de existência dentro do quadro geral da ideologia dominante. Uma das características especiais da ideologia burguesa dominante é o fato de esconder a exploração de classe de um modo específico, na medida em que todo vestígio de dominação de classe está sistematicamente ausente de sua linguagem. Essa camuflagem combinada com o papel de coesão que a ideologia burguesa desempenha sob a dominância do sistema jurídico-político (que, por sua vez faz parte dessa ideologia), se reflete na íntima relação entre ideologia e Estado capitalista. O poder particular dessa inter-relação é

¹ Os AIEs são definidos como: o AIE religioso (o sistema das igrejas), o AIE educacional, o AIE familiar, que é também responsável pela reprodução da força de trabalho, o AIE jurídico, que também pertence ao aparelho repressivo do Estado, o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE das comunicações (imprensa, rádio, televisão) e o AIE cultural. (ALTHUSSER 1971, p. 143 apud CARNOY, 1988, p. 127).

que os indivíduos não parecem ser capazes, num único e no mesmo movimento teórico, de serem unificados e de atingirem sua existência social, exceto por meio da conquista da existência política no Estado. Assim, por meio da hegemonia, a liderança da classe hegemônica pode se apresentar como encarnando o interesse geral do povo-nação e, ao mesmo tempo, condicionar as classes dominantes a uma aceitação política específica de sua dominação. A ideologia, escondendo o relacionamento de classes e a subsequente exploração implícita na ideologia da individualização e reunificação do Estado-nação, possibilita à classe dominante reproduzir as relações de classe de tal modo que permaneça dominante. Ou melhor, a ideologia legitima a existência e o funcionamento de um Estado de classe (Ibidem, p. 134).

Nesse sentido, no contexto da ideologia dominante, o bloco no poder em Poulantzas é a expressão política das diferentes frações da classe dominante. É por meio do bloco no poder que essas diferentes frações são unificadas para governar, uma vez que a sua função é traduzir a ideologia dominante em ação concreta. É o bloco no poder que transforma a ideologia numa série de práticas materiais, costumes e morais, as quais agem como “cimento” na ligação das relações sociais, políticas e econômicas. A ideologia dominante incorpora-se, desse modo, aos aparelhos do Estado, os quais elaboram, inculcam e reproduzem essa ideologia. Esse papel é fundamental para a reprodução da divisão social de trabalho, das classes sociais e da dominação da sociedade por uma classe determinada.

Contudo, para Poulantzas, a autonomia relativa é a condição necessária para o Estado capitalista assumir papel na representação de classes e na organização política da hegemonia, e o próprio Estado se torna o objeto da luta. Ou seja, o Estado não é uma entidade instrumental que existe por si mesma, mas a condensação de uma relação de forças:

A correspondência em questão se estabelece em termos de organização e de representação: a classe ou fração hegemônica, além de seus interesses econômicos imediatos de momento e de curto prazo, deve assumir o interesse político geral das classes e frações que constituem o bloco no poder, portanto, seu próprio interesse político a longo prazo. Ela deve "unificar" a si própria e ao bloco no poder sob a sua liderança. (POULANTZAS, 1975, p. 98 apud CARNOY, 1988, p.144)

Outro ponto central no pensamento de Poulantzas é a divisão de conhecimento e de poder que caracteriza a produção capitalista, já que esta separa o trabalho intelectual do manual por meio do uso da ciência e da tecnologia para racionalizar o poder, e por meio de uma relação orgânica entre o trabalho intelectual separado e a dominação política. Para Poulantzas, o Estado incorpora essa divisão em todos os seus aparelhos, desempenhando também o seu próprio papel na constituição e reprodução dessa divisão:

Esses aparelhos supõem precisamente o estabelecimento e o controle do conhecimento e do discurso (seja diretamente invertidos na ideologia dominante ou edificados a partir das formações ideológicas dominantes, das quais as massas populares estão excluídas) (...) E a permanente monopolização do conhecimento por esse Estado cientista, por seus aparelhos e agentes, também determina as funções organizacionais e a direção do Estado, funções essas que estão centralizadas na sua específica separação em relação às massas. (POULANTZAS, 1978, p. 61-62 apud CARNOY, 1988, p. 147)

Dessa forma, o Estado se apropria do conhecimento e participa da sua transformação em linguagem e rituais que servem para separar o conhecimento do consumo de massa e do trabalho manual do processo de produção direta. Ao transformar essa ideologia jurídico-política num conjunto de fatos e decisões tecnocráticas que são baseadas em estudos

“científicos” e na “autoridade”, o Estado acaba por legitimar uma ideologia específica – os valores e normas burguesas. (Ibidem, p. 148)

Além disso, para Poulantzas, essa relação poder-conhecimento não é somente uma legitimação ideológica. A separação capitalista entre trabalho intelectual e manual se refere também à própria ciência, que é incorporada pelo Estado aos seus mecanismos de poder por meio de um grupo de especialistas e profissionais controlados pelo Estado por meio de sua dependência financeira que em sua maioria, são funcionários do Estado: os “peritos” intelectuais. Dessa forma, por meio dos seus “peritos”, o conhecimento usado pelo Estado é parte de uma estratégia para a ação política no seio da ideologia dominante. O Estado ajuda a definir essa condição financiando e empregando intelectuais e, em seguida, a usa, de um modo específico, para reforçar a exclusão das massas do processo de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, legitima seu papel como o centro do poder e de tomada de decisões. (Ibidem)

Enquanto Gramsci reconhece que a burguesia, a fim de tornar-se a classe dominante, foi a primeira classe na história que precisou de um grupo de intelectuais orgânicos que a ajudaram a manter e estender a hegemonia da classe dominante Poulantzas coloca esses intelectuais no núcleo do próprio Estado capitalista moderno, ou seja, os peritos intelectuais efetivados no Estado são parte da própria luta de classes, necessitando desenvolver estratégias para manter a hegemonia da classe dominante face à classe subordinada (Ibidem, p. 148-149)

Da mesma forma, o processo para desenvolver a contra-hegemonia é também parte do processo de luta de classes, incluindo a luta dentro dos aparelhos do Estado, uma vez que, para Poulantzas, é o Estado que assume a expressão da vontade coletiva, usando o “conhecimento especializado” produzido pela divisão entre habilidades intelectuais e manuais, na forma de intelectuais que são, eles mesmos, homogeneizados no novo indivíduo “normalizado”. Mas nesse contexto, o Estado também confere poder ao indivíduo através da democracia representativa e é nessa forma que os indivíduos normalizados podem, como parte de uma luta de classes política, ganhar poder dentro do próprio Estado. (Ibidem, p. 151)

O Estado não é nem um depositário instrumentalista (objeto) do poder da classe dominante, nem um sujeito que possui um poder abstrato próprio fora da estrutura de classes, mas senão o lugar que a classe dominante se organiza estrategicamente em sua relação com as classes dominadas. É lugar e centro do exercício do poder, mas não possui poder próprio, permitindo que a luta de classes se introduza em seus aparelhos, uma vez que o Estado é, em si, um produtor. (Ibidem, p. 161)

1.7. Análise dos Marcos Cognitivos e a Metodologia da *Frame Analysis*

Nos estudos sobre os fenômenos de mudança social e mobilização política, Goffman (1980), em sua obra *Frame analysis*, emprega a noção de “marco” para se referir às formas pelas quais os atores dão sentido à sua experiência. A definição de uma situação é construída de acordo com os princípios organizacionais que regem esses fatos e o seu envolvimento subjetivo. (GOFFMAN, 1980)

Nessa mesma linha, Lakoff define *frames* como estruturas mentais que moldam a forma pela qual nós vemos o mundo. Assim, os marcos moldam os objetivos que almejamos, os planos que fazemos, o jeito que agimos e como valoramos o “bom” ou “ruim” em nossas ações, e no âmbito da política, moldam o que entendemos por políticas sociais e instituições que criamos para implementá-las (LAKOFF, 2014).

Para Galván (2012), as interpretações coletivas se manifestam no terreno da cultura, da ideologia e do campo discursivo, e para a ação coletiva, os marcos constituem o conjunto de estratégias discursivas que compõem a ideologia de um grupo ou movimento. Diante da ideologia como sendo um sistema de crenças estável e fechado, os marcos são o resultado negociado e mutável da luta discursiva para impor, em um contexto de disputa, as

interpretações compartilhadas do mundo e dos sujeitos, que legitimam e motivam a ação coletiva. Em outras palavras: os marcos são as “armas” da batalha política pela apropriação e construção de sentido (GALVÁN, 2012).

A relevância do enfoque da *frame analysis* reside no destaque dos elementos culturais e ideológicos na ação política, já que é por meio destes que uma “injustiça” se converte em objeto de uma interpretação que a descreve como problema e chama à mobilização para conseguir uma solução. Esta interpretação é, portanto, uma “construção”, uma vez que outorga a elementos da vida cotidiana um significado político, incorporando-os ao conflito.

É nesse sentido que os pesquisadores da *frame analysis* destacam que as questões do significado estão no núcleo da ação coletiva. O modelo de metodologia de Snow e Benford (1988) busca compreender os processos de construção de sentidos e crenças comuns que levam os grupos sociais à ação coletiva. A análise dos “marcos para a ação coletiva”, busca desvendar os meios pelos quais um determinado movimento social gera, produz e eventualmente impõe determinados esquemas de atribuição de sentido político à realidade, orientados a promover uma mobilização política (GALVÁN, 2012).

Um marco cognitivo é um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo afora, pontuando e codificando seletivamente os objetivos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações dentro do entorno presente ou passado de cada pessoa (SNOW e BENFORD, 1992). Nessa perspectiva, os marcos cognitivos são metáforas específicas, representações simbólicas e indicações cognitivas utilizadas para representar condutas e eventos de forma avaliativa e sugerir as formas de ação alternativas. Eles podem ser definidos como discursos culturais que descrevem significados compartilhados e, assim, impulsionam as pessoas à ação coletiva (SNOW e BENFORD, 1988).

Períodos de estabilidade social podem ser caracterizados pela vigência de uma representação da realidade, ordenada por determinado grupo social dominante, que não aparenta estar sob ameaça ou desafio significativo por parte de nenhum outro grupo. No entanto, os momentos mais ricos para estudarmos a emergência de esquemas alternativos de produção de significado político seriam justamente os momentos de maior agitação e atrito, momentos de disputa entre diferentes interpretações da realidade e que desafiam a ordem hegemônica instituída – recuperando o olhar de Gramsci, uma hegemonia está sempre ameaçada por aquilo que exclui na criação de sua articulação hegemônica.

É nos processos de conflito político entre diferentes interpretações da realidade que a luta por atribuição de sentido desempenha um papel central. Por isso, movimentos e atores sociais são agentes ativamente engajados na produção e manutenção dos significados necessários para mobilizar adeptos ou potenciais adeptos, garantir apoiadores e até mesmo desmobilizar possíveis antagonistas. (ROMANO et. al, 2021)

A abordagem dos marcos traz uma melhor compreensão da interação das dinâmicas da ação coletiva, integrando fatores culturais e psicológicos do campo das emoções e das paixões, e não se limitando ao campo da razão que predomina nas análises centradas em interesses, mas, como apontado por Laclau e Mouffe, reconhecendo que as paixões são fundamentais para o entendimento do que mobiliza, o porquê, a quem, e de que forma (LACLAU & MOUFFE, 2014).

Com esses pressupostos, para a análise dos debates discursivos desta tese, utilizamos uma articulação dos principais conceitos da Teoria do discurso de Laclau e Mouffe com a abordagem de marcos interpretativos (*frame analysis*) acompanhando o modelo metodológico proposto por Galván (2012), conforme será explicado a seguir.

1.8. O Percurso Metodológico da Construção do Modelo de Análise

1.8.1. Construindo os marcos interpretativos

Para realizar a construção dos marcos interpretativos dos discursos em tela, optamos por aplicar à análise política dos discursos o modelo proposto por Íñigo Errejón Galván (2012), que consiste na identificação e desconstrução dos marcos que compõem os discursos em três operações de análise: 1) marco de diagnóstico, quando se identifica uma situação como intolerável e inscrita numa injustiça maior; 2) marco de prognóstico, quando se constrói o alinhamento político do “nós” e “eles”, demarcando o campo político; e 3) marco de motivação, em que e se mobilizam determinados recursos para alcançar um projeto político plausível.

Pelo marco de diagnóstico, é possível identificar um aspecto da vida social que se apresenta como um “problema”, com causas e responsáveis passíveis de serem identificados, e que gera uma insatisfação cuja persistência é intolerável para determinado grupo social, que aponta para a identificação de demandas e reivindicações por uma mudança nessa situação. Esse problema é também objeto de incômodo pela “injustiça” que acomete, de modo que se torna necessário atribuir responsáveis ou culpados por essa situação. Quando articulado discursivamente, o problema sai da situação em que estava “invisibilizado” e passa a significar uma questão pública. A injustiça permite que haja uma vinculação do “problema” inicialmente diagnosticado a outras demandas e identidades sociais que se reconhecem em uma frustração comum. Nesse sentido, o diagnóstico da “injustiça” pode já apontar para a articulação de outros atores sociais e outras demandas presente na sociedade que se reconhecem como pertencentes a uma unidade por sofrerem uma “injustiça” em comum.

No marco de prognóstico, se assinala tanto a possibilidade de solução dos problemas e injustiças identificados no marco de diagnóstico como a demarcação de um sujeito coletivo, um “nós”, em oposição a um “eles”, que será o protagonista legítimo da ação. Essa operação, por sua vez, ocorre em três etapas: na primeira, há a atribuição de um sentido político ao problema por meio de sua característica central e, por isso, trata-se da “dimensão vencedora”, ao caracterizar a injustiça num certo sentido e não em outro. Identificada a dimensão vencedora, o discurso político traça uma espécie de “fronteira”, que ordena o campo político em dois polos. É nesta segunda etapa, de “traçado de fronteira”, que há a delimitação de um “nós”, símbolo da injustiça e responsável pela sua solução, e um “eles”, culpado pela injustiça e pelo deslocamento da comunidade política. Adquirindo uma condição central, o “nós” delimita uma “fronteira” que vai ordenar o campo político em uma oposição binária, criando, assim, a nominação de sua identidade, o seu sentido político e sua capacidade de mobilização. A linha dessa “fronteira” é determinante, qualquer que seja, pois é ela que constitui o conflito e atribui sentido aos atores. É nessa etapa que as soluções propostas abstratamente ganham concretude e se adaptam ao sistema político e às condições sociais em que são geradas. Na etapa de “nomeação”, um problema em particular passa a nomear uma identidade muito maior e, portanto, se torna um significante tendencialmente vazio. É o momento da nomeação quando a hegemonia é cristalizada, uma vez que o problema que expressa a síndrome geral se eleva e passa a nomear uma identidade muito mais ampla, que o transcende. Em última instância, essa particularidade que passa a encarnar uma universalidade é representada por um símbolo e ou um líder.

Por fim, no marco de motivação, há a identificação do que seria um chamado, um levante à mobilização e à ação coletiva, por meio da dimensão simbólica e emotiva, com o uso de imagens e vocabulários que contribuem para enaltecer a identidade em que aqueles protagonistas se reconhecem – o “nós”. Há a geração de um sentimento coletivo de empoderamento, que cria um ímpeto subjetivo e emotivo para a participação – “nós podemos!”.

Nesse processo de empoderamento coletivo, também seria possível identificar três etapas: A primeira se refere a uma “ideologização da fronteira”, uma espécie de demarcação

pela moralização dos protagonistas identificados no marco de prognóstico e carregados de qualidades morais. Nessa etapa, seus discursos recebem uma interpretação mais avaliativa, em que se atribui um certo sentido às suas intenções, que podem ser mais ou menos emancipatórias ou opressoras, de progresso ou de retrocesso. A finalidade é mobilizar uma ação coletiva para a solução da injustiça que se vivencia.

A segunda etapa consiste na “reconstrução mítico histórica”, em que o campo político é contextualizado dentro de uma memória coletiva maior e anterior, mais antiga e que pode estar adormecida, ainda que uma injustiça histórica o continue acometendo. Essa memória coletiva é acionada e recuperada como forma de trazer à tona e naturalizar uma trajetória de luta que não se inaugura naquele momento. Ao contrário, ameaça desde um passado que já foi glorioso, no tempo em que as coisas eram diferentes e, possivelmente, melhores. Desse modo, o “nós” sempre existiu, tem uma história de queixas e de oposição ainda anterior, mas que estava adormecida ou tão oprimida que impedia de ação.

A terceira etapa é a criação de um “programa político”, que pode se dar em forma de lemas, frases de efeito, “gritos de guerra”, que vão estampar cartazes, ser entoados em atos e manifestações, representar a “cara” daquele movimento naquele momento. O importante é que a mobilização realize os interesses do “nós”, contribua para a proposta de solução de sua injustiça e demonstre a viabilidade e a possibilidade de alcançá-la. A solução, portanto, há de ser colocada de forma compreensível, credível e relativamente próxima.

As mobilizações para essa solução adquirem uma importância ainda maior à medida que prenunciam o poder coletivo dos protagonistas – do “nós” – e fornecem exemplos que, apesar de sua transitoriedade ou escopo territorial limitado, representam o que pode ser alcançado com o esforço comum e sustentado. Segundo Galván (2012), só após a operacionalização desta última etapa é que podemos falar da existência de um discurso político (GALVÁN, 2012).

A seguir ilustramos o modelo do quadro de marcos interpretativos proposto por Galván (2012) utilizados para as análises sobre temas ou demandas centrais identificadas nos discursos para cada período analisado: Meio Ambiente; Água; Defensivos Agrícolas; Agricultura Familiar Irrigada; Projeto de Recuperação de Nascentes; Educação; Bahia Farm Show; Segurança no campo e Pandemia da Covid-19.

Quadro 1 - Modelo de Quadro de Marcos Interpretativos.

	Problema	Injustiça	
Marco de diagnóstico	A descrição do problema com suas diferentes dimensões	Injustiça que se destaca do problema diagnosticado	
Marco de Prognóstico	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Dimensão que se assume como principal do problema pela injustiça que cria na população / grupo/ nação	Delimitação no espaço social e no conjunto de atores que se estabelece a partir dessa dimensão vencedora: - Antagonismos - O eles e o nós	Frase sintética da proposta de solução que surge deste prognóstico - Slogan
Marco de Motivação	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica /social / política /científica (naturalização)	Programa de ação
	Conteúdos morais que se destacam no discurso para motivar as pessoas a aderir a ele	Referências que se utilizam para legitimar histórica, social, política – e/ou cientificamente a proposta nomeada	Principais medidas e propostas a serem implementadas

1.8.2. Construção das Cadeias de Equivalências

Após a construção dos quadros de marcos interpretativos dos discursos, partimos para a elaboração de diagramas, que representam as cadeias de equivalências construídas a partir do antagonismo entre as identidades dos sujeitos políticos (“eles” versus “nós”), de forma a ilustrar como as múltiplas identidades são aglutinadas em torno de uma só. Esta, por sua vez, consiste no ponto nodal, que passa, então a se constituir como significante vazio e acaba representando, assim todas as particularidades das identidades e ela articuladas.

Como já apontado, as identidades coletivas estão sempre relacionadas à criação de um “nós” que só pode existir a partir da demarcação de um “eles”, e essa distinção é a condição única que possibilita a formação de identidades políticas que disputam o social.

A partir “traçado de fronteira” interpretado no marco de prognóstico, delimitamos o “nós”, símbolo da injustiça e responsável pela sua solução, a partir do que se antagoniza com o “eles”, culpados pela injustiça e pelo deslocamento da comunidade política. Assim, o “nós” traça a fronteira que vai ordenar o campo político em uma oposição binária, nominando e sua identidade, o seu sentido político e a sua capacidade de mobilização. A fim de explicitar o conflito e atribuir sentido aos atores, as cadeias de equivalência do “nós” e “eles” são assim representadas:

Diagrama 1 - Exemplo de Cadeia de Equivalência do “Eles”



Fonte: Elaboração da autora.

Diagrama 2 - Exemplo de Cadeia de Equivalência do “Eles”



Fonte: Elaboração da autora.

1.9. Outros Aportes Teóricos

1.9.1. A palavra política do agronegócio e a sua utilidade para as reflexões sobre hegemonia

Considerando a nossa opção em analisar a articulação das estratégias discursivas de lideranças políticas, instituições governamentais e representantes da classe patronal do setor da agricultura no Oeste da Bahia a partir das noções de bloco histórico e hegemonia, é fundamental recorrermos a algumas contribuições teóricas que trazem importantes reflexões em torno da categoria agronegócio.

Regina Bruno (2009) é quem traz com acuidade uma discussão interessante que remete à construção política da palavra agronegócio no Brasil. A autora parte de um prognóstico de que as transformações da agricultura e da sociedade brasileira foram acompanhadas da constituição da hegemonia do agronegócio, uma vez que este despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação.

Ressaltando que a capacidade explicativa da noção de agronegócio confunde-se com sua própria construção como palavra política, Bruno entender como esses grupos percebem a si e aos outros nesse processo e como fazem uso da linguagem para construir a dominação, a partir de cinco supostos que fundamentam a construção política da palavra agronegócio. O primeiro deles é entender o agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza, em que o modo de configuração do processo produtivo e sistêmico é o fator que possibilita a construção da união. Nesse aspecto, a sua imagem apresenta-se como homogênea, sem tensões e sem diferenças entre as cadeias agroindustriais nas quais todos se reconhecem e são reconhecidos por seus pares como iguais, não havendo, assim, diferenças ou divergências. É marcante o empenho em legitimar o agronegócio como organizador coletivo e demonstrar um grande consenso. (GRAMSCI, 1988 apud BRUNO, 2009).

Um outro aspecto é a noção de agronegócio como sinônimo de êxito e riqueza, uma atividade que “deu certo e teve sucesso”, e cuja riqueza é entendida como progresso das cidades onde o agronegócio impera e também como lucro, um dos objetivos do agronegócio, que dessa forma assume a sua condição de empresário e de seu projeto econômico e político. Assim, agronegócio é “padrão tecnológico” de excelência; é geração de emprego e melhoria das condições de vida; é responsabilidade social; é superação da pobreza. Há também uma sinalização para o amadurecimento da classe no sentido de construção de uma linguagem voltada para a ideia de “cadeia” e não mais de “sementes”, “processamento”, “fertilizantes” ou de “produto”.

O segundo suposto é o agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos, já que ao ser pensado como expressão de um modelo de desenvolvimento, predomina a ideia de que o agronegócio é uma atividade que tudo abrange e a todos envolve, garantindo os interesses e as necessidades de cada um e de todos.

O terceiro seria o suposto da “importância ímpar” do agronegócio, que é capaz de destituir outros caminhos e processos históricos, não havendo alternativas históricas além do agronegócio. Essa crença se fundamenta num conjunto de fatores, dentre os quais, a capacidade única de geração de riqueza e a única oportunidade que o Brasil tem de encurtar caminho e tornar-se um país de primeiro mundo.

O quarto suposto é o princípio da valorização de si e desqualificação do outro, trabalhadores rurais, agricultores familiares e movimentos sociais no campo, em especial do Movimento dos Sem Terra (MST). Em outros momentos essa desqualificação é interna ao

grupo, voltando-se para produtores rurais ou empresários que não conseguem assumir uma postura condizente com o agronegócio.

Por fim, o quinto suposto é o imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses diretamente ligados ao agronegócio.

Diante dos supostos apresentados para a reflexão da construção política da palavra agronegócio, não se pode deixar de considerar as divergências e tensões que afloram no seio do agronegócio. Juntamente com a construção do agronegócio como unificador do conjunto dos interesses e práticas patronais, existem concepções diferenciadas, divergências e disputas sobre várias questões.

Essas divergências, quando explicitadas, permitiram a autora perceber uma nova configuração nas relações sociais, ao mesmo tempo em que relativiza o discurso da modernidade do agronegócio, ou seja: é a ideia de atraso e de modernidade que fundamenta a classificação sobre quem pode e quem não pode ser considerado agronegócio. Foi observada, ainda, a disputa entre representantes dos produtores rurais e porta-vozes das demais cadeias produtivas pelo privilégio e a responsabilidade pela inauguração de um novo modelo de desenvolvimento.

Além disso, o lugar ocupado na atividade produtiva é definidor da concepção diferenciada de agronegócio. Situar-se “dentro da porteira da fazenda” ou “fora porteira da fazenda” é o principal divisor de águas definidor do pertencimento ou exclusão e que dá origem a discriminações.

Por sua vez, o processo de constituição do agronegócio como palavra política é indissociável da construção da imagem dos empresários do agronegócio. Nesse sentido, é grande a preocupação de alguns representantes com a construção de uma imagem institucional menos distorcida de modo a neutralizar a imagem de poluidor construída pela mídia e por determinados setores da sociedade, criticando-se o desconhecimento da sociedade brasileira sobre o que verdadeiramente significa o agronegócio.

Ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade de ampliar cada vez mais o campo de atores e processos identificados como agronegócio, cada vez mais o agronegócio procura associar-se à ideia de sustentabilidade social e ambiental. Entretanto, essa apropriação ocorre em uma instável dinâmica onde a cada momento se recoloca a própria concepção de agronegócio – uma concepção também política que muda conforme as necessidades e interesses. Dependendo da conjuntura, todos são igualmente produtores de alimentos e situam-se dentro da porteira da fazenda. Noutros, há o estranhamento e a divisão nós (agronegócio) e eles (os produtores de alimentos). Assim, as divergências e tensões são constitutivas desse processo, mas não se apresentam como elemento desagregador de práticas sociais.

Entretanto, se por um lado o agronegócio é discurso da competência e do poder, por outro, pressupõe um contradiscurso e o sujeito desse contradiscurso, que seriam os Sem Terra, agricultor familiar, camponeses, comunidades quilombolas, povos da floresta e tantos outros mais unidos pelo questionamento de sua condição de subalternos. Nesse sentido, são também palavras políticas que se definem na relação que as negam e designam o lugar social de cada uma das classes e grupos sociais em questão e expressam a unidade política, ideológica e simbólica de suas respectivas situações de classe.

Mais recentemente, Bruno (2022) atualiza o campo de reflexões sobre a construção política da palavra agronegócio, ao trazê-la para a dinâmica da construção da sua hegemonia. A autora defende que nesse processo, as classes patronais rurais e agroindustriais investem prioritariamente em dois principais campos de atuação política: a união e identidade de interesses entre seus pares e aliados; e a ofensiva contra todos(as) aqueles(as) que eles consideram seus adversários(as) políticos(as) e de classe.

Nesse sentido, a partir da noção de *habitus* proposta por Pierre Bourdieu, como estruturas estruturadas e estruturantes que constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias, a hegemonia do agronegócio se apoia em uma diversidade de ações e de propósitos, como: a defesa de pleitos e reivindicações unificadoras do conjunto do patronato rural e do agronegócio; a ampliação e fortalecimento dos espaços de representação de interesses; a eleição de aliados confiáveis; a construção de uma imagem de si e da classe como portadoras de capacidades, qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia realimentadas do sentimento de superioridade. E na elaboração de uma retórica de legitimidade e de poder na qual todos(as) se identifiquem, guiada por uma identidade ruralista, cujos fundamentos consistem na visão da propriedade fundiária como direito absoluto situado acima das regras sociais e na violência como prática de classe.

A defesa do monopólio da terra e da concentração fundiária historicamente concebida como direito absoluto sem limites e sem fronteiras, fundamentada no “casamento” entre a renda fundiária e o lucro do capital, apresenta-se como principal bandeira na construção da união, identidade e hegemonia das classes e grupos dominantes do Brasil.

A ofensiva contra todos(as) aqueles(as) que eles consideram seus adversários(as) políticos(as) e de classe, atualmente está concentrada contra as bandeiras luta e reivindicações de movimentos sociais de lutas por terra e por direitos e seus desdobramentos, como a reforma agrária, o direito ao território dos povos indígenas, o reconhecimento das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

Diante das críticas ao monopólio fundiário e à concentração de terras que ressurgem nas reivindicações em defesa do território desses povos e comunidades tradicionais, o empenho no fortalecimento da representação de interesses patronais rurais e do agronegócio é uma das alternativas para refundar a problemática fundiária em nosso país. Mesmo quando as elites patronais rurais, o agronegócio e seus intelectuais orgânicos insistem em declarar a inexistência e/ou superação de uma questão agrária no Brasil, as reivindicações dos movimentos sociais e a ampliação do campo de conflitividade existentes expressam e reafirmam a atualidade da questão da terra no Brasil, dão visibilidade aos artifícios políticos do patronato e desvendam seus temores diante desse processo de luta por terra e direitos.

Outro fator para se pensar na construção da hegemonia do agronegócio nos dias de hoje é a participação crescente de representantes das elites patronais rurais e do agronegócio em Frentes Parlamentares que foram se constituindo e se multiplicando nas últimas décadas como espaços institucionais de pressão, de negociações, de troca de favores, e de poder. Observa-se, ainda, como prática patronal rural a presença de forças extraparlamentares sobrepondo-se às funções parlamentares, ao participarem ativamente das negociações no campo político. Além disso, Bruno (2022) destaca que há também uma grande afinidade entre as Frentes Parlamentares da Agropecuária, Evangélica e da Segurança, mais conhecidas como “Bala, Bíblia e Boi”, que tanto apoiam uma e outra como votam juntas nos temas de interesse comum às três. Segundo a autora, Bala, Bíblia e Boi simbolizam a política a serviço do negócio, a lógica empresarial alimentando a fé e as indústrias de armas e artefatos orientando as regras de segurança da sociedade. Ou seja, o controle das armas. O controle dos bens da salvação e o controle da terra – elementos fundantes de uma sociedade.

1.9.2. Pistas para refletir sobre a formação política do agronegócio

Caio Pompeia recupera a sociogênese do agronegócio como conceito num contexto atualizado de disputas políticas sobre a terra no Brasil, a partir da relação entre os campos ideológicos da elite agrícola brasileira e a agendas ambientalistas nacionais e internacionais.

O nascimento do termo *agribusiness* data do ano de 1955, a partir de um esforço teórico de economistas da Escola de Negócios da Universidade de Harvard de descrever e

quantificar os rendimentos econômicos de atividades dentro e fora da propriedade, seja a montante (referente às indústrias de insumos, sementes, fertilizantes, maquinários) ou a jusante (empresas de processamento de alimentos, distribuição e estocagem).

Na América do Sul, o conceito de agronegócio é tido como sinônimo da agricultura patronal que envolve também entidades do setor de indústrias e forma uma arena intersetorial heterogênea em que o campo socioambiental se configura como terreno principal de divergências. Com isso se distanciavam as noções de latifúndio e de representações ruralistas, criando uma oposição artificial entre o “moderno”, o “eficiente” e o “competitivo”, contra os “atrasados”, “improdutivos” e “ineficientes”.

Assim, foi no período nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960 que se observa a criação das primeiras entidades brasileiras representativas da agricultura patronal, como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), inserida no contexto de implementação do modelo de *commodities*.

Outros fatores que contribuíram para a prosperidade do agronegócio no Brasil foi a estratégia de formação de trabalhadores técnicos qualificados em torno do agronegócio, que também contou com ampla divulgação do setor ao longo do período ditatorial e da recém promulgação da Constituição Federal de 1988.

Contudo, Pompeia identifica que a criação do Conselho do Agronegócio (Consagro), no primeiro governo Lula, marca o momento de intensificação da influência do “agro”, cada vez mais industrial, na decisão da política nacional e internacional. A entrada da categoria “agronegócio” para o vocabulário do governo federal simbolizava e aprofundava a adesão política a diferentes pleitos dos líderes empresariais (POMPEIA, 2021, p. 188), e como uma resposta às tensões provocadas pelas relações entre as categorias agricultura familiar e agronegócio, disputadas pelo governo nacional, por movimentos sociais e atores intersetoriais. É também nesse contexto que ele observa as aproximações entre entidades de representação e líderes e cúpulas do governo federal para pautar o problema dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na arena da disputa política.

Assim como Bruno (2009), Pompeia (2021) observa divergências programáticas, e às vezes frágeis, das alianças entre as associações representativas, que passam a se tornar mais nítidas com a nomeação de Roberto Rodrigues como ministro da Agricultura, em 2005. Nesse sentido, o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso Nacional constituiu-se uma estratégia de entidades nacionais como ABRAPA e Aprosoja Brasil de se esquivarem da centralização política da ABAG.

A investida para alteração do Código Florestal foi um dos poucos momentos de convergência entre grandes entidades patronais agropecuárias e articulações intersetoriais, fortalecendo campanhas de publicidade ao agronegócio. Essa convergência pavimentou o caminho para uma futura concertação política pelo Instituto Pensar Agropecuário e o Conselho do Agro, reunindo e criando protocolos para conciliar as diferenças e estabelecer consensos entre agremiações intersetoriais e ruralistas.

Para Pompeia (2021), foi a questão ambiental que demarcou a clivagem dos consensos previamente estabelecidos. As entidades ligadas às representações pecuaristas e aos produtores de soja foram contrárias ao posicionamento explícito acerca da punição de desmatamento ilegal e da grilagem de terras, o que comprometeria a própria imagem do agronegócio. Já as corporações internacionais, entidades industriais e bancos foram os mais enfáticos no cumprimento de metas e acordos bilaterais, apoiando iniciativas de agricultura de baixo carbono, combate ao desmatamento ilegal e mecanismos de rastreabilidade.

1.9.3. Neoextrativismo e as crises do capitalismo

Esta seção tem como objetivo realizar uma breve reflexão sobre as formas de manifestação do capitalismo contemporâneo na América Latina a partir do conceito de neoextrativismo de Svampa (2013, 2019) e Gudynas (2010, 2012). Ambos abordam esse fenômeno à luz da(s) crise(s) sistêmica(s) do atual capitalismo mundial, que ocupam lugar central na compreensão da história da acumulação contemporânea.

Para a argentina Maristella Svampa, conceituar o termo neoextrativismo permite abrir uma janela privilegiada para compreender as múltiplas crises pelas quais as sociedades contemporâneas têm passado, em suas complexidades e em diferentes níveis. (SVAMPA, 2013, 2019)

O uruguaio Eduardo Gudynas observa que a acumulação do capital também culminou numa crise ecológica caracterizada principalmente pelas contradições entre capitalismo e meio ambiente. Ao externalizar os impactos ambientais, como contaminação e degradação ambiental, o capitalismo acaba por ocultá-los e os torna invisíveis, além de considerar os danos ambientais como algo aceitável. Nesse “ajuste verde” do capitalismo, os impactos e desigualdades estão adaptados à estrutura e dinâmica do próprio capitalismo, que se assentam sobre o que o autor chamou de “ideologia antropocentrista”, defendida pelo argumento de que a sociedade é vista de forma separada da natureza e, por isso, esta deve ser manipulada e apropriada para assegurar o progresso. (GUDYNAS, 2010) Dessa forma, em que medida podemos compreender o capitalismo contemporâneo a partir do conceito de neoextrativismo?

No contexto de acumulação e das crises do capitalismo, o neoextrativismo foi definido a partir da experiência dos países da América Latina e pode também ser observado em outras regiões, como África.

Segundo Maristella Svampa, a dimensão histórico-estrutural do extrativismo na América Latina não é linear, nos remete à memória do modo de apropriação da natureza no continente que historicamente definiu um padrão de acumulação colonial associado ao capitalismo moderno. Abundante em recursos naturais, a região foi se reconfigurando de acordo com os sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital de expansão de fronteiras. (SVAMPA, 2019, p.16)

Nesse processo, a autora observa que o neoextrativismo pode ser pensado à luz de um movimento dialético de continuidades e rupturas com o extrativismo. Continuidades porque, em sua nova versão, o extrativismo trouxe novamente o discurso da “ilusão desenvolvimentista”, expressada na ideia de que é possível alcançar o desenvolvimento graças às oportunidades ofertadas agora pelo novo auge das *commodities*. E rupturas porque essa nova fase de acumulação do capital, caracterizada pela forte pressão sobre os bens naturais e territórios, trouxe ao cenário novas disputas políticas, sociais e ecológicas, antes impensáveis pelo imaginário desenvolvimentista dominante. (SVAMPA, 2019, p.17)

A autora afirma que o neoextrativismo na América Latina emergiu em um contexto de mudança de época, definido pela passagem do Consenso de Washington, associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural, ao Consenso das Commodities. O Consenso de Commodities acena para a ideia da existência de um acordo cada vez mais explícito sobre o caráter da dinâmica extrativista atual, que conjuga a crescente demanda global de bens primários em função da escassez dos estoques alimentares mundiais – a crise alimentar iniciada em 2007, e a potencialização da visão “eldoradista” da América Latina como um lugar que oferece, por excelência, abundantes recursos naturais (SVAMPA, 2013). Isso levou a uma corrida por terras, sobretudo na América Latina, justificada pelo argumento da necessidade de ampliar a fronteira para “aumentar a produção de alimentos” e assim suprir a demanda acelerada pela crise. Essa conjunção cimentou as bases de uma ilusão

desenvolvimentista recorrente ao conjunto dos países latino-americanos que tem como fundamento central a exportação de bens primários em grande escala, o crescimento econômico e a expansão do consumo (SVAMPA, 2013; 2019)

Do ponto de vista da lógica da acumulação, o Consenso de Commodities pressupõe um aprofundamento da dinâmica de desapropriação de terras, recursos e territórios, produzindo novas e perigosas formas de dependência e dominação. Entre os elementos comuns dessa dinâmica, podemos destacar a escassa diversificação econômica e uma lógica de ocupação dos territórios claramente destrutiva. Em função de um olhar produtivista e eficientista do desenvolvimento, os territórios são considerados como socialmente vazios e, dessa forma, como “áreas de sacrifício”. (SVAMPA, 2013, p. 32)

Nesse aspecto, o Estado ocupa um lugar central na conceitualização de neoextrativismo, principalmente com o protagonismo dos governos progressistas na América Latina, a partir dos anos 2000. Se no extrativismo associado ao Consenso de Washington o Estado assumia um papel reduzido, atuando apenas na manutenção do funcionamento dos processos produtivos, como a entrada de capitais transnacionais, privatizações de empresas públicas e abertura comercial, no neoextrativismo, a partir de uma estratégia desenvolvimentista, cumpre uma função bastante ativa nos empreendimentos e atividades extrativistas.

Para Milanez e Santos (2013), a principal ruptura do modelo neoextrativista com o período neoliberal pode estar relacionada ao papel desempenhado pelo Estado. Se por um lado o Estado retoma alguma de suas atribuições definidas pelo modelo de substituições de importações, por outro, recebe novas responsabilidades propostas pelos governos progressistas. Dentre essas, estão o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a adaptação da legislação para estimular a extração dos recursos naturais e a compensação por meio de políticas sociais e de transferência de renda. (MILANEZ e SANTOS, 2013, p.127)

Para Gudynas (2013), essa forma de atuação do Estado é uma das manifestações centrais do neoextrativismo, em que se estabelece um vínculo de dependência dos governos progressistas em relação ao extrativismo, no sentido de assegurar o financiamento de programas sociais governamentais e assim legitimar a implementação dessas políticas públicas sociais, tanto para os governos como para os empreendimentos extrativistas. (GUDYNAS, 2013, p.85)

Nesse sentido, os governos progressistas retomaram a racionalidade predominante na América Latina de que o crescimento econômico seria a única via de superação das desigualdades sociais. Assim, os setores extrativistas não apenas mantiveram importância central na economia latino-americana, mas continuaram sendo um dos principais pilares de desenvolvimento desses países. (GUDYNAS, 2011, p.76)

Maristela Svampa também associa o Consenso de Commodities à implementação de um rol de políticas econômicas e sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis, cuja base foi constituída pela renda gerada pelo modelo extrativista-exportador. A autora argumenta que algumas ferramentas e capacidades institucionais do Estado foram recuperadas, e este voltou a se reerguer como um ator regulador e, em certos casos, como um agente de redistribuição. A essa estratégia de combinar políticas econômicas heterodoxas com ampliação do gasto social e a inclusão via consumo, a autora denominou de “ciclo progressista latino-americano”, que se estendeu até os anos de 2015-2016. (SVAMPA, 2019, p.11)

Outro elemento relevante relacionado ao protagonismo dos governos progressistas na compreensão do neoextrativismo reside no fato de que esses governos não apenas buscaram negar ou escamotear as discussões sobre os impactos e os danos ambientais provocados pelo modelo extrativista e exportador, mas, de forma deliberada, intensificaram e multiplicaram os empreendimentos de mineração (SVAMPA, 2019, p. 11).

O discurso da superação da pobreza e das desigualdades sociais via crescimento econômico, fortemente enraizado na sociedade e na própria esquerda latino-americana, contribuiu para apaziguar as demandas sociais locais, silenciar os conflitos e os impactos ambientais e pacificar os protestos sociais. (GUDYNAS, 2013; SVAMPA, 2013; 2019)

Caracterização e ciclos do neoextrativismo

Maristella Svampa (2019) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento baseado na sobre-exploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração em territórios considerados como improdutivos do ponto de vista do capital. (SVAMPA, 2019, p.21)

A mesma autora se apoia na definição de Gudynas (2009), que o neoextrativismo seria mais um “modo de apropriação” do que um modo de produção, cujo tipo de extração é caracterizado por grandes volumes ou alta intensidade de recursos naturais não processados e orientados para a exportação. (GUDYNAS, 2009; 2015, *apud* SVAMPA, 2019)

Assim, o neoextrativismo contempla atividades de mineração e exploração de bens primários para exportação em grande escala, entre os quais se destacam: hidrocarbonetos (petróleo e gás), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, alumínio, nióbio, entre outros) e aquelas ligadas ao novo sistema agroalimentar do agronegócio, à produção de biocombustíveis (soja, a cana de açúcar, palma africana) e à super exploração pesqueira. Também inclui os projetos de infraestrutura nas áreas de transporte (hidrovias, portos, corredores bio-oceânicos), energia (grandes represas hidrelétricas) e comunicação, com o objetivo de facilitar a extração e a exportação das matérias primas até os portos de destino. (SVAMPA, 2013; 2019). Nesse rol de empreendimentos, Gudynas (2013) também inclui a transgenia, a utilização intensiva de maquinários e de herbicidas químicos e o uso intensivo de água.²

É relevante apontar que ambos os autores afirmam que o neoextrativismo acarretou a ocorrência de um “extrativismo agrícola”, reconfigurando o mundo rural na América Latina. Como exemplo, citam a expansão das fronteiras de soja para exportação, principalmente no Brasil e na Argentina. (SVAMPA, 2019; GUDYNAS, 2013)

Além disso, esses empreendimentos advertem sobre a grande envergadura de inversões, já que são atividades de grande capital intensivo, e sobre o caráter dos atores envolvidos e a concentração econômica nas mãos de grandes corporações transnacionais. (SVAMPA, 2013, p. 34)

Segundo a autora, é possível identificar três fases do neoextrativismo. A primeira seria a fase da positividade (2003 até 2008-2010), em que se observa o *boom* das *commodities* e cuja leitura desse movimento pode ser feita como um período do “novo desenvolvimentismo”. Ressalte-se que nesse momento, de auge econômico e de reformulação do Estado, os governos progressistas haviam consolidado seus respectivos mandatos e foram afirmando uma matriz explicitamente extrativista. (SVAMPA, 2019, p. 33)

A segunda fase corresponde à ampliação de megaprojetos e, no caso do Brasil, destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007, que contemplava a construção de grande número de represas na Amazônia, como Belo Monte, e megaprojetos energéticos ligados à exploração de petróleo e gás. Essa segunda etapa se caracteriza por uma aberta conflitividade nos territórios de extrativismo, em que os governos

² O autor alega ainda a ocorrência de um “extrativismo agrícola”, principalmente no cultivo da soja como commodity para exportação. (GUDYNAS, 2013, p.76-78).

assumiram um discurso fortemente desenvolvimentista em defesa do neoextrativismo e com uma prática aberta de criminalização das resistências. (Ibidem, p. 34-35)

Como uma continuação da segunda fase, a partir de 2013-2015 e até a atualidade, assistimos ao que a autora chama de exacerbação do neoextrativismo. Um dos elementos relevantes que explica essa continuidade agravada se refere à caída dos preços das matérias primas, que impulsionou os governos latino-americanos a incrementarem ainda mais o número de projetos extrativistas, por meio da ampliação da fronteira de *commodities* (MOORE, 2013; TERAN, 2016 *apud* SVAMPA, 2019, p.38).

Desterritorialização e o surgimento de conflitos

O avanço cada vez mais intenso desses empreendimentos, ou seja, essa exacerbação do neoextrativismo, desencadeia impactos territoriais profundos, o que marca e reforça um processo de “desterritorialização” em que o Estado, ao invés de assegurar a sua presença com a cobertura de direitos básicos ou de serviços públicos, vai assumindo papel cada vez mais ativo na promoção e defesa de fronteiras extrativistas, reforçando o discurso de que as práticas extrativistas seriam de “interesse nacional”.³ (GUDYNAS, 2011; MILANEZ e SANTOS, 2013)

Dessa forma, a dinâmica do neoextrativismo é determinada pela ocupação intensiva do território e pelo açambarcamento de terras, em que uma das consequências são o deslocamento de outras formas de produção e de populações e a “fragmentação territorial em áreas desterritorializadas”, inviabilizando, dessa forma, formas tradicionais de reprodução social.⁴ (GUDYNAS, 2011; SVAMPA, 2019)

Além disso, há uma visão hegemônica da territorialidade com uma visão eficientista dos territórios, que os considera como “socialmente vazios” à medida em que dispõem de bens valorizados pelo capital. Em nome da ideologia do progresso, as comunidades que vivem nesses territórios e seus modos de vida são invisibilizados para facilitar a entrada de outros modelos de desenvolvimento, que os converte em “agentes de ocupação territorial”. (SVAMPA, 2019, p.40)

Outros impactos socioambientais do processo de desterritorialização são a devastação de áreas nativas, a contaminação das fontes de água doce e das bacias hidrográficas, o esgotamento dos sistemas hidrográficos de lençóis freáticos e áreas de recargas de aquíferos. (BRUCKMANN, 2012)

Segundo a dinâmica das contradições anteriormente mencionadas, essa lógica de desterritorialização agrava e aumenta as tensões territoriais e os conflitos socioambientais. Segundo Svampa (2019), conflitos socioambientais são aqueles relacionados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que supõem, por parte dos atores envolvidos, interesses e valores divergentes em torno desses bens, em um contexto de grande assimetria de poder. (SVAMPA, 2019, p.32)

Porto e Milanez (2009) complementam que essas tensões territoriais estão associadas ao processo de distribuição desigual dos recursos e serviços ambientais, bem como da

³ Gudynas cita como exemplo dessa atuação do Estado a não realização da reforma agrária pelos governos Lula (2003 – 2010). (GUDYNAS, 2011, p.81)

⁴ Citando as definições de Gian Carlo Delgado (2016), Svampa (2019) explica que a espoliação de terras ocorre com a apropriação destas para fins de: (1) monocultivos, incluindo os denominados “*comodin*” ou *flex*, como alimentos, bioenergia e insumos de produção (soja, cana de açúcar, palma africana) e a produção de insumos não alimentícios, como a celulose; (2) ao acesso, gestão e usufruto de recursos como minerais energéticos e não energéticos; (3) uso intensivo de água potável (*blue grabbing*) e (4) conservação ou “apropriação verde” das terras (*green grabbing*), que inclui desde a formação de áreas privadas de proteção ambiental até a instauração de projetos de mitigação de mudanças climáticas (redd+ redução de emissões de deflorestação e degradação + conservação) (DELGADO, 2016, p.54 *apud* SVAMPA, (2019, p.24)

repartição injusta dos riscos ambientais, e estão nas origens de conflitos descritos e denunciados por movimentos que lutam por justiça ambiental (PORTO e MILANEZ, 2009 *apud* MILANEZ e SANTOS, 2013).

1.9.4. Racismo ambiental

A impossibilidade de reduzir o meio ambiente à mera quantificação dos seus recursos naturais que dele podem ser extraídos e à total separação entre natureza e sociedade torna evidente a compreensão de que os recursos ambientais são históricos e culturais, assumindo valores distintos em cada contexto e em cada situação. Essa diferença faz com que as sociedades se confrontem constantemente com diferentes projetos de uso e de significação dos seus recursos ambientais (SILVA, 2012, p. 86).

É a partir da leitura da sociedade e ambiente como pares inseparáveis que Lays Silva traz uma reflexão sobre as profundas relações entre degradação ambiental e a reprodução de injustiças sociais no contexto brasileiro e a desigualdade de partilha dos recursos ambientais em territórios onde vivem comunidades negras, indígenas ou de poucos recursos econômicos para quem “são destinados” a degradação do ambiente e os respectivos impactos. Segundo a autora, esse panorama aponta para a identificação da presença de práticas de injustiça e racismo ambientais no Brasil, sinalizando também a necessidade de se discutir a utilização destes conceitos no estudo destes casos (Ibidem, p.87).

O conceito de justiça ambiental surgiu da experiência das lutas protagonizadas por grupos vulneráveis e marginalizados nos Estados Unidos, que clamavam por alternativas e soluções para o fato de serem estes aqueles que suportavam, de maneira desproporcional, a exposição aos riscos ambientais, uma vez que seus locais de residência eram constantemente escolhidos para os depósitos de lixo, aterros e incineradoras. Buscava-se, assim, construir realidades mais justas e adotar como princípio norteador a justiça ambiental.

Porém, é na década de 1990 que desponta uma “convulsão histórica” no ecologismo norte-americano, com a consolidação e extensão de um movimento popular que, desde o seu surgimento, na década de 1970, já havia recebido diversas denominações: movimento por justiça ambiental (*Environmental Justice Movement*), movimento contra o racismo ambiental (*Environmental Racism*) e movimento pela igualdade ambiental (*Environmental Equity*) (CAPELLA, 1996 *apud* SILVA, 2012).

Nesse contexto, emergem novos atores coletivos que passaram a se organizar em resposta às ameaças – tanto à sua qualidade de vida quanto ao ambiente – que configuravam situações desiguais de vulnerabilidade, dando corpo a um movimento inovador, focado na defesa dos interesses de populações que, nas periferias dos centros urbanos, sofriam contaminações ocasionadas por resíduos industriais (Ibidem, p. 87).

No final da década de 1970, o caso Love Canal, ocorrido na cidade de Búfalo, estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, provocou uma ampla mobilização social quando famílias de operários, predominantemente brancas, descobriram que viviam sobre um canal coberto que havia sido utilizado como local de despejo de uma grande quantidade de resíduos tóxicos, que começaram a aflorar ao redor das casas e da escola da cidade mais de vinte anos após a cobertura do canal (LEVINE, 1982 *apud* SILVA, 2012).

O caso suscitou uma ampla discussão sobre as ameaças a populações periféricas dos centros urbanos, que sofriam contaminações ocasionadas por resíduos industriais, marcando a inserção da questão da justiça ambiental na pauta política dos movimentos ambientalistas tradicionais, o que provocou a designação como “ambientais” os diversos embates concernentes à qualidade de vida da população, como o saneamento, a contaminação química de locais destinados à moradia e ao trabalho e a disposição indevida do lixo tóxico e

perigoso (ACSELRAD, 2004b: 25 apud SILVA, 2012). Nesse sentido, o caráter inovador do movimento por justiça ambiental que surge nos Estados Unidos, reside na articulação que se estabelece entre as lutas de cunho social, ambiental, territorial e de direitos civis.

Nessa perspectiva, apesar de ter trazido à tona a questão da justiça ambiental, o caso Love Canal não considerou diretamente as questões raciais e de classe presentes na injusta distribuição dos benefícios e danos ambientais. Isso levou alguns intelectuais a afirmar que o marco de início do movimento por justiça ambiental ocorreu verdadeiramente em 1982, quando moradores da comunidade negra estadunidense de Warren County, no estado da Carolina do Norte, descobriram que um aterro contendo bifenilo policlorado seria instalado na sua vizinhança e passaram protestar contra o empreendimento. A situação atingiu seu clímax quando os habitantes tentaram impedir com os próprios corpos a passagem dos caminhões e mais de quinhentas pessoas foram presas durante o protesto, que não conseguiu evitar que o carregamento fosse despejado. Porém, o protesto tornou-se notícia, e o governador se comprometeu com o fechamento imediato e a limpeza do depósito (que só terminaria no início do século XXI). Mais importante que essa vitória foi que um novo momento para a luta pelos direitos civis havia começado (PACHECO e FAUSTINO, 2013, p. 86).

Selene Herculano (2008 apud SILVA, 2012, p. 89) destaca que a mobilização do movimento negro e a sensibilização de alguns congressistas estadunidenses em torno deste caso levaram à realização de um estudo, em 1983, sobre as questões apontadas, que demonstrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos correspondia à distribuição territorial das etnias mais pobres. A partir dessa constatação, outros casos semelhantes se tornaram evidentes e legitimados no país, por meio de estudos desenvolvidos por instituições científicas de caráter multidisciplinar, entre as quais se destaca a pesquisa realizada pela comissão de justiça racial da United Church Christ, em 1987, que constatou que a composição racial de uma comunidade era a variável mais apta para explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área. Foi a partir da experiência em Warren County que o termo “racismo ambiental” foi cunhado pelo diretor da comissão responsável pela pesquisa, e que havia sido secretário de Martin Luther King Jr., Reverendo Benjamin Chavis, para designar a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor” (CAPELLA, 1996, p. 331 apud SILVA, 2012).

Com isso, o movimento por justiça ambiental passou a reafirmar a necessidade da discussão a respeito da condição das pessoas negras no contexto social estadunidense como sendo fruto do desenvolvimento e manutenção de relações de tipo colonial, numa reprodução da situação de dominação econômica, social e política a que historicamente foram submetidos os homens e mulheres negros na história ocidental. Nesse contexto, as denúncias das “lideranças de cor” deixavam bastante evidente que era intencional o fato de o Estado e as empresas poluírem prioritariamente locais de moradia ou negarem às populações “não brancas” as políticas necessárias para uma qualidade de vida realmente digna (PACHECO e FAUSTINO, 2013, p. 88). Assim, Chavis conceituou o racismo ambiental como:

a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras. (CHAVIS, 1993, p. 3 apud PACHECO e FAUSTINO, 2013, p. 87)

Racismo ambiental no Brasil

A compreensão das situações de injustiça ambiental como reproduções da própria organização desigual das sociedades, em que algumas parcelas da população suportam de maneira desproporcional os danos e riscos ambientais fez com que esta temática extrapolasse a conjuntura dos Estados Unidos e ganhasse pertinência em outras realidades, sobretudo em contextos históricos fortemente marcados por situações de desigualdades e injustiças, como é o caso do Brasil (SILVA, 2012, p. 90)

Entretanto, Pacheco e Faustino (2013) advertem que é necessário considerar importantes limites ao se comparar os dois países nos termos da situação racial e dos fatos e desdobramentos históricos experimentados.⁵

Dessa forma, temos que, no Brasil, o esforço histórico das elites para o embranquecimento da nação, o mito da democracia racial e a miscigenação – que tem na violência sexual contra as mulheres “de cor” um de seus marcos históricos invisibilizados – dificultam o reconhecimento do próprio racismo e o estabelecimento de políticas de desconstrução das desigualdades que desfavorecem a maioria da população não branca, sobretudo as mulheres (Ibidem, p. 90). Entretanto, as diferenças históricas entre Estados Unidos e Brasil não eximiram os dois países de apresentar consequências semelhantes. Se nos Estados Unidos é principalmente nos territórios negros, latinos e asiáticos que se evidenciam os danos sociais e ambientais do desenvolvimento, no Brasil é nos bairros pobres das periferias urbanas, de maioria negra, e nos territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais que são instaladas as indústrias químicas; o agronegócio dos agrotóxicos, do trabalho escravo e dos desertos verdes; as mineradoras e as siderurgias; as hidro e termelétricas. (PACHECO e FAUSTINO, 2013, p. 91)

Assim, para as autoras, todas as afirmações de Chavis (1993) sobre racismo ambiental se aplicam ao Brasil, já que são exatamente esses contingentes populacionais que sempre estiveram excluídos dos processos decisórios. A ausência, deslegitimação, invisibilização e o não reconhecimento dos ‘não brancos’ nos espaços de decisão das políticas oficiais de qualquer natureza, assim como a imposição (pela força ou pelo convencimento) dessas políticas são elementos que definem os rumos do desenvolvimento econômico no país. (Ibidem, p. 91)

As autoras ainda apontam que além das origens sociais dos sujeitos antagônicos dos conflitos ambientais serem extremamente desiguais, a implementação de projetos e políticas de desenvolvimento econômico acontece acompanhada de um processo naturalizado de desqualificação, inferiorização e subordinação dos modos de vida locais e, consequentemente, da desvalorização e invisibilização dessas populações, sejam estas urbanas ou rurais. Ainda que a implementação desses empreendimentos seja acompanhada do discurso da melhoria da qualidade de vida, essa suposta melhoria está atrelada à aceitação subordinada dos interesses e modos de vida dos agressores (Ibidem, p. 92).

Mesmo sem poder afirmar que as empresas ou políticas agriam determinadas comunidades, seu território e sua cultura de forma necessariamente intencional, as autoras alegam que é impossível negar que a precariedade do acesso às instituições públicas e as desigualdades políticas e econômicas tornam essas populações, a priori, desfavorecidas e

⁵ Nos Estados Unidos, o racismo foi historicamente autodeclarado e juridicamente ordenado. Aqui, o debate apresenta alguns aspectos complexos que não podem ser esquecidos ou reduzidos, entre os quais o fato de ser paradigmática a constituição sociocultural, política e econômica do colonialismo no Brasil, assim como a ideologia fortemente impregnada do mito da democracia racial. Se nos Estados Unidos as leis da segregação deixavam totalmente evidentes os espaços a serem ocupados por negros e brancos, no Brasil ocorreu tamanha invisibilização do racismo que, em muitos casos, este acaba por se manifestar, às vezes, de forma totalmente inconsciente por parte de quem o pratica. (PACHECO e FAUSTINO, 2013, p. 88-89)

prejudicadas pela sua histórica exclusão das instâncias oficiais mais amplamente reconhecidas e legitimadas de exercício do poder.

É justamente esse o aspecto que faz toda a diferença no momento de se decidir por qual território optar, não se podendo negar que a condição inferiorizada dos habitantes constitui um fator que de fato facilita a sobreposição dos interesses da iniciativa privada e do Estado desenvolvimentista. Nesse caso, progresso e desenvolvimento significam, sobretudo, o agravamento da subordinação desses grupos aos modelos sociais, políticos e econômicos que marcam tradicionalmente o ideário colonizador branco, burguês e ocidental, no qual o racismo é, ao mesmo tempo, parte histórica da ideologia e instrumento de dominação dos povos. (Ibidem)

Nesse sentido, a modernidade, que fundamentada num sistema de divisões entre o que é visível e o que é invisível, teria promovido a provincianização das racionalidades no mundo, levando a que histórias e memórias locais, incompatíveis com este modelo, fossem colocadas à margem e vistas como inferiores e subalternas. Assim, é essa abordagem abissal a responsável pela inexistência de algumas populações, fazendo com que elas não existam nem como relevantes e nem como compreensíveis. (SILVA, 2012)

Semelhante ao que propõe Galván (2012), as visões de mundo estariam, assim, divididas em uma linha (o traçado de fronteira) que separa o relevante do irrelevante, o visível do invisível, e o que uma determinada concepção de inclusão decidiu considerar como ‘nós’ (dentro de um certo padrão) e como os ‘outros’ (que estariam fora deste padrão). Esse traçado de fronteira que separa o ‘nós’ dos ‘outros’ e que tem como um de seus principais instrumentos a invenção do “selvagem” corresponde aos anseios coloniais da modernidade, permanecendo até hoje nas relações estabelecidas dentro das sociedades e entre estas.

A ideia de selvagem sempre foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria a povos que viviam nas trevas e na ignorância. Nos casos de racismo ambiental, sobretudo no meio rural, essas dicotomias centrais criadas pela modernidade ocidental cria um antagonismo entre a natureza e a cultura, o tradicional e o moderno e o selvagem e o civilizado. Neste contexto, o racismo é construído por meio da diferenciação estabelecida entre aqueles que estão incluídos em uma dada sociedade e aqueles que estão excluídos, consolidando a dicotomia entre nós e outros, dentro e fora, numa espécie de defesa contra aquilo que é diferente, contra um outro visto sempre como inimigo. O racismo, assim, condenaria o “nativo” a uma vida de selvajaria, situada completamente e eternamente fora da história (LENTIN, 2008 apud SILVA, 2012)

CAPÍTULO II – A CONFORMAÇÃO DO BLOCO HEGEMÔNICO: DOS SULISTAS A FUNDOS DE PENSÃO INTERNACIONAIS

Conforme nos lembram Laclau e Mouffe (1987), um discurso hegemônico é essencialmente um discurso aglutinador, sistematizador de unidade e de representação das diferenças entre o “nós” e o “eles”. Assim, antes de debruçarmos sobre a conformação do bloco hegemônico (o “nós”), julgamos necessário realizar uma breve contextualização da conformação das comunidades tradicionais do Cerrado baiano (o “eles”), que, ao nosso ver e para fins das análises desta tese, nessa disputa discursiva, se constitui como o bloco contra hegemônico.

2.1. Cerrado, Caixa d'Água do Brasil

Quando se fala em biomas e meio ambiente no Brasil, é comum os olhos se voltarem para a Amazônia, e pouco se fala e se sabe sobre o Cerrado, a caixa d'água do Brasil. O Cerrado é a savana com a maior biodiversidade e uma das maiores reservas de água doce do planeta.

Segundo o professor Altair Sales Barbosa (2022), dos ambientes recentes do planeta Terra, o Cerrado é o mais antigo. A história recente da Terra começou há 70 milhões de anos, quando a vida foi extinta em mais de 99%. A partir de então, o planeta começou a se refazer novamente, e os primeiros sinais de vida que ressurgem na Terra, principalmente de vegetação, se deram no que hoje constitui o Cerrado. Portanto, o Cerrado é onde houve as formas de ambiente mais antigas da história recente do planeta, principalmente se levarmos em consideração as formações vegetais. A formação do Cerrado começou há no mínimo 65 milhões de anos e se concretizou há 40 milhões de anos, e os seus primeiros habitantes remontam a entre 15.000 e 12.000 anos antes do tempo presente.

Barbosa (2022) nos lembra que o Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos precisam estar intimamente interligados uns aos outros. Ou seja: uma vez que qualquer um desses elementos seja degradado, em sua totalidade, o Cerrado não tem mais a capacidade de recuperar a plenitude de sua biodiversidade. Por conta disso, é fato que o Cerrado já se encontra em vias de extinção.

Ocupando uma área de 2 milhões de hectares, compõe $\frac{1}{4}$ de todo o território nacional, estando presente nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, São Paulo e Tocantins. O Cerrado é a caixa d'água do Brasil porque é nesse ambiente onde acontecem as chamadas recargas hídricas. Na estação das chuvas, a recarga ocorre nas áreas de chapadas que alimenta os aquíferos, fontes e nascentes dos rios e nas áreas de Veredas. É no Cerrado onde nascem importantes rios do Brasil e do continente sul-americano, como o Paraguai, Paraná, São Francisco, Doce, Araguaia, Tocantins, Tapajós, Xingu, Parnaíba e Jequitinhonha.

Os povos tradicionais do Cerrado são diversos, somando mais de 80 povos indígenas, como os Apinajé, Guajajara, Guarani, Kaiowá, Javaé, Krahô, Maxacali, Kayapó, Krenak, Carajá, Terena, Xerente, Xavante, entre outros. Abriga também 44 territórios quilombolas, comunidades Geraizeiras, Riberinhas, Quebradeiras de coco babaçu, Vazanteiras, Retireiras, Apanhadoras de flores sempre-vivas, Raizeiras, Pantaneiras e comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

2.2. As Formas de Existência nos Gerais da Bahia e o Caminho das Águas

A região oficialmente delimitada como Oeste da Bahia abrange uma parte considerável de Cerrado que historicamente é habitado por populações que tradicionalmente vivem e ocupam de forma coletiva os baixões, chapadas, vazantes e veredas. Como veremos adiante, por estar longe da região litorânea, ponto de partida da colonização no Brasil, o Oeste Baiano era denominado como Além São Francisco, por estar “além” das margens do rio São Francisco.⁶

A ocupação da região foi iniciada por povos indígenas e se intensificou com a invasão dos colonizadores em busca de ouro e com o desenvolvimento da criação de gado. Os povos que resistiram à escravidão ocuparam as barrancas dos rios Arrojado, Correntina, Rio do Meio, Santo Antônio, Formoso e Corrente, formando assim, comunidades tradicionais, como as de fundo e fecho de pasto, quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros e ribeirinhos. Por se estabelecerem nas beiras dos rios e ribeirões principais, também se auto identificam como “beiradeiros” e “brejeiros”.

Ao longo de sua história, a ocupação da região conformou uma ocupação humana que é um verdadeiro caminho das águas e faz parte da cartografia social forjada na geografia dos homens e mulheres comuns daquelas terras. Assim, o próprio mapa da ocupação da região é o mapa da disponibilidade hídrica e da história do acesso à água (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2019).

Nesse processo de ocupação, as áreas de “terra de mata”, “terra fértil”, “terra vermelha”, “terra preta” e “terra de cultura”, as famílias mantiveram um sistema tradicional de cultivo de alimentos, criação de animais, extração de frutas nativas e da “solta” do gado nas extensas áreas de Cerrado de uso comum, denominadas como “Gerais”, “Retiro”, “Fecho” e “Tabuleiro” (E. BARRETO, 2012).⁷

Desses modos de vida são indissociáveis as manifestações culturais que, assim como as diversas comunidades, existem em suas mais variadas formas como parte das vivências e resistências dos povos tradicionais dos Gerais baianos. Por meio da oralidade, são transmitidos geracionalmente muitos dos saberes de mestres e mestras que hoje ainda estão presentes nessas comunidades, como a história dos festejos e da musicalidade tradicional, como os Reisados, Chulas, Cantigas infantis, das Sombras e da Claridade, Cantos de Chuva e Ternos e as Ecomendadeiras de Almas e Rezadeiras (Encantadeiras). As comunidades se reuniam, e em círculo partilhavam a essência de ser e os conhecimentos que carregavam, fazendo acontecer à troca de experiências e a manutenção de suas identidades culturais por meio da palavra falada e cantada e das rezas (FAISLON, 2020).

Dessa forma, até o final da década de 1970, as áreas de barranca de rios e córregos eram livremente ocupadas por essas comunidades, que até o tempo presente buscam manter esses sistemas tradicionais de uso comum dos Gerais. Contudo, o avanço da modernização da agricultura iniciado no Brasil com o regime militar ditatorial ocasionou uma profunda

⁶ A nomeação da região como “Região Econômica Oeste da Bahia” ou mesmo “Território de Identidade Oeste” se reduz a uma delimitação de caráter político-administrativo e não contempla as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao chamado “Além São Francisco” (BRANDÃO, 2010, p.38).

⁷ Conforme os rebanhos vão se procriando e as pastagens plantadas nas proximidades dos rios se tornam insuficientes para alimentar as criações, o gado é solto, por um ou dois meses, nas grandes extensões de Gerais que abrangem as roças até as cabeceiras dos rios para que se alimentem livremente em pastos diferentes, os “pastos de cultura”, com a finalidade de fornecer uma alimentação com maior valor nutritivo aos animais e assim “tirar a areia do bucho”. O período da solta se alterna com base nas chuvas que ocorrem no Cerrado, que permite esperar o tempo necessário para o descanso dos pastos cultivados e da pastagem nativa. (E. BARRETO, 2012; SAMPAIO, 2012)

reconfiguração agrária, social, cultural, econômica, territorial e ambiental, e a revolução verde no Cerrado baiano acompanha as transformações ocorridas nas áreas de “terras disponíveis” do restante do país, conforme veremos a seguir.

2.3. Baiúchos

O termo “baiúcho” utilizado nesta tese provém do discurso observado na reportagem “Oeste da Bahia: terra que há 30 anos valia um maço de cigarro, hoje é importante produtora de grãos”, transmitida em maio de 2019, no programa Globo Rural. Referindo-se à harmoniosa convivência entre “campos de produção imensos, tecnologia avançada e agricultura de precisão” e as “nascentes, rios perenes, cachoeiras, veredas e nascentes impressionantes” provindas das águas do aquífero Urucuia (GLOBO RURAL, 2019), o programa busca exaltar os sulistas, que, com o financiamento do Estado, conseguiram transformar o “espaço vazio” e o “solo pobre do Cerrado” em “celeiro do mundo”, conforme o produtor gaúcho, pecuarista e ex-secretário de Agricultura de Luís Eduardo Magalhães Jaime Capelleso:

Quando nós compramos aqui, a gente pagou uma carteira de cigarro por hectare. Eu lembro porque foi nosso parâmetro para falar do preço na época. Era de graça e ainda tinha prazo para pagar (GLOBO RURAL, 2019, grifo nosso).

Intenciona-se, ainda, inculcar a ideia do “baiano que deu certo”, a exemplo de “um dos pioneiros na produção de soja na região” e fundador e ex-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM) Cícero Teixeira:

Cícero Teixeira era empregado de uma empresa do agronegócio e hoje tem sua própria fazenda. Produzir soja era um sonho e poder operar a colheitadeira que comprou com o resultado da lavoura fazia parte dos planos. **"Foi uma oportunidade ímpar que eu tive na vida. Eu fiz meu primeiro financiamento no banco.** (GLOBO RURAL, 2019, grifo nosso)

Buscando, ainda, afirmar que o encontro entre “gaúchos” e “baianos” (HAESBAERT, 1997) ocorreu sem tensões, a partir da fala de João Antonio Franciosi, quando se explica, então, o termo “baiúcho”:

“Tenho 33 anos de Bahia e 22 de Rio Grande do Sul, então sou baiúcho”. Ele chegou à região atraído pelas terras baratas, algo em torno de R\$ 20 o hectare. **Era o preço de um almoço na época.** “Ia almoçar e o custo disso era um hectare, não almoçava e comprava terra”, brinca. (GLOBO RURAL, 2019, grifos nossos)

Face ao que expusemos acima, o presente capítulo busca fazer um percurso pela história da formação do bloco de poder ao qual chamamos de bloco dos baiúchos que, em termos gerais, é formado a partir da aliança entre os sulistas que chegaram durante a década de 1980, o Estado, ator-chave que sempre vai garantir todas as condições objetivas para a consolidação do agronegócio na região, e políticos locais, sejam os pertencentes às oligarquias regionais ou os sulistas que passaram a disputar os espaços nos poderes legislativo e executivo. Ao longo do tempo, essa aliança entre antigas oligarquias locais, sulistas e o Estado no século XX, se reconfigura no século seguinte, e se reconforma com a presença de multinacionais diversas, outro ator importante que passa a integrar o bloco dos baiúchos, como veremos ao longo deste capítulo.

Antes de adentrarmos nesse enredo, faremos uma breve apresentação dos atores centrais que representam o bloco dos baiúchos em nossa análise.

Entidades representativas de classe do agronegócio

A Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia – AIBA foi fundada no ano de 1990, pelos sulistas que chegaram na região na década de 1980, figurando-se como a principal entidade representativa dos produtores rurais do Oeste baiano, reunindo mais de 1.300 produtores e representando cerca de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados. A Aiba é composta por uma Diretoria, um Conselho Fiscal, um Conselho Técnico, um Conselho Consultivo, Conselheiros Convidados, quinze Delegados Regionais (municípios de Coaceral, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Baianópolis) e uma Estrutura Executiva (AIBA, 2020o). A Aiba conta com o Instituto Aiba (IAIBA), criado em 2014 para realizar as ações de responsabilidade social da Associação, com a realização, desde 2004, da feira anual Bahia Farm Show.

Outra importante entidade de classe representativa do agronegócio na região é a Associação Baiana dos Produtores de Algodão – Abapa, criada em 2000 pelas mesmas famílias que atualmente constituem o quadro de associados da Aiba e que observa a orientação da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA). A estrutura organizacional da Abapa é composta por um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo.

Tendo como mantenedoras Aiba, Abapa e outras empresas do agronegócio e com sede em Luís Eduardo Magalhães e fundada em 1997, a Fundação Bahia é uma entidade sem fins lucrativos de pesquisa com ênfase nas culturas da soja, algodão, milho, café e girassol. Conta com o apoio das mantenedoras e de órgãos públicos como Embrapa, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e Universidades. A Fundação Bahia possui infraestrutura de 200 hectares com laboratórios, casa de vegetação, auditório, estrutura para armazenamento de produtos fitossanitários e 5 pivôs para irrigação de 124 hectares. Está estruturada com uma Diretoria Executiva, um Conselho Curador, um Conselho Técnico, um Conselho Consultivo formado por ex-presidentes, nove Delegacias Regionais e um Corpo Técnico (FUNDAÇÃO BAHIA, 2020).

Como entidades patronais, destacam-se os Sindicatos de Produtores Rurais representados pela Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia – FAEB que, por sua vez, tem representação nacional na Confederação Nacional da Agricultura – CNA. No estado da Bahia, a FAEB está organizada em cinco regiões (Extremo Sul, Oeste, Semiárido, Sudoeste e Sul), interessando-nos os sindicatos patronais organizados na região Oeste do estado: Sindicatos dos Produtores Rurais de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Remanso, Santana e Wanderley, com destaque para o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SRPB), fundado em 1993, e o Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SRPLEM), constituído um ano depois da criação do município de LEM, em 2001.

Órgãos do poder público

Conforme será abordado, historicamente, o Governo do Estado da Bahia tem protagonismo central no processo de reconfiguração dos territórios dos Gerais, cumprindo um papel ativo na potencialização do papel de empresas estatais e em intervenções diretas e indiretas nos setores extrativistas (GUDYNAS, 2012). Além da atuação direta dos governadores e vice-governadores do estado na expansão da fronteira agrícola no cerrado, as Secretarias Estaduais assumem papel legal e institucional fundamental nesse processo. Assim, podemos destacar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação,

Pesca e Aquicultura – SEAGRI e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab.

Criada em 2002, a então Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) teve sua denominação alterada para Secretaria do Meio Ambiente (Sema) em 2008. No organograma da Sema, o/a Secretário/a conta com duas instâncias participativas que constituem os órgãos superiores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA): o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM⁸ e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH⁹, ambos de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal.

Além do Cepram e do Conerh, a página virtual da Sema informa a existência de outros órgãos colegiados, como a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade – FBMC-Bio, o Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas – FBCBH, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia – CERBMA-BA e a Câmara de Compensação Ambiental – CCA.

Também estão vinculados à Sema o FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS PARA O MEIO AMBIENTE – FERFA e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA, de natureza patrimonial, e com o objetivo de financiar a execução da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção da Biodiversidade e da Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas. A página virtual da Sema disponibiliza ainda o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos – SEIA, integrado ao Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos – SEIRRH, principal instrumento de planejamento e execução das políticas e da regulação ambiental e de recursos hídricos no Estado da Bahia. Por meio desse Sistema, é possível acessar serviços e informações ambientais na análise dos atos declaratórios e licenciáveis para acompanhamento dos processos ambientais (BAHIA, 2020).

Apesar de a Sema ser o órgão direto da administração pública que formula e implementa as políticas públicas ambientais no estado da Bahia, o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) é o órgão que realiza a gestão de todos os instrumentos relativos às Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, como Licenciamento Ambiental, Outorgas, Planos de Bacias, Planos de Manejos de Unidades de Conservação, reposição de Crédito Florestal, entre outros.

Como entidade da administração indireta estadual, o Inema foi criado no ano de 2011, com o objetivo de promover a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia. Tem por finalidade executar as ações e programas relacionados às Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade; Política de Recursos Hídricos e Política sobre Mudança do Clima. Cabe ao Inema atuar em articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e com a sociedade civil organizada (BAHIA, 2020).

A estrutura organizacional do Inema é composta por uma Diretoria Geral, Procuradoria Jurídica, Diretoria de Regulação, Diretoria de Fiscalização Ambiental, Diretoria de Recursos Hídricos e Monitoramento Ambiental, Diretoria de Sustentabilidade e Conservação e Diretoria Administrativa e Financeira. Possui nove Unidades Regionais, com

⁸ O CEPRAM tem por finalidade o planejamento e acompanhamento da política e das diretrizes governamentais voltadas para o meio ambiente, a biodiversidade e a definição de normas e padrões relacionados à preservação e conservação dos recursos naturais. É composto pelos poderes públicos federal, estadual, setor empresarial e sociedade civil.

⁹ O CONERH tem por finalidade formular, em caráter suplementar, a Política Estadual de Recursos Hídricos. É composto pelos poderes públicos estadual e municipal, usuários de recursos hídricos (empresas) e organizações civis de recursos hídricos.

destaque para a Unidade Regional Oeste (Barreiras) e a Unidade Regional do Rio Corrente (Santa Maria da Vitória), e também conta com oito Postos Avançados.

A autarquia estadual também conta com o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga e com quinze Comitês de Bacias Hidrográficas, com destaque para os comitês da região Oeste do estado, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, pertencentes aos territórios de predominância do Aquífero Urucuia e com cobertura vegetal do bioma Cerrado¹⁰.

No que se refere aos programas e projetos desenvolvidos pelo Inema, consta o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), que busca apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado da Bahia; o Projeto Corredores Ecológicos; projetos de Educação Ambiental e o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais.

Para a nossa análise em tela, interessa-nos destacar que o Inema é o órgão responsável pela Autorização de Supressão de Vegetação – ASV e pelas Outorgas de utilização de águas superficiais e subterrâneas no estado da Bahia. Conforme veremos no capítulo 3, o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) estabelece dois instrumentos de conservação em áreas privadas no Brasil: as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL), onde, em regra, a supressão de vegetação nessas áreas não é permitida. Entretanto, nas áreas não classificadas como APP e RL, a lei permite o desmatamento, desde que autorizado previamente pelo órgão ambiental estadual – neste caso o Inema, e que o imóvel seja inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) ou Cadastro Ambiental Rural (CAR). Dessa forma, a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) é o procedimento administrativo que autoriza o desmatamento em uma determinada área. Essas áreas passíveis de serem desmatadas legalmente são as denominadas como áreas para uso alternativo do solo. Suprime-se a vegetação para dar lugar a outra finalidade no uso da terra, como a realização de atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana¹¹ (ANTONACCIO et al., 2024, p. 4).

Por sua vez, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos constitui um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevista pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que atribui ao poder público a autorização de uso dos recursos hídricos a pessoa física ou jurídica. No estado da Bahia, a exigência de outorga destina-se a todos que pretendam fazer uso de águas superficiais ou águas subterrâneas para as mais diversas finalidades, como abastecimento doméstico, abastecimento público, aquicultura, consumo humano, dessedentação de animais, diluição de efluentes, dentre outros. A outorga também é necessária para intervenções que alterem a quantidade ou qualidade de um corpo hídrico, como a construção de obras hidráulicas¹². Quando se trata de recursos hídricos de domínio federal, quem concede as outorgas para utilização da água é a Agência Nacional de Águas (ANA) (INEMA, 2020).

¹⁰ Ambos os Comitês de Bacias foram criados no ano de 2008 e são constituídos por representantes do poder público, usuários de águas, organizações civis de recursos hídricos, entidades de ensino e pesquisa e representantes de municípios situados na área de abrangência da bacia hidrográfica.

¹¹ Para realizar o requerimento de ASV a ser entregue ao órgão ambiental estadual, o proprietário rural deve informar, no mínimo, os seguintes itens, além do CAR: 1) a localização do imóvel, das APPs, da RL e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel; 2) a reposição ou compensação florestal; 3) a utilização efetiva e sustentável das áreas já convertidas e 4) o uso alternativo da área a ser desmatada (ANTONACCIO et. al, 2024, p. 4).

¹² Para os corpos hídricos de domínio no estado da Bahia, a solicitação deverá ser realizada no Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA). Os documentos, estudos e taxas necessários para solicitação de outorga estão dispostos em normativas emitidas pelo Inema, e variam de acordo com a finalidade e tipo de outorga (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA, 2023, p. 2016).

Já a outorga preventiva, é emitida com a finalidade de declarar a disponibilidade de água para os usos requeridos, porém, esta modalidade não autoriza o uso de recursos hídricos. Sua função é reservar a quantidade de água passível de outorga, por até três anos, permitindo que investidores realizem o planejamento de grandes empreendimentos que dependem desses recursos (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA, 2023, p. 6) Segundo o Inema, a outorga, ao permitir o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, possibilita uma distribuição mais justa e equilibrada desse recurso, proporcionando a sustentabilidade hídrica da bacia estudada, em termos de equilíbrio do meio ambiente (qualidade da água), a equidade social (abastecimento público e coleta e tratamento de esgotos) e a viabilidade econômica (acesso à água para desenvolvimento de atividades econômicas), inclusive para possibilitar a disponibilidade das águas também às gerações futuras. A outorga é, ainda, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários (INEMA, 2020).

Outro ator chave que representa o poder público estadual é a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – Seagri, que tem por finalidade formular e executar a Política de Desenvolvimento da Agropecuária, Cooperativismo e Irrigação, bem como promover e executar ações de defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária (SEAGRI, 2020).

Entre as políticas públicas de comando da Seagri, destacam-se o Programa para Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro) e o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalba), principais políticas estaduais de financiamento do agronegócio no estado da Bahia. Instituído em 2013 como entidade civil, o Prodeagro se constitui como um fundo privado, sem fins lucrativos e a sua gestão é realizada por um Conselho Gestor que é constituído por instituições ligadas ao setor produtivo agrícola do estado, composto por representantes da Aiba, Abapa, Fundação Bahia, Seagri e Secretaria de Infraestrutura – Seinfra (SEAGRI, 2020)¹³.

Semelhante e anterior ao Prodeagro, o Proalba foi implantado no ano de 2001. Os produtores de algodão credenciados ao programa recebem um incentivo de crédito presumido de até 50% do ICMS incidente sobre o valor de comercialização do algodão¹⁴. A operacionalização do Proalba funciona por meio de uma parceria público-privada, entre a Seagri, que normatiza e analisa os documentos para concessão do benefício fiscal, e a Abapa, que realiza o cadastro dos produtores (P. BARRETO, 2008). Para ter direito aos benefícios do Proalba é necessário que o produtor seja associado à Abapa (ABAPA, 2020).

Também cabe mencionar a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, autarquia criada em 1999 e que objetiva garantir a segurança sanitária no Estado da Bahia, atuando nas defesas sanitárias animal e vegetal e na inspeção de origem agropecuária. É de responsabilidade da Adab fiscalizar o comércio e o uso de agrotóxicos no estado da Bahia. A Agência dispõe de um sistema de controle de entrada e saída dos produtos, bem como de um laboratório de zoofitosanidade e de 22 postos de fiscalização, dentre os quais 6 estão localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Grande nos municípios de Formosa do Rio Preto, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Santa Rita de Cássia e Correntina. (ADAB, 2020)

2.4. A Conformação do Estado desde o Além São Francisco ao Golpe de 64

¹³ Os recursos do Prodeagro são originários de crédito fiscal concedido nas aquisições internas dos produtos da soja, milho e café por produtores rurais não constituídos como pessoa jurídica, para serem aplicados em três linhas de ação: infraestrutura logística para escoamento da produção rural; modernização tecnológica para ampliar a produtividade e a competitividade da produção agrícola no estado da Bahia e em programas, projetos ou ações que visem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental (SEAGRI, 2020).

¹⁴ Os 10% do valor do imposto devido são destinados ao Fundo para Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundagro), que financia projetos de pesquisa, defesa sanitária, monitoramento ambiental e a promoção da cadeia do agronegócio do algodão no estado da Bahia (MENKE et al, 2009 apud RIOS, 2018).

Em sua análise das políticas territoriais protagonizadas pelo Estado nos Cerrados baianos no período entre 1889 e 2014, M. Oliveira (2015) sustenta que o papel do Estado, nessa trajetória, se processou de duas maneiras. A primeira indicou uma política de “não ação”, em que o território do Oeste da Bahia não recebeu um número significativo de ações governamentais, tendo permanecido durante um longo período num estado de letargia e se constituindo num imenso fundo territorial que podia ser compreendido como uma reserva de espaço para futuras explorações e apropriações.

Contudo, essa situação se inverteu a partir do momento em que a região passou a ser objeto de interesse e de ação do Estado, que incorporou o território na dinâmica da produção agrícola globalizada, a partir da década de 1980, e cujo processo se intensificou nos anos seguintes. Assim, a autora classifica a análise da trajetória das políticas territoriais empreendidas pelo Estado em três momentos, denominados a partir das características específicas que atribuíram singularidade ao território Oeste da Bahia: o período do “Além São Francisco” (1889-1955), o do “Oeste da Bahia” (1956-1979) e o momento do “Novo Oeste” ou “Oeste na Bahia” (1980-2014). Essa classificação adotada é resultado do esforço em relacionar o contexto histórico, os aspectos políticos e econômicos e o arranjo territorial, o que permite classificar cada período de acordo com as políticas territoriais direcionadas à porção mais ocidental da Bahia (M. OLIVEIRA, 2015, p. 173).

No primeiro momento, o Oeste baiano é denominado como “Além São Francisco” em virtude do pouco interesse do Estado em incluir o território em seu planejamento. No entanto, a autora nos lembra que a exploração da região data do início do século XVI, quando as margens do São Francisco já começavam a representar um fator importante de ocupação, possibilitando gradativamente, a abertura de vias, descoberta e a exploração de minérios e a fixação das primeiras nucleações portuguesas. Foi com a expansão dessas atividades que os colonizadores alicerçaram seus domínios sobre as terras apropriadas, imprimindo ritmos de vida próprios e garantindo a posse do território. Dessa forma, o São Francisco se tornou a principal via de ligação e abastecimento entre as minas de ouro do século XVIII (Ibidem, p. 45).

Entretanto, essa “ocupação pretérita”, lenta e rarefeita do Oeste confunde-se com o próprio movimento de desbravamento dos sertões são franciscanos (SANTOS FILHO, 1989 apud M. A. OLIVEIRA, 2015) e coaduna-se com a ideia de exploração dos “fundos territoriais” (A.C. MORAES, 2005; 2011b apud M. A. OLIVEIRA, 2015). Ao apropriar-se das terras, o colonizador buscava salvaguardar a sua porção máxima, garantindo e impondo-lhes limites, uma vez que a conquista do espaço, a sua apropriação e domínio eram o fundamento primeiro. Entretanto, como nem toda extensão de terra podia ser explorada, havia “áreas de trânsito” sem ocupação, que representariam espaços para apropriação futura e possibilidade de expansão. Assim, essa ideia representa um dos marcos do capitalismo que, ao estimular processos de apropriação do espaço, cria “valorizações futuras” e constrói valores potenciais e estratégicos, consolidando a valorização política do espaço, mesmo que, num primeiro momento, o valor econômico não esteja a ele relacionado. Apesar de constituírem parte do território português, esses fundos territoriais eram os estoques não incorporados à economia colonial, apresentando-se como reservas ou território não usados.¹⁵ Nesse sentido, desde a colonização, interessava ao governo central manter a integridade desses fundos territoriais para uma ocupação futura, e o sentido expansionista com o objetivo de incorporação dessas áreas permaneceu como forte traço do ideal de construção do país (Ibidem, p. 52).

¹⁵ Moraes (2001, p. 112) afirma que se “refletirmos sobre o que estava ocupado no território brasileiro pela economia colonial no momento da independência, constataremos que era apenas 1/5 do território, o resto eram fundos territoriais” (OLIVEIRA, 2015 apud MORAES, 2001).

Assim, a autora resume que até meados do século XIX, em seus aspectos econômicos, o Oeste da Bahia não possuía tanta expressividade, a não ser em virtude de se tornar um pequeno entreposto de comércio, destino de boiadas e rota de ligação entre o litoral e o interior do vasto território brasileiro, tendo essa dinâmica territorial predominante de interesses locais/regionais e marcada por poucas atividades, tendo permanecido inalterada por pelo menos três séculos.

Em virtude dessas características, a consolidação da população nesse espaço territorial e o enraizamento de comerciantes e fazendeiros expressaram o sentimento de projeção do território que, arquitetados à formulação do argumento de “abandono do território” por parte do governo central, alimentou uma narrativa regional de mais autonomia e poder de controle, o que culminou em movimentos com ideais emancipacionistas no período imperial, visando a formação de novas províncias com maior autonomia administrativa. M. A. OLIVEIRA (2015, p. 57) argumenta que tais propostas davam conta da impossibilidade de se fazer chegar a todas as porções do território, ações político-administrativas que historicamente privilegiaram as áreas próximas ao litoral e caracterizaram o tipo de exploração empreendido pelos governos portugueses desde o princípio da colonização.

Dessa forma, as demandas autonomistas refletiam, por um lado, a incapacidade do Estado – aliado ao poder despótico do imperador que concentrava esforços nas áreas mais próximas ao litoral – e por outro, o enraizamento do poder das elites políticas locais, que passaram a controlar a economia e a política do Oeste, consolidando seus discursos e impondo seus propósitos sobre a população. Gradativamente, com a ausência da autoridade central, essas elites locais foram se tornando as legítimas representantes do coronelismo na transição do Império à República no final do século XIX, passando a assumir o poder político sobre o Oeste baiano (Ibidem, p. 58).

Sem apresentar interesse do ponto de vista estratégico para ação do Estado, o coronel passou a ser o representante legítimo da política local, desempenhando papel central no desenvolvimento político e econômico da região. A fim de proteger suas propriedades, seus rebanhos e “sua gente” da invasão alheia, a solução encontrada foi a formação de exércitos próprios, uma espécie de polícia privada, que também alimentou a conformação de um sentimentalismo local e culminou na articulação das elites para a sua divisão/emancipação. (Ibidem, p.60).

Concomitante a esse processo de disputa entre oligarquias locais, o cenário econômico na Bahia foi marcado pelo declínio da produção açucareira, que havia se constituído no principal sustentáculo da economia baiana, sendo que no contexto de transição para a República, umas das características centrais foi a tentativa de manter o prestígio das famílias historicamente produtoras (CASTRO, 2010 apud M. A. OLIVEIRA, 2015, p.97), aliadas ao predomínio do grupo de comerciantes exportadores e banqueiros da capital (BAHIA, 1981 apud M. A. OLIVEIRA, 2015, p.97).

Importante ressaltar que o apogeu secular da produção açucareira – concentrada especialmente no Recôncavo Baiano – se deu em virtude da intervenção da ação do Estado, que criou a devida infraestrutura com subsídios creditícios cedidos aos produtores e incentivos em inovações tecnológicas em finais do Império¹⁶. Politicamente, o Estado cumpria papel de mediador dos conflitos da sociedade, sendo confundido com as próprias figuras dos grandes latifundiários do açúcar e incorporando o caráter pessoal dos políticos e proprietários de terras, visando o favorecimento de causas particulares (M. A. OLIVEIRA, 2015, p. 95).

O mesmo ocorreu quando a produção açucareira foi substituída pela cacaueira, no início do século XX, direcionando a economia do litoral para o extremo sul do estado.

¹⁶ Pode-se exemplificar, como tentativa de salvar a crise no recôncavo, a fundação de novos engenhos, com mecanismos e tecnologias mais avançadas a fim de garantir uma melhor qualidade do produto e fazer concorrência com o açúcar produzido no exterior (OLIVEIRA, 1993 apud OLIVEIRA, 2015).

Buscando consolidar a economia em torno dessa fruta na região para garantir a sua exportação, a instituição de associações de produtores e de comerciantes e demais órgãos foram centrais para que o Estado viabilizasse infraestruturas viária e portos, assistência técnica e agrônômica. A sociedade cacauzeira exercia forte pressão junto às lideranças do governo visando a obtenção de melhores preços para exportação do produto. Assim, o mesmo Estado que se beneficiou da produção açucareira, do mesmo modo viabilizou e obteve proveito da produção de cacau, sinalizando os interesses de seus representantes (Ibidem, p.99)¹⁷.

Em suma, a autora sintetiza que, no final do Império, as ações estaduais concentraram-se especialmente na região decadente da produção açucareira, na nova promessa cacauzeira e na centralidade administrativa de Salvador, além de alguns indícios de produção de fumo no recôncavo baiano. As áreas interioranas da Bahia, como o Norte e o Oeste, não representavam interesses do ponto de vista econômico, e as medidas eram pontuais, se consideradas as ações efetivas nas áreas de maior concentração da produção. (Ibidem, p.100-101)

Assim, na ausência de grandes ações do Estado e de aplicabilidade de políticas territoriais, e tendo em vista a influência dos “coronéis dos currais”, acirrou-se a construção da narrativa do isolamento e da ausência do Estado, enraizando-se um sentimento regional de que a Bahia não considerava a porção mais ocidental do seu território, que encontrava-se distante, longínqua e isolada, relegada a condição de um *Além São Francisco*.¹⁸ Esse argumento justificava a necessidade da atuação da iniciativa privada na construção das bases econômicas do território, na consolidação do sistema político coronelista e na própria construção da “lei” e da “ordem”. Dessa forma, a autora identifica que uma das primeiras ações empreendidas pelo Estado no Além São Francisco foi a navegação, no intuito de articular a dinâmica regional a outras áreas do país, mas que dependia da iniciativa privada para comercializar a produção agrícola e industrial em outras localidades.

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou um novo regime cujas estruturas jurídicas e administrativas direcionaram-se para o formato federativo e presidencialista, o que permitiu pensar a Bahia como uma unidade estabelecida e que passou a ter, no âmbito institucional, a responsabilidade política sobre o Oeste. Entretanto, o que ocorreu foi o enraizamento das antigas oligarquias, por fortes retóricas regionalistas e pelo fortalecimento de disputas territoriais entre elites regionais das frações agroexportadoras, políticas e econômicas, sem apresentar as condições necessárias de infraestrutura ou pretensões políticas em organizar um planejamento estatal para o estado da Bahia. As intervenções do governo federal no Além São Francisco eram vistas com pouca confiança pelos ditos coronéis, e toda a esfera pública estadual na região, que se limitava à justiça, à política e ao fisco, passava pelas mãos dos chefes locais. Assim, o poder dos coronéis muitas vezes se confundia – quando não se traduzia – na ação do próprio Estado. Quando conveniente, aliavam-se aos chefes estaduais e federais para obter benesses em suas propriedades, ancorados na proposta de beneficiar a população e superar os problemas da estiagem. As tentativas de interferência do governo estadual recrudesciam as lutas internas entre famílias ricas, ocasionando em perda de uma

¹⁷ M. A. OLIVEIRA (2015, p.98) reafirma que o Governo estadual, como agente da instância política, tinha dupla postura. Uma como beneficiário da riqueza que se escoava, via Salvador, através das casas exportadoras, mediante impostos sobre a produção e tributos indireto; e a outra como incentivador da produção regional, equipando a área com vias de circulação, apesar de pressionado pelos produtores e comerciantes. Serviu de árbitro, também, nos problemas de posse da terra quando se tratava de terras devolutas, no processo de concentração fundiária verificado neste período, beneficiando, assim, os produtores da região.

¹⁸ A autora ressalta que é preciso ter cautela para analisar este ponto, uma vez que estar perto ou longe, isolado ou inserido são qualitativos que devem ser considerados em escalas distintas. Um dado local pode estar perto, mas não necessariamente inserido, além disso, a ideia de próximo ou distante dependerá do “estabelecimento de um referencial de localização e de comparação” (MORAES, 2003b, p. 4 apud OLIVEIRA, 2015, p.102).

região para os inimigos dos grupos dominantes da capital, o que tornava um obstáculo para as autoridades governamentais. (Ibidem, p.111-112).

Assim, a autora conclui que a transformação do recorte da condição de fundo territorial para o Além São Francisco se processou num quadro cuja estratégia do Estado foi a sua não atuação, considerando que o não planejamento desse tipo de política também consiste numa política territorial, tendo em vista que, ao eleger espaços prioritários para sua ação, o Estado age como um incentivador do território, promovendo a integração de áreas estratégicas e/ou provocando o desequilíbrio entre outras áreas. Esse agir e não agir estariam dialeticamente condicionados a perspectivas e estratégias dominantes para cada período da história, podendo sofrer variações conforme as mudanças de suas concepções. (Ibidem, p.115)

Foi somente a partir de meados dos pós II Guerra que se inaugurou na região um planejamento institucionalizado pelo Estado, tanto a nível federal como estadual, motivado pela expansão de um modelo capitalista sobre a base territorial nacional e calcado no discurso de integração e modernização do país, em que a industrialização havia se tornado no objetivo principal para o “ideal de crescimento econômico”.

Nesse contexto, é fundamental destacar o discurso da seca¹⁹ como marco da construção das políticas públicas no semiárido nordestino, com projetos que explicitavam o interesse do Estado em intensificar o modelo desenvolvimentista na busca de promover projetos de mecanização agrícola no vale do São Francisco.

Esse projeto passou a priorizar a modernização da indústria e o desenvolvimento tecnológico da região por meio de obras de “açudagem”, irrigação e a instalação de hidrelétricas. Como exemplo, estão a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso/BA e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Operação Nordeste (OPENO), em 1959.

M.OLIVEIRA (2015) ressalta que foi no período entre 1956 e 1979 que o Oeste da Bahia ascendeu da condição de uma economia local para uma escala regional/nacional, em que objetos técnicos e artificializados ganharam significância na lógica de planejamento e de políticas territoriais do Estado. Acompanhando esse movimento de expansão nacional, o Oeste tendeu a receber um número maior de investimentos, por dispor de uma vasta área de Cerrados, que seria incorporada aos projetos de integração nacional nas décadas seguintes. Contudo, o que aconteceu foi que, apesar da diretriz de planejamento prezar pelo resgate de regiões outrora pujantes como fora o Nordeste brasileiro, as medidas direcionadas à região, à época, não foram eficazes e se expressaram no atendimento de demandas particulares de grandes grupos da elite, acentuando ainda mais os problemas no território (Ibidem, p.123). Nesse sentido, para esse período, a autora denomina o lócus de análise das políticas territoriais como “Oeste da Bahia” devido à inserção de ações pontuais do Estado e pelo fato do território apresentar-se como uma possibilidade de investimentos para o estado baiano.

O mesmo período histórico também foi contextualizado por Santos (2007) que, na perspectiva da Sociologia Crítica, investigou as transformações ocorridas na região a partir dos anos 1980, olhando para os aspectos conjunturais e estruturais que possibilitaram a sua ocupação com um novo modelo agrícola produtivo de espaços no território nacional, antes

¹⁹ Atentamo-nos para as políticas de “combate à seca”, implementadas pelo Estado brasileiro na região do Semiárido. Antes mesmo da instauração da república, a grande seca de 1877 (em que morreram mais de meio milhão de pessoas, a maioria delas no estado do Ceará) balizou a institucionalização do “problema da seca” pelo Estado, que passou a tratar essa questão como um problema nacional. Sob o discurso de auxiliar os “flagelados da seca”, o que ocorreu foi o favorecimento das elites locais, que passaram a conseguir recursos do governo para a realização de obras e empreendimentos contra as secas. (R. SILVA, 2003 apud R.S. RODRIGUES, 2016). Este assunto voltará a ser tratado posteriormente.

considerados “vazios” e inaproveitáveis economicamente. Em contexto de modernização da agricultura que ocorria no país a partir do final da década de 40 e cujos interesses econômicos e políticos começavam a se voltar para a expansão de novas fronteiras agrícolas no território brasileiro, ele observa que, dentre as redefinições ocorridas no Oeste baiano – que era fruto da inserção de relações de produção capitalistas que ocorriam no conjunto de áreas com potencial de expansão da fronteira agrícola do território nacional, o Estado passou então a contar com a ocupação das áreas de Cerrado da Bahia²⁰. (C. SANTOS, 2007, 38-39)

Nesse sentido, o autor ressalta que para entender o perfil da economia baiana e a modernização agrícola na região que acontecia na primeira década dos anos 2000, era condição básica tomar como referência a conjuntura econômica e política do país a partir dos primeiros anos da década de 50, quando começaram a funcionar as instituições sobre as quais está estruturado o Estado liberal de direito. Com o fim do Estado Novo, as mudanças conjunturais políticas e econômicas estimularam segmentos da burguesia baiana, como os setores econômicos ligados ao comércio e financistas (Banco da Bahia e Banco Econômico), a intervirem com uma nova postura econômica e política. Como já apontado anteriormente por M. OLIVEIRA (2015), esses grupos argumentavam que com o desenvolvimento da produção industrial e o incentivo ao setor agrícola, seria possível alterar o papel periférico que a Bahia desempenhava na divisão interestadual do trabalho e reverter a participação pouco expressiva daquele estado nas decisões econômicas nacionais. (Ibidem, p. 43-44)

Assim, tanto C. Santos (2007) como M. OLIVEIRA (2015) identificaram que foi o governo de Otávio Mangabeira (1947-1950) o ponto de partida para um sistema de planejamento do setor público para a Bahia, semelhante ao que vinha sendo implementado no plano nacional, pelo governo federal. Entidades de classe e representantes do patronato, como a Associação Comercial, passaram a definir em conjunto com o governo do estado as políticas públicas de seus interesses, ao tempo em que harmonizavam os interesses do principal grupo econômico baiano de então – os cacauicultores – na perspectiva de ampliar a exportação, propiciar a acumulação do capital e criar um mercado para eventual desenvolvimento de atividades industriais no estado. (Ibidem, p.44)

Durante esse período, foram valorizados instrumentos de apoio a um modelo de desenvolvimento planejado nas estruturas representativas do governo do estado que acompanhassem a industrialização nacional, mas que, na realidade, correspondiam a interesses desse segmento social. Dessa forma, o autor destaca que foi de fundamental importância para o projeto nacional da burguesia o desenvolvimento de relações sociais de produção que permitiram a formação de um bloco de atividades produtivas materializadas sob a forma de empreendimentos estatais, cujos exemplos representativos foram a criação da Petrobras e da Companhia Siderúrgica Nacional. Essas ações possibilitaram o surgimento de um ciclo de acumulação capitalista, que somente em meados dos anos sessenta começaria a esgotar-se. (Ibidem, p.43)

A volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, significou o retorno das aspirações burguesas de uma industrialização acelerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional. Na Bahia, o marco desse processo de mudanças econômicas e sociais foi a criação das atividades de petróleo no Recôncavo, a partir de 1953, que configurou novos

²⁰ Ao revisar o modo de pensar a formação do Estado da Bahia e seus efeitos no período de 1950 a 1991, C. Santos (2007) contextualizou o processo de ocupação das áreas de Cerrado no estado, onde ocorreu uma transposição e incorporação de novos segmentos às estruturas sociais já existentes, mas com relações e formas de organização social diferenciadas. Assim, o autor observa que esse processo é decorrente de estratégias e projetos de ação que são delineados em torno de eixos econômicos que se metamorfosearam até atingirem a atual configuração, em que foram valorizados instrumentos de apoio a um modelo de desenvolvimento que acompanhasse a industrialização nacional, planejado nas estruturas representativas do Governo do Estado. Ele ressalta que esse modelo de desenvolvimento nacional sempre iria corresponder a interesses de um determinado segmento social.

arranjos entre as forças sociais e políticas locais e que perduraram durante aproximadamente as três décadas seguintes (Ibidem, p.50)

Apresentando aspectos diferentes dos governos das antigas oligarquias que ascenderam ao poder nos últimos períodos no estado da Bahia, o período de governo do oestino e barreirense Antônio Balbino (1955-1959) tinha a perspectiva amarrar um projeto de desenvolvimento local a um projeto mais amplo, buscando criar uma dinâmica regional a partir da Bahia, que poderia interferir na conjuntura nacional. Percebendo as oportunidades que poderiam se abrir para sua gestão e as chances concretas de apoio de instâncias financeiras públicas do governo federal, o governo de Balbino criou a Comissão de Planejamento Econômico – CPE, visando elaborar estudos e projetos que repensassem o Estado e retomando a política iniciada nos anos 1950.

Dessa forma, foi neste governo que se consolidou a construção de um aparelho governamental mais complexo e expandido, o que tornou irreversível a articulação entre a administração estadual e o interior baiano, iniciando-se, dessa forma, a superação da distância política e administrativa dos grupos dominantes sediados na capital em relação aos municípios mais distantes. Contudo, essa atitude não decorreu da vontade política de Balbino e sim da necessidade das classes dominantes em assegurar o controle político do Estado, ameaçado pela ausência de um projeto hegemônico a ser executado a médio e longo prazo. Nesse sentido, na escala federal, a eleição de Balbino se aproximava de um projeto desenvolvimentista com predominância dos segmentos do capital nacional, e na estadual, representava as forças políticas ligadas ao Oeste/Sertão do São Francisco (Ibidem, p.53)

Os três últimos anos da gestão de Antônio Balbino coincidiram com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que forneceu subsídios para elaboração do I Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB, em consonância com a diretriz desenvolvimentista da conjuntura nacional. A elaboração do Plano ficou a cargo da CPE que, pela primeira vez, citou o setor industrial como núcleo principal de uma política capaz de estabelecer articulações econômicas que permitissem o desenvolvimento do estado da Bahia. Além da política industrial, os setores agrários capitalistas também contaram com atenção especial. (Ibidem, p.54)

Esses setores emergentes ajustaram seus interesses aos de grupos remanescentes, optando por uma modernização impetuosa das estruturas sociais presentes no conjunto do território do estado, privilegiando regiões que já contavam com alguma atividade “moderna” em curso. Assim como os seus antecessores, os novos grupos econômicos inviabilizavam mudanças estruturais sem apresentar qualquer perspectiva de ruptura, mesmo no interior do campo das forças dominantes, uma vez que, conforme elucidou Florestan Fernandes, esses grupos [...] vinham de e viviam em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica – e quer vivesse na cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (FERNANDES, 1987, p. 205 apud SANTOS, 2007, p. 55)²¹.

Segundo M. OLIVEIRA (2015), a perspectiva do Estado estava ainda fortemente relacionada com a intervenção estatal devido ao histórico colonial, em que a ideia de intervenção do Estado em grandes obras foi bastante preservada, o que repercutiu no conteúdo das políticas territoriais implementadas no Além São Francisco.

²¹ A ideologia desenvolvimentista sustentava, na época, um projeto de nação que reduzisse as desigualdades econômicas e sociais, promovendo o crescimento industrial no conjunto do território nacional. A visão predominante era a de que os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deveriam percorrer as mesmas etapas pelas quais haviam passado os países centrais do capitalismo, e as classes dominantes brasileiras identificavam o desenvolvimento como mero crescimento econômico e não como “o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade” (FERNANDES, 1975, p. 150 apud SANTOS, 2007, p.55).

Como exemplo, destaca-se a construção de Brasília e todo o conjunto de infraestruturas criadas para ampliar o acesso ao interior do país como justificativa de integração nacional e desenvolvimento do Brasil. Cumprindo com uma estratégia de interiorização e de estímulo a um novo ritmo de crescimento em novas áreas, a construção da nova capital, num espaço de grandes “promessas econômicas” – o cerrado brasileiro, teve o Estado como o grande viabilizador. Para tanto, incentivou-se a abertura de estradas, redes de transporte e comunicação, além de outros projetos que superariam o que convinha caracterizar como “atraso no grande vazio de terras” no interior do país. Essas medidas representaram as possibilidades de expansão da agricultura, indústria e viabilizaram o crescimento econômico no Brasil. Contudo, os resultados não foram sentidos de maneira homogênea e o desenvolvimento social não fora por completo alcançado. (M. OLIVEIRA, 2015, p. 127)

2.5. O Golpe de 64 e as implicações no Estado da Bahia

Com o Golpe de Estado de 1964, parecia que seria estancado o projeto nacional-estatista, abraçado por parcelas dos segmentos sociais organizados da sociedade brasileira até aquele período. Porém, com a instauração da Ditadura Militar, o processo de estatização e a interferência do Estado em diversos setores da economia nacional passaram a ser uma realidade muito mais presente. Ao contrário do que se questionava e que era uma das bandeiras que sustentava a possibilidade de um golpe, com o apoio dos mais diversos segmentos dominantes, a ditadura militar sacramentou de forma muito mais veloz um processo de estatização da infraestrutura econômica do país. (C. C. SANTOS, 2007, p.57)

Na realidade, conforme nos lembra Octavio Ianni, essa crescente intervenção do Estado na economia foi o que criou as condições propícias e indispensáveis para o florescimento dos investimentos privados e o funcionamento adequado dos mercados de capital e da força de trabalho, expandindo as grandes empresas e corporações multinacionais, e reorganizando a estrutura do sistema capitalista no Brasil. De fato, a economia brasileira havia sido reintegrada no capitalismo mundial sob a hegemonia dos EUA, entretanto, e contraditoriamente, a política econômica governamental passou a reincorporar diretrizes de cunho nacionalista – “indústria nacional”, “empresário nacional”, “soberania nacional” – que acompanharam o projeto de “Brasil-potência”. Dessa forma, à medida que se consolidava um subsistema econômico associado e dependente entre o Brasil e os Estados Unidos, criavam-se condições para a ressurgimento da ideologia e soluções nacionalistas, no sentido de recolocar o problema da alienação de centros de decisão sobre a política econômica do país e assim favorecer e estimular a concentração de capital a nível nacional e internacional. (IANNI, 1984; 2009)

Dessa forma, como iluminou Florestan Fernandes, o regime militar recompôs a história do Brasil a partir dos interesses da burguesia interna e do imperialismo estadunidense, acabando por produzir um novo modelo de desenvolvimento capitalista dependente que conciliou antigas estruturas coloniais arcaicas com novas estruturas coloniais modernas. Assim, não foi possível efetivar uma abertura de um circuito democrático de forma horizontal, e a revolução burguesa se manteve limitada a alguns setores privilegiados. (FERNANDES, 1982; 2010)

Na mesma linha, Octavio Ianni situou o período da ditadura militar em um tempo em que o “Estado fascista” se impôs e sobrepôs às classes e grupos assalariados, às regiões e aos cidadãos como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista, estrangeira e nacional (IANNI, 1984, p.19). À medida que o Estado militar impulsionou a ascensão de um bloco de poder que correspondia aos interesses do capital privado nacional e internacional, as contradições de classes foram se revelando, e o ciclo da revolução burguesa no Brasil se encerrou com uma contrarrevolução. Ocultando-se

por detrás do lema “segurança com desenvolvimento”²², a contrarrevolução se manifestou tanto explicitamente, sob a forma de repressão e violência direta, como em discursos com conteúdo ideológico de cunho modernizante, nacionalista e “neutro”²³. (IANNI, 1984) Assim, tanto Octavio Ianni como Florestan Fernandes compreendem o golpe de 64 e a ditadura militar como um momento de consolidação da dominação das elites agrárias e oligárquicas que foi capaz de mobilizar as forças armadas como estratégia de autodefesa política para garantir a manutenção do *status quo* dos interesses privados nacionais e estrangeiros das classes burguesas.

No estado da Bahia, nos primeiros momentos, o regime ditatorial instalado em 1964 não significou para a burguesia baiana um ponto de ruptura e o início de um novo processo de acumulação capitalista no estado, e os projetos que foram elaborados e gestados durante os anos 1950 continuavam sendo uma referência para a expansão capitalista iniciada em meados daquela década. A partir dos inícios dos anos 60, o governo federal passou a disponibilizar incentivos, subsídios fiscais e financeiros, alguns com exclusividade para o Nordeste brasileiro, o que possibilitou à economia nacional – antes centralizada no eixo Centro-Sul – iniciar um processo tênue de descentralização de uma parcela de seus excedentes de capitais para essa região.

Conforme apontou Francisco de Oliveira, a progressiva integração da dinâmica da economia nacional, e por consequência, do processo de acumulação de capitais, da ação do Estado e da internacionalização produtiva e financeira, possibilitou a anulação da presença política de algumas classes e setores sociais da repressão e centralização das políticas operadas pelo Estado autoritário, entre outros fatores (F. OLIVEIRA, 1998 apud C. SANTOS, 2007).

Nessa reorganização produtiva, o Estado da Bahia, por sua posição estratégica de estar ligado às duas maiores regiões do país por meio de importantes rodovias, transformou-se num dos vetores representativos nos campos econômico e político do Nordeste. Após o golpe militar, lideranças políticas baianas, como Juracy Magalhães e Luís Viana Filho, engajados anteriormente no projeto da burguesia nacional, contribuíram para essa escolha, ao aderirem aos novos dirigentes militares empossados no novo regime. Além disso, com a suspensão das eleições livres para governadores, estes passaram a ser indicados pelo governo federal e essas indicações necessariamente deveriam ocorrer não somente com quem estivesse alinhado, mas que também tivesse a responsabilidade de ampliar o projeto político a ser implementado. Nesse sentido, tendo por base algumas relações pessoais de proximidade ou de interesses pontuais, foram consolidados projetos considerados de envergadura nacional, enquadrados numa primeira perspectiva de um plano que pretendia reduzir as grandes disparidades socioeconômicas entre as regiões do país. (C. SANTOS, 2007, p.60).

Assim, visando a integração do mercado nacional, o novo regime implantado pós-64 viabilizou um conjunto de reformas econômicas com a criação de um grande número de incentivos para o capital privado. Aproveitando-se de uma situação proporcionada pela política de desenvolvimento realizada por governos anteriores, os primeiros governos militares aceleraram a integração do mercado nacional subsidiando em larga escala os

²² Um aspecto importante da contrarrevolução burguesa aparece no sentido prático e ideológico do lema *ordem e progresso*, adotado pelos governantes do período republicano e, com golpe de 1964, foi renomeado pelo lema *segurança e desenvolvimento*, passando a reverberar em todos os governos vigentes sob a ditadura militar. Para Octavio Ianni, ambos os lemas expressam e sintetizam a ideologia das classes dominantes para prevalecer a memória da elite vencedora e conquistadora, reduzindo a história política do país à história militar, dispersando assim o “povo disperso”. Ao mesmo tempo, essas bandeiras reiteram a ideia de uma revolução burguesa dentro da ordem, fundada em uma história não violenta, no mito da “democracia racial”, na política de “integração regional” e na “harmonia” entre capital e trabalho (IANNI, 1984, p. 25).

²³ Para Octavio Ianni, o exemplo de Canudos é um acontecimento trágico e simbólico do que tem sido a contrarrevolução burguesa permanente no Brasil (IANNI, 1984).

investimentos privados nas regiões “menos desenvolvidas”, como o Nordeste e a Amazônia. (Ibidem, p.60-61).

Na Bahia, em consonância com esse sistema de planejamento nacional representado pela SUDENE no Nordeste, um dos marcos desse processo foi a criação e a inauguração do Centro Industrial de Aratu, na segunda metade dos anos 60. Apesar desse projeto não ter produzido os impactos que seus idealizadores imaginaram, a criação de um centro industrial apontava para a consolidação de uma nova dinâmica vinculada ao setor industrial, já iniciada com a implantação da Petrobrás no estado. Nesse momento, destaca-se a criação da Usina Siderúrgica da Bahia, cujo incentivo do Estado, nos níveis federal e estadual, foi decisiva para a sua implantação, principalmente com isenções de impostos, incentivos fiscais e creditícios e investimentos em infraestrutura física (Ibidem, p. 63).

Especificamente no “Oeste da Bahia”, entre as grandes obras de infraestrutura desse período – sobretudo no período do “milagre econômico” (1968-1973), M. OLIVEIRA (2015) identificou a construção da hidrelétrica de Correntina, em 1966, que, visando o abastecimento da região, refletia os interesses do Estado. Outra política territorial identificada e cujo recorte estava atrelado à construção de Brasília foi a implantação da BR 242 (trecho Brasília-Ibotirama), que permitiu a interligação da nova capital do país com Salvador. Para execução da obra, foi instalado, em 1969, na cidade de Barreiras, um posto do Exército, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção, que também contribuiu para viabilizar o trecho da BR 020, ligando Barreiras a Brasília, e da BR 135 que liga Brasília ao Piauí. A instalação dessas rodovias esteve diretamente associada aos planos de desenvolvimento da época e permitiram a conexão entre diferentes pontos do território. Contudo, não foram suficientes para romper com o seu isolamento geográfico, pela insuficiência do número de vias de acesso e pela imensidão territorial. (SANTOS FILHO, 1989 apud M. OLIVEIRA, 2015, p.135).

Ainda nesse rol de iniciativas de grandes obras de infraestrutura, destaca-se a construção da Barragem de Sobradinho, iniciada em 1972 pela CHESF, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, com o represamento do rio São Francisco visando a consolidação de uma matriz energética no país, além de possibilitar as condições viáveis para implantação de um setor industrial mais competitivo e atrativo na região Nordeste²⁴.

Citando Bomfim (1999), M. A. OLIVEIRA ratifica que a barragem de Sobradinho é o reflexo de um modelo de desenvolvimento agroindustrial imposto que priorizou o capital e homogeneizou todo espaço físico e social, em função de interesses externos e internos patrocinados direta e indiretamente pelo Estado. Nesse sentido, a autora afirma que como uma política territorial, a barragem de Sobradinho se expressa como um importante objeto geográfico com reflexos territoriais, mas do ponto de vista social, é sinônimo de uma ação verticalizada do Estado, típica do período ditatorial (M. OLIVEIRA, 2015, p.138).

M. A. OLIVEIRA ainda aponta como mais um exemplo de política territorial que repercutiu no Oeste da Bahia e que foi resultante dos projetos viabilizados pela antiga Comissão do Vale do São Francisco, a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, em 1974, para atuar na bacia hidrográfica do Rio São Francisco abrangendo 636.073,10 km² (7,47% do território nacional), em 504 municípios, nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, além do Distrito Federal (NÉTO, 2022). Essa empresa pública foi responsável por alterar a dinâmica de alguns municípios do Oeste baiano, por meio de ações e programas destinados ao aproveitamento dos vales férteis dos rios da Bacia do São Francisco. Tendo como principal objetivo promover

²⁴ Resultando na formação do maior lago artificial da América do Sul da época, com uma extensão de aproximadamente 350 km e abrangendo os municípios baianos da margem esquerda do São Francisco (Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso, além de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro), o reservatório tem uma superfície de espelho d'água de 4.214 km² e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50m. (SIGAUD, 1986, p.11 apud MARQUES et al. 2022, p. 17)

o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos, a CODEVASF, em meados de 1978 viabilizou projetos de irrigação pública nos municípios de Barreiras, São Desidério e Coribe, sendo esse exemplo de mais investimentos de atuação do Estado no território. (Ibidem, p.138).

Para C. C. Santos (2007) e Oliveira (2016), a implantação dos perímetros irrigados na Região do Baixo Médio São Francisco marcou a incorporação de dinâmicas consideradas novas em determinados espaços do território baiano, com transformações que foram desde o padrão de produção até as relações e conflitos sociais no campo. Segundo Coelho Neto (2010), a política de projetos públicos irrigados no Vale do São Francisco esteve ancorada na concepção de polos de crescimento, cuja instalação de infraestruturas ocorreu de forma pontual, visando o desenvolvimento regional. As ações de modernização da agricultura, os projetos de irrigação mecanizados e demais interferências tecnológicas foram se instalando por toda a área do vale do São Francisco e se ampliando em direção aos Cerrados.

Nesse sentido, a existência desses objetos geográficos traduz a expansão das propostas nacionais apoiadas nas políticas de desenvolvimento consubstanciadas nos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, e exemplificam mais uma vez a concepção de ação do Estado, tendo em vista o período centralizador da ditadura militar e das ações verticalizadas. (M. OLIVEIRA, 2015, p.139)

Na mesma linha, C. Santos (2007) corrobora que se tratava de projetos nacionais implementados no estado da Bahia. Esse processo foi racionalmente organizado pela modernização conservadora da agricultura iniciada no Brasil em meados da década de 1970, que transformou brutalmente a base técnica da agricultura nacional e trouxe ganhos imediatos, ao acelerar a integração da economia nacional ao mercado mundial. Na visão do autor, como uma opção das classes dominantes, desde o início de sua execução, a modernização conservadora apresentou condicionantes e determinações externos aos espaços que receberiam os investimentos que, por sua vez, teriam obrigatoriamente que acompanhar as necessidades e transformações impostas ao novo modelo agrícola global. (C. SANTOS, 2007, p. 80)

Assim, o processo de modernização da agricultura brasileira iniciado na década de 1970 e favorecido pelas políticas econômicas governos militares, foram determinantes para viabilizar um novo modelo agrícola para o Oeste da Bahia, sobretudo a partir da década seguinte. Os Cerrados baianos foram incorporados como área produtiva no cenário econômico nacional exatamente no final do período de viabilização do processo de modernização conservadora ou compulsória da agricultura nacional (1967 – 1981).

Foi nesse período que o movimento de expansão do capital que buscava criar uma nova fronteira agrícola foi concentrado e favorecido pela ação estatal como uma política de Estado, por meio da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns insumos, e pela redução da área plantada em outros estados da federação. Era um momento em que se buscava implantar um padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado e transformá-las em padrão dominante. (Ibidem, p. 78-79)

Cabe destacar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1973, que teve papel central na atuação de lançar as bases para um conhecimento técnico aprofundado sobre o Cerrado, historicamente desfavorável para o plantio de monoculturas em larga escala, possibilitando transformar aquelas terras consideradas inférteis em salubres e produtivas²⁵.

²⁵ Em função de seu pH elevado ou mesmo do modo de ocupação histórico-territorial do Brasil a partir da costa Atlântica, os Cerrados brasileiros foram durante décadas considerados impróprios para uma agricultura de tipo moderna. Assim, era necessário realizar uma ampla mobilização dos setores econômicos dominantes em torno do ímpeto de se produzir de “forma moderna”, lançando mão de tecnologias para regular o nível do pH e de

Dessa forma, o Oeste baiano foi gradativamente se inserindo como espaço estratégico no cenário nacional, primeiramente pelos grandes projetos de impacto nacional, como a construção de Brasília e a barragem de Sobradinho e, em seguida, pelo grande potencial econômico e fisiográfico da região, até então pouco explorado. Essa grande reserva de espaço – ou fundos territoriais – assim como as suas potencialidades encontradas, possibilitaram a expansão de grandes projetos especialmente a partir do final da década de 1970, atribuindo mais visibilidade à área mais ocidental do território baiano, que até então não tinha grandes expressões no aspecto econômico.

No contexto nacional, esse recorte se insere como parte de um espaço maior e do projeto de interiorização em direção ao Centro-Oeste, culminando estrategicamente no domínio dos Cerrados, última fronteira agrícola a ser explorada. As condições climáticas favoráveis, abundância de terras e especialmente de água nessas áreas de vegetação específica facilitaram a implantação de complexos agroindustriais cujos objetivos cumpriram com a perspectiva de crescimento do setor agrícola no país. Por sua vez, o Estado desempenhou um importante papel como agente viabilizador desse processo, fornecendo apoio financeiro, implantando uma infraestrutura física e institucional ou mesmo fazendo “vista grossa” às apropriações ilegais de terras e outras violências contra os camponeses. (M.OLIVEIRA, 2015, p.141)

Entretanto, Santos (2007, p. 83) nos alerta que essa transformação da base técnica da agricultura nacional ocorrida no final do século XX fazia parte de um projeto maior de grandes corporações internacionais (bancos de financiamentos e governos) com interesses na ampliação da produção agrícola mundial. Isso não ocorreu descolado dos aspectos presentes na conjuntura internacional, que foi extremamente favorável ao país na contração de empréstimos externos pelo Estado.

Os aspectos externos e o apoio político interno possibilitaram ao Estado brasileiro desenvolver um papel importante na consolidação de um novo modelo agrícola, pelo fato deste ter sido o responsável pela criação da infraestrutura de comunicação, da pesquisa agrônoma e pelo efetivo apoio aos segmentos capitalistas nacionais e internacionais, com créditos financeiros altamente subsidiados. Para tanto, foi de fundamental importância a política externa desenvolvida pelo governo brasileiro, que se traduzia na busca de parceiros que não questionassem aspectos políticos do novo modelo e que se dispusessem a ocupar ou contribuir para a ocupação de novos espaços agrícolas. Nesse sentido, essa estratégia de redirecionamento do capital seria de suma importância para a reconfiguração do sistema capitalista no país (SANTOS, 2007, p.83).

2.6. O Cerrado como lócus do novo modelo produtivo

Se antes os Cerrados da Bahia eram vistos como áreas marginais – ou como fundos territoriais no processo produtivo do Estado, com a chegada da modernização da agricultura, passaram a participar da agenda para o setor agrícola nacional, tendo sua ocupação se subordinado à mesma lógica de ocupação capitalista do Cerrado nacional.

Nesse sentido, C. C. Santos (2007, p.91) atenta que para entender essa ocupação recente nos Cerrados brasileiros é necessário remeter-se a dois aspectos significativos da conjuntura internacional daquele período: o primeiro diz respeito à expansão dos investimentos internacionais das economias avançadas e o segundo às crises econômicas internacionais do modo de acumulação capitalista, iniciadas em 1968, com a desvalorização do dólar pelos Estados Unidos e a ascensão da taxa básica de juros estadunidense com a

nutrientes do solo, produzir sementes resistentes a pragas e variantes, ou ainda para o próprio processo de cultivo, produção e colheita da cultura. (OLIVEIRA, 2022, p. 34)

depressão de 1969-1970 e 1973-1974 e a posterior recuperação da economia de alguns países. Na lógica do sociometabolismo do capital, esses dois momentos forçaram a procura de novos espaços para investimentos, o que possibilitou um redirecionamento do processo de acumulação dos países avançados.

Essa situação internacional possibilitou que governos e empresas daqueles países realizassem um completo levantamento dos recursos da base territorial de países considerados atrasados e cujos resultados implicaram o reconhecimento de grande disponibilidade de áreas com capacidades para a produção de alimentos. No entanto, isso ocorreu sem que esses últimos dispusessem de tecnologias apropriadas para explorar seus potenciais, o que se concluiu pela necessidade de impor uma nova orientação à exploração desses recursos (Ibidem, p.91-92).

Assim, é nesse cenário de confluência de fatores externos e internos que os Cerrados brasileiros se transformaram em áreas privilegiadas pelos governos militares, passando a ser prioritários não somente em relação a seus aspectos econômicos, mas também políticos, particularmente na aplicação da doutrina de “segurança com desenvolvimento”. (Ibidem, p.92).

Dessa forma, a ditadura política combinava uma feroz repressão à sociedade civil com o crescimento econômico, ou, conforme já dizia Florestan Fernandes, uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1987, p. 292 apud SANTOS, 2007, p.93).

Com essa conjuntura econômica e política, ocorreram intervenções na agricultura intimamente associadas aos programas de desenvolvimento da indústria de máquinas e insumos agropecuários e da indústria processadora em geral. Sendo ambas beneficiadas com a proteção concedida a segmentos da indústria, no marco do modelo desenvolvimentista, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos passou a contar com mecanismos particulares de estímulos, proteção e incentivos fiscais presentes no conjunto do programa que transformou toda a face da Região Oeste do país.

Conforme nos lembra Guilherme Delgado (2012), todas essas transformações técnico-econômicas em larga escala foram provocadas no momento histórico em que a reforma agrária havia sido derrotada e os grupos de pressão sindical dos trabalhadores rurais passaram a se organizar em bases nacionais, tendo estes sido excluídos do projeto de modernização da agricultura, o que aprofundou, assim, o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico e não apenas do setor rural. (DELGADO, 2012)

Dessa forma, as áreas de Cerrados se transformaram em uma alternativa para a indústria de máquinas e insumos agropecuários devido ao crédito subsidiado para a agricultura, que funcionava como compensação pela proteção concedida à indústria, e passaram a fazer parte da pauta de discussões e preocupações de segmentos dominantes da economia do país. Com isso, serviram também como um laboratório de testagem de dois grandes projetos que prepararam os Cerrados para a entrada do capital japonês: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP e o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – POLOCENTRO (C. SANTOS, 2007)²⁶.

Iniciado em 1973, o PADAP foi o projeto que comprovou a viabilidade técnica e econômica da ocupação agrícola do Cerrado. Contando com amplos subsídios e infraestrutura fornecidos pelo governo mineiro e com recursos do governo federal, teve à sua frente a Cooperativa Agrícola de Cotia (COTIA). Beneficiado também com os recursos do

²⁶ O desequilíbrio econômico gerado pela Crise Petrolífera de 1973 e pela quebra do Acordo de Bretton Woods exerceu importante fator de motivação para que o Japão buscasse diversificar sua cadeia produtiva, mirando sobretudo em países de capitalismo periférico, primeiro no Sudeste Asiático, em seguida, na América Latina. (J. OLIVEIRA, 2022, p. 109)

POLOCENTRO, o PADAP caracterizou-se como uma nova intervenção do Estado na agricultura, pois não se limitou em apenas fornecer a infraestrutura necessária, como também controlou o processo de produção diretamente nas propriedades.

Segundo C. Santos (2007, p. 94), foram os êxitos positivos do PADAP que criaram as bases para um projeto muito mais ambicioso de ocupação produtiva dos cerrados brasileiros – o POLOCENTRO, e que possibilitou a primeira mudança brusca da face dos Cerrados do Centro-Oeste, o que permitiu a entrada em cena do capital japonês via Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados –PRODECER.

Por meio dos dois programas, a ação estatal visou proporcionar a exploração capitalista da terra, por meio de empresários rurais que receberiam incentivos para a intensificação da demanda de máquinas, equipamentos e fertilizantes. Na sua concepção constava a necessidade de emprego de técnicas aperfeiçoadas para a utilização dos insumos modernos. As funções da cooperativa dirigiam-se para a implementação do assentamento; o encaminhamento dos colonos que deveriam ser selecionados em função da capacidade tecnológica, econômica, financeira e administrativa em geral; a coordenação e controle das atividades; o fornecimento de insumos; o beneficiamento, a industrialização e a comercialização da produção. (Ibidem, p.94)²⁷

A partir de 1979, o POLOCENTRO começou a ser desativado e, o seu fracasso indicou que os subsídios não foram suficientes à modernização do campo, reforçando a tese da necessidade de maior interferência do Estado no processo de produção agrícola. Assim, esse redirecionamento da ação estatal foi consubstanciado no PRODECER, cujo desenho se embasou nas experiências referentes à organização produtiva do PADAP e na exploração agrícola via grandes empresas, aportado com recursos financeiros de bancos japoneses. (Ibidem, p. 94)

O mesmo autor elucida que o PRODECER representou uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola nacional. De modo mais direto que os programas anteriores, a primeira fase do programa (1979-1983)²⁸ foi desenhada em consonância com as diretrizes apresentadas como estratégia para o desenvolvimento agrícola no II Plano Nacional do Desenvolvimento – PND, que priorizavam a ampliação da fronteira agrícola nos Cerrados, os incentivos à produção de grãos, a mecanização da produção agrícola e o aumento da entrada de insumos para a produção (fertilizantes e defensivos agrícolas) (C. SANTOS, 2016, p.393).

Nesse sentido, o governo federal foi o principal responsável pela criação das bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação do capital financeiro e industrial nas áreas de Cerrados do país, onde a agricultura passou a desempenhar uma importante função. O objetivo era transformar esse espaço num centro importante de produção de alimentos em escala mundial, criando um forte segmento social de apoio às políticas governamentais de então (C. SANTOS, 2007, p.95).

Em análise realizada sobre o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira na ditadura militar a partir do PRODECER (1979-2001), J. Oliveira (2022) conclui que, embora não tenha sido o único projeto estatal de exploração capitalista da terra durante

²⁷ O PADAP e o POLOCENTRO apresentam semelhanças relativas ao suporte à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito rural subsidiado e à infraestrutura física de estradas, energia e armazenagem. Contudo, o primeiro, destaca-se pela concentração geográfica dos investimentos e interferência direta na organização produtiva. (C. SANTOS, 2007, p.94)

²⁸ Segundo C. Santos (2016, p. 395), no âmbito dos programas de cooperação existente entre países para o setor agrícola da economia, o PRODECER é considerado o mais importante e o de mais longa duração firmado no Brasil. Foram despendidos cinco anos em discussões sobre a sua estrutura e montagem. A partir de 1979, o Programa começou a ser implantado em três fases: PRODECER I Piloto, de 1979 a 1983; O PRODECER II Piloto e PRODECER de Expansão, de 1985 a 1993; e O PRODECER III Piloto, iniciado em 1995 e encerrado em 2001.

esse período, o programa foi o que melhor explorou a legislação fundiária e os direitos de propriedade existentes no Brasil para se estruturar economicamente em torno da pauta alimentária global, uma vez que munuiu-se de todos os instrumentos jurídicos, legais, diplomáticos, mercadológicos, infraestruturais e políticos necessários para que pudesse implementar o seu projeto de reordenamento territorial dos Cerrados e de concretização de um novo modelo produtivo agrícola. Essa matriz de produção foi bastante significativa para a sua reprodução em cadeia no restante do Brasil, tendo sido, inclusive, adaptada a outros biomas desde a década de 1990, com a produção de soja na Amazônia brasileira. (J. OLIVEIRA, 2022, p.109)²⁹

Tamanha é a relevância do PRODECER em pautar projetos de desenvolvimento que o programa foi reeditado no século XXI, se estendendo para as áreas de Cerrados que até então não haviam sido incorporadas, como os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e o que restava do Oeste da Bahia, se reconfigurando na fronteira agrícola do MATOPIBA, como veremos mais adiante. Para além dos Cerrados brasileiros, o Prodecder também vem servindo de modelo para o desenvolvimento da política para a agricultura nas Savanas moçambicanas, por meio do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no norte de Moçambique – ProSavana, no âmbito de um projeto de cooperação firmado entre Brasil, Japão e Moçambique.

Assim, a conjuntura econômica e o controle político sobre a sociedade na ditadura militar permitiram a implementação de projetos com as características do Prodecder em nível estadual, cuja prioridade de investimentos estava voltada para as grandes empresas e cooperativas que foram se instalando em finais da década de 1970. Os incentivos econômicos se concentraram num perfil empresarial de alto poder aquisitivo, na aplicação de capitais em empresas de médio e grande porte e na agricultura para exportação.

Na Bahia, “numa demonstração de perfeita sintonia com as orientações do Governo Federal, no sentido de integrar as ações brasileiras mais desfavoráveis, através de programas especiais”, o governo do estado, à época sob o comando de Antônio Carlos Magalhães, traçou as novas Diretrizes e Metas do Governo do Estado da Bahia na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado da Bahia – 1979/1983, de modo a compatibilizar, complementar e implantar programas fundamentais para dinamizar e modernizar o espaço a ser transformado, incorporando-o definitivamente à dinâmica da economia do Estado (ABRE, 1980).

Entre as três metas centrais julgadas de interesse essencial concretizar objetivando o “progresso do Estado”, destaca-se o Programa Básico de Ocupação Econômica do Oeste, concebido de forma a proporcionar o apoio necessário à efetivação da Ocupação Econômica do Oeste pelo setor privado, de forma a aproveitar o seu potencial produtivo de elevada significação para a economia baiana e nacional (ABRE, 1980).

O lançamento do programa representou o reconhecimento do governo do estado, de que “essa região, representando mais de um terço do território do Estado e apesar de sua posição reconhecidamente estratégica e notáveis potencialidades produtivas, permanecia como um imenso vazio, isolado, esquecido, desaproveitado, e as ações governamentais desenvolvidas eram fragmentárias e preliminares”. O governo estadual entendia também que o processo de introdução da moderna agricultura era algo irreversível e que, por isso, seria

²⁹ Por meio do alto montante investido (US\$ 553 milhões), o PRODECER promoveu a associação entre os governos brasileiro e japonês por 22 anos, duração próxima à da ditadura, elevando o primeiro à categoria de segundo maior produtor e exportador de soja no mundo, e os empresários do setor agroindustrial a uma força política incontornável da vida política brasileira. Entretanto, o autor ressalta que o programa não tenha sido diretamente o responsável pela atual estrutura fundiária brasileira, já que a área total abrangida correspondeu a somente 3,5% da área total dos Cerrados brasileiros (204 milhões de hectares). (J. OLIVEIRA, 2022, p.109)

necessária a criação de “mecanismos e instrumentos para apoiar os verdadeiros empresários” (BAHIA, 1980, p.7, apud. C. SANTOS, 2007, p.99).

Foi nesse momento que o então Além São Francisco, antes considerado como o grande sertão dos fundos territoriais, deixou de ser sinônimo de algo distante, longínquo ou esquecido, emergindo agora como um espaço potencial da grande produção agrícola estadual, agora com a denominação oficial de “Oeste da Bahia”. (M. OLIVEIRA, 2015, p.143)

Segundo M. OLIVEIRA (2015), foi a partir desse conjunto de mudanças que a nova adjetivação – o Oeste – apresentou-se para o governo estadual como possibilidade de investimento e sinônimo de crescimento econômico, representando, dessa forma, a transformação das antigas porções que funcionaram como estoque territorial na dinâmica econômica nacional em “territórios usados” para exploração dos recursos naturais e econômicos. (M. OLIVEIRA, 2015, p.144).

2.7. Os Projetos de Reflorestamento: Marco do Início do Desmatamento e da Legalização da Grilagem nos Cerrados da Bahia

No rol de políticas empreendidas a partir do interesse do Estado em incorporar o Oeste baiano à dinâmica econômica nacional, é relevante destacar os projetos de reflorestamento como marco da arrasadora transformação iniciada na região a partir de 1980.

A política de reflorestamento estava prevista no Programa de Ocupação Econômica do Oeste, que havia dividido a Mesorregião Oeste em dois projetos: o de “reflorestamento”, com plantação de pinus e eucalipto em municípios como Correntina, Cocos, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, e outros direcionados para a produção de soja, como foi o caso de Barreiras e São Desidério (J. MACHADO, 2022, p.54).

O argumento era de que com a criação de incentivos fiscais para o setor de florestamento/reflorestamento em 1966, da disponibilidade de “terras ociosas em condições favoráveis ao reflorestamento”, de legislação que visava preservar e renovar os recursos naturais como equilíbrio ecológico e da “necessidade de desenvolvimento econômico na região”, a atividade de reflorestamento passaria a constituir-se um suporte da economia, “produzindo riquezas para a Bahia e o País com a fixação do homem à terra e justa distribuição dos benefícios do desenvolvimento, inserindo-se plenamente nas grandes metas nacionais estabelecidas pelo eminente Presidente João Figueiredo”. (ABRE, 1980, p.9).

A crise mundial do petróleo de 1973 foi a justificativa encontrada para que o governo federal vislumbasse a “utilização da biomassa, particularmente a floresta plantada, como uma solução alternativa para o problema energético brasileiro e seus impactos sobre as contas externas do país, mediante a produção de substitutivo dos óleos combustíveis derivados do petróleo (peletização da madeira), substitutivo da gasolina (álcool da madeira) e ainda com a produção de carvão vegetal” (Ibidem, p.3).

Assim, em 1979, foi constituída a Comissão Nacional de Energia com vistas a elaborar o Modelo Energético Brasileiro, que criou o Programa Nacional de Florestas Energéticas, destinado à formação de florestas que possibilitariam ao país “solucionar o grave problema das fontes alternativas de energia, libertando-se da dependência econômica e estratégica do petróleo importado, gerando ainda excedentes exportáveis que ocasionarão o equilíbrio de pagamentos” (ABRE, 1980). Com base nas diretrizes nacionais e como justificativa para implementar o Programa de Ocupação Econômica do Oeste Baiano, o governo estadual argumentava que:

(...) as possibilidades de o reflorestamento participar dessa ocupação econômica são perfeitamente identificáveis como solução energética para o Estado e para o País, na produção de álcool da madeira (etanol), óleos combustíveis (peletização) e carvão

vegetal, utilizando-se, com alta rentabilidade, dos solos predominantemente fracos. (...) Nesta área, que compreende aproximadamente 35% do território estadual, encontram-se 6% dos cerrados brasileiros, num total de 10,5 milhões de hectares. (ABRE, 1980, p.10)

Além disso, os projetos de reflorestamento eram impulsionados pelo governo federal via incentivos fiscais do Fundo de Investimento Setorial – Fiset, que destinava 50% dos recursos aplicados à Região Nordeste, de forma a atrair o “empresariado florestal a investir com segurança em atividades produtivas na região” e assim “desencadear um processo acelerado de reestruturação socioeconômica e cultural de toda a área” (Ibidem, p.18, 10).

A estratégia utilizada pelo governo do estado para incorporar as áreas de Cerrado foi a criação, no início de 1980, do Consórcio Agro Florestal Nova Bahia, que reunia dez empresas privadas do setor florestal³⁰ com a meta de implantar projetos florestais com finalidade energética em uma área de 90 mil hectares – ocupando todo o município de Correntina, visando o plantio de 149,9 milhões de árvores até o final de 1981. (Ibidem, p.17). Entre essas empresas, destaca-se a Floryl – Prestadora Ypê S/A, subsidiária da estadunidense Shell do Brasil S/A, que seria o ponto focal para iniciar a industrialização dos produtos obtidos das florestas energéticas, com a produção de *pellets* de madeira. Com isso,

(...) estava viabilizada a implantação de um complexo agroindustrial perfeitamente enquadrado dentro das metas prioritárias do Governo Federal e Estadual. **Inicialmente, o trabalho desenvolvido foi o de adquirir e legalizar as áreas necessárias à implantação do empreendimento agroindustrial proposto.** A linha de ação adotada pelas empresas participantes do Consórcio, aliada às finalidades agroindustriais do empreendimento possibilitaram:

I – Credibilidade junto à população rural, urbana e autoridades;

II – **Legalização das áreas mínimas para concretização das dimensões do empreendimento**, ressaltando que a própria legislação florestal estabelece, para cada projeto, as áreas de preservação e uso alternativo. (ABRE, 1980, p.18-19. grifo nosso)

A citação acima explicita o interesse do Estado, tanto em nível federal como estadual, em legalizar a transferência daquela imensidão de terras devolutas de Cerrado consideradas “inférteis”, “pobres” e “vazias”, a empresas privadas de reflorestamento, uma vez que:

O setor privado não pode prescindir do necessário apoio do Governo Federal e, principalmente, do apoio do Governo Estadual na consecução dos objetivos a que se propõe o Consórcio. Ainda, sabe-se que (...) o apoio e metas das autoridades governamentais para o setor florestal, notadamente para a formação de florestas energéticas, é o ponto de partida para os investimentos privados na região. (ABRE, 1980, p.20)

Segundo M. OLIVEIRA (2015), a prioridade de investimentos estava voltada para grandes empresas e cooperativas que foram se instalando em finais de 1970, e os incentivos econômicos se concentraram num perfil empresarial de alto poder aquisitivo, na aplicação de capitais em empresas de médio e grande porte e na agricultura para exportação. Para a autora, ao longo da formação territorial, a virada das décadas de 1970 para 1980 parece ter representado o momento crucial para as ações de governo, potencializando os investimentos e atraindo a atenção de investidores estrangeiros. A partir daí, consolidou-se uma nova

³⁰ Cia. de Integração Florestal – CIF; D. COIMBRA Empreendimentos Agropecuários; FLORESTAMINAS, FLORYL Florestadora; PLANTA 7 Empreendimentos Rurais; REBA – Reflorestadora da Bahia; Reflorestadora Sacramento RESA; SOPLANTIL Projetos e Empreendimentos Florestais; TRIFLORA – Triângulo Florestadora; Vale do Rio Grande Reflorestamento (ABRE, 1980).

tendência cujos reflexos iriam acentuar, por um lado, os ganhos econômicos e efetivos de políticas territoriais para este recorte e, por outro, a ampliação da concentração de grandes problemas sociais (M. OLIVEIRA, 2015, p.143-147).

É nesse sentido que os projetos de reflorestamento balizam a história dessa dinâmica transformadora – em seus aspectos social, ambiental, ecológica, econômica, cultural e fundiária – nos Cerrados baianos. Para além dessa modificação tecnológica nos Gerais, abriram os caminhos necessários para a avassaladora chegada da frente pioneira (MARTINS, 1975) na região, marcando o início de uma série de conflitos que permeariam o cotidiano daquele lugar.

Apoiando-se em pesquisa realizada na região por Sobrinho (2012), J. Machado (2022) ratifica que os projetos de reflorestamento podem ser apontados como o marco para o início das transformações percebidas nas paisagens, por meio do desmatamento, rebaixamento e secagem dos rios associados à apropriação de territórios de uso coletivo das comunidades tradicionais. Ao investigar a efetivação dos empreendimentos de reflorestamento no Oeste baiano, Sobrinho (2012) identificou elementos que caracterizavam a investida privatizante das terras sobre as áreas parcelares camponesas, para fins de especulação, e as atividades praticadas eram apenas para simular o uso e conseguir os financiamentos bancários. Na verdade, objetivava-se transferir para o capital a renda da terra por meio da viabilização para as empresas reflorestadoras e agropecuárias do saque do patrimônio público, as terras públicas e devolutas, muito recorrentes na região (SOBRINHO, 2012, p.57).

Santos (2007) também observou que o rompimento do isolamento dos Cerrados baianos com outras áreas não foi suficiente para modificar o perfil da distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários, e a região continuou sendo aquela com maior concentração fundiária no estado da Bahia. Ele argumenta que se por um lado esse modelo de modernização agrícola que se desenvolveu nos Cerrados baianos trouxe imigrantes (sobretudo da Região Sul do país) e empresas em busca de novas terras para o cultivo de grãos, por outro, acabou acentuando as desigualdades no uso e na posse da terra.

A legislação sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais facilitou a grilagem, tendo por consequência o acirramento de conflitos entre as comunidades tradicionais, secularmente instaladas na região, e os novos ocupantes. Foram nesses espaços onde se constituíram loteamentos rurais, repassados inicialmente para cooperativas e posteriormente revendidos sem o mínimo controle das instituições estatais, que no processo de instalação da fronteira agrícola somente levou em conta os interesses dos grupos econômicos que se deslocavam para a região, desconsiderando completamente os posseiros e pequenos produtores. Segundo o autor, a grilagem de terras no Oeste baiano não representava um fato isolado ou uma ação de pessoas que transgrediam as leis, mas tratava-se de ações incentivadas e que faziam parte da viabilização de um novo modelo econômico na região. Esse quadro foi agravado devido às relações de poder patrimonialistas, ao arcaico sistema de escrituração imobiliária do Estado e à precária legislação sobre a reforma agrária no Brasil. (C.C SANTOS, 2007, p.125-126)

Além disso, a oferta de terras do Oeste baiano era anunciada em outras regiões do país, por meio de classificados de jornais de grande circulação, propagandeando a ideia de que a região teria grande quantidade de terras disponíveis para uso imediato e com preços acessíveis. Assim, grandes loteamentos eram vendidos por meio de transações imobiliárias realizadas mediante recibos de compra e venda, sem registros em cartórios e, portanto, sem lavrar escritura definitiva. Por sua vez, o Estado viabilizou o processo de regularização fundiária, pré-condição para a obtenção de financiamentos agrícolas de bancos oficiais da maior parte dessas “propriedades”, agora loteadas, desmembradas e/ou adquiridas por terceiros via recibos ou promessas de compra e venda. (Ibidem, p.126)

Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina (STR), no município, desde o início da implantação dos projetos de reflorestamento, no espaço de três anos, somavam mais de mil as posses de criatório e lavoura, engolidas pelas empresas reflorestadoras. Com previsão de ocupação de toda a área do município pelo programa de reflorestamento do Estado, na época, 3.500 pequenas propriedades e posses que estavam cadastradas no INCRA estavam ameaçadas (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORRENTINA, 1980, n.p.)

É relevante atentar que esse processo não foi de forma alguma pacífico. Ao contrário, nessa disputa pela posse da terra, somente nos três primeiros anos de implantação dos projetos de reflorestamento no município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina já havia identificado a ocorrência de mortes, espancamentos, trabalho escravo e infantil, tráfico de mão-de-obra, superexploração de trabalhadores, condições insalubres de trabalho, intoxicação causada por agrotóxicos e doenças.³¹ (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORRENTINA, 1980, n.p.)

Além disso, um número significativo desses financiamentos para o reflorestamento não foi quitado e várias propriedades passaram por novos processos de transferências. Como 60% do financiamento era fundo perdido e os outros 40% seriam para pagar após a venda do eucalipto e do pinho, a maioria das empresas de reflorestamento acabaram abandonando o projeto e abriram as porteiras para o carro-chefe, que foi a chegada da soja na região principalmente nos anos 1990, num processo de desmatamento muito mais agressivo e violento (M. R. SANTOS, 2020).

Assim, com a chegada da soja, o Oeste baiano passou a participar da agenda para o setor agrícola nacional, tendo os Cerrados baianos se subordinado à mesma lógica de ocupação capitalista do Cerrado nacional. Segundo Clóvis Caribé dos Santos (2007), foi a área agricultável que mais apresentou transformações na direção da modernidade econômica capitalista nos últimos cinquenta anos, com ganhos econômicos quase que imediatos devido à significativa produção de grãos já nas primeiras safras, em contraste com a redução do tamanho físico e econômico-produtivo do setor agrícola em todo o estado da Bahia. (C. SANTOS, 2007, p.83)

Com essa dinâmica viabilizada na região, a soja se tornou o principal produto regional. O mesmo autor salienta que a decisão de produzir soja não ocorreu por decisões individuais de produtores ou de empresas, e sim pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas pelo Estado no período de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país.

Dessa forma, por se tratar de decisão entre os diversos segmentos envolvidos no processo de ocupação de uma nova fronteira agrícola, as agroindústrias que se instalaram na região foram resultados da busca de apropriação das vantagens da presença das terras baratas, de localização de matéria-prima, de redução de custos e dos incentivos fiscais, caracterizando-se, de um lado, pela sua extrema reticência e, de outro, pelo seu elevado grau de internacionalização, em termos de demanda inicial e padrão produtivo agroindustrial (G. MÜLLER, 1989, p. 109 apud C.C SANTOS, 2007, p. 79).

Com a expansão da fronteira agrícola e a explosão da produção de grãos para atender as demandas do mercado externo, a presença do Estado e um alargamento das ações de planejamento com maior intervenção no território, em seus níveis federal e estadual, se

³¹ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina foi fundado em janeiro de 1980, pouco menos de três anos depois do assassinato do advogado Eugênio Lyra em Santa Maria da Vitória por um pistoleiro contratado por grileiros, que interrompeu a sua atuação na defesa dos geraizeiros no dia 22 de setembro de 1977. O assassinato de Eugênio Lyra ocorreu um dia antes do advogado prestar depoimento à CPI da Grilagem na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, onde iria apresentar uma farta documentação sobre os processos fraudulentos de compra e venda de terras na região.

tornaram massivas. Em vista disso, a opção por direcionar as políticas públicas especificamente para essa porção territorial – os Cerrados baianos – inspirou M. OLIVEIRA (2015) a denominar o território como “Oeste na Bahia”, sinônimo de um novo Oeste, altamente rentável, seletivo e economicamente produtivo, ao tempo que extremamente díspar, concentrado e segregado. O que antes era o “inculto sertão” passou a apresentar vantagens para rápida adaptação do projeto hegemônico do capital que, utilizando-se da disponibilidade de terras, de água e de todo o conjunto natural fez emergir o Oeste, a Bahia e o Brasil numa nova posição em escala mundial. (M. OLIVEIRA, 2015, p.157-158)

Apoiando-se na histórica situação de abandono do Além São Francisco, o Estado justificava suas práticas e ratificava o seu papel de intervenção sobre a região na medida em que reconhecia as possibilidades de exploração econômica dos recursos naturais para criar agora um novo Oeste na Bahia, que necessitava ser “desbravado”, “fertilizado”, “modernizado” e “desenvolvido” pelos “verdadeiros empresários”.

Assim, o Estado garantiu a inserção de novos ocupantes que, além de não serem originários do estado da Bahia e nem da Região Nordeste e não possuírem nenhum vínculo afetivo simbólico e imaterial com aquele Além São Francisco, buscaram construir uma nova hegemonia, substituindo as antigas identidades regionais por outras que melhor se adaptavam à nova função que o Estado assumia (C. SANTOS, 2007, p. 63). Dessa forma, os discursos estatais justificavam os meios da ação social e especialmente a ação política dos grupos dominantes em nível regional e seus *lobbies*, com o objetivo de corrigir, mas se possível extirpar, as representações de uma antiga ordem vigente nos espaços regionais e reconstruir a ordem social sob o comando desses novos atores (Ibidem, p.36).

Como ressaltou M. OLIVEIRA (2015), esse novo Oeste ou a nova ocupação do Oeste devem ser compreendidos por meio dos padrões de políticas e da atuação do Estado, e não como se o território fosse criado a partir daquele momento. São novos os sujeitos, as práticas, os objetos e a dinâmica, no sentido de nunca antes existentes, uma vez que o Oeste é, do ponto de vista da conformação territorial, da fixação da população e da construção do território, um recorte tão antigo quanto a sua própria história. Entretanto, a caracterização atribuída às transformações ocorridas nos últimos anos não substitui outras denominações. O “Novo Oeste” ou “Oeste na Bahia” continua convivendo, até certo ponto, com os “Oestes pretéritos”, o “Sertão”, o “Além São Francisco” e com o “Oeste da Bahia”, a depender dos aspectos que estão sendo analisados (Ibidem, p. 173).

Na mesma perspectiva, C. Santos (2007) também observou que a expansão dessas atividades e culturas integrou espaços a outras regiões fora da Bahia, assim como permitiu que em áreas localizadas, foram conservados amplos espaços com as características de uma estrutura econômica pré-capitalista. Na construção dessa nova hegemonia, os discursos políticos dos grupos sociais que controlavam a máquina estatal – no nosso entendimento, do bloco dos baiúchos –, converteram esse crescimento numa espécie de “vaca sagrada”, intocável, que deveria ser alimentada e mantida a qualquer preço (C. SANTOS, 2007, p.68).

2.8. De Sulistas a Baiúchos: Trajetórias e Identidades

Para entender as formações discursivas do bloco dos baiúchos no contexto das transformações ocorridas no Cerrado baiano nos últimos quarenta anos, é imprescindível recorrer a Haesbaert (1997; 1998?), que realizou uma extensa pesquisa acerca da “invasão sulista” na região durante a década de 1980 e o consequente e inevitável conflito cultural e territorial com as seculares comunidades geraizeiras.

Retomando a territorialização como um processo de apropriação concreta e simbólica do espaço, e que envolve, sobretudo, domínio político e apropriação cultural, o autor observou que a chegada dos “gaúchos”, concomitante à modernização capitalista e arrasadora

nos Gerais da Bahia, ocasionou novas formas de territorialização a partir de “territórios-rede de identidade” e tentativas de controle local sobre aquele espaço, o que ele chamou de reterritorialização gaúcha no Nordeste.

Essa reterritorialização estava articulada em múltiplas redes que, além de manterem a coesão do grupo dos “gaúchos” a nível local, se estendiam de maneira extrarregional e acabaram por produzir a desterritorialização dos “nordestinos”. Estes, por sua vez, ao serem expulsos de seus territórios, foram sendo empurrados para os bolsões de miséria das periferias das cidades em expansão do agronegócio, como Barreiras e, mais recentemente, Luís Eduardo Magalhães.

Assim, é a partir desse emaranhado de redes, que envolvia tanto “gaúchos” como o Estado e agentes do grande capital, que a população nativa geraizeira vai sendo desterritorializada e os conflitos de base sociocultural se desdobrando³².

Em contexto mais amplo, Haesbaert (1996, 1997) aponta que a migração de sulistas (gaúchos, catarinenses, paranaenses e seus descendentes) pelo interior do Brasil remonta às primeiras décadas do século XX, quando levas de migrantes se dirigiram para o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1930 e 1940; para o Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1950 e 1960; e Mato Grosso, Goiás e sul da Amazônia durante as décadas de 1970 a 1980, tendo alcançado as áreas de Cerrado no Nordeste somente a partir de 1980.

Ressalte-se que o grande *boom* da expansão sulista pelo interior do país se deu durante a década de 1970, motivado pelo agravamento da concentração de terras no Sul e pelos programas estatais de colonização da Amazônia pelos governos militares, somados aos investimentos em tecnologia agrícola como parte do pacote da revolução verde iniciada com a ditadura. Na região Centro-Oeste, neste período, já se observava a presença de sulistas transformando cidades já estruturadas – como Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO), ou mesmo criando cidades, como Alta Floresta, Canarana e Sorriso, no Mato Grosso. (HAESBAERT, 1997, p.20)

Contudo, a região Nordeste foi alcançada pelos sulistas principalmente na década de 1980, quando se observa uma inversão no fluxo migratório que até então era o de nordestinos em direção ao “Sul”, no caso, as capitais Rio de Janeiro e São Paulo. Durante o final da década de 1980, estimava-se em 40 mil o número de sulistas apenas nos Cerrados baianos (Oeste do estado e alto da Chapada Diamantina), sem contar os migrantes que se dirigiram ao sul do Piauí (Corrente e Gurgéia) e sul do Maranhão (Balsas) (HAESBAERT, 1996, p.2).

Gradativamente, áreas mais distantes iam sendo incorporadas pela “diáspora sulista”: a Chapada dos Parecis, no Mato Grosso; Rondônia; áreas fronteiriças na própria Bolívia; o sudeste do Amazonas, o leste do Acre e até os distantes Cerrados de Roraima, onde se começa a penetrar em território venezuelano. Nos anos 80, a organização de agricultores Sem-Terra dá origem a projetos governamentais polêmicos de transferência dirigida de colonos do Sul para a Amazônia (Projeto Lucas do Rio Verde, em 1982, para os Sem-Terra de Ronda Alta, RS) e força a pressão sobre as fronteiras internas dos latifúndios na própria região de origem, principalmente a partir do fracasso de muitos desses projetos e o retorno de colonos ao Sul (TAVARES DOS SANTOS, 1993 apud HAESBAERT, 1997, p.21).

O fluxo de sulistas se deu prioritariamente em direção a zonas rurais tidas como “virgens” ou pouco exploradas, basicamente áreas de mata, numa reprodução, em parte, do modo de ocupação tradicional que se verificou com os imigrantes europeus no Sul do País (WAIBEL, 1979 apud HAESBAERT, 1997). Após adentrarem nas várzeas da Campanha Gaúcha via arrendamento de terras para a rizicultura, os colonos (habitantes da “Colônia” ou

³² No entanto, o autor ressalta que não existem processos exclusivamente desterritorializantes ou territorializantes, mas sim o predomínio de uma dessas dinâmicas em determinado momento, local e escala, grupo ou classe social, conforme a dimensão social, econômica, política e cultural enfatizada (HAESBAERT, 1997, p.239).

zona da Serra no Sul do país) passaram a buscar arrendamentos mais lucrativos em áreas distantes, como o Triângulo Mineiro e depois os estados de Goiás e Tocantins.

Foi a partir da situação relativamente instável como arrendatários e dentro de um “espírito” de expansão capitalista que os sulistas partiram para a compra de terras nas vizinhanças de Brasília em Goiás (Cristalina, Formosa, Posse) e no Oeste da Bahia em fins da década de 1970, oportunizados pelos projetos governamentais de investimentos estrangeiros, sobretudo japoneses, como os Programas de Assentamento Dirigido – PAD que, no caso do Distrito Federal, se traduziu no Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PADEF, vinculado ao Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados da Embrapa. O PADEF buscou atrair agropecuaristas do Sul para arrendarem terras do governo, viabilizando toda a infraestrutura necessária para a ocupação agrícola dos Cerrados³³.

Além disso, com o fim dos subsídios ao financiamento bancário no Centro-Oeste e sua manutenção em áreas da SUDENE, muitos sulistas acabaram alcançando os Cerrados do Oeste baiano que, mesmo tendo condições ecológicas muito semelhantes às do Centro-Oeste, estavam incluídos no “Polígono das Secas”, prioritariamente beneficiado com incentivos do governo (HAESBAERT, 1996, p.3).

As primeiras fazendas no Cerrado baiano foram adquiridas pelo gaúcho Constantino Catarino de Souza³⁴ e os paranaenses Hilário Kappes e Antônio Guadagnin³⁵. Engenheiros agrônomos, Kappes e Guadagnin atuavam como pesquisadores do PADEF, realizando análises do pó do calcário para neutralizar a acidez do solo dos Cerrados e posteriormente iniciar o processo de produção agrícola (I. PITTA, 2005 apud VILELA, 2018, p. 68).

Além disso, no início dos anos 80, o então governador da Bahia João Durval passou a apostar nessas pesquisas que vinham sendo desenvolvidas no Cerrado e instalou um moinho de calcário em São Desidério, com o objetivo de reduzir os custos de frete e fazer com que a matéria prima chegasse até o Oeste. (VILELA, 2018)

A capitalização de migrantes sulistas, além de seu domínio das técnicas de modernização da agricultura, tornava ainda mais atraente a oferta de terras na região. Haesbaert (1997) atenta que esse fluxo de sulistas pelo interior do Brasil representou uma complexa “diáspora”, provocada não por perseguições políticas ou religiosas, mas pela “perseguição do capital”, se distinguindo do processo de expulsão do camponês pela modernização ou pela concentração da propriedade. Os migrantes dessa “diáspora” eram o pequeno e médio agricultor das zonas rurais ou de pequenas cidades do interior da região Sul

³³ No próprio Distrito Federal, dos cerca de 2.300 agricultores existentes no final dos anos 80, a maioria era sulista. O produto mais cultivado, a soja, foi em parte um legado dessa migração. (HAESBAERT, 1997, p.19)

³⁴ Até então radicado no Paraná, o gaúcho Constantino Catarino de Souza chegou em Barreiras em 1979 adquiriu uma de terra de 170 mil hectares na região de Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães), onde iniciou a produção de grãos e a criação de gado. Ele é considerado o “pioneiro” a “desbravar” e a se instalar no Oeste e o responsável por trazer outros conterrâneos sulistas para “colonizarem” os Cerrados baianos. (GUADAGNIN, 2023). Constantino é pai de Jusmari Oliveira, atual Secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, que também já ocupou cargos como vereadora, presidente da Câmara Municipal de Barreiras, deputada estadual, deputada federal e prefeita de Barreiras.

³⁵ Hilário Kappes e Antônio Guadagnin eram agrônomos e trabalhavam para uma cooperativa no Paraná. Quando foram iniciadas as obras da barragem de Itaipu, nos anos 1970, todas as terras do entorno precisaram ser desapropriadas pelo governo federal, o que levou as famílias na região a iniciarem o processo de migração com as indenizações recebidas. Na época, um colega da cooperativa contou que havia iniciado um projeto de assentamento em Brasília baseado na experiência de trabalho da cooperativa do Paraná – o PADEF, com propostas de comprar terras por valores baixos e receber incentivos com recursos financiados pelo Banco do Brasil. Os produtores rurais que tiveram as suas terras desapropriadas durante a construção da barragem de Itaipu foram estrategicamente selecionados para compor o programa. Assim, no âmbito do PADEF, Kappes foi atuar como assessor do Secretário de Agricultura no Distrito Federal e Guadagnin na Emater/DF, quando conheceram a tecnologia desenvolvida para o cultivo de grãos no Cerrado brasileiro no Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado da Embrapa. (KAPPES, 2023)

– o colono tradicional, com valores de classe média e uma forte identificação com as origens sulinas e com as culturas “gaúcha”, “imigrante” e “europeia”.

Entre os anos de 1995 e 2000, a região Oeste Baiana recebeu 15.642 imigrantes interestaduais, e no mesmo período “expulsou” 31.774 emigrantes. Barreiras foi a terceira cidade que mais atraiu migrantes em toda Bahia (8.248 pessoas), em sua maioria de origem “sulista”. Contudo, é válido registrar que a atratividade de novos habitantes para o “novo Oeste” foi bastante seletiva, tendo predominado a escolha de grandes capitalistas agrários, demais empreendedores rurais e urbanos, assim como uma gama de profissionais liberais atrelados ou não às atividades do agronegócio – de agrimensor a pedreiro, passando por professor e pizzaiolo (SAMPAIO, 2012, p.10).

Com isso, os sulistas recém-chegados no Oeste baiano foram denominados genericamente como “gaúchos” pelos nativos, a quem o autor chamou de “nordestinos”, mas a “invasão sulista” no Cerrado baiano pelos “gaúchos” acabou por acarretar num inevitável conflito cultural com as seculares comunidades tradicionais geraizeiras, os “nordestinos”. (HAESBAERT, 1997, p.22).

2.9. Conflitos de identidades e Racismo

O confronto entre gaúchos e nordestinos estava inserido num amplo processo de migração “civilizatório”, iniciado na década de 1980 e que, ao mesmo tempo, remonta aos primórdios da imigração alemã e italiana no Brasil, ocorrida no final do século XIX. Tratava-se de um encontro *sui generis* no processo de intensificação do capitalismo no campo brasileiro, em que entraram em contato não apenas o grande capital e a modernização, trazidos pelos “empresários” sulistas, mas de dois grupos sociais que representavam “dois mundos” ou mentalidades que se confrontavam em múltiplas esferas da vida e da organização do espaço. (Ibidem, 1997) Segundo o autor, compreender esse encontro entre “sulistas” e “nordestinos” significa enfrentar a questão do convívio permanente e indissociável de múltiplos tempos e ritmos de mudança que se materializam em espaços e visões de mundo contraditórios e/ou ambivalentes.

Se valendo das palavras de Milton Santos (1988), o lugar é o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais, sincronizando assim “variáveis espaciais” geneticamente assíncronas. Cabe então verificar como a instalação de “novos fluxos” é afetada (“deformada”) “pela ação das variáveis já presentes”, em seu papel de “rugosidades” (M. SANTOS, 1988, p. 211-212 apud HAESBAERT, 1997, p. 119)

Embora o racismo não tenha sido o foco de análise desse confronto – o que, em nossa compreensão, configura-se como um dos elementos centrais e estruturantes dessa relação de poder entre os dois grupos e da disputa pela hegemonia, Haesbaert (1997) nos sugere apontar para diversas manifestações racistas e colonialistas nesse processo de re-desterritorialização iniciado nos anos 1980.

A primeira evidência dessas práticas racistas reside na constante afirmação do mito do vazio demográfico a partir da narrativa de que ali existia uma “terra sem dono”, onde a história, a memória e o lugar das comunidades tradicionais inexistem, sendo necessário inaugurar um “marco zero”, desbravador e civilizatório na história da região (HAESBAERT, 1997, p.121). Essa narrativa colonialista, bastante presente atualmente, está explícita nas afirmações do migrante sulista, descendente de japoneses e ex-vereador de Barreiras Luiz Hashimoto:

A gente encontrou um grupo de pessoas que formava uma vila, que não tinha até 4, 5 anos atrás, não sabia o que era registro de nascimento. (...) tem muitos que **não sabiam o que era uma cidade, ficaram perdidos aí na rua (...) começaram a conhecer a civilização depois da nossa chegada (...) viam trator, saíam correndo,** viam a luz do trator andando no cerrado... (grifo do autor). (HAESBAERT, 1997, p.119, grifo nosso).

O autor também observou a prática de evitar casamentos dos “gaúchos” com as “nordestinas”. Nos depoimentos colhidos de uma dona-de-casa sulista sobre o seu filho adolescente e de uma baiana funcionária pública de Barreiras, fica evidente qual o lugar que historicamente estaria reservado para a mulher baiana que, ao nosso ver, é a própria condição imposta à mulher negra no Brasil:

Ele me diz: “mãe, Deus que me perdoe, mas se for pra casar com baiana... eu vou lá pro Sul buscar uma, que lá tem bastante”. Ele tem amizade, gosta, **mas pro futuro... Agora, elas adoram,** é a paixão. (dona-de-casa do “Bairro dos Gaúchos”, referindo-se a seu filho adolescente, grifo nosso)

Os gaúchos casam muito mais entre eles. **A baiana é morena... Eles não gostam, são meio racistas.** (baiana, secretária na Prefeitura de Barreiras. HAESBAERT, 1997, p.177, grifo nosso).³⁶

A combinação racismo-machismo-homofobia também pode ser observada nas falas de muitos sulistas que foram registradas pelo autor, até mesmo a “brandura” e a “ginga” baianas, que a princípio nada representariam de negativo, eram tomados pejorativamente como signos de “falta de masculinidade” (Ibidem, p.159).

Nesse processo de reterritorialização, o atributo da descendência europeia reforçava a identidade sulista, marcando a posição de superioridade e “pureza”. Dessa forma, os “gaúchos” seriam “mais trabalhadores”, “éticos”, “competentes”, “aquele que faz”, “comprometido”, “regrado”, “pai de família exemplar”, “limpo”. A essa identidade moldada fundamentalmente pela origem europeia, Haesbaert (1997, p.162) denominou “sulismo”.

Em contraposição à identidade “gaúcha”, aos baianos (nordestinos) se atribuíam qualificações pejorativas, como “negrada”, “bugres”, “caboclos”, “caipiras atrasados”, “burros”, “sem ambição”, “preguiçosos”, “dóceis”, “lerdos”, “incompetentes”, “sem compromisso”, “desqualificados”, “indecentes”, “imoral”, “promíscuos”, “sem vergonha”, “sujos” (HAESBAERT, 1997). Como afirmou Lélia González, passividade, infantilidade, incapacidade intelectual e aceitação tranquila da escravidão são alguns tipos de estereótipos difundidos a respeito do negro na sociedade brasileira (GONZÁLEZ, 2020).

Dessa forma a partir dos estereótipos que se reproduziam na vivência cotidiana sob a forma de dualidades que simultaneamente se contrapunham e se distinguiam, Haesbaert (1997, p.159) identificou os múltiplos estereótipos racistas que se reproduziam na vivência cotidiana de gaúchos e nordestinos, e sintetizou um conjunto dual de qualificações identitárias antagônicas na definição da identidade gaúcha, sistematizado conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 - Identidades do “Nós” e “Eles”.

³⁶ Essas narrativas nos remetem às reflexões de Lélia González (1980) sobre o estereótipo da “mulata”, um tipo de profissão no mercado de trabalho do sistema hegemônico, exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos, através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem perceberem, são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas do mito da democracia racial brasileira, constituindo-se uma nova interpretação do velho ditado racista: “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar.” (GONZÁLES, 1980, n.p.).

NÓS “Gaúchos”	ELES “Nordestinos”
Inteligência	Burrice
Trabalho	Preguiça, festa
Ambição	Despretensão
Esperteza	Simplicidade; ingenuidade
Agressividade	Modéstia, meiguice
Dureza, rigidez	Tolerância (com ginga, arrodeios)
Conservadorismo	Liberalidade
Limpeza, ordem	Sujeira, desordem

Fonte: Haesbaert, (1997).

Nesse processo de des-reterritorialização e de disputa pela hegemonia, o racismo foi se institucionalizando nas práticas discursivas do Estado, a título de se priorizar, na viabilização dos financiamentos bancários, os sulistas em detrimento dos “coronéis” locais, o que também foi um dos motivos de conflito entre “gaúchos” e “nordestinos”.

Haesbaert (1997, p.132) cita o argumento do gerente do Banco do Brasil em Barreiras Pedro Guedes, na gestão 1979-1984, que alegava que o desenvolvimento da área se devia à sua própria iniciativa de “aceitar abrir financiamento para os sulistas”, tendo o mesmo preferido contratar agrônomos gaúchos recém-chegados para que aprovassem os pedidos de financiamento. Pedro Guedes³⁷ foi o principal responsável por fornecer as linhas de crédito aos sulistas recém-chegados, ao dizer que “quem quisesse plantar no Cerrado, as portas do Banco do Brasil estavam abertas” (GUADAGNIN, 2023).

Essa fala representa as práticas discursivas do Estado, em todo o conjunto de políticas públicas federais e estaduais que foram direcionadas para os Cerrados, tanto por meio do Prodecir como pelo Programa de Ocupação Econômica do Oeste Baiano que, conforme já abordado, previam que as áreas agricultáveis deveriam ser “colonizadas” pelos “verdadeiros empresários” vinculados a cooperativas, em função de suas capacidades tecnológicas modernizantes.

Essa ideia também se estendeu para a contratação de trabalhadores que passariam a ocupar os postos de trabalho com exigência de mão-de-obra mais qualificada nessa recente economia que começava a integrar agricultura, indústria e serviços. Ou conforme o mesmo autor, citando Lipietz (1988), uma divisão do trabalho agora vertical ou fordista de acordo com a qualificação da mão-de-obra (HAESBAERT, 1997, p.140).

Considerando que a modernização agrícola imposta pela revolução verde não gera empregos e exige qualificação para operar máquinas e equipamentos tecnológicos, o autor constatou que os melhores postos disponíveis no setor de serviços acabavam sendo ocupados por sulistas que chegavam com alguma formação profissional. No início da década de 1990, dos cerca de 200 agrônomos que existiam em Barreiras, mais da metade eram sulistas. Nos bancos da região, a maioria dos supervisores e gerentes também eram sulistas, havendo também uma desigualdade no tratamento entre “gaúchos” e “baianos” na captação de depósitos bancários e na oferta de crédito agrícola, favorecendo sempre os sulistas. (Ibidem, p. 152)

Além da preferência na contratação de sulistas, profissionais da educação, da saúde e religiosos também eram trazidos do Sul. Em Corrente/PI, foi criada a Fundação Educacional

³⁷ Depois de aposentado do Banco do Brasil, Guedes foi eleito prefeito do município de Formosa do Rio Preto por dois mandatos consecutivos (1996 a 2004) principalmente devido ao apoio dos modernos produtores (C. SANTOS, 2007, p. 178).

do Sul do Piauí, promovida pela Universidade de Passo Fundo (cujo reitor possuía terras na região), e cujo vínculo chegava ao ponto de professores piauienses frequentarem cursos de aperfeiçoamento a mais de 2.500 km de distância, no Rio Grande do Sul (Ibidem, p.222).

Até mesmo a soja chegou a ser exportada pelos portos de Paranaguá/PR e São Francisco do Sul/SC, e o arroz era processado no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que a maior indústria na área do Cerrado nordestino à época – a Ceval, pertencente à família Hering, e atualmente incorporada ao grupo Bunge, tinha sua matriz em Santa Catarina.

A Coaceral, cooperativa criada por paranaenses em meados da década de 1980 para dar suporte ao PRODECER II, chegou a manter uma linha de ônibus que a cada seis meses renovava o grupo de trabalhadores trazidos do Sul, que serviam basicamente aos sulistas, com ar-condicionado e serviço de bordo de chimarrão. Dado o isolamento e o caráter de semi-reclusão a que eram relegados, retornavam à região de origem, sendo substituídos por outra leva de trabalhadores relativamente especializados, ao mesmo tempo em que, aos poucos, ocorria a “adaptação” (treinamento) de trabalhadores nordestinos (Ibidem, p.140).

Os “gaúchos” também chegaram a trazer do Sul maquinário, móveis, casas pré-fabricadas e até mesmo prostitutas de uma rede estabelecida por uma boate. Sobre este fato, Haesbaert (1997) identificou mais uma vez um discurso racista, machista e misógino da parte de alguns frequentadores da boate, que alegavam que este seria o único local da região em que os baianos conseguiam “levar a melhor” frente aos gaúchos (Ibidem p.222).

Assim, a chegada dos gaúchos produziu novas formas de territorialização na medida em que os “gaúchos” nos Cerrados do Nordeste se inseriam ao mesmo tempo dentro de redes funcionais mais amplas, onde dominava a desterritorialização, o que representou, muitas vezes, uma condição para a concomitante reterritorialização capitalista em outras escalas, e em “territórios-rede de identidade” e tentativas de controle local sobre aquele espaço. (Ibidem, p.253)

Essa “rede regional gaúcha” no interior do Brasil seria ao mesmo tempo uma rede material e simbólica, envolvendo laços de identidade cultural/simbólica que se entrelaçava com indicadores mais concretos, como a manutenção do poder político sobre determinados territórios e a construção de redes comerciais e financeiras que teriam entre seus componentes uma variável cultural-identitária. Além disso, tratava-se de uma rede também no sentido econômico, já que eram inúmeras as cooperativas e empresas rurais que se expandiam pelas novas áreas mantendo suas sedes ou matrizes no Sul. (HAESBAERT, 1996, p. 5)

O autor enfatiza, ainda, que uma rede regional não seria uma região pela ausência de um território contínuo que, por tradição, marcaria as regionalizações na Geografia, mas possuiria traços de um regionalismo, na medida em que defendia o poder do grupo cultural sobre territórios a nível local, e de uma identidade regional (mesmo manifestada de forma territorialmente descontextualizada) que muitas vezes se via até mesmo refortalecida frente à identidade dos grupos diante dos quais se deparava. Assim, seria sempre no confronto com o Outro que a identidade social se fortaleceria e muitas vezes simplesmente começava a se manifestar (Ibidem).

2.10. Da Rede Gaúcha a Associações de Classe: a Constituição da Aiba e Abapa

A busca pela consolidação da hegemonia desses “territórios-rede de identidade” sobre os Cerrados baianos, somada ao interesse em ampliar os incentivos creditícios, pesquisas, apoio técnico e financiamentos proporcionados pelo Estado e à demanda do mercado externo pelo farelo da soja oportunizou a criação da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA pelos sulistas, em junho de 1990, a principal entidade representativa de classe do setor do agronegócio no Oeste da Bahia.

Historicamente, a sua constituição ocorreu no contexto de um processo que tornou imperativa uma maior institucionalidade por meio da construção de novos espaços de representação e mediação de interesses diretamente ligados ao agronegócio, iniciado na segunda metade da década de 1970.

Bruno (2009) elucida que naquela conjuntura, existiam dois movimentos complementares, mas com perfis próprios, voltados para a necessidade de uma renovação e ampliação da representação patronal no campo: de um lado, grandes proprietários de terra e produtores rurais, em sua maioria organizada em sindicatos, federações e entidades tradicionais de representação, particularmente insatisfeitos e temerosos com a presença da igreja progressista no meio rural com o agravamento dos conflitos sociais no campo; de outro, proprietários de terra, produtores rurais e empresários ligados à agropecuária, organizados preferencialmente nas associações por produto e multiproduto criadas juntamente com a modernização da agricultura e a criação das inúmeras cadeias dos complexos agroindustriais, particularmente preocupados com a construção de novos canais de representação e de mediação para dar visibilidade e fazer valer seus interesses e reivindicações perante a sociedade e diante do Estado. (BRUNO, 1997; S. GOMES, 1986 apud BRUNO, 2009, p. 119-120)

Entretanto, foi na década de 1980 que a criação de novos espaços de representação e de mediação dos interesses foi concretizada, num contexto em que o embate sobre a reforma agrária e as ocupações de terra iam se intensificando com a Nova República, a crise de financiamento externo da dívida pública e a incapacidade de obter financiamento limitavam a transferência de recursos do Estado para o setor agrícola e a crise de representação das instâncias patronais sindicais passava a ser percebida por principais lideranças do setor do agronegócio (BRUNO, 2009).

Além disso, os fatos de, cada vez mais, a representação de interesses assumir um lugar estratégico junto às lideranças patronais rurais e do agronegócio; a decisão por uma maior presença na grande política institucional; a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de alguns objetivos comuns e o despontar do agronegócio como força hegemônica eram elementos centrais que apontavam para esse processo de renovação na representação patronal do setor (BRUNO et al., 2009, p. 132)

Assim, um dos primeiros passos para a ampliação e redefinição do campo de representação no processo de constituição político do agronegócio foi a criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que representou uma primeira tentativa de organização de alguns setores não necessariamente ligados à atividade agrícola. Entretanto, com a vitória política sobre a reforma agrária na Constituinte e a consolidação da União Democrática Ruralista (UDR), a FAAB perdeu a força política, mas o propósito de constituição de uma nova instância de representação patronal mais diretamente ligada ao conjunto das cadeias produtivas e às associações por produto e multiproduto recentemente constituídas permanecia. (Ibidem)

Dessa forma, a constituição da Aiba ocorreu justamente quando as associações por produto e multiproduto se transformavam em fonte e expressão de poder, com capacidade para orientar o conjunto dos empresários agroindustriais a determinados modelos de comportamento e difusão de uma linguagem comum (BRUNO, 2002), ao passo que o “modelo da soja” passava a ser definitivamente implantado nos Cerrados brasileiros no início da década de 1980.

A soja foi, portanto, considerada a precursora nas diversas inovações dos sistemas de produção e processamento de produtos agropecuários no país, em consonância com as grandes transformações da agricultura (C. SANTOS, 2007) e da emergência de novos sujeitos sociais e políticos no fim do século XX.

De uma área igual a 1,29 milhões de hectares e uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 1980, a região Centro-Oeste do Brasil passou a cultivar 5,08 milhões de hectares, com uma produção de 10,3 milhões de toneladas em 1989, representando 45% da produção nacional. Nesse processo de incorporação de 3,79 milhões de hectares de Cerrado na produção de soja que ocorreu em menos de uma década (1980-1989), a alta produtividade se traduziu pela expansão da fronteira agrícola que passou a incorporar ao processo produtivo áreas antes inexploradas. Entre 1993 e 2002, houve um aumento da área plantada de 48,6 milhões para 53,5 milhões de hectares no Brasil, ocorrido basicamente devido à expansão da área cultivada principalmente com a soja. Esse aumento ocorreu em detrimento da redução das áreas com o cultivo de arroz e feijão por pequenos produtores, bem como devido à utilização de pacotes tecnológicos produzidos pela indústria química e por grandes laboratórios internacionais. (Ibidem p. 133)

O Oeste baiano reproduziu de modo mais acirrado as tendências desse aumento da área plantada com soja no território nacional, já que a ocupação da fronteira agrícola também contou como carro-chefe do seu processo a cultura da oleaginosa. O aumento da área plantada nos Cerrados da Bahia ocorreu de forma tão abrupta que somente em 1981 o IBGE registrou os resultados da primeira colheita na região. Na primeira década da introdução do grão no estado da Bahia (1980 – 1990), verificou-se uma taxa anual de crescimento da área plantada superior a 68% ao ano. Em pouco menos de 25 anos, a área plantada passou de 3.080 hectares (1981) para 866.800 hectares (2005) (Ibidem, p. 134).³⁸

Em função desse crescimento colossal da área plantada com a oleaginosa, a Aiba alega que o progresso desse polo produtivo se confunde com a estruturação, a evolução e o êxito da própria história da entidade, que atualmente, reúne mais de 1.300 produtores rurais e representando cerca de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados” (AIBA, 2020o):

O pioneirismo, o arrojo, o profissionalismo e a capacidade criativa para encontrar soluções, ao lado do embasamento técnico, da credibilidade e do compromisso com o segmento e com o Oeste baiano são características da Aiba. (...) Obstáculos antepostos à atividade produtiva não esmorecem o seu fôlego e a sua garra: mostra-se consciente de que o show de desenvolvimento precisa continuar, para o bem da região, do Estado e do País, e mesmo do mundo, que clama pela produção do campo para se sustentar (AIBA, 2020o).

A Aiba é composta por uma Diretoria, um Conselho Fiscal, um Conselho Técnico, um Conselho Consultivo, Conselheiros Convidados, quinze Delegados Regionais (municípios de Coaceral, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Riachão das Neves, Luis Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Baianópolis) e uma Estrutura Executiva. O Conselho Técnico é o responsável pelo levantamento e previsão das safras na região, sendo formado por representantes de associações de produtores, sindicatos, multinacionais, instituições financeiras e órgãos governamentais.

Considerando que o processo de construção de identidade é indissociável do aprendizado e do exercício da representação política institucional (BRUNO et al., 2009), a rede regional sulista que começava a despontar política e economicamente na região, fundou em janeiro de 1991, no então povoado Mimoso do Oeste, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas no estado da Bahia: o CTG Sinuelo dos Gerais que, segundo Haesbaert (1997, p.

³⁸ Atrás da soja, a segunda cultura mais importante para a incorporação dos Cerrados baianos no recente processo de modernização agrícola era – e até hoje é – o milho que, até há pouco tempo, era considerado como de subsistência e cultivado por pequenos produtores em todas as regiões do estado. Seguindo o modelo de produção mecanizada para o plantio da soja nos Cerrados brasileiros, o cultivo de milho também foi responsável pela expansão da fronteira a partir da década de 1990. (C. SANTOS, 2007, p. 144)

87), cumpria um papel ambíguo, gauchista, segregador – e ao mesmo tempo aglutinador, fortalecendo um sentimento comunitário muito exaltado pelos sulistas.³⁹

Em 1993, três anos após a fundação da Aiba, foi constituído o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras – SPRB, ampliando os espaços de representação dos interesses da “rede gaúcha”. Em 1997, esses mesmos “pioneiros” criaram a Fundação Bahia, instituição voltada para pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao Cerrado, visando o incremento da produtividade de soja, milho e algodão.

Embora tenha sido a soja que, nos anos 1980, oportunizou o Oeste da Bahia a aumentar progressivamente sua posição de destaque na estrutura produtiva da Bahia e do Brasil, faz-se imprescindível destacar que foi o algodão a cultura responsável por alavancar exponencialmente o lucro do agronegócio na Região Oeste do estado a partir dos anos 2000, o que levou a ser denominado como “outro branco do Cerrado”.

Segundo P. Barreto (2008), foram fatores econômicos que efetivamente possibilitaram o ingresso de investimentos para a cotonicultura no Oeste baiano, a exemplo da disponibilidade de capital de empresas e produtores do Sul e Sudeste do país, a oferta de terras a preços baixos, a proximidade de polos têxteis do Nordeste e o apoio institucional por meio de incentivos governamentais.

Com o decréscimo dos rendimentos da soja ocorrido a partir de 1989, era preciso buscar culturas alternativas, sendo o algodão a mais rentável por possuir grande capacidade de adaptação, o que motivou o desenvolvimento de pesquisas produzidas pela parceria entre empresas estatais e a iniciativa privada – Embrapa e Grupo Itamarati – que resultaram no melhoramento genético das sementes do algodão e na adaptação dessa lavoura às condições do Cerrado. (P. BARRETO, 2008, n.p.)

Além disso, o crescimento do algodão no Oeste baiano estava diretamente relacionado com a redução da área plantada e a quantidade produzida por espaços tradicionais do estado, como Médio São Francisco e Serra Geral, acompanhando uma tendência observada em outros espaços de Cerrados do território nacional, como São Paulo e Paraná. Essas regiões que tinham na cultura do algodão a sua principal atividade econômica desde o início da década de 1980, foram perdendo esse posto e os investimentos na cotonicultura acabaram sendo deslocados para o Cerrado. (C.C SANTOS, 2007, p. 150-151; P. BARRETO, 2008, n.p.)

Inicialmente, os investimentos estavam concentrados nos estados de Mato Grosso e Goiás, mas à medida que eram obtidos bons resultados com relação à produtividade e a qualidade da fibra, foram atraídos para o Oeste Baiano, tendo proporcionado um crescimento progressivo da área plantada e da produção. Outros fatores importantes foram o preço baixo da terra, quando comparado com os do Sul do país, além da topografia plana dos Cerrados, que possibilitava a motomecanização de todas as etapas do processo produtivo a custos menores, impactando positivamente a estrutura de custos do produtor. A proximidade do Cerrado baiano de grandes polos têxteis do Nordeste também incentivou o desenvolvimento da produção do algodão na região. (Ibidem, n.p.)

O paranaense João Carlos Jacobsen e o paulista Ademar Marçal são considerados os pioneiros da cultura do algodão mecanizado no Oeste da Bahia. Em 1995, Jacobsen iniciou a produção de 50 hectares de algodão na Fazenda Independência, em Formosa do Rio Preto, e Ademar numa área de 20 hectares. Na safra 1997/98, a cultura de algodão no Cerrado baiano já ocupava 8 mil hectares. (ABAPA, 2023)

³⁹ Sob o lema “Reacender o brilho da chama da tradição no novo pago, nosso chão”, o CTG passou a exercer um forte poder para a preservação e a propagação da cultura sulista em Luís Eduardo Magalhães, uma vez que a maioria de seus associados são os detentores do poder econômico, sendo representados por comerciantes, produtores rurais e empresários que desenvolvem diversas atividades culturais na cidade (VILELA, 2018, p. 109).

Apesar da narrativa de “pioneirismo” e “ousadia individual”, ao nosso ver, o apoio do Estado foi o principal fator de atração de investimentos e o aumento extraordinário da rentabilidade do agronegócio com a produção do algodão no estado da Bahia. No ano de 2001, o Governo do Estado criou o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão – PROALBA e o Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão – FUNDEAGRO. Viabilizado a partir da parceria com entidades representativas do agronegócio na região, como a Aiba, o Proalba oferecia incentivo fiscal de até 50% do ICMS, enquanto o Fundeagro fomentava a modernização e a sustentabilidade da lavoura com recursos provenientes de 10% da isenção concedida pelo Estado (Ibidem, n.p.).

Com isso, nos anos 1990, a evolução da cotonicultura no Oeste da Bahia ocorreu com expansão geométrica: no período de três safras (1996/1997 a 1999/2000), a área plantada e o montante de produção passaram de 5.000 hectares e de 5,1 toneladas para 35.400 hectares e 48,4 toneladas de algodão, respectivamente. De 1995 a 2000, houve um crescimento de 1.583% na área plantada e de 2.205% na produção da pluma, e a produtividade mais que triplicou no mesmo período, tendo a cotonicultura, nos anos 2000, se solidificado como a segunda cultura mais importante da Região Oeste, perdendo apenas para a soja, e a Bahia o segundo estado com a maior produção de algodão no país, atrás do Mato Grosso.

Era necessário aglutinar diferentes forças sociais e políticas em torno de objetivos comuns para além das representações patronais já existentes, como a Aiba e o SPRB, e assim ampliar o “investimento” na organização de seus interesses, fundamentais na dinâmica das relações de poder, de dominação e na construção da hegemonia.

Assim, a melhor forma de enfrentar as crises econômicas, institucionalizar e unificar as demandas do setor para convertê-las em políticas públicas e assim determinar os novos rumos da economia, da política e da sociedade foi a criação da Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA, em maio de 2000. Os trechos abaixo definem com precisão a coesão da rede sulista consolidada na fundação da Abapa:

O cerrado era como uma página em branco na qual uma nova história seria contada. (...) O que se entende como cotonicultura moderna começou no cerrado da Bahia no início da década de 90 do século XX. (...) Para garantir a representatividade dessa nova vertente produtiva da região, em 2000, foi criada a Abapa, associação cuja história é indissociável da cotonicultura do cerrado baiano. (ABAPA, 2023)

2.11. A Criação de Luís Eduardo Magalhães: Um Projeto Político Para a Construção da Hegemonia

O início do século XXI no Oeste da Bahia é marcado não apenas pelo processo de consolidação da rede regional gaúcha, mas também pela incursão de novos atores que, ao extrapolar o espaço físico da fronteira agrícola e não serem oriundos do Sul do Brasil – e sequer nacionais, vão se agregando à rede para a consecução de um projeto econômico-político-social-cultural na busca de ressignificar a ordem social vigente desde a chegada dos sulistas.

Segundo C. Santos (2007), do ponto de vista econômico, essas eram transformações radicais que visavam criar sustentabilidade do setor agrícola regional e possibilitar a sua integração à dinâmica industrial de produção nacional por meio da constituição de complexos agroindustriais, tendo a soja como carro-chefe e concentrada em determinados municípios. Esse processo foi o grande responsável pela desorganização acelerada da base produtiva regional fora dos espaços da agricultura moderna.

No caso específico do Oeste baiano, a situação de ausência de perspectiva de espraiamento da moderna produção teve com um dos fatores-chaves o controle exercido do processamento industrial da soja a partir da década de 1990, quando foram instaladas no

antigo povoado de Mimoso do Oeste a Ceval Alimentos em 1991 (que em 1997 foi adquirida pela Bunge)⁴⁰ e a Olvebasa, do Grupo Chaves, arrendada pela Cargill em 1998⁴¹. Ressalte-se que a presença dessa segunda processadora com características e interesses demarcados em outros espaços do capital contribuiu no incremento, a partir do início do ano de 2000, em 30% do volume de esmagamento de soja na Região (Ibidem p. 137).

O mesmo autor destaca que como se tratava de corporações internacionais e com lógicas de funcionamento próprias, as duas indústrias instaladas não consideravam a possibilidade de ganhos integrando a produção regional fora dos espaços dos Cerrados, excluindo, dessa forma, grupos de produtores em qualquer das suas atividades que não viessem a incorporar esse grupo em atividades do complexo agrícola moderno. (Ibidem, p. 137)

Eram essas duas empresas que controlavam o tamanho da produção a partir do processo de financiamento direto e aquisição de safras e, portanto, definiam o tamanho da safra regional. A modernização de suas plantas industriais, assim como a incorporação de novas áreas, derivava diretamente de suas necessidades e do mercado internacional. Nesse sentido, o autor ratifica que a forma como se estruturou a base produtiva dos Cerrados baianos não vislumbrava a possibilidade de sua ampliação para outros espaços regionalmente constituídos e para os grupos sociais que não aqueles “eleitos” pelo capital (Ibidem, p. 170).

Visando atender as demandas produtivas das redes agroindustriais que se instalavam na região – o que, por sua vez, acirrava as disputas com forças políticas e econômicas locais tradicionais, com o apoio do Estado, representado pelo então governador César Borges, a rede gaúcha buscou se associar essas empresas recém-instaladas para consolidar um território próprio, empreendendo um movimento emancipacionista do povoado de Mimoso do Oeste, no município de Barreiras.

Naquele momento, o processo de desmembramento de territórios de um município para a criação de novos vinha ocorrendo em todo o país e dentro de peculiaridades conjunturais correlacionadas, sobretudo, com a dotação de verbas federais aos municípios em condições de eleição/reeleição de políticos locais, o que permitia a ampliação das bases de apoio da estrutura de poder presente no Estado. Dessa forma, buscando atender aos apelos separatistas dos recém-chegados à região e introdutores da moderna agricultura nos espaços de Cerrado, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e ratificou por meio de plebiscito a criação do município Luís Eduardo Magalhães (Ibidem, p. 111-114).

Após uma acirrada disputa entre os grupos políticos tradicionais e a rede agroindustrial globalizada, o distrito de Mimoso do Oeste conseguiu a sua emancipação política de Barreiras no dia 30 de março de 2000, tornando-se o mais novo município do Estado da Bahia, com uma área de 4.014 Km² e uma população que na época compreendia aproximadamente 20.000 habitantes.

O projeto de lei que emancipou o município teve a autoria da então deputada estadual do Partido da Frente Liberal (PFL) Jusmari Oliveira (filha do paranaense Constantino Oliveira, um dos primeiros a adquirir terras nos Cerrados baianos) que, em seu segundo

⁴⁰ Considerada pelos primeiros plantadores de soja nos Cerrados baianos como a empresa responsável pelo progresso gerado no antigo povoado de Mimoso, controle acionário da Ceval foi repassado à Bunge Alimentos da Argentina em 1997, reforçando a posição de segunda maior empresa do Brasil no setor de conglomerados alimentícios, maior processadora de soja da América Latina e terceiro maior grupo do setor em todo o mundo. Para ampliar as suas ações na Região Oeste do Estado da Bahia e em três municípios do Estado do Mato Grosso, a empresa foi contemplada com financiamentos públicos via BNDES. (C. SANTOS, 2007, p. 135)

⁴¹ A Cargill começou a atuar na região a partir do ano de 1998, com o arrendamento, por um período de nove anos com mais dois anos de carência da unidade de processamento pertencente ao Grupo Chaves – OLVEBASA. O Grupo Chaves, tradicional no processo de comercialização e industrialização de oleaginosas no mercado baiano, logo no início do seu funcionamento nos Cerrados apresentou problemas econômicos e sentiu-se forçado a iniciar um processo de negociações de arrendamento da sua planta industrial à Cargill.

mandato e juntamente com o senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), deliberou a criação do município e proporcionou a canalização de recursos públicos para o projeto em andamento. Em 1998, houve o falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães e as lideranças empresariais locais, para conseguir apoio de ACM no intento de criar o novo município, resolveram homenagear o então senador com o nome de seu filho.⁴² (VILELA, 2018; C. SANTOS, 2007)

Com a criação do município, estavam dadas as condições objetivas para que Luís Eduardo Magalhães se tornasse uma cidade do agronegócio (ELIAS, 2011) à medida que oferecia as respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, logísticas e de mão de obra dessa rede de relações econômicas, sociais e políticas do capital agroindustrial. Segundo Elias (2011; 2022), o que caracteriza e distingue as cidades do agronegócio de outro espaço urbano é justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas. Dessa forma, as cidades do agronegócio devem ser entendidas a partir de suas interações com os espaços agrícola e regional, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio, resultando em muitas novas territorialidades.

Assim, a criação de Luís Eduardo Magalhães – LEM foi a melhor estratégia encontrada para que os agentes hegemônicos do setor tivessem cada vez mais domínio sobre as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores e as esferas locais de poder. Juntamente com o governo local, esses grupos se empenharam em construir a imagem de Luís Eduardo Magalhães como a “capital e *shopping center* do agronegócio” do Oeste da Bahia, com um forte investimento em *slogans*, publicidade, matérias de jornais e revistas, divulgação na internet, entre outros, numa tentativa de divulgar as possibilidades de investimentos e negócios no território e o município passava a ser o espaço onde eram gerados o conjunto dos valores econômicos produzidos regionalmente, reforçando os fluxos industriais, de comercialização e de serviços públicos e privados, reduzindo gradativamente o papel que as outras cidades desenvolviam.

Novo município, velhas alianças

Para ilustrar o processo de consolidação do bloco hegemônico materializado na criação da primeira cidade do agronegócio na Bahia, é relevante tomar como exemplos os casos emblemáticos do casal Oziel Oliveira, o primeiro prefeito eleito de Luís Eduardo Magalhães⁴³ e sua esposa Jusmari Oliveira⁴⁴; do também ex-prefeito de LEM e fundador da

⁴² A criação do município de Luís Eduardo Magalhães foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN proposta pelo Partido dos Trabalhadores em 6 de julho de 2000, que questionava a constitucionalidade da lei baiana nº 7.619/00 e considerava tendencioso e parcial o Referendo que havia autorizado a criação do município, já que não foram consultados todos os habitantes envolvidos. Em 2007, o STF declarou a inconstitucionalidade da criação do município, concedendo ao legislador federal o prazo de dois anos para legalizar a situação. Em 2008, o Congresso avalizou a criação do município mediante Emenda Constitucional. (VILELA, 2018, p.74)

⁴³ Oziel se elegeu como prefeito de LEM por três mandatos (2001-2004; 2005-2009 e 2016-2020); como deputado federal no período de 2011 a 2014, quando era vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Foi diretor geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia em duas gestões de Rui Costa (2015-2016 e 2021-202) e integrante do Conselho Consultivo do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM) por cinco mandatos. Atualmente, está ocupando o cargo de Coordenador-Geral de Apoio às Superintendências do Ministério da Agricultura em Brasília.

⁴⁴ Jusmari é natural de Pérola do Oeste e Oziel de Itaguaí. Foi eleita vereadora da Câmara Municipal de Barreiras filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL) em 1989 e reeleita em 1992. Em 1998, elegeu-se deputada estadual e foi reeleita para o período 2003-2007. Em 2006 mudou sua filiação para o Partido Republicano e com

Aiba Humberto Santa Cruz; dos irmãos sulistas Franciosi e do ex-prefeito de Barreiras Antonio Henrique Moreira.

Jusmari e Oziel mudaram-se jovens do Paraná para o Oeste baiano, onde fizeram carreira na política. Como já apontado, Jusmari é filha de um dos primeiros sulistas a adquirir terras e se instalar no Cerrado baiano. Quando prefeita de Barreiras, Jusmari teve seu mandato cassado por captação ilícita de votos e abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral de 2008, mas conseguiu reaver o seu direito de mandato (Ibidem). Em 2017, foi condenada pela Justiça baiana por fraude em licitação de medicamentos, materiais hospitalares, odontológicos e de laboratório, que havia ocorrido em 2009. Além de ter sido proibida de exercer cargos, função, emprego ou atividade perante a administração pública por três anos, a ex-prefeita foi condenada a três anos de reclusão, mas teve a pena substituída por prestação de serviços à comunidade (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

Por sua vez, o marido de Jusmari, Oziel Alves Oliveira, com a grande procura de terras na região por agricultores de todo o Brasil e do exterior, passou a prestar assessoria de intermediação entre compradores e vendedores, que possibilitaram ao casal rápido crescimento patrimonial (SAMPAIO, 2012, p.11). Oziel foi eleito deputado federal em 2010 após conseguir obter o status de “Ficha Limpa”, mesmo tendo tido que recorrer a liminares para se manter no cargo de prefeito de Luís Eduardo Magalhães, quando o número de processos contra sua administração no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) era superior a quarenta (Ibidem, p. 11).

Em 2005, o Ministério Público da Bahia denunciou Oziel à Justiça do Estado um cálculo que não condizia com a realidade do município LEM, que na época possuía 23 mil habitantes, e a prefeitura havia firmado um contrato de licitação para pagar 15 mil litros de gasolina e 20 mil litros de óleo diesel em apenas um mês. Com essa quantidade de combustível, o Ministério Público alegava que os carros da prefeitura conseguiriam rodar cerca de 360.000 km, uma distância equivalente a quase nove voltas ao redor do planeta Terra ou uma ida à lua. Após o STF abrir ação penal contra Oziel, em 2014, o ex-prefeito chegou a ser condenado em primeira instância a quatro anos de prisão em regime inicial aberto, mas assim como aconteceu com a sua esposa, a pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade e pagamento de “multa” no valor de 50 salários-mínimos em favor de entidade com “destinação social”. Oziel também foi denunciado por crime eleitoral pelo Ministério Público Eleitoral da Bahia, tendo sido acusado de fazer propaganda eleitoral no dia do pleito que o levou ao cargo de Deputado Federal em 2010, ao conceder entrevista a uma rádio local, em que teria indicado candidatos, incluindo o seu nome. Entretanto, em outubro de 2013, Oziel foi absolvido pelo STF, que alegou que as provas apresentadas pelo MPE-BA eram insuficientes (M. OLIVEIRA, 2014).

Outro caso relevante é o do ex-prefeito de Luís Eduardo Magalhães Humberto Santa Cruz (2008-2016, pelo Partido Progressista), fundador e presidente da AIBA por dezoito anos (1990-2008) e um dos criadores da Agrishow (hoje Bahia Farm Show). Natural de Alagoas e engenheiro do Grupo Santa Isabel, empresa incorporadora e construtora de *shopping centers* e

o apoio de Jaques Wagner e coligada ao PT, conseguiu se eleger como deputada federal. Em 2009, tornou-se prefeita de Barreiras, e em 2018 elegeu-se deputada estadual. Foi derrotada nas eleições de 2022, quando disputou a reeleição para deputada estadual e atualmente ocupa o cargo de Secretária de Desenvolvimento Urbano da Bahia no governo de Jerônimo Rodrigues (PT), onde esteve à frente da mesma pasta no período de 2017 a 2018, durante a gestão de Rui Costa. Além de integrar o Conselho de Honra da Associação dos Produtores de Café da Bahia, Jusmari foi condecorada três vezes com o prêmio “Soja de Ouro” (1997, 1998 e 1999), com o título de “Amiga da Polícia Militar” de Barreiras (1992); pelos serviços prestados à agricultura no Oeste baiano e Medalha de Mérito pelo trabalho desenvolvido em prol da agricultura no Estado, pela Federação de Agricultura do Estado da Bahia (1999). Tanto Jusmari como Oziel foram nomeados para os cargos que ocupam atualmente por governos petistas (Jerônimo Rodrigues no governo estadual e Lula no governo federal).

a maior administradora de imóveis do Rio de Janeiro, Humberto Santa Cruz mudou-se para Barreiras em 1984 para iniciar as atividades da empresa no ramo agropecuário, com a produção de frutas, café e pecuária por meio do Grupo Agronol S/A, controlado pelo Grupo Santa Isabel e do qual já era sócio desde 1970.

Instalada no então distrito de Mimoso do Oeste, a Agronol foi um dos projetos “pioneiros” de fruticultura irrigada da região. Em 2004, contava com 74 pivôs centrais que retiravam água do rio Branco. Em 2008, a área irrigada compreendia 1,5 mil hectares (BONFIM, 2020, p. 127; AGROLINK, 2008). Em 2010, quando controlava outras dez fazendas na região, a fazenda foi flagrada com a prática de trabalho análogo à escravidão numa ação de fiscalização do Ministério do Trabalho, que havia identificado a presença de trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho e restrição da locomoção dos trabalhadores em razão de dívida, mas que, entretanto, não estava sequer incluída na lista suja do trabalho escravo (L. SANTOS, 2011)⁴⁵. Dez anos depois, em março de 2020, e já ocupando uma área de 22 mil hectares com 3 mil hectares irrigados, a *holding* foi vendida por 90 milhões de dólares ao Grupo Franciosi (BAHIA ECONÔMICA, 2020).

Considerados “pioneiros no desenvolvimento do Oeste Baiano”, os irmãos João Antonio, Ubiratan Francisco e Romeu Franciosi, naturais do Rio Grande do Sul, também adentraram os Cerrados da Bahia na década de 1980 e, desde então, vêm comprando e vendendo terras na região, além de cultivarem soja e algodão em larga escala para exportação em uma área de 70 mil hectares que abrange oito fazendas. Uma das fazendas (Santana) é reconhecida como a maior propriedade irrigada da América Latina, totalizando uma área de 9.744 hectares irrigados com pivôs centrais e abastecidos por um canal que percorre 25 km. Considerado um dos principais *players* do mercado brasileiro, o Grupo Franciosi figurou na revista Forbes entre as cem maiores empresas do agronegócio no Brasil. Contudo, os irmãos Franciosi colecionam uma série de crimes ambientais e sociais cometidos ao longo dessa trajetória de “sucesso”. João Antônio é um dos investigados na Operação Faroeste, escândalo de grilagem e venda de sentenças na região, além de: ter tido fazendas flagradas com a ocorrência de trabalho escravo em 2003; ser multado em R\$ 1,6 milhão por desmatamento ilegal pelo Ibama em 2012 e financiado atos golpistas em 2022, ao enviar tratores para as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, em Brasília, promovidas na gestão do ex-presidente Bolsonaro. (A TARDE, 2022; DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023; CUNHA, 2019)

Além disso, quando o processo de venda da Agronol para o grupo Franciosi ainda estava em andamento, as famílias geraizeiras que estavam há décadas (quicá há séculos) instaladas na comunidade de Vila Buriti, invadida pela Agronol na década de 1980, foram vítimas de uma remoção forçada para “abrir espaço” e dar lugar a monoculturas. Entretanto, mesmo com o direito de posse da terra garantido desde 2009 e com uma liminar judicial que determinava a suspensão de qualquer ação na comunidade por parte dos “antigos ou atuais proprietários”, as famílias tiveram suas casas demolidas, parte da área foi incendiada e a creche e a escola municipal, que atendiam mais de 120 crianças, foram desativadas (TV OESTE, 2020).

Voltando ao caso de Humberto Santa Cruz, no mesmo ano em que ocorreu a venda da Agronol, em 2020, o Ministério Público Federal ajuizou duas ações de improbidade administrativa contra ele e mais nove pessoas físicas e jurídicas por um grande esquema de fraudes em licitações, contratações e pagamentos realizados no período de sua gestão

⁴⁵ Segundo a autora, a Agronol não havia sido incluída na lista suja pelo fato de os processos administrativos relativos aos autos de infração lavrados não estarem finalizados, o que revelava a força e pressão que os empregadores infratores representavam frente ao Estado que, apesar de existirem elementos concretos que caracterizavam o crime previsto pelo Código Penal Brasileiro, negligenciava as evidências e não os condenavam criminalmente. (L. SANTOS, 2011, p. 113-114)

enquanto prefeito de LEM, quando foram usados e desviados cerca de R\$ 6,6 milhões em recursos públicos federais, incluindo verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Quando Santa Cruz se tornou prefeito de Luís Eduardo Magalhães, diversas pessoas de sua confiança foram trazidas de suas empresas e nomeadas para cargos em comissão, em funções chave no direcionamento de contratos e desvio de recursos públicos (JORNAL GRANDE BAHIA, 2020).

Em 2013, Santa Cruz foi eleito presidente da União dos Municípios do Oeste da Bahia e vice-presidente da União dos Municípios da Bahia, e em 2016 recebeu o título honorífico de cidadão baiano concedido pelo pecuarista e deputado estadual pelo Progressistas (PP) Antonio Henrique Júnior (2015-atual) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2023). Este é filho de Antonio Henrique Moreira, também conhecido como Tonhão, ex-prefeito de Barreiras por três mandatos (1997-2000, 2001-2006 e 2012-2016) e ex-secretário de Planejamento da Bahia no primeiro governo de Rui Costa. Em 2008, após uma auditoria do Tribunal de Contas da União, Tonhão foi condenado pela Justiça Federal por desvio de recursos provenientes do Ministério da Educação na gestão de 2001, além de ter contratado empresas de transporte e turismo para prestarem serviços ao município sem licitação. Na época, Tonhão teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos e havia sido proibido de fazer contratos com o poder público ou receber benefícios, incentivos fiscais e creditícios (CORREIO24HORAS, 2014). Em 2017, a Justiça Eleitoral declarou a inelegibilidade do ex-prefeito por oito anos por abuso de poder, ao utilizar o site oficial da prefeitura para a prática de publicidade vedada em período eleitoral quando era candidato à reeleição em 2016, além de ter contratado e demitido servidores municipais em período proibido por lei (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

Em 2019, o ex-prefeito foi punido pelo Tribunal de Conta dos Municípios, que havia apontado a prática de improbidade administrativa em um contrato de serviços de manutenção e reforma de unidades escolares do município na gestão de 2015, cujo valor dos recursos (de quase R\$ 3 milhões) não havia sido utilizado de forma integral (TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, 2019).

Recentemente, em julho de 2023, recebeu outra punição do TCM, que apontou irregularidades em despesas de mais de R\$8 milhões com festividades e com a promoção da 33ª Expoagro, realizadas no exercício de 2015 (TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, 2023).

Os casos descritos ilustram bem a conformação do bloco hegemônico na medida em que esses atores, portadores de um capital social e político adquiridos no decorrer de suas atividades políticas e econômicas, souberam ser eficazes na defesa do monopólio fundiário, acreditando na “segurança” da lei e na “capitulação” dos tribunais que lhes garantisse o direito ao monopólio da terra (BRUNO, 2002, p.145), viabilizando a associação entre grandes proprietários de terras e o capital nacional e internacional, materializada na estratégia de criar o município de Luís Eduardo Magalhães.

Com isso, a supremacia da riqueza mercantil e financeira que ia se legitimando no início dos anos 2000 sancionou o arco de alianças conservadoras que dominavam secularmente a vida nacional, e a crise que se instalava no país no final da década de 1990 recrudesceu os velhos impasses e recorrências históricas de nossa reprodução social, acentuando a corrosão dos fundamentos da esfera pública e agravando a desarticulação de ações construtivas (BRANDÃO, 2010).

Ao mesmo tempo em que as elites buscavam compulsivamente estocar simultaneamente ativos de raiz e ativos financeiros, eram amparadas pelo Estado com as garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial. Por sua vez, o poder público assumia o papel de garantir a segurança de proprietários fundiários que realizavam uma fuga

para a frente extensiva e uma apropriação privada contínua em territórios urbanos e regionais não adensados (Ibidem, p. 68).

Dessa forma, esses espaços, estrategicamente, seguiam uma trajetória gradual e ascendente no processo de incorporação aos setores avançados do capital baseado na especulação, adotando novos produtos, novas tecnologias e novos processos de trabalhos, o que fez com que a expansão dessas atividades e culturas integrasse esses espaços a outras regiões fora da Bahia e do país, assim como permitiu que se presenciasse a existência de amplos espaços que conservavam as características de uma estrutura econômica pré-capitalista (C. SANTOS, 2007).

2.12. A Mundialização do Oeste da Bahia

Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos traz a rica compreensão de que com a instauração do processo de mundialização do capitalismo, as antigas disputas entre empresas nacionais e estrangeiras que predominavam no Brasil até o início dos anos 1990 foram abandonadas para dar lugar à conformação de novas alianças de classe em nível mundial, formada pela fusão de um conjunto de capitalistas brasileiros com capitalistas estrangeiros, fazendo surgir empresas mundiais, existentes onde a reprodução ampliada do capital pudesse se fazer. (A. OLIVEIRA, 2016, p. 88)

Além disso, a opção dos governos progressistas eleitos na primeira década dos anos 2000 na América Latina⁴⁶ pelo modelo primário-exportador das economias consolidou a entrada do continente na nova ordem econômica e político-ideológica caracterizada pela hegemonia do desenvolvimento neoextrativista, marcando, assim, a transição do Consenso de Washington para o Consenso das Commodities (SVAMPA, 2019).

Se no extrativismo associado ao Consenso de Washington o Estado assumia um papel reduzido, atuando apenas na manutenção do funcionamento dos processos produtivos, como a entrada de capitais transnacionais, privatizações de empresas públicas e abertura comercial, no modelo neoextrativista, a partir de uma estratégia desenvolvimentista, cumpre uma função bastante ativa nos empreendimentos e atividades extrativistas. Assim, de um lado, o Estado retoma alguma de suas atribuições definidas pelo modelo de substituições de importações e, de outro, recebe novas responsabilidades propostas pelos governos progressistas entre as quais estão o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a adaptação da legislação para estimular a extração dos recursos naturais e a compensação por meio de políticas sociais e de transferência de renda. (MILANEZ e SANTOS, 2013, p.127)

No Brasil, esse movimento corresponde ao que Delgado (2012) definiu como novo pacto da economia política do agronegócio, o que tornou viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual foi essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no setor e que conformou o próprio padrão de crescimento econômico, conferindo certo rumo ao crescimento mais geral da economia brasileira na primeira década do século XXI. Esses processos ocorrem necessariamente por dentro do aparelho de Estado, onde, de fato, se estruturaram ou desestruturaram as estratégias de capital financeiro na agricultura brasileira.

Ao verificar o processo de consolidação da agricultura capitalista com características conservadoras no Oeste baiano, Clóvis Caribé dos Santos (2007) argumenta que o dismantelo dos aparelhos de Estado nos últimos anos do século XX, especificamente das empresas de pesquisa agropecuária e assistência técnica aos produtores agrícolas, fez com que as organizações de grandes produtores e empresas processadoras multinacionais fossem

⁴⁶ Como Lula no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morález na Bolívia, Pepe Mujica no Uruguai, Rafael Correa no Equador e Néstor e Cristina Kirchner na Argentina.

exercendo o papel dos organismos de Estado. O autor constatou que eram esses atores que determinavam o tamanho da produção local, os interesses que deveriam ser atendidos e que controlavam os acessos aos organismos de Estado instalados regionalmente, além serem interlocutores com as estruturas de poder político central. (C. SANTOS, 2007, p. 217)

Essas novas camadas dominantes no Oeste da Bahia se faziam presentes em espaços restritos do território regional, como no município de Luís Eduardo Magalhães e em distritos/povoados onde estavam concentrados os produtores de grãos com novos interesses, e que se articulavam de modo distinto das antigas classes dominantes da região. Eram articulações com diversos ramos do setor agrícola de fora dos espaços estaduais e até externos ao país, uma vez que as atividades econômicas existentes na região atraíam cada vez mais empresários individuais, grandes empresas e corporações, sempre cotejados pelo segmento financeiro, público e privado. (Ibidem, p.179)

Já Menezes (2014) constatou que a maioria das empresas na região eram filiais ou representante de indústrias e multinacionais, todas com sede regional em Luís Eduardo Magalhães⁴⁷, e o mercado de insumos e máquinas agrícolas era extremamente concentrado em poucas firmas, quase sempre as *holdings* e suas representantes, havendo tanto uma concentração vertical como horizontal. A concentração vertical podia ser observada pelo mercado mundial, dominado por poucas *holdings*, cada uma controlando várias marcas. A concentração horizontal dizia respeito à presença cada vez maior de representantes dessas *holdings*, com matrizes regionais em LEM, mas cuja influência econômica chegava até o Sul do Piauí e do Maranhão.

O autor observou, ainda, que “a poderosa AIBA, a mais importante entidade de produtores do agronegócio baiano, possuía estreita ligação com o município” (MENEZES, 2014, p. 118). Essas organizações não contemplavam produtores rurais dedicados a culturas destinadas ao abastecimento familiar localizadas fora dos espaços dos Cerrados e produtores que não eram oriundos do Sul do país (SANTOS, 2007, p. 197).

Essa integração e atuação de grandes grupos no Oeste da Bahia seria a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir de crises interimperialistas, moldaram novas formas de organização internas e externas e de relações de trabalho, sempre buscando superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais (CUNHA, 2017, p. 160). A partir da combinação entre a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e ações de governos a nível internacional, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a ser as novas organizações de controle da economia mundial (A. OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, como veremos adiante, será muito mais interessante para o bloco dos baiúchos ampliar a sua rede para além dos produtores rurais sulistas, obedecendo as regras da mundialização da economia capitalista monopolista comandada pelos grupos econômicos monopolistas mundiais.

2.13. MATOPIBA: Uma Política Pública Do e Para o Agro

Como veremos no capítulo 3, a principal estratégia do Estado brasileiro no enfrentamento das crises econômica, alimentar e energética iniciadas em 2007 foi optar pelo modelo desenvolvimentista de dinamização produtiva de matérias primas agrícolas e minerais para ampliação da exportação. Nesse contexto, observa-se a existência de novos mecanismos de utilização da terra agrícola como ativo financeiro por empresas nacionais e internacionais, e por parte do Estado, o impulsionamento para a ampliação da fronteira agrícola em áreas

⁴⁷ Entre outras, Menezes (2014) identificou as empresas Bunge, Galvani, Lavrobras, Corpa, John Deere (Agrosul), Case e New Holland.

“promissoras” e com abundante oferta de recursos hídricos e de terras agricultáveis a preços baixos.

O novo pacto da economia política do agronegócio estimulou fusões e aquisições de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras, causando maior concentração de capitais. Ao optarem por aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terras, subsidiárias, entre outros, o preço de suas ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado e torna-se parâmetro para que consigam crédito (A. OLIVEIRA, 2016).

Assim, as grandes corporações transnacionais seguem desempenhando um papel central na promoção dos negócios com terras, com a formação de cadeias cada vez mais oligopolizadas e financeirizadas. Instituições não bancárias, em particular investidores institucionais, vêm crescentemente ganhando espaço, como fundos de pensão e de investimentos internacionais, uma vez que num contexto de crescente liberalização, esses agentes conseguem captar grandes quantias de capital, ao mesmo tempo em que ficam sujeitos a uma menor regulação pelo Estado (KATO e LEITE, 2020).

Nesse cenário, os Cerrados da região do MATOPIBA emergem entre os grandes epicentros de investimentos estrangeiros, tornando-se a mais nova fronteira agrícola promissora do século XXI. Se em meados dos anos 1990 a fronteira agrícola com a soja já havia atingido o Oeste da Bahia e o Sul do Maranhão, foi a partir do início dos anos 2000 que se intensificou no Piauí e no Tocantins, alcançando definitivamente toda a região.

MATOPIBA é a sigla formada pelo acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Conforme C. Gomes (2000), a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA se deve ao fato dessa delimitação territorial ter sido criada pelo e para o agronegócio, com a chancela e incentivos do Estado, para encarnar mais dos ciclos históricos de expansão da fronteira agrícola no país (C. GOMES, 2020). O Cerrado é o bioma predominante na região (91%), seguido da Amazônia (7%) e da Caatinga (1,6%) (BRASIL, 2023).

A regionalização e delimitação da área foi elaborada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa, criado em dezembro de 2013 e coordenado por Evaristo de Miranda, se constituindo como um grupo permanente de trabalho de inteligência territorial e estratégica, voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura (EMBRAPA, 2019).

A área delimitada corresponde a 73,07 milhões de hectares, onde vivem mais de seis milhões de habitantes em 337 municípios⁴⁸ distribuídos em 31 microrregiões geográficas e que abrigam 324 estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e 34 territórios quilombolas. Segundo a Embrapa, por serem planas e extensas, com solos potencialmente produtivos, adequada pluviometria e clima propício e com elevada intensidade de sol, as áreas de Cerrado do Matopiba apresentam as características consideradas essenciais para a agricultura moderna (EMBRAPA, 2017).

Embora tenha sido concebido no início do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, principalmente pela então senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), o projeto do MATOPIBA foi oficialmente institucionalizado em maio de 2015, por meio do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, assinado pela presidenta e Kátia Abreu que, naquele momento, havia se afastado de seu mandato como senadora para assumir o Ministério da Agricultura.

Sendo tratado como uma das “tábuas de salvação” no enfrentamento dos impactos sobre o Brasil da crise financeira internacional que se explicitavam na recessão, na inflação e no aumento do desemprego, o Decreto 8.447 instituiu o Plano de Desenvolvimento

⁴⁸ Do total de municípios abrangidos pelo Matopiba, 135 estão no estado do Maranhão, 139 no Tocantins, 33 no Piauí e 30 na Bahia (EMBRAPA, 2017).

Agropecuário Matopiba (PDA) e o seu Comitê Gestor, articulando os governos dos quatro estados e diversos ministérios. De acordo com o decreto, o PDA orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, a partir de três diretrizes: (i) desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; (ii) apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e (iii) ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (BRASIL, 2015).

Dias antes do lançamento oficial do MATOPIBA, foi instaurada a Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do Matopiba, composta por 218 Deputados Federais de diversos estados e partidos políticos (BEZERRA e GONZAGA, 2019). Entre outras atribuições, a Frente foi responsável por elaborar a proposta de criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba. O instrumento da proposta de criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba consistia no Projeto de Lei Complementar PLP 279/2016, arquivado em fevereiro de 2023 pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O golpe que interrompeu o segundo mandato da presidenta Dilma, em maio de 2016, ocasionou na saída de Kátia Abreu do Ministério da Agricultura, sendo esta substituída pelo “rei da soja”, Blairo Maggi, nomeado pelo ex vice-presidente golpista Michel Temer. Com isso, o então Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba foi extinto da estrutura organizacional do ministério via Decreto 8.852, de setembro de 2016, e o Departamento de Café, Cana-de-açúcar e Agroenergia, que havia sido extinto na gestão de Kátia Abreu, foi recriado.

Segundo C. Gomes (2020, p. 215), na prática, a dissolução do Departamento de Desenvolvimento do MATOPIBA por Blairo Maggi foi mais uma negação do legado político de sua antecessora do que de fato um arrefecimento no interesse, já que os investimentos e prospecções para região permaneceram. Um exemplo é que uma das primeiras viagens oficiais realizadas pelo ministro foi rumo ao Kuwait, Emirados Árabes e Arábia Saudita, onde participou de seminários sobre investimentos no agronegócio brasileiro e teve o MATOPIBA como ponto de pauta (MAPA, 2017). Durante a gestão golpista de Michel Temer, Blairo Maggi chegou a reabrir o departamento, mas sem remontar a equipe, e o projeto permaneceu estagnado até o final do seu mandato.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2020, o MATOPIBA voltou a pautar as discussões e propostas do poder legislativo, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 246/20, de autoria do deputado federal Pastor Gil (PL/MA), com a proposta de instituir o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba, cuja implantação deveria ser gerenciada por um colegiado, que elaborará “as medidas para fortalecimento institucional, modernização da agropecuária e garantia da sustentabilidade ambiental e social”. Segundo o deputado, “visando o desenvolvimento da região e a redução das desigualdades, deve haver na proposta igualdade de tarifas, fretes e seguros; juros favorecidos para atividades prioritárias; e isenções tributárias”. (BRASIL, 2020)

Em abril de 2022, o Senado aprovou o Projeto de Resolução (PRS) nº 32/2019, de autoria do senador Roberto Rocha (PTB-MA), instituindo a Frente Parlamentar do Matopiba, visando “aprimorar a legislação em defesa da região” (BRASIL, 2022).

Recentemente, em junho de 2023 – já no terceiro mandato do presidente Lula, que conta com Carlos Fávaro (atualmente senador afastado e integrante da bancada ruralista pelo PSD/MT) como Ministro da Agricultura, a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 246/20, que institui o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba.

Segundo o relator da proposta, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), o “projeto está em consonância com o crescimento da agricultura sustentável, bem como em sintonia com a necessidade de fortalecimento e crescimento do setor agrícola, que cresce a cada dia.”⁴⁹ (BRASIL, 2023)

Segundo C. Gomes (2020), essa expansão do agronegócio no MATOPIBA decorre de múltiplos fatores: i) é uma das áreas com maior “disponibilidade” de terras com alto potencial agrícola – as chapadas permitem a implantação de sistemas técnicos, como colhedoras de grande alcance, por exemplo; ii) a média de preços das terras ainda é inferior à de outras localidades que possuem grande produção, como o Centro-Oeste; iii) ainda está relativamente fora do foco dos ambientalistas, diferentemente da Amazônia, por exemplo, que possui um movimento para sua preservação de caráter internacional; iv) possui posição geográfica privilegiada e expectativa de melhoras no eixo logístico; e v) trata-se de uma região marcada por forte presença de investidores estrangeiros interessados na compra de terras, na produção de *commodities* e na especulação com ambas nos mercados financeiros (C. GOMES, 2020, p. 215-216).

Não é por acaso que o MATOPIBA é a região que se destaca no estudo Projeções do Agronegócio Brasil – 2022/23 a 2032/33, publicado pelo Ministério da Agricultura e Embrapa em julho de 2023, por apresentar uma dinâmica diferenciada de crescimento agrícola em comparação a outras regiões. O estudo prevê que os quatro estados deverão atingir uma produção de grãos de 48 milhões de toneladas nos próximos dez anos, com crescimento de 37% em uma área plantada de 11 milhões de hectares na safra 2032/33. Nos últimos dez anos, a produção de grãos no MATOPIBA aumentou 93%, passando de 18 milhões de toneladas na safra 2013/14 para as atuais 35 milhões de toneladas em 2022/23.

O estudo apontou que dos 337 municípios que compõem a região, os principais produtores de grãos são Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, na Bahia; Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão; Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí, no Piauí; e Campos Lindos, no Tocantins. A previsão é de que o aumento da produção deverá ser próximo de 40% no próximo decênio, principalmente nos municípios de Uruçuí (PI), Ribeiro Gonçalves (PI), Riachão das Neves (BA) e Jaborandi (BA). (BRASIL, 2023)

Assim, observamos que o MATOPIBA se apresenta como “a última fronteira agrícola”, de central importância para o agronegócio, que cada vez mais vai se territorializando na expansão de soja, algodão, milho, algodão e cana de açúcar, o que elucida a existência de um projeto de desenvolvimento em curso para a região, endossado pelo Estado e que visa grande participação de investidores internacionais com base na expansão da produção de *commodities*, no qual a propriedade da terra tem sido cada vez mais tratada como um puro ativo financeiro (FAIRBAIRN, 2014), conforme veremos a seguir.

A nova síntese política nos processos de expansão do MATOPIBA

Pelo fato de ocupar a quarta posição na classificação dos países que mais receberam investimentos no mundo, o Brasil é alvo importante de transnacionais interessadas em adquirir terras. Com 4,9 milhões de hectares adquiridos, o país fica atrás somente do Peru, Rússia e República Democrática do Congo (THE LAND MATRIX, 2020 apud BICALHO, 2020). Conforme já apontado, o grande “estoque” de terras e seu preço relativamente barato nas fronteiras agrícolas modernas e com enorme potencial de precificação, e um capitalismo de base urbano-agroindustrial que combina redes modernas com uma estrutura fundiária

⁴⁹ No momento (outubro de 2023), a proposta aguarda análise pela Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário.

altamente concentrada, além do próprio interesse de frações da burguesia agrária, constituem alguns dos fatores que contribuem para que o Brasil se torne um dos principais destinos de investimentos estrangeiros (BICALHO, 2020).

O MATOPIBA ilustra bem esse fenômeno, pelo fato da escalada do preço da terra na “última fronteira agrícola” ter transformado a região em zona de interesse para a especulação fundiária, e a possibilidade da compra de terras a preço baixo proporcionou a formação de fazendas para a produção de *commodities*, não havendo contradição entre os interesses de empresas financeiras internacionais e das oligarquias latifundistas locais. Depois de formadas as fazendas, ocorre a tendência de inflação do preço da terra e, com isso, empresas financeiras internacionais passam a especular com as terras agrícolas, estimulando a expansão de monocultivos em parceria com o agronegócio nacional e internacional (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018).

Gomes (2020) analisou a conformação dessa nova governança global dos negócios com a terra a partir dos processos de financeirização, mercantilização e estrangeirização deste “ativo” nos Cerrados do MATOPIBA. Sua pesquisa constatou que mais de 1,700 milhões de hectares de terra estavam concentrados nas mãos de estrangeiros, que vão desde agentes financeiros até grandes empresas transnacionais do setor agrícola. Os principais atores empresariais que movimentam esse mercado na região são empresas líderes nas cadeias globais do setor agroexportador (agrícola, mineral e energético). Muitas dessas empresas estão associadas a fundos de investimento, fato este que tem consolidado o modelo de negócio de imobiliárias agrícolas e de investidores institucionais privados, como fundos de pensão, empresas de *private equity*⁵⁰, instituições bancárias ou de fundos de investimentos multimercados multiestratégia⁵¹, que incluem *commodities* agrícolas, recursos naturais e imóveis agrícolas no seu portfólio. (C. GOMES, 2020, p. 325).

A autora observou que parte importante do MATOPIBA estava sob o controle de grupos transnacionais que incluía investidores estrangeiros, grandes corporações brasileiras do agronegócio e o estrato superior da elite agroexportadora local, representada, em sua maioria, pelo mito fundador dos empreendedores gaúchos, e os governos federal e estadual. Muitas das empresas estrangeiras viabilizaram sua entrada no Brasil por meio de diferentes estratégias, como fusões, aquisições, *joint venture* e projetos *green field*⁵² de diversas naturezas.

Cabe destacar que entre essas empresas, estão os fundos especializados na compra de terras agrícolas que têm origem e protagonismo no capital financeiro. Esses atores são uma das principais pontas de formação do atual mercado global de terras, estão açambarcando áreas em diversos países e os transformando em uma carteira global de ativos altamente especulativa e descolada dos territórios e economias locais. A autora constatou que muitas

⁵⁰ Private Equity é um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, ou seja, ainda estão fechadas ao mercado de capitais, com o objetivo de captar recursos para alcançar desenvolvimento da empresa. Esses investimentos são realizados via empresas de participações privadas, que gerem os fundos de private equity (FPE) também chamados de fundos de investimento em participações (FIPs). (WIKIPEDIA, 2023).

⁵¹ Os fundos de investimento multimercados referem-se a uma aplicação que tem como um dos principais atrativos a liberdade de investimento, uma vez que é composto por diferentes ativos, podendo mesclar diversos investimentos, como ações, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos públicos ou privados, câmbio e derivativos. (B3, 2023).

⁵² O termo *Greenfield* é usado para designar projetos incipientes, que existem somente no papel e estão em fase de planejamento. Esses projetos ainda não possuem nenhuma estrutura física, como no caso de empreendimentos imobiliários, ou digital, no caso de desenvolvimento de softwares. Em projetos greenfield, os financiadores alocam recursos na construção da estrutura necessária para iniciar uma operação. Geralmente esses projetos são relacionados a abertura de novos mercados ou atividades inovadoras. (RUFINO, 2021).

empresas estritamente financeiras estavam presentes em associação indireta ou direta com o capital nacional no MATOPIBA.

Merecem destaque os dois maiores investidores e poderosos fundos de pensão de professores universitários nos Estados Unidos: o Harvard Management Company (HMC)⁵³ e o Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund (TIAA)⁵⁴. O Brasil foi um dos principais destinos desses dois fundos e, nos dois casos, os investimentos estão estruturados em uma rede complexa de negócios que englobam atores locais em muitas escalas de atuação (C. GOMES, 2020 p. 310).

2.14. A consolidação do bloco dos baiúchos no contexto do capitalismo mundializado

Conforme apontamos ao longo deste capítulo, o planejamento do Estado para o foi se conformando a partir de três momentos: o primeiro, quando o papel do Estado se processou por meio de uma política de “não ação”, na qual a região se constituía como uma “reserva de espaço” e “fundo territorial” para futuras apropriações (M. OLIVEIRA, 2015); o segundo, quando a região é incorporada na dinâmica da produção agrícola globalizada, a partir de meados da década de 1980 e seguindo as diretrizes do Consenso de Washington; e o terceiro momento, quando o Estado passa às multinacionais a organização e o controle da economia mundial, sobretudo, a partir de 2007 (A. OLIVEIRA, 2012).

Essa relação entre Estado e empresas multinacionais acabara por se influir na formulação de políticas governamentais, com seus respectivos planos, programas e projetos para se manter e expandir o setor agrícola, vinculadas à concessão de terras públicas, isenção tributária e, mais recentemente, guiadas por uma integração de empreendimentos agroindustriais que são controlados por grandes grupos empresariais estrangeiros de capital aberto (ALMEIDA, 2010), consubstanciada no MATOPIBA. Como exemplo desse pacto, o Estado brasileiro, nos anos 2000, intensificou o financiamento de grandes grupos nacionais da agroindústria e indústria de alimentos, com vultosos aportes de recursos via BNDES. Por um lado, criou inúmeros novos programas e linhas de financiamento, expandiu recursos disponíveis e reduziu taxas de juros. Por outro lado, apoiou via compra de ações (chamada de renda variável) das grandes empresas com potencial de internacionalização (CERDAS, 2011 apud C. GOMES, 2020, p. 127). No momento da crise de 1999, houve uma diminuição das fontes de financiamento internacionais e o Estado brasileiro tornou-se um importante ator na manutenção dos níveis de investimento dos setores produtivos, incluindo o agronegócio (A. OLIVEIRA, 2016).⁵⁵

⁵³ Este caso é particularmente bastante emblemático, uma vez que a compra de uma gigantesca área pela HMC/Caracol se efetivou por meio de grilagem e envolveu sérios conflitos que levaram à expropriação de 240 famílias e 6 assassinatos no Oeste baiano (C. GOMES, 2020, p. 314). Jessica Siviero (2020) realizou uma interessante análise da articulação entre atores locais, gerentes do agronegócio nacional e executivos da HMC no município de Cotegipe, no Oeste baiano, constatando que a criação de uma rede complexa e opaca entre investidores, fundos, companhias agropecuárias e imobiliárias agrícolas era uma das principais características que acompanhava o processo de financeirização das terras no país.

⁵⁴ Juntamente com a COSAN, o TIAA é investigado no âmbito da Operação Faroeste, por adquirirem ilegalmente centenas de milhares de hectares de terras agrícolas no Cerrado brasileiro. Entre essas áreas, está parte da fazenda Parceiro, localizada em Formosa do Rio Preto, arrendada pelo TIAA para a SLC, e cuja produção é adquirida e exportada pela Cargill, também envolvida em um dos maiores casos de grilagens de terras na história do Brasil. Um dos acusados por articular essa grilagem é o gaúcho Luiz Ricardi. (PAES, 2020; ALPERT et al., 2023) O TIAA também comprou terras na mão de Euclides de Carli, um dos maiores grileiros da região do MATOPIBA (CAMARGOS, 2018).

⁵⁵ Bicalho (2020) nos lembra que o crédito agrícola subsidiado foi um dos mecanismos mais engenhosos do período de modernização conservadora da agricultura, ao transferir renda direta dos credores para os mutuários,

Nesse sentido, é importante frisar as mudanças em relação ao papel do Estado a partir do período neoliberal para uma compreensão do processo histórico da questão agrária no Oeste da Bahia, quando questões antes geridas ou mesmo mediadas pelo Estado passaram a ser arbitradas pelas próprias empresas. Segundo Cunha (2017), esse modelo de Estado, reformulado ao autoritarismo no Brasil na segunda metade do século XX, adaptou essa estrutura de acordo com os momentos econômicos calcados em atender a lógica monetária em que a agropecuária se constituía como um setor estratégico, sobretudo em momentos de superação de crises, conforme ocorreu em 1982 e 1999.

Nesse sentido, todos os programas intervenientes no Oeste da Bahia para expandir a fronteira agrícola possuíram esse viés, ou seja: as terras com fins especulativos e/ou produtivos, alicerçadas aos migrantes sulistas, empresários e os latifundiários regionais, os equipamentos utilizados, os empreendimentos construídos, a estrutura modal, de bens e serviços, autarquias estatais, sem exceção, foram alicerçadas para esse trunfo. (CUNHA, 2017, p. 120-121)

C. Gomes (2020) observou que ao longo de 2002 a 2010, os valores dos contratos de crédito rural concedido por instituições públicas direcionados aos principais municípios produtores da região Oeste (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério) mais do que dobraram, com destaque para São Desidério⁵⁶. Na safra 2012/2013, houve um aumento de 2.098% da oferta de crédito entre 2000 e 2012⁵⁷.

No que se refere a isenções fiscais para apoiar a cotonicultura nos Cerrados baianos, P. Barreto (2008) verificou que no período de cinco anos, houve um crescimento de 790% na renúncia fiscal do setor algodoeiro. Em outras palavras, pode-se dizer que o Estado baiano investiu, por meio do Proalba, mais de R\$ 91 milhões na cotonicultura da região. O Fundeagro recebeu mais de R\$ 9 milhões, utilizados principalmente para fomentar pesquisas e *marketing* do algodão, sendo disponibilizados aos produtores R\$ 83 milhões para aumentar as suas receitas e viabilizar reinvestimentos na atividade⁵⁸. (P. BARRETO, 2008, n.p.)

Essas práticas discursivas do Estado em atendimento às demandas do agronegócio na Bahia ilustram a evolução da cotonicultura na região, a partir dos anos 1990, que passou a ocorrer com uma expansão geométrica: de 1995 a 2000, houve um crescimento de 1.583% na área plantada e de 2.205% na produção da pluma, e a produtividade mais que triplicou no mesmo período, tendo a cotonicultura, nos anos 2000, se solidificado como a segunda cultura mais importante da Região Oeste, perdendo apenas para a soja⁵⁹. Entre 2001 e 2007, houve um crescimento superior a 500% da área plantada, o que colocou a Bahia no segundo lugar do ranking de produção nacional e o Oeste Baiano como a região que mais exportava algodão no

ou seja: do Estado para os grandes proprietários rurais. A reação exagerada (e dramática) da Sociedade Rural Brasileira diante da possibilidade de extinção da política de crédito, à época, é bastante ilustrativa no sentido de desvelar a relação simbiótica desta classe proprietária com o Estado, o último funcionando como garantidor da reprodução do capital da primeira (BICALHO, 2020, p. 111)

⁵⁶ De 2002 a 2003, os valores passaram de cerca de R\$ 50 milhões para R\$ 150 milhões e, em 2010, foram concedidos mais de R\$ 450 milhões somente para este município) Como exemplo, a italiana Enel, detentora de mais de 1.500 hectares na Bahia e Piauí, acessou um crédito de R\$ 678 milhões do Banco do Nordeste, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para instalação de suas usinas (C. GOMES, 2020).

⁵⁷ Foram destinados R\$ 2,6 bilhões em pouco mais de 5 mil contratos nos oito maiores municípios produtores do Oeste da Bahia, valor equivalente a 56,5% do total arrecadado pelo estado da Bahia e 30,2% do total da região Nordeste.

⁵⁸ O governo estadual deixou de arrecadar R\$ 2,7 milhões em 2002, e em 2006 foram renunciados R\$ 24,4 milhões.

⁵⁹ No período de três safras (1996/1997 a 1999/2000), a área plantada e o montante de produção passaram de 5.000 hectares e de 5,1 toneladas para 35.400 hectares e 48,4 toneladas de algodão, respectivamente.

Brasil. Além disso, entre as safras de 2001/02 e 2006/07, houve um incremento de 300% do total de áreas de algodão irrigadas na região. (Ibidem, n.p.)

Isso demonstra com clareza a atuação obstinada do Estado no estímulo direto do ciclo produtivo e da corrida de investidores nacionais e internacionais, e o consequente fortalecimento de grandes grupos já instalados nesse território (FREDERICO & BÜHLER, 2015 apud CUNHA, 2017). Além disso, o que houve foi a intensificação da aquisição de terras por grandes grupos nos Cerrados baianos nos períodos em que houve maior injeção de capitais, provocando um movimento fluído e concentrador, em que a abertura da fronteira acompanhava o aumento de investimentos. Com altos patamares de lucratividade, grandes capitais se concentraram em áreas consideradas de melhor localização, impulsionando o deslocamento de produtores detentores de menores capitais, com a compra e/ou arrendamento das propriedades. (Ibidem, p. 159)

Conforme já mencionado, a contrapartida estatal não se restringe ao financiamento do agronegócio, mas também estabelece um marco regulatório que abriga as demandas do setor motorizadas pelo capital nacional e pelo processo de entrada de capitais internacionais no setor agroindustrial e fundiário, ou, ainda, para amparar e/ou fomentar o *drive* externo das aplicações do capital agroindustrial doméstico em regiões como África – como é o caso do Pró-Savana – e/ou América Central (C. GOMES, 2020). Conforme veremos nos próximos capítulos, a legislação brasileira voltada para a “gestão” ambiental e ordenamento agrário tem construído e aprofundado um conjunto de instrumentos normativos que possibilitam ao capital produzir dinâmicas de disponibilização territorial e ecológica estratégicas que são cada vez mais flexíveis.

Com relação à entrada de investimentos estrangeiros no Brasil, essas corporações se utilizam de diferentes dispositivos, que vão desde fusões, aquisições, *joint venture* até projetos *green field* de diversas naturezas. Muitas vezes, a realização dos negócios da compra das terras e legitimidade das compras é mediada e apoiada por atores empresariais locais em diversos níveis de atuação e, sobretudo, pelo Estado. Nesse aspecto, C. Gomes (2020, p.326) constatou que a participação de agentes estatais ficou evidente, ao observar a quantidade de empresas recebidas e convidadas pelo governo estadual da Bahia para negociar a entrada de investimentos estrangeiros num movimento de atração de capitais, mesmo indo de encontro ao parecer da AGU, que limita esse tipo de negócio⁶⁰.

Dos 1.767.889,80 hectares de terras controlados pelas 86 empresas e fundos que possuem ativos fundiários no MATOPIBA mapeados por C. Gomes (2020), o Oeste da Bahia apareceu como epicentro dos investimentos⁶¹. Observando a distribuição dos investimentos estrangeiros em terras no MATOPIBA por município, lideravam os baianos São Desidério, Correntina, Jaborandi e Barreiras, respectivamente. Na distribuição nacional, a Bahia também liderava o ranking das unidades de federação que mais receberam projetos de investimento internacional, com 77 casos, sendo que, destes, 62 estavam localizados no Oeste do estado (C. GOMES, 2020, p. 162).

A autora observou que esses investimentos estavam diretamente vinculados aos meios políticos e dependiam das mediações que eram realizadas com o capital nacional, da composição do campo político do país em questão, da posição que o setor agropecuário

⁶⁰ Segundo Bicalho (2020), o Parecer da AGU de 2010 revalidava aparentemente as restrições para as aquisições de terras por estrangeiros, já que, ao considerar como estrangeiras as empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro, antes de restringir a entrada dos investidores internacionais, acabou promovendo as parcerias entre capitais nacionais e estrangeiros no controle de terras, ou seja, a aquisição/venda de terras e arrendamentos e parcerias para a acumulação de capital na agricultura brasileira, a fim de proteger a ordem sociometabólica agroindustrial financeirizada aqui estabelecida. Por sua vez, o capital nacional também obtém ganhos com este processo, na medida em que se trata de um sistema de “ganha-ganha”.

⁶¹ Com 55 empresas estrangeiras atuando no estado, seguido do Tocantins (33), Maranhão (17) e Piauí (16) (C. GOMES, 2020, p. 239).

ocupava nas estruturas do poder político e econômico, da maneira como eram inseridos e legitimados dentro dos governos e das instituições públicas de regulação e da capacidade de resistência e disputa dos atores envolvidos na luta pela terra. Dessa forma, no Oeste da Bahia, não foi verificada nenhuma contradição entre os interesses das empresas agrícolas e financeiras internacionais e da elite agroexportadora local. Ao contrário, esses atores estavam inseridos e assessorados pela mesma rede e mecanismos de grilagem de terras, exploração do trabalho e violência contra as populações do campo. Assim, ao ingressarem ou aprofundarem seus investimentos nos mercados de terras, estes puderam dinamizar sua competitividade e internacionalização, aumentar a “segurança” da sua carteira, ampliar suas margens de lucro e intensificar a sua capacidade de concentração de poder local e global (Ibidem, p. 326).

Esse pacto, construído a partir de distintas estratégias de cooperação, mas não sem conflito, permitiu aos atores se apropriarem, de forma desigual, porém, sistemática, dos recursos territoriais e naturais das cadeias de valor locais das *commodities* agrícolas e com respaldo do Estado nas garantias da rentabilidade, financiamento, conservação ou legalização do patrimônio e da inviabilidade dos processos de desapropriação e resistências políticas à acumulação de capital (Ibidem, p. 30).

Conforme discorreu Cunha (2017, p. 150), nessa aliança, são diversas as práticas em que brasileiros e estrangeiros produzem, armazenam, transportam, vendem e consomem em território baiano para dinamizar o capital internacional. Estruturado sobre uma lógica fundiária de extrema exclusão social e degradação ambiental, o domínio de um território, antes controlado por povos autóctones, coronéis latifundiários e sulistas e que agora se (re)configura novamente para os ditames do capital internacional. Trata-se de uma transfiguração que a cada passo é legitimada e assegurada judicialmente pelo Estado, que, por sua vez, atende as suas regalias como garantia de incentivo para a instalação de investidores (CUNHA, 2017, p. 176).

Como diz Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), é assim que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil, e o Estado, em todas as suas dimensões, vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente, uma vez que, na raiz das novas alianças entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para o enfrentamento da mundialização, mas, para se mundializarem, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguirem sua legitimidade.

Lembrando que uma das características do capitalismo reside na necessidade de transformar partes do território de uma região em espaços considerados modernos e desenvolvidos, mas dependentes dos fluxos das regiões tidas como desenvolvidas, a aliança entre capitais nacionais e estrangeiros no controle de terras nem sempre são claramente visíveis e movem-se mediante alterações da combinação entre o velho e o novo no plano da materialidade do sistema produtivo e no plano das ideologias, operando como agentes e principais responsáveis por uma especialização que converte as sociedades locais em consumidoras retardatárias do progresso econômico e sociocultural alheio (C. SANTOS, 2007, p. 68).

O Oeste da Bahia é, portanto, um microcosmo interessante para nos aproximar e compreender, em certa medida, como o capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, em que o centro do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as empresas monopolistas mundiais estão, e fundada numa nova divisão do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa, em nível mundial.

CAPÍTULO III - FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2008-2012)

2.1. O Plano Oeste Sustentável e a Estratégia Discursiva Ambientalista: Abre Alas da Nova Legislação Ambiental

Conforme apontado no capítulo anterior, para superar as crises econômica e alimentar iniciada em 2007, o Estado brasileiro intensificou a exportação de *commodities* objetivando superar o déficit da balança comercial por meio da dinamização da produção de matérias primas agrícolas e de minerais. Nesse sentido, a política de ampliação das fronteiras agrícolas em áreas com abundante oferta de terras agricultáveis e disponibilidade de recursos hídricos, iniciada na década de 1970, foi reajustada e fortalecida para atender a demanda do capitalismo mundializado.

Com isso, o argumento que imperava no enfrentamento das crises era o de que a agricultura não era o problema do mundo, mas a solução e, dessa forma, investir na sustentabilidade do agronegócio se mostrava o único caminho para atender a demanda mundial por alimentos, sendo até mesmo uma questão de segurança nacional, conforme preconizava o produtor rural, exportador e presidente da Abapa João Carlos Jacobsen (AIBA, 2008j, p. 2).

O mundo está em crise, e, sim, ela chegou ao Brasil. **Menos demanda, menos investimentos** e, ainda que Governos e empresas não assumam neste momento, **menos empregos**. É uma espiral perigosa que se costuma chamar de recessão. Mas, apesar disso, **o mundo continuará comendo e vestindo**. (...) Então, **para nós, homens do campo, resta uma esperança e muito trabalho pela frente**. Esta é a grande lição que eu acredito que a crise deixará para o mundo: **preservar o setor produtivo, seja ele agrícola, industrial ou de serviços, é questão de segurança nacional. Isso se faz com impostos mais justos, juros menores, menos burocracia, investimento em infraestrutura e pesquisa, além de apoio financeiro**, quando necessário. (João Carlos Jacobsen, presidente da Abapa, produtor rural e exportador) (AIBA, 2008j, p. 2, grifos nossos).

Nesse sentido, a justificativa de que a solução para o enfrentamento da crise financeira de 2008 seria preservar o setor produtivo e a necessidade de mudar a legislação ambiental vigente foram o mote para que as demandas do agronegócio no Oeste da Bahia se articulassem em torno de elementos que notadamente iriam assegurar a manutenção de uma ordem social hegemônica.

Nesse sentido, o período entre os anos de 2008 e 2012 é quando podemos observar um alinhamento político das práticas discursivas do bloco dos baiúchos com o agronegócio em nível nacional, no que diz respeito a práticas discursivas institucionais em direção à reformulação do Código Florestal Brasileiro. As estratégias passaram a se articular em torno de uma intensa mobilização para a aprovação da proposta do Novo Código Florestal (NCF) pelo Congresso Nacional.

Os discursos já apontavam para a construção de uma única formação discursiva com variadas estratégias, empenhadas tanto pelo agronegócio como pelo Estado, tanto no nível federal como estadual, que culminariam na aprovação do Novo Código Florestal, pelo

Congresso Nacional, quatro anos depois, e em outros aparatos legais e políticas públicas estaduais, em atendimento às demandas do setor pelo poder público.

Logística, infraestrutura, isenção fiscal e segurança jurídica são e sempre foram demandas permanentes do setor do agronegócio. Em 2008, a construção de estradas e ferrovias, como a Rodoagro e a Fiol, e o fornecimento e ampliação de energia já eram apontadas como urgentes, assim como a suspensão do recolhimento do salário-educação e do Funrural. O aumento do investimento em tecnologias de transgenia também se destacava como demanda importante para diminuir os custos de produção ampliar a produtividade (AIBA, 2008d, p. 2).

Entretanto, ao longo do período analisado nesta seção, as demandas centrais apontadas são aquelas relacionadas não apenas à regularização fundiária, mas sobretudo as que objetivavam a flexibilização das leis ambientais, como a alteração do antigo Código Florestal Brasileiro de 1965, a resolução dos passivos ambientais (perdão de multas) e o próprio fim das atividades de licenciamento ambiental.

Era necessário, portanto, ampliar a segurança jurídica para garantir a manutenção das ações de “preservação e sustentabilidade ambiental” do agronegócio. Mas para isso, seria preciso reforçar o antagonismo entre “nós” e “eles” no processo político de disputa de discursos.

O “circo itinerante” da Operação Veredas

Um fato que impulsionou a atuação do bloco dos baiúchos na ressignificação de suas estratégias discursivas para conseguir adesão à proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro foi a Operação Veredas, considerada a maior operação de fiscalização de desmatamento ilegal realizada pelo Ibama no Cerrado, na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, situado na divisa dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, em novembro de 2008.

Com participação direta do então ministro do meio ambiente Carlos Minc, a ação embargou mais de 57 mil hectares de áreas desmatadas na região, com multas que ultrapassavam o valor de R\$ 33,6 milhões, tendo a maior parte das infrações sido cometida somente no município baiano de Formosa do Rio Preto, onde foram encontradas violações de embargos de áreas desmatadas e situações de trabalho escravo em uma carvoaria ilegal. Este episódio reforçou o antagonismo entre o ‘nós’ e ‘eles’ nas práticas discursivas do bloco dos baiúchos e abriu caminhos para a reconfiguração de demandas e de estratégias discursivas na disputa pela hegemonia.

Na realidade, a Operação Veredas foi o que impulsionou o argumento da inoperância dos órgãos ambientais federais, que não conseguiam atender às solicitações de regularização fundiária e de licenciamentos e acabavam por penalizar o produtor rural, que sempre cumpriu a lei e agora se encontrava em situação de vulnerabilidade, por estar impedido de obter as autorizações de desmatamento e averbação de Reservas Legais:

Com direito a helicóptero, polícia e, claro, muita mídia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, levantou a tenda do seu circo itinerante no Oeste da Bahia. (...) **Mas o papelão televisivo, cibernético e impresso é só a face aparente de um problema crônico que há anos os produtores do Oeste da Bahia tentam combater: o passivo gerado pela omissão dos órgãos ambientais, que, por falta de recursos, gente ou estrutura não conseguem dar vazão aos pedidos de licenças de averbação de reservas, supressão vegetal dentre outros.** (AIBA, 2008k, p.1 capa, grifo nosso).

Outro entrave que precisava ser resolvido era o Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, que regulamentava o processo administrativo para apuração de infrações contra o meio ambiente e a aplicação das sanções. Dessa forma, a Aiba se empenhou em realizar uma empreitada de lobbys junto ao governo do Estado da Bahia, órgãos e parlamentares estaduais e federais, sob a alegação de que o agronegócio era a “âncora verde, financeira e alimentar que garantia a sustentabilidade do país, sendo necessário alertar os governos federal e estadual para o passivo gerado pela falta de equipamentos e recursos humanos de órgãos como o Ibama, para agir com celeridade nos processos de averbação das Reservas Legais” (AIBA, 2008l).

Após reunião de representantes da entidade e da então deputada federal Jusmari Oliveira com o ministro das Relações Institucionais José Mucio Monteiro, este se comprometeu a entregar ao Presidente Lula uma carta com pedido de interveniência do Presidente na formalização de um Termo de Compromisso Tripartite entre Aiba, governo federal e governo estadual, que visava a regularização das áreas da região e a suspensão imediata do embargo de 60 mil hectares determinado pela Operação Veredas (AIBA, 2008k, p. 4). O sucesso desse projeto político não demorou a alcançar êxito no plano da institucionalização das demandas do bloco dos baiúchos. Dessa forma, a solução encontrada para “desburocratizar” e “desonerar” o Estado dos entraves causados pela inoperância nos processos de liberação de licenciamentos ambientais foi o Plano Oeste Sustentável.



Figura 1 - Walter Horita, Kátia Abreu e João Martins durante evento da CNA em Salvador para definir prioridades agrícolas em março de 2010.

Fonte: Acervo Aiba, 2010.

Plano Oeste Sustentável: “toda a produção agrícola do Oeste da Bahia regularizada do ponto de vista ambiental”

Encabeçado pela Aiba e o governo estadual e com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e da ONG The Nature Conservancy – TNC, o Plano Oeste Sustentável consistiu em uma resposta do Estado para atender as reivindicações de anistiar as multas ambientais, acelerar as autorizações de desmatamento, anular os embargos das áreas que foram ilegalmente desmatadas e, sobretudo, regularizar as terras públicas, tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais, convertendo-as em áreas de Reserva Legal e de preservação permanente. Assim, era necessário buscar um consenso para que o tema ambiental pautasse as narrativas do agronegócio, constituindo-se num signifiicante de

articulação de demandas do setor, principalmente no que dizia respeito à garantia da segurança jurídica.

O processo de institucionalização do Plano Oeste Sustentável contou com amplo *lobby* junto a órgãos federais como o Ibama, resultando em duas grandes conquistas para o agronegócio. Com a presença do Presidente Lula, em maio de 2009 foi assinado o protocolo de intenções entre Governo do Estado, Ibama e Ministério do Meio Ambiente autorizando a suspensão de sanções e reduzindo em 90% o valor das multas ambientais. Dois meses depois, o governador Jaques Wagner sancionou a Lei 11.478 de 1º de julho de 2009, aprovando o Plano Oeste Sustentável, oficialmente denominado de Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais.

A partir da afirmação de que a morosidade dos órgãos ambientais federais por falta de recursos e estrutura estaria ameaçando a produção agrícola e a segurança alimentar, o Plano Oeste Sustentável seria, dessa forma, a garantia do direito ao perdão das infrações e à legalização do desmatamento no Cerrado baiano:

O programa Oeste Sustentável é o resultado da **vontade conjunta de produtores e Governo para a solução de um grande problema, comprometedor para a continuidade da atividade agrícola na região Oeste da Bahia: o passivo ambiental**. Sem ele, caminhávamos para uma **pane agrícola** em curto ou médio prazo. (Sérgio Pitt, Vice-presidente da Aiba. (AIBA, 2009e, p. 3, grifo nosso)

Cabe ressaltar que a anistia das multas ambientais era em uma demanda importante do agronegócio, mas o ponto central do Plano Oeste Sustentável consistia na estratégia de construir uma estratégia discursiva ambientalista que visava alterar a legislação ambiental vigente e, sobretudo, transferir para o poder executivo estadual as competências relativas aos processos de regularização e licenciamento ambiental.

Antes mesmo da publicação do decreto que regulamentava o Plano⁶², já eram divulgados os primeiros resultados do cadastramento e demarcação das propriedades rurais e respectivas RLs e APPs, que já sinalizava que as áreas nativas preservadas por meio de APPs e RLs eram maiores que as áreas de produção agrícola:

Cerrado e lavouras convivem lado a lado no Oeste da Bahia: **O resultado do mapeamento de 6,4 milhões de hectares no Oeste da Bahia surpreendeu ambientalistas e produtores. Mesmo nos municípios onde a atividade agrícola é mais intensa, as áreas de cerrado superam as de lavoura e os problemas ambientais não chegam a 1%. (...) De acordo com o vice-presidente da Aiba, Sérgio Pitt, “o agricultor do Oeste é consciente de que conservação é parte do seu negócio. Nossa luta, desde 2000, tem sido para que os Governos façam a sua parte no papel de garantir essa conservação, fiscalizando, concedendo autorizações e certificações exigidas pela lei”**, explica. (AIBA, 2009e, p. 3, grifos nossos)

Em março de 2010, o Plano Oeste Sustentável foi institucionalizado na Lei 11.898/2010 e, no mês seguinte, regulamentado pelo Decreto 12.071 de 23/04/2010, que permitiu ao setor a “tranquilidade jurídica para assumir os seus passivos ambientais e apresentar as estratégias técnicas para saná-los sem riscos de novas multas e embargos”. (AIBA, 2010c, p.1)

À época, ocorriam mudanças em várias secretarias estaduais devido ao ano eleitoral. A pasta da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia passou da gestão de Roberto Muniz, considerado “pioneiro” na iniciativa do Plano Oeste Sustentável e “amigo de

⁶² Decreto Estadual nº 11.657, de 11 de agosto de 2009.

verdade da Aiba”⁶³, para o ex-diretor regional da entidade, deputado estadual e então chefe de gabinete e “braço direito” do ex-Secretário, Eduardo Salles. (AIBA, 2010c, p. 2). Na Secretaria de Meio Ambiente, tomava posse Eugênio Spengler, que ficou no cargo por sete anos (2010-2017), período em que foram concedidas pelo governo do estado as mais vultuosas autorizações de desmatamento e de outorgas, acirrando os conflitos por terra e água na região Oeste da Bahia.

Com essa configuração política, formava-se um cenário institucional favorável ao desígnio de legalizar a grilagem de terras públicas⁶⁴, o desmatamento e a apropriação das águas, travestido de garantir a preservação ambiental e a segurança jurídica. Para tanto, a demanda daquele momento era anistiar as infrações ambientais cometidas e manter o Cerrado preservado fiscalizando apenas as Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais, já que estas eram maiores que as de vegetação nativa. Dessa forma, era necessário regularizar essas terras públicas para que pudessem ser preservadas por seus proprietários e com o aval legal e institucional do Estado. Conforme as falas do presidente da Aiba Walter Horita, do secretário estadual de Meio Ambiente da Bahia Eugênio Spengler e do deputado estadual Eduardo Salles, respectivamente:

Queremos que dentro de alguns anos toda a produção agrícola do Oeste da Bahia possa ser oriunda de áreas regularizadas do ponto de vista ambiental. (...) Todo produtor entende a necessidade de preservar o meio ambiente, pois disso depende a perpetuação de sua atividade a longo prazo. Por isso, ninguém aceita ser tratado como depredador e bandido (Walter Horita) (AIBA, 2010d, grifo nosso).

Não podemos pensar políticas ambientais sem pensar em políticas de produção de alimentos. (...) Precisamos entender que o produtor é capaz de apresentar um projeto de regularização correto quando ele tem o apoio dos órgãos ambientais. (Eugenio Spengler) (AIBA, 2010d, grifo nosso).

O Governo admite que não teve condições de evoluir no atendimento aos pedidos de licenças e autorizações ambientais no mesmo ritmo em que se deu o desenvolvimento da agricultura no Oeste da Bahia, e **este Plano ajuda a quitar este débito e a resgatar a imagem do produtor rural da região, que contribui enormemente para a geração de riquezas no estado** (Eduardo Salles) (AIBA, 2010d, grifo nosso).

O alinhamento de práticas discursivas entre o agronegócio e o Estado da Bahia (em seus poderes executivo e legislativo) possibilitou uma recomposição da demanda de que era necessário melhorar a imagem do agronegócio diante da sociedade, sobretudo a urbana, no sentido de afirmar que este é quem mais se preocupa com a preservação do meio ambiente, já que atua dentro de parâmetros legais, mas que vinha sendo injustamente vilanizado.

⁶³ Convém ressaltar que Roberto Muniz é um dos principais quadros políticos em defesa da privatização das águas. Entre os anos de 2001 e 2002, já havia assumido a Secretaria do Trabalho e Ação Social da Bahia no governo de César Borges. Esteve como secretário da Seagri no período de 2008 a 2010, quando se elegeu primeiro suplente do senador Walter Pinheiro. Antes de assumir mandato como Senador da República após afastamento de Pinheiro, que assumiu a Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 2014, Roberto Muniz atuou como Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON). Apesar de declarar seu voto contra o *impeachment* da Presidenta Dilma, Diniz votou a favor da PEC do Teto de Gastos Públicos em dezembro 2016 e, em julho de 2017, votou a favor da reforma trabalhista.

⁶⁴ Sem nos ater à discussão teórica sobre o conceito de grilagem, é válido retomar a noção de grilagem proposta por Benatti (2009), que consiste na privatização ilegal de terras públicas denotando uma ação ilegal (que pode consistir em atos ilegais ou atos irregulares) praticada por particulares, a fim de se apropriarem das terras públicas (BENATTI, 2009, p. 19).

Essa narrativa conformou no reordenamento da demanda pela flexibilização da legislação ambiental – tanto a nível estadual como nacional – cujo principal instrumento para a sua viabilização seria a reformulação do Código Florestal Brasileiro (CFB) de 1965. Desde o final da década de 1990, a reformulação do CFB já pautava o rol de reivindicações de representações de classe do setor a nível nacional, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a própria bancada ruralista no Congresso Nacional, representada pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), que concretizou a demanda com a apresentação do Projeto de Lei Nº 1.876/1999 de autoria do então Deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO).

Quando se celebrava os 20 anos da Aiba, em junho de 2010, a afirmação de que era preciso fazer o uso racional da água para assegurar a sustentabilidade dos investimentos agrícolas na região pautou a narrativa das comemorações. Utilizando-se de um tom emocional, o passado árduo é trazido para o presente com a intenção de reforçar o pioneirismo daqueles que desbravaram a fronteira agrícola, inóspita, e que serviu como ponto de partida para a salvação do país.

Moviam-lhes a esperança de dias melhores para o Brasil e a certeza de que o Oeste era a nova fronteira agrícola nacional. Para isso, **precisavam garantir que o maior patrimônio desta terra, os recursos hídricos, seriam administrados racionalmente e protegidos**, assegurando vida longa aos investimentos agrícolas da região que despontava para o mundo. (AIBA, 2010e, grifo nosso)

Em julho de 2011, a ampliação da irrigação na área delimitada pela Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tratou de ser prometida pelo governo federal durante a cerimônia de abertura da 22ª Feira Nacional da Agricultura Irrigada (FENAGRI), realizada na cidade baiana de Juazeiro. Com a presença do então governador Jaques Wagner, dos ministros do Desenvolvimento Agrário Afonso Florence, da Integração Nacional Fernando Bezerra Coelho e do presidente da Codevasf Clementino Coelho, foi anunciada a priorização de ampliação da irrigação no estado da Bahia, por meio do Novo Programa de Irrigação do Semiárido Brasileiro, constante no recém-criado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pela primeira vez, a Aiba participou do evento com um estande da entidade, além de empregar um representante como Delegado Regional da Codevasf. O trecho abaixo, da fala do então presidente da Companhia, ilustra a projeção da ampliação da irrigação no estado da Bahia para o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff:

Se é verdade que enfrentamos muitos **problemas na agricultura irrigada, com áreas ociosas, problemas de drenagem, falta de tecnologia, financiamento e acesso aos mercados externos, por outro lado, há 50 anos, com o nascimento da Sudene**. (...) A meta para o final dos quatro anos de mandato da presidente Dilma é implantar e colocar em início de operação mais 70 mil hectares irrigados no território baiano. É mais que o que a Codevasf tem hoje em perímetros irrigados no estado da Bahia. (AIBA, 2011h, grifo nosso)

Na ocasião, a Aiba reivindicou a criação de uma superintendência da Codevasf na região Oeste, com a justificativa de que só havia sido possível desenvolver a região devido à atuação do agronegócio e da iniciativa privada, sendo necessário haver uma representação do setor em nível federal para gerar emprego e renda, bem como reduzir os efeitos econômicos e sociais de secas e inundações e otimizar a preservação dos recursos naturais.

Visando dobrar a área irrigada na região, de 150 mil para 300 mil hectares, no mês de outubro, a Aiba apresentou ao ministro da Integração Nacional a criação de um Programa de Maximização dos Recursos Hídricos X Energia Elétrica, com a criação de uma Outorga Móvel Sazonal em áreas com menor precipitação pluviométrica para um período de nove

meses por ano. Segundo o presidente da Aiba Sérgio Pitt, com essa medida seria possível “aproveitar o excedente de água que simplesmente seguia seu curso, sem chance de ser parcialmente utilizado na produção” (AIBA, 2011).

Quando o setor do agronegócio se articulava nacionalmente para aprovação do Novo Código Florestal, em março de 2012, a Aiba passou a integrar o Grupo de Trabalho de Licenciamento Ambiental e Outorga para Agricultura Irrigada no âmbito da Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) do Ministério da Integração Nacional, um espaço estratégico para apresentar propostas e soluções com vistas a incrementar a agricultura irrigada no país. O assento nesse Grupo de Trabalho consistiu numa oportunidade discursiva de aglutinar à demanda de flexibilização das legislações ambientais a ampliação de outorgas, por meio da autorização de outorga sazonal e da proposta de ampliação do horário reservado para a irrigação. Para justificar a demanda de dobrar a área irrigada no Cerrado baiano, se alegava que a água é um recurso renovável e que somente a chuva é que garantiria essa disponibilidade.

Dessa forma, como veremos a seguir, a demanda pela alteração da legislação ambiental vigente seria o que agregaria todas as demandas em torno de uma só, como a descentralização das ações de licenciamento e fiscalização ambiental para órgãos estaduais, a flexibilização de aparatos legais para liberação de agrotóxicos, a anistia de multas ambientais e a regularização fundiária de terras públicas, o fim da PEC do Trabalho Escravo, entre outras que fossem consideradas como entraves à manutenção da ordem hegemônica do bloco dos baiúchos.

2.2. A Proposta de Criação do Estado de São Francisco e o Sonho de Emancipação dos Municípios de Rosário e Roda Velha

O histórico de “conquistas, credibilidade e orgulho” era comemorado pelos recordes na produção e na produtividade de soja e milho, impulsionando na região a retomada movimentos emancipacionistas, como a proposta de criação de uma unidade político-administrativa autônoma no oeste da Bahia: o estado do São Francisco, e o município de Vila do Rosário, pertencente ao município de Correntina.

Em agosto de 2011, o então deputado federal, um dos idealizadores da criação de Luís Eduardo Magalhães e ex-prefeito deste município, Oziel Oliveira (PDT-BA), apresentou o Projeto de Decreto Legislativo PDC 355/2011, propondo a realização de um plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco que abrangeria 35 municípios, totalizando uma área de aproximadamente 173.000 km², com uma população aproximada de um milhão de habitantes. A justificativa apontada pelo deputado era a distância entre os governantes e a população, que se via prejudicada e desassistida em suas necessidades mais básicas, impedida de se desenvolver e assim contribuir muito mais com o crescimento do País (JORNAL GRANDE BAHIA, 2011). Ademais, segundo o Projeto de Decreto:

O futuro estado, dentre tantas riquezas naturais, tem o privilégio de ser banhado pelas bacias do Rio Preto, Rio Corrente, Rio grande, que fazem parte da Bacia do Rio São Francisco (...). Com uma área total de 16,2 milhões de hectares, o novo estado terá como principal bioma o cerrado, ocupando aproximadamente 9,1 milhões de hectares, dos quais 1,9 já se destinam às áreas de Reserva Legal e 1,7 milhões às áreas de Preservação Permanente. (...) o novo estado contará com mais de 5,5 milhões de hectares com possibilidade de uso agrícola (...), com receita dentro da porteira estimada em R\$ 6,3 bilhões e na cadeia do agronegócio em R\$ 13,4 bilhões. A pujança do agronegócio nas últimas três décadas vem atraindo investimentos de empresas nacionais e internacionais para a região, mostrando que o oeste ainda possui uma grande capacidade de desenvolvimento econômico e social (O. OLIVEIRA, 2011, grifos nossos).

Sobre isso, cabe apontar a criação da União dos Municípios do Oeste Baiano – UMOB, em 2004, e que já teve como coordenador de desenvolvimento e articulação regional o ex-presidente da Aiba Sérgio Pitt. Sica (2019, p. 95) argumenta que a atuação da UMOB, após a aprovação do plebiscito para a criação dos Estados de Tapajós e Carajás no Pará, em 2011, foi vital para que novas lideranças passassem a se articular no Congresso Nacional, intensificando as manifestações pela criação do Estado do Rio São Francisco.

Esse mesmo movimento emancipacionista no contexto da dinâmica dos fluxos econômicos e sociais estimulados pela produção de grãos regional, justificado pela falta de compromisso por parte da "corte burocrática situada no litoral" com a região do Além São Francisco, já era uma realidade em nível municipal. Em 2006, o STF havia decidido uma Ação Cível Originária em favor do Estado de Goiás no litígio que envolvia o chamado de distrito de Rosário, entre os Municípios de Posse/GO e Correntina/BA, quando a região Oeste da Bahia perdeu cerca de 100 mil hectares de terras, mensurados pela Aiba em valores em torno de R\$ 1 bilhão se plantados com soja, milho e algodão. (Ibidem, p. 93)

Desde então, vem crescendo o movimento geopolítico liderado por empresários locais, principalmente ligados ao agronegócio, que pleiteia pela emancipação de territórios economicamente estratégicos, como os distritos⁶⁵ de Rosário, em Correntina, conhecido com o “Portal do Matopiba”⁶⁶ e situado no interflúvio entre os rios Correntina e Arrojado, indo das cabeceiras até seus cursos médios (BARBOSA, 2015), e de Roda Velha, em São Desidério, localizada no cruzamento da BR-020 com a FIOL. Se por um lado o então governador Jaques Wagner se manifestou contrário ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado por Oziel Oliveira em 2011 (Ibidem), sete anos depois, Rui Costa assinou a Carta Apoio à Emancipação do Rosário, apresentado pela Associação de Moradores e Agricultores do Rosário (Amprovir) e integrantes da comissão de emancipação do Movimento Rosário Independente. Segundo o então governador, Rosário é autossuficiente e produz a própria riqueza, sendo reconhecido nacionalmente como um dos mais desenvolvidos polos do agronegócio do Brasil (AGRO EM DIA, 2018).

Além disso, desde a legalização do Loteamento Urbano Cidade Treviso (com área de um milhão de m²), em 2007, e do Loteamento Primavera do Oeste (990 mil m²), em 2009, ambos localizados na margem direita da BR-020 pelo então e atual prefeito de Correntina Nilson Maguila, a especulação imobiliária e turística na Vila do Rosário vem se intensificando nos últimos anos. Como exemplo, está o parque aquático Aldeia Praia Park (ocupando uma área de 120 mil m²), do empresário e ex-prefeito de Ituverava/SP Walter Gama Terra Jr., e que foi inaugurado em 2023 com investimento inicial previsto de R\$ 160 milhões. Destaca-se, ainda, a realização da feira AgroRosário, que vem sendo realizada anualmente desde 2013.

Contudo, a fim de acrescentar elementos para a nossa análise do discurso do bloco dos baiúchos, achamos relevante mencionar parte das conclusões de um estudo realizado em 2011 por um pesquisador da Universidade de Brasília, que à época de sua publicação, foi utilizado pela mídia local da região Oeste como justificativa para emancipação dos dois distritos. Segundo o jornal Gazeta do Oeste, o estudo apontava que “as duas cidades iriam surgir em breve graças ao desenvolvimento agrícola do oeste baiano” (JORNAL GAZETA DO OESTE, 2011).

⁶⁵ É válido destacar que nem a Vila do Rosário e nem Roda Velha não se constituem legalmente como distritos municipais. O termo distrito vem sendo apropriado pelo bloco dos baiúchos como estratégia discursiva de legitimar a necessidade da sua emancipação.

⁶⁶ Desde a instalação do agronegócio na região, na década de 1980, a área plantada de soja no distrito de Rosário havia aumentado mais de 10 vezes, chegando a 371 mil hectares em 2011. Em 2022, já respondia por 15% da safra total de grãos e algodão do estado da Bahia. (ABAPA, 2023).

Na realidade, a pesquisa buscava compreender os peculiares processos de surgimento de cidades resultante do avanço da fronteira econômica na hinterlândia brasileira nos domínios da paisagem do Cerrado a partir dos povoados de Vila Rosário em Correntina e Roda Velha de Cima, em São Desidério. Como um dos resultados da pesquisa, Barcellos (2011) verificou um grande desequilíbrio de situações, em que se destaca uma produção agrícola organizada com uso intensivo de tecnologias, apoiada por cidades e povoados pouco organizados e sem infraestrutura urbana. Segundo o autor, tal como se passou com o povoado que se transformaria na atual cidade de LEM depois de sua separação de Barreiras, essa situação faz com que os poderes públicos dos municípios parecessem ignorar o surgimento e as precárias condições em que esses povoados crescem, embora a própria existência destes prenuncie um desenvolvimento cujos benefícios se estendem pela região (BARCELLOS, 2011, p. 244).

Entretanto, o autor argumenta que a futura transformação do povoado de Vila Rosário e do povoado de Roda Velha em cidade aparentava ser inevitável, ainda que fosse difícil fazer previsões sobre os processos políticos necessários à emancipação municipal, mas, em ambos os casos, os processos econômicos e sociais pareciam determinantes (Ibidem). Da mesma forma, Bianca Suzy dos Santos (2020, p.111) também aponta que possivelmente a construção de loteamentos e do parque aquático em Vila do Rosário poderiam se constituir em etapas indispensáveis para a criação das condições materiais para maior povoamento e, conseqüentemente, para sua emancipação.

2.3. As Estratégias Discursivas para Aprovação do Novo Código Florestal

Na arena de discussões e apontamento de demandas que antecederam a aprovação do Novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, em maio de 2012, especificamente para o agronegócio da Bahia, a demanda central residia na exclusão dos biomas Cerrado e Caatinga da moratória florestal, prevista no Artigo 47 da proposta inicial de alteração do Código Florestal Brasileiro, que determinava a proibição de abertura de novas áreas em todos os biomas brasileiros por um período de cinco anos.

A retirada do Cerrado e a Caatinga do Projeto de Lei se tornou uma das principais bandeiras de mobilização do setor no percurso de aprovação do Novo Código Florestal, com a justificativa de que a proibição de abertura de novas áreas de mata nativa por cinco anos “prejudicaria gravemente a economia baiana, e traria consequências sociais e ambientais danosas, como o aumento do desemprego, a diminuição da produção de alimentos e o risco de desmatamentos ilegais”. O argumento era de que a inclusão do Cerrado e Caatinga na moratória era injusta, uma vez que o Artigo 47 trazia mais vantagens para os estados do Sul e Sudeste e alguns do Centro Oeste, que não possuíam mais terras disponíveis para desmatar e a nova lei anistiará seus passivos ambientais (AIBA, 2011d, p. 2, 2012)

O cerrado baiano é uma das mais novas e promissoras fronteiras agrícolas brasileiras(...). **Mas, as entidades alertam para o risco que a medida de modo geral representa para o futuro do país**, dentre os quais, a perda de uma oportunidade de o Brasil se firmar como o grande abastecedor de alimentos mundial, para atender à demanda crescente da população, além dos riscos de desmatamentos ilegais, dentre outros. (AGROLINK, 2011, grifo nosso).

Nos trechos a seguir, vemos a fala do então deputado federal Oziel Oliveira que também estava como vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente na Câmara dos Deputados:

Pedi ao relator essa a mudança por entender que o texto afetará diretamente o desenvolvimento econômico do oeste da Bahia e que a moratória para supressão de florestas nativas poderá, entre outras consequências, causar danos sociais, como o aumento do desemprego no campo. (AIBA, 2011d, p.3)

Já o secretário de agricultura da Bahia Eduardo Salles fazia *lobby* em eventos do agronegócio que contavam com a presença de Aldo Rebelo, como a abertura do Agrocafé, ocasião em que entregou ao relator do projeto de lei manifesto dos produtores, redigido e assinado pela Aiba, que também tinha a assinatura da Federação da Agricultura da Bahia (FAEB) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), pedindo a exclusão do cerrado e da caatinga do Nordeste da Moratória Florestal. Segundo a Aiba: “em alto e bom som, Rebelo garantiu ser justa a causa baiana e prometeu avaliar com cuidado o pedido” (AIBA, 2011). ANO 17 Nº 188 Abr/11, p.6-7)

Concomitantemente às pressões para a alteração do Código Florestal Brasileiro, o bloco dos baiúchos se articulava para aprovar o Projeto de Lei estadual Nº 19.552/2011, encaminhado para a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) pelo secretário de Meio Ambiente Eugênio Spengler. Em consonância com as propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro, o projeto de lei buscava modificar a legislação ambiental estadual com a justificativa de que era preciso “modernizar a gestão ambiental e de recursos hídricos na Bahia, a fim de garantir mais qualidade e agilidade nos processos, visando o desenvolvimento sustentável”.

Na realidade, assim como o Novo Código Florestal, essa alteração na lei ambiental estadual tinha como propósito central regularizar a compensação de áreas de Reserva Legal em terras situadas fora do local onde estava registrada a propriedade rural. A fala abaixo, do presidente da Aiba Sérgio Pitt, evidencia essa estratégia, a partir do pretexto de que a proposta iria possibilitar a “formação de corredores de biodiversidade”:

Quem tem a chance de sobrevoar regiões como o cerrado baiano vai constatar que boa parte das Reservas Legais estão ilhadas, sem qualquer conexão com as outras ou com APPs, em extensões de terra muito vastas. **A eficácia deste modelo atual é questionável. Pode valer muito mais a pena para o produtor que quer se regularizar, mas não tem mais área disponível em sua fazenda, compensar fora da propriedade**, em um projeto integrado, em que as reservas fiquem contíguas às APPs, criando um complexo de conservação (AIBA, 2011k, p.4, grifo nosso).

Não demorou muito para que o Projeto de Lei Nº 19.552/2011 fosse aprovado pela ALBA, em dezembro de 2011, mesmo diante de contestações e questionamentos de ambientalistas e comunidades tradicionais que, um mês antes da aprovação da nova lei ambiental estadual, haviam entregado um ofício à Comissão de Meio Ambiente da ALBA questionando a falta de abertura para participação da sociedade civil na discussão da Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos⁶⁷.

A aprovação da nova lei estadual foi comemorada pelo bloco dos baiúchos, que também festejava a sanção da Lei Complementar Nº 140/2011, pela presidenta Dilma Rousseff, ao retirar do Ibama a competência de autuar crimes ambientais quando o licenciamento ambiental era de responsabilidade de estados e municípios:

⁶⁷ O ponto central da denúncia referia-se à modificação da natureza do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, órgão superior ao Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), que reduzia a competência original do Conselho de acompanhar e avaliar a execução da política estadual de meio ambiente. O licenciamento ambiental já havia sido retirado das atribuições do Conselho em legislação anterior (Lei nº 12.212) sem haver uma discussão participativa que envolvesse segmentos socioambientais no processo de construção da nova política estadual de meio ambiente. Em suma, argumentava-se que a nova política estadual propunha a diminuição do controle social na co-gestão ambiental no estado da Bahia. (ECODEBATE, 2011)

Com esta lei, o Estado da Bahia marca definitivamente sua trajetória rumo ao desenvolvimento ambiental, social e econômico. **O projeto, amplamente discutido com a sociedade civil e os diversos setores econômicos, sistematiza os processos, aumentando a capacidade operacional do estado, tanto na análise dos licenciamentos, como também nas ações de fiscalização, permitindo tanto ao Poder Público, quanto aos empreendedores, planejar, respectivamente, as políticas públicas e investimentos, em bases jurídicas seguras e de longo prazo.** (...) Outra conquista importante do setor produtivo foi a sanção (...) da Lei Complementar nº 140, em 08 de dezembro de 2011. (AIBA, 2011, p. 8, grifo nosso)

Enquanto a revisão do Código Florestal Brasileiro avançava no Congresso Nacional, mudanças nas políticas ambientais de outros estados também já eram realidade. Assim como na Bahia, a flexibilização – ou até mesmo a dispensa do licenciamento, consistia no ponto central das alterações na legislação ambiental em âmbito federativo⁶⁸ (AIBA, 2012a, p. 8).



Figura 2 - Aldo Rebelo, Geovani Cherini, Oziel Oliveira, André Lima e Raul Valle em Audiência Pública sobre alteração no Código Florestal, na Câmara dos Deputados, em abril de 2011

Fonte: Acervo Aiba, 2011.

E a Aiba continuava comemorando as vitórias rumo à garantia da demanda substancial que, naquele momento, consistia na tão almejada segurança jurídica para desmatar e incorporar novas áreas regularizadas, além de apropriar-se das águas por meio da concessão de outorgas emitidas pelo Estado. Pouco antes da aprovação do Novo Código Florestal, a publicação da Portaria 2.295/2012 pela Secretaria de Meio Ambiente foi, segundo a própria entidade, “a peça jurídica que faltava” no marco legal que redefinia a nova política estadual ambiental. Essa normativa extinguiu a exigência de recuperação e compensação para os produtores que haviam cometido crime de desmatamento ilegal.

Outra conquista foi o perdão das dívidas acumuladas e a devolução aos associados da Aiba do valor pago nos últimos dez anos relativo ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), tributo que custeava parte da aposentadoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ressalte-se que o processo de regularização ambiental já vinha sendo implementado no estado da Bahia por meio do cadastramento das propriedades consubstanciado no Plano

⁶⁸ Um dia após a nova lei ambiental baiana ser aprovada, o governo de São Paulo assinou Resolução Conjunta que dispensava atividades agrícolas de pequeno potencial poluidor de licenciamento ambiental, bastando apenas apresentar uma declaração de conformidade da atividade agropecuária, desde que não intervisse em APPs e RLs ou em supressão de vegetação nativa, o que para a Aiba, representava uma tendência, com o entendimento que é preciso simplificar os trâmites burocráticos, viabilizando a implantação dos empreendimentos.

Oeste Sustentável. O exemplo da Bahia se destacava a nível nacional, uma vez que o plano serviu como referência para a construção de demais instrumentos de regulação que norteariam a legislação ambiental em outros estados e a nível nacional, a exemplo do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), cujo desenho foi a base para a formulação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto pelo Novo Código Florestal. Também serviu de base para a implantação do programa federal de regularização ambiental dos imóveis rurais (Programa Mais Alimentos), instituído via decreto presidencial no ano de 2009 pelo presidente Lula. (AIBA, 2011l, p. 8)

Com o Novo Código Florestal, a afirmação de que é possível conciliar o agronegócio com o meio ambiente passaria a ser cada vez mais o ponto nodal das estratégias de convencimento que buscavam criar um senso comum da ideia de que “o agro é o maior aliado do meio ambiente”. Se antes o agronegócio era a solução para o problema da fome, da miséria e da falta de vestuário ocasionadas pelas crises econômica e alimentar, agora assumiria também o papel de “prestador de serviços ambientais”.

2.4. Novo Código Florestal: Lei da Água, Lei da Anistia

O Código Florestal Brasileiro é um instrumento de afirmação do interesse público de preservação das florestas nativas dentro das propriedades privadas. O primeiro Código Florestal do país surgiu em 1934, em meio à forte expansão cafeeira que ocorria à época, sobretudo na região Sudeste. As florestas sofriam com o avanço das plantações, sendo empurradas para cada vez mais longe das cidades, o que dificultava e encarecia o transporte de lenha e carvão, insumos energéticos de grande importância nessa época. (O ECO, 2014)

Buscando enfrentar os efeitos sociais e políticos negativos causados pelo aumento do preço e eventual falta da lenha e carvão e garantir a continuidade do seu fornecimento, em 23 de janeiro de 1934, Getúlio Vargas assinou o Decreto 23.793/1934, que obrigava os proprietários de terras a manterem a chamada “quarta parte” (25%) da área de seus imóveis com a cobertura de mata original. O primeiro Código Florestal Brasileiro introduziu ainda o conceito de florestas protetoras, a fim de garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco (encostas íngremes e dunas), muito embora não previsse as distâncias mínimas para a proteção dessas áreas. Foi esse conceito que deu origem às Áreas de Preservação Permanente (APPs). Com a chegada de novos combustíveis e fontes de energia, a lenha passou a ter menos importância na economia, ao passo que crescia a consciência do papel do meio ambiente e das florestas, e de sua função em propriedades privadas. (Ibidem)

Nesse contexto, surgiu o Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/65), em que são firmados os conceitos de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs). Com isso, a “quarta parte” dos imóveis rurais se transformou na Reserva Legal, com o objetivo de preservar os diferentes biomas, e as APPs passaram a ser definidas com distâncias mínimas e orientação sobre qual parte das terras deveria ser protegida. O Código Florestal de 1965 estabelece, entre outros pontos, limitações ao direito de propriedade no que se refere ao uso e exploração do solo e das florestas e demais formas de vegetação. (Ibidem)

A partir de 1996 o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias, com destaque para a Lei de Crimes Ambientais (lei n.º 9.605/98), que permitiu a aplicação de pesadas multas pelos órgãos de fiscalização ambiental, além de criar novas infrações. Entretanto, desde então, entidades de classe representantes dos grandes proprietários rurais passaram a exercer uma forte e continuada pressão pela flexibilização do Código Florestal de 1965, cujas discussões da proposta de reforma da lei tramitaram por 12 anos na Câmara dos Deputados, até a promulgação da nova lei, em 2012. (Ibidem)

Promulgado em 25 de maio de 2012 e alterado em outubro do mesmo ano pela Lei 12.727/2012, o Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) modificou de forma significativa os

parâmetros de proteção das águas, com destaque para as APPs e de RLs, que foram drasticamente reduzidas com a nova lei. A definição das APPs não sofreu alteração, mantendo-se como áreas essenciais para preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012). As APPs são tratadas em capítulo específico (Capítulo II), e são consideradas áreas naturais intocáveis, nas quais a intervenção para desmatamento e exploração econômica só são permitidas nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

É importante ressaltar que as APPs têm papel central na proteção das águas, tanto superficiais como subterrâneas, já que se destinam a preservar os solos e as matas ciliares, cumprindo a função de proteger os rios e reservatórios de assoreamentos e garantir o abastecimento de aquíferos. Os limites das APPs às margens dos cursos d'água variam entre 30 e 500 metros, a depender da largura de cada curso. Embora a nova lei tenha mantido as mesmas distâncias estabelecidas pela Lei 4771/1965, o início dessa medida passou a ser determinado a partir da calha regular dos rios, ou seja: o canal por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano, e não mais a partir do leito maior, que consiste na largura do rio, considerando o seu nível mais alto alcançado por ocasião da época das cheias.

Dessa forma, a nova lei significou uma efetiva redução dos limites das APPs às margens dos cursos d'água, ao ignorar o caráter sazonal dos rios em função da variação do regime fluvial ao longo do ano. Além disso, adotou o termo “perene” para as nascentes a serem protegidas, ignorando também as nascentes intermitentes – aquelas de onde jorram as águas em determinados períodos do ano (SOARES, 2021, p. 27).

Cabe destacar a atenção do NCF dada às Veredas, que foi conceitualizada e considerada como APPs. Na nova lei, o conceito de Vereda foi definido como “fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* – buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas”. O NCF passou a considerar como APP a “faixa marginal da Vereda, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado” (BRASIL, 2012).

No que se refere à Reserva Legal, houve uma alteração significativa na sua definição, em que se incorporou na sua função o termo “uso econômico”, passando a vigorar como “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;” (BRASIL, 2012). Nesse sentido, Soares (2021) destaca que, diferentemente das APPs, a RL passou a ser considerada como uma fonte de renda, já que nela é permitida “a extração de madeiras, essências, mel, além da prática de outras atividades que não comprometam a sobrevivência das espécies nativas que essas áreas abrigam”.

Um dos pontos contestáveis com relação à RL foi a possibilidade de incorporação da APP no cômputo da Reserva Legal de todas as propriedades. No antigo Código Florestal Brasileiro de 1965, o cômputo das APPs no cálculo da RL era permitido somente a pequenos produtores em casos específicos e, com a nova lei, o cálculo pode ser utilizado por qualquer imóvel desde que não implique no desmatamento de novas áreas (SILVA et al, 2011 apud SOARES, 2015). Além disso, na lei anterior, a área de RL deveria ser averbada em conjunto com a matrícula do imóvel em cartório competente, sendo a sua alteração vedada em qualquer circunstância. Com a Lei 12.651/2012, essa obrigação foi extinta, passando a ser necessário apenas o registro no órgão ambiental, por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em outras palavras, compete aos próprios proprietários declarar no CAR, ou cadastro

afim, os limites e a localização da fração de terra da propriedade rural que deve ser preservada com vegetação nativa.

É válido destacar outro elemento central na redução das áreas de RL que a nova lei consagrou, que foi o perdão a desmatadores de áreas que haviam sido desmatadas ilegalmente até a data de 22 de julho de 2008, desobrigando-os de recuperarem as RLs e APPs desmatadas ilegalmente até essa data.⁶⁹ A justificativa para a anistia a desmatadores foi a criação, pela nova lei, do termo “área rural consolidada”, definido como “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio”. Cabe ressaltar que essas atividades são permitidas até mesmo em áreas de nascentes, sendo obrigatória a proteção em um raio de apenas 5, 8 ou 15 metros (BRASIL, 2012).

Além disso, a legislação anterior previa que todos os imóveis rurais deveriam manter entre 20% e 80% de vegetação nativa a título de Reserva Legal, e no caso de serem desmatadas, essas áreas deveriam ser recuperadas integralmente e com a mesma vegetação original. Com o Novo Código Florestal, definiu-se que todos os imóveis com menos de quatro módulos fiscais⁷⁰ até 22 de julho de 2008 estão dispensados de sua recuperação, já que a Reserva Legal passou a se constituir pela área nativa existente a partir dessa data. Segundo Soares Filho (2014), essa situação correspondia a 90% dos imóveis rurais brasileiros.

Com a nova lei, as porcentagens de RL para cada bioma mantiveram-se as mesmas, permanecendo 80% na Amazônia, 35% no Cerrado localizado na Amazônia Legal, 20% nos campos gerais da Amazônia Legal e 20% nos demais biomas (Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa). Porém, no caso dos imóveis rurais com mais de quatro módulos fiscais e que tivessem desmatado sua Reserva Legal antes de 22 de julho de 2008, caso o desmatamento tenha sido realizado de acordo com a legislação da época, a RL seria constituída com o percentual exigido pela legislação vigente.

Como exemplo, considerando que em 1999 o percentual de uma RL de uma propriedade com área maior do que quatro módulos fiscais localizada no Cerrado era de 20%, no caso de o proprietário ter desmatado 80% da propriedade em 1999, mesmo que em 2015 a Reserva Legal da região fosse de 35%, essa propriedade teria que manter somente 20% de Reserva Legal, visto que na época do desmatamento era esse o percentual estabelecido. Caso o desmatamento tenha sido realizado em desacordo com a legislação da época, ainda assim o proprietário pode se regularizar, desde que tenha desmatado a sua RL até 22 de julho de 2008. Nesse caso, ele pode optar por três alternativas para a regularização: recompor a Reserva Legal, permitir a regeneração natural ou compensar em outra propriedade.⁷¹

⁶⁹ Segundo Sauer e França (2012) a razão principal reside no fato de que o dia 28 de julho de 2008 foi a data da promulgação do Decreto 6.514 que, ao substituir o Decreto 3.179/99, regulamentou a lei de crimes ambientais (Lei 9.605/98), passando a considerar crime ambiental a não averbação da Reserva Legal (artigo 55). A obrigação de se averbar a Reserva Legal em cartório foi estabelecida em 1989 (Lei 7.803/89), e a obrigação de se manter Reserva Legal na propriedade, desde 1934. Nesse sentido, a falta de averbação ter sido considerada crime ambiental pelo Decreto 6.514 justificou a adoção da data de sua promulgação como o marco temporal para caracterização de área rural consolidada, apesar de a obrigatoriedade de preservar a Reserva Legal já existir bem antes. (SAUER e FRANÇA, 2012 apud M. A. OLIVEIRA, 2015, p.25).

⁷⁰ Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Trata-se de uma unidade de medida agrária determinada pelo INCRA para cada município, expressa em hectares, e que leva em conta, entre outros elementos, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante e o conceito de propriedade familiar. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, e o seu valor varia entre 5 a 110 hectares. Em síntese, o módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. (O ECO, 2013)

⁷¹ A regeneração natural não possui uma metodologia especificada na lei. Já a recomposição deve ser realizada em até 20 anos, sendo que a cada dois anos devem ser recuperados 1/10 da área. É permitido que até 50% da área seja recuperada com espécies exóticas combinadas com espécies nativas de ocorrência regional, assegurada

No que se refere à compensação, o NCF prevê quatro opções para compensação de RLs em situação irregular, desde que a propriedade esteja inscrita no CAR⁷², entre as quais está o cadastramento de outra área equivalente desde que localizada no mesmo bioma. Com relação a esta opção, antes da nova lei, as RLs deveriam ser compensadas por outra área equivalente desde que pertencessem ao mesmo ecossistema e estivessem localizadas na mesma microbacia hidrográfica. Com o NCF, a compensação passou a ser permitida em toda a extensão de um mesmo bioma, o que significa que uma fazenda pode cadastrar a RL em áreas muito distantes da sua sede, ou seja: uma propriedade desmatada no Cerrado localizada no interior de São Paulo poderá ter sua RL alocada no Sul do Maranhão. Portanto, a nova legislação flexibiliza tanto os critérios para escolha da área como o marco temporal do desmatamento da RL (G. OLIVEIRA, 2015).

A criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), pelo artigo 29 da lei 12.651/2012, para integrar as informações ambientais das propriedades rurais é também um ponto central da nova legislação, já que o CAR é o instrumento que permite a regularização das áreas de Reservas Legais e autorizações de desmatamento em áreas de vegetação nativa, bem como o acesso a políticas públicas e programas governamentais.

Com relação à regularização ambiental, na nova lei, se determina que cada unidade da federação deverá criar o seu Programa de Regularização Ambiental (PRA), sendo que um dos pré-requisitos para adesão ao PRA é a sua inscrição no CAR. Ao aderir ao programa, o proprietário assina um termo de compromisso aceitando a obrigação de recompor os seus passivos ambientais, estando as possíveis multas suspensas durante o período de vigência do programa. Se o acordo for cumprido com as áreas degradadas devidamente regeneradas, as multas são anistiadas. Ainda, os órgãos ambientais estaduais somente concederão autorização para supressão de vegetação se a propriedade estiver inserida no referido cadastro. Além disso, as instituições financeiras só poderão conceder crédito agrícola para os imóveis inscritos no CAR após cinco anos da data da publicação da Lei 12.651/2012. (ALBUQUERQUE, 2015)

Em síntese, o Novo Código Florestal autorizou que todo e qualquer desmatamento na RL cometido antes de 22 de julho de 2008 pudesse ser regularizado, o que outorgou à nova legislação o apelido de “Lei da Anistia”. Ou seja: além da não obrigação de recuperar integralmente os danos ambientais decorrentes do crime ambiental cometido, a Lei da Anistia ainda perdoa todas as multas já arbitradas aos produtores que aderirem ao PRA, o que, mais uma vez, premia aqueles que descumpriram as normas vigentes e reduziu ainda mais a proteção ambiental do país. (ANTUNES, 2014 apud SOARES, 2021, p.34)

Por fim, outro ponto central do Novo Código Florestal que merece destaque é o fato de a nova lei possibilitar a transferência de licenciamentos ambientais para as esferas estadual e municipal, mais suscetíveis a pressões políticas e econômicas, permitindo ainda a estados e municípios o planejamento e a implementação de medidas de compatibilização entre proteção ambiental e produção agropecuária (SOARES, 2021, p.39).

2.5. A Água Como Ponto de Partida Para o Novo Modelo de Regularização Ambiental

a exploração econômica destas espécies. Entretanto, a nova lei não estabelece uma composição mínima de espécies nativas ou máxima de exóticas.

⁷² As outras três opções são: por meio da aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (uma espécie de crédito que pode ser negociado no mercado); arrendamento de terras sob o regime de Servidão Ambiental ou Reserva Legal; e pela doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação pendente de regularização fundiária, denominada de desoneração de Reserva Legal (LEUZINGER E CUREAU, 2013, apud ALBUQUERQUE, 2015, p.16).

No que se refere ao tema da água, com a alteração das legislações ambientais estaduais e com o Novo Código Florestal Brasileiro, observa-se que representantes do agronegócio, especialmente a Aiba, passaram a se empenhar em pautar as políticas de irrigação em fóruns de políticas públicas (FOUILLEUX, 2011; JOBERT e MULLER, 1987), no sentido de orientar e institucionalizar os interesses do bloco dos baiúchos em âmbito nacional, conforme veremos a seguir.

Quatro anos antes da aprovação do NCF, ainda que sem ocupar lugar central nos discursos, a água já aparecia como elemento articulador das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos, que já pautava os temas da cobrança da água e da disponibilidade hídrica subterrânea, bem como organizava a sua representação nos recém-constituídos Comitês de Bacias Hidrográficas da região e no Conselhos Estadual e Nacional de Recursos Hídricos.

Além disso, setor já organizava sua atuação nos recém-constituídos Comitês de Bacias Hidrográficas da região e nos Conselhos Estadual e Nacional de Recursos Hídricos, uma vez que o uso da água para irrigação era pauta de discussão sobre a cobrança da água captada nas sub-bacias do rio São Francisco, estabelecida pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 de 1997), mas que ainda não havia sido regulamentada, e o monitoramento das águas subterrâneas também estava previsto no Plano Oeste Sustentável. No trecho a seguir, é possível observar o interesse da Aiba em garantir a segurança jurídica para não limitar a extração das águas subterrâneas, ao conseguir alterar a redação da proposta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH):

O diretor da Aiba entendeu que esta redação poderia dar margem para a criação de mecanismos restritivos ao uso dos solos agricultáveis. **A entidade apresentou emenda que após várias intervenções, foi aprovada pelo Conselho. O texto final ficou “para as zonas de proteção, deverão ser propostas diretrizes específicas de uso e ocupação do solo, bem como ações de incentivo ao aumento das disponibilidades hídricas subterrâneas”.** Segundo Lopes, com essa emenda há possibilidade do produtor se beneficiado com ações como plantio direto, terraceamento e outras medidas que contribuam para reter água no solo (AIBA, 2008k, p.6, grifo nosso).

Em agosto de 2012, foi realizada cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar de Irrigação (FPI), que contou com a presença da Aiba, representada pelo então Grupo Nacional de Instituições de Irrigantes (GNII). Segundo a Aiba, o GNII foi fundo pela entidade e concentrava 70% dos irrigantes da iniciativa privada do Brasil, com atuação decisiva no apoio à instalação de organismos de irrigação importantes, como a Secretaria Nacional da Agricultura Irrigada, junto ao Ministério da Integração, o Fórum Nacional da Agricultura Irrigada, a criação da Subcomissão da Irrigação junto à CNA e, por último, a criação da FPI (AIBA, 2012g, p. 4).

O pronunciamento do diretor de meio ambiente da Aiba José Cisino sobre a criação da FPI aponta para a estratégia de construir uma narrativa que demonstre que a irrigação para o agronegócio não prejudica o meio ambiente, uma vez que o setor é injustamente penalizado pelos órgãos ambientais e pela opinião pública por falta de critérios técnicos:

O diretor de Meio Ambiente da Aiba espera que, a partir da FPI, o setor agrícola, que é estratégico para a produção de alimentos, possa **mostrar aos brasileiros que é um grande preservador do meio ambiente.** (...) Ele solicitou que os parlamentares encaminhassem a proposta do Oeste da Bahia de criação de critérios, com bases técnicas e justificativas contundentes, que deem direito de defesa ao produtor, antes que seja lavrado um ato de embargo em propriedade produtiva. **Ele chamou atenção para a presunção da inocência, direito básico de cada cidadão, que vem sendo negado, diante da arbitrariedade de diversos fiscais, com base apenas em critérios subjetivos** (AIBA, 2012g, p. 4, grifos nossos).

Dessa forma, a necessidade de realizar “estudos com base em conhecimentos técnicos e científicos” que comprovassem que as atividades do agronegócio contribuíam para a preservação do meio ambiente e que a irrigação não comprometia a vazão das bacias hidrográficas passaria cada vez mais a orientar as políticas ambientais do estado da Bahia.

No mês de outubro de 2012, o secretário estadual de meio ambiente Eugênio Spengler sobrevoou a Bacia Hidrográfica do Rio Corrente para defender a realização de um estudo que, de acordo com a Aiba, serviria para definir indicadores ambientais para as bacias hidrográficas da região. Segundo a Aiba, o secretário ficou impressionado com o grande volume de águas e a quantidade de rios e nascentes no trecho visitado no sobrevoo, constatando que, nas duas bacias que servirão de piloto para o estudo, existe a possibilidade de formar corredores de biodiversidade, integrando reservas e APPs:

Nessas bacias, as margens e APPs estão bastante íntegras. Fora delas, vimos rios com deficiência maior, nos quais a ação de restauração terá de ser mais intensiva”, relata o secretário (Eugênio Spengler) (AIBA, 2012i).

Assim, a estratégia discursiva empregada para redefinir as diretrizes de regularização ambiental em conformidade com o Novo Código Florestal foi a afirmação de que as áreas de APP e RL cadastradas no âmbito do Plano Oeste Sustentável eram as que se encontravam integralmente protegidas – ao contrário das áreas públicas, secularmente ocupadas pelas comunidades tradicionais.

Com essas áreas particulares preservadas devidamente cadastradas, seria possível desenhar um novo modelo de regularização ambiental a partir das bacias hidrográficas da região e do cadastramento das APPs e RLs em áreas com abundância de água superficial e subterrânea. Com isso, o futuro da região Oeste da Bahia já estaria traçado.

Assim, entre os anos de 2007 e 2012, o Estado da Bahia havia autorizado o desmatamento de uma área total de 210.274,36 hectares (IMATERRA, 2022).

A análise dos marcos interpretativos do bloco dos baiúchos sobre meio ambiente e água, a seguir, sintetizam as suas principais estratégias levadas a cabo para mobilizar a adesão ao seu discurso ao longo do período entre 2008 e 2012.

2.6. Análise dos Marcos Interpretativos (2008-2012)

Análise dos marcos interpretativos sobre Meio Ambiente (2008-2012)

No marco de diagnóstico que demarca o discurso sobre o meio ambiente, o problema está no antigo Código Florestal Brasileiro, que não acompanhou as mudanças tecnológicas, geográficas e sociais da agropecuária e terminou por engessar a atividade. Apesar de os órgãos ambientais reconhecerem o problema do passivo gerado pela sua própria omissão, injustamente, transferem para o produtor rural o ônus da sua própria inoperância.

Com isso, no marco de prognóstico, a dimensão vencedora consiste em dispensar o licenciamento da atividade agrícola e desburocratizar a produção de alimentos e fibras têxteis assegurará a sustentabilidade não apenas ambiental, como também social e econômica.

No traçado de fronteira, a construção do “nós” é delimitada com as alegações de que tomamos nossas decisões com base nos resultados e na técnica. Em oposição, o “eles” é delimitado por quem utiliza técnicas rudimentares como as queimadas, uma prática tradicional de manejo do Cerrado utilizado há séculos por suas populações, e quem toma as decisões motivados pela emoção ou pela política.

Assim, a denominação que se articula ao discurso sobre meio ambiente é: Nova agricultura, velhas leis ambientais.

Os marcos de prognósticos são delimitados pela ideologização da fronteira que afirma que a região Oeste é uma esperança de produção para o país, visto que o agronegócio é a sua grande vocação e uma das principais vocações econômicas do estado.

Na reconstrução histórica, o discurso traz para o presente a preocupação com a sustentabilidade ambiental, que sempre foi uma de nossas grandes características, sendo importante lembrar que a atividade agrícola, a mais antiga forma de intervenção humana na natureza desde os primórdios humanidade, na Mesopotâmia, por si só não é poluente. Ao contrário, é sequestradora de carbono.

O programa político de resolução das injustiças apontadas passa pela urgência em desburocratizar a produção de alimentos e fibras têxteis, que precisa estar a salvo do discurso ideológicos e da insegurança jurídica que comprometem possa ser oriunda de áreas regularizadas do ponto de vista ambiental.

Quadro 3 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2008-2012)

MEIO AMBIENTE			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema	Injustiça	
	O Código Florestal Brasileiro não acompanhou as mudanças tecnológicas, geográficas e sociais da agropecuária e terminou por engessar a atividade.	O passivo gerado pela omissão dos órgãos ambientais, que transferem para o produtor rural o ônus da sua própria inoperância.	
M A R C O D E P R O G N Ó S T I C O	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Dispensar o licenciamento da atividade agrícola é desburocratizar a produção de alimentos e fibras têxteis.	O “nós”: Tomamos nossas decisões com base nos resultados e na técnica que proporcionam uma produção menos agressiva ao meio ambiente. O “eles”: Um golpe de instituições; utilizam técnicas rudimentares; são motivados pela emoção ou pela política.	Nova agricultura, velhas leis ambientais.
M A R C	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
		A preocupação com a sustentabilidade ambiental sempre foi uma de nossas grandes características.	Dispensar o licenciamento da atividade agrícola é desburocratizar a produção de

O D E M O TIV A Ç Ã O	O agronegócio é a grande vocação da região Oeste, e uma das principais vocações econômicas do Estado. vs. Sem racionalidade e levados pela emoção de arcaicos grupos internos que pregam o não desenvolvimento, a obsolescência, e consequentemente a perpetuação da miséria.	A atividade agrícola, a mais antiga forma de intervenção humana na natureza desde os primórdios humanidade, na Mesopotâmia, por si só não é poluente. Ao contrário, é sequestradora de carbono.	alimentos e fibras têxteis, trazendo benefícios tanto para o produtor, quanto para o Estado. A produção de alimentos e fibras precisa estar a salvo dos discursos ideológicos e da insegurança jurídica que comprometem a agricultura brasileira.

Fonte: Elaboração da autora.

Análise dos marcos interpretativos sobre Água (2008-2012)

Os problemas do marco de diagnóstico do discurso sobre água são interpretados como a falta de ressonância das reivindicações do setor do agronegócio junto aos órgãos ambientais e à opinião pública e os mecanismos restritivos ao uso dos solos agricultáveis nas proximidades de aquíferos e corpos d'água. Esses problemas acarretam na injustiça dos grandes embates entre as atividades agrícolas, sobretudo as irrigadas, com o meio ambiente, que têm colocado a irrigação em franca desvantagem.

Dessa forma, a dimensão vencedora do marco de prognóstico é a afirmação de que é preciso fomentar a produção de alimentos garantindo mais dinamismo para os trâmites dos projetos de irrigação, tanto de outorga, quanto de licenciamento. No traçado de fronteira, o “nós” articula a participação importante dos produtores rurais na recarga do aquífero, retendo água da chuva em suas propriedades. Em oposição, o “eles” está contido nas áreas e margens não cadastradas como APPs, onde há deficiência maior nos rios e maior degradação ambiental. Ou seja, de forma implícita, o “eles” são as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais que fazem uso comum dos Gerais, não cadastradas do Cefir/CAR e, portanto, ilegais e com maior degradação ambiental. A nominação que surge desse prognóstico é: Pela preservação do Aquífero Urucuia.

Nos marcos de motivação, o “nós” é valorizado com as qualidades morais de que não há indústria neste país que tenha contribuído para gerar mais emprego e renda que a agricultura irrigada no semiárido brasileiro, que dicotomiza com o desperdício de água e a degradação em margens de rios que estão fora das áreas de preservação permanente. A reconstrução histórica é contextualizada pela memória de que desde o princípio, entre os objetivos da entidade, além da representação e da defesa do setor, estavam o aporte de tecnologia e a troca de informações e de experiências, a defesa do meio ambiente, estudos de aproveitamento dos recursos hídricos regionais e o uso racional destes, o aprimoramento da utilização de equipamentos e métodos de irrigação. Diante disso, as principais propostas apresentadas são: mostrar aos brasileiros que é um grande preservador do meio ambiente; incorporar as áreas que estão justamente localizadas onde o aquífero Urucuia é mais raso ao sistema produtivo para a implantação da irrigação, bem como instituir políticas de conservação de nascentes para se chegar a uma nova modelagem para regularização ambiental das propriedades rurais com o suporte do CAR.

Quadro 4 - Marcos Interpretativos sobre Água (2008-2012)

ÁGUA			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema	Injustiça	
	A falta de ressonância de suas reivindicações junto aos órgãos ambientais e à opinião pública. Mecanismos restritivos ao uso dos solos agricultáveis nas proximidades de aquíferos e corpos d'água.	Hoje, os grandes embates entre as atividades agrícolas, sobretudo as irrigadas, com o meio ambiente, têm colocado a irrigação em franca desvantagem.	
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	É preciso fomentar a produção de alimentos, para atender a demanda interna e externa, garantindo mais dinamismo para os trâmites dos projetos de irrigação, tanto de outorga, quanto de licenciamento.	O “nós”: Podemos ter participação importante na recarga do aquífero, retendo água da chuva nas propriedades com a construção de curvas de nível e terraços e estradas vicinais para facilitar a recarga. O “eles”: Os com maior deficiência são os que estão fora das margens e de APPs .	Pela preservação do Aquífero Urucuia
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Não há indústria neste país que tenha contribuído para gerar mais emprego e renda que a agricultura irrigada no semiárido brasileiro. vs. O desperdício de água e a degradação em margens de rios que estão fora das áreas de preservação permanente.	Estavam desde o princípio entre os objetivos da entidade o aporte de tecnologia e a troca de informações e de experiências, a defesa do meio ambiente, estudos de aproveitamento dos recursos hídricos regionais e o uso racional destes, o aprimoramento da utilização de equipamentos e métodos de irrigação.	Mostrar aos brasileiros que o setor agrícola é um grande preservador do meio ambiente. Incorporar as áreas que estão justamente localizadas onde o aquífero Urucuia é mais raso ao sistema produtivo para a implantação da irrigação. Instituir políticas de conservação de nascentes para se chegar a uma nova modelagem para regularização ambiental das propriedades rurais com o suporte do CAR.

Fonte: Elaboração da autora.

2.7. Cadeias de Equivalência – 2008 a 2012

Quadro 5 - "Nós" e "Eles" (2008-2012)

ELES Arcaicos Grupos Internos	NÓS Produtores do Oeste da Bahia
Opinião pública desavisada, urbana e simplista	Alquimista: aprendeu a transformar chumbo em ouro
O governo [federal], a imprensa e a sociedade pensante com essa hipocrisia socioeconômico-ambiental	Campeões mundiais de exportação, empregos, distribuição de renda
Técnicas rudimentares	Pesquisa e tecnologia
Emoção e Política	Resultados e técnicas
Degradação ambiental	Recarga do aquífero
Não desenvolvimento e Miséria	Sustentabilidade ambiental, social e econômica

Fonte: Elaboração da autora.

Diagrama 3 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2008-2012)



Fonte: Elaboração da autora.

Diagrama 4 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2008-2012)



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO IV – FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2013 a outubro de 2017)

3.1. Agronegócio, Produtor de Águas

Em abril de 2013, a Aiba já se mobilizava junto à Agência Nacional das Águas (ANA) para obter apoio do governo federal na realização do Estudo do Potencial Hídrico do Aquífero Urucuia, com vistas a legalizar a extração de águas subterrâneas, sob a alegação de que as obras de construção e de recuperação de estradas realizadas pelo agronegócio contribuíam para a recarga do aquífero, e o setor seria assim um “produtor de água”:

Júlio César Busato (...) explicou que os produtores do Oeste podem ter participação importante na recarga do aquífero, retendo água da chuva em suas propriedades. O projeto “Produtor de Água” trata exatamente disso, propondo a construção de curvas de nível e terraços nas propriedades e estradas vicinais para facilitar a recarga (AIBA, 2013a, p. 6).

Não tardou para que no mês de junho, na feira Bahia Farm Show, o governador Jacques Wagner assinasse decreto que criou o Programa para Desenvolvimento da Agropecuária (PRODEAGRO), batizado pela Aiba de “Fundão”, um fundo de arrecadação originário do crédito de ICMS do agronegócio e que concede crédito fiscal para investimentos em infraestrutura, regularização das propriedades e do uso de agrotóxicos por meio do programa fitossanitário.

Naquele momento, o Aquífero Urucuia se tornava cada vez mais a “menina dos olhos” da Aiba que, paulatinamente apontaria de forma exaustiva a necessidade de investir em “estudos de quantificação da disponibilidade hídrica” do Sistema Aquífero Urucuia para ampliar a produção e a produtividade por meio do avanço das áreas irrigadas de forma “sustentável”.

No XXIII Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, realizado no mês de agosto de 2013, em Luís Eduardo Magalhães, os argumentos da Aiba se centraram na afirmação de que “o investimento em pesquisas sobre irrigação diminui riscos e garantem a segurança alimentar e energética para o país”, reforçando a importância do “uso racional da irrigação na agricultura” e do “cuidado com nascentes, recargas de aquíferos e reservas de água”. Mesmo sem resultados sobre a disponibilidade hídrica do Aquífero Urucuia, já se projetava a incorporação de novas áreas sobre o aquífero para ampliar a irrigação:

O potencial hídrico do Oeste da Bahia é enorme, considerando-se a existência de rios perenes e do aquífero Urucuia. (...) **nas áreas com chuva entre 1.000 e 1.100mm, que estão justamente localizadas onde o aquífero Urucuia é mais raso, serão as novas áreas incorporadas ao sistema produtivo com a implantação da irrigação** (AIBA, 2013f, p.2, grifo nosso).

Além disso, para legitimar o seu discurso, se reforçava o papel da Aiba – o “nós” – na capacidade de influenciar as decisões em instâncias deliberativas, como o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco:

A Aiba esteve (...) participando dos principais momentos históricos do Comitê. Fizemos parte da diretoria provisória, criada no ano de 2000 para formalizar o

CBHSF; ajudamos a elaborar seu regimento interno e elegemos os membros do Comitê (...) construímos o Plano de Bacia, aprovado pelo CNRH em 2004. Ressaltamos que tivemos participação decisiva sobre o valor a ser cobrado na Bacia do Rio São Francisco (...). A esta altura, havíamos assumido a coordenação da Câmara Técnica de Cobrança (...) Assim, **consequimos convencer a plenária a aceitar que a cobrança pelo uso da água para a irrigação fosse reduzida à metade do valor cobrado** no CEIVAP. A Aiba esteve presente também no processo de escolha da Agência de Bacia Peixe Vivo, em 2010. (...) (AIBA, 2013d, p. 5, grifo nosso).

A retrospectiva do ano de 2013 delineada pelo então presidente da Aiba Júlio Busato reafirma a capacidade de barganha e influência da entidade em instâncias de participação social em nível nacional e na arena de discussões para elaboração de políticas públicas ambientais e de gestão de recursos hídricos, tanto a nível regional como nacional.⁷³ Em âmbito estadual, é ressaltado o protagonismo da entidade na assessoria para delimitação de APP e cadastramento de propriedades junto ao CEFIR, bem como a aliança com os poderes públicos locais para lograr a sua influência:

A Aiba teve uma interferência positiva na alteração da resolução que trata da recarga artificial de aquíferos brasileiros, aprovada no CNR, conseguindo retirar do texto original diversas exigências previstas para esse fim como as obras de conservação de solos (...) que não estarão sujeitos aos termos da referida resolução. (...) (AIBA, 2013i, p. 2-3).



Figura 3 - Jaques Wagner e Eugênio Spengler assinam contrato para elaboração do mapeamento da cobertura vegetal da Bahia, em novembro de 2013

Fonte: Manu Dias (2013).

Já o ano de 2014 foi importante para que ocorresse a consolidação da ampliação da fronteira agrícola e da área irrigada no Cerrado baiano, uma vez que esse processo já estava garantido pelo NCF. Ocupando as Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, a Aiba passou a ter assento em todas as comissões temáticas da Frente Parlamentar Agropecuária,

⁷³ Naquele momento, a Aiba já possuía assento nas seguintes instâncias estaduais e nacionais: Conselhos Estaduais do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Grande, Fórum Nacional de Irrigação, Comissão Sementes e Mudas da Bahia, Comissão de grãos e sementes do Estado da Bahia, GT Senior do Ministério da Integração Nacional, Câmara temática Institucional Legal (CTIL), Câmara Técnica de Cobrança (CTOC), Grupo de Trabalho de Vazão, Câmaras Setoriais e Temáticas de Soja, Milho, Sorgo, Feijão, Seguros, Logística e Irrigação junto ao MAPA e Câmara Setorial de Grãos da Bahia. Fonte: Aiba, 2013. (ANO 21 N° 216 DEZEMBRO/13, p. 3). Em janeiro de 2014, a Aiba passou a integrar o grupo de entidades do agronegócio que assessoram a FPA e no mês de março, passa a fazer parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES).

assim como conquistou lugar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia (CODES).



Figura 4 - Júlio Busato e Jaques Wagner na posse da Aiba no CODES

Fonte: Acervo Aiba (2014).

Assim, todo esse empenho para a flexibilização da legislação ambiental que há anos vinha sendo demandado pela Aiba foi concretizado no Decreto nº 15.180, que instituiu o novo código florestal baiano, regulamentando a gestão das florestas do estado, o CEFIR e o Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, assinado em junho de 2014 pelo então governador petista Jaques Wagner (AIBA, 2014d, p.17).

No mês seguinte, o governo do estado anunciou o Plano Safra estadual com investimento de mais de R\$ 1 bilhão direcionado para o agronegócio baiano (AIBA, 2014e, p.4). Em agosto, as infrações por desmatamento ilegal em APPs e RLs cometidas até 22 de julho de 2008 foram suspensas por meio de Instrução Normativa nº 12/2014, publicada pelo Ibama. Com essa normativa, as multas poderiam ser convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, desde que o interessado cumprisse integralmente com as obrigações estabelecidas no termo de compromisso ambiental firmado no âmbito do PRA, a partir da adesão ao CEFIR.

Todas essas conquistas alcançadas pelo agronegócio e viabilizadas pelo Estado comprovavam a eficácia da justificativa neoliberal assentada num estudo da FAO, de que o mundo precisaria ampliar a oferta de alimentos em 45% para que pudesse acompanhar o crescimento progressivo da população global. Para tanto, seria necessário expandir significativamente a agricultura irrigada. Era esse o argumento que faltava para que o bloco dos baiúchos se empenhasse para afirmar que o Brasil era apontado como um dos poucos países no mundo com capacidade de atender essa demanda.

Assim, era necessário multiplicar a área irrigada, já que, segundo a Aiba, a irrigação produzia 2,5 vezes a mais que a agricultura de sequeiro, além de contribuir com a diminuição da supressão vegetal de novas áreas e com a conservação dos solos e recarga dos aquíferos, o que “leva o agricultor a ser considerado produtor de águas e, dessa forma, ser passivo de receber os benefícios do programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), lançado recentemente pela ANA”. (AIBA, 2014g)

Até mesmo a pulverização aérea de agrotóxicos era considerada como “opção ecologicamente correta” pela diretora de meio ambiente da Aiba, se feita dentro das condições técnicas recomendadas, uma vez que poderia reduzir a quantidade de produtos químicos lançadas. (AIBA, 2014f)

Dentro dessa formação discursiva ambientalista, vale destacar três outras estratégias discursivas relevantes – e com respaldo legal e institucional – inauguradas pela Aiba, em

2013. A primeira diz respeito à aposta do agronegócio em desenvolver ações educativas e profissionalizantes para jovens da região, como a formação da primeira turma do Programa Jovem Aprendiz⁷⁴ na Propriedade Rural por meio de parceria entre a Aiba, SENAR, FAEB, CETEP da Bacia do Rio Grande, Codevasf, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho⁷⁵. Com a participação de 57 jovens da região Oeste, o primeiro curso teve duração de dez meses, com conteúdo relativo às culturas de milho e soja, manejo das culturas, manejo fitossanitário e irrigação (AIBA, 2014g).

A segunda estratégia foi o lançamento, em outubro de 2014, da Operação Safra, uma ação policial com duração de seis meses articulada pela Aiba, SPRB e SPRLEM e a Polícia Militar do Estado da Bahia, que visa a “melhoria da segurança na zona rural da região”. A fim de evitar invasões e o roubo de defensivos agrícolas nas propriedades, entre as medidas de segurança da Operação Safra, estavam a delimitação do perímetro da sede das propriedades para controlar o acesso de pessoas, máquinas e implementos, bem como a utilização de cães para anunciar e intimidar a aproximação de estranhos, para que, com a garantia da paz nas propriedades, seja possível produzir alimentos e gerar emprego e renda (AIBA, 2014g).

A terceira foi a criação do programa “Conversa com o Agricultor” produzido pela Aiba e veiculado todas as terças-feiras em frequência AM na Rádio Vale do Rio Grande de Barreiras, que realiza entrevistas com personalidades do agronegócio da região. Todas essas condições legais e institucionais consolidadas ao longo dos últimos anos iam cada vez mais favorecendo a aliança entre o agronegócio e o Estado que, utilizando-se da estratégia discursiva ambientalista, conseguiam garantir a segurança jurídica para avançarem a fronteira agrícola dos Cerrados baianos.

Ressalte-se que, em novembro de 2014, Aiba e Abapa, com o apoio do Inema e do Instituto Brasileiro de Algodão (IBA)⁷⁶, iniciaram a demarcação das Veredas da região, cadastrando-as como Áreas de Preservação Permanente. Segundo a Aiba, o projeto foi desenvolvido com base na lei que alterou o Novo Código Florestal (Lei 12.727/12), que conceitua as Veredas e as define como APPs⁷⁷ (AIBA, 2014i). Dessa forma, com o argumento de que a demarcação das Veredas serviria para ampliar as ações de preservação ambiental e

⁷⁴ O Programa Jovem Aprendiz está previsto na Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), que estabelece que empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes, objetivando incluir no mercado de trabalho jovens que estejam matriculados/as e frequentando regularmente a escola.

⁷⁵ Segundo a Aiba, o programa foi viabilizado por meio de parceria público-privada, em que Cetep e Senar ofereceram a capacitação, a Codevasf cedeu terreno para implantação de fazenda modelo, o Ministério do Trabalho e Emprego garantiu os recursos através do sistema de compensação e a Aiba injetou recursos para infraestrutura e pagamento de matrículas e, doou equipamentos e maquinário (AIBA, 2014h)

⁷⁶ O Instituto Brasileiro do Algodão foi criado em 2010 pela Abrapa, associações estaduais de produtores de algodão e Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de gerir os recursos decorrentes do contencioso do algodão na OMC a partir de um acordo entre Brasil e Estados Unidos. A sua atuação ocorre por meio de projetos desenvolvidos por suas entidades associadas, nas áreas de sustentabilidade, controle de pragas, capacitação e treinamento e qualidade da fibra, além de projetos de cooperação internacional geridos pela Agência Brasileira de Cooperação/ABC-MRE em países da América Latina e África. (IBA, 2023)

⁷⁷ É importante frisar que as Veredas são as verdadeiras produtoras de água do Cerrado, ao servirem como reservatório para as bacias hidrográficas. Por serem ambientes caracterizados pela presença da palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*), e em função do sistema radicular das plantas e do caráter do solo húmico, turfoso e às vezes argiloso, o lençol nas Veredas é abundante e superficial, formando pequenas lagoas, sendo também responsável pelas nascentes dos cursos d'água, cuja morfologia se apresenta como um anfiteatro. Situadas em vales ou áreas planas, próxima a nascentes e borda de matas de galeria, as Veredas, além de ser local de reprodução para a fauna terrestre e aquática, servem como fonte de existência para as diversas comunidades tradicionais que habitam o Cerrado. Uma vez retirada a cobertura vegetal nativa, o primeiro lençol a secar é o que se encontra nos Subsistemas de Matas, Matas Ciliares e Veredas (BARBOSA, 2017).

dos mananciais, o domínio das áreas estratégicas com água em abundância ia se consolidando, com o respaldo do Estado e da opinião pública.

Com isso, se 2014 foi considerado um ano de conquistas importantes para o agronegócio baiano, traduzidas pela expressiva ampliação da produção de *commodities* para exportação, em 2015, a região do Oeste da Bahia assumiu a posição de estar entre os cinco maiores produtores de soja e a segunda colocação na produção de algodão do país, em uma área de 2,7 milhões de hectares (ABAPA, 2015). Isso só se tornou possível graças à viabilização de sistemas de irrigação, que proporcionou ao agronegócio baiano a obtenção de aumentos significativos na lucratividade, sobretudo ao longo da segunda década dos anos 2000, uma vez que a irrigação por pivôs centrais possibilita um aumento de produtividade de duas a três vezes em relação ao sequeiro e a sucessão de até três cultivos irrigados ao longo do ano agrícola (LANDAU et al., 2014, p. 08 apud BONFIM, 2019).

Outra afirmação no rol da formação discursiva ambientalista era a de que toda essa produtividade vinha crescendo em proporções muito maiores ao tamanho da área produzida, não sendo necessário abrir novas áreas ou gastar mais água para se ter uma grande produção, já que o agronegócio conta com investimento em tecnologia, pesquisas e técnicas agrícolas capazes de reduzir o desperdício desses recursos naturais, o que faz com que o agronegócio esteja longe de ser uma atividade predadora do meio ambiente.

3.2. O BA do MATOPIBA: a fronteira agrícola sem fronteiras

Ao longo de 2015, as estratégias discursivas do bloco dos baiúchos se debruçaram principalmente em avançar com a efetivação do Projeto do MATOPIBA e dar celeridade à liberação de uso de agrotóxicos e à regularização de novas áreas por meio do cadastramento de propriedades no CEFIR, autorizações de supressão de vegetação nativa e outorgas para uso da água. No âmbito das relações institucionais, a Aiba se empenhou em estreitar e fortalecer a sua articulação com atores do governo recém-empossado com a reeleição de Dilma Rousseff, em especial o Ministério da Agricultura, cuja ministra Kátia Abreu, uma das protagonistas no processo de criação do projeto MATOPIBA, e, sobretudo, com o novo governador Rui Costa, eleito em 2014 em continuidade à gestão do PT de seu antecessor Jaques Wagner.

Na cerimônia de posse da ministra Katia Abreu, estiveram presentes os gaúchos que se instalaram na região nos anos 80: o então presidente da Aiba Júlio César Busato, que naquele momento já estava como vice-presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA). Na ocasião, a Aiba se colocou à disposição da ministra para auxiliá-la nas questões que envolviam os quatro estados da região do MATOPIBA, afirmando que “as ações que estão sendo desenvolvidas no Oeste da Bahia estavam totalmente alinhadas com o trabalho planejado pela ministra”. Segundo a ministra, que acabara de deixar o cargo de Senadora da República, eleita pelo estado do Tocantins em 2014:

Kátia Abreu afirmou que seu ministério terá os olhos voltados para o produtor rural e que vai buscar equilibrar os diversos interesses do setor produtivo, como **ampliar as áreas irrigadas do país, sem comprometer o meio ambiente; e buscar soluções para as dificuldades do setor sucroalcooleiro, para a morosidade do processo de registro de agroquímicos, a necessidade de ampliar a cobertura do seguro rural e, por fim, adequar os instrumentos da política agrícola às especificidades das regiões Norte e Nordeste.** (AIBA, 2015a, p.6, grifo nosso).

Em fevereiro de 2015, o jornal baiano Correio 24 horas publicou matéria intitulada “Região Oeste concentra mais de um terço de toda riqueza agrícola da Bahia”, já que em 2014, a região havia exportado mais de 2 milhões de toneladas de soja e derivados, cerca de

220 mil toneladas de algodão e subprodutos e quase 62 mil toneladas de milho e derivados do cereal. Os 24 municípios da região já concentravam 34,2% do PIB agropecuário da Bahia, com destaque para Formosa do Rio Preto, maior produtor de soja do estado e quinto maior do Brasil, com quase 350 mil hectares de área plantada e colhida. São Desidério, por sua vez, era o município com o maior PIB agropecuário do país (R\$ 1,1 bilhão), ocupando o posto de maior produtor de algodão do Brasil em 2014, seguido de Formosa do Rio Preto e Correntina.⁷⁸

Segundo o sojeiro gaúcho e que futuramente exerceria o cargo de secretário de governo da prefeitura de LEM Renato Faedo⁷⁹, “o sucesso de produzir 6 mil toneladas de soja para exportação por ano se devia ao fato de a região estar em cima de um dos maiores aquíferos do mundo, que é o Urucuiá, o que favorece a agricultura irrigada em função da disponibilidade de água, tanto no subsolo quanto na superfície” (CORREIO 24HORAS, 2015).

Assim, logo nos meses de fevereiro e março de 2015, o bloco dos baiúchos esteve reunido com a Kátia Abreu para apresentar suas demandas e delinear as ações para a consolidação do MATOPIBA, como: a redução dos custos de produção, a instalação de um núcleo de pesquisa da Embrapa Algodão e de uma Agência de Desenvolvimento Regional do MATOPIBA na região, a implementação da Fiol e reativação da Hidrovia do São Francisco, a recuperação e ampliação de rodovias estaduais e federais e a ampliação da rede de energia elétrica para aumentar a quantidade de pivôs de irrigação e atrair agroindústrias para a região⁸⁰ (AIBA, 2015c, p. 6).

No início de março, após encontro do secretário de Agricultura da Bahia Paulo Câmara com os sócios da exportadora de grãos Agri Brasil Holding S/A, Kees Koolen, Willy van Bakel e Antônio Martins⁸¹, foi anunciada a instalação do maior laticínio do país, no município de Jaborandi, em uma área de 40 mil hectares divididos em quatro fazendas⁸². (BRITO, 2015) Segundo Gomes (2020, p. 295), a empresa havia conseguido acessar importantes atores do campo político para viabilizar o financiamento do Estado brasileiro para a instalação do empreendimento. Após realizarem reuniões com o governador Jaques Wagner, conseguiram arrecadar cerca de R\$ 500 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que é gerido pela SUDENE. Além disso, o governo do estado já havia se

⁷⁸ O milho também seguia como o terceiro produto mais cultivado na região, com destaque para São Desidério como maior produtor, seguido de Barreiras e Formosa do Rio Preto. No setor da pecuária leiteira, destacava-se a fazenda Leitíssimo, instalada na região desde 2000 e que naquele momento já produzia mais leite por hectare do que fazendas nos Estados Unidos, maior produtor do mundo, e quase três vezes mais do que na Nova Zelândia, maior exportador mundial, com produção entre 25 e 60 mil litros por dia. (GOMES, 2020).

⁷⁹ Em pesquisas de buscas pelo sobrenome “Faedo”, foram encontradas fazendas do Grupo Faedo nos estados da Bahia (com 6 fazendas em Barreiras), Maranhão (Balsas e em Fernando Falcão), Piauí (Baixa Grande do Ribeiro), Goiás (Rio Verde) e Ceará (Limoeiro do Norte).

⁸⁰ De acordo com a Aiba, na reunião de fevereiro, estavam presentes o secretário da Agricultura da Bahia, Paulo Câmara; o presidente da Embrapa Mauricio Lopes; o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Celso Moretti e o superintendente de Desenvolvimento Agropecuário da Seagri da Bahia Almeida Junior. (Aiba participa de reunião no ministério da Agricultura sobre o Matopiba. fevereiro|2015. ano 23. nº 230, p. 4)

⁸¹ Com capital original do Brasil, EUA e Holanda, a Agri Brasil Holding S.A foi fundada em 2013 pelos empresários holandeses Kees Van Koolen, fundador da Booking.com, Willy Van Bakel, que atuava há mais de trinta anos no mercado de laticínios e o ex-chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central no segundo governo FHC, Antonio Martins da Cunha Filho (MILKPOINT, 2015).

⁸² Com investimento de quase R\$ 10 bilhões para produzir um milhão de litros de leite por dia a serem retirados de 200 mil vacas importadas dos Estados Unidos, cada fazenda teria um investimento de R\$ 2,4 bilhões visando a exportação de parte da produção para a China. Diferentemente do laticínio Leitíssimo, instalado por neozelandeses em Jaborandi desde o ano 2000, em que o gado é alimentado com o pasto, no novo empreendimento da Agri Brasil, o gado confinado seria alimentado com os grãos provenientes das fazendas da região.

comprometido em conceder os incentivos fiscais por meio do programa Desenvolve, assim como ligar a BR-349 com o empreendimento (BRITO, 2015).

É válido destacar o lançamento da Revista Aiba, em março de 2015, que inaugurou a série de publicações mensais de artigos e matérias de cunho mais acadêmico, numa estratégia de dar mais legitimidade e respaldo técnico-científico às práticas discursivas do bloco dos baiúchos. No mesmo mês, Aiba e Abapa inauguraram, com recursos do IBA, o Centro de Apoio e Regularização Ambiental das Propriedades Rurais, visando para prestar assessoria aos produtores rurais para a regularização ambiental das propriedades. Além de serviços de orientação, acompanhamento de procedimentos e normas sobre regularização ambiental da propriedade e o cumprimento da legislação, o Centro presta assessoria para a adesão e atualização de dados junto ao CEFIR, realiza a conversão de arquivos de mapas para inscrição no cadastro e acompanha a adesão dos produtores rurais ao PRA.



Figura 5 - João Carlos Jacobsen, Kátia Abreu e Júlio Busato
Fonte: Aiba (2015)

A Aiba também esteve na posse do novo presidente da FPA, o deputado federal Marcos Montes (PSD/MG), representada por Júlio César Busato, que na ocasião elencou as principais demandas à Frente, como adequação da legislação trabalhista para o setor agrícola, legislação ambiental, registro de defensivos agrícolas e transgênicos, transporte e logística, segurança jurídica das propriedades, ITR e legislação tributária. (AIBA, 2015c, p. 10).



Figura 6 - Júlio Busato com Aldo Rebelo na posse do presidente da FPA, em 2015

Fonte :Acervo Aiba, 2015.

Seguindo os mesmos pleitos da FPA, uma das demandas centrais do agronegócio baiano sempre consistiu no avanço da liberação de registros de agrotóxicos, sobretudo para garantir as exorbitantes safras de algodão, cultura mais sujeita ao ataque de pragas e que demandam mais veneno para o seu extermínio. Assim, logo no primeiro trimestre de 2015, não demorou para a entidade buscar apoio institucional, investimento e políticas públicas para avançar no atendimento dessa demanda.

Mesmo após ter passado por processo de acusação de crime eleitoral durante sua candidatura como deputado federal nas eleições de 2010 e suspeita de desvio de dinheiro público e fraude em licitações quando cumpria o mandato de prefeito de Luís Eduardo Magalhães no período entre 2001 e 2008, em janeiro de 2015, o então deputado federal reeleito Oziel Oliveira (à época filiado ao PDT/BA) foi empossado pelo governador Rui Costa como diretor geral da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB). No mês de fevereiro, o primeiro compromisso de Oziel como diretor da ADAB foi comparecer na sede da Aiba para receber as demandas apontadas pela entidade, entre as quais se destacavam o apoio no registro definitivo para uso em emergencial. Júlio Busato agradeceu a atenção que o novo diretor-geral estava dando ao setor, lembrando de sua “atuação determinante quando era deputado federal para liberação do Benzoato de Emamectina”. (AIBA, 2015c, p. 6).

Com o objetivo de garantir o registro definitivo da Emamectina⁸³, que até então possuía somente o registro para utilização emergencial no combate à praga *Helicoverpa armígera* – uma lagarta que vinha trazendo prejuízos para as safras de algodão e soja – em março de 2015, Busato reuniu-se em Salvador com os recém-empossados secretário da Agricultura Paulo Câmara e Oziel Oliveira para solicitar o agendamento de uma reunião com a secretaria estadual de saúde e o Inema. O objetivo da reunião residia numa tentativa de

⁸³ Em julho de 2014, organizações sociais que compunham a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida lançaram uma carta em repúdio à liberação de agrotóxicos que continham o produto benzoato de emamectina no estado da Bahia, cujo registro feito pela Syngenta havia sido indeferido pela Anvisa em 2007, que alegou que a substância continha alto grau de neurotoxicidade e era altamente perigosa à saúde em qualquer dose utilizada. Na ocasião do lançamento da carta, o Ministério Público da Bahia havia entrado com uma ação civil pública para proibir o uso desse agrotóxico, e mesmo com manifestação contrária da Secretaria Estadual de Saúde e o Inema, o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia suspendeu a decisão em primeiro grau, permitindo o seu uso. (MST, 2014)

convencer ambos os órgãos, que em 2014 haviam se manifestado contrários ao registro desse agrotóxico, para que ratificassem a afirmação de que a utilização do produto não prejudicaria a saúde e ainda contribuiria para o meio ambiente, conforme assinalava o presidente da Aiba e vice-presidente do IPA:

Foi solicitada ao Mapa a aprovação de 54 produtos com registro emergencial e mais um para uso emergencial, o que ocorreu em tempo recorde para a safra 2013-14. Porém, como existe a necessidade de continuidade da utilização destes produtos para a safra atual, o presidente da Aiba solicitou ao secretário Paulo Câmara uma reunião com a Sesab, Sema e Inema para que se possa trabalhar juntos pelo registro definitivo de produtos que possuem apenas registro para uso em emergencial. **O objetivo é demonstrar que o uso desses produtos teve um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor. A eficiência da Emamectina fez com que a Helicoverpa fosse controlada com um número menor de aplicações de defensivos agrícolas, consequentemente, promovendo a redução dos custos de produção e as perdas de safra** (AIBA, 2015c, p. 12, grifo nosso).

Em abril, Busato se reuniu com o governador Rui Costa para solicitar a renovação do ProALBA, o programa do governo estadual que desde 2001 concede incentivo fiscal a produtores de algodão com a redução de 50% do ICMS sobre o valor da comercialização do produto em pluma para além do estado da Bahia. No mês seguinte, durante o lançamento do Plano Nacional de Defesa Agropecuária, foi assinado, pela presidenta Dilma Rousseff e a ministra da Agricultura Kátia Abreu, o Decreto 8.447, de 6 de maio de 2015, que institucionalizou o MATOPIBA. No mesmo mês, aconteceu em Luís Eduardo Magalhães a 11ª edição da feira Bahia Farm Show, que contou com a presença de Kátia Abreu e do governador Rui Costa. Em seu pronunciamento na feira, a ministra afirmou que a Bahia era modelo para o Brasil em relação à agricultura, ressaltando que, mais que uma vitrine de inovação tecnológica, o evento representava o ânimo do produtor rural, que faz da agricultura um dos setores que mais cresce no Brasil (AIBA, 2015f, p. 7).

Na solenidade de abertura do evento e atendendo à demanda da Aiba, solicitada um mês antes, Rui Costa assinou decreto que renovava os incentivos fiscais por meio do ProALBA, assegurando o repasse de cerca de R\$ 6 milhões que, segundo o presidente da Abapa Celestino Zanella, seriam “revertidos para o monitoramento e combate de pragas e doenças, e pesquisas por meio da Fundação Bahia para difundir a tecnologia, aumentar a produtividade e expandir o algodão da nossa região para o Brasil e para o mundo.” (AIBA, 2015f, p. 5). Durante a realização de assembleia itinerante pelos deputados que compunham a Comissão Permanente de Agricultura ALBA na feira, a discussão se centrou na agilidade na liberação de agrotóxicos e outorgas de água, com destaque para uma “preocupação” do setor em relação ao Projeto de Lei 21.273/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo (PT), que proíbe o uso e comercialização de agroquímicos que contenham determinados princípios ativos. O presidente da Comissão, deputado estadual Vitor Bonfim (PDT), alegou que o projeto precisava ser debatido com cautela, “pois sabemos que os defensivos agrícolas são fundamentais para garantir a produção”. Já o deputado estadual Eduardo Salles (PP), defendeu: “Não podemos permitir um atraso como esse na produção de alimentos quando vemos que a população mundial já ultrapassa os 7 bilhões de habitantes e a questão alimentar será um grande desafio no futuro. Com relação ao tema dos recursos hídricos, a fala do presidente da Aiba Júlio Busato durante a audiência itinerante revela que a ampliação da área irrigada dependia da garantia da flexibilização da legislação com base em estudos de quantificação da disponibilidade das águas.

No mês seguinte, em junho de 2015, Rui Costa recebeu os presidentes da Aiba e Abapa em Salvador, que levaram para o governador a necessidade de se avançar nas ações relacionadas a logística, infraestrutura e energia elétrica, com a ampliação das linhas de

transmissão e de subestações com vistas a ampliar a área irrigada e atrair agroindústrias para a região, bem como a continuidade da Fiol, do Porto-Sul, a revitalização da hidrovia do São Francisco, a implantação da ferrovia Transnordestina e a modernização dos portos de Aratu e Ilhéus.



Figura 7 - Rui Costa com Busato, Zanella, Oziel e Jusmari Oliveira em Salvador
Fonte: Acervo Aiba (2015)

Ainda neste mesmo mês, o presidente da Aiba Julio César Busato recebeu o título de cidadão baiano pela ALBA, concedida por meio de projeto de resolução apresentado pelos deputados Herbert Barbosa⁸⁴ (DEM) e Eduardo Salles (PP).

No mês de julho, Busato esteve reunido com o então presidente da CNA João Martins para pedir apoio institucional na defesa dos interesses da Aiba relativos à irrigação, apontando como principais problemas o aumento excessivo na tarifa de energia elétrica (bandeira tarifária vermelha). No mês seguinte, a mesma demanda foi tratada em reunião realizada com a ministra da agricultura Kátia Abreu, também em Brasília, onde o presidente da Aiba visitou o secretário executivo da Secretaria Nacional dos Portos e solicitou a reativação do porto público de Aratu e a priorização do Plano de Concessões Portuárias, com vistas ao escoamento da safra de 2015-16, para quando se previa a colheita de 5 milhões de toneladas de grãos no oeste da Bahia (AIBA, 2015h, p. 4). Não tardou para que a redução da bandeira tarifária vermelha fosse aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em setembro, e em dezembro, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a mudança na legislação concedendo desconto na cobrança de bandeira vermelha para as atividades de irrigação e aquicultura (AIBA, 2015l, p.3).

Em outubro, a Aiba comemorava a assinatura da Portaria nº 181 de 2/10/2015, pela ministra da Agricultura Kátia Abreu, que designava os integrantes do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA que, entre outros atores, estava composto por seis ministérios, representantes dos governos dos quatro estados e federações patronais e de trabalhadores da agricultura. Não foram incluídas representações de nenhuma comunidade tradicional dos territórios que existem no MATOPIBA⁸⁵.

⁸⁴ Como Deputado Estadual na ALBA, Herbert Barbosa esteve como presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (2013-2014); vice-presidente da Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (2011-2014), Agricultura e Política Rural (2011-2014); Titular da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos (2011); suplente das Comissões de Agricultura e Política Rural (2011), Especial do Porto Sul (2011) e Membro da Subcomissão Especial de Águas e Bacias Hidrográficas Baianas (2011).

⁸⁵ O Comitê era composto por ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Integração Nacional, Ciência, Tecnologia e Inovação e Educação; representantes dos governos dos estados do MA, TO, PI e BA, Federação dos Municípios do Estado do MA, Associação Piauiense de Municípios

Em meio às expectativas que eram criadas pelo desenvolvimento do projeto MATOPIBA, havia um gargalo central que os agronegociantes precisavam resolver, que era o embargo aplicado pelo Ibama em áreas que haviam sido invadidas por monoculturas sem licença ambiental, mas que, para a Aiba, se tratava de áreas produtivas que já haviam sido regularizadas pelo governo do estado. A Aiba afirmava que estava ocorrendo uma sobreposição da lei ambiental federal sobre a legislação estadual, já que a legislação estadual vigente dispensava o licenciamento ambiental para atividades de agropecuária, exigindo apenas a adesão ao CEFIR, solicitação de ASV e outorga de uso da água, no caso de agricultura irrigada. Naquele momento, Aiba e governo do estado já haviam cadastrado uma área de 8.548.217 hectares.

Para sanar esse problema, em agosto de 2015, a Aiba tratou de se empenhar em agendar encontros com as autoridades dos órgãos ambientais federais alicerçada na narrativa do cumprimento da lei. A pedido da Aiba, o presidente da CNA João Martins reuniu-se com a ministra do Meio Ambiente Isabella Teixeira para solicitar a viabilização do desembargo das áreas produtivas que, segundo a entidade, já estavam regularizadas por meio da padronização de procedimentos que considerassem a legislação ambiental estadual vigente. Na mesma ocasião, o sindicato patronal dos produtores rurais de LEM também esteve reunido com a presidenta do Ibama Marilene Santos para que a se viabilizasse uma solução legal para o problema.

Em novembro, foi a vez de Júlio César Busato, juntamente com o deputado federal Luiz Carlos Heinze, representando a FPA, o presidente e o diretor executivo do IPA Ricardo Tomczyk e João Henrique Hummel Vieira, os deputados federais Adilton Sachetti (PSB/MT) e Valdir Colatto (PMDB/SC) e o engenheiro agrônomo e advogado Rodrigo Justus de Brito, participarem de audiência com a ministra do MMA. Abaixo segue os argumentos de Busato quando do pedido de providências à ministra Isabella Teixeira que, segundo a Aiba, se mostrou surpresa com a informação:

Ministra, estive em 2013, em São Paulo, no lançamento do Cadastro Ambiental Rural. Em seu discurso a senhora disse que este cadastro seria a forma de regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras. A partir daí, convencemos nossos 1300 associados e outros produtores do oeste da Bahia a fazerem o CEFIR. Hoje, dos oito milhões de hectares cadastrados no estado, 75% estão da região oeste; deste total, 98% são associados da Aiba. (...) **Os agricultores precisam de uma solução para as áreas embargadas porque estamos a 15 dias do plantio. Nossa luta é para que a determinação seja cumprida e as áreas sejam desembargadas o mais rápido possível (...).** (AIBA, 2015k, p. 4).

Em dezembro daquele ano, sem referenciar o documento, a Aiba informou que Advocacia Geral da União e Ministério do Meio Ambiente emitiram parecer que reconhecia a validade da legislação da Bahia no que se refere à regularização Ambiental da Propriedade Rural e à dispensa de licenciamento ambiental para condução do plantio e pecuária extensiva. Ainda em dezembro, durante a 28ª Fenagro em Salvador, Aiba e Seagri realizaram um encontro com irrigantes⁸⁶ para tratar a estruturação do setor no estado da Bahia. Após a reunião, as seguintes propostas foram entregues ao secretário da Agricultura: a) criação de uma estrutura de gestão na Seagri para buscar viabilizar e solucionar os problemas atuais dos

e Associação Tocantinense de Municípios e UFMA e da UFT; as Federações da Agricultura e Pecuária dos Estados da BA, MA, PI, TO, e FETAG BA, MA, PI e TO.

⁸⁶ estavam presentes o diretor da Abapa Paulo Mizote; o presidente da Cooperfarms Luiz Pradella; o deputado estadual Eduardo Salles; o superintendente de Política do Agronegócio da Seagri Guilherme Bonfim; o diretor estadual de Irrigação Elias Marques; o diretor de Defesa Vegetal da Adab Armando Sá; o representante da secretaria de Recursos Hídricos José Olímpio, além de presidentes e representantes dos Distritos Irrigados da Bahia. (AIBA, 2015l, p.10).

respectivos Polos de Irrigação, bem como estimular o aumento da área irrigada do estado; b) auxiliar a Seagri na montagem do Plano Estadual de Irrigação, visando sua incorporação ao Plano Nacional da Irrigação, junto à secretaria Nacional de Irrigação; c) montar estruturas pertinentes (estações agrometeorológicas) nos Polos de Irrigação, permitindo a aplicação da lâmina d'água diária corretamente; d) discutir com as demais secretarias procedimentos a serem adotados em casos de crise hídrica, sempre procurando soluções equilibradas entre o possível e o desejado; e) promover o tratamento das políticas de irrigação para o estado sem distinção de irrigação pública ou privada, bem como de pequeno e grande (AIBA, 2015l, p.10).



Figura 8 - A ministra Isabela Teixeira com Júlio Busato, Valdir Colatto, Raimundo Gomes de Matos e Adilson Sachetti, em Brasília
Fonte: Acervo Aiba (2015)

O ano de 2015 foi substancialmente relevante para a conformação do bloco hegemônico, visto que as estratégias discursivas do bloco dos baiúchos com base na formação discursiva ambientalista surtiram efeitos positivos na regularização ambiental das propriedades via CEFIR e, principalmente, nas autorizações de desmatamento e retirada de água, pelo INEMA. Contudo, é importante destacar que o êxito no atendimento às demandas do agronegócio pelo Estado – o que confirmava a conformação do bloco hegemônico tinha como consequência o desmatamento em nascentes e Veredas e a drástica redução das vazões dos rios do Cerrado baiano, ocasionando no agravamento dos inevitáveis conflitos com as comunidades tradicionais existentes na região.

Em fevereiro daquele ano, comunidades tradicionais, entidades e movimentos sociais haviam ocupado a sede do INEMA em Santa Maria da Vitória, reivindicando aos órgãos ambientais competentes providências diante dos graves problemas socioambientais que atingiam a região. Em novembro, seis mil pessoas foram às ruas de Correntina se manifestar contra a autorização para um megaprojeto de irrigação da Fazenda Sudotex, que previa a perfuração de dez poços profundos e reservatórios (piscinões), que teve a devida autorização do órgão estadual para extrair 21 milhões de litros por dia diretamente do aquífero Urucuia (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2019). Tendo em vista o não cumprimento de deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, de que o Inema deveria se abster de emitir novas outorgas e autorizações de uso dos recursos hídricos até a conclusão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, o Ministério Público Estadual emitiu, em dezembro de 2015, recomendação ao órgão para que se cumprisse a determinação do Comitê, solicitando a suspensão imediata da captação de águas subterrâneas pelo empreendimento Sudotex (BONFIM, 2019).

Outro fator importante que contribuiu para o agravamento dos conflitos por água na região foi a oficialização do MATOPIBA que, na perspectiva de expandir as áreas de produção menos consolidadas, se apresentava como um instrumento capaz de garantir a estrutura e segurança necessárias, em que o desenvolvimento de técnicas voltadas à

apropriação e uso das águas na agricultura se mostrava como elemento fundamental. (Ibidem, p.189)

Esse movimento de expansão da fronteira acompanhado pela ocorrência de conflitos pode ser ilustrado quando se observa a quantidade de autorizações para desmatamento e de outorgas de retirada de água emitidas pelo Inema naquele período. Dados de um levantamento realizado em 2016 revelam que somente em 2015 foram concedidos pelos órgãos públicos 124 autorizações para desmatar 72.589,0832 hectares de vegetação nativa em todo o estado da Bahia, sendo que desse total, 42% das concessões foram para a região Oeste. Com relação à emissão de outorgas, em números relativos, 97% da área total autorizada para irrigação em todo o estado haviam sido destinados para o Oeste, com destaque para as bacias dos rios Corrente (37%) e Carinhonha (14%). (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2019, p. 61)

3.3. O Problema da Seca

No ano seguinte, 2016, o bloco passou a se engajar fortemente na construção de estratégias discursivas que visavam acelerar de forma vultuosa os processos de emissão de outorgas junto ao órgão ambiental estadual.

À medida que os conflitos iam se acirrando e a demanda que aglutinava as assertivas contra hegemônicas – de que era necessário suspender as outorgas para que os rios não secassem – ecoava para além do Oeste baiano, a estratégia encontrada pelo bloco dos baiúchos para justificar a baixa vazão dos rios foi retomar a narrativa do “problema da seca”. A explicação para as “crises hídricas” que ocorriam no país logo no início de 2016, que naquele momento comprometiam o abastecimento de água em várias regiões brasileiras, como o estado de São Paulo e o Distrito Federal, foi o resgate da argumentação que predominou durante a década de 1970, de que era necessário “combater” a seca, sob o argumento de que o histórico problema da falta de água sempre foi ocasionado pelo ciclo da natureza – e que agora se acentuava pelas mudanças climáticas. Dessa forma, o bloco dos baiúchos alegava que a baixa da vazão dos rios no Cerrado baiano era provocada principalmente por longos períodos de estiagem que “naturalmente” sempre sucederam, já que o fenômeno da seca e da baixa dos rios ocorriam mesmo antes de o agronegócio se instalar na região e, assim, seria injusto responsabilizar quem provê alimentos e vestimentas, de forma sustentável e dentro da lei, pela diminuição das águas dos rios.

Mais que defender a imagem do agronegócio, o bordão do “combate à seca” passou a ser agregado à reivindicação por mais investimentos ao setor, como renegociação de dívidas e sobretudo a liberação de crédito agrícola, já que as restrições hídricas e de crédito afetavam significativamente a produção agrícola. Alegando que “a crise climática era mais grave que a crise financeira que afetava o setor”, com prejuízos orçados em R\$ 1 bilhão nas lavouras do Oeste, a Aiba logo envidou esforços para solicitar ajuda no combate à seca junto aos governos do estado e federal e instituições financeiras para que as medidas emergenciais fossem adotadas:

O objetivo é apresentar o panorama da região, a fim de que os bancos e as empresas avaliem caso a caso, já que a situação não é linear, **na tentativa de renegociar dívidas e estender o prazo para quem precisar**, conforme estabelece o manual do crédito rural, independentemente de um decreto de emergência (AIBA, 2016e, p. 23, grifos nossos).



Figura 9 - Propaganda da Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil na Revista Aiba Rural

Fonte: Aiba (2016).

3.4. Golpe de 2016, Agricultura Sustentável Sim, Crise Hídrica Não

No mês que antecedeu o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, a Aiba publicou, na edição de abril de 2016 do Informaiba, a notícia de que havia um estudo carimbado por pesquisadores da UFOB, UNEB e da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), que alegava que a agricultura praticada pelo agronegócio na região retinha mais dióxido de carbono (CO₂) no solo que o Cerrado natural.

Em uma estratégia discursiva de desmistificar o “triste título” concedido ao agronegócio por este ser um dos principais emissores de gás poluente no meio ambiente, se mencionava a realização do estudo, intitulado “Agricultura sequestradora de carbono”, sem citar devidas referências e metodologia utilizada na tal pesquisa. Alegava-se, também sem indicar as referências, que “a tese é confirmada por alguns estudos feitos pela Embrapa, que atestam que práticas, como o manejo adequado do solo, podem contribuir para que a agricultura seja uma das principais atividades sequestradora do gás causador do desequilíbrio climático”. (AIBA, 2016d, p. 8). Com isso, se buscava consolidar o consenso de que as atividades do agronegócio são sustentáveis e ajudam a preservar o meio ambiente e a melhorar a condição do país e do mundo, conforme o trecho a seguir:

O estudo revelou ainda que o Oeste da Bahia tem um bioma equilibrado com o acúmulo crescente de carbono por hectare em áreas exploradas por culturas anuais de soja, milho e algodão. **Isso significa que a agricultura de alta produtividade**

praticada na região é sustentável, ou seja, não poluente, e contribui para o equilíbrio ambiental (AIBA, 2016d, p. 8, grifo nosso).

Em julho de 2016, época de estiagem no Cerrado, quando a vazão dos rios da região Oeste apresentava os menores níveis registrados naquele ano e o argumento contra hegemônico de que os pivôs de irrigação eram os principais responsáveis pela baixa vazão dos rios repercutia para além do Oeste do estado, algumas prefeituras da região chegaram a propor aos irrigantes a suspensão temporária de outorgas de água. Argumentando que tal atitude seria demasiada “drástica”, pois ocasionaria em “desemprego, falta de abastecimento e aumento de preço dos alimentos”, a Aiba tratou de realizar uma série de encontros com autoridades municipais, nos quais, segundo a entidade, “assumimos tomar decisões para minimizar os efeitos da crise hídrica” (AIBA, 2016o, p. 18).

Buscando construir uma discursividade que negava a existência de uma crise hídrica⁸⁷, a entidade se prontificou em conduzir uma estratégia discursiva por meio da repetição da afirmação de que as quedas acentuadas das vazões são parte dos ciclos naturais da seca e da chuva, já que “os rios não enchem e secam todos os dias e claramente a irrigação não é o fator decisivo pela baixa vazão dos rios” (AIBA, 2016o, p. 18).

Para legitimar a afirmação de que os irrigantes buscavam fazer a “boa gestão dos recursos hídricos”, a Aiba propôs a seus associados a “iniciativa inédita” de suspender voluntariamente parte de seus pivôs, visando “adequar a água disponível aos múltiplos usos no período de julho até outubro, quando eram esperadas as chuvas para recarregar os rios e os aquíferos da região”. Conforme o trecho a seguir, utilizando-se de tom emotivo para buscar adesão a seu argumento, o presidente da Aiba Júlio César Busato argumentava:

Essa atitude é um indicativo de que praticamos uma agricultura responsável e sustentável. **Nossa preocupação com a água e com o meio ambiente é real, afinal de contas, se faltar água nós também seremos afetados, pois vivemos aqui com as nossas famílias.** Confiante na mudança de cenário no próximo ano, com a chegada do efeito la niña, que deverá normalizar as precipitações pluviométricas e consequentemente as vazões dos rios. (AIBA, 2016g, p. 8, grifo nosso).

A Aiba chegou ainda a afirmar que “não havia confirmação de uma crise hídrica, uma vez que todas as necessidades da população estavam sendo atendidas e que os dados históricos mostravam que após um período prolongado de baixas precipitações de chuvas, logo a seguir viria um período de boas chuvas bem distribuídas, afirmando que provavelmente não enfrentariam esses problemas no próximo ano” (AIBA, 2016o, p. 18). Dessa forma, era preciso informar devidamente a sociedade sobre o real motivo da baixa vazão dos rios.

⁸⁷ Na edição n.º 6 da Revista Aiba Rural, publicada no 3º trimestre, 2016, o título do artigo que tratou desse fato interrogava “Crise hídrica?”.



Figura 10 - Capa do Informaiba, 3º trimestre de 2016

Fonte: Aiba (2016).

Essa performance discursiva ilustra a acentuação da situação de conflitividade entre o bloco dos baiúchos e comunidades tradicionais geraizeiras, revelando também o acirramento do antagonismo entre os dois grupos. Dessa forma, era necessário “conscientizar a população e levar a informação correta”, de que o agronegócio conta com tecnologias de ponta que garantem a recarga do aquífero Urucuia e apresentam soluções de preservação e sustentabilidade dos rios, sempre dentro da lei. Em artigo da edição #4 da Revista Aiba Rural sobre a baixa vazão do rio de Ondas, no município de Barreiras, alegava-se que:

A grande diferença entre o que ocorreu em 1972 e o que se pronuncia em 2016, é que na década de 70, nem o cerrado era utilizado para agricultura de irrigação, bem como as margens do rio de Ondas devastadas por uma infinidade de chácaras, **inclusive a maioria das chácaras utilizam as águas do rio de Ondas para consumo animal e irrigação de gramados e pomares. Os órgãos responsáveis pelo uso das águas precisam agir com celeridade para realizarem um amplo levantamento de quanta água é retirada do rio de Ondas, através de rodas d'águas e pequenas bombas elétricas.** (LENA, 2016, grifo nosso)

Outra estratégia discursiva que compunha as atividades sustentáveis do agronegócio que contribuíam para sanar os problemas das crises hídricas decorrentes da “falta de chuvas” e da “má gestão das águas”, foi o apontamento da demanda por estudos de monitoramento e de quantificação da disponibilidade hídrica da região que comprovariam que a irrigação não era o fator principal da baixa vazão dos rios e aquíferos. Esse argumento advinha do rol de diretrizes neoliberais estabelecidas pelos organismos internacionais e pelo Banco Mundial dos anos 1990, que preconizava a eficiência alocativa dos recursos naturais por meio de privatizações, a fim de minimizar possíveis conflitos, conforme o trecho a seguir:

Relatório divulgado pelas Nações Unidas no início deste ano afirma que, se nada for feito, as reservas hídricas do mundo podem encolher 40% até 2030 e comprometer o abastecimento da população mundial. (...) **A recomendação é melhorar a gestão das águas e da energia. Principalmente na irrigação, maior consumidor de água do**

Brasil. (...) Primeiro, é preciso entender que a instalação do pivô é controlada pelo Estado através de outorgas. Elas são cedidas após estudos de coordenadas, capacidade de vazão do rio e impactos ambientais. **Essa política é extremamente necessária para mantermos nossos rios.** (NUNES e FELIX, 2015, grifo nosso)

De acordo com artigo publicado na Revista Aiba, a ONU alegava que em 2050 a agricultura e a indústria de alimentos iriam precisar incrementar em 40% sua demanda por água para aumentar a produção e, dessa forma, o monitoramento adequado seria um dos pré-requisitos para o sucesso de qualquer sistema de gestão das águas que viabilizem projetos de investimentos e de gerenciamento em tempo real das águas. (NUNES e FÉLILX, 2015)

A fim de criar um consenso sobre o argumento de que o único caminho para evitar a ocorrência de conflitos era garantir a devida alocação dos recursos hídricos, em julho de 2016, Aiba e Abapa, em parceria com a Bunge, Abiove e a The Nature Conservancy (TNC) que, segundo a Aiba, é a “maior organização ambiental do mundo”⁸⁸, lançaram a primeira edição do guia “Boas Práticas Agrícolas e Água”. A apresentação do guia, assinada pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, ressignifica a imagem do agronegócio predatório como “coisa do passado”. Agora, é a “Agricultura Sustentável” o grande vetor de “crescimento socialmente justo e ambientalmente responsável”, que possibilita “a consolidação de uma produção rural ambientalmente responsável sem a necessidade de abrir mão da qualidade e da diversidade dos produtos, assim como da alta produtividade, que se traduzem em prosperidade agrícola, crescimento econômico e bem-estar das comunidades do oeste baiano” (THE NATURE CONSERVANCY, 2016).

Segundo o ex-ministro, “segurança alimentar e sustentabilidade andam juntas, sendo que a garantia da primeira necessariamente está condicionada à solidez da segunda, especialmente a segurança hídrica”. Assim, os agronegociantes ressignificavam as suas estratégias discursivas de vincular a sustentabilidade ambiental ao significante “Agricultura Sustentável”, outorgando-lhe, nas palavras de Balsa (2017), uma funcionalidade discursiva na busca de uma adesão consensual a essa concepção de modelo de produção rural a ser seguido, conforme o trecho abaixo extraído das conclusões do guia:

A agricultura e a pecuária que antes eram sustentadas pela produção a qualquer custo e no caminho inverso da conservação ambiental vêm saindo de cena para dar lugar à agropecuária sustentável. **Irrigações desmedidas, uso excessivo de defensivos e fertilizantes químicos, revolvimento, preparo e compactação do solo intensivos e favorecimento de erosões são aspectos que vêm, aos poucos, sendo superados pelos novos padrões de sustentabilidade ambiental na produção rural.** (...) A Região Oeste da Bahia, pertencente à chamada “última fronteira agrícola do país”, está agora diante de um grande desafio: dar o exemplo ao Brasil e ao mundo de que é possível, sim, produzir e se desenvolver com

⁸⁸ Conforme já apontado, a TNC foi um dos atores que estiveram à frente do desenho do Plano Oeste Sustentável, que deu início à reformulação da legislação ambiental no Oeste da Bahia em conformidade ao Novo Código Florestal. A TNC é a principal organização não governamental que atua em parceria com grandes multinacionais do agronegócio, como a Bunge e a Syngenta. Desenvolvendo projetos no Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica, entre as suas ações, estão o mapeamento de imóveis rurais para registro no CAR, guias de boas práticas socioambientais e plataformas online de monitoramento das condições ambientais da cadeia de fornecedores do agronegócio (BUNGE, 2023).

responsabilidade ambiental⁸⁹. (THE NATURE CONSERVANCY, 2016, p. 66, grifo nosso).

Convém lembrar que no mês de junho de 2016 (o mês que sucedeu o golpe que depôs a presidenta Dilma), a Rede Globo de Televisão iniciou a campanha “Agro: a Indústria Riqueza do Brasil”, com o mote “Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo”, na busca de construir uma imagem positiva do setor produtivo, sendo este a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso – não só para o rural, já que, em meio a reflexos de uma crise econômica, manteria o crescimento do país a partir da “indústria-riqueza do Brasil” (A. D. SANTOS et al., 2019, p.56).

Em julho, outra vitória que consagrava a posição hegemônica do bloco dos baiúchos foi a publicação da Medida Provisória Nº 733, de 15 de junho de 2016, assinada pelo presidente golpista Michel Temer e que depois foi convertida na Lei n.º 13.340, de 28 de setembro de 2016, que concedia descontos de 65% a 95% das dívidas dos ruralistas, que chegavam perto de 1 trilhão de reais (GRAIN, 2019).

No mês de agosto, Rui Costa assinou o Decreto Estadual nº 16.963/2016, que criou um procedimento especial de licenciamento ambiental, por meio de um cadastro *online*, que dispensa estudo ambiental ou vistoria prévia independentemente do porte, natureza ou localização do empreendimento ou atividade agrossilvipastoril. Na prática, o decreto flexibilizou o licenciamento ambiental, ao permitir o INEMA efetuar as autorizações administrativas sem que houvesse a elaboração de estudo ambiental ou alguma vistoria prévia.

No mesmo mês, o presidente da Aiba e vice-presidente do IPA Júlio Busato assumia a presidência da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura⁹⁰, o mesmo, juntamente com o deputado estadual Eduardo Salles, esteve reunido com o ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Filho, solicitando a ampliação de linhas de transmissão de energia elétrica no Oeste da Bahia para “irrigar e agroindustrializar os produtos, gerando divisas à Bahia e ao Brasil e criar postos de trabalho” (AIBA, 2016).

Para justificar esse pleito, Busato apresentou ao ministro um estudo que alegava que no município de LEM, à época com 60% da área cultivada pelo agronegócio, o IDH estava situado na quarta colocação do estado da Bahia, com renda per capita de aproximadamente R\$ 45 mil. Por outro lado, o município de Côcos, que tinha “apenas” 6% da área plantada, a colocação no *ranking* era acima de 200 e registrava uma renda per capita seis vezes menor, explicando que essa diferença se dava em “função das terras não poderem ser irrigadas em virtude da dificuldade energética para implantar a irrigação e transformar a vida das pessoas” (AIBA, 2016h, p.4).

Em novembro, Busato também esteve com o ministro da Casa Civil Elizeu Padilha durante almoço promovido pela FPA, em que constavam no “cardápio” temas como licenciamento ambiental, terra para estrangeiros, legislação trabalhista, reservas indígenas, entre outros. Segundo a Aiba, “o objetivo desses encontros-almoços é colocar em pauta as

⁸⁹ Embora se exalte a imagem do agronegócio como sustentável, nas conclusões do Guia, se elencam algumas recomendações que não encontramos nas publicações da Aiba, como a necessidade de estudos mais conclusivos sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas e a urgente redução do uso de defensivos agrícolas, que pode estar comprometendo a qualidade do solo e das águas no oeste baiano, além de se constatar um elevado grau de desmatamento na região, mesmo diante da sua importância em termos de biodiversidade e de recarga do aquífero Urucuia, responsável pela disponibilidade hídrica das bacias. (TNC, 2016, p. 67)

⁹⁰ Naquele momento, a Aiba já estava presente em quatro câmaras temáticas do MAPA: Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio; Infraestrutura e Logística; Agricultura Sustentável e Irrigação; e de Insumos Agropecuários. E nas câmaras setoriais do Milho e Sorgo e da Soja (AIBA, 2016h, p. 9).

discussões pertinentes ao agronegócio, a fim de ampliar a atividade e promovê-la de forma sustentável” (AIBA, 2016k, p. 3).



Figura 11 - Busato, Jacobsen, Temer e Marcos Montes na sede da FPA em Brasília
Fonte: Acervo Aiba (2016).

No mesmo mês, a Abapa deu início a uma “ação educativa” – que a partir de 2019 se tornaria uma atividade permanente da entidade, quando levou 50 estudantes da rede pública de ensino fundamental do município de Barreiras para conhecerem o cultivo de algodão da região, uma vez que, segundo o presidente da Abapa Celestino Zanella: “infelizmente essas crianças têm pouco contato com o campo, usam os produtos derivados da fibra, mas não conseguem associá-los à matéria-prima”. Fazendo jus ao *slogan* “o agro é tudo”, o trecho a seguir explicita a capacidade de convencimento do agronegócio de favorecer sua imagem no imaginário das crianças:

“Hoje eu aprendi que a agricultura são as roupas que eu uso, os alimentos que eu como, as bebidas que eu bebo. **Eu não sabia que a minha roupa, o meu cobertor, o óleo que a minha mãe usa todos os dias na comida, e várias outras coisas, são feitas de algodão.** Aprendi muito, aqui”, foi o que disse Marcela Neves, de 11 anos, estudante do 6º ano, no Colégio Municipal de Aplicação Octávio Mangabeira Filho. (AIBA, 2016h, p. 9, grifo nosso).



Figura 12 - Ação educativa da Abapa “Conhecendo o Campo” com estudantes do Ensino Fundamental Municipal de Barreiras
Fonte: Abapa (2016).

Em novembro de 2016, o governador Rui Costa recebeu Julio Busato em seu gabinete para acolher as demandas apresentadas pelo setor no estado da Bahia, entre as quais se destacavam: o aumento no valor do Prodeagro para ampliar as obras de transporte e logística; a implantação de indústrias esmagadoras de caroço de algodão e moinho para trigo; mais incentivos a pesquisas de variedades de soja, algodão e cevada; o envio de um helicóptero, ampliação de viaturas e maior contingente de policiais na região para reforçar a Operação Safra; e a ampliação de linhas de distribuição e subestações de energia elétrica para a implantação de novas indústrias e projetos de irrigação (AIBA, 2016k, p. 12).

Não tardou para que algumas demandas da Aiba/Abapa fossem atendidas rapidamente pelo governo estadual. No final daquele mesmo mês, foi aprovado pelo conselho gestor do Prodeagro um pacote de R\$ 6 milhões direcionados para investimento em recuperação, revitalização e conservação de estradas; construção e recuperação de pontes; além de um aditivo ao estudo do potencial hídrico da região Oeste e o melhoramento genético da soja pela Fundação Bahia (AIBA, 2016l, p. 8).

Nessa conjuntura, faz-se imprescindível lembrar da edição, às vésperas do Natal, da Medida Provisória 759 de 22 de dezembro de 2016, assinada por Michel Temer e que posteriormente se converteria na atual Lei 13.465/17 (chamada Lei da Grilagem), ao trazer profundas alterações nos marcos fundamentais da legislação fundiária e agrária no país. Sem haver qualquer discussão com a sociedade, o presidente de ocasião modificou 21 Leis, 1 Medida Provisória e 4 Decretos que haviam sido editados entre 1941 e 2015 (CPT et al, 2020).

Em linhas gerais, a MP validava a regularização de latifúndios em todo o território nacional, além de colocar massivamente um enorme quantitativo de terras no mercado, o que apontou para um esvaziamento na política de reforma agrária no Brasil, enfraquecer a criação de projetos de assentamento e regularização de terras públicas de posses de comunidades tradicionais. A diretriz ainda cumpria o papel de alimentar o falso entendimento de que as políticas fundiárias deveriam ser voltadas para o mercado, já que este possuía condições de resolver os problemas agrários no país⁹¹. (SAUER e LEITE, 2017, p. 32)

Amparada por essas medidas, no final de 2016, a Aiba já apontava que quase 90% dos 9,1 milhões de hectares de terras do Oeste baiano já estavam devidamente regularizados no CEFIR, sob o fundamento de que “os produtores rurais baianos estavam entre os que mais respeitavam o Código Florestal Brasileiro, uma vez que os números das adesões ao CEFIR e/ou ao PRA na Bahia refletiam o interesse do produtor rural de cumprir a legislação ambiental e corrigir passivos ambientais” (AIBA, 2016j, p. 12). Em dezembro, a Bahia atingia a marca dos 100 mil registros de propriedades no CEFIR.

Outra vitória do agronegócio foi a decisão da Justiça Federal de extinguir a ação impetrada pelo Ministério Público Federal que determinava a obrigatoriedade do prévio licenciamento ambiental para atividades agrossilvipastoris em todo o território baiano. Para a Aiba, a decisão judicial “reconhecia a legitimidade do CEFIR e da Autorização por Procedimento Especial de Licenciamento, ambos emitidos pelo Inema para fins de regularização ambiental das propriedades rurais”. (AIBA, 2017a, p. 2).

Em junho de 2016, O MPF havia recomendado ao governador do estado, Rui Costa, a revogação do Decreto nº 15.682/14, que isentou as atividades agrossilvipastoris de licenciamento ambiental. O MPF considerou que a norma contrariava legislação federal sobre a matéria, que determina a exigência do licenciamento para as atividades potencialmente

⁹¹ Para além do desmonte institucional – a extinção do MDA era apenas um dos sinais emblemáticos dos ataques às políticas públicas relacionadas à reforma agrária –, a aliança da bancada ruralista com o agronegócio é chave para entender a edição da MP 759 e várias outras medidas, como, por exemplo, o perdão de juros da dívida da contribuição do empregador rural e a própria diminuição da alíquota do Funrural. (SAUER e LEITE, 2017)

causadoras de impactos ambientais, e submete a grandes riscos ambientais todo o ecossistema. Entretanto, a recomendação não foi acatada por Rui Costa. No mês seguinte, o MPF e o Ministério Público do Estado da Bahia ajuizaram conjuntamente ação civil pública contra o Estado da Bahia e o Inema para suspender os artigos do Decreto Estadual nº 15.682/2014, requerendo que o Inema voltasse a realizar os licenciamentos.

Em novembro, dentro do mesmo processo, os MPs requisitaram a anulação do Decreto Estadual n. 16.963/2016 que criava um procedimento especial de licenciamento ambiental, por meio eletrônico, dispensando estudo ambiental ou vistoria prévia para as atividades agrossilvopastoris. Segundo os MPs, como este decreto, o Estado da Bahia buscou manter a desregulamentação ambiental das atividades e empreendimentos agrossilvopastoris iniciada com a edição do Decreto Estadual n. 15.682/2014, que isentava tais atividades do licenciamento ambiental, a partir da criação de um simulacro de licenciamento ambiental, que nada mais é do que uma autorização administrativa eletrônica para suprir a exigência legal, sem que haja a elaboração de qualquer estudo ambiental ou vistoria prévia, uma verdadeira autorregulação ambiental (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016).

Esse êxito no plano discursivo legal-institucional, de flexibilizar o licenciamento ambiental, estava em consonância com as demandas ruralistas da FPA que, não bastasse as alterações nas legislações ambientais em curso, defendia um novo marco legal para o licenciamento ambiental, com vistas a acelerar os investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais que, segundo o presidente da Frente, deputado Marcos Montes, estavam sendo “atracados pela ideologia que se construiu no governo passado” (FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA, 2016). Vale destacar que na mesma pauta de reivindicações de mudanças na legislação advindas do setor a nível nacional, estava também a reforma trabalhista, aprovada posteriormente, em 2017.

Assim, o ano de 2016 terminava com uma vitória significativa para o agronegócio baiano, dada à conjuntura favorável à consolidação de sua aliança com o Estado e demais atores econômicos pautada pelo mote da “agricultura sustentável”, o que possibilitou recordes na produção de *commodities* agrícolas graças à ampliação da fronteira decorrente da flexibilização das legislações ambientais.

3.5. Nós, Irrigantes, Somos os Principais Interessados em Preservar os Rios

Dando continuidade às estratégias discursivas que vinham sendo empregadas com efetividade, em janeiro de 2017, a Aiba passou a afirmar que a agricultura no Brasil era praticada de forma tímida se comparada a outros países com extensão territorial menor. Isso se devia ao entrave de haver, no país, “burocracias e leis ambientais muito severas”, como a Moratória da Soja no Cerrado⁹² (AIBA, 2017a, p. 15). Reforçando a narrativa ambientalista, o recém empossado presidente da Abapa Júlio César Busato (que até então era o presidente da Aiba) argumentava que a Moratória da Soja no Cerrado seria um entrave para ampliar a área cultivada de soja, principalmente na região do MATOPIBA:

⁹² A Moratória da Soja consistiu em uma coalizão política entre sindicato de trabalhadores rurais, ONGs e corporações do setor agroalimentar. Em abril de 2006, o documento do Greenpeace “Comendo a Amazônia”, alertava para o fato de a indústria internacional do setor agroalimentar estar articulada ao desmatamento, à grilagem, ao trabalho escravo e à violência no campo. Em julho do mesmo ano, as corporações se uniram em torno de uma estratégia para os impactos das denúncias junto à opinião pública. Por meio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), algumas empresas se comprometeram em implantar um programa de governança com o objetivo de não comercializar a soja da safra oriunda de áreas que fossem desflorestadas dentro do Bioma Amazônico após outubro de 2006. Assinaram o acordo empresas como AMAGGI, CARGILL, BUNGE, ADM, DREYFUS, ABC INCO e IMCOPA. A iniciativa tinha a duração de 2 anos e inaugurou o chamado “ambientalismo empresarial”, através de normas de conduta, protocolos e acordos e regulações. (SILVA, 2014)

Hoje, mais de 90% dos produtores daqui recorrem aos métodos que buscam a produtividade e a sustentabilidade de seu negócio, como a adoção de boas práticas ambientalistas como manutenção da Reserva Legal, proteção de APPs, plantio direto ou na palha **para garantir a recarga do aquífero Urucuia, demonstrando, assim, a sua grande preocupação com a preservação do meio ambiente** (AIBA, 2017a, p. 15, grifos nossos).

Ainda em janeiro de 2017, Rui Costa inaugurou um trecho da rodovia BA-225 que liga a BR-135 ao distrito da Coaceral, em Formosa do Rio Preto totalmente restaurada, uma reinvidicação antiga da entidade, sendo a via uma das mais importantes para o escoamento da produção agrícola da região, “mas que há tempos não passava por manutenção, dificultando a logística e onerando o frete dos produtos, além de colocar em risco a vida de quem por ela trafegava” (AIBA, 2017a, p. 10).

No mesmo mês, com vistas a “prevenir a escassez hídrica”, os presidentes da Aiba e Abapa, Celestino Zanella e Júlio César Busato, respectivamente, percorreram os gabinetes do Inema/Sema, Seinfra e Secretaria de Agricultura em Salvador, além de serem recepcionados para um almoço na residência oficial do governador Rui Costa:

No Inema, a pauta foi as outorgas de água e o projeto de melhoria no sistema de monitoramento dos rios (...) **O objetivo é otimizar o uso de suas águas, evitando, assim, o desperdício e prevenindo a escassez hídrica. (...) Nós, irrigantes, somos os principais interessados em preservar os rios, pois dependemos dele para sobreviver e também para gerar emprego e renda**”, defendeu Zanella (AIBA, 2017b, p. 3, grifos nossos).



Figura 13 - Rui Costa e Márcia Telles com Celestino Zanella e Moisés Schmidt na base avançada do GRAER em Barreiras

Fonte: Acervo Aiba (2017).



Figura 14 - Busato e Zanella na residência do governador Rui Costa e no gabinete do vice-governador João Leão
Fonte: Acervo Aiba (2017).

A nível nacional, o agronegócio também se beneficiava com as políticas de incentivo do governo federal, que logo no início de 2017 acabara de destinar R\$ 80 milhões dos recursos do orçamento aprovado para subvencionar o seguro rural de milho e trigo e mais R\$ 10 milhões para subvenções de outras atividades, como pecuária, olericultura e reflorestamentos (AIBA, 2017b, p. 16). O poder judiciário também seguia atendendo os pleitos da Aiba/Abapa, que há quase uma década à época, havia movido uma ação judicial para derrubar o tributo Salário-Educação⁹³. Em fevereiro de 2017, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília julgou de forma definitiva que a cobrança era indevida, e garantiu também a restituição dos valores arrecadados desde 2003. De acordo com a Aiba, a extinção da cobrança representava a desoneração da carga tributária sobre a folha em mais de 90% (AIBA, 2017b, p. 16).

Em fevereiro, Aiba e governo do Estado iniciaram uma mobilização para implementar o Plano de Manejo e formar o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio de Janeiro. Com pouco mais de 350 mil hectares sobre o Aquífero Urucuia, a APA do Rio de Janeiro foi criada em 1993 e está localizada próximo à Serra dos Geraís, na divisa entre a Bahia e o Tocantins, entre os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Dotada de uma diversidade de atributos naturais de Cerrado, como campos limpos, cerradões, matas de galeria, veredas, rios cristalinos e cachoeiras exuberantes, aos olhos do bloco dos baiúchos, a APA do Rio de Janeiro representa uma abundante oferta de água para irrigação de soja, algodão e milho. A elaboração do plano de manejo – instrumento que institui as regras de uso para a unidade de conservação e as formas de manejo dos recursos naturais – e a formação do conselho gestor já haviam sido previstas pelo Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 10/2015, firmado em dezembro de 2015 entre Sema, Inema e o Instituto Aiba – IAIBA. A execução do projeto estaria por conta da empresa de consultoria ambiental Greentec e o financiamento pelas entidades estrangeiras Fundação Solidaridad e The Sustainable Trade Initiative.

Fica evidente que o interesse em conduzir a gestão da APA era essencialmente da Aiba/Abapa, governo da Bahia e multinacionais. Sem citar a existência das comunidades tradicionais que secularmente existem na região, na primeira reunião de construção do Plano

⁹³ O Salário-Educação é uma contribuição social devida pelas empresas que é destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública.

de Manejo, estavam presentes, segundo Aiba e Abapa, os “agricultores da região”, os presidentes dos Sindicatos de LEM e Barreiras, secretários de Meio Ambiente e de Agricultura dos dois municípios, consultores ambientais, docentes e discentes de universidades, ONGs, Ibama, representantes da Bunge e Galvani, entre outros (AIBA, 2017b, p. 18).⁹⁴

3.6. Estudo do Potencial Hídrico do Aquífero Urucuia: Um Marco Temporal Para o Uso da Água

No início de abril de 2017, o bloco dos baiúchos formou, em peso, uma comitiva para conhecer o sistema de irrigação que extrai as águas do Aquífero Ogallala, no estado de Nebraska, EUA. A comitiva foi composta por pelos presidentes da Aiba e Abapa, Celestino Zanella e Júlio Busato, respectivamente, a presidenta do SPRLEM Carminha Missio, os secretários Geraldo Reis (Meio Ambiente), Vitor Bonfim (Agricultura), a diretora geral do Inema Marcia Telles, o diretor de Águas do Inema Eduardo Topázio, o diretor de Revitalização de Bacias da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento José Olímpio Rabelo de Moraes, o deputado estadual e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia Eduardo Salles, os pesquisadores da UFV Aziz Galvão da Silva Júnior, Marcos Heil Costa, Fernando Pruski e Eduardo Marques e o pesquisador da UFRJ Gerson Cardoso da Silva Junior.

Formado há mais de um milhão de anos por ações geológicas que possibilitam a sua recarga com água proveniente da neve e das chuvas nas Planícies Centrais dos EUA, o Aquífero Ogallala, cujo nome tem origem numa das sete divisões povo indígena Sioux, é considerado um dos maiores e mais importantes mananciais da América do Norte, abrangendo cerca de 450 mil quilômetros quadrados de extensão e oito estados⁹⁵. As suas águas são extraídas por meio de bombas d'água movidas a gás e sistemas de irrigação de alta tecnologia, criadas após a Segunda Guerra Mundial, para atender às necessidades de irrigação de quase um quinto da produção de trigo, milho, algodão e gado confinado nos EUA, e com produção agrícola estimada em 35 bilhões de dólares. (SALDANHA, 2020; THE CONVERSATION, 2018)

O Nebraska é o estado com a maior área irrigada no país, onde cerca de 85% dos 5,4 milhões de hectares irrigados são abastecidos por águas subterrâneas extraídas do aquífero Ogallala e bombeados para mais de 100 mil poços. A área irrigada corresponde a 13,5% do total de áreas irrigadas no país, com mais de 55 mil pivôs centrais instalados que cobrem uma área de 2,7 milhões de hectares. Com isso, o estado ocupa o 3º e o 5º lugar, respectivamente na produção de milho e soja estadunidense, além de ser o maior produtor de carne bovina e o segundo maior produtor de etanol dos Estados Unidos. Segundo a página Compre Rural Notícias, a prevalência de áreas irrigadas em Nebraska está relacionada à abundância de recursos hídricos subterrâneos do Ogallala, e o sucesso da irrigação no estado é atribuído à “governança e gestão eficazes dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que garantem o uso sustentável da água, que é essencial para manter a produtividade agrícola” (COMPRE RURAL NOTÍCIAS, 2023).

⁹⁴ O Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio de Janeiro foi aprovado pelo CEPRAM somente em maio de 2022, tendo sido questionado por representantes de ONGs apoiadoras das comunidades tradicionais da região pelo fato de as regras do zoneamento proposto não buscarem conciliar o setor produtivo com a conservação do Cerrado. Mais de 80% da água captada na APA é direcionada à irrigação e embora inúmeras comunidades relatem problemas de acesso à água, menos de 11% é usada para abastecimento humano. O conjunto da sociedade civil do CEPRAM havia votado contra a aprovação, solicitando que o processo entrasse em diligência para rever o plano, mas o pleito não foi atendido. (JORNALISTAS LIVRES, 2022).

⁹⁵ Colorado, Kansas, Nebraska, Novo México, Oklahoma, Dakota do Sul, Texas e Wyoming.

Nos trechos a seguir, vemos o entusiasmo do presidente da Aiba Celestino Zanella, do secretário de Meio Ambiente Geraldo Reis e do secretário de Agricultura Vitor Bonfim, para a realização do estudo do potencial hídrico do Sistema Aquífero Urucuia, que validará a possibilidade de trazer para o Oeste da Bahia a experiência de Nebraska, possibilitando ampliar irrigar em torno de 2 milhões de hectares de terras com as águas do Aquífero Urucuia e, assim, triplicar a produção:

O estado de Nebraska tem uma capacidade menor que a nossa e irriga uma área bem maior, **sem colocar em risco a segurança hídrica**. O que queremos é quantificar essa água para que possamos fazer bom uso dela, porque **água cara e desperdiçada é aquela que cai no mar e que não temos como usar**, defende Zanella.

O projeto é audacioso e é visto com bons olhos pelo secretário estadual do Meio Ambiente, Geraldo Reis, que também integra a missão. **Para ele, a iniciativa evidencia a preocupação do grupo com o meio ambiente e seus recursos naturais**. “É muito valiosa para nós essa convergência no interesse por um estudo técnico-científico, com valor acadêmico, que possa embasar uma discussão consistente sobre o tema”, disse o secretário.

O secretário de Agricultura, Vitor Bonfim, ressalta que **o estudo será um marco temporal na questão do uso da água na região**, já que a discussão sobre o tema tem sido pauta frequente, devido à escassez do recurso em algumas regiões do Brasil (AIBA, 2017d, p.11, grifos nossos).



Figura 15 - A delegação dos baiúchos em visita a Nebraska, EUA

Fonte: Acervo Aiba (2017).

Na Bahia Farm Show de 2017, o estudo do potencial hídrico foi anunciado em transmissão ao vivo pelo Canal Rural, que a partir de 2016 passou a transmitir a programação da feira com o Fórum Canal Rural:

A pesquisa (...) tem o objetivo de quantificar a disponibilidade da água e sua importância para os múltiplos usos nas bacias do Rio Grande e Corrente, no oeste da Bahia, **o que garante a segurança hídrica para manter a irrigação e, consequentemente, a produção sustentável de alimentos**. (...) Para o presidente da Bahia Farm Show e Aiba, Celestino Zanella, **o estudo vai trazer bases científicas em torno da discussão relacionada ao uso das águas (...) e vai incentivar o uso mais eficiente da irrigação**. Júlio Busato, presidente da Abapa, acredita que essa iniciativa é fundamental (...) **para que se chegue a um sistema de controle de nossa água, que nos ofereça segurança para promover a irrigação de forma sustentável**. (AIBA, 2017f, p. 10, grifos nossos).

Ainda nessa edição da feira, em palestra proferida pelo pesquisador da Embrapa André Torre Neto, intitulada “Irrigação Inteligente no MATOPIBA”, em que foi apresentado um estudo desenvolvido pela Universidade da Georgia, nos EUA, afirmava-se que a expansão da agricultura irrigada seria a principal alternativa para quebrar o ciclo da pobreza e preservar as fontes de água, com o objetivo maior de aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos:

O projeto foi trazido e começa a ser adaptado à realidade brasileira, pela Embrapa, em parceria com a universidade americana. A proposta é (...) **contribuir para a preservação das fontes de água.** (...) Batizado de Projeto SWAMP, o programa (...) busca estabelecer o manejo de irrigação adequada específica para esta região. “O que se pretende é ter uma solução nacional, e estamos trabalhando para isso: **a irrigação inteligente como a mais moderna alternativa para quebrar o ciclo da pobreza**”, conclui (AIBA, 2017f, p. 13, grifos nossos).

Em maio de 2017, foi criado o Núcleo de Mulheres do Agro do Oeste da Bahia, que tem por finalidade aproximar as produtoras e demais mulheres que estejam inseridas direta e indiretamente à atividade produtiva, estimulando a troca de experiências, além da organização de uma agenda que contemple ações regionais integradas, que vão desde as áreas da educação, social, ambiental até o próprio setor produtivo e com temas de gestão, empreendedorismo, sucessão e sustentabilidade (NÚCLEO MULHERES DO AGRO, 2018)

A nível nacional, o setor do agronegócio havia conseguido uma de suas maiores vitórias, decorrente do golpe que havia destituído a presidenta Dilma Rousseff no ano anterior, que foi a transformação da MP 759 na atual Lei 13.465, de 10 de julho de 2017, conhecida como “Lei da grilagem”. Fruto de uma intensa negociação com os ruralistas, a nova lei, em linhas gerais, permite a legalização massiva de áreas públicas ocupadas ilegalmente na Amazônia Legal, retira exigências ambientais para a regularização fundiária, aumenta de 1,5 mil m² para 2,5 mil m² a área que pode ser desmatada, estende a anistia aos proprietários que desmataram suas terras até 2011 (antes era até 2004) e determina que terras públicas já ocupadas podem ser compradas com descontos de 90% a 50% do valor mínimo da tabela do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra). (CPT et. al, 2020, p. 6)

Além disso, a Lei da grilagem destina terras públicas e devolutas prioritariamente para médias e grandes áreas por meio de regularização da propriedade privada, invertendo a prioridade constitucional de destinação de terras públicas e devolutas a categorias fundiárias mais protetivas, como territórios indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação de uso sustentável e assentamentos de reforma agrária. A nova lei facilita, ainda, a introdução dessas terras em cadeias de produção global, ao fomentar o mercado de terras com a antecipação da autorização de venda dos lotes de até 4 módulos fiscais em assentamentos criados ou desmembrados até 22 de dezembro de 2014⁹⁶.

Em agosto de 2017, a Aiba promoveu uma reunião com o gerente de Relacionamento com Clientes Corporativos, Paulo Medeiros, e o gerente de Cadastro de Clientes Corporativos da COELBA, Rafael Sardeiro, para pleitear a criação de novas subestações de eletricidade e a concessão de benefícios tarifários e fiscais na área, já que, segundo a Aiba, “muitas comunidades agrícolas ainda não possuíam energia elétrica, como no caso da Coaceral e Jaborandi, e em outras, a oscilação da tensão provocava o mau funcionamento dos motores de pivôs, bombas d’água, algodojeiras e silos” (AIBA, 2017i, p.6).

⁹⁶ Somente em 2017, foram emitidos pelo Incra 123 mil títulos individuais, um recorde em relação aos governos anteriores, cuja média entre 2003 e 2016 girou em torno de 20 mil títulos/ano. A nova lei viabilizou, dessa forma, a transferência de uma área equivalente à Espanha (40 milhões de hectares) de patrimônio público federal para o domínio privado (CPT et. al, 2020, p.6).

No mês seguinte, na Câmara dos Deputados, em Brasília, durante o “Seminário Irrigação no Brasil: Uma nova Gestão”, Aiba, CNA e outras entidades do agronegócio no país entregaram a “Carta Aberta dos Irrigantes” aos representantes da FPA, à deputada (e futura ministra do MAPA no governo Bolsonaro) Teresa Cristina (PSB/MS) e ao deputado Guilherme Coelho (PSDB/PE)⁹⁷. Na carta, os irrigantes clamavam pela transferência do comando da Política Nacional de Irrigação para o Ministério da Agricultura, que naquele momento se encontrava sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, uma vez que o MIN havia extinguido a Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR), o que “deixava a política de agricultura irrigada sem comando e direcionamento”. O argumento era de que o MAPA seria o órgão adequado para executar as demandas da agricultura irrigante e, dessa forma, o “fortalecimento da Política Nacional de Irrigação levaria à expansão da área irrigada, verticalizando a produção agropecuária, gerando empregos, reduzindo o risco climático e promovendo o uso eficiente dos recursos naturais” (AIBA, 2017i, p.6).

Na edição #07 da Revista Aiba Rural, cuja capa traz um desenho tridimensional do Sistema Aquífero Urucuia e o título “Urucuia, a caixa d’água sob o Cerrado”, são publicados vários artigos com teor mais “acadêmico”. O editorial, assinado pelo presidente da Aiba Celestino Zanella comemora a “performance excelente” da safra da soja 16/17, afirmando que ainda havia uma área enorme para crescer, e comenta sobre a ameaça do retorno do licenciamento ambiental, que “teima em ressurgir através da ordem de um juiz, a pedido da promotoria pública”, mas que após gestões na Sema, Seagri, Faeb e outros órgãos do governo estadual, “continuamos em compasso de espera para achar mais uma solução para este velho problema ambiental”. Referindo-se ao estudo do potencial hídrico, faz uma referência ao modelo de gestão do sistema de irrigação de Nebraska, em tom bucólico:

O potencial hídrico do Oeste da Bahia sempre saltou-me aos olhos, pois vejo os rios nascendo no Oeste e rumando para leste, céleres, ligeiros, límpidos, serpenteando os gerais e vales. O tamanho do Oeste, comparado com o estado americano do Nebraska é semelhante. A diferença está no tamanho da irrigação de cada região. (...) Eles começaram a irrigação em 1895. (...) Fomos para o Nebraska com o objetivo específico de conhecer e discutir o sistema de governança dos recursos hídricos deste estado, em oposição ao nosso Oeste Baiano. (...) **Precisamos de dados científicos, intensamente pesquisados, que devem ser reconhecidos e aplicados na formulação e implementação de políticas públicas** (AIBA, 2017m, p.4, grifos nossos).

Em seguida, a revista prossegue com uma entrevista realizada com o secretário de Meio Ambiente José Geraldo dos Reis Santos, com o título “Todos somos responsáveis pela gestão das águas”. Ao ser perguntado como avalia o momento climático enfrentado pelos baianos, o Secretário ratifica o problema da seca, afirmando que “o período de seis anos de seca é a razão da crise hídrica que passamos, com os piores registros de vazão observada no Rio São Francisco no trecho a montante de Sobradinho”.

Quando questionado como a Sema vê a atuação dos produtores rurais de grande e pequeno porte com os cuidados ambientais na região, o secretário reconhece a “agricultura familiar que vive e produz no sistema dos Fechos de Pasto, importante aliado na conservação do Cerrado, dos chamadas Gerais”, bem como a existência de “pequenos produtores com pouca terra e em áreas vulneráveis à erosão que, sem orientação e tecnologia, acabam por

⁹⁷ Além da Aiba e CNA, assinaram a carta a Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do Mapa; Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem; Associação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação; Associação do Sudoeste Paulista de Irrigação e Plantio na Palha; Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás; Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais; e o Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (AIBA, 2017i, p.7).

sofrer com degradação do solo e da água”. Admite, inclusive, que “apesar da abundância de água superficial e subterrânea no Oeste, já temos alguns sinais de alerta”. Entretanto, sinalizando ser “fundamental que todos os agricultores, grandes ou pequenos, façam seu cadastro de usuário de águas, solicitem outorga ou dispensa de outorga do uso da água e busquem métodos de irrigação com baixo consumo”, aponta como principais responsáveis pelas “mazelas ambientais” os moradores das cidades, que “ainda concentram a maior parte da responsabilidade pela poluição dos rios e geração de resíduos”. Na resposta à pergunta “como está a situação ambiental da Oeste, em relação a autorizações para desmatamento e outorga de água para irrigação?”, o Secretário de Meio Ambiente assegura a legalidade do processo para ampliar a retirada de água:

As autorizações de supressão de vegetação seguem parâmetros legais e são cumpridas pelos empreendimentos legalmente implantados na região. Os problemas de desmates clandestinos são localizados e frequentemente combatidos pelo Inema. As outorgas seguem critérios técnicos legais, com algumas regiões próximas aos limites permitidos de captação, mas ainda com potencial de ampliação. **As águas subterrâneas seguem critérios de espaçamento entre poços, criadas para evitar conflito entre usuários, mais ainda com potencial de ampliação, principalmente nas áreas do aquífero Urucuia**, onde pretendemos reavaliar os critérios atualmente adotados visando otimizar os processos de outorga a partir de estudos que nos permitam mais precisão sobre a real disponibilidade hídrica da região. (AIBA, 2017m, p.8, grifo nosso).

Quanto ao estudo de quantificação do Aquífero Urucuia, avalia:

uma excelente oportunidade para atualizarmos os parâmetros atualmente dotados de outorga. O governador Rui Costa tem grande interesse em saber de fato quais são os potenciais e limites do aquífero. A nossa expectativa é de que estes estudos definam o verdadeiro potencial hídrico disponível na região Oeste para os diversos usos, assim como um adicional de qualidade que é o estudo que avalia o impacto da agricultura irrigada no sequestro de carbono cuja expectativa é positiva. (...) Obtendo sucesso, esperamos ampliar estes estudos para as demais áreas do estado. (AIBA, 2017m, p.8, grifo nosso).



Figura 16 - Capa da Revista Aiba Rural #07, 2º trimestre de 2017

Fonte: Aiba (2017).

Na mesma edição do periódico, consta artigo de autoria de pesquisadores/as da UNEB, intitulado “Plantio direto no cerrado baiano: uma fábrica de Carbono no solo”, que, após pesquisa realizada nas fazendas Araucária e Colorado, conclui que a “agricultura dos cerrados da Bahia captura mais carbono que aquele encontrado no cerrado natural”. (SOARES NETO et. al., 2017, p.18)

Na matéria sobre o desenvolvimento do estudo de monitoramento e quantificação das águas do Sistema Aquífero Urucuia, assinada por Miriam Hermes, se enfatiza que a ciência é o único instrumento capaz de afirmar a real disponibilidade de água do Urucuia, o que, segundo o presidente da Aiba e do Prodeagro Celestino Zanella, “dará segurança para os empreendimentos e permitirá que a água seja aproveitada em todo seu potencial disponível sem afetar a sustentabilidade regional”, uma vez que a Universidade de Nebraska é uma “referência mundial em estudos ambientais, notadamente, na área dos recursos hídricos”. Já para a presidente do SPRLEM Carminha Missio, “a pesquisa, feita por quem mais entende do assunto, vai comprovar o potencial hídrico do Oeste da Bahia e, dessa forma, poderemos fazer o bom uso, sem prejudicar o meio ambiente”. Entretanto, sem citar fontes que comprovem a afirmação, alega-se que “o Aquífero Urucuia possui um potencial hídrico de excelência, com poços que podem chegar a jorrar até 600 m³/h de água subterrânea, com águas de excelente qualidade.” (HERMES, 2017, p.25).

Em outro artigo, os analistas ambientais da Aiba Enéas Porto e Raquel Paiva asseguram que para garantir a manutenção dos recursos hídricos e a continuidade das atividades que dependem da água e potencializar a utilização desse recurso para a produção alimentar e para o desenvolvimento sustentável na região, é necessário o gerenciamento correto do manejo das águas e reservas florestais, sendo que os caminhos possíveis para a preservação desse “patrimônio” consistem naquilo que o agronegócio já vem fazendo, por meio de seus projetos de boas práticas agrícolas que evitem ou reduzam a compactação de solos, bem como no aprofundamento do conhecimento produzido acerca do comportamento climático e sua influência no nível freático do aquífero Urucuia. (PORTO e PAIVA, 2017, p.30).

O artigo de Everardo Mantovani e Aziz Galvão Júnior, ambos da UFV, afirma que existe consenso de que a expansão da agricultura irrigada brasileira e mundial é a base para que a demanda por alimentos no mundo seja atendida. Assim, alegam que a resposta para tudo isso passa inexoravelmente por três vertentes:

1 Entendimento profundo, por parte da sociedade, da importância da irrigação para o aumento da produção agrícola no Brasil e no mundo;

2 Que o poder público crie condições e programas de incentivo, controle e ofereça melhorias em infraestrutura e logística, que beneficiarão a agricultura em geral;

3 Todos os envolvidos no sistema, sejam eles produtores, funcionários, empresários, industriais, técnicos, professores ou pesquisadores, tenham consciência que **o único caminho é uma agricultura irrigada sustentável**, com uso eficiente da água, energia e outros insumos (AIBA, 2017m, p.34, grifo nosso).

Em outro artigo assinado pela diretora de meio ambiente da Aiba Alessandra Chaves e pelo analista ambiental Enéas Porto, utilizando-se dados da própria entidade, afirma-se que as áreas consolidadas na região do oeste da Bahia correspondiam 36% do total da área desmatada para atividades do agronegócio, atendendo às determinações do NCF – de que

devem ser conservadas o mínimo de 20% de áreas de RL em áreas de Cerrado, além de repetir o mantra cunhado por Evaristo de Miranda.

3.7. PL do Veneno

Além da demanda pela ampliação das áreas irrigadas na região, outra reivindicação central do agronegócio era a flexibilização das autorizações de registro de agrotóxicos, que já vinha sendo pauta de alta relevância para o setor desde antes da aprovação do NCF e estava consubstanciada no Projeto de Lei nº 6.299, de 2002. De autoria do ex-senador (Sem Partido/MT) e então ministro da Agricultura Blairo Maggi no governo golpista de Michel Temer, o PL do Veneno, em linhas gerais, flexibiliza as regras de aprovação de pesticidas e concentra no Ministério da Agricultura as deliberações que tratam da autorização desses produtos, que atualmente envolvem outros órgãos, como a Anvisa e o Ministério da Saúde. No mesmo mês que ocorreu a visita do bloco dos baiúchos a Nebraska/EUA, a FAEB esteve reunida com deputados estaduais em sua sede, em Salvador, com vistas a barrar a possível aprovação de projetos de lei estaduais que proibiam a utilização, pulverização, comercialização e indicação de agrotóxicos em rótulos de alimentos que tramitavam na CCJ da ALBA⁹⁸, quando alegava que:

(...) a proibição da utilização desses produtos, sem nenhum amparo legal ou técnico, certamente vai gerar uma série de prejuízos econômicos ao setor, seja no aumento dos custos de produção. (...) Depois de quase três horas de reunião, ficou acordado que os pareceres técnicos elaborados pelas entidades envolvidas – **todos comprovando equívoco nos Projetos de Lei** – serão levados aos demais deputados em audiência na Assembleia Legislativa (AIBA, 2017d, p.14, grifo nosso).

Em julho de 2017, a Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) do MAPA, presidida pelo então presidente da Abapa, vice-presidente do IPA e ex-presidente da Aiba Júlio César Busato, entregou ao ministro Blairo Maggi um dossiê de recomendações sobre a modernização do sistema regulatório de agrotóxicos no Brasil que, entre outras demandas, reforçava a necessidade do protagonismo do MAPA na aceleração do processo de registro de “defensivos agrícolas” no país⁹⁹.

Naquela mesma época, estava sendo concluído o primeiro volume do Atlas “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia” pela pesquisadora da Universidade de São Paulo Larissa Bombardi, que reunia uma série de mapas e dados detalhados sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil. Os dados alarmantes da publicação¹⁰⁰ já

⁹⁸ Projetos de Lei 21.273/2015, 21.314/2015, 21.317/2015 e 21.882/2016.

⁹⁹ O trabalho foi coordenado pela Abrapa, com a participação da Embrapa, Aprosoja Brasil, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (SINDIVEG), União dos Fabricantes Nacionais de Fitossanitários (UNIFITO), CNA, Fiesp, Abag, Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV) e Associação das Empresas Brasileiras de Controle Biológico (ABCBio).

¹⁰⁰ Entre outros dados preocupantes, o estudo, que seria publicado em novembro de 2017, revelou que desde 2008, o Brasil ocupava a primeira posição no ranking mundial em uso de agrotóxicos, consumindo 20% do que é comercializado mundialmente, havendo um salto de cerca de 170 mil toneladas para 500 mil (aumento de 194%) entre 2000 e 2014. Em 2017, a legislação brasileira permitia o uso de 504 agrotóxicos registrados, sendo que 30% desses produtos eram proibidos na União Europeia. No que se refere à contaminação da água, a lei brasileira permitia um limite 5 mil vezes superior ao permitido na água potável da Europa. Além disso, o estudo observou que o crescimento do uso de agrotóxicos não aumentou a produção de alimentos por hectare no Brasil, mas sim a concentração de terras e da plantação de produtos que usavam grandes quantidades de herbicidas,

vinham sendo noticiados em alguns países da Europa que começavam a sinalizar o boicote a determinados produtos brasileiros.

Assim, frente a essas ameaças, a elaboração do dossiê de recomendações da CTIA consistia também numa estratégia que reforçava e ressignificava o discurso do setor do agronegócio nacional em antagonismo ao discurso contra os agrotóxicos:

Um dos entraves à modernização do processo de registro de defensivos agrícolas no país é agravado pelo desconhecimento do tema e pela propagação de informações sem embasamento científico, segundo o presidente da Abrapa, Arlindo Moura. (...) **“Simplesmente dizer que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxico é difundir um preconceito, e isso nunca é bom”** (AIBA, 2017g, p. 21, grifos nossos).

Em setembro do mesmo ano, a Abrapa, Embrapa, o Instituto de Matemática (InMat) e Fundação Eliseu Alves firmaram uma parceria, com financiamento da Abrapa, para desenvolver uma planta de algodão transgênica resistente ao bicudo (inseto-praga que causa prejuízos à cultura algodoeira), visando “melhorar a competitividade do produto nacional). No mês seguinte, a Adab e Aiba/Abapa sinalizaram a garantia da renovação de convênio que previa o financiamento (que além da Adab incluía a Polícia Militar) para ações de manejo, armazenamento, venda, consumo, transporte, fiscalização e educação sanitária de agrotóxicos.

É válido lembrar que no início de julho, Michel Temer e Blairo Maggi haviam anunciado o maior volume de recursos da história para financiar o agronegócio, com um aporte de R\$ 190,25 bilhões liberados para a safra de 2017/18, incluindo também o aumento da oferta de crédito agrícola e a redução de juros.



Figura 17 - Busato e Marcio Portocarrero entregam dossiê com recomendações para modernização do sistema regulatório de defensivos agrícolas ao ministro Blairo Maggi

Fonte: Acervo Abapa, (2017).

3.8. O Mantra de Evaristo de Miranda

Outra estratégia que passaria a ser empregada cada vez mais era a difusão de estudos científicos realizados por alguns pesquisadores de instituições públicas de pesquisa – como Evaristo de Miranda, então Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite que, principalmente após o golpe de 2016, vinha divulgando informações que não correspondiam

como a soja, cujo cultivo no país teve evolução de 79% no período de treze anos. Em setembro de 2017, a França havia anunciado que baniria o glifosato até 2022 (LAZZERI, 2017; BOMBARDI, 2017).

com a realidade, como afirmações de que o agronegócio é quem mais preserva o meio ambiente ou, em outras palavras, que as áreas de RL e APP estavam mais preservadas que a soma de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Em março de 2017, a Embrapa Monitoramento Satélite havia publicado uma pesquisa em que se afirmava que “o agronegócio vinha preservando mais o meio ambiente, já que, ao investirem em tecnologia e reflorestamento, estaria contribuindo para aumentar a produtividade no campo e a redução do desmatamento”. Segundo a Aiba, Evaristo de Miranda assegurava que:

Desde 1975 a nossa área de cultivo continua a mesma, mas a produção aumentou quatro, cinco vezes com a incorporação de tecnologias. **A gente cresce verticalmente e poupa terra. Tudo que a gente planta ocupa de 8 a 9% do nosso território.** (AIBA, 2017d, p. 7, grifo nosso).

Na edição de junho de 2017 do Informaiba, o boletim mensal republicou um artigo de autoria de Evaristo de Miranda no Estadão, com o título “Agricultura lidera preservação no Brasil”, que alegava que mais de 66% do território brasileiro era recoberto por vegetação nativa e que somente 9% do país eram ocupados com a produção de grãos, fibras e agroenergia. Em outras palavras, o artigo afirmava que “os agricultores preservam mais vegetação nativa no interior de seus imóveis do que todas as terras indígenas e unidades de conservação juntas”.

Nos trechos que seguem, vemos como o Novo Código Florestal, a partir da forma pela qual se faz o cadastramento de propriedades no CAR, serviu como instrumento que legitima a propagação de afirmações enviesadas e até mesmo de informações falsas:

Os agricultores informaram detalhadamente, num mapa com base em imagens de satélite e em diversas fichas, todo o uso e ocupação de suas terras, em conformidade com o Código Florestal. É como se ao declarar o Imposto de Renda o contribuinte informasse a planta da casa, a disposição de cada móvel, o uso de cada cômodo e ainda, na Amazônia, por exemplo, deixasse claro que não utiliza 80% de seu apartamento a título de Reserva Legal. **E que cuida de tudo e paga impostos, mesmo sobre o que lhe é vedado usar** (AIBA, 2017d, grifo nosso).

Ao fazer a mesma declaração utilizando dados por unidade de federação e referindo-se ao Nordeste, Amazônia e outros biomas, Miranda ratifica até mesmo o mito do “boi bombeiro”, que defende que a pecuária extensiva funciona como medida preventiva para as queimadas, contribuindo assim para um equilíbrio ambiental:

É provável que os agricultores nordestinos preservem três vezes mais territórios na Mata Atlântica, na Caatinga e nos Cerrados do que todas as unidades de conservação e terras indígenas da região, juntas. (...) **Ninguém plantou a vegetação do Pantanal, do Pampa, da Caatinga, dos Cerrados e dos campos de altitude exploradas de forma sustentável pela pecuária. Essa vegetação nativa é mantida em equilíbrio pela pecuária há séculos. Com essa vegetação conservada se chega a quase 75% do território nacional** (AIBA, 2017d, grifo nosso).

Ele chega a afirmar, ainda, que:

Não há, no Brasil, nenhuma categoria profissional – minerador, médico, professor, industrial, militar, promotor, economista ou funcionário – que preserve tanto o meio ambiente como os agricultores. Salvo na Amazônia, não existe nenhuma instituição, secretaria de Estado, órgão federal ou estadual, empresa privada ou organização não governamental que preserve tanta vegetação nativa como os produtores rurais. E contra os quais – pasmem! – algumas instituições ainda

pretendem organizar uma verdadeira “inquisição informatizada” para analisar a situação ambiental de cada um no Programa de Regularização Ambiental (PRA), que sucederá ao CAR, grifo nosso).

Ao final, atribui aos “consumidores urbanos” a incapacidade de preservar o meio ambiente e a responsabilidade por arcar com esses custos, que oneram apenas os “produtores rurais”, dignos de serem recompensados por esse grandioso esforço de manter a floresta em pé, mas que, ainda assim, são injustamente vilanizados e demonizados:

A responsabilidade e os custos decorrentes da imobilização e da manutenção dessas áreas recaem inteiramente sobre os produtores, sem contrapartida da sociedade, principalmente dos consumidores urbanos. **A Embrapa calculará o valor e o custo de toda essa área imobilizada. Desde 1990 se fala em pagar por serviços ambientais. Esse conto de fadas até hoje não foi efetivado. Cidadãos estão dispostos a protestar pelo meio ambiente em zona rural, mas não cogitam de pagar por isso.** Destes os produtores esperam, no mínimo, menos demonização de suas atividades, maior conhecimento de sua realidade e o justo reconhecimento. **É sempre bom lembrar que vilão e vileza derivam de vila, cidade** (AIBA, 2017f, p. 32, grifos nossos).

Dois meses depois que a Aiba reproduziu pela primeira vez os pronunciamentos de Evaristo de Miranda, a entidade voltou a repetir o mantra de que “as áreas consideradas conservadas, preservadas e/ou em processo de recuperação das propriedades privadas eram maiores do que todas as Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável implantadas na região”. Essa “maximização da utilização das áreas já consolidadas” se devia ao grande número de adesão das propriedades ao CAR/CEFIR, que buscavam pelo “desenvolvimento sustentável através de ferramentas legais para a regularização ambiental das propriedades rurais, boas práticas agrícolas e a aplicação de novas tecnologias (AIBA, 2017h, p. 8).

3.9. As Performances Discursivas na Construção da Hegemonia

Após a Aiba publicar nota oficial de apoio ao Projeto de Resolução no Senado n.º 13/2017, de autoria de Kátia Abreu, que suspende a cobrança do Funrural e que seria votado no início de agosto pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a entidade organizou um “tratoração” em conjunto com outros atos que aconteceram no país, com bloqueios em rodovias da região contra a cobrança do Funrural que interromperam o trânsito por mais de duas horas e causando congestionamentos de mais de dez quilômetros. As mobilizações tinham como objetivo sensibilizar o governo, principalmente os senadores que votariam o Projeto de Resolução do Senado n.º 13/2017.

Vale destacar que em dezembro de 2017, o então deputado federal e coordenador da Comissão de Direito de Propriedade da FPA Jerônimo Goergen (PP-RS), apresentou ao plenário da Câmara o Projeto de Lei n.º 9252/2017¹⁰¹, que propõe o perdão total de dívidas

¹⁰¹ Em dezembro de 2017, o PL 9252/2017 de Goergen foi apensado ao PL 2123/2011, de autoria do então deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB/PR), que propõe a “exclusão da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física as receitas decorrentes da produção destinada ao plantio ou reflorestamento, de produto animal destinado à criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaia para fins de pesquisas científicas” (KAEFER, 2011) e que após a aprovação, por unanimidade, pela Comissão de Seguridade Social e Família em novembro de 2019, até hoje tramita na Câmara dos Deputados. Goergen foi um dos acusados por recebimento de propina no âmbito da Operação Lava Jato em 2015, e em 2019 foi condenado por improbidade administrativa, por ter mantido um funcionário fantasma em seu gabinete em 2009 (G1, 2015; 2019). Já Kaefer, que depois migrou para o PSL e um dos líderes da bancada do Refis, já foi considerado o “deputado mais rico do

com o Funrural. Dias após os tratoraços, a CCJ do Senado suspendeu, por unanimidade, a cobrança do tributo, e no mês seguinte, publicou resolução que extinguiu a bitributação no Funrural e proibia a cobrança retroativa das dívidas referentes ao tributo. Com mais essa vitória, o presidente da Aiba Celestino Zanella argumentava que “a decisão do Senado retira um enorme peso dos ombros e dos bolsos dos agricultores, trazendo-lhes a tranquilidade indispensável para gerar empregos e produzir alimentos e riquezas para o Brasil” (AIBA, 2017i, p. 14).



Figura 18 - Tratoração contra o Funrural em Barreiras

Fonte: Acervo Aiba (2017).



Brasil”, é atualmente é réu no STF, acusado de crimes contra a ordem tributária, sendo um dos parlamentares ruralistas que mais devem à União (AMENI, 2017).

Figura 19 - Tratoração contra o Furrural em Barreiras
 Fonte: Acervo Aiba (2017).



Figura 20 - Publicidade no Informaiba de agosto de 2017
 Fonte: Acervo Aiba (2017).

No mês de setembro, a Abapa realizou a primeira edição da Corrida do Algodão, no município de Luís Eduardo Magalhães, com o objetivo de “incentivar a prática de uma atividade física e mostrar a importância do agronegócio, em específico do algodão, para o desenvolvimento econômico regional”. De acordo com a organizadora do evento e diretora do grupo Zanotto Cotton, Alessandra Zanotto, a primeira edição da Corrida do Algodão cumpriu o seu papel de “conquistar o público com esta interatividade que buscou mostrar o quando os agricultores trabalham para levar o melhor algodão para o mercado e incentivando o consumo da matéria-prima para os praticantes do esporte”¹⁰² (AIBA, 2017j, p. 23).

A Corrida do Algodão também busca dar holofote ao “Movimento Sou de Algodão”, criado em 2015 pela Abrapa e IBA, e lançado em 2016 na São Paulo Fashion Week. Com a alegação de que “o Brasil é o maior fornecedor de algodão responsável do mundo”, a campanha busca mobilizar e financiar diversas pessoas *influencers*, marcas e iniciativas do mundo da moda para que se posicionem a favor da “moda sustentável”.

Na oportunidade do lançamento da Corrida do Algodão, SPRLEM e SPRB lançaram a *hashtag* #tatudonoalimento em parceria com o para-atleta barreirense Samuel Bortolin, sob o seguinte argumento:

A *hashtag* ‘#tatudonoalimento’ vem para fortalecer o consumo de alimentos, o produtor rural e o agronegócio. **O alimento e o agronegócio têm uma história milenar que inicia no campo com os cuidados do agricultor, até chegar com**

¹⁰² A primeira edição da Corrida do Algodão contou com parceria e patrocínios da Agrosul/John Deere, Bayer, CCAB, Sudotex, Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, UBahia, Unicot, FMC, Sesi/Fieb Fundeagro, Grupo Horita, Morinaga Sementes, ZanottoCotton, Bradesco, Espaço Amanda Amorim, Espaço Core e Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães (AIBA, 2017j, p. 22).

qualidade, à mesa do consumidor. A cadeia agroalimentar move o segmento do agro e consequentemente tem influência direta e positiva no bem-estar das pessoas, a partir de escolhas nutricionais corretas. (...) Para o presidente do SPRB, Moisés Schmidt, (...) a história de vida do Samuel representa superação pessoal e exemplo para aqueles que buscam alcançar objetivos e mudanças de hábitos. Como filho de produtor rural ele conhece e vivencia a importância da agricultura nesse contexto. Tudo isso justifica a nossa escolha (AIBA, 2017i, p. 27, grifo nosso).

Em setembro, Júlio César Busato disponibilizou o estudo que “comprova que os agricultores do oeste da Bahia mantêm preservados 3,3 milhões de hectares de vegetação de cerrado nativo por meio das suas Reservas Legais” ao superintendente do Ibama na Bahia, Fábio Rodamilans Silva, e aos secretários estaduais de Agricultura Vitor Bonfim e de Meio Ambiente José Geraldo dos Reis, com quem também tratou sobre cobrança de água para irrigantes e o andamento do projeto cooperação técnica entre a Sema e a UFV para a elaboração do estudo do monitoramento do Aquífero Urucuia. (AIBA, 2017i, p. 8). Seguindo a mesma estratégia discursiva, cabe apontar, ainda, o artigo de autoria de Busato no Informaiba/Abapa de outubro de 2017, que rebatia uma publicação de opinião da jornalista Miriam Leitão, em sua coluna no Jornal O Globo, na edição de 08/10/2017. Com o título “O campo e o tempo”, Leitão se pronunciava contra a tentativa do governo de Michel Temer de legalizar o arrendamento de terras indígenas, por meio de projeto de lei ou medida provisória – que era uma demanda antiga da bancada ruralista, também prevista na PEC 2015.¹⁰³

No artigo intitulado “Agronegócio do Século XXI x Romantismo Indigenista do Século XIX”, Busato argumenta que a jornalista “desconsidera a realidade e parece se influenciar pelo idealismo romântico do Índio brasileiro retratado em Iracema (1865), do autor José de Alencar”. Alegando que “foi o agronegócio o setor que ajudou a tirar o Brasil da recessão”, o presidente da Abapa e vice-presidente da Abrapa e do Instituto Pensar Agro afirma que essa proposta “já é uma realidade existente em algumas regiões do país, e que a medida provisória não representaria somente as demandas do agronegócio, mas de toda a nação” (AIBA, 2017j, p. 27).

Outra ação que começava a ser implementada em escolas municipais da região era o Projeto Horta nas Escolas, iniciada no mês de setembro de 2017 em Barreiras, por meio de parceria entre a Aiba e as Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação de Barreiras. Segundo a Aiba, o objetivo do projeto é “implantar as hortas, trabalhar a multidisciplinaridade envolvendo todas as disciplinas e diferentes segmentos da escola em ações de educação ambiental e sustentabilidade na agricultura. Com o desenvolvimento do projeto é esperado também a promoção da mobilização social com a conscientização dos alunos envolvidos, e de maneira paralela, melhorar a qualidade da alimentação servida na escola”. (AIBA, 2017o)

¹⁰³ Entre outros argumentos, Miriam Leitão escreveu: “O agronegócio brasileiro precisa entender o século XXI. Nele, para ser global, é indispensável não ter a marca de quem produz destruindo o meio ambiente. Essa ideia tão cristalina ainda não foi entendida, como mostram as propostas defendidas pelos seus representantes no Congresso. (...) Quem se dispuser a acompanhar as imagens de satélites verá que os índios prestam um serviço ambiental ao país porque as suas áreas têm se mantido preservadas. (...) Se isso for oficializado haverá um ataque do agronegócio a essas terras. Os indígenas, que são hoje ameaçados por grileiros, passarão a ser assediados por compradores, ou arrendatários de terras com um risco enorme para a preservação da sua cultura e identidade.” (LEITÃO, 2017)



Figura 21 - Anúncio da Corrida do Algodão na Revista Aiba
Fonte: Aiba (2017).

Em outubro, a Abapa recebeu a visita de um grupo de empresas da área de logística e transportes¹⁰⁴ que conheceram as instalações da cooperativa de produtores de algodão Ubahia, da Eisa Interagrícola (do grupo suíço Ecom, que produz e vende algodão, café, cacau e derivados de soja para exportação) e do Centro de Análise de Fibras da Abapa, com vistas à implementação de uma nova rota de exportação do algodão baiano para os países da Ásia, em especial a China, por meio de um porto do nordeste brasileiro. (ABAPA, 2017)

No mesmo mês, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jaborandi realizou um evento na Câmara de Vereadores do município com a participação de irrigantes, representantes de órgãos ambientais, da sociedade civil, vereadores e os prefeitos dos municípios vizinhos Correntina e Coribe. O evento contou com palestra proferida por Luiz Carlos Molion, um dos porta-vozes do negacionismo climático que, reafirmando o problema da seca, assegurava que:

(...) as restrições hídricas enfrentadas não só no oeste, mas em outras regiões do País, têm mais a ver com o ciclo climático do que com a própria atividade de irrigação. De acordo com suas perspectivas, a chegada do fenômeno la niña vai garantir a boa distribuição das chuvas, promovendo boa produtividade, bem como a normalização do nível dos rios (AIBA, 2017k, p.4, grifo nosso).

O diretor de Águas e Irrigação da Aiba Cisino Lopes, que também esteve na mesa de debate, defendeu o direito ao uso democrático da água, o que inclui a irrigação de forma eficiente e consciente. Conforme apontou a Aiba, “as palavras equilíbrio e sustentabilidade deram a tônica do seu discurso. Segundo ele, é possível continuar produzindo alimentos minimizando os impactos ambientais”. Dessa forma, a Aiba voltava a repetir que o aumento

¹⁰⁴ Star Logística, Suzuyo Gerenciamento Logístico, Alfatrans, Transparana e CMA/CGM do Brasil.

do IDH acompanha o desenvolvimento e o progresso trazido pelo agronegócio e que a irrigação não comprometia a vazão dos rios. Por sua vez, o produtor rural e ex-conselheiro fiscal da Abapa Denilson Roberti classificou a iniciativa como “excelente oportunidade de informar, com embasamento científico, as reais causas para os longos períodos de seca que podem influenciam o regime de chuvas e a oferta de água pelos rios da região”.¹⁰⁵

3.10. Celebrando as Vitórias do Agro com Otimismo no Oeste Baiano

Outubro também foi o mês em que o bloco dos baiúchos pôde comemorar o recorde da produtividade do algodão (4,5 toneladas por hectare), com uma área plantada de mais de 201 mil hectares, o equivalente a 282 campos de futebol, e um aumento da produtividade da soja (com 5 milhões de toneladas colhidos) e milho (7.800 quilos por hectare), após “alguns anos de resultados pouco expressivos, por conta da estiagem que assolou a região”. Esse resultado trouxe projeções otimistas para a próxima safra de algodão, com previsão de ampliação da área plantada em 35% para se chegar a 273 mil hectares, e nos próximos três anos alcançar 400 mil hectares (área equivalente a 560 campos de futebol).

Somente para a cultura do algodão, previa-se ampliar a área em 33%. Além disso, a Abapa comemorava também a marca de 1 milhão de análises que atestam a qualidade do algodão baiano para o mercado internacional pelo Centro de Análises de Fibra da Abapa, considerado um dos maiores laboratórios de classificação da América Latina, com capacidade instalada para analisar 18 mil amostras de algodão por dia, com entregas dos resultados em 24 horas. Em dezembro de 2016, o Centro da Abapa passou a integrar uma rede de 14 laboratórios de certificação de algodão espalhados pelo Brasil e coordenados pelo Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), inaugurado em dezembro de 2016, em Brasília (AIBA, 2017k, p.14).

Outra vitória para Aiba e Abapa foi a prorrogação do prazo de vigência de emergência fitossanitária para combate à praga *Helicoverpa* na Bahia pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. O estado de emergência permite aos produtores adotar medidas excepcionais de supressão à praga, com acesso legal a produtos, como o Benzoato de Emamectina, que se encontrava em processo de liberação definitiva para uso no Brasil. Segundo o presidente da Abapa e presidente da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do MAPA Júlio Busato, a emergência sanitária era essencial para consolidar a cultura de prevenção e combate à praga, uma vez que a medida visava garantir que o benzoato pudesse continuar sendo utilizado em caso de emergência, contribuindo para eliminar as chances de prejuízos nas lavouras no oeste da Bahia com a *Helicoverpa*. No final de novembro, a Agência Baiana de Defesa Agropecuária (Adab) emitiu portaria que amparava a decisão do MAPA, regulamentando e definindo as regras para o uso do Benzoato de Emamectina na Bahia (AIBA, 2017k, p.16).

No início de novembro, a Aiba participou de reunião da Comissão de Política Agrícola da CNA para deliberar sobre o corte nos programas de política agrícola pelo governo federal, que apontava uma queda de 20% no orçamento, passando de R\$ 35,8 bilhões para R\$ 29,7 bilhões. Juntamente com outras entidades do agronegócio nacional (Abrapa, Aprosoja Brasil, ABRAMILHO, OCB, Sindicatos e Federações do Brasil), a Aiba solicitou a revisão dos valores previstos para a agropecuária no Orçamento Geral da União de 2018, por meio de ofício encaminhado à FPA, às Comissões de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao relator geral do orçamento, solicitando ajustes em ações que afetavam o setor. Outros temas de destaque da reunião foram o Projeto de Lei 7740/2017, que estende o

¹⁰⁵ Em 2021, Denilson Roberti juntamente com mais dois familiares tinham outorgas concedidas que totalizavam 45 milhões de litros diários em Jaborandi (OUTRA PALAVRAS, 2021).

mecanismo de equalização de taxas de juros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural e a questão dos custos cartoriais (AIBA, 2017k, p.3).

Assim, servindo-se de “respaldo técnico e científico”, da “tecnologia avançada sustentável”, da “agricultura eficiente sustentável”, da “irrigação inteligente sustentável”, das “ações estratégicas e sustentáveis do programa fitossanitário”, da “volta do clima à normalidade com a chegada das chuvas” e da “segurança jurídica”, o bloco dos baiúchos se encaminhava para finalizar o ano de 2017 comemorando as suas sucessivas vitórias, alcançadas ao longo das duas últimas décadas.

Entretanto, mesmo estando numa posição historicamente hegemônica naquele momento, o bloco dos baiúchos não esperava o que viria a acontecer no dia 2 de novembro de 2017, no município de Correntina. Se por um lado se comemorava os recordes de produtividade e se avançava para ampliar a área irrigada com a extração das águas subterrâneas da região, por outro, essa euforia foi repentinamente esmaecida por um fato que deixou perplexo o bloco hegemônico.

Entre os anos de 2013 e 2017, foi autorizado, pelo governo da Bahia, o desmatamento do total de 476.843,24 hectares (IMATERRA, 2022). No que se refere às autorizações de uso da água, somente no ano de 2016, 97% da área total autorizada para irrigação no estado da Bahia abrangiam o Oeste, indicando que os grandes empreendimentos instalados na região eram os privilegiados nas concessões de outorgas emitidas pelo governo do estado. Entre 2015 e 2017, o número de outorgas concedidas para captação subterrânea na região aumentou de 5% para 24% (ANA, 2019a *apud* PORTO GONÇALVES e CHAGAS, 2019).

Foi a última gota d'água, que brota do Aquífero Urucuia e abastece a bacia do rio Corrente e o rio Arrojado, extraída por uma bomba de um dos muitos pivôs de irrigação que culminou num dos conflitos por água mais marcantes na história do Brasil. Esse episódio, também conhecido como Levante dos ribeirinhos (SILVA e ALVES, 2019) e Guerra da água na Bahia (A. MONTEIRO, 2017), foi um divisor nos cursos das águas do Cerrado baiano, ao abrir caminhos para a rearticulação de estratégias discursivas na disputa pela hegemonia, conforme veremos adiante.

A seguir, sintetizamos o discurso do bloco dos baiúchos no recorte temporal que abrange os anos de 2013 a outubro de 2017, articulados em torno dos temas sobre meio ambiente, água e agrotóxicos.

3.11. Análise dos Marcos Interpretativos (2013 a outubro de 2017)

Análise dos marcos interpretativos sobre Meio Ambiente (2013 – outubro de 2017)

Na análise do marco de diagnóstico, os problemas são o entrave da burocracia e leis ambientais muito severas e a não efetivação do pagamento por serviços ambientais. Esses problemas ocasionam na injustiça da responsabilidade e os custos decorrentes da imobilização e da manutenção do meio ambiente recaem inteiramente sobre os produtores, sem a contrapartida da sociedade, principalmente dos consumidores urbanos.

No marco de prognóstico, a dimensão vencedora consiste em afirmar que a agricultura de alta produtividade praticada na região é sustentável, ou seja, não poluente, e contribui para o equilíbrio ambiental. No traçado de fronteira, “nós” adotamos boas práticas ambientalistas para garantir a recarga do aquífero Urucuia, demonstrando, assim, a grande preocupação com a preservação do meio ambiente. Em oposição ao “nós”, estão algumas instituições que pretendem organizar uma verdadeira inquisição informatizada. A nomeação do problema é articulada em torno do slogan Agronegócio predatório é coisa do passado.

Dessa forma, para motivar a mobilização coletiva e aderir ao seu discurso sobre meio ambiente, a ideologização da fronteira é constituída pelo argumento de que podemos produzir alimentos de qualidade e em quantidade, pegar o mundo pela barriga e ainda trazer desenvolvimento, emprego e renda para regiões carentes do Brasil, que dicotomiza com os cidadãos que estão dispostos a protestar pelo meio ambiente em zona rural, mas não cogitam de pagar por isso; o desconhecimento e uma visão deturpada da realidade e da rotina do homem do campo. A população urbana, citadina, deve lembrar que vilão e vileza derivam de vila, cidade. A reconstrução histórica é feita a partir da narrativa de que a agricultura e a pecuária que antes eram sustentadas pela produção a qualquer custo e no caminho inverso da conservação ambiental vêm saindo de cena para dar lugar à agropecuária sustentável. Nesse sentido, a proposta política para adesão ao discurso sobre meio ambiente consiste em elaborar um novo marco legal para o licenciamento ambiental com vistas a acelerar os investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais. Somado a isso, é necessário aproximar o campo da cidade e mostrar os trabalhos dos produtores para melhorar a qualidade e a competitividade da produção no mercado consumidor.

Quadro 6 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2013 a outubro de 2017)

MEIO AMBIENTE			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	O entrave da burocracia e leis ambientais muito severas e a não efetivação do pagamento por serviços ambientais.		Responsabilidade e custos decorrentes da imobilização e da manutenção do meio ambiente recaírem inteiramente sobre os produtores, sem a contrapartida da sociedade, principalmente dos consumidores urbanos.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	A agricultura de alta produtividade praticada na região é sustentável, ou seja, não poluente, e contribui para o equilíbrio ambiental.	O “nós”: Adotamos boas práticas ambientalistas para garantir a recarga do aquífero Urucuia, demonstrando a grande preocupação com a preservação do meio ambiente. O “eles”: Instituições que pretendem organizar uma verdadeira inquisição informatizada.	Agronegócio predatório é coisa do passado
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Podemos produzir alimentos de qualidade e em quantidade, pegar o mundo pela barriga e ainda trazer desenvolvimento, emprego e renda para regiões carentes do Brasil. vs. Cidadãos estão dispostos a protestar pelo meio ambiente em zona rural, mas não cogitam de pagar por isso. É sempre bom lembrar que vilão e vileza derivam de vila, cidade.	A agricultura e a pecuária que antes eram sustentadas pela produção a qualquer custo e no caminho inverso da conservação ambiental vêm saindo de cena para dar lugar à agropecuária sustentável.	Elaborar um novo marco legal para o licenciamento ambiental para acelerar os investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais. Aproximar o campo da cidade e mostrar os trabalhos dos produtores para melhorar a qualidade e a competitividade da produção no mercado consumidor.

Fonte: Elaboração da autora.

Análise dos marcos interpretativos sobre Água (2013 – outubro de 2017)

Os problemas diagnosticados no discurso sobre água são interpretados pela falta de informação, as dificuldades impostas pela legislação e a falta de chuvas, que impedem os produtores de armazenar água em suas propriedades para expandir a produção agrícola na região. Dessa forma, é injusto culpar os agricultores pela baixa vazão dos rios, pois fenômenos como seca e enchentes são cíclicos e não podem ser atribuídos a um determinado setor. Além disso, as leis atuais que regem o assunto são conflitantes entre si e acabam prejudicando o setor produtivo rural.

No marco de prognóstico, aponta-se como dimensão vencedora o estudo do potencial hídrico da região Oeste, que é uma excelente oportunidade para atualizarmos os parâmetros atualmente dotados de outorga. No traçado de fronteira, o “nós” é construído exaltando a adoção de tecnologias de gestão e monitoramento da água e energia que, além de evitar o desperdício, têm dado até lucro. Em contraposição, se apontam como “eles” os segmentos da sociedade que contribuem para a baixa vazão dos rios, fazendo uso indiscriminado da água. Para nominar esse marco de prognóstico, o mote é: Água cara e desperdiçada é aquela que cai no mar e que não temos como usar.

No marco de motivação, a moralização da fronteira pode ser interpretada a partir da demarcação das qualidades morais de que segurança alimentar e sustentabilidade andam juntas, sendo que a garantia da primeira necessariamente está condicionada à solidez da segunda, especialmente a segurança hídrica. Já os moradores das cidades são os principais responsáveis pelas mazelas ambientais e concentram a maior parte da responsabilidade pela poluição dos rios e geração de resíduos.

O processo de reconstrução histórica e naturalização, no primeiro momento, nós imaginamos que seria um entrave, para a agricultura irrigada. Mas ao longo do tempo nós entendemos que isso era necessário principalmente na manutenção de nossos rios para que nós jamais corrêssemos o risco deles virem a secar. Assim, o programa político para resolução dos problemas identificados destaca a necessidade de apostar no estudo científico para comprovar o potencial hídrico e otimizar os processos de outorga e, assim, assegurar as atividades de irrigação sem causar medo à população ou desequilíbrio ao meio ambiente, além de que é preciso contribuir com a Sema e o Inema, fornecendo dados precisos e científicos que devem ser reconhecidos e aplicados na formulação e implementação de políticas públicas.

Quadro 7 - Análise dos Marcos Interpretativos sobre Água (2013 a outubro de 2017)

ÁGUA			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	A falta de informação, as dificuldades impostas pela legislação e a falta de chuvas impedem os produtores de armazenar água em suas propriedades para expandir a produção agrícola na região.		Fenômenos como seca e enchentes são cíclicos e não podem ser atribuídos a um determinado setor. As leis atuais, que regem o assunto, são conflitantes entre si e vêm prejudicando o setor produtivo rural.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	O estudo do potencial hídrico é uma excelente oportunidade para atualizar os parâmetros atualmente dotados de outorga.	O “nós”: Adotamos tecnologias de gestão e monitoramento da água e energia que, além de evitar o desperdício, têm dado até lucro. O “eles”: Segmentos da sociedade que contribuem para a baixa vazão dos rios, fazendo uso indiscriminado da água.	Água cara e desperdiçada é aquela que cai no mar e que não temos como usar.
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Segurança alimentar e sustentabilidade andam juntas, sendo que a garantia da primeira necessariamente está condicionada à solidez da segunda, especialmente a segurança hídrica. vs. Os moradores das cidades são os principais responsáveis pelas mazelas ambientais, e ainda concentram a maior parte da responsabilidade pela poluição dos rios e geração de resíduos.	No primeiro momento, nós imaginamos que as outorgas seriam um entrave, mas ao longo do tempo entendemos que isso era necessário na manutenção de nossos rios para que nós jamais corrésemos o risco deles virem a secar.	É preciso apostar no estudo científico para comprovar o potencial hídrico e otimizar os processos de outorga e assim assegurar as atividades de irrigação, sem causar medo à população ou desequilíbrio ao meio ambiente. Contribuir com a Sema e o Inema, fornecendo dados precisos e científicos que devem ser reconhecidos e aplicados na formulação e implementação de políticas públicas.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos marcos interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (2013 – outubro de 2017)

Os problemas delimitados no marco do diagnóstico do discurso sobre defensivos agrícolas, decorrem dos entraves à modernização do processo de registro de defensivos agrícolas no país são agravados pelo desconhecimento do tema e pela propagação de informações sem embasamento científico. Dessa forma, a proibição da utilização desses produtos, sem nenhum amparo legal ou técnico, certamente vai gerar uma série de prejuízos econômicos ao setor.

Essa injustiça é caracterizada pela dimensão vencedora com o objetivo de demonstrar que o uso desses produtos tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor, visto que a eficiência das aplicações de defensivos agrícolas promove a redução dos custos de produção e as perdas de safra. O traçado de fronteira delimita o “nós” como os que trilhamos um caminho de credibilidade, respeito e responsabilidade, enaltecendo e valorizando a cadeia produtiva do agronegócio diante das mais diferentes entidades das esferas pública e privada. Já o “eles” são aqueles que desconhecem o tema e propagam informações sem embasamento científico. Assim, a nomeação que surge diante dos problemas e das injustiças é Eficácia e segurança ambiental na utilização de defensivos agrícolas

No marco de motivação, a ideologização da fronteira se constrói com os argumentos de que ser persistente e criativo são características inerentes ao produtor rural, que renova sua esperança a cada safra e não deixa nunca de investir em modernização da frota, novas tecnologias e na ampliação de conhecimento técnico com sustentabilidade, que dicotomiza com alguns movimentos sociais contra o capitalismo que necessitam alimentar um discurso político de esquerda. Na reconstrução histórica, se traz a memória do processo de introdução de tecnologias modernas baseadas em insumos industriais, como sementes melhoradas, máquinas, defensivos e fertilizantes químicos, que foi imprescindível para aumentar a produção mundial de alimentos a partir dos anos 60. Portanto, o programa político para mobilizar e aderir ao discurso é interpretado pela necessidade de modernizar a legislação que regula a aprovação e uso de defensivos agrícolas no Brasil, além de promover iniciativas que se apresentam como fonte de informação e esclarecimento, que, apoiada por estudos acadêmicos, visem desmistificar o emprego de defensivos agrícolas e demonstrem que o uso desses produtos tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor.

Quadro 8 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (2013 a outubro de 2017)

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	Os entraves à modernização do processo de registro de defensivos agrícolas no país são agravados pelo desconhecimento do tema e pela propagação de informações sem embasamento científico.		A proibição da utilização desses produtos, sem nenhum amparo legal ou técnico, certamente vai gerar uma série de prejuízos econômicos ao setor.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Demonstrar que o uso desses produtos tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor, visto que a eficiência das aplicações de defensivos agrícolas promove a redução dos custos de produção e as perdas de safra.	O “nós”: Um caminho de credibilidade, respeito e responsabilidade. O “eles”: Desconhecimento do tema e propagação de informações sem embasamento científico.	Eficácia e segurança ambiental na utilização dos defensivos agrícolas.
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Persistente e criativo, que não deixa nunca de investir em novas tecnologias e na ampliação de conhecimento técnico com sustentabilidade. vs. Alguns movimentos sociais contra o capitalismo que necessitam alimentar um discurso político de esquerda.	A introdução de tecnologias modernas baseadas em insumos industriais, como sementes melhoradas, máquinas, defensivos e fertilizantes químicos foi imprescindível para aumentar a produção mundial de alimentos a partir dos anos 60.	Modernizar a legislação que regula a aprovação e uso de defensivos agrícolas no Brasil, centralizando a competência de registro e autorização no Ministério da Agricultura. Promover iniciativas apoiadas por estudos acadêmicos que visem desmistificar o emprego de defensivos agrícolas. Demonstrar que o uso desses produtos tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor.

Fonte: Elaboração da autora.

3.12. Cadeias de Equivalência – 2013 a outubro de 2017

Quadro 9 - "Nós" e "Eles" (2013 a outubro de 2017)

ELES Grupos de interesses escusos	NÓS Agricultura responsável e sustentável
Uma verdadeira inquisição informatizada	Seguimos as leis
Uso indiscriminado da água	os principais interessados em preservar os rios
Achismos e preconceito	tecnologias de gestão e monitoramento da água
moradores das cidades que não pagam os serviços de preservação ambiental	O homem do campo que garante a segurança alimentar
sem embasamento científico	Conhecimento técnico e eficiência
chácaras que devastam as margens dos rios	Quem mais respeita o Código Florestal Brasileiro

Fonte: Elaboração da autora.

Diagrama 5 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2013 a outubro de 2017)



Fonte: Elaboração da autora.

Diagrama 6 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2013 a outubro de 2017)



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO V - FORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS (2017-2018)

4.

4.1. A Última Gota d'Água e o Levante dos Ribeirinhos no Vale do Arrojado

Como tratado anteriormente, as estratégias empregadas pelo agronegócio ao consolidar a sua aliança com o Estado e demais atores poderosos que vieram a se instalar na região Oeste da Bahia nos anos 2000, permitiram a exitosa conformação hegemônica do bloco dos baiúchos e o atendimento de sua demanda central, que foi a flexibilização da legislação ambiental. Isso oportunizou a efetivação da regularização de terras públicas da região, que passaram a ser registradas no cadastro ambiental estadual, o CEFIR, como áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, e que hoje ocupam grande parte dos 2,6 milhões de hectares, concentrados nas mãos de grandes proprietários, multinacionais e fundos de investimentos. Além disso, estrategicamente, as RLs e APPs são, na maioria das vezes, cadastradas em áreas onde há água abundante, como sobre o Aquífero Urucuia e onde há a formação de Veredas e nascentes, o que significa que essas propriedades têm o direito sobre a “posse” do uso da água. Ainda que a captação não seja feita, isso acaba promovendo a valorização da propriedade, que tem incentivado os proprietários de terras da região a solicitar outorgas para fins de especulação imobiliária.

Vimos, ainda, que a partir de 2008, a região vem presenciando a crescente instalação de grupos estrangeiros, vários deles ligados a fundos de pensão estadunidenses, como o de Harvard, e que negociam com grandes multinacionais. Tudo isso tem permitido a retirada legalizada de vultosos volumes de água sem necessariamente promover alguma fiscalização para checar se a quantidade autorizada é a que está efetivamente sendo captada pelas grandes fazendas (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021).

Pesquisas realizadas junto às comunidades da região no ano de 2017 já alertavam para graves consequências, como o estudo realizado em territórios do MATOPIBA, pela FIAN e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, onde as comunidades tradicionais relatavam que a desapropriação de suas terras é o impacto mais imediato da expansão do agronegócio. O desmatamento do Cerrado alterou os padrões de chuva na região, que agora sofre com a estiagem, prejudicando os seus meios de subsistência e modos de vida. O desmatamento em áreas de nascentes ocasiona, ainda, no assoreamento das cabeceiras dos rios, o que faz com que as árvores deixem de dar frutos, afetando as atividades de coleta, plantio, caça, pesca e a solta do gado, além da redução de espécies de animais silvestres e a contaminação, por agrotóxicos, de rios, peixes e das próprias comunidades que consomem essas águas para uso doméstico. (FIAN, REDE SOCIAL e CPT, 2018)

A falta de água é cada vez mais recorrente, o que faz com que muitas famílias fiquem dependentes de caminhões pipas ou mesmo migrem para periferias de grandes centros urbanos. As comunidades também relataram a intensificação de ameaças de morte, intimidação de líderes comunitários, violência contra crianças, ameaças contra as criações de animais, como o cercamento dos Gerais pelos fazendeiros, e a presença de grupos armados nas localidades. (Ibidem)

Concomitante à evolução de autorizações de retirada de água e de desmatamento e ao processo de desterritorialização e de rupturas dos tecidos sociais e comunitários, percebe-se a ocorrência cada vez mais frequente de conflitos que, ao longo dos últimos anos, vêm se

intensificando e se reconfigurando na região. No conjunto desses conflitos, a disputa pela água se torna elemento central, uma vez que é a “disponibilidade hídrica” que justifica também a expansão da fronteira agrícola.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2019), de 2002 a 2018, houve uma elevação constante no número de conflitos por água registrados em todo o país. Apenas no período entre 2017 e 2018, houve um aumento de 40% no número de conflitos e a Região Nordeste é a que apresentou o maior número de casos em 2018 (48%), estando o estado da Bahia entre aqueles com maiores casos de incidência. Cabe registrar que ao longo de 2018, no Brasil, as principais vítimas dos conflitos por água foram as comunidades tradicionais de territórios existentes no Cerrado, como Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Indígenas, Quebradeiras de Coco, Quilombolas, Ribeirinhos e Vazanteiros (CPT, 2019).

Entre esses conflitos por água, tem destaque o de Correntina, ocorrido em 2017, e que marca profundamente a história da região Oeste da Bahia, constituindo-se com um divisor de águas nas estratégias discursivas dos blocos antagônicos na construção de sua hegemonia e objeto de análise desta tese.

No dia 2 de novembro de 2017, no município de Correntina, onde se concentra a maior parte dos afluentes da bacia do rio Corrente, aproximadamente mil ribeirinhos e ribeirinhas, que vivenciavam dia após dia a diminuição das águas do rio Arrojado, base para sua existência e modos de vida, ocuparam duas fazendas do grupo Igarashi (fazendas Rio Claro e Curitiba), instaladas em uma área de mais de 2,5 mil hectares de plantações de monoculturas. Alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de transmissão de energia elétrica, galpões, bombas hidráulicas, tubulações, tratores e pivôs de irrigação utilizados para a retirada de água superficial, em protesto contra a grande quantidade de água retirada do rio Arrojado, que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas a jusante (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, [s.d.])

Ressalte-se que em janeiro de 2015, o Inema havia concedido à Fazenda Igarashi o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m³ de água por dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.540 hectares. Esse volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, sendo que somente a água consumida pela população de Correntina (33 mil habitantes) corresponde a apenas 2,8 % da vazão retirada pela referida fazenda (3 milhões de litros), ou o suficiente para abastecer, por dia, mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16 mil litros no Semiárido brasileiro. (Ibidem)

Conforme veremos adiante, esse episódio marca um processo de ressignificação das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos, que passou a articular cada vez mais significantes à formação discursiva ambientalista.

4.2. A Reação do Bloco dos Baiúchos



Figura 22 - Bombas de extração de água destruídas na fazenda Igarashi
Fonte: Mais Oeste (2017).



Figura 23 - Instalação elétrica destruída
Fonte: Mais Oeste (2017).

Logo nas primeiras páginas do boletim mensal Informe Aiba & Abapa de novembro de 2017, as entidades publicaram artigo anunciando o cálculo do “prejuízo” causado pela “invasão dos vândalos na propriedade rural”, que poderia ultrapassar R\$ 50 milhões. Com o tema “Insegurança” e o título “Vândalos invadem fazenda em Correntina deixando rastros de destruição”, categorizam o ato como “terrorismo ideológico que usou como pano de fundo ‘a defesa às águas do rio Arrojado’, e reafirmam a legalidade da captação das águas, autorizada pelo governo do estado da Bahia, a quem solicitaram intervenção para identificar e punir os “criminosos”:

Indignados com tamanha violência, representantes das principais entidades do agronegócio baiano foram a Salvador solicitar uma intervenção do Estado, a fim de que os culpados sejam identificados e punidos. O caso é investigado por uma força-tarefa da Polícia Civil, que já ouviu mais de 30 pessoas para saber os autores e patrocinadores da destruição (AIBA, 2017k, p. 6).

Em seguida, reproduzem os pronunciamentos das entidades do agronegócio sobre o ocorrido. Na Nota de Esclarecimento do Grupo Igarashi, alega-se que a propriedade foi ilegal e arbitrariamente invadida por indivíduos que promoveram um ato de vandalismo injustificável e criminoso, e que todas as atividades desenvolvidas possuem autorizações ambientais, e que foram iniciadas após a regular conclusão de todos os processos de autorizações e licenças com seus estudos, inspeções, vistorias e conclusões. O pronunciamento enfatiza a “missão de garantir alimentos na mesa da Família brasileira” (com F maiúsculo) e o “compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

Cabe reproduzir a nota da Aiba na íntegra:

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) esclarece que apoia toda e qualquer manifestação de cunho ambiental, mas repudia veementemente ações violentas e atos de vandalismo contra o patrimônio, seja ele público ou privado. A Aiba classifica o manifesto de extremista e sem embasamento técnico-científico, onde os participantes atribuem o baixo volume dos rios exclusivamente aos pivôs utilizados na irrigação das lavouras, desconsiderando estudos recentes sobre a disponibilidade hídrica da região, fatores climáticos e o próprio ciclo da natureza.

A Associação lembra que, para produzir alimentos, **os agricultores irrigantes desempenham suas atividades dentro da lei e são acompanhados pelos órgãos fiscalizadores**. Qualquer irregularidade praticada pela categoria é passiva de penalidades previstas na Legislação Ambiental, uma das mais severas do mundo. Por isso, toda a captação é feita de maneira racional e eficiente, com auxílio de tecnologias que ajudam a reduzir o desperdício.

A entidade ratifica a pesquisa da Embrapa a qual revela que os produtores rurais da Bahia são os que mais preservam os recursos hídricos, bem como com todo o meio ambiente. Por fim, a Aiba externa a sua confiança na justiça e espera que a mesma seja feita, para que os culpados, bem como todos os que incitam tamanha covardia, sejam identificados e punidos (AIBA, 2017k, p. 6, grifo nosso).

Assim como a Aiba, a Abapa alegava que os sistemas de irrigação na produção passavam por rigorosas concessões do uso da água pelos órgãos ambientais e por renovação da licença e fiscalização periódicas, e que os irrigantes “trabalham com equipes técnicas capacitadas que minimizam as perdas, utilizando a água de forma racional e eficiente”. A nota também reproduz a pesquisa da Embrapa Monitoramento de Satélite, afirmando que “na Bahia, os dados do CEFIR indicam que existem mais áreas preservadas do que em produção, principalmente a vegetação das margens de rios e nascentes”.

Afirma, ainda, que o rio Arrojado está com a vazão normal para este período do ano e nunca teve risco de seca, e que o ato de vandalismo decorre do desconhecimento dos fatores climáticos e dos processos de produção agrícola no Oeste da Bahia”, ressaltando que “os representantes do movimento deveriam avaliar de forma objetiva qual o uso das águas dentre todos os usuários e se a possível redução da vazão estaria diretamente relacionado com a irrigação, uma vez que do total de 2,2 milhões de área plantada, somente 8% é irrigado”. Novamente, mencionam a ciência como grande aliada para garantir a segurança hídrica, já que é o único meio de se chegar à informação verdadeira:

De forma científica, **os agricultores também estão empenhados em entender como funciona o Aquífero Urucuia. Eles estão financiando uma pesquisa, realizada em parceria entre os pesquisadores da UFV e da Universidade Federal de Nebraska, com o objetivo de quantificar a disponibilidade da água e sua importância para os múltiplos usos nas bacias do Rio Grande e Corrente, no Oeste da Bahia, o que garante a segurança hídrica para manter a irrigação e,**

consequentemente, a produção sustentável de alimentos. (...) A Abapa e demais entidades da agricultura estão abertas ao diálogo na tentativa de desconstruir preconceitos que de forma inconsequente e irresponsável vilanizam os agricultores e os colocam de forma errada em contraponto ao meio ambiente (AIBA, 2017k, p. 6, grifo nosso).

Já a nota da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) reforça, com tom agressivo e racista, o “desenvolvimento” trazido pelo agronegócio “onde antes nada existia”, que é injustamente vilanizado e desprotegido pelo Estado, reivindicando ao governo estadual o não pagamento de impostos como forma de indenização do prejuízo:

Nesta semana, liderados e provavelmente financiados por profissionais que precisariam ser descobertos, **um grupo manipulado de pessoas se transforma em selvagens e invade e destrói toda a fazenda, sob olhar atônito de seus proprietários, funcionários e sem a defesa do Estado, no caso o aparato policial insuficiente e amedrontado pelas consequências midiáticas de seus esperados atos, mas vale lembrar, com seus salários pagos com os impostos gerados por este produtor.** (...) esta destruição (...) gerou pouca cobertura da grande mídia, que provavelmente se interessaria muito mais se algo acontecesse a algum dos selvagens por uma reação da polícia ou de quem viu seu patrimônio destruído, **dentro da ótica romântica, “coitadizadora” e “vitimizadora” que rege boa parte da nossa imprensa.** O fim desta triste história é conhecido e provavelmente teremos apenas quatro punidos: 1) o empresário, 2) seus empregados, 3) o Brasil e 4) a minha, a sua e a nossa moral e auto-estima.

Finalmente, sendo propositivo, **acho que o Governador da Bahia deveria marcar e fazer uma visita à família Igarashi, pedir desculpas em nosso nome a quem transformou pastagem degradada em pura produção de alimentos, verificar o tamanho do prejuízo, e oferecer, já que seu Estado não deu conta de proteger o patrimônio destes japoneses que lá investiram, isenção tributária estadual até que se atinja o valor da destruição econômica gerada pelos selvagens e seus líderes.** A destruição moral desta família e de seus funcionários, não temos como pagar, resta então pedirmos desculpas a estes japoneses e lutar para que o Brasil do futuro, da geração de renda, seja de... **“mais japoneses e menos selvagens”** (AIBA, 2017k, p. 6, grifos nossos).

A CNA também publicou uma nota de repúdio contra os “atos criminosos típicos de organizações criminosas dotadas de comando centralizado” perpetrados contra propriedades rurais localizadas no município de Correntina, exigindo dos órgãos estatais de segurança pública a adoção das mais enérgicas das forças de segurança e das agências de inteligência do Estado brasileiro.

O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues publicou artigo no Estadão, com o título “Inaceitável!”, e considerou o fato como “assustador” e um “vandalismo absurdo”, alegando também que “todas as licenças ambientais foram concedidas, as outorgas de água também e sob critérios técnicos rigorosos quanto ao volume de água que pode ser utilizado sem prejuízo de abastecimento de cidades, vilas, aglomerações ou ribeirinhos. Tudo na mais perfeita ordem, de modo que não é verdade que faltaria água”.

Comparando o tamanho da área irrigada entre Brasil, EUA e União Europeia, Rodrigues afirma que “está claro que temos uma área irrigada proporcionalmente muito menor que as de nossos grandes concorrentes, e o Brasil dispõe de mais de 15% da água doce do mundo, o que nos confere um potencial de irrigação muito maior”. Por fim, utilizando-se da afirmativa de que o agronegócio é produtor de água, conclui:

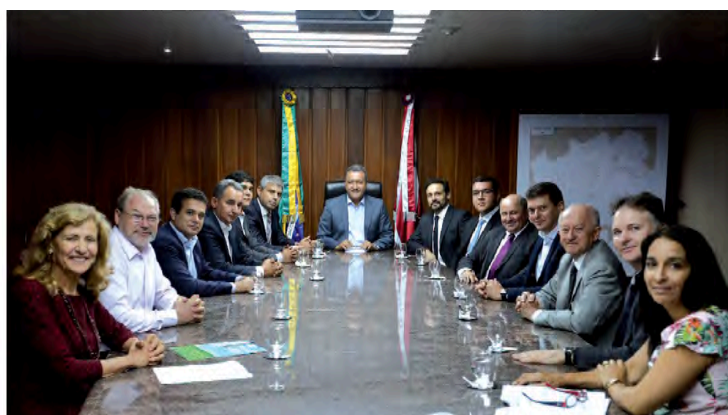
A agricultura não consome toda a água: ela usa a água, a recicla e devolve sua maior parte à natureza. Sendo assim, os argumentos para a violenta destruição não são

verdadeiros. (...). E esta investigação precisa ser conduzida pelos órgãos públicos, municipais, estaduais e até federais. **Não se pode admitir esta forma de "manifestação" baderneira e destrutiva, independente da ideologia dos governantes e de outras entidades envolvidas no lamentável incidente. É preciso impor a ordem!** (ESTADÃO, 2017, grifo nosso)

Outro *think tank* do agronegócio, Xico Graziano (2017), chegou a afirmar que a “invasão” havia sido cometida pelos “bandidos agrários” do MST que, ao agregar em seu argumento o combate aos transgênicos, destruíram laboratórios de pura tecnologia e demonizaram o agronegócio, chegando a referenciar, inclusive o futuro presidente do Brasil, que seria eleito em 2018, Jair Bolsonaro:

Por que aquela turba raivosa invadiu e destruiu as instalações produtivas da Fazenda Igarashi, comandada por uma família de japoneses no distrito de Rosário, em Correntina? Não se sabe ao certo. **Em sua narrativa, comprada facilmente pelos jornalistas descuidados, diziam defender os recursos hídricos da região. Balela.** Não são comprovados tecnicamente os aludidos impactos ambientais, como a suposta morte de nascentes e pequenos córregos. Nem o rio Arrojado, que serve à fazenda, teve sua vazão ameaçada. (...) **A destruição apavora.** Torres de energia derrubadas, maquinários agrícolas incendiados, uma gritaria que deixou R\$ 60 milhões de prejuízo. **Alguém foi preso? Ninguém. Das favelas do Rio aos rincões da Bahia, a impunidade dos criminosos, urbanos ou rurais, campeia no país. Chama o exército? Paradoxalmente, na mesma data o MST estampava em seu site uma matéria intitulada “A escalada da violência e da criminalização no meio rural brasileiro”. Parece uma provocação. Bem ao gosto do Bolsonaro** (Graziano, 2017, grifos nossos).

Em que se pese esse argumento de que o “Estado não deu conta de proteger o patrimônio da fazenda Igarashi”, o que de fato ocorreu foi que o governo do estado da Bahia enviou a Correntina mais de cem homens das polícias militar e civil, além de carros, ônibus, helicóptero e uma tropa de choque. Quatro dias após o levante em Correntina, representantes do agronegócio da região¹⁰⁶ se reuniram em Salvador com o governador Rui Costa, o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, o secretário de Meio Ambiente Geraldo Reis, a diretora-geral do Inema Márcia Telles e o secretário da Agricultura Vitor Bonfim, solicitando celeridade nas investigações e mais reforço policial na região (AIBA, 2017k, p. 8).



¹⁰⁶ Associação dos Produtores de Café da Bahia (Assocafê), da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa), Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM) e da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb).

Figura 24 - Rui Costa com representantes da Aiba, Abapa, SPRLEM, Eduardo Salles, Geraldo Reis e Márcia Telles
Fonte: Acervo Aiba (2017).

A resposta de Rui Costa foi determinar à Secretaria de Segurança Pública que apurasse “rigorosamente as invasões de terras ocorridas no Oeste da Bahia e reforçasse o policiamento na região”. O secretário de Segurança Pública assegurou que estavam “reforçando as estruturas de segurança, tanto da Polícia Militar, com o envio de tropas especializadas, como também enviando reforços para a Polícia Civil, que ficará à frente das investigações. Equipes de inteligência da secretaria também estão envolvidas na operação” (AIBA, 2017k, p. 8).

Nesse mesmo dia em que o bloco dos baiúchos se reuniu no gabinete do governador, 35 representações de movimentos sociais e organizações do campo assinaram a nota “Cansado do Descaso das Autoridades, o Povo de Correntina reage em defesa das Águas”, em apoio ao levante dos ribeirinhos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017).

No dia 11 de novembro, a população de Correntina realizou uma manifestação em defesa das águas com a participação de mais de 12.000 pessoas, que saíram em caminhada pelas ruas da cidade.



Figura 25 - Manifestação popular em Correntina em defesa das águas
Fonte: Rosa Tunes (2017).

Em 1 de dezembro, foi realizada uma audiência pública, convocada pelo Ministério Público da Bahia, para que a sociedade debatesse e encaminhasse alguma solução publicamente concertada sobre a situação. Entretanto, a audiência pública, que ocorreu com a presença de cerca de três mil pessoas, não teve a participação do bloco dos baiúchos, que não enviou nenhum representante do governo estadual e nem do agronegócio (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2019).

4.3. O Pós-Levante: Transferir Conhecimento e Tecnologia aos ‘Selvagens’, Uma Estratégia Promissora

O levante na fazenda Igarashi e as manifestações que o sucederam em Correntina constituíram um marco para a reorganização discursiva do bloco dos baiúchos, o que lhe permitiu ressignificar suas estratégias e operações de articulação de demandas em torno de novos significantes na construção de sua hegemonia.

Essas estratégias se dariam principalmente no sentido de reforçar valores ambientalistas com ênfase na água, sustentados pela afirmação de que o agronegócio é quem mais preserva o meio ambiente. Dessa forma, o bloco dos baiúchos potencializou suas empreitadas por meio do desenvolvimento de projetos e programas direcionados à “agricultura familiar”, com foco nos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas e de Fechos de Pasto da região. Entre esses projetos, além daqueles que já vinham sendo desenvolvidos como ações de “responsabilidade social e ambiental” por meio do Instituto Aiba, estão a entrega de kits de irrigação e agrotóxicos, programas de recuperação de nascentes e de formação continuada de alunos, professores e comunidade escolar em escolas públicas da região.

Semanas após o levante dos ribeirinhos em Correntina, no final de novembro de 2017, no município de Malhada, e com a presença do governador Rui Costa e do secretário de agricultura Vitor Bonfim, a Abapa realizou a entrega de 50 kits de irrigação, juntamente com sementes, inseticidas e herbicidas, a agricultores familiares de dez municípios do Sudoeste baiano. Segundo Aiba/Abapa, o governador parabenizou a Abapa e os produtores associados pelo suporte aos pequenos agricultores da região, e afirmou que os kits iriam “aumentar a produtividade no campo proporcionando maior geração de renda e desenvolvimento econômico para a região”. Já o presidente da Abapa Júlio César Busato ressaltou que “o principal diferencial do projeto é a transferência de conhecimento e tecnologia por meio de assistência técnica, monitoramento e visitas técnicas e que, por meio deste projeto, a Abapa vai promover a sustentabilidade e maior produtividade nas lavouras dos pequenos e médios agricultores familiares, mantendo o produtor no campo e levando mais geração de renda e oportunidades para quem vive no Sudoeste baiano” (AIBA, 2017l, p. 23).



Figura 26 - Rui Costa participa de entrega de kits de irrigação em comunidades do Sudoeste baiano.

Fonte: Acervo Aiba (2017).



Figura 27 - Entrega de kits de irrigação
Fonte: Acervo Aiba (2017).

Enquanto Instituto Aiba e SPRLEM formavam as 9ª e 10ª turma do Programa Jovem Aprendiz na Propriedade Rural, Aiba/Abapa continuavam empenhadas em mobilizar o público infantil para “conhecer o campo” durante a Fenagro, com o estande “Aprendendo e Brincando”, que, segundo as entidades, anualmente serve como fonte de informação sobre o agronegócio do Oeste da Bahia:

Muitas escolas públicas levam seus alunos para “conhecer o campo” por meio das explicações dos técnicos da Aiba e Abapa (...). Os ensinamentos são, sem dúvida, muito valiosos. Foi através dele que Jefferson Oliveira, 8 anos, aprendeu que **o hidratante que ele usa é a base de algodão e que este vem do campo e não da lã das ovelhas como imaginava. A colega Mariana Saraiva, que até então achava que o algodão era a base para se fazer o algodão doce, saiu do estande com a explicação correta.** Mas as grandes atrações do evento foram mesmo os mascotes da Bahia Farm Show. Com a distribuição de uma cartilha pedagógica e de pipoca doce, FeiJoão, E-Milho e Dão conquistaram o público e posaram para muitas fotos (AIBA, 2017l, p. 15, grifo nosso).

Durante a feira, o governo estadual anunciou o investimento de R\$ 26,3 milhões no âmbito do Prodeagro, para a manutenção e pavimentação de estradas e construção de pontes, a ampliação da utilização de agrotóxicos (programas fitossanitários) para combater pragas e doenças nas plantações de soja e algodão, o desenvolvimento de transgênicos para o cultivo de soja e a ampliação de estações de monitoramento pluviométricas na Bacia do Rio Grande. O evento também foi palco para apresentação do estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuia. (AIBA, 2017l, p. 18).



Figura 28 - Capa do Informe Aiba&Abapa de dezembro de 2017

Fonte: Aiba (2017).

Ainda no mês de dezembro de 2017, a Aiba participou da cerimônia de inauguração da Embrapa Territorial¹⁰⁷, que desde 2013 estava sob o comando de Evaristo de Miranda como coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) e entre 2015 e 2021 como Chefe Geral da unidade. De acordo com a Aiba, com essa nova configuração, a Embrapa Territorial teria como objetivo:

Gerar dados reais que possam subsidiar o governo a tomar importantes decisões, no sentido de realizar um levantamento mais amplo sobre as áreas conservadas e ocupadas, a partir de três metas: um sistema de inteligência territorial para a macrologística agropecuária; a continuidade do mapeamento e análise das áreas dedicadas à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais com os dados do CAR e a estruturação de um sistema de inteligência, gestão e monitoramento territorial para os cerrados do Brasil (AIBA, 2017, p. 3).

Dessa forma, estavam formadas as condições para institucionalizar o mantra de Evaristo de Miranda, de que “não haveria ninguém no Brasil ou no mundo que preservasse mais o meio ambiente do que o produtor rural brasileiro”. O ano de 2018 começou com um bombardeio de notícias e informações de resultados de pesquisas que ratificavam essas afirmações.

¹⁰⁷ A Embrapa Territorial foi fundada em 1989 com sede na cidade de Campinas (SP), município considerado importante polo de ciência e tecnologia. Inicialmente criada pela Diretoria-Executiva da Embrapa com o nome de Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite (NMA), passou à denominação de Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite (CNPM) em maio de 2000. Em dezembro de 2017, tornou-se o Centro Nacional de Pesquisa em Inteligência, Gestão e Monitoramento Territorial, ganhando o nome-síntese Embrapa Territorial (EMBRAPA, 2023).

4.4. O Brasil é Um Grande Prestador de Serviços Ambientais

Nas edições do Informaiba (novembro de 2017) e do número # 09 ano da Revista Aiba (1º trimestre de 2018), enfatiza-se essencialmente o tema da água, onde as capas reproduzem imagens que reafirmam a “tecnologia avançada”, como drones e pivôs de irrigação, e a “disponibilidade hídrica” da região Oeste, com a imagem de um rio caudaloso, buscando articular um sentido ambientalista à “agricultura eficiente” e à “sustentabilidade hídrica”.

Em janeiro, o editorial do Estadão, intitulado “Brasil, país poupador de terras”, datado de 9 de janeiro de 2018, argumentava que:

Devastação de matas e agricultura predatória são dois temas frequentes quando se avalia a preservação ambiental no Brasil, num falatório mal-informado, muitas vezes desonesto e frequentemente repetido, no País, pelos bem-pensantes de plantão. Quem se dispõe a discutir seriamente o assunto pode agora recorrer a informações da Nas que, segundo a agência, as lavouras ocupam apenas 7,6% do território brasileiro, e a vegetação nativa é preservada em mais de dois terços da superfície do País. (...) Os dados da Nasa permitem uma discussão mais informada e mais honesta sobre como os brasileiros cuidam dos compromissos ambientais. São também um testemunho a mais sobre o sucesso e a enorme importância da Embrapa e de outras instituições. (ESTADÃO, 2018)

Semanas depois, o ministro da Agricultura Blairo Maggi esteve no Fórum Global para Alimentação e Agricultura (GFFA), em Berlim, onde apresentou a pesquisa da Embrapa Territorial no painel “Moldar o Futuro da produção animal de forma sustentável, responsável e produtiva”. Com o objetivo de rebater a crítica recorrente da comunidade internacional de que ‘os agricultores brasileiros são desmatadores’, o ministro, reproduzindo o mantra de Evaristo de Miranda, alegava que “os dados da NASA e da Embrapa demonstram que o Brasil protege e preserva a vegetação nativa em mais de 66% de seu território e cultiva apenas 7,6% das terras” (AIBA, 2018m, p. 7).

Seguindo a mesma estratégia, Aiba/Abapa também divulgaram o resultado da pesquisa, alegando que “cerca de 64% do Cerrado encontrava-se conservado em 9,1 milhões de hectares do Oeste baiano, o que conferia aos produtores locais o primeiro lugar no *ranking* de conservação ambiental em propriedades rurais do planeta”¹⁰⁸. Além disso, quando se referiam exclusivamente às APPs, alegava-se que o Brasil trazia as maiores faixas de proteção associadas a mananciais hídricos do mundo, sendo que no Oeste da Bahia, as faixas de APP encontravam-se distribuídas em uma área de 452 mil hectares nas bacias hidrográficas dos rios Grande, Corrente e Carinhonha – exatamente sobre a maior parte do Sistema Aquífero Urucuia (SAU) e onde se centralizava o estudo de seu potencial hídrico (AIBA e ABAPA, 2018a, p. 6).

O estudo do potencial hídrico do SAU também passou a ser objeto de grande divulgação tanto em nível regional como estadual e nacional, passando cada vez mais a ganhar espaços em jornais tradicionais do estado da Bahia (A TARDE, 2018), canais do agronegócio nacional (CNA, 2018) e na Rede Globo (ALISKI, 2018).

Outra pesquisa divulgada pela Aiba/Abapa foi a consultoria realizada pela empresa Afranco Partners, que mapeou processos de governos estaduais na área ambiental, cujo resultado apontou que a Bahia liderava o *ranking* de licenciamento ambiental no país, com as

¹⁰⁸ Segundo Aiba/Abapa, os números da adesão ao CAR também indicavam que as áreas consideradas conservadas, preservadas e/ou em processo de recuperação, eram maiores em propriedades privadas (4,5 milhões de hectares) do que as áreas atualmente estabelecidas como Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável (federal, estadual e municipal) implantadas na região Oeste da Bahia, que compreendiam 1,9 milhão de hectares (AIBA e ABAPA, 2018a, p. 6).

melhores práticas e maior agilidade para liberação de licenciamento ambiental para empreendimentos empresariais (AIBA e ABAPA, 2018a, p. 7).

No mesmo mês, Abapa e Aiba anunciaram a assinatura de acordos de cooperação técnica com as prefeituras municipais de São Desidério, Barreiras, LEM e Correntina para recuperar as nascentes dos rios existentes nas comunidades rurais da região situadas em APPs, e que estariam sendo prejudicadas principalmente pelo “pisoteio do gado”. O município escolhido para ser o primeiro “contemplado” pelo projeto foi São Desidério, segundo maior município do estado da Bahia em extensão territorial e o primeiro no *ranking* de produção de algodão no Brasil¹⁰⁹.

Assim, em fevereiro de 2018, foi iniciado, no povoado de Jataí, situado a 25 km de distância da sede municipal, o “Projeto de recuperação de nascentes” com a capacitação de técnicos responsáveis que iriam desenvolver o trabalho em outros 16 afloramentos de lençol freático do município, por meio da técnica Caxambu¹¹⁰, com a estimativa de que fossem produzidas 200 mil litros de água por dia. Utilizando-se de tom emocional, Aiba/Abapa citam o depoimento de uma família beneficiada pelo projeto, que além de “salvar suas vidas, teve o nome da nascente batizado pela ação de “produção de água” promovida pelo agronegócio da região:

É da água da nascente recentemente protegida que o casal Levi Alves da Silva e Marialva dos Santos Silva mata a sede, toma banho e utiliza a água para as atividades domésticas. **“A água vem o ano todo. E esse trabalho de proteger a nascente é uma segurança de que nunca vai faltar”**, acredita o casal, que juntamente com outras 12 famílias se beneficiam diretamente da nascente de Jataí, batizada na última sexta-feira com o mesmo nome da localidade, que passou a integrar uma base de dados nacional. (AIBA e ABAPA, 2018b, p.14, grifo nosso).

Na ocasião, o secretário de meio ambiente de São Desidério Joacy Carvalho, destacou a “ajuda” da Abapa e Aiba no projeto e afirmou a existência de mais de quatrocentas nascentes mapeadas a serem “protegidas”. A palavra final ficou para o então presidente da Abapa Júlio César Busato que, reproduzindo o mantra de Evaristo de Miranda – de que a pesquisa da Embrapa mostrou que os produtores rurais são quem mais preservam o meio ambiente, com 64% do Cerrado do Oeste da Bahia preservado – reiterou que “o incentivo na recuperação das nascentes, juntamente com a adoção de técnicas de produção sustentáveis, mostra o quanto somos preocupados com os rios e com o meio ambiente” (AIBA e ABAPA, 2018b, p. 14).

Logo após a primeira intervenção nas nascentes das comunidades rurais de São Desidério, Aiba e Abapa se reuniram, ainda em fevereiro, com secretários de meio ambiente dos municípios de Wanderley, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Riachão das Neves para negociarem outros acordos de cooperação que visassem “proteger os recursos hídricos da região” no âmbito do projeto de recuperação de nascentes, uma vez que as nascentes e veredas da região têm valor econômico:

Para Alessandra Chaves, da Aiba, a importância da manutenção e recuperação de nascentes e veredas na região possui um valor associado muito maior que somente o

¹⁰⁹ De acordo com o Canal Rural, em 2018, a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE constatou que o município de São Desidério saltou da terceira para a 1ª posição no ranking de cidades com maior valor de produção agrícola. Em 2017, era responsável por R\$ 2,4 bilhões do que era produzido no Brasil, tendo saltado, em 2018 para R\$ R\$ 3,63 bilhões. (CANAL RURAL, 2019)

¹¹⁰ Copiando o modelo de proteção de nascentes e fontes desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, no Rio de Janeiro, a técnica “Caxambu” busca proteger o afloramento do lençol freático por meio de uma cobertura construída com pedra e argila que, para a Aiba/Abapa, evita o acesso do afloramento do pisoteio do gado e do assoreamento com terra carregada pelas chuvas.

ambiental. **“A conservação da água, que é um recurso natural de valor também econômico e social, torna-se imprescindível e de responsabilidade de todos nós. Os agricultores têm este foco, de conservar para o futuro”**, avalia. (AIBA e ABAPA, 2018b, p.3, grifo nosso).

Em outra intervenção de “recuperação” de nascente na comunidade de Alegre, também em São Desidério, Júlio Busato ressaltava a preocupação com os rios e o meio ambiente por parte agronegócio, que estaria dando “dignidade” às famílias das comunidades rurais da região, ao lhes possibilitar o acesso à água:

“O incentivo na recuperação das nascentes, juntamente com a adoção de técnicas de produção sustentáveis, mostra o quanto os agricultores estão preocupados com os rios e com o meio ambiente, é gratificante para nós saber que tanto ‘seu’ Manoel quanto os moradores de Alegre terão mais dignidade com a tão esperada chegada da água em suas casas”, diz o presidente da Abapa, Júlio César Busato. (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 7, grifo nosso).

Naquele momento, o Projeto Jovem Aprendiz na Área Rural já formava a sua 13ª turma, e Aiba e o SPRLEM formavam a primeira turma do Curso Técnico em Agronegócio, batizada de Carminha Missio, em homenagem à presidenta do sindicato que, segundo Aiba/Abapa, havia se empenhado para levar o pólo e-Tec ao município. Na ocasião, em seu pronunciamento, Carminha Missio afirmou que “os formandos contribuirão para beneficiar os rumos da economia, a qualidade de vida, a cultura e a moral em todos os lugares por onde passarem a viver e pertencer” (AIBA e ABAPA, 2018b, p. 5).



Figura 29 - Formandos da primeira turma do curso técnico em Agronegócio promovido pelo Senar e SPRLEM

Fonte: Acervo Aiba (2017).

No final de fevereiro, o governador Rui Costa visitou o município de LEM, onde anunciou um pacote de obras de recuperação de estradas, orçado em R\$ 67,9 milhões e a ser implementado por meio de convênio de cooperação técnica entre Aiba/Abapa e o governo estadual, que previa a manutenção e restauração de trechos do Anel da Soja (BA-459 e BA-460) e Coaceral (BA-225). Essa parceria resultou na assinatura de mais dois convênios entre Aiba/Abapa e as prefeituras de Côcos e São Desidério, para recuperação da “Linha dos Pivôs” (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 20).



Figura 30 - Formalização de convênio entre o governo do Estado e Aiba/Abapa em LEM
Fonte: Acervo Aiba (2018).

Ressalte-se que no final daquele mês, tomava posse como presidente da FPA a deputada federal Teresa Cristina (DEM/MS) que, segundo Aiba/Abapa, ao substituir o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) na presidência da Frente, “reafirmou como principal compromisso do agronegócio brasileiro a segurança alimentar com comida farta, barata e saudável na mesa de todos” (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 2).

4.5. Vencer o Terrorismo Psicológico Acerca de Uma Crise Hídrica Que Pode Nem Vir a se Concretizar

O mês de março de 2018 foi oportuno para que o bloco dos baiúchos se empenhasse em buscar adesão a suas estratégias discursivas para além da região Oeste da Bahia, já que o dia 22 de março foi declarado pela ONU como o Dia Mundial da Água. Dessa forma, o 8º Fórum Mundial da Água¹¹¹, realizado naquele mês em Brasília serviu como uma grande oportunidade de reprodução e legitimação de seu discurso. Segundo Aiba/Abapa, o evento foi “palco para derrubar informações inverídicas que maculam a imagem ambiental da atividade agropecuária brasileira e que através de pesquisas científicas e dados reais, provou-se que não são verdadeiros os conceitos como os de que a irrigação é responsável pela crise hídrica ou que a agricultura polui os rios e prejudica a população” (AIBA, 2018m, p.48).

Alegando que a preservação da água é essencial para a continuidade da produção agrícola, argumentava-se que é possível utilizar os recursos naturais de forma a impactar os rios minimamente, assegurando os múltiplos usos da água, o que inclui o “direito à irrigação”. Para tanto, se fazia necessário “deixar de lado as crenças e apostar fortemente na ciência para avançar na discussão e em estudos da integração água-alimento-natureza”.

O pronunciamento do então presidente da Aiba Celestino Zanella, que na ocasião apresentou o estudo do potencial hídrico do Oeste da Bahia, afirmava que a pesquisa havia comprovado a eficácia dos métodos de produção e de irrigação praticados pelos agricultores baianos, constituindo-se num modelo de êxito que teria sido copiado por outras partes do

¹¹¹ Paralelamente ao Fórum Mundial da Água, aconteceu também em Brasília, nos dias 17 e 18 de março de 2018, o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que contou com a participação de mais de 7 mil participantes de 450 organizações nacionais e internacionais de todos os continentes, representando movimentos sociais, tradições religiosas e espiritualidades, organizações não governamentais, universidades, pesquisadores, ambientalistas, organizados em grupos, coletivos, redes, frentes, comitês, fóruns, institutos, articulações, sindicatos e conselhos. Sob o lema “A água é direito e não mercadoria”, o FAMA foi realizado em defesa ao direito de acesso à água aos povos de todo o mundo, para se opor às tentativas de privatização e mercantilização da água que pautam o Fórum Mundial da Água (MPA, 2018; ONDAS, 2019).

mundo, por ser capaz de produzir cada vez mais com menos recursos, sem aumentar a área de produção, com técnicas eficientes de irrigação, assegurando o combate ao desperdício de água e o aumento da produtividade, de forma a não pressionar os recursos hídricos (AIBA, 2018m, p.49). Ressaltando que o FMA acontecia em momento propício para esclarecer a população sobre o terrorismo psicológico acerca da escassez hídrica, Zanella resumia as projeções para o futuro da região:

Nós somos o principal afluente na margem esquerda do rio São Francisco, nós temos pluviosidade, rios perenes e também um aquífero, estamos interessados em produzir mais, no mesmo espaço”, afirmou (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 5).

No evento, a CNA assinou um documento que autorizava a criação da Comissão de Irrigação na estrutura da Confederação, e na oportunidade, lançou a cartilha “Fatos e Mitos” para o Fórum Mundial da Água, reiterando que “era falsa a informação de que pivô central gasta muita água, uma vez que a irrigação oferece às plantas a quantidade ajustada e necessária de água, sem desperdício, e que estavam erradas as hipóteses de que a irrigação causava falta d’água nas cidades e que agricultura poluía as águas que chegam aos centros urbanos”. Cabe citar as palavras do coordenador de sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias Filho, que foram reproduzidas pela Aiba:

“Se a questão é escassez, o produtor rural tem mais soluções do que problemas”, destaca o coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias Filho. **Ele cita a importância das fazendas na recarga de aquíferos e na formação de estoques de água, que acabam alimentando os cursos d’água.** Ananias lembra que a agricultura sofre com a poluição dos rios vinda das cidades – esgoto -, pois as plantações exigem água limpa, de qualidade, para a produção de alimentos (AIBA, 2018m, p. 51, grifo nosso).

Às vésperas do 8º Fórum Mundial da Água, o bloco dos baiúchos realizou, na sede da Aiba/Abapa, em Barreiras, o I Seminário Internacional de Políticas Públicas de Gestão dos Recursos Hídricos, em que foram apresentados o estudo do potencial hídrico pela Aiba e o modelo de gestão de águas subterrâneas do Aquífero Ogallala para irrigação por pesquisadores da Universidade de Nebraska.

Na ocasião, o professor da UFV Aziz Galvão apresentou a experiência que o Institute Water For Food, da Universidade de Nebraska, vem desenvolvendo em territórios africanos com a implementação de projetos de irrigação voltados para a agricultura familiar. Defendendo que a irrigação na agricultura familiar garante não apenas o aumento da produtividade e o desenvolvimento socioeconômico, como também contribui para a redução dos riscos climáticos, o professor da UFV manifestou interesse em desenvolver ações que beneficiem “pequenos produtores do Vale”, com o objetivo de fomentar a inclusão socioambiental entre os pequenos produtores e fortalecer toda cadeia produtiva. Em visita à Fazenda Modelo da Aiba/Abapa, os pesquisadores participantes do seminário aproveitaram para “conversar com pequenos produtores do perímetro irrigado Barreiras Norte sobre as potencialidades e limitações da atividade agrícola no local” (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 18).

Paralelamente ao evento, Aiba/Abapa se reuniram com representantes da Codevasf, Crea, Sema, Inema, CPRM, Ucsal, UFBA, UFV e UFRJ na sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), em Salvador, com vistas a consolidar novas parcerias nas áreas de geologia, solo e águas, com vistas a “avançar na discussão sobre os múltiplos usos e a preservação dos recursos hídricos”. Segundo a Aiba, “foi fundamental a participação do Serviço Geológico Brasileiro, materializada pela rede de monitoramento de recursos hídricos, particularmente das águas subterrâneas, que, aliada ao esforço de outros órgãos

como o Inema, permitiriam a obtenção de informações fundamentais para se atingir o equilíbrio e sustentabilidade no aproveitamento dos recursos” (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 14).

Ainda nas “comemorações” em alusão ao Dia Mundial da Água, Aiba e Abapa seguiram realizando atividades na “Semana da Água” em Barreiras e São Desidério, como a realização de palestras e mesas redondas sobre o potencial hídrico no Oeste baiano e uso consciente da água, distribuição de mudas e cursos sobre recuperação de nascentes para estudantes de ensino superior e fundamental (AIBA e ABAPA, 2018d, p.3).

Na capa da Revista Aiba #09, a primeira edição após o levante em Correntina, que leva o título “Sustentabilidade Hídrica na produção de alimentos”, os artigos são assinados por pesquisadores, autoridades e representantes do agronegócio nacional, em que se reforça o papel central do agronegócio para a preservação do meio ambiente. No editorial, intitulado “Navegar é preciso...”, o presidente da Aiba Celestino Zanella enfatiza:

Nos tempos atuais, “passar” sobre as águas continua sendo fundamental. (...) **Os tripulantes de agora são os agricultores, que precisam vencer o terrorismo psicológico acerca de uma crise hídrica que pode nem vir a se concretizar**, caso se confirmem os resultados parciais de uma pesquisa que estuda a fundo o potencial hídrico da região oeste da Bahia. A pesquisa (...) já aponta que **não há razões para pânico, pois temos recursos suficientes para consumo humano e animal, e para o uso na agricultura irrigada, podendo, inclusive, aumentar a área para suprir a crescente demanda por comida no mundo.** (AIBA, 2018m, p. 3, grifos nossos)

O artigo de autoria do então presidente da Embrapa Maurício Antônio Lopes, intitulado “A real contribuição do campo”, assegura que a relação entre produção agropecuária e o meio ambiente é cada vez mais harmônica, e que muitos analisam a agropecuária com preconceito, o que é um grande erro (LOPES, 2018).

Já o pesquisador da UFV Fernando Pruski afirma que não considerar efetiva disponibilidade de água é uma questão que não interessa a ninguém, já que o problema não está no uso da água, mas no estabelecimento de demandas incompatíveis com as disponibilidades. Assim, um adequado planejamento do uso dos recursos hídricos baseado no conhecimento da real disponibilidade de água seria essencial para a mitigação de conflitos por água. (PRUSKI, 2018).

O artigo “PSA é alternativa para manter a saúde da terra” informa da publicação de um Manual para Pagamento por Serviços Ambientais Hídricos da Embrapa Solos e aponta que a quantidade de água consumida pelas grandes metrópoles é superior à recomendada pela ONU, alegando que é a crescente demanda por água pela população urbana e rural que exerce pressão sobre os mananciais, na maioria das vezes localizados em áreas rurais, sendo o produtor rural fundamental para a manutenção e abastecimento do recurso, o que lhe reserva o direito de receber uma remuneração por essa prestação de serviço ambiental à sociedade” (AIBA, 2018m, p. 28).

Em outro artigo, é apresentado infográfico sobre recursos hídricos produzido pela Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), onde consta a informação de que “graças ao desenvolvimento de estudos e pesquisas pelo setor de árvores plantadas, houve diminuição de 75% no uso de água pelo setor florestal nas últimas décadas. De acordo com a presidente Executiva da Ibá Elizabeth de Carvalhaes, “o novo infográfico resgata esse histórico e explica como as árvores plantadas auxiliam no fluxo hidrológico da mesma maneira que as árvores naturais, e esses números demonstram como o setor tem se preparado e investido para conservar o recurso” (Ibidem, p.58).

Cabe destacar o espaço de duas páginas dedicado à publicação do artigo “A teoria insustentável dos alimentos orgânicos”, de Nicholas Vital, autor do livro “Agradeça aos

agrotóxicos por estar vivo” que, juntamente com Claud Goellner, alega que “a comunidade científica vem provando que a afirmação de que alimentos orgânicos são mais saudáveis e seguros não passa de uma falácia”. Sem referenciar as fontes, citam instituições de pesquisas como o Centro Nacional de Saúde Ambiental do Canadá, a Agência Francesa de Segurança Alimentar, Universidade de Stanford, Instituto Tecnológico de Alimentos no Brasil, os governos dos EUA, Canadá e países da União Europeia e até mesmo a FAO e a OMS, alegando que “não existe nenhuma diferença entre os produtos convencionais e orgânicos, bem como suporte científico na tese de que os alimentos orgânicos seriam mais benéficos à saúde”. Ao final, apontam que no Brasil essa discussão se pauta muito mais pela ideologia do que pela ciência, beneficiando apenas os “oportunistas de mercado, que vendem ilusões a preços muito maiores. A verdade, aos olhos da ciência, é uma só: ambos os sistemas podem produzir alimentos saudáveis, nutritivos e seguros. Basta que as boas práticas agrícolas sejam respeitadas” (GOELLNER e VITAL, 2018, p.80)¹¹².

Não poderia deixar de ser publicada a mensagem do presidente da Abapa Júlio César Busato, intitulada “Preservar o meio ambiente dá lucro”, argumentando que a viabilidade econômica de uma região considerada “inóspita” só foi possível devido a um modelo de produção que depende da preservação dos recursos naturais, sobretudo hídricos:

Da mesma forma o uso racional da água para irrigação, outorgado e fiscalizado pelo Inema a partir de critérios científicos, obedece ao mesmo conceito de sustentabilidade, garantindo o manancial futuro para a perenidade dos rios e da atividade produtiva (...). Essa mentalidade empresarial veio para ficar. **O oeste baiano, que tem o orgulho de ter uma das maiores produtividades do mundo e ser um dos principais PIBs agrícolas do país, é prova viva que a sustentabilidade não apenas convive, mas pode ser uma importante aliada do lucro empresarial** (AIBA, 2018m, p. 22, grifo nosso).

Já o pronunciamento do presidente da Aiba Celestino Zanella ratifica a injustiça de vilanizar os produtores rurais:

Não se pode falar em crise hídrica sem antes mensurar os recursos. (...) O produtor rural não pode ser visto como vilão. As pessoas precisam entender que ele é o maior interessado em preservar os rios, pois o seu negócio depende diretamente disso. Se o rio secar isso inviabiliza o nosso sistema de produção. É daqui que tiramos o nosso alimento e também o de uma nação inteira. Para continuar produzindo, a gente precisa da água, pois **não há outro modo de produzir** (AIBA, 2018m, p. 22, grifos nossos).

Contraditoriamente, se “não se pode falar em crise hídrica sem antes mensurar os recursos”, no artigo seguinte se assegura, pelo próprio título, que: “Pesquisa científica sobre potencial hídrico da Bahia descarta possibilidade de escassez de água na região”. Repetindo os mesmos trechos do artigo anterior, o pesquisador do Institute Water for Food da Universidade do Nebraska-Lincoln Aziz Galvão se queixa de que, apesar da abundância, os produtores rurais não usufruem do recurso hídrico e têm sido castigados pela severa estiagem

¹¹² Na edição de março de 2018 do Informaiba, há na íntegra a reprodução de uma entrevista realizada com Nicholas Vital pelo jornal Gazeta do Povo, em que o autor do livro “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo” afirma que a produção de orgânicos também utiliza defensivos químicos, e que enquanto os defensivos convencionais são melhorados em laboratório e tem combinação de moléculas, o “outro é usado da forma bruta como se encontra na natureza, o que quer dizer que não seja tóxico”. Afirma, ainda, que os defensores do orgânico no Brasil são “celebridades”, como Bela Gil e Marcos Palmeira – e não médicos ou engenheiros, e que “é fácil fazer esse discurso tendo o palco indo no Serginho Groissmann, na Ana Maria Braga, e todo mundo bate palma” (AIBA e ABAPA, 2018c, p.22).

dos últimos cinco anos. Assim, a irrigação pode ser a solução e não a vilã da história, desde que alterada a política de gestão das águas (AIBA, 2018, p. 52).

Assim, era urgente ampliar a área irrigada na região em até três vezes, já que do total de 2,2 milhões de área plantada, apenas 160 mil eram irrigadas, e a meta era alcançar 500 mil hectares. Além disso, mesmo com essa “pequena” área irrigada, já se previa a obtenção de recordes na produtividade das safras de soja e algodão, que poderiam chegar, respectivamente, a 6 milhões e 1,2 milhões de toneladas em relação à safra anterior.

Segundo a Aiba/Abapa, esse resultado se deveu ao clima favorável, que permitiu chuvas bem distribuídas, à qualidade das sementes e à fertilidade do solo, que contribuíram para que as colheitas estivessem acima da média esperada. (AIBA e ABAPA, 2018d, p.12).



Oeste da Bahia pode ter safra recorde, aponta levantamento técnico da Aiba

Figura 31 - Manchete do Informaiba de abril de 2018

Fonte: Acervo Aiba (2018).

4.6. Ampliando as Estratégias Discursivas

No que se refere ao fortalecimento das estratégias de comunicação, em março, o Programa “Conversa com o Agricultor”, que já vinha sendo regularmente transmitido de segunda a sábado na programação da Rádio Vale AM de Barreiras e outras rádios parceiras do agronegócio da região, ampliou a sua abrangência até Luís Eduardo Magalhães.

Ainda naquele mês, o agronegócio, em nível nacional, comemorava a decisão do Supremo Tribunal Federal, de ter indeferido 20 das 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) que haviam sido impetrados pela Procuradoria Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que questionavam a constitucionalidade do Código Florestal de 2012 e que haviam sido protocoladas no início de 2013. A Suprema Corte reconheceu a constitucionalidade anistiar desmatadores, de incluir Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da RL, bem como de validar a compensação da RL cadastrada em outra área localizada no mesmo ecossistema. Sobre essa decisão do STF, Aiba e Abapa reproduziram um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, que, valendo-se do mantra de Evaristo de Miranda, argumentava que, o produtor rural, que é quem mais preserva o meio ambiente no País, ao longo do processo foi tratado como desmatador criminoso. Assim, as ações da PGR e do PSOL teriam sido usadas para:

Disseminar desconfiança em relação a um diploma legal notadamente equilibrado, objeto de exaustiva discussão no Congresso, e que havia sido justamente essa lei que, contraditoriamente, alguns queriam derrubar, dizendo, numa distorção própria das ideologias, que ela era inimiga do meio ambiente, a qual lhe exigiu uma

difícilima prova adicional num ambiente em que abundavam desinformação e preconceito (AIBA e ABAPA, 2018c, p. 6).

Também em março foi firmado convenio entre a Abapa e o Centro Territorial Profissionalizante da Bacia do Rio Grande, em Barreiras, para realizar intercâmbios de atividades desenvolvidas com os produtores de algodão no Centro de Treinamento da Abapa em LEM (Informaiba. MARÇO|2018. ANO 26. Nº 267, p.11). Em abril, o Centro de Treinamento da Abapa sediou o primeiro *workshop* de pulverização agrícola, em parceria com as empresas Agrosul, Forquímica, Veneza Equipamentos e a UFOB.

No mês de abril, Aiba/Abapa estiveram em Brasília para participar do “Manifesto Verde e Amarelo – Funrural não, Securitização sim!”, convocado por entidades nacionais do agronegócio, que pleiteavam ao governo federal a extinção do retroativo cobrado pelo período em que o Funrural deixou de ser obrigatório¹¹³. Classificando o protesto como “ato pacífico”, o vice-presidente da Aiba Luiz Pradella argumentava sobre a situação de injustiça sofrida pelos produtores rurais:

Não se trata de um perdão de dívida porque não existe a dívida, a própria justiça reconhece isso quando declara inconstitucional a cobrança. **Portanto, o primeiro passo é desmitificar essa ideia que ventilam por aí, por pura falta de conhecimento.** O segundo é esclarecer que não estamos pedindo a derrubada dos vetos presidenciais e sim do passivo do Funrural. E, por fim, pedir a securitização das dívidas do agronegócio. O agricultor não se nega a pagar o tributo instituído de agora para frente, mas se sente injustiçado ao ter que pagar um passivo inconstitucional. (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 15).



Figura 32 - Manchete do Informaiba de abril de 2018

Fonte: Acervo Aiba (2018).

Naquele momento, o bloco dos baiúchos também comemorava a posição do estado da Bahia como segundo colocado no *ranking* de produção de algodão no Brasil, com incremento 32,5% da área plantada em relação à safra anterior, o que significa que haviam sido suprimidos 263,7 mil hectares de Cerrado nativo na região Oeste do estado¹¹⁴ (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 15). Os fatores de sucesso para a ampliação da produção não era abertura

¹¹³ Em março de 2017, o STF havia validado a cobrança do tributo e após recursos impetrados por entidades representativas do setor do agronegócio, houve novo julgamento em maio de 2018, em que se manteve a constitucionalidade da contribuição por parte do empregador rural.

¹¹⁴ Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão, até março de 2018, o Brasil já havia exportado 854 mil toneladas de algodão, que foram colhidos graças à supressão de 783 mil hectares nos Cerrados do Mato Grosso, 263,7 mil da Bahia e 33 mil hectares em Goiás (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 23).

de novas áreas de Cerrado e tampouco a retirada das águas para irrigação, mas sim a volta à normalidade climática com a chegada das chuvas e o avanço da tecnologia de precisão na agricultura (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 23).

No mesmo mês de abril, o Instituto Aiba (Iaiba) passou a integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barreiras. Enquanto se iniciava o projeto de recuperação de nascentes nos municípios de Wanderley e Barreiras, a Aiba, em parceria com a prefeitura, a Câmara Municipal de Barreiras e o Inema, por meio do Fundesis, entregaram um imóvel reformado (onde antes funcionava uma escola municipal que foi desativada) à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retiro e São Vicente, localizada nas margens do rio de Janeiro, na zona rural de Barreiras. A fala do superintendente do Iaiba Helmuth Kieckhofer representa a estratégia de buscar a adesão a seu discurso nas comunidades rurais dos “vales” da região, em que, com um tom emotivo, se buscava criar uma visão de que o agronegócio é quem leva educação e desenvolvimento para onde antes não havia nada:

A educação está aqui mais perto de vocês do que há alguns anos atrás, a exemplo das reformas que estão sendo realizadas nas escolas da zona rural, esse espaço representa uma conquista dos pequenos produtores rurais dessa comunidade. **Todas essas comunidades, como Val do Teiú, Retiro e São Vicente são nossos futuros.** Esta alegria que nós temos toda vez que nós viemos aqui. Essa obra reflete a força de trabalho que há por trás disso, e é o exemplo de que quando se une as forças do produtor rural com a sociedade civil organizada e com o poder público é possível fazer muita coisa com tão pouco (AIBA e ABAPA, 2018d, p. 17, grifo nosso).



Figura 33 - Inauguração da reforma da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retiro e São Vicente em Barreiras
Fotos: acervo Aiba, 2018



Figura 34 - Inauguração de nascente “recuperada” no município de Wanderley
Fotos: acervo Aiba, 2018

Dando andamento às ações de “educação ambiental” em comunidades rurais da região, no mês de maio, Aiba, Abapa e SLC Agrícola realizaram a distribuição de mudas de árvores nativas e de cartilha “que ensina como e porque cuidar do meio ambiente” para crianças da rede de educação infantil de Barreiras (AIBA e ABAPA, 2018e, p. 3).



Figura 35 - Distribuição de mudas na rede de educação infantil em Barreiras
Fonte: Acervo Aiba (2018).

No dia 1º de maio de 2018, Dia Mundial do Trabalhador e Trabalhadora, um ato patrocinado por empresas do agronegócio da região levou algumas pessoas, que diziam ser “trabalhadores da cadeia agrícola de Barreiras” a uma manifestação pelas ruas da cidade, que seguiram em marcha “em defesa de seus empregos” até as sedes do Ibama, Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Segundo Aiba/Abapa, tratou-se de um protesto contra o que chamaram de “abusos” e “rigor burocrático” nas ações de fiscalização e licenciamentos ambientais. É válido citar as falas de funcionários do setor agrícola sobre a manifestação que foram reproduzidas no Informe Aiba&Abapa:

Esta mobilização foi fundamental para reforçar, para toda a sociedade, que quem trabalha na área agrícola é respeitado e se dedica a um setor que faz a nossa região e o Brasil crescerem. **Muitas vezes, a área agrícola é penalizada pela burocracia e**

por uma lei ineficiente, mas é o setor que mais investe em qualificação dos seus trabalhadores.

É preciso ser herói para se plantar no Brasil, diante de tantas licenças, protocolos e outorgas, fiscalizadas muitas vezes ao mesmo tempo por órgãos das diferentes esferas - municipais, estaduais e federais.

A diretora do Núcleo Oeste da Bahia da Associação Brasileira de Recursos Humanos, Márcia Gama, defende o setor por acompanhar de perto as exigências e o quanto as empresas respeitam a legislação. **“Fiz questão de entrar na manifestação por entender que existe um exagero nas cobranças durante as fiscalizações. É um rigor que existe no campo, mas não acontece com as empresas dentro da cidade”**, compara (AIBA e ABAPA, 2018e, p. 14, grifos nossos).



Figura 36 - Marcha em defesa dos empregos e contra os abusos na fiscalização e no licenciamento ambiental em Barreiras

Fonte: Acervo Aiba (2018).



Figura 37 - Marcha em defesa dos empregos e contra os abusos na fiscalização e no licenciamento ambiental na sede do Ibama em Barreiras

Fonte: Acervo Aiba (2018).

No mesmo mês, Rui Costa retornou à região e, na ocasião, assinou uma ordem de serviço para recuperação da BA-463, que liga São Desidério à BR-020, além de receber o documento “Demanda para o desenvolvimento do Oeste baiano”, entregue por entidades representativas do agronegócio, que requeria “a intervenção Estado para assegurar a segurança jurídica em questões ambientais e fundiárias, além da conclusão de trechos rodoviários; a conclusão da Fiol e do Porto Sul; a ampliação do Porto de Aratu e a construção de subestações de energia para atender a região (AIBA e ABAPA, 2018e).

Na 14ª edição da Bahia Farm Show, ocorrida no final do mês de maio, o bloco dos baiúchos comemorava a maior safra de soja e a segunda maior de algodão, cujo resultado se refletia no volume de negócios fechados na feira, que atingira a marca inédita de R\$ 1,8 bilhões. Para Aiba e Abapa, a feira se consolidava como um “importante espaço para o fomento, uso da tecnologia e a expansão das fronteiras agrícolas” (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 1). Considerando que essa edição da feira foi a primeira realizada após o levante em Correntina, na abertura do evento, o governador Rui Costa anunciou a criação de delegacia especializada na investigação de roubos a propriedades rurais, com sede em LEM e uma ordem de serviço para a recuperação de trechos de estradas do Anel da Soja. Em seu pronunciamento na cerimônia de abertura, Rui Costa reiterou o papel do agronegócio de levar o desenvolvimento à região:

Esta feira representa o pioneirismo e o espírito de liderança das entidades dos produtores da região Oeste, que também são responsáveis por 50% do valor de exportações da Bahia, gerando emprego, renda e desenvolvimento para todo o estado. Nosso sonho é alavancar o setor produtivo para o beneficiamento da produção na própria região (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 4, grifo nosso).



Figura 38 - Rui Costa com o então prefeito de LEM Oziel Oliveira, Júlio Busato e Celestino Zanella na abertura da Bahia Farm Show 2018

Fonte: Acervo Aiba (2018).

Durante o evento, foram apresentados resultados preliminares do estudo do potencial hídrico do Oeste da Bahia pelo pesquisador da UFV Fernando Pruski, que alegou que “até o momento, não havia nenhum indicativo de que o Aquífero Urucuia estivesse sendo prejudicado pela atividade agrícola, independente da escala de produção – pequeno, médio ou grande”. Reforçando o problema da seca – que afetava gradativamente a disponibilidade dos rios até o retorno do ciclo de chuvas, a analista ambiental da Aiba Gláucia Araújo declarou que “o estudo visa conhecer e estabelecer as condições de uso para manter a sustentabilidade do agronegócio, que está intrinsecamente ligada à preservação dos mananciais da região” (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 8).

Não poderia faltar na programação da feira a exposição do convidado especial Evaristo de Miranda que, com transmissão ao vivo no Fórum do Canal Rural, divulgou “em primeira mão”, um estudo da Embrapa Satélite encomendado pela Abapa que, com base na análise dos dados do CAR, havia constatado que “52% da área ocupada pelas propriedades do agronegócio no Oeste da Bahia eram destinadas à preservação de Cerrado nativo, ocupando um percentual maior do que o exigido pelo Código Florestal”. Segundo a pesquisa, a área preservada correspondia a 30% de todo o território do Oeste baiano, sendo quase 12 vezes maior do que as unidades de conservação e terras indígenas, o que, se convertido em valores monetários, poderia variar de R\$ 11 a R\$ 26 bilhões (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 23).

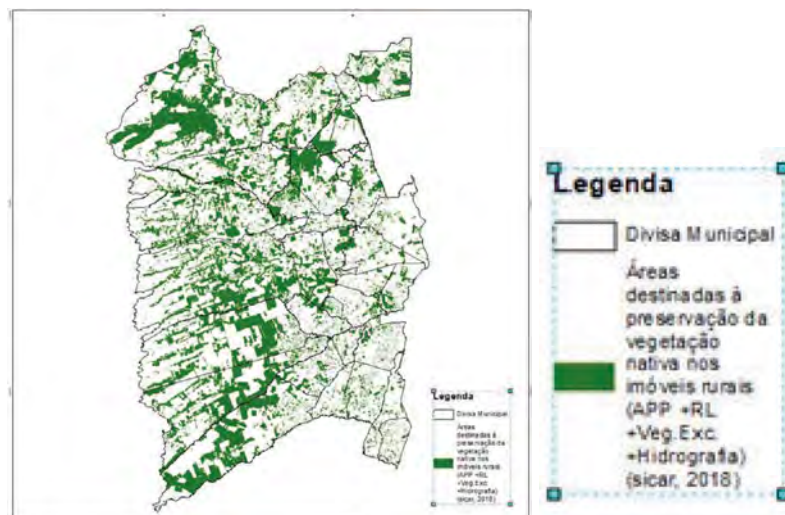


Figura 39 - Mapa das áreas destinadas à preservação da vegetação nativa em imóveis rurais no Oeste da Bahia, apresentado por Evaristo de Miranda na 14ª Edição da Bahia Farm Show
Fonte: Embrapa Satélite, 2018.



Figura 40 - Júlio Busato e Celestino Zanella com Evaristo de Miranda e pesquisadores da Embrapa no Fórum do Canal Rural da Bahia Farm Show 2018
Fonte: Acervo Aiba (2018).

A Bahia Farm Show de 2018 também foi oportuna para promover o papel ambientalista do agronegócio, por meio de uma exposição do fotógrafo Rui Rezende, com imagens do Cerrado natural e de plantações do agronegócio na região do Matopiba, que, segundo Aiba/Abapa, retratavam “principalmente a preservação ambiental da região” (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 13).

Além da exposição fotográfica, o evento foi palco para incentivar o consumo do algodão “sustentável” produzido no Oeste da Bahia, por meio da campanha “Movimento Sou de Algodão”, criada em 2015 pela Abrapa, que, segundo o presidente da Abapa e vice-presidente da Abrapa Júlio César Busato, “demonstrava a preocupação dos agricultores baianos em busca da sustentabilidade e da qualidade da fibra” (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 26).

Em junho, como parte das atividades da “Semana do Meio Ambiente” – em alusão ao dia 5 de junho, Aiba, Abapa e SLC Agrícola realizaram doações de mudas de espécies nativas de Cerrado e entregaram canecas e copos “ecológicos” em escolas da rede municipal de ensino nos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves. Sobre a “ação de educação ambiental” realizada, Aiba/Abapa seguiam repetindo o mantra de Evaristo de Miranda:

os produtores rurais baianos deram uma demonstração da preocupação da categoria com a preservação dos recursos naturais. (...) A iniciativa evidencia que a sustentabilidade ambiental e segurança alimentar são prioridades para as entidades representativas do agronegócio (AIBA e ABAPA, 2018f, p. 32, grifo nosso).

As publicações da edição da Revista Aiba Rural #10 (AIBA, 2018n), cuja capa contém o título “A importância do Cerrado Brasileiro”, seguem reiterando que o agronegócio é peça fundamental para o equilíbrio do ecossistema, repetindo as afirmações de Evaristo de Miranda, de que o produtor rural é quem mais preserva o meio ambiente, e que graças ao cumprimento do Novo Código Florestal, há mais florestas em pé em APP e RL que nas áreas de Cerrado virgem.

Repetem que “somente um estudo integrado de todos os aspectos fisiográficos permitirá uma utilização mais eficiente dos recursos naturais sem comprometer a existência das gerações futuras” (AIBA, 2018n, p.28). Também prosseguem afirmando que a degradação e a erosão dos solos não são ocasionadas exclusivamente por fatores antrópicos e sim pelas mudanças climáticas – e no caso do oeste baiano, a erosão e o assoreamento dos rios se deve ao pisoteio do gado de ribeirinhos do “vale”, o que justifica a instituição de programas de mitigação e recuperação de processos erosivos, de maneira que essas ações possam figurar no cenário nacional como exemplo de sustentabilidade (Ibidem. p.26).

Na mesma edição da Revista Aiba Rural, consta uma matéria, de três páginas, dedicada ao tema da agricultura familiar, assinada pelos pesquisadores da UFV Aziz Galvão Júnior e Everardo Mantovani e pelo diretor de águas e a analista ambiental da Aiba José Cisino Lopes e Glauciana Araújo. Associando a agricultura familiar à pobreza no meio rural, uma vez que “muitos agricultores familiares não são capazes de produzir alimentos e gerar renda suficiente para alimentar a própria família”, os autores apontam a solução de seguir o exemplo concreto dos impactos da irrigação na agricultura empresarial, já que a agricultura familiar no oeste da Bahia tem grande potencial para ampliar a oferta de alimentos e geração de renda através da expansão da área irrigada, e a interação entre lideranças rurais, sociedade civil e instituições de ensino de pesquisa indicavam que propor e implementar projetos de irrigação na agricultura familiar na região era altamente oportuno. (SILVA JUNIOR et. al, 2018, p. 34-36).

No mês de julho, enquanto a Aiba realizava um curso de técnicas de processamentos de frutas a pequenos produtores do Perímetro Irrigado de Barreiras Norte, a Abapa ofertava um curso de operadores de máquinas agrícolas nos municípios de Cocos, Correntina e Muquém do São Francisco, e realizava a terceira edição do projeto “Conhecendo o Campo”, levando crianças do ensino fundamental da comunidade da Baraúna, zona rural de Barreiras, para conhecerem o laboratório da Abapa e conferirem em microscópios as pragas que atingem

as lavouras de algodão, como Bicudo e Helicoverpa, além de participarem de simulação de uma colheita manual da fibra (AIBA e ABAPA, 2018g, p.14).

Para a vice-diretora da Escola da Baraúna, Arleide Oliveira Queiroz, esta é uma ação que merece ser compartilhada. “Estou na comunidade há 43 anos, e estou verdadeiramente encantada com o projeto da Abapa. **Nossos estudantes saem mudados ao conhecer um pouco mais sobre a agricultura e do que é produzido em nossa região.** (AIBA e ABAPA, 2018g, p.14, grifo nosso).



Figura 41 - Busato com estudantes da Escola Municipal José Agostinho Porto, em Barreiras, durante atividade do projeto “Conhecendo o Campo”, em julho de 2018

Fotos: Acervo Abapa, 2018

O resultado da histórica safra de algodão foi comemorado no “I Jantar da Colheita”, promovido pela Abapa, e que contou com a participação dos presidentes da Aiba Celestino Zanella, Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA) Alexandre Schenkel, e dos Sindicatos Rurais de Barreiras Moisés Schmidt e de Luís Eduardo Magalhães Carminha Missio, além dos prefeitos de Barreiras, Zito Barbosa, e de Luís Eduardo Magalhães, Oziel Oliveira.

A Abapa também anunciava a primeira edição da Cotton Bike, prova de ciclismo na modalidade *mountain bike*, com premiações de até R\$ 10 mil. (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 5).



Figura 42 - Propaganda da prova de ciclismo Cotton Bike na Revista Aiba Rural

Fonte: Acervo Aiba (2018).

Outra afirmação que buscava favorecer o papel ambientalista do agronegócio era que “a Bahia tem 75% da sua produção de algodão sustentável certificada pelo programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) da Abrapa”, que atua com licenciamento emitido pela Better Cotton Initiative (BCI), entidade suíça que atesta os critérios socioambientais de propriedades de algodão em países produtores da fibra. De acordo com a Abapa, na Bahia, “na safra 2017/2018, foi certificado um total de 191.586 hectares de área abrangendo 53 propriedades que comprovaram excelência em parâmetros mundiais de boas práticas sociais e ambientais, com respeito aos trabalhadores no campo, a exemplo do cumprimento de normas de saúde e segurança; e da legislação trabalhista e de preservação de meio ambiente” (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 23).

Foi também em julho de 2018 que a Aiba, em parceria com a Secretaria de Educação e de Agricultura de Barreiras e as empresas Porto Brasil Engenharia e Arroz Barreiras, retomaram o projeto Horta nas Escolas, que já abrangia 14 escolas no município de Barreiras.

No mesmo mês, comunidades ribeirinhas haviam denunciado em redes sociais a diminuição da vazão do Rio Formoso (que divide os municípios de Jaborandi e Côcos), que, segundo estas, estava ocorrendo em decorrência da retirada de suas águas para irrigação em fazendas da região. Logo após a denúncia, foi formado um grupo entre Aiba, o prefeito de Côcos e os secretários do meio ambiente de Côcos e Jaborandi, que realizaram uma visita em “pontos estratégicos do rio Formoso para confirmar a veracidade da denúncia”.

Sobre esse fato, é válido mencionar uma notícia publicada na página do Matopiba Agro que, reproduzindo na íntegra a nota do Informe Aiba&Abapa, alegava que “não parecia se tratar do mesmo rio das imagens e assegurava que as fazendas estavam com bombas desligadas há cerca de 40 dias devido ao vazio sanitário da soja e que o rio Formoso não sofria risco de seca como mostrado em vídeo – ao contrário, o rio estaria com vazão superior ao registrado no ano anterior”. A palavra final na notícia é do presidente da Abapa Júlio César Busato que, citando os projetos de preservação ambiental levados a cabo pelos produtores rurais da região, o estudo da Embrapa e o estudo do potencial hídrico, argumentava que a denúncia poderia prejudicar de maneira irresponsável todo o trabalho desenvolvido pelos agricultores da região. (MATOPIBA AGRO, 2018).

Logo após a denúncia, Abapa e Aiba anunciaram o investimento de R\$ 500 mil no projeto de recuperação de nascentes em onze municípios das bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha. Segundo Júlio Busato, a ação iria formar um “verdadeiro exército de pessoas engajadas a diagnosticar, recuperar e proteger as nascentes da região”. Anunciava-se que ainda em 2018, o projeto iria atuar em cerca de cem nascentes em toda a região Oeste (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 22). Referindo-se às intervenções que já haviam sido realizadas nos meses de junho e julho em Correntina, LEM, Jaborandi e Formosa do Rio Preto, Aiba e Abapa não hesitavam em reafirmar que o fator de degradação ambiental e o assoreamento dos rios era o pisoteio do gado (das populações ribeirinhas, sobretudo de Correntina):

“Em Correntina, após 18 meses¹¹⁵, a nascente voltou a jorrar água em 20 mil litros de água por dia com a aplicação da cerca e ainda aumentou para 75 mil litros de água por dia devido a desobstrução e descompactação do solo causado pelo **pisoteio do gado**. (...) A nascente estava assoreada e agora está cercada, protegida e com água adequada para ser fornecida para consumo humano. (...) Em Luís Eduardo Magalhães, **batizada de Caliandra, a nascente recuperada teve um incremento**

¹¹⁵ Essa afirmação não condiz com o início do projeto de recuperação de nascentes em Correntina, que teve início somente dois meses antes dessa publicação.

de vazão de água de 480% com 9.397 litros/dia (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 22, grifo nosso).

Dessa forma, a “salvação” das nascentes da região só poderia acontecer com as ações de conservação empreendidas por “quem mais preserva o meio ambiente”:

Quem também ficou feliz ao ver a água novamente brotando foi o morador Doutor do Arroz, da localidade de Arroz de Cima, em Formosa do Rio Preto. **“Já estamos vendo a água jorrar e isso renova nossas esperanças de termos uma fonte de água permanente para o nosso dia a dia”** (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 22, grifo nosso).

Ainda em julho, Júlio Busato esteve em Brasília reunido com o então deputado federal Cacá Leão (PP/BA)¹¹⁶ para solicitar apoio nas reivindicações por investimentos em logística no Oeste do estado e pela aprovação do PL do Veneno (PL 6.299/02) na Câmara dos Deputados (AIBA e ABAPA, 2018g, p. 2).

A portas fechadas e sem participação da sociedade civil, o PL havia sido aprovado no dia 25 de junho por Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para tratar do tema e estava sendo encaminhado para apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Este fato provocou uma grande reação nacional e internacional por parte de movimentos sociais, ONGs, comunidade científica, partidos de oposição, Ministério Público Federal e órgãos governamentais (Inca, Ibama, Fiocruz e Anvisa) pela não aprovação do PL do Veneno na Câmara.

Assim, no final de julho, Busato convocou a Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) para uma reunião no Ministério da Agricultura, que buscou “debater um dos mais importantes temas para o agronegócio na atualidade, o Projeto de Lei 6299/02, já que estava havendo um grande descompasso entre o que estava sendo divulgado na mídia para a população e o conteúdo do PL”.

Outra demanda central do agronegócio representado pela bancada ruralista no Congresso Nacional era transferir a competência de certificação dos agrotóxicos da Anvisa/Ministério da Saúde para o MAPA, “pela natureza da sua atuação, em contato direto com os agricultores e ciente dos problemas que estes enfrentam” (AIBA e ABAPA, 2018h, p.24).

Após a aprovação do PL do Veneno pela Comissão Especial, o agronegócio do Oeste da Bahia – que naquele momento já era representado a nível nacional tanto no governo como em entidades representativas do setor, por meio de seu porta-voz Júlio César Busato – intensificou ainda mais as práticas discursivas ambientalistas, que passaria a pautar cada vez mais a demanda pela flexibilização da legislação que ainda era considerada um entrave para o setor.

4.7. Cerrado x Vale

Após Busato se reunir em Salvador com o secretário estadual de Meio Ambiente Geraldo Reis em agosto, em que foi se reforçou o apoio do órgão na divulgação do estudo do potencial hídrico que seria apresentado no I Simpósio do Cerrado em setembro, em Barreiras, o Inema deu início ao cadastramento de pequenas propriedades rurais localizadas nas bacias dos rios Corrente, Grande e Carinhonha, para inclusão no CEFIR, o que já vinha fazendo há mais de cinco anos com as grandes propriedades do agronegócio. Segundo Aiba/Abapa, a

¹¹⁶ Filho do ex-vice-governador da Bahia João Leão, Cacá Leão possui dois mandatos como deputado federal pelo Partido Progressista (PP/BA). Derrotado nas eleições de 2022 para o Senado Federal, em janeiro de 2023 assumiu a Secretaria de Governo de Salvador, a convite do prefeito Bruno Reis (União Brasil), eleito em 2020.

ação buscava diagnosticar e fiscalizar os possíveis danos causados pelos pequenos proprietários de terras que ficam à beira dos rios (“região do vale”), que seriam os responsáveis pelo desmatamento das matas ciliares.



Figura 43 - Busato com o Secretário de Meio Ambiente Geraldo Reis, em Salvador
Fonte: Acervo Aiba (2018).

Já o Inema informava, segundo Aiba e Abapa, que equipes de monitoramento do órgão estariam se dirigindo à região com a finalidade de obter mais informações para subsidiar posteriores decisões, a fim de garantir a segurança hídrica da população e dos usuários da água da bacia. Além disso, o diretor de águas da Aiba reforçava que “a redução da vazão dos rios decorre de uma variável climática e que os meteorologistas previam a retomada da normalização do regime de chuvas a níveis anteriores a 2012, o que iria contribuir para atender de forma sustentável e segura todas as demandas dos usuários das bacias hidrográficas”.

Assegurando que a Embrapa Territorial havia demonstrado que os agricultores baianos são os que mais respeitam a vegetação nativa e os recursos hídricos e que, até o momento, os estudos preliminares não apontavam nenhum indicativo que o Aquífero Urucuia estivesse sendo prejudicado pela atividade agrícola, o cadastramento das pequenas propriedades nas áreas de vale era assim justificado:

Assim como aconteceu na adesão dos empreendimentos rurais **no Cerrado**, o cadastramento dos imóveis rurais em **áreas do vale** vai permitir obter dados para melhor planejamento e gestão dos múltiplos usos de água, além de promover ações para os pequenos proprietários que porventura estejam desrespeitando a legislação ambiental e podem estar impactando APPs, como nascentes, margens de rio, veredas e brejos dos rios nas bacias dos rios Corrente, Grande e Carinhonha (AIBA e ABAPA, 2018h, p.18, grifo nosso)

No início de agosto, o governador e pré-candidato à reeleição ao governo do estado Rui Costa, após percorrer 17 cidades baianas durante o mês de julho, encerrou a “Caravana pela Bahia” em Barreiras, último município escolhido para escutar as propostas da sociedade para a construção do Programa de Governo Participativo (PGP), que foi registrado junto com a sua candidatura no Tribunal Regional Eleitoral na semana seguinte. Na ocasião, após receber um ofício da Aiba com os principais pleitos do agronegócio da região – como aumento do patrulhamento nas áreas rurais, segurança jurídica para a questão fundiária; pavimentação de estradas, construção de portos, ferrovias e aeroportos melhorias na oferta de energia e rede comunicação – o governador anunciou a intenção de investir mais na região,

para melhorar a logística e o escoamento da produção, além de trazer uma indústria de beneficiamento do algodão, comprometendo-se em incluir as demandas contidas no documento em seu programa. (AIBA e ABAPA, 2018h, p. 3). Rui Costa, entretanto, não recebeu nenhuma representação das comunidades tradicionais da região.

Logo no início do mês de setembro, quando se comemora o Dia Nacional do Cerrado, no dia 11, os presidentes da Aiba Celestino Zanella e da Abapa Júlio Busato, juntamente com o professor da Universidade Federal de Viçosa e um dos responsáveis pelo estudo do potencial hídrico Everardo Mantovani, estiveram reunidos em Brasília com o diretor-presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) Esteves Colnago, o assessor da presidência Paulo Afonso Romano e a coordenadora do Departamento de Hidrologia Alice de Castilho, para, segundo Aiba e Abapa, “debater a parceria da Companhia à UFV, no sentido de apoiar esta importante pesquisa, cujos resultados parciais apontam uma segurança hídrica para a região continuar a produzir”. Na ocasião, e buscando ampliar o apoio institucional para investir no estudo do potencial hídrico, o presidente da Aiba também esteve na Agência Nacional das Águas (ANA) (AIBA e ABAPA, 2018i, p.12).

Na semana do Dia Nacional do Cerrado, Aiba, Abapa e UFOB, com o apoio da prefeitura de Barreiras e do governo do Estado da Bahia, realizaram no campus da UFOB, em Barreiras, o 1º Simpósio Regional em Agronegócio e Conservação do Cerrado, que contou com uma palestra de Evaristo de Miranda na abertura do evento. Novamente, o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite assegurava que não havia nenhuma outra região na Bahia onde se preservasse tanto o meio ambiente quanto o Oeste, uma vez que, praticamente, a metade dos imóveis rurais estava destinada à área de preservação permanente, reserva legal e vegetação excedente, representando um “verdadeiro patrimônio fundiário de bilhões de reais de capital imobilizado”. Miranda apresentava, ainda, o cálculo estimado da preservação ambiental realizada pelo agronegócio no Brasil:

O centro de pesquisa estimou o valor do patrimônio fundiário imobilizado em preservação ambiental e chegou à cifra de R\$ 3,1 trilhões. (...) As áreas preservadas pelos agricultores compõem um mosaico ambiental relevante e de grande dimensão com as chamadas áreas protegidas, que são formadas pelas terras indígenas e as unidades de conservação integral como parques nacionais, estações ecológicas e outras do gênero, e ocupam 66,3% do território, somando 631 milhões de hectares, área equivalente a 48 países da Europa (AIBA e ABAPA, 2018h, p. 17, grifo nosso)

Entre outras atividades que integraram a “Semana do Cerrado”, houve distribuição de mudas em parceria com a SCL Agrícola durante o evento e as secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente de Barreiras e LEM, além de uma ação de “recuperação” de nascente pela Abapa, na comunidade de Boqueirão do Sirico, em Barreiras que, segundo Aiba/Abapa, estava com o veio d’água “totalmente degradado pelo assoreamento e pisoteio de animais” (AIBA e ABAPA, 2018h, p. 11).

Ainda no mês de setembro, buscando aproximar a população das cidades para incentivar o uso do algodão na moda e no dia a dia e divulgar suas ações institucionais por meio da campanha “Sou de Algodão”, a Abapa realizou a segunda edição da Corrida do Algodão, em Luís Eduardo Magalhães, e a primeira edição da Cotton Bike em Barreiras (AIBA e ABAPA, 2018h, p. 17).

No final do mês, o Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundagro) aprovou as propostas da Aiba que haviam sido encaminhadas para concorrer à chamada pública relativa à safra 2018/2019, que financiaria projetos no valor de R\$ 10 milhões, a serem destinados prioritariamente para o programa fitossanitário da Abapa (R\$ 1,5 milhão), o fortalecimento das ações de marketing do agronegócio do algodão (R\$ 1,2 milhão)

e serviços de recuperação de estradas (R\$ 1 milhão), entre outras ações da Agência de Defesa Agropecuária (Adap), Fundação Bahia e Abrapa (AIBA e ABAPA, 2018i, p.273).

Em outubro, na semana seguinte após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, o Conselho Estadual do Meio Ambiente da Bahia (CEPRAM) também realizou eleição de sua diretoria para o biênio 2019/2020. Além de serem reeleitos representantes da Aiba, Abapa, FAEB e do SPRLEM, o setor do agronegócio garantiu mais uma vaga na segunda suplência da Associação dos Produtores de Soja e Milho da Bahia (Aprosoja Bahia)¹¹⁷ (AIBA e ABAPA, 2018j, p. 10).

Na mesma semana, foi realizado o segundo encontro do Simpósio Regional em Agronegócio e Conservação do Cerrado, em Barreiras, com a participação do representante da FAO no Brasil Alan Bonjic que, segundo Aiba/Abapa, ofereceu informações atualizadas sobre a fome mundial e pontuou estratégias para lidar com a crescente necessidade por alimentos em todo o planeta, como a ampliação da agricultura irrigada. Também foi realizada palestra do diretor de pesquisas do Instituto Water for Food, da Universidade de Nebraska, Christopher Neale, que apresentou a experiência de um projeto de compartilhamento de pivôs para irrigação por pequenos produtores na Etiópia, considerada pela Aiba/Abapa uma “prática possível na região Oeste da Bahia”.

No evento, foi assinado acordo de cooperação técnica entre Aiba, Abapa e Instituto Brasileiro do Algodão com o Parque Vida Cerrado¹¹⁸ para desenvolver ações de educação ambiental no âmbito do projeto da Abapa de recuperação de nascentes.

Ainda no mês de outubro, a Aiba esteve reunida com o ministro da Agricultura Blairo Maggi, o presidente da Aprosoja Mato Grosso Antonio Galvan e representantes da Aprosoja Brasil e Abrapa, para tratar de impedir a oficialização de uma Reserva da Biosfera em uma área de 74 milhões de hectares no Cerrado, no âmbito da Comissão Brasileira do Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB), da Unesco¹¹⁹. Segundo a Aprosoja/MT, isso representaria um retrocesso, já que o projeto desconsidera o empenho dos produtores rurais na manutenção das áreas de preservação e de reservas legais estabelecidas pelo Código Florestal Brasileiro.

¹¹⁷ A composição do segmento empresarial na diretoria do Cepam ficou constituída pela Faeb, Sindicato Rural de Ibicoara e Aiba, como titulares. Na primeira suplência, Sindicato Rural de Camacan, Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf) e SPRLEM. Já ocupando vagas na segunda suplência, a Associação de Soja e Milho do Estado da Bahia (Aprosoja), Associação dos Produtores de Café da Bahia (Assocafé) e Abapa (AIBA e ABAPA, 2018j, p. 10).

¹¹⁸ Autointitulado como o “primeiro e único centro de conservação da biodiversidade, pesquisa e educação socioambiental” e como “único centro de excelência em regeneração no Matopiba”, o Parque Vida Cerrado foi criado em 2006 pelas empresas Galvani Fertilizantes (que em 2022 bateu recorde na produção e entrega de fertilizantes) e BrasiTrans (serviços de transporte e logística para o agronegócio), e conta com parcerias de outras empresas da região, com destaque para a multinacional estadunidense que atua na área de processamento de soja e milho Archer Daniels Midland Company (ADM) e um fundo de investimento em terras agrícolas não identificado. Situado LEM e Barreiras, o Parque presta assessoria a produtores rurais da região Oeste da Bahia visando “recuperar e regenerar a vegetação nativa em propriedades agrícolas de municípios da região”. (VIDA CERRADO, 2023).

¹¹⁹ Criadas pela UNESCO em 1972, as Reservas da Biosfera são áreas territoriais representativas de ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros que possuem zoneamento territorial próprio e podem incluir diferentes tipos de áreas protegidas. Em seu desenho, devem incorporar os conceitos de corredores ecológicos, cinturões verdes de áreas urbanas, mosaicos de áreas protegidas, reservas privadas e comunitárias, incluindo as bacias hidrográficas, de forma a integrar e valorizar esses instrumentos de planejamento e ordenamento territorial. Em seu perímetro, devem incluir os principais remanescentes florestais e a maior parte das áreas protegidas existentes no bioma, abrangendo inclusive territórios indígenas e quilombolas, além de outros territórios de povos e comunidades tradicionais. O Brasil aderiu ao Programa em 1974. Em 2019, o governo Bolsonaro revogou mais de 300 colegiados nacionais, entre os quais a Comissão Nacional do Programa MaB. Até 2021 foram reconhecidas sete RB que compunham a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera no país: Mata Atlântica, Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço. (RESERVAS DA BIOSFERA, 2023)

Assim, o assessor da Aprosoja Wanderlei Dias Guerra ressaltava que “alguém do Brasil está jogando contra o próprio país, e a favor de Ongs. Esse projeto visa, na verdade, impedir o desenvolvimento e o direito dos brasileiros de usarem seus recursos” (AIBA e ABAPA, 2018j, p. 17).

Também em Brasília, no final do mês de outubro, um grupo formado por representantes da Aiba, Abapa e UVF se reuniu com o então presidente da CPRM Esteves Pedro Colnago, com vistas obter “apoio no âmbito geológico e hidrológico ao estudo dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e do uso solo com vistas a propiciar condições para expansão sustentável da agricultura irrigada do Oeste da Bahia”. (AIBA e ABAPA, 2018k, p.12). Assim, consolidando essa parceria – e o próprio bloco dos baiúchos, no início de dezembro, foi assinado acordo de cooperação técnica entre a CPRM e a UFV.

Ainda naquele mês, a diretora da Abapa Alessandra Zanotto esteve em São Paulo no evento de moda autoral Casa de Criadores para lançar o “Desafio Sou de Algodão + Casa de Criadores”, em que todos os trabalhos inscritos deveriam ter no mínimo 70% de algodão na composição têxtil de todas as peças a serem apresentadas na 45ª edição do evento. (AIBA e ABAPA, 2018k, p. 5).

Quando se completou um ano do levante no Vale do rio Arrojado em Correntina, a Aiba publicou, na edição de outubro do Informe Aiba&Abapa, a nota de repúdio “Um atentado contra os direitos fundamentais”:

No dia 2 de novembro completa um ano da maior barbárie contra uma empresa agrícola, que trabalhava para garantir a segurança alimentar das famílias baianas e brasileiras. (...) O episódio não foi apenas um atentado contra o patrimônio privado, mas também contra o meio ambiente, a economia da região e contra a integridade física, emocional e social das centenas de famílias que trabalhavam no local. (...) Seguimos acreditando que a justiça será feita e os responsáveis punidos. (AIBA e ABAPA, 2018k, p. 2, grifos nossos).

Em 13 de novembro, a ALBA aprovou a Lei nº 14.024 que, proposta pelo ex-secretário estadual de Agricultura e então deputado estadual Vitor Bonfim, declarava o Instituto Aiba como de “Utilidade Pública” (AIBA e ABAPA, 2019b, p.15). No final do mês, Júlio Busato e João Carlos Jacobsen (ex-presidente da Abapa), realizaram a doação de 200 quilos de sementes de feijão a agricultores de comunidades rurais de Barreiras, no intuito de “incentivar o associativismo na agricultura familiar” no âmbito do “Programa Vale Produtivo”, projeto iniciado pela prefeitura de Barreiras dias após o levante em Correntina, em novembro de 2017.

Semanas após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, quando o candidato eleito já havia indicado a então deputada federal e presidente da FPA Tereza Cristina para ocupar a pasta do Ministério da Agricultura no novo governo, Júlio César Busato, representando a ABRAPA como vice-presidente, participou da 17ª reunião do Conselho das Entidades do Setor Agropecuário da CNA (Conselho do Agro), em Brasília, que juntamente com representantes de 12 entidades do agronegócio apresentaram à então futura ministra o documento “O Futuro é Agro – Plano de Estado para a Agropecuária Brasileira”. Sobre este documento, é relevante citar trechos da fala de Busato sobre a modernização do registro de defensivos no Brasil, publicada no nº 276 do Informe Aiba&Abapa, de dezembro de 2018:

É preciso resolver os problemas relacionados à insegurança física e fundiária nas propriedades rurais; estabelecer uma relação menos tutelar e mais racional e produtiva com o Meio Ambiente e avançar em logística, inclusive no que diz respeito ao retrocesso do tabelamento do frete. (...) conselhos e órgãos governamentais não podem ditar normas que virem leis. Isso atrapalha a

produção e tira a competitividade do país. (...) Nesses quatro anos do seu mandato como parlamentar, lutamos ombro a ombro em várias batalhas do agro. Nós conhecemos bem a deputada, sua capacidade e potencial para resolver as coisas, e esperamos que ela faça uma boa gestão no Mapa, com o apoio dos cotonicultores. (AIBA e ABAPA, 2018l, p.7, grifos nossos).

No início de dezembro, a Aiba participou do I Encontro de Associações de Irrigantes do Brasil, em Brasília, quando foi elaborado um documento com as principais demandas do setor para serem apresentadas ao novo governo, uma vez que “nos últimos anos a irrigação havia ficado um pouco esquecida por parte do governo, sem políticas de apoio ou incentivo”. De acordo com a Aiba, uma das demandas constante no documento foi a criação, na esfera federal, de uma secretaria ou comissão que tratasse das demandas do setor e intermediasse o diálogo com o novo governo (AIBA e ABAPA, 2018l, p.3).

Na Fenagro de 2018, realizada em Salvador, no final de novembro e início de dezembro, os debates se pautaram em demandas como intensificação do policiamento nas propriedades rurais da região, cujo “trabalho do efetivo poderia contar com o apoio dos produtores, ao receberem os policiais em suas fazendas quando necessário”, segundo a coordenadora da Bahia Farm Show Rosi Cerrato, e na necessidade de “desmistificar o tema da pulverização aérea”, prática “injustamente vilanizada” e que ainda enfrentava uma “lenta e onerosa burocracia na liberação dos defensivos”.

O tema da pulverização aérea foi pauta de uma reunião realizada em dezembro, na capital baiana, que contou com a participação dos presidentes da Aiba e Abapa, Celestino Zanella e Júlio Cezar Busato; o presidente e a vice-presidenta da FAEB, Humberto Miranda e Carminha Missio; o presidente do SPRB Moisés Schmidt; o presidente do Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB) Jones Yasuda; a deputada estadual Jusmari Oliveira, o deputado estadual e presidente da Comissão de Agricultura na ALBA Eduardo Salles, além de representantes das secretarias de Meio Ambiente e Indústria e Comércio. As falas de Zanella, Busato e de Eduardo Salles sintetizam os argumentos do bloco dos baiúchos em defesa da prática da aplicação, que é “injustamente vilanizada, uma vez que quando respeitada todas as normas de aplicação, se mostra a maneira mais eficaz e segura de combater pragas e doenças que afetam as lavouras”:

Desmistificando o vilanismo deste recurso, o presidente da Aiba, Celestino Zanella, esclareceu que ela é a única forma de manter saudável a produção em larga escala, uma vez que a aplicação terrestre seria menos eficiente, mais lenta e onerosa, além de exigir o uso de mais produtos químicos. “Com o passar dos anos foram realizadas muitas pesquisas e a tecnologia tem melhorado, o que ainda não melhorou foi a burocracia na liberação de defensivos mais estudados.

O presidente da Abapa, Júlio Busato, rebateu as críticas sofridas pelo setor. “Muito se fala contra os defensivos agrícolas, mas pouco se sabe sobre o tempo de ação dele. **Daí cria-se um terrorismo psicológico que não corresponde com a realidade. Para se ter uma ideia, nos anos 70 a expectativa de vida do brasileiro era de 45 anos, e hoje é de 75 anos, o melhoramento nas lavouras só traz benefícios.**”

De acordo com o deputado estadual Eduardo Salles, líder da Comissão da Agricultura na Assembleia Legislativa, não existe produção em larga escala sem a utilização de defensivos. “**Temos que mostrar para nossa sociedade, começando pelas nossas crianças, que os defensivos ajudam a produção a se livrar das pragas. Não existe outra maneira de produzir alimento para a humanidade se as pragas tomarem conta das lavouras**”, disse (AIBA e ABAPA, 2018l, p.19, grifo nosso).

Ainda na Fenagro 2018, o governo do estado anunciou a aprovação de pacote de R\$ 15 milhões do Prodeagro, a serem direcionados em infraestrutura, logística e pesquisas para o setor do agronegócio na região Oeste (AIBA e ABAPA, 2019a, p.8). No mesmo mês, Mapa, Ibama, Anvisa e o Instituto Brasileiro de Algodão (IBA) assinaram acordo de cooperação técnica para desenvolvimento do Sistema Integrado de Agrotóxicos (SIA) que, já previsto pelo Decreto 4074 de 2002, objetiva unificar todos os pedidos de registros nos três órgãos federais em um único sistema. Com custo de implantação estimado em 2,5 milhões de dólares, também estava previsto o desenvolvimento do sistema para aplicativos de aparelhos celulares. Essa era mais uma ferramenta estratégica para viabilizar uma das principais demandas do setor – sobretudo do ramo algodoeiro¹²⁰: a aprovação do PL do Veneno no Congresso Nacional que, naquele momento, já contava com uma série de janelas de oportunidades abertas pelas promessas do recém presidente eleito¹²¹.

Como veremos adiante, em âmbito federal, o fim do licenciamento ambiental e a aprovação do PL do Veneno serão demandas centrais que pautarão as estratégias discursivas do bloco dos baiúchos no governo Bolsonaro, sob a justificativa que Júlio César Busato não cansava de repetir, de que era urgente “modernizar a legislação que regula a aprovação e uso de defensivos agrícolas no Brasil, o que trará benefícios para a sociedade, ao permitir o uso de tecnologia mais eficiente no combate às pragas e com menos impacto na saúde e no meio ambiente” (AIBA e ABAPA, 2018l, p. 17).

No apagar das luzes do governo golpista de Michel Temer, foi publicado, em 28 de dezembro, o Decreto 9.640/2018, que regulamentava o instrumento das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e a sua venda em bolsas de mercadorias de âmbito nacional ou em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil (MEDEIROS e GÓMEZ, 2020). E ainda havia motivos para se comemorar ainda mais as conquistas do bloco dos baiúchos no Oeste da Bahia, que registrou safra recorde na produção de soja e algodão. A soja havia alcançado a marca histórica de 6,3 milhões de toneladas do grão e uma produtividade média de 66 sacas por hectare – um incremento de 22,2% em relação à safra anterior. Segundo a Aiba, os números eram os melhores desde a implantação de lavouras da oleaginosa na região¹²².

Esse tamanho êxito em alcançar safras recordes e segurança jurídica pode ser examinado a partir dos 94.250,25 hectares de Cerrado que foram legalmente desmatados por meio de Autorizações de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) emitidas pelo governo do Estado da Bahia no período de um ano (2017 a 2018) (IMATERRA, 2022). A seguir, elaboramos a análise dos marcos interpretativos das estratégias discursivas empenhadas nesse período.

4.8. Análise dos Marcos Interpretativos (novembro de 2017 a 2018)

¹²⁰ Além do IBA, também participavam do projeto a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC) e a ABRAPA. Segundo a Abapa, os produtores de algodão tomaram a frente do projeto por ser essa a cultura que mais depende de “defensivos inovadores”, em função da grande incidência e variedade de pragas nas lavouras. No caso do algodão, os defensivos respondiam por 30% do custo de produção e nas demais culturas a proporção era de cerca de 15% (AIBA e ABAPA, 2018l, p. 17).

¹²¹ Entre as promessas, estavam, entre outras, a defesa da exploração estrangeira da Amazônia, o enfraquecimento da fiscalização ambiental e da aplicação de multas em caso de crime contra o meio ambiente, a flexibilização total dos licenciamentos ambientais, a liberação da caça de animais e a liberação de exploração e comercialização de Terras Indígenas.

¹²² Já o algodão fechou a safra 17/18 batendo recorde de produção, com 1,2 milhão de toneladas de algodão em caroço e rendimento acima de 42%, o que correspondia a 535 mil toneladas de plumas. Assim, previa-se para o próximo ciclo, a produção da fibra numa área de 333.720 mil hectares de algodão nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, com uma produção estimada em 1,6 milhão de toneladas de algodão em caroço. (ABAPA, 2019)

Análise dos marcos interpretativos sobre a invasão na Fazenda Igarashi (novembro de 2017 a 2018)

O marco de diagnóstico sobre a invasão na fazenda Igarashi traz como problema o fato de que o desconhecimento dos fatores climáticos e dos processos de produção agrícola no oeste da Bahia. No diagnóstico da injustiça, se alega que a destruição gerou pouca cobertura da grande mídia, que provavelmente se interessaria muito mais se algo acontecesse a algum dos selvagens por uma reação da polícia ou de quem viu seu patrimônio destruído. O Estado não deu conta de proteger o patrimônio destes japoneses, da invasão e destruição de toda a fazenda.

O sentido político atribuído ao problema que se sobressai é a declaração de que qualquer irregularidade praticada pela categoria é passiva de penalidades previstas na Legislação Ambiental, e toda a captação é feita de maneira racional e eficiente. No traçado de fronteira, o “nós” é exaltado afirmando que garantimos a existência de mais áreas preservadas com vegetação das margens de rio e nascentes do que em produção. Em oposição, se destaca como “eles” os vândalos, criminosos, patrocinadores da destruição que incitaram a tamanha covardia e sem embasamento técnico-científico. Como nomeação, tem-se: Um verdadeiro terrorismo no campo.

No marco de motivação, a moralização do discurso é destacada pelas qualidades de que nós reforçamos nosso compromisso permanente com o desenvolvimento sustentável, garantia da ordem e segurança, que dicotomizam com ações coordenadas de depredação e vandalismo com elevado grau de planejamento, típico de organizações criminosas dotadas de comando centralizado e apoio logístico, usando como pano de fundo “a defesa às águas do rio Arrojado”. Na reconstrução histórica, se recupera que a Fazenda Igarashi sempre atuou na produção de alimentos consumidos diretamente pela população do Estado da Bahia e região nordeste, com papel fundamental para a mesa da Família brasileira, sob rigorosos padrões de conservação ambiental e forte investimento em tecnologia, que possibilita o uso sustentável dos recursos naturais. Diante disso, é preciso avaliar de forma objetiva qual o uso das águas dentre todos os usuários e se a possível redução da vazão estaria diretamente relacionada com a irrigação. Dessa forma, precisamos lutar para que o Brasil do futuro, da geração de renda, seja de... mais japoneses e menos selvagens.

Quadro 10 - Marcos Interpretativos sobre a “Invasão” na Fazenda Igarashi (novembro de 2017 a 2018)

INVASÃO NA FAZENDA IGARASHI			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema		Injustiça
	O ato de vandalismo decorre do desconhecimento de estudos recentes sobre a disponibilidade hídrica da região, dos fatores climáticos e dos processos de produção agrícola no oeste da Bahia.		A pouca cobertura da grande mídia, que provavelmente se interessaria muito mais se algo acontecesse a algum dos selvagens por uma reação da polícia; O Estado não deu conta de proteger o patrimônio destes japoneses, da invasão e destruição de toda a fazenda.
M A R C O D E P R O G N Ó S T I	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Toda a captação é feita de maneira racional e eficiente, com auxílio de tecnologias que ajudam a reduzir o desperdício.	O “nós”: Garantimos a existência de mais áreas preservadas com vegetação das margens de rio e nascentes do que em produção. O “eles”: Vândalos, criminosos, patrocinadores da destruição, os que incitam tamanha covardia; Manifesto extremista e sem embasamento técnico-científico.	Um verdadeiro terrorismo no campo

C O			
M A R C O D E M O T I V A Ç Ã O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Compromisso permanente com o desenvolvimento sustentável, preservação da integridade física das pessoas, garantia da ordem e segurança. vs. Ações coordenadas típicas de organizações criminosas dotadas de comando centralizado e apoio logístico, usando como pano de fundo “a defesa às águas do rio Arrojado”.	A Fazenda Igarashi sempre atuou na produção de alimentos consumidos diretamente pela população do Estado da Bahia e região nordeste, com papel fundamental para a mesa da Família brasileira, sob rigorosos padrões de conservação ambiental e forte investimento em tecnologia, que possibilita o uso sustentável dos recursos naturais.	Avaliar de forma objetiva qual o uso das águas dentre todos os usuários e se a possível redução da vazão estaria diretamente relacionada com a irrigação. Que os governos nos assegurem o direito de produzir com liberdade e segurança. Lutar para que o Brasil do futuro, da geração de renda, seja de... “mais japoneses e menos selvagens”.

Fonte: Elaboração da autora.

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (novembro de 2017 a 2018)

O problema é diagnosticado pelos abusos e um rigor burocrático nas ações de fiscalização e licenciamentos ambientais, burocracia e uma lei ineficiente geram entraves ao setor, havendo, ainda, um exagero nas cobranças durante as fiscalizações. Diante disso, penalizam aqueles que produzem com eficiência, tecnologia e garantem condições dignas de trabalho com respeito às legislações trabalhista e ambiental.

No marco de prognóstico, a dimensão vencedora é apontada pelo modelo de agricultura praticada no oeste da Bahia, focado em garantir a segurança alimentar e o equilíbrio do meio ambiente, que tem servido de inspiração para outras regiões.

O “nós”, no traçado de fronteira, é demarcado com as atribuições de que conferimos o primeiro lugar no ranking de conservação ambiental em propriedades rurais do planeta e asseguramos a conservação para as gerações futuras. Em oposição, se demarca o “eles” como os bem-pensantes de plantão, que querem dizer que o aquecimento global é provocado pelos produtores rurais; e as teses inconsistentes e baseadas em achismo. Diante da dimensão vencedora e do traçado de fronteira, a nomeação que se destaca é: O Brasil é um grande prestador de serviços ambientais.

No marco de motivação, a ideologização da fronteira é demarcada com as argumentações de que a questão ambiental já não é um valor defendido apenas por ecologistas e jovens românticos, tornando-se fator primordial a economias que se pretendam perenes e sólidas. Por outro lado, há um falatório mal-informado, muitas vezes desonesto e frequentemente repetido por quem está jogando contra o próprio país, e a favor de Ongs. Na reconstrução histórica, traz-se a memória de que na década de 80 era um posto de gasolina solitário, em meio ao cerrado e nós viabilizamos economicamente uma região inóspita, sem perspectiva, investindo na preservação ambiental assegurando as condições para o seu crescimento e perpetuação. Ao programa político que busca mobilizar a adesão à solução dos problemas e injustiças apontados, articulam-se as propostas de realizar o cadastramento dos imóveis rurais em áreas do vale para obter dados para melhor planejamento e gestão dos múltiplos usos de água, além de promover ações para os pequenos proprietários que estejam desrespeitado a legislação ambiental nas bacias dos rios Corrente, Grande e Carinhonha. É preciso, ainda, reforçar, para toda a sociedade, que quem trabalha na área agrícola deve respeitado e se dedica a um setor que faz a nossa região e o Brasil crescerem.

Quadro 11 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (novembro de 2017 a 2018)

MEIO AMBIENTE			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema		Injustiça
	Os abusos e um rigor burocrático nas ações de fiscalização e licenciamentos ambientais, burocracia e uma lei ineficiente, que geram entraves ao setor.		Penalizam aqueles que, na prática, produzem com eficiência, tecnologia e garantem condições dignas de trabalho com respeito às legislações trabalhista e ambiental.
M A R C O D E P R O G N Ó S T I C O	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	O modelo de agricultura praticada no oeste da Bahia, focado em garantir a segurança alimentar e o equilíbrio do meio ambiente, tem servido de inspiração para outras regiões.	O “nós”: Conferimos o primeiro lugar no <i>ranking</i> de conservação ambiental em propriedades rurais do planeta e asseguramos a conservação para as gerações futuras. O “eles”: Os bem-pensantes de plantão, que querem dizer que o aquecimento global é provocado pelos produtores rurais; Teses inconsistentes e baseadas em achismo.	O Brasil é um grande prestador de serviços ambientais
M A R C O D	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	A questão ambiental já não é um valor defendido apenas por ecologistas e jovens românticos, tornando-se fator primordial a economias que se pretendam perenes e sólidas.	Na década de 80 era um posto de gasolina solitário, em meio ao cerrado e nós viabilizamos economicamente uma região inóspita, sem perspectiva, investindo na	O cadastramento dos imóveis rurais em áreas do vale vai permitir obter dados para melhor planejamento e gestão dos múltiplos usos de água, além de promover ações para os pequenos

E M O T I V A Ç Ã O	vs. Um falatório mal-informado, muitas vezes desonesto e frequentemente repetido por quem está jogando contra o próprio país, e a favor de Ongs.	preservação ambiental assegurando as condições para o seu crescimento e perpetuação.	proprietários que porventura estejam desrespeitado a legislação ambiental nas bacias dos rios Corrente, Grande e Carinhanha. Reforçar, para toda a sociedade, que quem trabalha na área agrícola deve respeitado e se dedica a um setor que faz a nossa região e o Brasil crescerem.

Fonte: Elaboração da autora.

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Água (novembro de 2017 a 2018)

No marco de diagnóstico do discurso sobre água, os problemas são interpretados a partir da constatação de que, o problema não está no uso da água, mas no estabelecimento de demandas incompatíveis com as disponibilidades. Além disso, temos uma área irrigada proporcionalmente muito menor que as de nossos grandes concorrentes, o que nos confere um potencial de irrigação muito maior. Apesar da abundância, os produtores rurais da área injustamente não usufruem do recurso hídrico e têm sido castigados pela severa estiagem dos últimos cinco anos e pela desinformação.

No marco de prognóstico, a dimensão que se sobressai é articulada à afirmação de que nenhum outro empreendimento é tão rentável economicamente, socialmente e ambientalmente quanto a irrigação. Na delimitação no “nós”, argumenta-se que somos capazes de produzir cada vez mais com menos recursos, sem aumentar a área de produção, com técnicas eficientes de irrigação, assegurando o combate ao desperdício de água. Antagonicamente, o “eles” é demarcado como as pessoas que propagam inverdades e fazem um terrorismo psicológico baseado em teses não comprovadas. A nominação que se destaca no discurso sobre água é: A irrigação pode ser a solução e não a vilã da história.

No marco de motivação, as qualidades morais do “nós” é a de ser fundamentais para a manutenção e abastecimento dos recursos hídricos e verdadeiros prestadores de serviços ambientais. Isso se dicotomiza com os pequenos proprietários de terras à beira dos rios que são os responsáveis por irregularidades como desmatamentos das margens, acesso irrestrito do gado a matas ciliares, construção de casas e retirada de água sem autorização. A história é reconstruída pelo fato de que no oeste baiano, adotou-se um modelo na qual a produção depende da preservação dos recursos naturais, sobretudo hídricos, no qual a linha divisória entre a produção agrícola e o curso dos rios são as APPs, que além de assegurar a perenidade, contribui para armazenar água do solo, beneficiando diretamente o produtor. Diante disso, a solução apresentada agrega as propostas de diagnosticar e fiscalizar os possíveis danos causados pelos pequenos proprietários de terras que ficam à beira dos rios; subsidiar os órgãos ambientais que terão dados técnico-científicos nas atividades de concessões e fiscalizações; e alterar a atual política de gestão das águas melhorando a eficiência hídrica visando a ampliação da irrigação.

Quadro 12 - Marcos Interpretativos sobre Água (novembro de 2017 a 2018)

ÁGUA			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	O problema não está no uso da água, mas no estabelecimento de demandas incompatíveis com as disponibilidades; temos uma área irrigada proporcionalmente muito menor que as de nossos grandes concorrentes, o que nos confere um potencial de irrigação muito maior.		Apesar da abundância, os produtores rurais da área não usufruem do recurso hídrico e têm sido castigados pela severa estiagem dos últimos cinco anos e pela desinformação.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Nenhum outro empreendimento é tão rentável economicamente, socialmente e ambientalmente quanto a irrigação.	O “nós”: Somos capazes de produzir cada vez mais com menos recursos, com técnicas eficientes, assegurando o combate ao desperdício de água. O “eles”: Pessoas que propagam inverdades e fazem um terrorismo psicológico baseado em teses não comprovadas.	A irrigação pode ser a solução e não a vilã da história
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Somos fundamentais para a manutenção e abastecimento dos recursos hídricos e verdadeiros prestadores de serviços ambientais. vs. Pequenos proprietários de terras à beira dos rios que são os responsáveis por irregularidades como desmatamentos das margens, acesso irrestrito do gado a matas ciliares, construção de casas e retirada de água sem autorização.	No oeste baiano, adotou-se um modelo na qual a produção depende da preservação dos recursos naturais, sobretudo hídricos, no qual a linha divisória entre a produção agrícola e o curso dos rios são as APPs, que além de assegurar a perenidade, contribui para armazenar água do solo, beneficiando diretamente o produtor.	Diagnosticar e fiscalizar os possíveis danos causados pelos pequenos proprietários de terras que ficam à beira dos rios. Subsidiar o Estado, sobretudo os órgãos ambientais que terão dados reais, técnico-científicos nas atividades de concessões e fiscalizações. Alterar a atual política de gestão das águas melhorando a eficiência hídrica visando a ampliação da irrigação.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (novembro de 2017 a 2018)

No discurso sobre defensivos agrícolas, os problemas diagnosticados são o grande descompasso entre o estava sendo divulgado na mídia para a população e o conteúdo do Projeto de Lei 6299/02 (PL do veneno) e a lenta e onerosa burocracia na liberação dos defensivos. Isso faz com que a burocracia na liberação de defensivos atrapalha a produção e tira a competitividade do país, sendo extremamente danoso para a economia brasileira. Além disso, a pulverização aérea é uma prática injustamente vilanizada.

A dimensão vencedora que se sobressai no marco de prognóstico é a alegação de que a pulverização aérea é a única forma de manter saudável a produção em larga escala, já que não existe outra maneira de produzir alimento para a humanidade. O “nós” adquire a condição de delimitar o seu campo político nomeando as identidades das boas práticas agrícolas, através da ciência, legalidade, segurança, somos um dos principais fomentadores para o desenvolvimento tecnológico, principalmente no combate e defesa de pragas. Em oposição, o “eles” é demarcado como ideologia e a falácia da afirmação de que alimentos orgânicos são mais saudáveis e seguros. A identificação da denominação que representa a identidade política do “nós” em oposição ao “eles” é: Pulverização aérea: eficiência, velocidade e segurança.

Na demarcação das qualidades morais dos protagonistas, afirma-se que a verdade, aos olhos da ciência, é uma só: os sistemas agrícolas que utilizam defensivos podem produzir alimentos saudáveis, nutritivos e seguros, em oposição aos oportunistas de mercado, que vendem ilusões a preços muito maiores, pois não existe nenhuma diferença entre os produtos convencionais e orgânicos. No processo de recuperação e naturalização da memória coletiva, reinterpreta-se o passado ressaltando que, com o passar dos anos foram realizadas muitas pesquisas e a tecnologia tem melhorado as lavouras com a utilização de defensivos, só trazendo benefícios. O programa político apresentado para mobilizar a adesão ao discurso propõe modernizar a legislação que regula a aprovação e uso de defensivos agrícolas no Brasil e desmistificar o tema da pulverização aérea. Além disso, temos que mostrar para nossa sociedade, começando pelas crianças, que os defensivos ajudam a produção a se livrar das pragas.

Quadro 13 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (novembro de 2017 a 2018)

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	O grande descompasso entre o estava sendo divulgado na mídia para a população e o conteúdo do Projeto de Lei 6299/02 (PL do veneno); A lenta e onerosa burocracia na liberação dos defensivos.		A burocracia na liberação de defensivos atrapalha a produção e tira a competitividade do país, sendo extremamente danoso para a economia brasileira; A pulverização aérea é uma prática injustamente vilanizada.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	A pulverização aérea é a única forma de manter saudável a produção em larga escala, não havendo outra maneira de produzir alimento para a humanidade.	O “nós”: Ciência, legalidade, segurança; somos um dos principais fomentadores para o desenvolvimento tecnológico no combate e defesa de pragas. O “eles”: Ideologia, falácia.	Pulverização aérea: eficiência, velocidade e segurança
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Os sistemas agrícolas que utilizam defensivos podem produzir alimentos saudáveis, nutritivos e seguros. vs. Os oportunistas de mercado, que vendem ilusões a preços muito maiores, pois não existe nenhuma diferença entre os produtos convencionais e orgânicos.	Com o passar dos anos foram realizadas muitas pesquisas e a tecnologia tem melhorado as lavouras com a utilização de defensivos, trazendo só benefícios.	Modernizar a legislação que regula a aprovação e uso de defensivos agrícolas no Brasil e transferir a competência de certificação para o MAPA Mostrar para nossa sociedade, começando pelas nossas crianças, que os defensivos ajudam a produção a se livrar das pragas.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (novembro de 2017 a 2018)

No discurso sobre agricultura familiar irrigada, o problema consiste no fato de que a escassez da irrigação em pequenas propriedades faz com que a produtividade da terra se torne crítica. A injustiça é apontada pela incapacidade de muitos agricultores familiares de produzir alimentos e gerar renda suficiente para alimentar a própria família, sendo injusto não fortalecer a atividade ou dar a condição de produzir mais e o ano inteiro.

A dimensão que se sobressai em torno dos elementos causados pela injustiça é a de que a transferência de conhecimento e tecnologia a agricultores familiares ajudar a manter o produtor no campo e leva mais geração de renda e oportunidades, além de contribuir para a redução dos riscos climáticos. No traçado de fronteira, “nós” temos o conhecimento da agricultura tecnificada para levar aos microprodutores do vale e tudo que possa promover um equilíbrio entre o agricultor e o meio ambiente. Em oposição, “eles” são a falta de informação e o mito do vilanismo atribuído ao irrigante. A denominação que expressa a proposta do discurso sobre agricultura familiar irrigada é Irrigação é a chave para aumentar a produtividade e a rentabilidade do pequeno produtor.

No marco de motivação, destaca-se a qualidade do agricultor como aquele profissional que cuida da terra para extrair dela o alimento que sacia a fome da humanidade e temos certeza de que isso pode mudar a realidade de muitas famílias. Do outro lado da fronteira, está o viés ideológico, que antagoniza pequenos produtores e a agricultura de maior escala na discussão dos modelos de produção de alimentos mais adequados para o futuro. Valendo-se da reconstrução histórica da revolução verde, com o advento da tecnologia, pequenos produtores rurais do Vale agora estão conseguindo aumentar a produtividade sem precisar ampliar a área plantada nem usar mais recursos naturais. Os sistemas de irrigação estão cada vez mais inteligentes, fazendo menos pressão aos recursos naturais e combatendo os desperdícios. Por fim, o programa político consiste em seguir o exemplo concreto dos impactos da irrigação na agricultura empresarial; mostrar que a agricultura, seja ela de pequena, média ou larga escala, precisa de água para produzir e esclarecer que é equivocada a ideia de que a irrigação diminui o uso da água para outras áreas e pôr fim ao mito de que essa prática é inimiga do meio ambiente.

Quadro 14 - Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (novembro de 2017 a 2018)

AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema		Injustiça
	A escassez da irrigação em pequenas propriedades faz com que a produtividade da terra se torne crítica.		Muitos agricultores familiares não são capazes de produzir alimentos e gerar renda suficiente para alimentar a própria família, então, é injusto não fortalecer a atividade ou dar a condição de produzir mais e o ano inteiro.
M A R C O D E P R O G N Ó S T I C O	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	A transferência de conhecimento e tecnologia a agricultores familiares ajudar a manter o produtor no campo e leva mais geração de renda e oportunidades, além de contribuir para a redução dos riscos climáticos.	O “nós”: Temos o conhecimento da agricultura tecnificada para levar aos microprodutores do vale e buscamos, através de pesquisas e parceiros, tudo que possa promover um equilíbrio entre o agricultor e o meio ambiente. O “eles”: A falta de informação e o mito do vilanismo atribuído ao irrigante	Irrigação é a chave para aumentar a produtividade e a rentabilidade do pequeno produtor
M A R	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)

C O D E M O T I V A Ç Ã O	O agricultor é aquele profissional que cuida da terra para extrair dela o alimento que sacia a fome da humanidade e com a irrigação, não ficamos apenas à mercê das chuvas, mas temos certeza de que isso pode mudar a realidade de muitas famílias. vs. O viés ideológico, que antagoniza pequenos produtores e a agricultura de maior escala na discussão dos modelos de produção de alimentos mais adequados para o futuro.	Com a tecnologia, pequenos produtores do Vale estão conseguindo aumentar a produtividade sem precisar ampliar a área plantada nem usar mais recursos naturais, graças ao investimento com adubos, boas práticas ambientalistas e cultivares de qualidade. Os sistemas de irrigação estão cada vez mais inteligentes, fazendo menos pressão aos recursos naturais e combatendo os desperdícios.	Seguir o exemplo concreto dos impactos da irrigação na agricultura empresarial. Mostrar que a agricultura, seja ela de pequena, média ou larga escala, precisa de água para produzir, logo, é impossível produzir o ano inteiro sem recorrer à irrigação. Esclarecer que é equivocada a ideia de que a irrigação diminui o uso da água para outras áreas e pôr fim ao mito de que essa prática é inimiga do meio ambiente.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre o Projeto de Recuperação de Nascentes (novembro de 2017 a 2018)

O problema é a falta de conhecimento e de educação ambiental que leva as comunidades ribeirinhas a degradar as nascentes com o pisoteio do gado, que leva terra, folhas e lixo que cobrem a fonte, e acabam comprometendo a disponibilidade hídrica da região. A injustiça aparece quando se compreende que sem mata ciliar, as nascentes podem secar, margens de rios e riachos desabam e a infiltração de água no solo diminui, prejudicando o uso dos recursos hídricos e a economia da região.

A dimensão vencedora que sobressai é a de que as ações de manutenção e recuperação de nascentes e veredas na região exercem um valor social, ambiental e econômico grande. Assim, a água deve ser tratada não somente como um bem ambiental, mas de grande valor econômico. O “nós” é enaltecido com a identidade de que somos os maiores interessados em preservar as nossas nascentes, já que o incentivo à sua recuperação, juntamente com a adoção de técnicas de produção sustentáveis, demonstra como o setor rural se relaciona com as questões ambientais. Antagonicamente, o “eles” é identificado pela falta de conhecimento e da devida educação ambiental por parte das comunidades que moram na beira dos rios. Assim, a máxima do discurso é: Proteger a nascente é a segurança de que nunca vai faltar água.

Na ideologização da fronteira, é gratificante para nós saber que os moradores das comunidades terão mais dignidade com a tão esperada chegada da água em suas casas. Do outro lado da fronteira, se argumenta que o fator de degradação ambiental e o assoreamento dos rios é o pisoteio do gado daqueles que moram nas beiras dos rios e próximo das nascentes. Na reconstrução histórica, se rememora que a conscientização sobre as vantagens econômicas da preservação foi o que levou os produtores a atuarem também na recuperação do ativo natural, investindo, em parceria com as prefeituras, na recuperação das nascentes de rios. Isso posto, o programa político prega a necessidade de instituir programas de mitigação e recuperação de processos erosivos, de maneira que essas ações possam figurar no cenário nacional como exemplo de sustentabilidade. Para tanto, precisamos formar uma rede educacional, através da sensibilização e participação das comunidades ribeirinhas.

Quadro 15 - Marcos Interpretativos sobre o Projeto de recuperação de nascentes (novembro de 2017 a 2018)

PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	A falta de conhecimento e de educação ambiental leva as comunidades ribeirinhas a degradar as nascentes com o pisoteio do gado, que leva terra, folhas e lixo que cobrem a fonte, e acabam comprometendo a disponibilidade hídrica da região. É justamente nas áreas ribeirinhas da região onde as nascentes estão mais degradadas.		Sem mata ciliar, as nascentes podem secar, margens de rios e riachos desabam e a infiltração de água no solo diminui, reduzindo as reservas de água do solo e do lençol freático, prejudicando o uso dos recursos hídricos e a economia da região.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	As ações de manutenção e recuperação de nascentes e veredas exercem um valor social, ambiental e econômico grande. A água deve ser tratada não somente como um bem ambiental, mas também de grande valor econômico.	O “nós”: O incentivo na recuperação das nascentes com a adoção de técnicas de produção sustentáveis demonstra como o setor rural se relaciona com as questões ambientais, aproximando-o da sociedade. O “eles”: A falta de conhecimento e da devida educação ambiental por parte das comunidades ribeirinhas.	Proteger a nascente é a segurança de que nunca vai faltar água
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	É gratificante para nós saber que os moradores das comunidades terão mais dignidade com a tão esperada chegada da água em suas casas. vs. O fator de degradação ambiental e o assoreamento dos rios é o pisoteio do gado daqueles que moram nas beiras dos rios e próximo das nascentes.	A conscientização sobre as vantagens econômicas da preservação levou os produtores a atuarem na recuperação do ativo natural, investindo, em parceria com as prefeituras, na recuperação das nascentes de rios.	Instituir programas de mitigação e recuperação de processos erosivos, de maneira que essas ações possam figurar no cenário nacional como exemplo de sustentabilidade. Formar uma rede educacional, através da sensibilização e participação das comunidades ribeirinhas

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Ações na Educação (novembro de 2017 a 2018)

No marco de diagnóstico do discurso sobre as ações de intervenção na educação, o problema reside no preconceito e no desconhecimento da realidade do campo, o que faz com que os agricultores sejam injustamente vilanizados e colocados como inimigos do meio ambiente, prejudicando assim, o desenvolvimento e a economia do país.

Com isso, a dimensão vencedora delimitada no marco de prognóstico valoriza o papel do agronegócio de propiciar um conhecimento do campo por meio das explicações que apresentam a matéria-prima produzida nas fazendas da região e os produtos derivados que fazem parte do cotidiano e que têm em sua composição produtos agrícolas. O traçado de fronteira delimita o “nós” como o agronegócio que está presente no dia a dia das pessoas do Oeste da Bahia, o que traça, dessa forma, uma fronteira que antagoniza implicitamente com preconceito e falta de conhecimento sobre a realidade do campo no Brasil e acaba fortalecendo a nomenclatura: Educação Transforma.

No marco de motivação, a ideologização da fronteira é demarcada com o fato de que nossos estudantes saem mudados ao conhecer um pouco mais sobre a agricultura e do que é produzido em nossa região, e poderão contribuir para beneficiar os rumos da economia, a qualidade de vida, a cultura e a moral em todos os lugares por onde passarem a viver e pertencer. Em oposição a essas qualidades, se objeta que apesar do agro estar presente no dia a dia das pessoas do Oeste da Bahia, nem todos percebem a sua importância e as muitas oportunidades que um setor moderno, tecnológico e sustentável traz para os profissionais de agora e do futuro. A história é reconstruída de forma a naturalizar o argumento de que a educação está aqui mais perto de vocês do que há alguns anos. O agronegócio evoluiu ao longo do tempo, passando a se preocupar com o meio ambiente. Além disso, agregou tecnologias de ponta aos seus processos e é uma boa opção de carreira para diversas áreas de estudo. Assim, o programa político que mobiliza a adesão ao discurso consiste em desconstruir preconceitos, ampliar o conhecimento sobre a realidade do campo e mostrar que o agro está presente no dia a dia das pessoas.

Quadro 16 - Marcos Interpretativos sobre Ações na Educação (novembro de 2017 a 2018)

AÇÕES NA EDUCAÇÃO			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	Preconceitos e a falta de conhecimento da realidade do campo.		Os agricultores são vilanizados e colocados como inimigos do meio ambiente, prejudicando assim, o desenvolvimento e a economia do país.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Propiciamos um conhecimento do campo por meio das explicações que apresentam a matéria-prima produzida nas fazendas da região e os produtos derivados que fazem parte do cotidiano e que têm em sua composição produtos agrícolas.	O “nós”: O agro está presente no dia a dia das pessoas do Oeste da Bahia. O “eles”: Preconceitos e falta de conhecimento sobre a realidade do campo no Brasil, principalmente nas cidades.	Educação Transforma
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Nossos estudantes saem mudados ao conhecer um pouco mais sobre a agricultura e do que é produzido em nossa região, e poderão contribuir para beneficiar os rumos da economia, a qualidade de vida, a cultura e a moral em todos os lugares por onde passarem a viver e pertencer. Vs. Nem todos percebem a sua importância e as muitas oportunidades que um setor moderno, tecnológico e sustentável traz para os profissionais de agora e do futuro.	A educação está aqui mais perto de vocês do que há alguns anos atrás. O agronegócio evoluiu ao longo do tempo, passando a se preocupar com o meio ambiente. Além disso, agregou tecnologias de ponta aos seus processos e é uma boa opção de carreira para diversas áreas de estudo.	Desconstruir preconceitos e ampliar o conhecimento sobre a realidade do campo. Mostrar que o agro está presente no dia a dia das pessoas.

Fonte: Elaboração da autora

4.9. Cadeias de Equivalência – novembro de 2017 a 2018

Quadro 17 - "Nós" e "Eles" (novembro de 2017 a 2018)

ELES Selvagens	NÓS Prestadores de serviços ambientais
Criminosos, patrocinadores da destruição e covardes	Quem transformou pastagem degradada em pura produção de alimentos
Atos de invasão, ações violentas	Geramos desenvolvimento e empregos onde antes nada existia
Extremistas e sem embasamento técnico-científico	Boas práticas agropecuárias, com manejo adequado do solo e da água e gestão de resíduos
Vândalos	Japoneses e Sulistas
Bandidos agrários	Conferimos o primeiro lugar no <i>ranking</i> de conservação ambiental em propriedades rurais do planeta
Turba raivosa, insanidade humana, gritaria	Asseguramos a conservação para as gerações futuras
A grande mídia “coitadizadora” e “vitimizadora”	Um dos principais fomentadores para o desenvolvimento tecnológico
Os bem-pensantes de plantão	Os que mais preservam os recursos hídricos, bem como com todo o meio ambiente
A burocracia	Eficiência
Achismos	Pesquisadores renomados, de entidades sérias
Ribeirinhos que desmatam as nascentes	Utilizamos a água de forma racional e protegemos os recursos hídricos
Irregularidades	Legalidade
Terrorismo psicológico	Cuidados com a gestão hídrica

Fonte: Elaboração da autora

Diagrama 7 - Cadeia de Equivalência do “eles” (novembro de 2017 a 2018)



Fonte: Elaboração da autora

Diagrama 8 - Cadeia de Equivalência do “nós” (novembro de 2017 a 2018)



Fonte: Elaboração da autora

CAPÍTULO VI – A REARTICULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NO 2º GOVERNO DE RUI COSTA E NO GOVERNO BOLSONARO (2019 A 2022)

5.1. A reeleição de Rui Costa e o momento político da hegemonia do bloco dos baiúchos

Com o novo governo federal, liderado por Jair Bolsonaro, e tendo Rui Costa sido empossado como governador da Bahia em seu segundo mandato, em janeiro de 2019, o bloco dos baiúchos já iniciava o ano reforçando o mantra de Evaristo de Miranda – de que quase 1,8 milhão de hectares de reservas legais eram preservados pelos produtores do Oeste da Bahia – que seria usado para justificar a especulação financeira e fundiária das áreas cadastradas na região como RLs no CEFIR. Dessa forma, afirmava-se que o “Oeste da Bahia abria mão de R\$ 6,5 bilhões em favor da vegetação nativa da reserva legal”, sendo preciso mostrar à sociedade e ao país “quanto vale esse esforço de preservação da vegetação nativa feito pelos produtores rurais para ele seja reconhecido aqui dentro e no exterior”. Segundo a Embrapa, esse “cálculo de oportunidade” nas áreas de RL no Oeste da Bahia, encomendado pela Abapa à Embrapa Territorial seria uma metodologia a ser replicada para outras regiões do país (AIBA e ABAPA, 2019a, p. 11).

Na edição de fevereiro de 2019 do Informe Aiba&Abapa, o texto intitulado “Bahia avança na política ambiental com apoio dos agricultores” ilustra o “momento político” da aliança do agronegócio com o Estado da Bahia, cuja continuidade seria garantida com a reeleição de Rui Costa. Reiterando que nos últimos dez anos, a Bahia havia avançado muito na construção e aplicação de uma política ambiental relacionada à conservação da biodiversidade graças à parceria entre o agronegócio baiano (representado pela Abapa, Aiba, Aprosoja, SPRB e SPRLEM) e os órgãos ambientais nas esferas nacional, estadual e municipal, as entidades elogiavam o empenho do governo estadual:

As entidades destacam a preocupação dos últimos governos baianos, liderados pelos governadores Rui Costa e Jaques Wagner, assertivos na indicação dos secretários de meio ambiente, Eugênio Spengler e Geraldo Reis, e diretores do INEMA com a formação de parcerias com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, que (...) foram fundamentais e permitiram o desenvolvimento de ações que preservaram, na prática, a biodiversidade dos recursos naturais e sensibilizaram os proprietários de terra no Oeste da Bahia (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 17, grifo nosso).

Naquele momento, o Serviço Florestal Brasileiro – que cinco meses depois seria transferido do Ministério do Meio Ambiente para a Agricultura, divulgou que o CAR havia registrado no ano de 2018 um total de 503 milhões de hectares de propriedades rurais e unidades de conservação no Brasil, entre as quais 114 milhões de hectares eram áreas declaradas como Reserva Legal e 21 milhões como Áreas de Preservação Permanente. É válido destacar que essas áreas declaradas no CAR formavam 1,7 milhão de nascentes (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 12).

Ainda em janeiro, Júlio Busato esteve em Brasília com o recém-empossado ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para apresentar a Abapa e as “ações desenvolvidas pelos produtores do Oeste da Bahia na área ambiental, colocando a entidade à disposição do

Ministério como parceira integrada em ações e práticas que tenham como foco a preservação ambiental” (AIBA e ABAPA, 2019a, p. 5).



Figura 44 - Júlio Busato na posse de Tereza Cristina como ministra da Agricultura, em Brasília

Fonte: Acervo Aiba/Abapa (2019).

Na ocasião, se reuniu com o novo secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, José Guilherme Tollstadius Leal, para manifestar o apoio dos cotonicultores à nova gestão de “uma das mais importantes pastas do governo para o agro”, bem como apresentar a agenda estratégica do setor algodoeiro, com destaque para a necessidade de regulamentação da validação de estoques de agrotóxicos vencidos e a ação do Mapa na definição da nova lista de produtos para registro prioritário demandados pelos produtores de algodão. Também em Brasília, encontrou com o novo presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa, para apresentar os resultados preliminares do estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuia, e realizou outra reunião, em São Paulo, com a Embrapa Territorial, a fim de firmar nova parceria para criar uma plataforma de emissão de alertas fitossanitários para os produtores do Oeste da Bahia, com base na sistematização e uso dos dados das estações meteorológicas, no sentido de antecipar a prevenção de pragas e doenças.

No mês seguinte, Busato esteve reunido com o novo ministro de Infraestrutura e Transportes (e futuro governador do estado de São Paulo, eleito em 2022) Tarcísio de Freitas, a quem entregou um ofício demandando a construção e a conclusão de rodovias na região Oeste da Bahia, a licitação para concessão de novo terminal de fertilizantes e grãos do Porto de Aratu, em Salvador, ao setor privado e a conclusão da Fiol e do Porto Sul. Em janeiro, o novo ministro havia anunciado em suas redes sociais a concessão da Fiol e de outras duas ferrovias (uma linha de Caetité ao porto de Ilhéus e a Ferrogrão, que liga Sinop/MT a Miritituba/PA) até o final de 2020 (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 9)

Ainda em janeiro, o superintendente do Banco do Nordeste José Gomes esteve em Barreiras para apresentar a cartela de propostas para planos de custeio, com “soluções diferenciadas ao agronegócio regional”, que entre os “atrativos”, estavam a possibilidade de revisão da cota cultural e uma nova modalidade de renovação automática com vencimento para cinco anos. (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 20).

Enquanto Busato mediava o reforço da aliança do agronegócio com o governo federal, o presidente da Aiba Celestino Zanella, acompanhado do deputado estadual Eduardo Salles, se reunia em Salvador com os recém-empossados secretários estaduais de Infraestrutura (Marcus Cavalcanti), Agricultura (Lucas Costa/PDT) e Meio Ambiente (João Carlos Oliveira/PSB), para tratar de temas como logística e infraestrutura, fortalecimento da agricultura regional e o estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuia. Os titulares das três

pastas foram convidados para participar de uma reunião com os produtores rurais da região e representantes do Ibama, Inema, Adab e instituições reguladoras dos governos estadual e municipal, a fim de “estreitar a parceria entre governo e sociedade em prol de ações que prevê [sic] a prática da agricultura sustentável”. (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 26)

Não tardou para que o secretário de Agricultura Lucas Costa realizasse, em fevereiro, a sua primeira viagem oficial até Barreiras, para visitar a sede da Aiba, acompanhando do presidente da Faeb, Humberto Miranda, ocasião em que foram recepcionados pelo presidente Celestino Zanella e pelo presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras Moisés Schmidt. O secretário elogiou os trabalhos desenvolvidos pelos produtores rurais da região, apontando-os como exemplos que devem ser seguidos em outras regiões do estado:

Enquanto secretário de Agricultura, eu escolhi iniciar minhas visitas pelo Oeste baiano porque aqui está sendo exemplo para todos nós, **vocês trabalham sem parar para melhorar a infraestrutura, para cuidar do meio ambiente, vocês criaram uma cartilha ambiental que não existe em nenhuma outra região** e isso tem que ser compartilhado e copiado. (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 4, grifo nosso)

Dando prosseguimento às estratégias de intervenções em comunidades rurais da “região do vale”, a Abapa afirmava que atingira recorde nas ações de capacitações, com mais de 10 mil pessoas formadas em cursos e treinamentos da entidade. Durante a certificação de 42 jovens aprendizes e a integração de outros 71 novos contratados no âmbito do programa Jovem Aprendiz, em fevereiro, foi anunciado o primeiro curso técnico de nível médio na modalidade à distância, oferecido pelo Senar, em Barreiras e integralmente gratuito (AIBA e ABAPA, 2019b, p. 12).

Na mesma época, foi firmada uma parceria entre a Aiba e a multinacional indiana de irrigação NaanDanJain, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR), UFOB e UVF para iniciar o projeto “Educação Transforma”, que previa uma série de ações direcionadas a comunidades rurais locais da Bacia do Rio Grande, ao “levar conhecimentos científicos e conscientização ambiental e social” a pequenos agricultores. Um exemplo foi a oferta da disciplina “Agricultura de Precisão” na grade curricular do curso de Supervisão Agrícola do programa Jovem Aprendiz. (AIBA e ABAPA, 2019c, p. 13).

Em março, Aiba e o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras também iniciaram um “teste” que visava ampliar a produtividade de pequenos agricultores por meio da mecanização da produção de milho junto a comunidades rurais localizadas na área da APA do Rio de Janeiro, em Barreiras, ocasião em que a Aiba cedeu uma máquina plantadeira e entregou sementes e fertilizantes para serem utilizados durante todo o processo de cultivo. (AIBA e ABAPA, 2019c, p. 8).

Nas ações de “recuperação” de nascentes – que contava com um aporte financeiro de R\$ 57 mil e que, segundo Aiba/Abapa, já haviam identificado 220 nascentes, diagnosticado 77 e recuperado 37 em nove municípios da região, foi realizado, no mês de março, em Barreiras, um segundo treinamento com participação de um grupo do Exército, que foi convidado pelo secretário municipal de meio ambiente de Barreiras e presidente do Comitê da Bacia Hídrica do Rio Grande Demóstenes Júnior (AIBA e ABAPA, 2019c, p. 21).

No início daquele mês, Júlio Busato foi recepcionado por Evaristo de Miranda na sede da Embrapa Territorial, em Campinas, para conhecer “os pesquisadores e o trabalho desenvolvido pelas equipes na obtenção e gerenciamento dos dados, inteligência e estratégias que vêm sendo utilizados para o desenvolvimento da agropecuária e demonstração de que os agricultores brasileiros respeitam a legislação ambiental ao conservarem os recursos naturais, ao mesmo tempo em que geram riqueza e renda no campo” (AIBA e ABAPA, 2019c, p. 18).

Essas alegações da Embrapa Territorial iriam servir também para justificar a necessidade de “tecnificar a agricultura familiar,” sobretudo com projetos de irrigação nas

comunidades “do Vale”, para que pudesse dar um fim ao mito de que a prática da irrigação é inimiga do meio ambiente, uma vez que:

Boa parte da comida que chega à mesa da população é oriunda da agricultura familiar. Então, é injusto não fortalecer a atividade ou dar a ela condição de produzir mais e o ano inteiro. **A irrigação é a única técnica capaz de permitir o aumento da produtividade sem que seja necessário ampliar a área cultivada, mas quando se fala em agricultura irrigada as pessoas associam a algo ruim, por puro desconhecimento** (AIBA e ABAPA, 2019d, p. 6, grifo nosso).

Assim, a Aiba em parceria com a Associação dos Produtores do Vale do Rio de Janeiro, SEBRAE e Prefeitura de Barreiras, iniciou programa piloto de plantio de milho em oito pequenas propriedades (cerca de 1 hectare cada) localizadas na Unidade de Conservação APA da Bacia do Rio de Janeiro, com o “desafio” de elevar a colheita de 15 para 80 sacas do grão, por hectare cultivado. Como parte do Projeto de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Aiba, a iniciativa buscava fortalecer a agricultura familiar, apresentando a agricultura tecnificada aos microprodutores do Vale do Rio de Janeiro, em Barreiras, para que conseguissem aumentar a produtividade sem precisar ampliar a área plantada e nem usar mais recursos naturais (ABRIL | 2019 | Nº 280, 7) Semanas depois, a Aiba, representantes da UFOB e o pesquisador da UFV Aziz Galvão realizaram uma videoconferência para tratar de projetos de irrigação compartilhada para as comunidades “do vale”. (AIBA e ABAPA, 2019d, p. 4).

No início de abril, a Abapa levou crianças e adolescentes das redes pública e privada de LEM e São Desidério para visitar as instalações da indústria de beneficiamento de algodão AlgoPar, do Grupo Horita, para “demonstrar a agricultura de alta tecnologia e com alta produtividade que, de fato, vem sendo desenvolvida nas lavouras da região, com projetos que vêm garantindo a sustentabilidade na produção agrícola e de responsabilidade socioambiental de apoio às comunidades, e que trazem reflexos positivos na geração de emprego e renda, com adoção de critérios de sustentabilidade e respeito às legislações ambiental e trabalhista” (AIBA e ABAPA, 2019d, p. 20).

Na mesma época, um grupo de 15 representantes do agronegócio do Oeste da Bahia esteve em Brasília participando de audiência pública na Câmara dos Deputados, requerida pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, para pressionar a extinção da cobrança do Funrural. Segundo Aiba/Abapa, durante a audiência, chegou a notícia de que a ministra da Agricultura Tereza Cristina havia garantido à FPA que a extinção da dívida do tributo seria votada no Congresso, decisão que havia sido tomada após reunião da ministra com o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (AIBA e ABAPA, 2019d, p. 5).

O mês de maio foi significativo para a revalorização e intensificação de práticas discursivas no processo de construção da hegemonia do bloco dos baiúchos. Logo na segunda semana do mês, a Abapa e Aiba, em parceria com a Faeb, o Senar, Sindicatos dos Produtores Rurais e Secretarias Municipais de Educação de Barreiras e de LEM, lançaram o programa educacional “Conhecendo o Agro”, visando “aproximar a realidade da produção agrícola do campo junto àqueles que moram nas cidades”.

A inauguração do projeto aconteceu em Barreiras e LEM, com uma “palestra de formação” direcionada a professores da rede pública de ensino¹²³, em que foi abordada “a importância do setor agrícola para o desenvolvimento socioeconômico e do alto nível de tecnificação que passa por todos os processos que envolvem a produção [sic], como o plantio,

¹²³ Naquele momento inicial do programa “Conhecendo o Agro”, as instituições de ensino envolvidas eram o Colégio Municipal Padre Vieira, de Barreiras e as escolas municipais Ângelo Bosa, Dom Ricardo Josef Weberberger, Vania Aparecida Santos Ribeiro, Onerio Costa da Costa e Ottomar Schwengber, de Luís Eduardo Magalhães.

manejo e combate e pragas, colheita, armazenagem e comercialização, mostrando o caminho entre a produção e o resultado final para o consumidor”. A intenção do projeto é alcançar todas as escolas das cidades da região, por meio da sensibilização de professores e estudantes que possibilitem a construção de intervenção interdisciplinar. Segundo o presidente da Abapa Júlio Busato:

A agricultura se desenvolveu muito na última década principalmente em termos de tecnologia implementos e máquinas. Vamos demonstrar isto em atividades como visitas às fazendas para que os professores e alunos possam conhecer os processos e cadeia produtiva do agronegócio baiano, que hoje é reconhecido como um dos melhores do Mundo. (...) **Vamos mostrar o que realmente acontece no campo para diminuir qualquer tipo de separação ou de preconceito que possa existir junto àqueles que trabalham para levar o alimento a mesa das pessoas.** (AIBA e ABAPA, 2019e, p. 26, grifo nosso).

No Informe Aiba & Abapa do mês de maio, foi reproduzido, na íntegra, um texto de autoria desconhecida, mas que, segundo a Aiba, representava o posicionamento da entidade, sob o título “Sou produtor rural e odeio agrotóxicos!”. Com conteúdo agressivo e em tom de deboche, o texto não tolera afirmações e posicionamentos contrários ao uso de agrotóxicos, comparando os “defensivos” com remédios alopáticos, conforme sintetiza o trecho abaixo:

Todo mundo reclama dos agrotóxicos, mas não reclama dos remédios alopáticos. (...). Fazem questão de chamar de agrotóxico e não defensivo agrícola, um nome mais plausível, afinal, esses produtos são os remédios das plantas. (...) Da mesma maneira que você, hipócrita que só desabona o produtor rural, aquele que coloca na mesa a sua comida. E ainda que ele tenha algum resíduo químico em níveis toleráveis, o seu organismo é capaz de metabolizar (...) é por isso que eu odeio os agrotóxicos. (...) **E, se alguns canalhas, que existem em todas as profissões, depredam o meio ambiente, não usam doses e produtos recomendados, não nos coloque em pé de igualdade com eles.** (...) pare de acreditar em tudo que a mídia sensacionalista pública. O Brasil não é o cu do mundo! [sic] (...) Pare de ser otário e pesquise um pouco antes de arrotar besteiras (AIBA e ABAPA, 2019e, p. 4, grifo nosso).

De janeiro até o final de maio de 2019, o Ministério da Agricultura já havia liberado o registro de 197 produtos, sendo que no ano anterior, o país atingiu recorde histórico, saltando de 139 agrotóxicos aprovados em 2015 para 450 em 2018. (CAETANO, 2019)

Estimando um novo recorde na produção brasileira de algodão na safra 2018/2019, Júlio Cezar Busato, representando o setor algodoeiro nacional como vice-presidente da Abrapa, esteve no mês de maio em Brasília com a ministra da Agricultura Tereza Cristina, para quem entregou uma carta solicitando a inclusão do orçamento do Plano Safra 2019 de um montante de R\$ 1 bilhão para contratação de Empréstimo do Governo Federal, com juros iguais aos do crédito rural (AIBA e ABAPA, 2019e, p. 27).

No início do mês, o bloco dos baiúchos formou outra comitiva para conhecer o sistema de monitoramento e gestão dos recursos hídricos de Nebraska/EUA, “referência nessa área no mundo”, e o histórico da fazenda experimental e as ações de pesquisa e transferência de tecnologia, onde foi implementada uma ampla rede de assistência técnica com unidades de demonstração em propriedades rurais espalhadas por todo o estado. A comitiva foi formada pelos secretários estaduais de Meio Ambiente João Carlos Oliveira, de Agricultura Lucas Costa, de Infraestrutura e Recursos Hídricos Leonardo Góes, o presidente da Aiba Celestino Zanella, presidente da Abapa Júlio César Busato, os associados da Aiba e produtores rurais Elisa Zanella (filha de Celestino Zanella) e Rubem Branquinho e os professores da Universidade Federal de Viçosa Aziz Galvão e Everardo Mantovani. A comitiva baiana

também participou do Water For Food Global Conference 2019, ocasião em que foi apresentado o “Estudo do Potencial Hídrico da Região Oeste da Bahia: quantificação e monitoramento da disponibilidade dos recursos do Aquífero Urucuia e superficiais nas bacias dos rios Corrente e Grande”. (BAHIA ECONÔMICA, 2019)

Ainda em maio, representantes da Aiba e Abapa também estiveram em Brasília, para participar do “Movimento Brasil Verde e Amarelo”, composto por mais de 70 associações de produtores rurais de todas as regiões do país, em apoio à aprovação das reformas da previdência e tributária e do pacote anticrime do então ministro da Justiça Sérgio Moro. Segundo Aiba/Abapa, “fazendo jus ao nome do movimento, que aconteceu durante a feira AgroBrasília, os participantes vestiram camisa verde e amarela, demonstrando o patriotismo do grupo”, com destaque para o então deputado federal Carlos Tito (Avante/BA) em uma foto com os representantes do agronegócio do Oeste da Bahia presentes no ato (AIBA e ABAPA, 2019e, p. 2).



Figura 45 - Deputado Tito com Odacil Ranzi e Alessandra Chaves no Movimento Brasil Verde e Amarelo, em Brasília

Fonte: Acervo Aiba (2019).

5.2. A Bahia Farm Show 2019: Uma Experiência em Campo

A 15ª edição da feira Bahia Farm Show 2019, que chegou a movimentar mais de R\$ 1,9 bilhão em volume de negócios e com público recorde de 68 mil visitantes, contou com a participação de Bolsonaro, do governador da Bahia Rui Costa, do Tocantins, Mauro Carlesse e de Roraima, Antonio Denarium, do vice-governador da Bahia João Leão e da ministra da Agricultura Tereza Cristina. Dentre as “novidades” dos espaços das secretarias de estado no evento, destacavam-se a “Ilha de Segurança”, que expôs equipamentos, aparatos e táticas utilizadas em segurança pública, salvamento e resgates do Corpo de Bombeiros, Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal e Estadual, Companhia Independente de Policiamento Especializado (Cipe Cerrado) e Grupo de Radiopatrulha Aérea (Graer), e a ampliação do estande destinado à “Agricultura Familiar” (AIBA e ABAPA, 2019f, p. 17).

Durante a visita de Rui Costa à feira, que foi recepcionado pelo então prefeito de Luís Eduardo Magalhães Oziel Oliveira e pelo presidente da Aiba Celestino Zanella, o governador se reuniu com os produtores rurais da região, que apresentaram as demandas do setor, especialmente na área de infraestrutura, como estradas, energia e telefonia.

Já a ministra da Agricultura Tereza Cristina, representando o presidente Jair Bolsonaro, foi recepcionada por produtores rurais, representantes de entidades ligadas ao agronegócio e agentes financeiros, quando, segundo Aiba/Abapa, se criou um ambiente

propício para debater “questões urgentes para a agricultura brasileira. Na feira, a ministra afirmou que:

Temos no País, hoje, um grande momento para essa classe produtora, que foi sofrida, massacrada durante muito tempo por terem nos colocado contra a população urbana. Mas nós somos produtores, que vivemos nas propriedades rurais, colocando alimento barato e seguro no prato do brasileiro e gerando excedente para alimentar mais de um bilhão de pessoas no mundo (AIBA e ABAPA, 2019f, p. 31, grifo nosso).

Ressalte-se a criação, na Bahia Farm Show, da Associação de Produtores da Linha dos Pivôs, formada por produtores rurais da região situada entre a comunidade de Roda Velha e o trevo da rodovia BR-020 (Linha dos Pivôs), no município de São Desidério, com a finalidade de criar estratégias para promover melhorias na estrada, de cerca de 90 quilômetros, que atende os produtores rurais da região.



Figura 46 - Ministra Tereza Cristina na Bahia Farm Show 2019

Fonte: Acervo Aiba (2019).

O trabalho de campo

A pesquisa de campo na 15ª edição da Bahia Farm Show foi realizada em dois dias (28 e 30 de maio de 2019), quando estive como “participante” nos seguintes momentos: na abertura do evento (onde consegui um lugar próximo ao palco devido a uma pulseira que me foi ofertada e que dava acesso a um lugar restrito e coberto); na sessão itinerante da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; na exposição do governador de Roraima Antonio Denarium; no encontro de mulheres “Elas no Agro” e no painel “Segurança no Campo”, apresentado pela Polícia Militar da Bahia.

Também foram fotografados os espaços e estandes da feira como forma de registrar os discursos contidos nas exposições de máquinas, equipamentos e na estrutura física do evento (ANEXO A).

No que se refere ao conteúdo dos discursos para análise, elegemos as falas e performances discursivas ocorridas nos seguintes momentos: na cerimônia de abertura do evento, quando estavam reunidos atores centrais do bloco dos baiúchos, como os presidentes da Aiba e Abapa, o vice-governador da Bahia, secretários estaduais, entre outras autoridades; na apresentação do governador de Roraima Antonio Denarium que, além de participar da abertura do evento, teve espaço em um painel específico; e nas falas de autoridades e lideranças ruralistas que participaram da ALBA Itinerante. Assim, os trechos que seguem

foram extraídos tanto de áudios gravados durante o evento como de anotações no caderno de campo.

A cerimônia de abertura: “uma salva de palmas com mãozinha pra cima pra quem trabalha!”

Antes de iniciar a cerimônia de abertura da feira, percorri o espaço organizado em lotes para a exposição de máquinas agrícolas gigantes, aeronaves de pulverização de agrotóxicos e que também contava com salas de projeção de vídeos 3D, espaço *kids*, uma loja de miniatura de tratores da John Deere, maquetes com pivôs de irrigação em funcionamento via aplicativos, canteiros com amostras de plantações, concessionárias e uma pista para teste *drive* de automóveis *off road*, agências bancárias, estandes de variadas empresas de soluções tecnológicas, indústrias químicas, imobiliárias agrícolas e de secretarias do governo do estado da Bahia e ao som da Bahia Farm Show Radio, com músicas do estilo sertanejo universitário.

A cerimônia de abertura da 15ª edição da Bahia Farm Show foi conduzida pelo presidente da Aiba Celestino Zanella, que lembrava que:

essa menina [a Bahia Farm Show] tem representado os produtores da Bahia e do país, e somos lembrados que aqui temos uma das maiores feiras do país. É um momento único, de mostrar o que nós temos de melhor: como são as nossas propriedades, quais são as máquinas e equipamentos, quais são os softwares que nós usamos e também o nosso relacionamento com o poder público municipal, estadual e estadual (Celestino Zanella, presidente da Aiba).

Mencionou da importância do estudo do potencial hídrico, que iria gerar um conhecimento acumulado pela CPRM, pela ANA, universidades e Secretarias de Governo do Estado, já que esse estudo não é um feito de mão única, mas governo do estado, Aiba, Abapa, Sindicatos Rurais e a Faeb, onde todos estão engajados nesse processo de desenvolvimento. Exaltando o investimento do agronegócio para a construção de estradas na região, reiterava a importância do Estado de continuar apoiando o setor e a aproximação com as universidades:

Deixe-nos trabalhar que nós seremos eficientes. Nos ajude quando for necessário. Cada vez mais nós queremos a Universidade engajada em extensão rural e pedimos ao Secretário de Meio Ambiente que faça essa ponte. Faça os professores irem ao campo, faça as pessoas irem à Universidade. (Celestino Zanella, presidente da Aiba, grifo nosso)

O produtor rural homenageado daquela edição da feira e vice-presidente da Aiba Luiz Pradella, trouxe para o presente a memória do lugar inóspito que foi transformado na grande feira de negócios que garantiria um mundo melhor para as próximas gerações:

Podemos ver que **um local que há poucos dias era somente ruas asfaltadas e uma grama verde que cobria o solo em que pisamos e hoje poder contar com a presença maciça de empregadores, trabalhadores rurais, professores, estandes de agronomia e áreas afins, expositores ávidos por fazer negócios** e todo o público que vem e que virá para visitação, troca de conhecimento e bons negócios. (...) **Dizer que a partir das nossas dificuldades, cada um de nós pode melhorar o lugar onde vivemos e deixar um mundo melhor para aqueles que nos sucedem.** Nada do que estamos vendo aqui hoje se homens e mulheres por muito tempo não tivessem se dedicado a fazer e a acontecer para que cada dia que viesse fosse melhor do que os que se foram. (Luiz Pradella, grifos nossos)

Na oportunidade, solicitou ao vice-governador a pavimentação asfáltica da Rodoagro, que liga o anel da Soja à região da fazenda Coaceral; a construção de duas pontes sobre os rios Preto e Sapão, em Formosa do Rio Preto; o corte da serra para possibilitar o tráfego de caminhões; e a ligação de duas pontes com asfalto para interligar a região da Coaceral e o fundo da fazenda Estrondo, que tem um potencial de expansão de área. Ressaltou, ainda, que todas as demandas do agro eram de melhoria para a população de modo geral. Também lembrando o pioneirismo dos gaúchos e ressaltando o papel do produtor rural para alimentar o país, o presidente da Embrapa Sebastião Barbosa proferia que:

Temos muito orgulho de ser a alavanca principal que transformou o Brasil num grande produtor de fibras e de alimentos. (...) Esses **desbravadores da idade moderna que deixaram seus lares em rincões muito distantes, como o Rio Grande do Sul, para aqui virem e estabelecerem uma nova realidade na região. (...) O futuro do Brasil está aqui na região, que tem um potencial altíssimo de cultura irrigada.** (Sebastião Barbosa, presidente da Embrapa, grifo nosso)

Já o prefeito de Luiz Eduardo Magalhães Oziel Oliveira fazia questão de alegar que as finanças do município estavam em dia, destacando o diferencial da feira, de não haver apresentações culturais e nem a venda de bebidas alcóolicas, aproveitando para apontar demandas, como a instalação definitiva da Embrapa na região:

Essa cidade gera muitas oportunidades para o estado e **precisamos também da compreensão de vocês instalando as novas demandas nossas, para que nós possamos continuar crescendo. Eu sou de soja, eu sou de milho, eu sou de algodão, eu sou de gente que faz gente, que cuida de gente!** (Oziel Oliveira, prefeito de LEM, grifo nosso)

Por sua vez, o secretário de Agricultura Lucas Teixeira enaltecia o seu orgulho em fazer parte do agronegócio e também do governo do estado, agradecendo o “carinho” com que é tratado:

É revigorante chegar aqui e ver a pujança que a gente tem na agricultura. **Eu me orgulho muito de fazer parte desse governo, um governo que investe no Brasil, que mantém as contas em dia.** Me orgulho em estar secretário em agricultura no estado da Bahia... **me orgulho ainda mais em fazer parte de vocês, em ser um produtor rural, uma classe que leva o nosso Brasil nas costas, nosso estado nas costas, nós somos de suma importância para economia nacional e estadual.** (...) Vocês me tratam com muito carinho. A Seagri junto com a Aiba e Abapa, funcionando em consonância e ajudando muito o nosso setor a trabalhar com grande vigor de sustentabilidade. **E eu coloco de portas abertas a Seagri para ser a casa do produtor. Estou aqui para escutar todas as demandas de vocês!** (Lucas Teixeira, Secretário de Agricultura, grifo nosso)

O governador de Roraima Antonio Denarium, convidado especial para o evento, lembrou da região na época em que foi um dos inauguradores da agência do Banco Bamerindus no ano de 1989, em Mimoso do Oeste, exaltou o presidente Bolsonaro e anunciou o motivo de sua presença no evento, o que gerou aplausos da plateia:

Quando chegamos aqui no Mimoso só tinha um posto de gasolina e um lote de terras aqui que estava sendo feito loteamento custava um salário-mínimo. (...) **antes de ser governador, eu sou agricultor, eu sou pecuarista e eu sou empresário.** E também fui eleito pela primeira vez. **Junto com o nosso presidente da república, nós vamos defender cada produtor, cada pecuarista desse estado que não pode mais estar sendo tratado como bandido.** Agricultor tem que ser valorizado! (...) **Estamos aqui hoje para divulgar o grande potencial produtivo de Roraima e**

convidá-los para conhecer o estado que tem um potencial produtivo muito grande. Vamos trabalhar com Roraima e com vocês fazendo com que Roraima fique cada dia melhor! (Antonio Denarium, governador de Roraima, grifos nossos)

Por fim, o vice-governador João Leão iniciou a sua fala saudando “essas moças bonitas de Luís Eduardo Magalhães e esses cavalheiros que trazem o progresso e o desenvolvimento para o estado da Bahia” e agradeceu o pioneiro Hélio Busato (pai de Júlio César Busato) pela bem-sucedida experiência de produção de cana-de-açúcar que propiciou o projeto de expansão no Médio São Francisco. Saudando o presidente da Faeb Humberto Miranda Oliveira, o deputado estadual Nelson Leal (PSL/BA), o “senador amigo irmão camarada” Otto Alencar (PSD/BA), o deputado estadual “amigo irmão” Ângelo Coronel (PSD/BA), o secretário de agricultura Lucas Costa, “figura maravilhosa que veio agora nos ajudar nesta transformação da Bahia”, o Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Leonardo Góes e o secretário de Meio Ambiente Joao Carlos Oliveira, que “pegou o barco andando aí”, o vice-governador destacou o estudo do potencial hídrico, agradecendo o trabalho que as autoridades presentes vinham desenvolvendo na região do Oeste da Bahia:

nós estamos fazendo um trabalho maravilhoso aqui no oeste da Bahia com a parceria com a Aiba, com a universidade lá do Nebraska, que é um negócio que vai funcionar e **é preciso sim cuidar daquilo que é nosso, gente!** Parabéns ao Carlos, parabéns ao Busato e toda a equipe da Aiba! Antônio Henrique Jr, rapaz você é uma surpresa boa que aconteceu no estado da Bahia! Eduardo Salles, meu ex-secretário estadual e atual deputado. A deputada Jasmari Oliveira, que todo mundo aqui conhece... Sebastião, muito obrigado por esse trabalho que vocês estão fazendo aqui no oeste baiano, na região do MATOPIBA, pela nova semente de soja que tá aqui já começando a produzir e eu espero que ela realmente aguento o cacete, aguento o veranico, viu! Uma salva de palmas aí para a Embrapa, que faz tanto para o nosso país! (João Leão, vice-governador da Bahia, grifo nosso)

Também não poderia faltar um agradecimento especial ao Banco do Nordeste e à agência de fomento do estado Desenhahia, que estavam “cheio de grana” e para onde os produtores deveriam ir solicitar mais crédito agrícola, além de pleitear a ampliação de crédito ao Banco do Brasil:

Tem que dobrar pelo menos o que você financiou o ano passado aqui. Então, agricultores, vão ao Banco do Nordeste! Tá assim, ó! Assim de grana, de dinheiro! Francisco Miranda, presidente do Desenhahia, a mesma coisa! Eu não sei quem tá com o juros menor! Se é o Banco do Nordeste ou se é o Desenhahia! Ivo André Montiel da Silva, vice-presidente do agronegócio do Banco do Brasil, o Banco do Brasil precisa dobrar a sua produtividade e produtividade em banco é emprestar dinheiro para os agricultores, gente! (João Leão, vice-governador da Bahia, grifo nosso)

Pedi também uma salva de palmas para a polícia militar, dizendo que “estamos realmente melhorando a questão da segurança na Bahia graças à polícia civil e militar”. Em seguida, deu destaque ao tema da geração de energia eólica no estado:

Nós fizemos um trabalho muito bonito na questão das energias renováveis, nas energias eólicas, solar. A energia eólica hoje da Bahia é responsável por 26% da energia do Brasil. Mais de 30% da energia produzida na Bahia é eólica. E isso começou, Otto [Alencar], quando nós éramos secretários. Isso tem oito anos! E aconteceu por acaso, quando eu encontrei um produtor rural que fez um geradorzinho de um chevrolet brasil antigo e botou umas paletas de ventilador e botou para rodar na casa dele. E era uma escuridão miserável, num lugar que não

tinha absolutamente nada e nós conseguimos fazer essa transformação que tá acontecendo aí na Bahia. (João Leão, vice-governador da Bahia, grifo nosso)

No final de seu pronunciamento, demandou mais incentivos fiscais para industrializar a região, e chamou os dirigentes da Aiba e Abapa ao palco para glorificar o papel do agronegócio no desenvolvimento da Bahia e do Brasil:

Quando você chega aqui em Luís Eduardo Magalhães, em Barreiras, Formosa, no dia seguinte a coisa já se transformou. Cada dia tem mais produtividade e vocês não são mais agricultores, **vocês já são industriais da agricultura! Busato, venha cá, bonitão! Eu tive com o Busato e nós conversávamos sobre a industrialização, nós precisamos industrializar o oeste da Bahia.** Porque agricultura não dá receita e nós precisamos pegar os produtos que nós produzimos aqui na região e industrializar

Zanella, venha cá! Cadê meu vice-presidente? Cadê Rose [Cerrato, coordenadora-geral da feira]? Venha pra cá! Eu queria homenagear todos os presidentes que a Aiba já teve: João Carlos Jacobsen, Humberto Santa Cruz, Walter Horita, Júlio Busato e agora meu amigo Zanella. **Vocês, gente, são a nossa alavanca do desenvolvimento da região! Realmente o que nós queremos, o governador Rui Costa e eu, é que cada vez mais nós tenhamos desenvolvimento.**

Eu vou pedir ao senador Otto Alencar e ao Senador Angelo Coronel para vir acá também, o presidente da ALBA e o prefeito de LEM. **Gente, essa turma que tá aqui, que vocês estão vendo, é a turma que trabalha por vocês! Tanto na área política quanto na área estadual e federal.** Meus secretários de estados, venham pra cá! **Vocês que são agricultores, que têm um carro bonito e um avião a jato e vem um ministro que chegou agora, secretário de estado, essa turma tá se dando, tá trabalhando para ajudar o povo da Bahia!** Eu queria todo mundo de pé! Eu quero dar uma salva de palmas com mãozinha pra cima pra quem trabalha! Parabéns, minha gente! Viva a Bahia, viva o Brasil e viva o Oeste da Bahia! (João Leão, vice-governador da Bahia, grifos nossos)



Figura 47 - Júlio Busato e João Leão na abertura da Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo Aiba (2019).

Antonio Denarium: “Roraima tem terras muito baratas para um gaúcho”

Após a cerimônia de abertura da feira, o governador de Roraima Antonio Denarium (PSL/RR) teve um espaço garantido (mas que não constava na programação oficial) para convocar os produtores rurais do Oeste baiano a impulsionarem os investimentos no seu

estado, já que os eixos prioritários das demandas eram a regularização fundiária e ambiental; segurança jurídica para as terras; energia elétrica; frigoríficos de abate de animais; agroindústria; leilões de usinas hidrelétricas (como a de Tucuruí, no Pará); estradas e a criação de uma rota para exportação de *commodities* até a Guiana e o Panamá para diminuir o tempo de transporte, na esperança que o presidente da Venezuela Nicolás Maduro “caia e apodreça, pois daqui a pouco teremos novamente uma Venezuela aqui” (informação verbal).

Como potencialidades do estado, apontou a exploração mineral, uma promessa do presidente Bolsonaro de ajudar a ampliar a atividade no estado e a ampliação da produção da soja, petróleo, pecuária e piscicultura. Os *slides* da apresentação continham fotos de Denarium com Bolsonaro, a ministra da Agricultura Tereza Cristina, o presidente do Incra general João Carlos de Jesus Corrêa e os ministros do Meio Ambiente Ricardo Salles, das Relações Exteriores Ernesto Araújo e da Justiça Sérgio Moro – que naquele momento havia decretado intervenção federal na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, o maior presídio do estado de Roraima e estava prestes a participar da inauguração das obras da Cadeia Pública Masculina de Boa Vista. Após a apresentação das potencialidades de seu estado, ressaltou que as terras em Roraima ainda estavam “muito baratas para um gaúcho”, e que havia facilidade de contratação de créditos e investimentos. (ibidem) Sendo questionado sobre os possíveis problemas fundiários com os “índios” onde havia projetos de mineração, Denarium garantiu que:

Os indígenas não são um problema, já que as reservas estão em Terras Indígenas. (...) Então **tem muita terra ainda para ser explorada**. (...) **Tá homologado, o relacionamento nosso com os indígenas é muito bom, nós não temos nenhum tipo de conflito. O que nós vamos introduzir agora é um novo modelo de parceria**. Inclusive, lá em Campo Novo do Parecis, já foi feito **arrendamento de mais de 15 mil hectares de terras em áreas indígenas** para produtores que pagam arrendamento. **Regularizando as comunidades indígenas, com certeza eles vão ser parceiros nossos também para fazer o arrendamento**. Agora, detalhe, como o preço da terra lá ainda é muito barato, muitas vezes não compensa fazer arrendamento. É melhor comprar do que arrendar. Então está definido o homologamento [sic] nas áreas indígenas e **vamos trabalhar nas áreas que estão disponíveis**. (Antonio Denarium, governador de Roraima, grifos nossos)

ALBA itinerante: “O problema mais grave do Oeste é Correntina!”

Na sessão itinerante da ALBA, que ocorreu na parte da tarde do primeiro dia do evento, além de parlamentares, como Eduardo Salles, Jusmari Oliveira (presidente da Comissão de Agricultura da Alba), estiveram presentes representantes da Coelba e os secretários estaduais de Desenvolvimento Agrário (Josias Gomes), Agricultura (Lucas Costa) e Meio Ambiente (João Carlos Oliveira).

Os principais temas tratados foram editais do Programa Bahia Produtiva para o setor de laticínios (com investimento de 3,5 milhões), demandas por energia e estradas, fiscalização ambiental, zoneamento do cacau na região Oeste. Entretanto, o tema de maior centralidade foi a necessidade de haver maior agilidade na liberação de agrotóxicos.

Cabe destacar a fala do deputado estadual Eduardo Salles, se referindo ao seu “eterno governador Jaques Wagner”, lembrando de quando os produtores baianos enfrentavam problemas com pragas e moscas que afetavam a produção agropecuária – o maior patrimônio que a Bahia tinha – o então governador ligou para Dilma, que permitiu o uso de um defensivo para combater a praga e a epidemia animal (informação verbal). Já o vice-presidente da Aiba Luiz Pradella argumentava:

A gente se entristece quando vê o setor sendo corroído por grande desinformação, porque a gente sabe que isso desafia o crescimento de novas técnicas. Um exemplo disso é a liberação de alguns produtos agro-sanitários, que têm a mesma formulação de produtos que encontramos na farmácia, mas o uso na agricultura é dificultado. Nós produtores somos os que precisamos mais dos recursos naturais. Não há quem produza algum alimento sem os recursos naturais, como a água e o solo. Então somos os mais interessados em preservar. (informação verbal)

A sessão itinerante da Alba também se torna palco para o apontamento de demandas do setor, dada à presença de representantes do governo do Estado da Bahia, para quem se solicitava, entre outras necessidades consideradas urgentes: obras estruturais, como estradas e pontes; o acesso à banda larga de internet; agilidade nos zoneamentos para ampliar a cultura de cacau na região, financiamento para pequenas indústrias; a não realização da fiscalização preventiva integrada (FPI) no momento do plantio; o fortalecimento dos escritórios locais dos órgãos estaduais, com mais veterinários e técnicos administrativos; oferta de energia elétrica para a construção de um polo têxtil e redução das tarifas de energia elétrica para as indústrias e o agronegócio.



Figura 48 - Secretário de Agricultura Lucas Costa na ALBA itinerante da Bahia Farm Show 2019

Fonte: Acervo Aiba (2019)

Achamos válido citar frases proferidas, ao longo das discussões da sessão da Alba itinerante, de alguns atores-chave do bloco dos baiúchos que compõem o corpo discursivo de nossa análise, como o prefeito de Luís Eduardo Magalhães e os presidentes de sindicatos e associações de classe:

Quem tá na reforma agrária é o produtor rural! (Oziel Oliveira, prefeito de LEM)

Estamos vivendo um momento, mais do que nunca, para fortalecimento das associações de classe! (Humberto Miranda, presidente da FAEB)

Nós contamos com vocês para dizer quem é contra agrotóxico e irrigação. (Júlio Busato, presidente da Abapa)

O problema mais grave do Oeste é Correntina! Precisamos de formação de pessoas que defendem o agro, de trabalho de base! (Cícero Teixeira, presidente do SPRLEM)

Agrotóxico nada mais é do que remédio. (Moisés Schmidt, presidente do SPRB)

5.3. A Reunião do Comitê de Bahia Hídrica do Rio Grande: “Em Nenhum Momento o Projeto tem o Comprometimento de Agradar o Agronegócio”

Durante a estadia em Luís Eduardo Magalhães para o trabalho de campo realizado na Bahia Farm Show, tive a oportunidade de me deslocar 87,5 km até Barreiras, onde aconteceu, no dia 31 de maio, uma reunião extraordinária do Comitê de Bacia Hídrica do Rio Grande, em que foi apresentado o estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuia pelo coordenador do projeto Everardo Mantovani, da Universidade Federal de Viçosa. Os trechos que seguem foram extraídos da gravação feita durante a apresentação.

Mantovani iniciou a sua fala defendendo a afirmação de que o agronegócio é o maior interessado em preservar os recursos hídricos, e que “todos os estudos do mundo mostram que sem a agricultura irrigada, não é possível produzir alimentos que a sociedade exige”. Ressaltou a eficiência da irrigação como forma de evitar o desperdício da água dos rios e aproveitar ao máximo a sua disponibilidade:

É muito importante que o produtor não jogue água fora. Muitas fazendas grandes da região tem um programa de acompanhamento. É muito importante ser eficiente e saber o quanto que eu tô jogando de água e quanto que a planta tá aproveitando. **É muito importante hoje que haja disponibilidade de água. Buscamos uma irrigação que seja não só eficiente, mas que também tire a quantidade de água possível daquele corpo d’água.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV, grifos nossos)

E que a agricultura irrigada, “apesar de ocupar uma área pequena no total da área de plantio, gera mais empregos que as culturas de sequeiro, o que aumenta a demanda por esse tipo de tecnologia, que tem potencial para ser ampliado nas comunidades ribeirinhas da região”. O coordenador do estudo fez questão de ressaltar a imparcialidade do projeto, liderado pela seriedade dos pesquisadores, mas financiado pela Aiba e Abapa, alegando que o projeto permite mostrar à sociedade a preocupação do setor com os recursos hídricos:

Em nenhum momento o projeto tem o comprometimento de agradar o agronegócio. (...) então a gente não tem interesse em gerar resultados para a ampliação desordenada, a gente tá gerando informações e conhecimento da agricultura irrigada sustentável, e que servirá para uma série de ações. (...) Estamos formando **um grupo muito sério, com excelência, independência e experiência, apesar do financiamento do trabalho vir dos produtores.** (...) **Sabe o que isso passa [para as pessoas]? Que existe uma preocupação com os recursos hídricos!** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV, grifos nossos)

Destacou a pretensão e o “sonho” de copiar na região Oeste da Bahia a experiência do estado de Nebraska, que tem um sistema de gestão descentralizado que permite a retirada de água do Aquífero Ogallala para irrigação por meio de poços de armazenamento:

No Nebraska, a irrigação é a base da economia do estado. Sem irrigação, eles não produzem. E eles têm lá um aquífero tipo esse que tem aqui, com cem mil poços e um sistema de monitoramento muito bacana. Eles criaram um distrito de recursos naturais e um sistema de gestão descentralizada, o nosso sonho aqui! (...) **A gente sonha em fazer um estudo sobre a distância de poços.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV, grifos nossos)

Exaltando a riqueza da região em água, ressalta que a principal ferramenta para democratizar o uso desse recurso natural e garantir os múltiplos usos é a informação, disponibilizada por “pessoas que têm um nome acadêmico muito forte, eles têm um compromisso com a verdade, com a informação”, incluindo na equipe até mesmo

“ambientalistas”, como o professor Marcos Heil, responsável por liderar a pesquisa encomendada pela Abapa, que concluiu que havia maior sequestro de carbono em áreas irrigadas do que em áreas de sequeiro:

O projeto também tem a missão de chacoalhar o ambiente. (...) O que a gente sabe é que a região é abençoada por água. Eu não conheço lugar no mundo igual a esse aqui, que você tem tantas nascentes, rios, pequenos, médios, grandes, mas isso não me dá o direito de usar de qualquer maneira. Nós temos o aquífero Urucuia, ele já foi muito estudado, mas precisamos saber qual realmente a disponibilidade de água para irrigação e outros usos. E o fundamental para isso tudo é a informação. (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV)

Não poderia deixar de afirmar que o que causa a baixa vazão dos rios é a seca, da mesma forma que o que garante a recarga do aquífero são as chuvas:

A gente notou que o nível do aquífero baixou bastante, mas a gente já nota que ele vai subir de novo com as chuvas que tivemos de um ano e meio pra trás. (...) Então pra mim saber [sic] o quanto de água eu posso usar no aquífero, eu tenho que saber o que que tá caindo e infiltrando em cada período. (...) Então o que a gente observa? Que a água que infiltra o aquífero está totalmente dependente das chuvas. (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico)

Ao ser questionado por uma integrante do Comitê, que representava pescadores e pescadoras artesanais da região, se o estudo havia identificado algum limite do Aquífero Urucuia para ser rebaixado a partir de um nível que comprometesse as nascentes, Mantovani respondeu, em tom enfático, que o rebaixamento do aquífero já acontecia antes mesmo do agronegócio chegar na região e que a degradação dos rios não era causada pelas grandes fazendas e sim pelas pequenas propriedades, que necessitam de projetos de irrigação:

Não temos esse dado, a gente nota algumas vezes o pessoal falando que a nascente está descendo, coisas desse tipo. (...) porque aqui já teve secas violentas. Se você reparar quando aqui não tinha irrigação e nem agricultura, possivelmente o aquífero rebaixou do mesmo jeito. (...) A gente sobrevoou muitas áreas aqui e vê que o problema de assoreamento dos rios está acontecendo em regiões que não têm grandes fazendas. Então a gente precisa pensar como um todo. Inclusive um dos maiores projetos que a gente tá [sic] trabalhando são com a agricultura familiar irrigada. (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico, grifos nossos)

Mencionou o projeto irrigação para agricultores familiares, cuja a “boa inveja do vizinho” atendido pelo projeto despertaria o interesse do restante das famílias ribeirinhas em ter a produção irrigada, trazendo riqueza para a região:

Gente, a boa inveja é muito bom [sic], cê vê seu vizinho ganhando dinheiro, cê vai querer também! Que que ele tá fazendo? Ele tá tendo assistência técnica, produção irrigada, e é isso que nós queremos fazer. Ou seja, a ideia desse projeto é gerar e otimizar informação que possa trazer riqueza para a região, tanto os grandes, quantos os médios quanto os pequenos. (...) **Então existe uma grande demanda pelo crescimento da agricultura irrigada, e a gente identifica que existe no vale um potencial grande para se implantar trabalhos e o resultado desse estudo deve ajudar muitas comunidades.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico, grifo nosso)

Além disso, é preciso aproveitar essa quantidade de água para ampliar a agricultura irrigada e, com isso, gerar desenvolvimento humano e elevar o produto interno bruto da região:

Nós estamos em cima de muita água. A água gera riqueza. Então a gente vê aqui algumas regiões que precisam desenvolver, que tem muita limitação. **Se eu potencializar uma agricultura irrigada forte, eu consigo ampliar o IDH e o desenvolvimento humano.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico, grifos nossos)

Voltando a repetir que o problema da falta d'água é a falta de chuvas, e alegando que o agronegócio não utiliza o total de água outorgada, nega que na região há a ocorrência de conflitos graves por água, que devem ser evitados com acesso ao conhecimento:

O que o cara tem de outorga, não quer dizer que ele usa. Por que que tem problema? É porque houve uma redução muito violenta das chuvas nesse período. (...) Então quando você não tem informação, você não prioriza onde atuar, não é? (...) Quando a gente pensa em recursos hídricos da região, a gente pensa o que? Ah, essa bacia tá faltando água, essa bacia tá tendo conflito... Então o que nós fizemos? Estudamos as bacias que têm conflitos [comparando] com as bacias que não tem. Nós temos 18% aqui das áreas que já tem um potencial conflito do uso de recursos hídricos que aumenta quando a seca vem. (...) **Existem outras regiões que tem guerra, aqui a gente tem muitos recursos hídricos e então a gente precisa se organizar, é uma questão de conhecimento.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico, grifos nossos)

Por fim, ressalta a preocupação do agronegócio com a água e com a produção de conhecimento (já que financiaram o estudo com os próprios recursos) para realizar a boa gestão da irrigação, que traz a solução para resolver os problemas sociais e a resolução de conflitos:

Eu tenho colocado nas minhas palestras que antigamente as decisões para irrigação eram [tomadas] do ponto de vista técnico e hoje a gente coloca a área social também. A agricultura irrigada é uma solução para gerar emprego, renda, desenvolvimento regional, (...) mas é um uso de um líquido muito nobre, que é a água, então a gente tem uma preocupação. Então a solução passa por três planos: eu preciso ter informação, que são os estudos, eu preciso ter monitoramento pra gente acompanhar e governança. (...) **A gente precisa buscar um modelo de desenvolvimento e por isso os produtores pagaram com recurso próprio para gerar mais conhecimento na região. E nós estamos no caminho certo.** (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV e coordenador do estudo do potencial hídrico, grifos nossos)

Merece destaque a manifestação do diretor de Água e Irrigação da Aiba Cisino Lopes, que durante a reunião se posicionou contra o estudo “Por Trás do Alimento”, realizado pela Agência Pública, Repórter Brasil e Public Eye, que havia sido publicado no mês de abril, que revelava que em mais de 1.300 municípios (um em cada quatro municípios brasileiros) haviam sido encontrados 27 tipos diferentes de agrotóxicos nas redes de abastecimento em todo o país (POR TRÁS DO ALIMENTO, 2019). A partir de dados disponibilizadas no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde, a publicação trouxe um mapa interativo com os agrotóxicos encontrados

em cada município pesquisado, revelando quais estavam acima do limite de segurança de acordo com a legislação brasileira e a regulação europeia (ARANHA e ROCHA, 2019)¹²⁴.

Com isso, a apresentação do estudo do potencial hídrico na reunião do Comitê de Bacia Hídrica do Rio Grande foi uma oportunidade para que o diretor de águas da Aiba chamasse as campanhas contra os agrotóxicos de “sensacionalistas”, citando a nota emitida pela Aiba, Abapa e Faeb. Segundo a nota, os dados publicados “causavam surpresa” e os resultados da pesquisa foram publicados sem o devido embasamento técnico-científico, utilizando-se de fontes desconhecidas e imprecisas, e que não constavam no banco de dados do Siságua, apresentando, assim, lacunas de informações (AIBA, 2019q).



Figura 49 - Apresentação do estudo do potencial hídrico pelo pesquisador Everardo Mantovani em reunião do Comitê de Bacia Hídrica do Rio Grande, em Barreiras

Fonte: Acervo da autora (2019).

5.4. Intensificando as Estratégias Discursivas dos Amigos da Natureza

Nas comemorações do Dia do Meio Ambiente, no mês de junho, Aiba e Abapa se autointitulavam “amigas da natureza”, reforçando o mantra de Evaristo de Miranda, de que “a categoria preservava mais de 4 milhões de hectares de vegetação nativa, além de recuperar nascentes, implantar hortas comunitárias e fazer coleta seletiva de resíduos sólidos, entre outras ações que promovem sustentabilidade em todo processo produtivo, de modo a garantir a continuidade da atividade” para justificar a viabilidade do agronegócio na região. O presidente da Aiba Celestino Zanela, ratificava que a categoria é a que tem o maior interesse em preservar o meio ambiente, pois dele depende a viabilidade dos seus negócios:

É uma questão lógica: não há como produzir sem água e solo. Então, se não cuidarmos deles futuramente teremos que extinguir a agricultura. Nosso principal desafio é produzir cada vez mais com menos pressão aos recursos naturais, por isso investimos em pesquisa e tecnologia, sem abrir, claro, das boas práticas ambientalistas. Se cada um fizer a sua parte o meio ambiente estará seguro (AIBA e ABAPA, 2019f, p. 5, grifo nosso).

¹²⁴ De acordo com o estudo, todos os municípios do Oeste baiano em que foram realizados os testes tinham altos índices de contaminação na água, como é o caso de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Cotegipe, São Félix do Coribe, São Desidério e Wanderley, em que foram encontrados 15 agrotóxicos detectados na água que abastece os municípios, entre 2014 e 2017. Desse total de substâncias, 8 estão associadas a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos. (POR TRÁS DO ALIMENTO, 2019)

Buscando “levar” conhecimento, educação e consciência socioambiental às comunidades “dos vales” da região, os “amigos da natureza” prosseguiram com ações que intencionavam “desmitificar o vilanismo atribuído ao profissional que cuida da terra para extrair dela o alimento que sacia a fome da humanidade”. Para tanto, no início de julho, foi realizada, na sede da Abapa em Barreiras, a “Oficina de Planejamento Sustentável do Vale”, que reuniu, além de instituições ligadas ao agronegócio, representantes de “entidades comprometidas com a sustentabilidade ambiental e econômica da região”, acadêmicos e representantes de órgãos ambientais do Estado (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 3).

No âmbito dos projetos “Educação Transforma” e de “Recuperação de nascentes”, nos meses de junho e julho foi feita uma visita no Assentamento Santa Rita, na Bacia do rio Grande, em Barreiras, para estudar a viabilidade de instalação de um pivô central a ser compartilhado pela comunidade. Também entregaram *kits* de irrigação por gotejamento associada à energia solar a comunidades do vale da Bacia do rio de Janeiro, em Barreiras e capacitaram lideranças de comunidades rurais de Baianópolis sobre “práticas ambientalistas do solo e da água para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável” (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 22).

Como uma das atividades do programa “Conhecendo o Agro”, foi realizada, na fazenda modelo da Abapa, palestra comandada por Júlio Busato sobre “o histórico da cultura do algodão, combate às pragas, variedades, períodos de produção e os diversos usos do algodão no cotidiano”, seguida de uma “colheita simbólica” de algodão com estudantes do 4º ano do ensino fundamental do Colégio Municipal Padre Vieira, em Barreiras. (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 15). No mesmo dia, Busato esteve na Escola Municipal Otaviano Pereira da Silva, no Povoado de Campo Grande, em São Desidério, para entregar 205 mochilas e *kits* escolares a crianças do Ensino Fundamental I e Educação Infantil (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 28). Sobre a presença da Abapa na comunidade em que “famílias inteiras têm sua renda direta ou indiretamente atrelada à produção de algodão”, o presidente da Abapa afirmava que a ação visava “melhorar a vida dessas famílias e estimular os pais a continuarem no campo, com emprego e renda seguros” (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 30).

A realidade desta região está mudando com a chegada do agronegócio, onde antes predominavam casas de taipa, hoje, vemos construções de concreto, telhadas, mercadinhos e outros pontos comerciais. Isso é reflexo dos empregos gerados nas fazendas, e estes alunos são na maioria, filhos dos funcionários dessas fazendas. **Nossa intenção é fortalecer o vínculo das famílias para que permaneçam aqui, para isso, investimos na educação das crianças. No futuro, elas estarão sucedendo os pais, com uma mão de obra cada vez mais qualificada.** Acreditamos que a verdadeira mudança ocorre com a educação. (Júlio Busato, presidente da Abapa, grifo nosso).

Ainda naquele mês, o Núcleo de Mulheres do Agro do Oeste da Bahia realizava a segunda edição do projeto “Algodão que Aquece”, com a entrega de agasalhos 100% algodão em comunidades rurais de Barreiras, e que tem patrocínio das empresas CiaSeeds, FMC Agrícola, J&H Sementes e apoio da Abapa. A “madrinha” da edição do projeto e diretora da Abapa, Alessandra Zanotto, e a presidente do Núcleo de Mulheres do Agro Suzana Viccini comemoravam (AIBA e ABAPA, 2019h, p. 20):

Essa é uma ação muito feliz. As Mulheres do Agro idealizaram a campanha ‘Algodão que aquece’ com a preocupação de cuidar de um momento dessas crianças, porque sabem que muitas famílias não têm dinheiro para comprar uma blusa de frio. (Alessandra Zanotto, diretora da Abapa, grifo nosso)

Esta é uma forma de agradecer a esse lugar, o Oeste da Bahia, por tudo que ele tem nos proporcionado. Esse lugar é muito abençoado, próspero, e esse

pouquinho de algodão que a gente transforma em agasalho, faz muita diferença para as crianças. (Suzana Viccini, presidente do Núcleo de Mulheres do Agro, grifo nosso)

Também foi realizada a segunda edição da Cotton Bike, em Barreiras. Com premiação de R\$ 15 mil e pontos para o *ranking* nacional de ciclismo, foram disponibilizados uma pista técnica para competição de *mountain bike*, área de alimentação, espaço *kids* para crianças e estandes que ofereciam ‘orientações para a saúde e uma vida saudável’, além da animação com DJ e uma banda de *rock* (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 30).

No final do mês, a prefeitura de Correntina realizou “II Festa da Agricultura Familiar” em comemoração ao segundo aniversário da Feira de Agricultura Familiar de Correntina, criada em julho de 2017 pela prefeitura e a Central das Associações de Agricultores Familiares (CAAF). É válido apontar que após o levante dos ribeirinhos no município em novembro daquele ano, a prefeitura e a CAAF passaram a receber apoio do agronegócio da região, que comercializava produtos não vendidos na feira para as fazendas parceiras da associação, como a XinguAgri, Talismã e J&H Sementes (SANTOS, 2020, p.108)¹²⁵. Na ocasião, a Abapa foi homenageada pelo prefeito Maguila (PCdoB), pelas ações de apoio à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como doação de *kits* para o programa “Mais Leite”, doação de mudas e recuperação de nascentes no município, além do curso de formação de condutores de máquinas agrícolas.

Em atividade que homenageava o Dia do Agricultor (28 de julho) em Barreiras, Aiba e entidades do agronegócio “levaram informação” e “ensinaram práticas ambientalistas” aos agricultores familiares presentes na “Semana Municipal de Agricultura e Sustentabilidade”, promovida pela Secretaria de Agricultura de Barreiras. Destacando o tema da “irrigação inteligente”, o objetivo era mostrar que “em regiões com pouca regularidade de chuva como o Oeste da Bahia, é impossível se produzir o ano inteiro sem recorrer aos sistemas de irrigação que podem ser grandes aliados do produtor e do meio ambiente” (AIBA e ABAPA, 2019h, p. 12).

5.5. As demandas Para Além do Oeste da Bahia: de Ricardo Salles a Israel-Ásia

No que se refere às articulações do bloco dos baiúchos a nível nacional e internacional, em junho, Júlio Busato e o deputado federal Carlos Tito (Avante/BA) participaram de reunião do colegiado da FPA, em Brasília, que contou com a presença do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Segundo Aiba/Abapa, na reunião, o ministro alegou que havia um problema geral de desconexão entre a lei e a realidade posta em cada estado, bioma e setor produtivo, o que impulsionava o ministério a dar todo o apoio para que o legislativo produzisse um novo marco legal que permitisse o destravamento de temas relacionados à produção agropecuária e infraestrutura.

¹²⁵ A festa de aniversário da “feirinha” de Correntina contou com um estande da Abapa que, segundo a entidade, “mostrou para a população correntinense os programas e ações desenvolvidos na região com o objetivo de desenvolver e estimular a agricultura local, como construção e manutenção de estradas, prevenção e combate a pragas nas lavouras e capacitação dos profissionais do setor agrícola” (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 5).



Figura 50 - Busato com Ricardo Sales e o deputado Tito na sede da FPA, em Brasília
Fonte: Acervo Aiba (2019)

Além disso, ressaltou que a atualização e manejo do CAR pelos produtores rurais deveria ser permanente, sendo a regularização ambiental essencial para a solução dos passivos ambientais. Busato “parabenizou o ministro pelo trabalho realizado e destacou a coragem de enfrentar com fatos, dados e números falsas ideologias divulgadas por pessoas ou grupos de pessoas que por interesses econômicos ou, por interesses pessoais, acabam acarretando prejuízos tanto para o Brasil, quanto para os agricultores” (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 20). Em sua fala, o presidente da Abapa e vice-presidente da Abrapa ressaltava:

Nós agricultores do Oeste baiano gastamos 11 bilhões de reais de nossos próprios bolsos para preservar 35% de nossas áreas (a legislação ambiental prevê que um percentual de 20% de áreas seja preservada) e estarmos ambientalmente legalizamos, mesmo assim somos criticados por grupos de pessoas que até o presente momento somente têm discursos, porém nenhuma ação prática em prol do meio ambiente como foi feito pelos agricultores (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 20).

Por sua vez, o então deputado federal Carlos Tito (Avante/BA) complementava que era preciso fortalecer o agronegócio e criar um ambiente para que os produtores pudessem aumentar sua produção e se destacassem ainda mais no cenário nacional e internacional (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 20).

Na mesma época, Busato se reuniu com o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, na sede da embaixada chinesa em Brasília, com o objetivo de informar os compradores de algodão sobre a “adesão de alta tecnologia e dos critérios de sustentabilidade do algodão produzido no Brasil e a importância da China no mercado consumidor mundial”, além de levar a proposta da instalação de um escritório permanente da Abrapa na Ásia para promover o algodão nacional¹²⁶. No final de maio, Júlio Busato, juntamente com o presidente da Abrapa Milton Garbugio; da Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa) Carlos Alberto Moresco e dos diretores-executivos da Abrapa Márcio Portocarrero e da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) Décio Tocantins, já haviam se reunido em Brasília com a ministra da Agricultura Tereza Cristina e o ministro das

¹²⁶ De acordo com a Abapa, a Ásia recebe em torno de 97,5% do algodão que é exportado pelo Brasil, sendo os maiores compradores China (35%), Indonésia (15%), Vietnã (13%), Bangladesh (11%) e Turquia (7%). Segundo a entidade, o aumento da participação da pluma nacional no blend da indústria asiática estaria levando os cotonicultores e o governo brasileiro a desenhar uma estratégia de conquista de espaço e de proteção de mercados no continente (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 32).

Relações Exteriores Ernesto Araújo, para pleitear a abertura de um escritório da Abrapa na Ásia (AIBA e ABAPA, 2019f, p. 12). Em agosto, Busato participou de um jantar em Brasília com representantes do governo federal, do setor algodoeiro e industriais têxteis asiáticos, quando entregaram à Tereza Cristina e ao representante do Ministério das Relações Exteriores Alexandre Ghisleni o projeto de abertura de um escritório permanente da Abrapa em Singapura (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 4).

Enquanto Busato realizava reuniões em Brasília, no final de junho, a Aiba recepcionou em Barreiras uma comitiva de investidores dos Emirados Árabes que, segundo Aiba/Abapa, ficaram impressionados com os números da produção de soja, de 5,3 milhões de toneladas só no último ciclo, e com a abundância de recursos naturais, principalmente hídrico, manifestando interesse em investir “tanto no segmento agrícola quanto na área social, através de um Fundo criado para levar desenvolvimento e progresso às comunidades com pouco acesso à saúde, educação e agricultura sustentável”.

No início de julho, com intuito de atrair mais investidores do setor de laticínios à região Oeste, o vice-presidente da Aiba, Moisés Schmidt, integrou uma comitiva do vice-governador da Bahia, João Leão, em uma visita à fábrica de lácteos do grupo Betânia¹²⁷, no Ceará. Durante a visita, a comitiva conheceu a produção de leite em pastos irrigados com pivô central e apresentou as potencialidades do Oeste da Bahia para o segmento. Na oportunidade, convidou o presidente da empresa, Bruno Girão, a instalar uma unidade na região Oeste, onde, naquele momento, já se produzia anualmente 77,3 milhões de litros de leite (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 10).

No final de julho, a Abapa organizou uma comitiva para conhecer as tecnologias de irrigação e visitar centros de pesquisas e indústrias do agronegócio em Israel, tendo em vista o “sucesso de país nas inovações tecnológicas e o nível de organização do setor agrícola para produzir em clima e terrenos desérticos com baixa pluviosidade, bastante parecidos com áreas do semiárido brasileiro”. (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 22; 2019h, p. 16).

Na mesma época, o secretário estadual de Meio Ambiente João Carlos Oliveira cumpriu agenda na região e visitou algumas fazendas para “conhecer um pouco mais sobre a produção sustentável nos campos baianos, o que inclui o processo de captação de água para irrigação inteligente e efetivos programas fitossanitários que garantem a saúde das lavouras de grãos e fibra”. Segundo Aiba/Abapa, “o secretário se disse impressionado com o nível de tecnologia aplicado na região e o nível de consciência ambiental entre os agricultores que preservam em suas propriedades além do que exige o código florestal.” (AIBA e ABAPA, 2019g, p. 2).

No início de agosto, o Programa AgroBrazil, da CNA, que leva diplomatas de países importadores para conhecer a agropecuária brasileira, com o objetivo de “fortalecer a imagem positiva do campo para representantes de mercados estratégicos”, realizou a 6ª edição na região Oeste da Bahia, visitando 11 empreendimentos em LEM e Barreiras (CNA, 2019). Na época, a revista Globo Rural publicou um texto da repórter Eliane Silva, que viajou a convite da CNA até os municípios visitados, em que se destacava que “todos os produtores fizeram questão de contar aos estrangeiros que preservam pelo menos 20% de suas áreas no bioma cerrado, além das áreas de proteção ambiental e que a captação de água é gerenciada por órgãos federal e estadual”. Além disso, o pecuarista e proprietário da Captar Agribusiness¹²⁸,

¹²⁷ A Betânia Lácteos, instalada desde 1971 em Quixeramobim, no Ceará, era líder no segmento de leite longa vida na região Nordeste, com 30% desse mercado e 13% do segmento de iogurtes, tendo sido eleita a quarta melhor empresa de laticínios pelo 12º Anuário do Agronegócio de 2016 e a sexta maior empresa no ramo de leite e derivados do Brasil (ELÍAS e LEITÃO, 2020).

¹²⁸ Em 2020, a Captar Agrobusiness, levou o título da empresa com maior confinamento de animais da região do Matopiba, abatendo 80 mil animais por ano, confinados em uma área de 217 hectares e com capacidade estática para 40 mil animais. (COMPRERURAL, 2020).

Almir Moraes, ressaltava que o uso da tecnologia na produção pecuária ajudava a preservar o meio ambiente, e que “onde não tinha tecnologia, como nas pequenas propriedades do semiárido, é que haveria gasto [sic] dos recursos naturais”. É relevante citar o último parágrafo do texto, sobre a imagem do agronegócio brasileiro no exterior:

Durante a visita na Cooperfarms, em Luís Eduardo Magalhães, os estrangeiros foram questionados sobre qual é a imagem do agronegócio brasileiro lá fora em relação à sustentabilidade ambiental. Franck Foures, conselheiro agrícola da Embaixada da França, respondeu que não é muito boa. “A comunicação de vocês não tem sido eficiente. Acho que falta reconhecer que há espaço para melhorar. É bem difícil para países da Europa, por exemplo, acreditar que o agro brasileiro é perfeito na preservação do meio ambiente.” (SILVA, 2019)

Nas semanas seguintes, um grupo de empresários da estadunidense Carroll Family Farms – que em 2020 controlava cinco empresas do setor de soja e algodão numa área de mais de 23,5 mil hectares em São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães¹²⁹, foi recebido pelas diretorias da Aiba, da Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste) e do Fundo de Apoio a Pecuária do Estado da Bahia (Fundap), pelo secretário de Agricultura da Bahia Lucas Costa, o superintendente do Mapa Paulo Emílio Torres e representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), a quem sinalizou o interesse em implantar uma granja com um núcleo de melhoramento genético de suínos no Oeste baiano.(AIBA e ABAPA, 2019h, p. 8).

No mesmo mês, a Abapa recebeu uma comitiva internacional com cerca de trinta integrantes da China, Bangladesh, Vietnã, Turquia, Paquistão, Índia e Coréia do Sul, que vieram participar da “Missão Compradores”, promovida pela Abrapa, em que foram realizadas visitas em São Desidério (Fazenda Acalanto e na Algodoeira Algapar, do Grupo Horita e Fazenda Warpol e algodoeira do Grupo Busato) e Luís Eduardo Magalhães (Centro de Treinamentos da Abapa) com o objetivo de demonstrar a capacidade de produção da fibra baiana e ampliar o espaço das exportações. A fim de alcançarem esse mesmo objetivo, no final de agosto e início de setembro, foi a vez do presidente da Abapa Júlio Busato e o vice-presidente Paulo Schmidt visitarem indústrias têxteis da China e Vietnã, desta vez representando a Abrapa na “Missão Vendedores” (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 29).

5.6. Comemorando a Safra Histórica com Intervenções nas Comunidades do Vale

Com os números consolidados da safra 2018/2019, Aiba e Abapa festejavam a segunda maior safra de soja e algodão da história, alegando que foi o aumento da área de plantio o fator que interferiu diretamente no volume produzido, que havia passado de 1,2 milhão para aproximadamente 1,5 milhão de toneladas. Considerado o “ouro branco da Bahia”, o algodão projetou o estado da Bahia nacionalmente, colocando o município de São Desidério na liderança da produção da fibra no país. Para o próximo ciclo, esperava-se ampliar em 5% a área plantada na região, saindo de 331 mil hectares para mais de 347,5 mil hectares (AIBA e ABAPA, 2019i).

Os exitosos resultados da safra 2018/2019 puderam ser comemorados no segundo “Jantar da Colheita”, em que se anunciou a previsão de crescimento de 15% na produção em relação à safra anterior e com estimativa de produzir mais de 1 milhão e 500 mil toneladas de pluma e caroço na próxima safra.

¹²⁹ Atuando há 80 anos nos EUA e há 17 anos no Brasil, no estado da Bahia, a Carroll Family controla as seguintes empresas: Carroll Farms Brasil Ltda (Fazenda Carroll, com 10 mil hectares de soja, milho e algodão), Hertz Brasil Farms Ltda, Carthage Brasil Farms Ltda, Agropecuária Chapada Verde Ltda, Agropecuária Osman Ltda (GOMES, 2020).

Além da realização da terceira edição da Corrida do Algodão, com 1.200 participantes e a distribuição de mais de R\$ 12 mil em prêmios no mês de setembro, outra estratégia discursiva de construção da hegemonia foi a parceria firmada pela Abapa com instituições de ensino superior em Salvador – UFBA e as faculdades Unijorge, Unifacs, Estácio de Sá e UNIFTC, quando iniciaram as inscrições a estudantes universitários e jornalistas profissionais para concorrerem ao “Prêmio Abapa de Jornalismo”, anunciado no Bahia Farm Show, em maio. Com o objetivo de “aproximar estudantes e jornalistas da cidade da realidade do campo”, são premiadas reportagens, nos formatos impresso e televisão, sobre o setor de algodão no agronegócio baiano, no valor de R\$ 12 mil. A efetivação da inscrição para concorrer ao prêmio na modalidade “Jovens Talentos” se dá por meio da participação de estudantes universitários num ciclo de palestras e numa visita técnica in loco para conhecer a produção de algodão na região Oeste da Bahia. (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 19).

No início daquele mês, o secretário estadual de Meio Ambiente João Carlos Oliveira e a diretora-geral do Inema Marcia Telles se reuniram na sede da Aiba em Barreiras, com o presidente da associação Celestino Zanella, o coordenador regional do Inema em Barreiras Saul Reis, o Tenente-Coronel BM Lusquinhos e a equipe do Centro Ambiental da Aiba/Abapa para “conhecer as ações de sustentabilidade promovidas pelos produtores rurais, que têm feito a sua parte, sendo parceiros do governo do Estado em muitas ações, como os projetos que garantem a preservação e recuperação de nascentes, a prevenção e combate a incêndios em vegetação nativa, entre outros” (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 24).

Um dia depois desse encontro, o Inema publicou no Diário Oficial do Estado da Bahia a Portaria nº 19.045, que concedeu ao produtor rural Fernando Luiz Schettino Moreira¹³⁰ a maior captação de água superficial do Oeste da Bahia, no período entre 2018 e 2021 (OLIVEIRA, 2019), com autorização para captar 326 milhões de litros de água por dia do rio Arrojado, num período de quatro anos, para fins de irrigação por pivô central em uma área de 4.837 hectares no município de Jaborandi. Em outra portaria (19.212, de 24/09/2019), foi outorgada a captação de 140 milhões de litros de água por dia em outra área de 2.072 hectares, também em Jaborandi. (INEMA, 2019)

Com relação às ações de intervenções nas comunidades rurais locais da região, Busato havia articulado junto ao governo do estado a realização de cursos de Tratorista Agrícola e Mecânico de Motor a Diesel para jovens desempregados ou com renda familiar baixa, ofertados no Centro de Treinamento da Abapa, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A aula de encerramento dos cursos utilizou ferramentas da Pedagogia da Alternância, como a construção de uma mandala coletiva que continha mensagens sobre a importância do conhecimento prático adquirido e o diferencial conquistado para garantir uma vaga no mercado de trabalho (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 18).

Nas comemorações do Dia Nacional do Cerrado, seguiram “levando educação ambiental” para comunidades ribeirinhas da região, com oficinas educativas que tinham como objetivo “identificar para poder preservar e recuperar os nascedouros que dão vida aos rios do Oeste da Bahia”. Nos trechos abaixo, podemos observar como o projeto de recuperação de nascentes foi delineado a partir da formação discursiva ambientalista construída pelo bloco dos baiúchos, que justificaria a expansão da área de produção irrigada na região:

¹³⁰ Embora não seja associado à Aiba, Schettino mantém junto a outros familiares (a maioria com sobrenome Moreira Franco) 23,6 mil hectares de terra, distribuídos em nove diferentes matrículas, todas contíguas, representando uma área maior do que a cidade de Recife. Nascido em Volta Redonda (RJ), e morador de um condomínio de casas de luxo no bairro do Morumbi, cidade de São Paulo, a mais de 1.100 quilômetros de onde estão suas fazendas, Schettino e outros executivos do Grupo Tegna – do qual é um dos acionistas – por mais de 15 anos, enfrentaram processo por formação de quartel e de quadrilha no setor de transporte de veículos (OLIVEIRA, 2019).

A iniciativa surgiu a partir de um estudo que identificou que a área de produção irrigada no Oeste Baiano é de 190 mil hectares, dos quais quase 37 mil são exclusivamente reservados à cotonicultura. Com essa informação, as associações se uniram em prol da recuperação de 50 nascentes e áreas de preservação permanente, da conscientização de 600 moradores ou alunos de escolas próximas às comunidades ribeirinhas, além da capacitação de 200 ribeirinhos sobre a **importância da conservação dos recursos naturais e o incentivo da agricultura sustentável**. Para atingir os objetivos, o projeto teve como foco a educação ambiental e a recuperação de áreas ribeirinhas, ao longo de rios e riachos da região. Junto a isso, será priorizado o diálogo próximo com o poder público, as comunidades e os cotonicultores. E, para que houvesse sucesso na condução das ações, foram realizadas parcerias institucionais com as prefeituras da região Oeste, com participação das secretarias municipais de Meio Ambiente e de Agricultura (AIBA e ABAPA, 2019h, p. 18, grifos nossos).

No âmbito do programa Conhecendo o Agro, a Abapa “apresentou o universo da aviação agrícola” a estudantes do Colégio Municipal Padre Vieira, na sede da empresa ABA Manutenção de Aeronaves, em Barreiras, que, após assistirem uma palestra que atestava que “o avião agrícola é um grande aliado do meio ambiente”, percorreram a área dos hangares e assistiram um sobrevoo demonstrativo de uma aeronave simulando a pulverização de veneno com o uso de água, para que pudessem “aprender sobre as tecnologias aeronáuticas empregadas nas lavouras, a exemplo da aplicação precisa e segura de defensivos agrícolas para combate a pragas e doenças e controle de incêndios no campo”. O trecho abaixo, do depoimento de uma das participantes da atividade educativa, confirma a capacidade de reposicionar a imagem do agronegócio, aproximando-o ao universo infanto-juvenil:

Segundo a estudante do 8º ano, Michelly Alves, as descobertas proporcionadas pela visita ampliaram a visão que ela tinha sobre as práticas agrícolas no oeste baiano. “Os técnicos nos mostraram coisas que nem imaginava, como o GPS, que é utilizado nas marcações para a aplicação dos defensivos. **Atualmente, o processo é mais rápido, eficiente e bem mais seguro que antes**”, disse (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 32, grifo nosso).



Figura 51 - Estudantes do Colégio Municipal Padre Vieira, na sede da empresa ABA Manutenção de Aeronaves, em Barreiras
Fonte: Acervo Abapa (2019)

No dia em que se comemora a “Independência do Brasil”, os produtores rurais, atendendo à solicitação da ministra da agricultura Tereza Cristina e “em sinal de reverência à data de 7 de setembro e ao patriotismo”, hastearam a bandeira do Brasil nas porteiras das fazendas, para demonstrar “o quanto o setor do agronegócio é forte, unido e o quanto os

nossos agricultores se orgulham da terra, demonstrando a todos o quanto a nossa agricultura é pujante e sustentável, e deve ser respeitada dentro e fora do Brasil”.

Em uma atividade do Conhecendo o Agro, estudantes das escolas participantes do programa percorreram as ruas de Barreiras e LEM, ao lado de um trator agrícola cedido pela Agrosul – John Deere, empunhando faixas com a frase ‘o Agro presente no nosso dia a dia’, a fim de “levar ao público a demonstração dos produtos gerados pela agricultura no campo”. (AIBA e ABAPA, 2019i, p. 33).

Aiba e Abapa também participaram da campanha de prevenção ao suicídio “Setembro Amarelo”, doando camisas para serem vendidas e cujo valor seria revertido para a implantação do Núcleo de Acolhimento e Valorização da Vida, em Barreiras. Segundo o presidente da Aiba, Celestino Zanella:

este é o tipo de ação que não podemos ficar de fora, pois trata-se de apoio à vida. **Por isso, destinamos apoio irrestrito não só para a aquisição das camisas, mas, sobretudo, ideológico** (AIBA e ABAPA, 2019j, p. 11, grifo nosso).

Sobre o grifo acima, convém destacar que no mês de julho, o “*think tank* do agro” e ex-secretário de Meio Ambiente no governo paulista de José Serra (PSDB) Xico Graziano publicou em sua coluna do jornal digital Poder 360, em tom de deboche, artigo alegando que o Atlas de Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, de autoria da pesquisadora Larissa Bombardi, lançado em março de 2018:

(...) **procura mostrar a maldade dos engenheiros agrônomos contra o povo.** Mancomunados com os produtores rurais e articulados com as empresas multinacionais, resolveram envenenar o mundo. (...) Nota-se um desprezo pelo avanço científico. Pior. **O Atlas promove uma falsificação da história. (...) deforma a realidade do agro, para assim endossar sua fantasia retrógrada.** (GRAZIANO, 2019, grifos nossos)

Em setembro, o G1 publicou a matéria “Na contramão da tendência mundial, taxa de suicídio aumenta 7% no Brasil em seis anos”, citando o levantamento realizado em 2018 pela Agência pública que mostrava que entre 2007 a 2017, mais de 12 mil pessoas haviam tentado suicídio com agrotóxicos em todo o Brasil, sendo que dessas tentativas, 1.582 resultaram em mortes, e a letalidade dos pesticidas e agroquímicos era a maior entre todos os agentes utilizados em tentativas de suicídio, sendo essa taxa dez vezes maior que a de pessoas que tentaram o suicídio com medicamentos (FIGUEIREDO, 2019).

No mês anterior, o Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia publicou em seu boletim uma análise epidemiológica do suicídio no Brasil, por ocupação, entre 2007 e 2015 em que se constatou que o agronegócio era o setor econômico que concentrava as maiores taxas de suicídio entre trabalhadores no período, sendo a exposição a agrotóxicos a principal causa apontada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019)¹³¹.

5.7. Dia do Fogo, Armas de Fogo: Apagar o Incêndio com a Irrigação

Um mês após o maior “acidente” ambiental de derramamento de petróleo ocorrido no Brasil, em agosto de 2019, que atingiu 3.300 km de faixa litorânea entre os estados do

¹³¹ Ressalte-se que durante o ano de 2022, a Bahia foi o estado brasileiro que registrou o maior aumento na variação da taxa de mortes por suicídio do Brasil (RAMOS e HERNANDEZ, 2023). Além disso, nos painéis de dados sobre Suicídios na Bahia apresentados pela Secretaria da Saúde do Estado revelavam que no ano de 2019, a intoxicação era a segunda maior causa de vitimização de suicídios no estado. Em 2020, um terço das vítimas baianas era trabalhador da agropecuária, e em 2021 essa proporção foi de ¼ (BAHIA, 2024).

Maranhão e Rio de Janeiro¹³², o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) publicou um relatório que relacionava as queimadas na Amazônia ao desmatamento ilegal provocado pelo agronegócio logo após o episódio que ficou conhecido como “Dia do fogo”¹³³, em 10 de agosto, quando uma articulação de fazendeiros provocou incêndios no entorno da BR 163, rodovia que liga o Mato Grosso ao Pará, na região de Novo Progresso/PA, e onde se verificava um intenso avanço da soja pela Amazônia. O enfraquecimento e precarização dos órgãos de fiscalização ambiental também eram uma realidade, e esses fatos provocaram uma série de reações por parte de organizações da sociedade civil e ambientalistas, com repercussão nas mídias nacional e internacional.

Em julho, o INPE já havia divulgado números que comprovavam o aumento do desmatamento de 278% na Amazônia em relação ao mesmo mês no ano anterior, e no mês de agosto, se registrava no bioma o maior número de focos de incêndios em nove anos. No Cerrado, o número de queimadas também sofreu acréscimo de 44,5% dos focos identificados em relação ao mês de setembro de 2018, com 9,6 mil focos a mais que o mesmo período do ano anterior, superando assim os casos registrados em todo o ano de 2018 (INPE, 2023).

Sobre essas repercussões, Aiba e Abapa, buscando manter um alinhamento discursivo com o presidente Jair Bolsonaro, a ministra da Agricultura Tereza Cristina e o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, publicaram uma nota de repúdio, que rechaçava a atribuição das queimadas da Amazônia à “agricultura praticada dentro dos princípios de sustentabilidade e preservação, como a praticada no Oeste da Bahia, onde os produtores são responsáveis por conservar mais de 60% das áreas associadas às lavouras da região, número superior aos 20% exigidos pela legislação ambiental brasileira”.

Alegando que a agricultura praticada no Oeste da Bahia “não dá margem para o erro” e que “nossos agricultores são responsáveis pela conservação do seu maior patrimônio, que é a terra, afirmam que a associação das queimadas da Amazônia com a “prática da agricultura séria e comprometida com o social e o meio ambiente” é um afronto, já que, conforme as pesquisas da Embrapa Satélite reafirmaram, o produtor rural é “fundamental para o equilíbrio ambiental, social e econômico do país”. Ao final da nota, “apelam para que a sociedade brasileira evite a propagação de falsas acusações, disseminando dados equivocados e que podem colocar em risco conquistas alcançadas durante longos anos, com muito custo e exaustivo trabalho por parte de homens e mulheres que movem o setor agrícola. Não há espaço para o retrocesso. O agricultor ético, responsável e comprometido exige e merece respeito” (AIBA e ABAPA, 2019i, p.34).

Convém destacar que, no dia 17 de setembro, Bolsonaro havia sancionado a Lei nº 13.870/2019, que ampliou a posse de armas de fogo em propriedades rurais, visto que, antes, a posse era permitida apenas na sede da propriedade e, com a nova lei, toda a extensão do terreno é compreendida como imóvel rural, o que inclui as Reservas Legais e Áreas de

¹³² No dia 30 de agosto de 2019, começavam a aparecer as primeiras manchas de petróleo cru, vistas no litoral da Paraíba, que foi se estendendo até o litoral fluminense, acabando por atingir 11 estados das regiões Nordeste e Sudeste. (CPT, 2022) Em março de 2020, haviam sido retirados da costa brasileira mais de 5 mil toneladas de petróleo cru. Entre os impactos observados nas comunidades de pescadores/as, segmento mais atingido, destacam-se a diminuição da renda (sobretudo das mulheres), racismo ambiental (a maioria da população atingida é negra) e impactos na saúde mental e física. Até outubro de 2022, a origem do petróleo era desconhecida, tendo a CPI do derramamento de óleo no Nordeste, instalada em março de 2019, sido encerrada sem a identificação das causas e dos responsáveis pelo crime e as vítimas até o momento seguem sem nenhum tipo de reparação. (OLIVEIRA e BAUER, 2022).

¹³³ Sobre o Dia do Fogo, conferir mais detalhes em Monteiro (2019).

Preservação Permanente cadastradas como parte do imóvel localizadas em outros estados ou municípios, em conformidade com o Código Florestal de 2012.¹³⁴

No final de setembro, a Alba inaugurou a instalação da Frente Parlamentar do Setor Produtivo, resultado de proposta legislativa do deputado estadual Eduardo Salles, que, juntamente com outros 62 integrantes dos conselhos Parlamentar, Consultivo e Jurídico, tomou posse como presidente. Em sua fala, Salles alegou que “o objetivo principal [da Frente] é retirar os entraves que atrapalham o crescimento dos setores da agropecuária, indústria, comércio e serviços para a criação de emprego na Bahia” (NEWSBAHIA, 2019). Entre os empossados nos Conselhos Consultivo e Jurídico da Frente, estavam Júlio Busato (Abapa) e Carminha Missio (Faeb), além de outras entidades empresariais¹³⁵ (AIBA e ABAPA, 2019j, p. 4).

Também no final de setembro, a Aiba sediou, em Barreiras, a “Oficina de Planejamento do Polo de Agricultura Irrigada da Região Oeste”, realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional e pela CNA, com o objetivo de debater a instalação do primeiro Polo de Irrigação da Região Oeste da Bahia¹³⁶. O evento contou com palestra de Everardo Mantovani, em que foram apresentados resultados parciais do estudo do potencial hídrico do Oeste baiano, que serviriam de base para a implantação do Polo. Abaixo, citamos alguns argumentos que justificavam a criação do Polo de Irrigação do Oeste da Bahia:

a agricultura irrigada é a grande solução dos problemas do mundo e nenhum outro empreendimento é tão rentável economicamente, socialmente e ambientalmente quanto a irrigação. Sem falar no desenvolvimento sustentável da região. A agricultura irrigada no oeste da Bahia é bem equipada tecnicamente, fazendo o uso eficiente da água. (...) Sem a agricultura irrigada não há como fechar o binômio demanda x ofertas de alimentos (Everardo Mantovani, grifo nosso).

Não se trata apenas em ampliar a área irrigada, mas de favorecer a eficiência do uso da água, garantindo segurança hídrica aos usuários do recurso natural. “O objetivo maior é fortalecer a atividade agrícola, com vistas na sustentabilidade. (...) não se pensou apenas nas áreas consolidadas, mas em todo o seu potencial de ampliação, fomentando o custeio agrícola e fortalecendo a economia da região (Alessandra Chaves). (AIBA e ABAPA, 2019j, p. 17, grifo nosso).

¹³⁴ A Lei 13.870/2019 é resultante de uma promessa do então presidente aos ruralistas na 26ª edição Agrishow, quando se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional uma espécie de “excludente de ilicitude” para trazer mais segurança jurídica ao setor. Ao lado dos ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Agricultura Tereza Cristina, Bolsonaro alegou: “É um projeto para fazer com que, ao defender sua propriedade privada ou sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude, ou seja, ele responde [a um processo], mas não tem punição. É a forma que temos para quem do outro lado, que não teme em desrespeitar a lei, temam vocês, temam o cidadão de bem, e não o contrário”. Entre outras medidas para o setor, prometeu ainda “fazer um limpa [sic] no Ibama e no ICMBio e colocar pessoas que estejam ao lado daqueles que produzem”. (VERDÉLIO, 2019).

¹³⁵ Fecomércio, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), Associação Baiana de Empresas de Base Florestal (ABAF), Associação Comercial da Bahia, Associação dos Hospitais do Estado da Bahia, Federação dos Hospitais do Estado da Bahia, Sindicato das Distribuidoras de Alimentos, Associação Brasileira da Indústria Química e Sebrae.

¹³⁶ Segundo Aiba/Abapa, o encontro resultou na criação de um grupo gestor formado por representantes de órgãos governamentais (Inema, Bahiater, Seagri Codevasf, Sudene e a prefeitura de Barreiras) e entidades de classe (Faeb, Sindicatos dos Produtores Rurais, Distritos de Irrigação de Perímetros Irrigados e Aiba), que indicaram as prioridades do setor do agronegócio para a região. Baseada em quatro eixos (infraestrutura, legislação, assistência técnica e pesquisa), a carteira de projetos seria construída em conjunto com o MDR, órgão responsável por buscar parceiros e recursos para as obras (AIBA e ABAPA, 2019j, p. 17).

Em menos de um mês após o evento, o MDR publicou a Portaria nº 2.475, de 18 de outubro de 2019, que integra o Polo de Irrigação Oeste da Bahia às ações para a implementação da Política Nacional de Irrigação. (BRASIL, 2019)

5.8. Estreitando Parcerias e Ampliando Ações ne Educação

No início de outubro, representando a Abrapa como vice-presidente, Busato esteve com a ministra Tereza Cristina em Genebra, na Suíça, para o lançamento do “Dia Mundial do Algodão”, celebrado no dia 7 de outubro pela FAO e organizado pela OMC, com o fim de “marcar um dia de reflexão sobre a importância da cultura do algodão como mercadoria global”. No evento, Tereza Cristina ressaltou o “comprometimento do setor do algodão com o meio ambiente e a liderança brasileira quando se trata de sustentabilidade, destacando a necessidade de medidas que promovam um comércio internacional justo, aberto, transparente e previsível”. Busato também esteve presente no Encontro Anual da Associação Internacional do Algodão e do Brazilian Cotton Day, em Liverpool, na Inglaterra, onde participou de palestras e reuniões com produtores e representantes de *tradings*, indústrias têxteis e consultores ligados à cadeia produtiva mundial do algodão, para quem destacou o aumento da produção brasileira da fibra, que estava se consolidando para se tornar o segundo maior exportador do mundo, com destaque para o comércio com a China e demais países asiáticos (AIBA e ABAPA, 2019j, p. 8).

No fim do mês, Busato recebeu a visita do recém-empossado reitor da UFOB, nomeado em setembro pelo presidente Jair Bolsonaro, Jacques Antonio de Miranda, na sede da Abapa, visando “estreitar as parcerias entre as duas instituições no desenvolvimento de projetos acadêmicos e científicos”. O presidente da Abapa também esteve reunido em Salvador com o Gerente Geral de Clientes do Atacado do Agronegócio do Banco do Nordeste, os secretários estaduais de Infraestrutura Marcus Cavalcanti e da Agricultura Lucas Costa e o chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda Adriano Tadeu Chagas, para tratar da recuperação de estradas, insegurança tributária na emissão de notas fiscais manuais e da redução das alíquotas de imposto do milho e feijão (AIBA e ABAPA, 2019k, p. 3).

Na mesma época, a Aiba recepcionou uma comitiva comandada pelo presidente da CNA João Martins e da Faeb Humberto Miranda, para conhecer maquinários, *softwares* e sistemas inteligentes de irrigação de propriedades rurais em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, consideradas “referências em inovação tecnológica”, ao possibilitarem o “aumento da produtividade e da rentabilidade do produtor rural e do pecuarista”. Tratava-se das mesmas fazendas visitadas dois meses antes, pelo programa AgroBrazil, da CNA. Com o objetivo de “implantar esses modelos que deram na região Oeste da Bahia em outras regiões do país”, a comitiva visitou em Barreiras a pecuarista de corte de gado Ipê¹³⁷, e em Luís Eduardo Magalhães, foram visitadas a pecuarista confinadora Captar Agrobusiness, a

¹³⁷ Com 12 mil hectares, a fazenda Ipê pertence ao paulista Stefan Zembrod, ex-presidente e atualmente diretor da Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste), e que também é dono de uma franquia de frigoríficos e de uma incorporadora e construtora em Barreiras, além de outras empresas de agropecuária em Boituva/SP.

produtora de sementes Oilema¹³⁸, a produtora de grãos e algodão Orquídea Schmidt Agrícola¹³⁹ e a cooperativa de produtores de algodão Ubahia.

Entre outras ações no âmbito local, destacam-se: o início de mais uma turma de capacitação do Programa Jovem Aprendiz, com aulas teóricas e práticas em ‘ambiente monitorado’ no Perímetro Irrigado Barreiras Norte e na Fazenda Modelo Paulo Mizote; a implantação de unidade demonstrativa do sistema de irrigação da multinacional indiana Naandanjain no campus da UFOB, no município de Barra, com os objetivos de “proporcionar o acesso de pequenos produtores à agricultura tecnificada e de buscar a disponibilidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão”; a 2ª edição do Workshop de RH do Agronegócio com representantes de RH do setor agrícola do Oeste da Bahia, com palestras sobre Liderança e RH estratégico; a realização de palestras sobre legislação e segurança da aviação agrícola para trabalhadores das fazendas da região; e a chegada do projeto de Recuperação de Nascentes nos municípios de Jaborandi e Mansidão, que contou com a participação de lideranças comunitárias, pais de alunos, professores e coordenadores das escolas municipais das comunidades. Também realizaram seminário para a formação de professores de escolas da rede pública de Barreiras e LEM no rol de atividades do programa “Conhecendo o Agro”.

Outras atividades realizadas foram as campanhas de combate ao câncer de mama (Outubro Rosa), como a “Campanha Algodão pela Vida”, liderada pelo Núcleo Mulheres do Agro do Oeste da Bahia e as empresas Tama Brasil¹⁴⁰, SLC Agrícola e Scheffer¹⁴¹, quando foram expostos, nas áreas de plantação de algodão, enormes fardos na cor rosa durante o mês de outubro e realizado um ciclo de palestras para as mulheres das comunidades rurais do Vale do Teiú, Mata da Cachoeira, Rio de Pedras, em Barreiras; e a Campanha “Lenços do Agro”, da Aiba, cuja sede tornou-se ponto de coleta de lenços, turbantes, perucas e mechas de cabelo para doação a mulheres vítimas do câncer de mama (AIBA e ABAPA, 2019j).

¹³⁸ Com produção de 20 mil hectares de soja na região de Placas, em Barreiras, a Sementes Oilema é uma das empresas da família gaúcha Gatto, que junto com a produtora de grãos e sementes Irmãos Gatto Agro, tinham outorgas que totalizavam mais de 149 milhões de litros de água captados diariamente. Entre os irmãos Gatto, destaca-se a ex-presidenta do SPRLEM e vice-presidenta do SPRB Carminha Maria Gatto Missio. Juntamente com seu marido, Celito Missio, um dos proprietários da Oilema, fundou a empresa Condomínio Agropecuário Fazenda Santa Carmem, em LEM. Em 2021, Carminha estava na lista das 100 mulheres do agro mais poderosa da Revista Forbes. (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021)

¹³⁹ Com 25.400 hectares, a fazenda Orquídea Schmidt Agrícola é do grupo Schmidt Agrícola, produtora de algodão, grãos e frutas, que é gerida pelos irmãos e também gaúchos Moisés Schmidt (ex-presidente do SPRB e vice-presidente da Aiba); David Schmidt (presidente do SPRB) e Paulo Schmidt (segundo vice-presidente da Abapa). (ABAPA, 2020). Em dezembro de 2021, a Schmidt Agrícola tinha autorização para captar 33,4 milhões de litros de água para irrigação da fazenda Rio de Janeiro, em Barreiras (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021)

¹⁴⁰ Indústria israelense de embalagens agrícolas do grupo Tama Farm Grown Solutions Corporate.

¹⁴¹ Da família Maggi Scheffer, primo de Blairo Maggi, que atua na produção de algodão, soja e milho, pecuária, mineração e armazenamento de grãos no Mato Grosso.

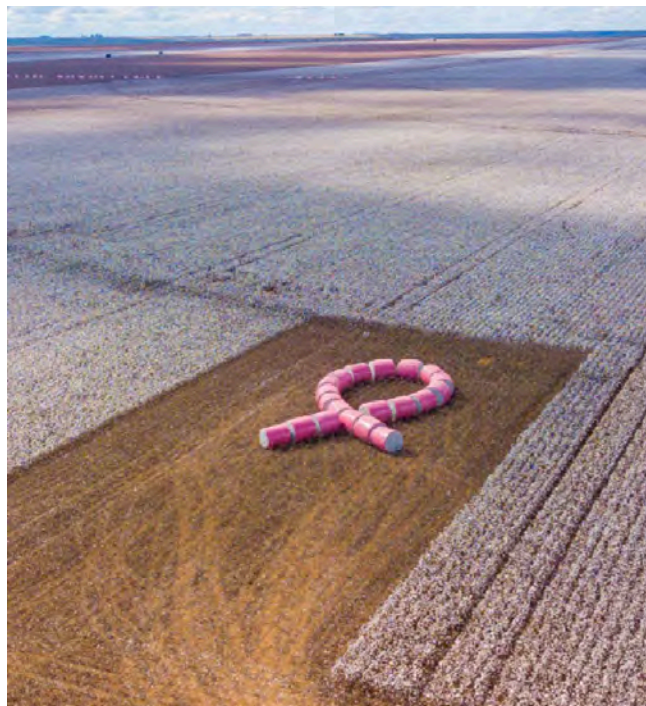


Figura 52 - Campanha Algodão pela Vida, em Barreiras.

Fonte: Acervo Aiba/Abapa (2019).

Em novembro de 2019, Aiba e Abapa já afirmavam que as oficinas de educação Ambiental, promovidas pela Aiba, Abapa e Parque Vida Cerrado “não tinham fronteiras”, uma vez que as ações do projeto de recuperação de nascentes acabavam de chegar nas comunidades rurais dos municípios de Baianópolis, Wanderley e Correntina, e já se vislumbrava estender as ações para as escolas estaduais e municipais da região. (AIBA e ABAPA, 2019k, p. 2). No início do mês, a Aiba participou da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga, com vistas à elaboração do planejamento das ações a serem implantadas e na conclusão do zoneamento.¹⁴² Ao longo do mês, a Abapa ofertou oficinas sobre legislação ambiental a indústrias de beneficiamento de algodão da Bahia e cursos de Operação e Manutenção de Pivôs Centrais, Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP), Monitores de Praga e de Assistente Administrativo. Em dezembro, a Aiba, em parceria com a Corteva e a Pioneer Sementes, realizou a segunda edição da capacitação e treinamento para plantio da cultura do milho em alta tecnologia para 54 famílias de pequenos agricultores da comunidade do Retiro, em Barreiras, abordando técnicas de plantio manual e mecanizado e manejo fitossanitário da lavoura (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 2).

No final de dezembro, foram distribuídas mudas de espécies nativas do Cerrado pela Abapa e SLC Agrícola no evento “Plante Amor”, em Barreiras, para “sensibilizar pessoas sobre a importância da arborização”. Segundo o presidente da Abapa Júlio Busato:

¹⁴² Como já abordado no Capítulo 3, foi na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba que ocorreu a maior operação de fiscalização de desmatamento ilegal realizada pelo Ibama no Cerrado em novembro de 2008 – a Operação Veredas. De acordo com Oliveira (2021), o PNNRP, criado em 2002, começou a sofrer intensa ocupação irregular para plantio de soja a partir de 2004. Em 2015, sojeiros conseguiram aprovar uma lei que desafetou uma extensa área apta ao uso agrícola ao sul do Parque, nos municípios de Formosa do Rio Preto (BA) e Mateiros (TO), expondo uma área de recarga hídrica e ambientalmente vulnerável, que são as bordas da Chapada das Mangabeiras. Em 2019, a área com o cultivo do grão abrangia 560.021 hectares, sendo que somente em Formosa do Rio Preto, cobria 403.108 hectares. (K. OLIVEIRA, 2021).

este tipo de campanha é fundamental para sensibilizar as pessoas nas cidades sobre a importância da arborização. **Enquanto na zona rural e nas fazendas, existe a obrigação legal com o meio ambiente com a manutenção da vegetação em áreas de reserva legal e às margens de rios e nascentes, nas cidades, o cuidado com o meio ambiente é mais frágil.** Daí a importância de apoiar ações que incentivem o plantio de árvores junto à população (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 11, grifo nosso).

A entidade também apresentou as “boas práticas no campo” durante o “Fórum de Inovação e Sustentabilidade para a Competitividade”¹⁴³, realizado no mês de novembro, em Salvador, e que contou com a participação de Evaristo de Miranda, da Embrapa Satélite e de Everardo Mantovani, da UVF, que palestrou sobre o estudo do potencial hídrico do Oeste da Bahia. No evento, o presidente da Abapa Júlio Busato comemorava “a transformação que os produtores rurais fizeram na região Oeste, que em 1987 produziam 410 mil toneladas de grãos e naquele momento eram 9,8 milhões de toneladas de grãos e fibras, com o foco em produzir mais e em menores áreas”. Evaristo de Miranda repetia o seu mantra, alegando que “sustentabilidade, hoje, virou sinônimo de competitividade e inovação”, reforçando que “o produtor rural moderno do Oeste baiano é quem mais preserva o meio ambiente, com a manutenção de vegetação nativa, em cerca de 52% nas propriedades” (AIBA e ABAPA, 2019k).

Em seu centro de treinamento, em Luís Eduardo Magalhães, a Abapa realizou, em novembro, a premiação de estudantes e professores que participaram da primeira edição do Programa Conhecendo o Agro, iniciado em maio nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que “reconheceu os talentos revelados e as produções estudantis baseadas no princípio do Programa, que é o de aproximar o agronegócio das pessoas”. Com as modalidades “Desenho com frase” e “Produção Textual”, os prêmios foram entregues a estudantes de escolas de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Também foram premiadas as professoras com o projeto “Ph Metro Móvel” e “Cordel do Agro”. Além da premiação aos vencedores do concurso, todos os demais professores, coordenadores pedagógicos e diretores das seis escolas participantes do programa em 2019 receberam placas de reconhecimento pela participação em palestras, visitas técnicas e eventos organizados pela Abapa. Vejamos os pronunciamentos dos idealizadores do projeto sobre a premiação (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 20).

Desejamos que no futuro, muitos desses alunos estejam trabalhando no agro como produtores, pilotos, operadores de máquinas, técnicos e engenheiros agrônomos. Pelo excelente resultado dos trabalhos produzidos, a proposta do Programa foi amplamente alcançada. (Ernesth Baechtold, diretor da Abapa)

Conhecer o agro, é conhecer a nós mesmos e o meio em que vivemos. Por isso faz sentido mostrar a conexão que cada jovem ou adulto tem com essa atividade. (Carminha Missio, vice-presidente da Faeb)

Quando o campo vai bem, a cidade também vai bem. Por isso precisamos mostrar aos mais jovens como o agronegócio reflete dentro da sociedade. (Oziel Oliveira, prefeito de Luís Eduardo Magalhães)

Enquanto nossos livros são atualizados, em média, de três em três anos, os avanços no agro, por meio das novas tecnologias, ocorrem diariamente. O nosso aluno, com o Programa, passa a ter essa visão de futuro. (Cátia Alencar, secretária de Educação de Barreiras)

¹⁴³ O evento foi realizado pelo Jornal Correio, IBAMA e WordWach Institute (WWI), com patrocínio da Fazenda Sucesso, Suzano S.A., ABAPA (Fundagro) e FAEB/SENAR e apoio da Fundação Baía Viva, FIEB e FAEB/SENAR.

A Abapa também comemorava, no âmbito do Programa Conhecendo o Agro, a notícia de que quatro estudantes de ensino médio de uma das escolas que integram o programa, no município de São Desidério, haviam sido os vencedores do Projeto Garatêa – ISS¹⁴⁴, com o projeto de pesquisa que foi enviado à estratosfera por uma sonda que continha amostras de algodão colhido na região do Oeste baiano, analisadas pelo Centro de Análises de Fibras da Abapa para verificar como a fibra se comportava quando exposta a condições extremas. Convidado para acompanhar a coleta das três amostras de fibras foco do estudo, o presidente da Abapa Júlio César Busato argumentava:

A Associação custeia as mensalidades e materiais utilizados pelos alunos cujos pais trabalham em fazendas associadas à entidade, na região. **Esta foi uma forma de incentivar as famílias a permanecerem no campo, porque muitas procuravam cidades que oferecessem educação de melhor qualidade, então, a Abapa oportunizou o acesso a uma escola particular de excelência** (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 17, grifo nosso).

Também foi realizada a cerimônia de premiação do “Prêmio Abapa de Jornalismo”, em Salvador, que na modalidade “jornal impresso” teve como vencedora a jornalista autora do artigo ‘Safrá cresce 17% na Bahia’ publicado no Jornal Correio; e na modalidade “TV” a reportagem ‘Agrobrazil leva representantes de embaixadas estrangeiras para conhecer a produção de algodão baiano’, exibida pela TV Bandeirantes. Na categoria “Jovem Talento”, foram entregues prêmios a estudantes que visitaram a região Oeste para conhecerem a produção de algodão¹⁴⁵ (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 24).

5.9. No Caminho do Alcance da Hegemonia

No final de novembro, a Aiba, “representando o agricultor baiano que tem demonstrado preocupação em produzir e preservar”, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, sobre “Sistemas integrados de inteligência territorial na gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e no desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada”, que havia sido requerida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) e que contou com palestras do secretário da Agricultura da Bahia Lucas Costa, do diretor de Águas do Inema Eduardo Topázio, do diretor do Instituto Water for Food da Universidade de Nebraska Christopher Neale e dos professores da UFV Everardo Mantovani e Marcos Heil Costa.

¹⁴⁴ O projeto é uma iniciativa da Missão Garatêa, uma parceria entre a USP e a Fundação de Apoio à Física e à Química (FAFQ), e que tem patrocínio do Instituto TIM e da empresa nacional especializada em logística espacial Airvantis. A ação promove a participação de alunos brasileiros do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no programa norte-americano Student Spaceflight Experiments Program, incentivando o estudo de ciências espaciais. A partir de uma metodologia científica, estudantes de escolas de todo o país desenvolvem experimentos para serem realizados no espaço entre os quais um deles é selecionado para ser enviado à Estação Espacial Internacional com outros experimentos de ganhadores dos Estados Unidos e do Canadá, voando em um foguete contratado pela NASA. (INSTITUTO TIM, 2023)

¹⁴⁵ No evento, estavam presentes o secretário de agricultura do Estado, Lucas Teixeira Costa, que na ocasião representava o governador Rui Costa, Luiz Gugé Fernandes, chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representando o vice-governador João Leão; os deputados estaduais Eduardo Salles e João Vitor Bonfim; superintendente do Ministério da Agricultura da Bahia, Paulo Emilio; a diretora da Rede Bahia, Renata de Magalhães Correia; presidente da FAEB, Humberto Miranda de Oliveira; assessora de comunicação da ABAG, Valeria Ribeiro; representantes do BNB Welber Luís Ferreira dos Santos e Lorena Passos Andrade; presidente da Aiba Celestino Zanella; e o presidente do SPRB Moisés Almeida Schmidt. (Informe Aiba&Abapa, DEZEMBRO | 2019 | Nº 288, p. 24-25)

Dias depois, foi a vez da Comissão da Agricultura da Alba) realizar audiência pública sobre a Portaria do Inema nº 19.452/2019, publicada no dia 2 de novembro – e revogada um ano depois –, que estabelecia critérios para a instalação de hidrômetros em estações de captação de água para irrigação para adotar medidas de controle no estado da Bahia. Apesar de a Aiba ter se manifestado favorável à iniciativa naquele momento, ao alegar que a “categoria iria instalar os equipamentos de maneira correta, progressiva e consistente” (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 3), a publicação da portaria dividiu o setor do agronegócio baiano. Durante a audiência pública, o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB), o vereador Kenni Henke (DEM) e o então pré-candidato a prefeito LEM – que acabou sendo eleito em 2020 – Júnior Marabá (DEM) manifestaram-se pela revogação da portaria, alegando que a medida iria impactar diretamente os produtores do Oeste baiano, do polo de fruticultura de Juazeiro e do platô de Irecê, além de duas grandes cervejarias instaladas em Alagoinhas (Heineken e Itaipava). Segundo o Jornal O Expresso, a deputada estadual Jusmari Oliveira não se pronunciou na audiência pública. Sobre este fato, cabe citar a declaração do então futuro prefeito de LEM, Junior Marabá, sobre o silêncio de Jusmari:

Não é possível que um estado do tamanho e da importância agrícola como a Bahia tenha que conviver com esse governo socialista, que acredita que taxar quem produz é melhor do que dar a ele condições de ampliar sua produção, gerando mais emprego e renda. Uma visão retrógrada que está sendo apoiada por uma deputada que diz representar a região. Ela está mostrando pra veio [sic] ao apoiar o governo que está aí. (JORNAL O EXPRESSO, 2019, grifo nosso)

Dias após a publicação da portaria, a Faeb encaminhou um ofício ao secretário estadual de Meio Ambiente João Carlos Oliveira solicitando a revisão dos procedimentos que seriam adotados nos processos de medição, a suspensão do prazo exigido, a adoção de um grupo de trabalho multi-institucional e a apresentação do resultado do grupo de trabalho que estabelecesse prazo, de pelo menos um ano, para implantação dos sistemas de medição (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA BAHIA, 2019).

Ainda em novembro, durante o 15º Encontro dos Usuários de Portos do Estado da Bahia, em Salvador, a Companhia das Docas da Bahia (Codeba) anunciou a inclusão de um “berço” exclusivo para movimentação de grãos para exportação nos projetos de arrendamento do Porto de Aratu (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 23).

Na Fenagro 2019, em Salvador, foram empossados os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Agrícola (CDA), que havia sido criado pelo ex-governador Jacques Wagner, em 2014, para compor a estrutura da Secretaria de Agricultura da Bahia, mas somente depois cinco anos teve os assentos constituídos. De acordo com a Seagri, o CDA “nasce com a importante tarefa de incrementar ainda mais, na Bahia, o setor produtivo do campo, formatando-se como colegiado e tendo próxima ligação à Secretaria, dando voz aos diversos setores produtivos em uma organização de caráter consultivo, opinativo e de integração entre produtores e o setor governamental”. (SEAGRI, 2019)

Também durante a Fenagro, foi anunciado o investimento de R\$ 20 milhões do Prodeagro para a região Oeste, a serem direcionados para as áreas ambiental, fitossanitária, de infraestrutura e logística, além de programas de sustentabilidade e pesquisas a serem conduzidas pela Aiba (com 90% dos recursos) e Fundação Bahia (10%) (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 12).

No início de dezembro, Júlio Busato esteve em Brasília, onde, representando a Abrapa como vice-presidente, participou da cerimônia de troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes, organizada pela Marinha do Brasil, que homenageou a entidade pelos “20 anos

da retomada da cotonicultura no Brasil, país que passou de importador da matéria-prima para ocupar o posto de segundo maior exportador mundial”. (ABRAPA, 2019)¹⁴⁶

Dias depois, Busato participou da reunião da FPA em Brasília, que havia sido convocada para a apresentação do Pacote Anticrime pelo então ministro da Justiça Sérgio Moro que, ao longo de 2019, havia percorrido o país para apresentar o Projeto de Lei nº 882/2019¹⁴⁷ a setores estratégicos. No dia seguinte à reunião, o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados e uma semana depois aprovado pelo Senado, se transformando, em menos de duas semanas, na Lei nº 13.964 de 24/12/2019. Na reunião, o presidente da Abapa prestigiou a apresentação do ministro da Justiça, reforçou a importância do endurecimento da lei e agradeceu os deputados da FPA pelo apoio ao projeto de Sérgio Moro, alegando que a “proposta seria benéfica para a sociedade como um todo e principalmente para o setor agrícola, que sofre com a insegurança patrimonial e fundiária” (AIBA, 2019).

Aproveitando a estadia em Brasília, Busato também esteve reunido com o diretor de negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) Augusto Pestana para alinhar e finalizar as negociações para a instalação de um escritório permanente da Abrapa na Ásia (AIBA e ABAPA, 2019, p.22).

Na semana seguinte, o presidente da Aiba Celestino Zanella, os vice-presidentes da Aiba e Abapa, respectivamente, Odacil Ranzi e Moisés Schmidt, o Conselheiro Consultivo da Associação Luiz Pradella e o presidente da Faeb Humberto Miranda, também estiveram em Brasília para participar da cerimônia de assinatura da Medida Provisória 910/2019 – a “MP da grilagem” – e dos Decretos nº 10.165 e o nº 10.166 pelo presidente Jair Bolsonaro.

A MP 910/19 pretendia expandir a aplicação da Lei 13.465/17 (que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural, implementando um novo paradigma de governança de terras em nível nacional focado na homogeneização do regime jurídico fundiário a partir da propriedade individual) para todo o país, de modo a permitir a transferência de terras públicas de domínio do Incra ou da União até o limite de 2.500 hectares, sem licitação, inclusive para pessoas jurídicas, com descontos de até 90% do valor da terra nua, aplicando marco temporal de 05 de maio de 2014 e 10 de dezembro de 2018 para compra direta na Amazônia Legal. Previa, ainda, um procedimento baseado na autodeclaração do ocupante, mediante juntada de documentos também auto declaratórios, como o CAR, sem exigência de vistoria presencial obrigatória e sem assinatura dos vizinhos confrontantes para áreas com até 15 módulos fiscais.¹⁴⁸ Por sua vez, regulamentando diversos aspectos da MP 910/19, o Decreto 10.165 e o

¹⁴⁶ Entre as atividades do evento, que foi promovido pelo Governo do Distrito Federal em parceria com Fecomércio, Sesc e Sesi, destaca-se o estande da Abrapa “O Algodão está no seu dia a dia” e a realização de uma blitz, que abordava o público presente para verificar se estavam usando peças em algodão, e no caso de estarem vestindo roupas de algodão, ganhavam brindes como chaveiros e sabonetes feitos com o insumo. No estande, também foi oferecida uma oficina de confecção de enfeites de natal em algodão e distribuídos algodões doces, além de disponibilizar um jogo para as crianças aprenderem sobre os subprodutos do algodão, que também foram premiadas com a camiseta “Sou de Algodãozinho” da Abrapa. (ABRAPA, 2019).

¹⁴⁷ O PL 882/2019, proposto por Moro ao Congresso Nacional em fevereiro de 2019, altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis que estruturam a questão criminal no país, como a promessa de campanha feita por Bolsonaro, de dar “licença para matar” aos policiais no caso de ampliação da legítima defesa para homicídios cometidos no trabalho. (M.T. CRUZ, 2019).

¹⁴⁸ É importante ressaltar que a nível federativo, alguns estados, como Amapá, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Roraima e Piauí também têm criado leis com as mesmas regras para facilitar a transferência das terras públicas e devolutas estaduais com área ainda maior (até 2500 ha) para titulação individual, além do procedimento facilitado auto declaratório para a regularização fundiária. Um exemplo emblemático é o estado do Piauí, cuja lei estadual de 2015 influenciou a elaboração da lei federal 13.465/17, e no mesmo dia em que a MP 910 foi assinada por Bolsonaro, o governador Wellington Dias sancionou a nova lei de terras do Estado do Piauí (Lei 7.294, de 10/12/2019), autorizando a destinação de terras públicas e devolutas estaduais até 2500 hectares ocupadas até outubro de 2014, inclusive por pessoas jurídicas. A lei também incluiu no conceito de cultura

Decreto 10.166 aplicam o marco temporal de 05 de maio de 2014 para perdoar invasões de terras públicas ainda mais recentes, assim como o procedimento facilitado para regularização de médias e grandes áreas de até 15 módulos fiscais. Semanas depois da assinatura dos decretos, o INCRA editou as Instruções Normativas nº 98, 99 e 100, que empregava os mesmos marcos da MP 910/19. (CPT et. al, 2020, p. 7)

No final de dezembro, a Aiba publicou duas notas de repúdio contrárias a propostas de aumento de tributos que tramitavam nos poderes legislativos nacional e estadual. A primeira se referia à PEC 42/2019, proposta em abril de 2019 por 28 senadores, que propunha revogar as desonerações do ICMS na exportação de produtos não industrializados e semielaborados, concedidos pela Lei Kandir. Na nota, alegava-se que, ao impor ao setor produtivo do agronegócio brasileiro o aumento injustificado da carga tributária, “a proposta provocaria o desequilíbrio da balança comercial e afetaria a já combalida economia nacional”, trazendo como consequência natural o aumento do desemprego ante a redução da atividade econômica do setor. Dessa forma, manifestando a sua “plena confiança na prevalência do bom senso dos senadores”, a Aiba solicitava a abstenção de aprovação de “tão danosa PEC”¹⁴⁹ (AIBA e ABAPA, 2019l, p. 8).

A outra nota de repúdio foi emitida contra o Projeto de Lei nº 23.700/2019, proposto pelo Poder Executivo do Estado da Bahia, que criava novos tributos e aumentava taxas já impostas ao setor produtivo, sobretudo ao comércio atacadista de agrotóxicos, adubos e fertilizantes, o que, segundo a Aiba, acarretaria o aumento do preço final do produto e a redução da geração de postos de trabalho (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 4)¹⁵⁰. Dois meses após o projeto ter sido protocolado na Assembleia Legislativa, o PL foi retirado de tramitação, a pedido do Autor e devolvido ao Poder Executivo, sendo arquivado em maio de 2022 (BAHIA, 2023).

Na última semana de dezembro, atendendo a um pleito de entidades do agronegócio baiano, a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) ampliou o prazo de semeadura da soja em virtude do atraso do ciclo chuvoso no Oeste baiano. Segundo o então diretor-geral da agência Maurício Bacelar, “a Adab não atua apenas como agência fiscalizadora, mas também com orientação, e é através do diálogo que resolvemos o melhor para a agropecuária baiana, observando com sensibilidade os investimentos de produtores que enfrentaram um período atípico nos últimos meses sem chuva, o clima melhorou apenas nesse final de ano, então, não podemos arriscar e comprometer a supersafra de soja prevista para 2019-2020 no Brasil” (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 18).

Novos recordes e mais demandas

Assim como terminou 2019, o ano de 2020 já começava bastante favorável para a imagem do agronegócio do Oeste baiano. Em janeiro, as empresas Agrícola Xingu, Horita, Irmãos Franciosi, Schmidt Agrícola e SLC Agrícola foram selecionadas pela revista Forbes

efetiva a destinação de áreas de reserva legal para fins de viabilizar a exploração de outro imóvel, mesma tendência observada na legislação federal. (CPT et.al, 2020, p. 8)

¹⁴⁹ Tendo sido tramitada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania entre abril de 2019 e dezembro de 2022, a matéria foi arquivada ao final da legislatura pelo Senado em 22/12/2022, após juntada dos ofícios que haviam sido encaminhados ao então presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM/AP), assinados pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Deputado Cauê Macris (PSDB/SP) e pelo presidente do Fórum de Competitividade das Exportações Julio Talon, que solicitavam a rejeição da PEC 42/2019. (SENADO FEDERAL, 2023)

¹⁵⁰ Além da Aiba, a Federação de Agricultura do Estado da Bahia (Faeb), a Federação de Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL), a CDL de Salvador, a Associação Comercial da Bahia (ACB) e a Fecomércio também emitiram uma nota de repúdio ao projeto de lei (BITTENCOURT, 2019).

Brasil entre as 100 empresas mais representativas do agronegócio no ano de 2019 (LIMA, 2020).

No âmbito da Operação Safra 2019/2020, foi divulgado pela Polícia Militar relatório parcial informando que apenas no mês de dezembro, as equipes haviam percorrido mais de 30.600 km, tendo visitado cerca de 1.310 propriedades rurais da região Oeste com um contingente de 180 policiais e oito viaturas para a cobertura de uma área de cerca de 2,5 milhões de hectares, distribuídos por 12 municípios, em que foram abordadas 1.115 pessoas, 178 automóveis e 157 motocicletas (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 6).

Em nível nacional, a Conab anunciava novo recorde nacional na produção de grãos para a safra 2019/20, apontando um aumento de 6,1 milhões de toneladas em relação a 2018/19, compreendendo uma produção de 248 milhões de toneladas. (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 7). Naquele momento, a Bahia liderava o *ranking* de área plantada com soja no país, abrangendo 1,6 milhão de hectares. No caso da produção de algodão, a região Oeste, além de ter atingido a segunda maior safra da história, certificou, por meio do programa Algodão Responsável/BCI, uma área total de 247.840 mil hectares, o que garantiu um crescimento de 29,4% da área de algodão, além de ter alcançado recorde de amostras de algodão analisadas em uma só safra pelo Centro de Análises de Fibras da Abapa. (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 14).

Ainda no início de janeiro, em busca de mais incentivos do Estado para fortalecer a cadeia produtiva do algodão no Oeste baiano, Busato esteve com vice-governador João Leão (que simultaneamente ocupava o cargo de Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico), para “agradecer o seu empenho na atuação decisiva de levar políticas de incentivo ao desenvolvimento da cultura do algodão à época em que era deputado federal” e solicitar novamente o apoio do governo do estado para a implementação de indústrias têxteis na região (AIBA e ABAPA, 2020a, p. 5).

Dias depois, enquanto Busato se reunia em Brasília com o Ministério das Relações Exteriores para tratar de medidas para garantir a ampliação da lucratividade no comércio internacional de algodão, foi a vez de João Leão e do governador Rui Costa visitarem a região Oeste para a inauguração do Centro de Oncologia do Hospital do Oeste e da Policlínica Regional de Saúde, em Barreiras, ocasião em que foram recepcionados por Celestino Zanella e Moisés Schmidt para discutirem demandas relacionadas ao agronegócio, como produção, logística, escoamento e infraestrutura.

Na realidade, essa visita tinha como objetivo central delinear estratégias para atrair investimentos privados, nacionais e internacionais, aos projetos de instalação do Distrito de Irrigação, a fim de atender o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, nos municípios de Barra e Xique-Xique, liderados por João Leão.

Conforme veremos adiante, a fase inicial de implementação desse projeto consistiu na parceria entre o governo do estado, a Ufob/Campus Barra e o Centro Estadual de Educação Profissional instalado no município para implantar a “Fazenda Escola Modelo CEEP Águas”, que serviria como uma “vitrine” para o Polo Agroindustrial, numa área de irrigação de 145 hectares e que contava com investimentos das empresas Agrovale, Miolo, Grand Valle, além da Aiba e da Abapa. (INFORMATIVO DA BAHIA, 2020)



Figura 53 - Celestino Zanella e Busato (ao fundo) com Rui Costa em janeiro de 2020

Fonte: Acervo Aiba/Abapa (2020)

Em fevereiro, o agronegócio baiano obtinha mais uma “vitória de 9 x 0 em favor do agricultor sobre o guarda-chuva da Aiba”, ao comemorar o “sepultamento de no mínimo 60% do passivo do Funrural na Bahia” pelo STF, que havia reconhecido a inconstitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural sobre vendas feitas por *tradings* (empresas intermediárias). Segundo a entidade, a decisão dava embasamento jurídico para a extinção de mais da metade do passivo gerado pela exportação de soja, podendo extinguir 25% das dívidas que haviam sido indevidamente cobradas a produtores de milho, ambas realizadas por meio de empresas exportadoras (AIBA e ABAPA, 2020b, p. 5).

No início daquele mês, a prefeitura de Barreiras assinou acordo de cooperação técnica com a Codevasf, que disponibilizou R\$ 704 mil para serem investidos em recuperação de nascentes degradadas do município. Segundo Aiba e Abapa, as ações de recuperação de nascentes que vinham sendo custeadas pelas associações, Instituto Brasileiro do Algodão e prefeituras da região “atraíram a Codevasf, que reconheceu esse trabalho feito com seriedade em prol do meio ambiente e que tem dado retorno para a sociedade em relação à preservação dos mananciais” (AIBA e ABAPA, 2020b, p. 15).

No “1º Workshop – Medição de água para a condução da atividade agrossilvipastoril irrigada”, realizado pela Aiba e Abapa no início de fevereiro, Aiba e Abapa defendiam a instalação de hidrômetros nas fazendas para comprovar a preocupação dos produtores rurais com o meio ambiente e o uso racional da água (AIBA e ABAPA, 2020b, p. 16).

A demanda central: ampliar a agricultura irrigada no Oeste da Bahia

Nos primeiros meses de 2020, o bloco dos baiúchos começou a divulgar os resultados do Estudo do Potencial Hídrico, e intensificaram a defesa da adesão da tecnologia de irrigação “para garantir mais produtividade, com incremento da produção de grãos, verduras, hortaliças e de frutas, por pequenos, médios e grandes produtores”, o que iria permitir “mais desenvolvimento socioeconômico para os municípios do Oeste da Bahia”. Passaram a reforçar a alegação de que a agricultura irrigada na região Oeste da Bahia não chegava aos 8% da área produtiva da região, já que utilizava “somente” 192.000 hectares de um total de 2,4 milhões de hectares.

Assim, para as entidades, caso a irrigação fosse utilizada de forma “inteligente, racional e com base em rígido controle técnico-científico”, a região poderia atingir um novo ápice produtivo sem que fosse necessário aumentar a quantidade de terras. Afirmavam que o estudo do potencial hídrico da região apontava que mais de 80% dos rios da região teriam

grande potencial de crescimento de sua utilização para a expansão da agricultura irrigada, uma vez que o que provocaria a baixa vazão dos rios era a seca e não a irrigação (AIBA e ABAPA, 2020a, p.16).

Temos certeza que a água que passa por debaixo das pontes dos rios não vai retornar.
A água que chega ao mar sem ter cumprido a sua função social foi desperdiçada. (Everardo Mantovani, pesquisador da UFV, grifo nosso)

Alegavam, ainda, que especialistas ligados ao tema de recursos hídricos e irrigação observaram que os rios do Oeste da Bahia contribuíam com 26% do volume total da vazão do rio São Francisco, o que desmistificava possíveis prejuízos da irrigação para os recursos naturais e, dessa forma, a região teria potencial de aumento da produção agrícola irrigada, quanto na agricultura empresarial quanto na agricultura de pequena escala (AIBA e ABAPA, 2020b, p. 12).

Concomitante à divulgação dessas afirmações, Aiba e Abapa prosseguiram com as ações de “recuperação de nascentes” especialmente no município de Correntina, onde, com o apoio do prefeito Maguila, eram distribuídos *kits* de irrigação, sementes e acompanhamento técnico sobre plantio, irrigação e combate a doenças e pragas nas comunidades rurais de São Manoel, Patos, Barra das Lajes, Agrovila I e Praia. Naquele momento, já haviam sido entregues 190 *kits* de irrigação para cerca de 200 famílias nas regiões Sudoeste e Oeste da Bahia. (AIBA e ABAPA, 2020b, p.21).

As associações também davam andamento a ações de capacitação para utilização de agrotóxicos, como a oferta do 1º Curso Avançado em Tecnologia de Aplicação Agrícola pela Abapa e a Agrosul/Jonh Deere em parceria com a UPL¹⁵¹, Embrapa e a Fundação Bahia, direcionado a técnicos agrícolas, gestores, engenheiros agrônomos e demais pessoas envolvidas na cadeia produtiva de algodão, soja e milho; a terceira edição do Curso de Monitoramento de Pragas, que teve foco no combate à lagarta Helicoverpa, voltado para técnicos agrícolas e estudantes da UFOB e UNEB (AIBA e ABAPA, 2020b, p.18).

Também foi realizado treinamento de utilização e pilotagem de drones para o monitoramento de propriedades e pulverização de agrotóxicos para prevenção e combate a pragas às equipes técnicas da Aiba e Abapa. Destaca-se, ainda, a ação de acompanhamento técnico sobre plantio, irrigação e combate a pragas pelos técnicos do programa fitossanitário da Abapa no município de Sebastião Laranjeiras, no Sudoeste da Bahia, nas áreas de algodão que vinham sendo beneficiadas com a entrega dos kits de irrigação pela entidade a pequenos produtores da região. (AIBA e ABAPA, 2020c).

A Abapa também realizava vistorias nas propriedades para checar a adoção dos critérios de sustentabilidade para a safra 2019/2020, com vistas a ampliar a certificação pelo programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) da Abrapa com a Better Cotton Initiative (BCI). Segundo a Abapa, desde quando foi iniciado o programa ABR na Bahia, em 2011, a área classificada como sustentável saltou de 21% para os atuais 78% no Oeste da Bahia, e a expectativa era ultrapassar esse percentual da área certificada para uma área total de 247.840 mil hectares. Além disso, a Abapa intensificou a Campanha “Sou de Algodão” junto a

¹⁵¹ Em 2019, a multinacional indiana UPL se tornou uma das maiores empresas no mercado de agrotóxicos global após aquisição da Arysta LifeScience, alcançando 14 mil registros em mais de 130 países e receita anual superior a US\$ 6 bilhões. No Brasil, com sede em Campinas e fábrica em Ituverava/SP, em 2020, ocupava a 4ª posição no ranking de participação de empresas fabricantes de agrotóxicos agrícolas, estando atrás somente da Syngenta, Bayer e Basf (MEDINA, 2021). Em 2022, foi considerada a segunda melhor do segmento de agrotóxicos pelo Anuário Melhores do Agronegócio. Em junho de 2022, houve o anúncio da *joint venture* entre a UPL e a Bunge para criar a Origeo, empresa que atuará na macrorregião do MATOPIBAPA (incluindo agora o estado do Pará) na oferta de uma “solução completa e integrada de produtos, serviços e consultoria que combinará a experiência da Bunge em financiamento, comercialização e logística e o portfólio abrangente de insumos, soluções e serviços agrícolas sustentáveis da UPL”. (UPL, 2023).

instituições financeiras como Banco do Brasil e Sicredi das agências em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ao fazerem os funcionários vestirem a camisa da campanha. Naquele momento, segundo a Abapa, mais de 180 marcas de roupas integravam a campanha (AIBA e ABAPA, 2020c).

No rol de articulações empreendidas com o governo estadual nas semanas que antecederam a declaração da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), podemos destacar o encontro dos presidentes da Aiba e Abapa com o secretário da Seagri Lucas Costa – que visitou a região para tratar sobre sistemas de medição e monitoramento do uso de água, o estudo do potencial hídrico das bacias dos rios do Oeste baiano, a construção de rodovias e a atração de investimentos estrangeiros para a economia regional. Sobre esse encontro, o secretário da Seagri chegou a articular um encontro entre Aiba, Acrioeste e empresários italianos “para estreitar laços e discutir acerca do interesse do grupo no potencial da região para o desenvolvimento da cadeia de proteína animal, com foco na criação de suínos, cuja carne seria exportada para países do extremo oriente”.

Além disso, o vice-presidente da Abapa Paulo Schmidt, juntamente com seu irmão Moisés Schmidt – que presidia o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras – acompanharam o vice-governador da Bahia João Leão em reunião realizada no Centro de Educação Profissional no município de Barra, para tratarem da profissionalização do setor agrícola, com vistas a implementar a fazenda-escola na região em atendimento ao projeto Polo Agroindustrial e Sucroalcooleiro. Ressalte-se, ainda, a cessão de drones, pela Aiba, para o Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO), com o objetivo de incrementar as ações policiais a fim de garantir o “combate à criminalidade na região Oeste”. (AIBA e ABAPA, 2020c).

Também no início de março, a Aiba participou de reunião da Comissão Nacional de Irrigação da CNA, que tratou de ações prioritárias para ampliar a área irrigada no país, como a necessidade de capacitar membros da comissão e das associações de produtores irrigantes para que atuassem, em nível local, na discussão de políticas que norteariam as diretrizes dos recursos hídricos e reduzir o custo de energia elétrica que alimenta os pivôs de irrigação. (AIBA e ABAPA, 2020c, p. 18).

5.10. Pandemia da Covid-19: Aproveitando a Oportunidade de “Passar a Boiada”

O advento da pandemia da Covid-19 ressignificou as estratégias discursivas do bloco dos baiúchos e abriu uma janela de oportunidades para o fortalecimento da imagem do agronegócio com ações de “solidariedade” e da intensificação das ações nas comunidades ribeirinhas do Oeste baiano.

Desde o início da pandemia, representantes do agronegócio na região anunciavam os esforços empreendidos com ações de solidariedade e de combate ao novo coronavírus, como: doações ao governo do estado, pela Faeb, para aquisição de respiradores; produção, comercialização e doação de máscaras de tecido por empresas têxteis do movimento Sou de Algodão para penitenciárias e profissionais de saúde; investimentos da Abapa na aquisição de equipamentos e insumos de testagem no laboratório da UFOB em Barreiras e de materiais básicos de atendimento e proteção ao Hospital do Oeste e às cidades da região; arrecadação, pelo Instituto Aiba, para a compra de respiradores, monitores cardíacos multiparamétricos, ventiladores mecânicos e aspiradores portáteis; doação de toalhas de algodão, pela Abapa, para serem distribuídas pelo governo do estado às Unidades Básicas de Saúde; doação de equipamentos de proteção individual (EPI), álcool em gel e produtos de limpeza, pela Cooperfarms, à unidade do Hemoba em Barreiras. Foi criada uma Central de Doadores de alimentos para serem distribuídos em *drive thrus* nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Segundo o presidente da Abapa Júlio César Busato, essas ações demonstravam “o

quanto os produtores rurais estavam preocupados, e quando chamados pela sociedade, sempre estiveram prontos para contribuir, e naquele momento, não seria diferente” (AIBA e ABAPA, 2020d, p. 8).

Além disso, a pandemia trazia um cenário favorável para que o agronegócio reforçasse o seu papel para a “produção de alimentos” e a “segurança alimentar”, o que justificaria a expansão na produção de *commodities* para exportação e no abastecimento do mercado interno. Segundo Aiba/Abapa, a desaceleração da atividade econômica provocada pela pandemia havia sido compensada pela abertura de novos mercados, fazendo com que a preocupação do mercado global com um possível desabastecimento motivasse a demanda de grandes volumes de produtos agropecuários – com destaque para a carne bovina, frango, algodão e soja.

Com isso, esperava-se colher uma supersafra, em 2020, com 5,8 milhões de toneladas de soja e 1,2 milhão de toneladas de milho, o que possibilitaria atingir a segunda melhor média da história, já que a crescente demanda por alimentos na China, no pós-pandemia, manteria o mercado de negociação de grãos aquecido¹⁵² (AIBA e ABAPA, 2020d, p. 4).

Com relação à produção de algodão, em fevereiro de 2020, já havia sido plantada uma área de 313 mil hectares no Oeste da Bahia, e a previsão era manter a produtividade e a produção no mesmo patamar do ano anterior, quando foram colhidas 1,5 milhão de toneladas de caroço e fibra na região. Para Júlio Busato, “esse ritmo de crescimento deveria se manter principalmente por conta do pacote tecnológico em sementes, adubos e defensivos modernos utilizados, principalmente na prevenção e combate a pragas como o bicudo do algodoeiro, além da modernização no processo de produção do algodão e capacitação das pessoas que conduzem as lavouras e o beneficiamento da cultura” (AIBA e ABAPA, 2020e, p. 13).

Cabe, ainda, destacar algumas performances discursivas empregadas pelo Estado, altamente benéficas para o setor do agronegócio, tanto no Oeste da Bahia como em todo o país. A primeira foi o anúncio, feito pelo governo federal, em meados de abril de 2020, de um pacote de medidas destinadas ao setor para enfrentamento da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. Entre as iniciativas, destacavam-se: a prorrogação de dívidas de crédito rural cuja estimativa era de até R\$ 70 bilhões, que poderiam ser renegociados com a mesma taxa de juros do ano anterior; compras públicas dos setores de hortifruti, leite e flores; financiamentos para cooperativas e cerealistas; prorrogação do prazo de pagamento de títulos pelo Incra; flexibilização do crédito rural para financiamento de investimentos em obras, aquisições de máquinas e equipamentos e expansão da capacidade de armazenamento de grãos e a manutenção de serviços digitais, como a emissão de certificados de exportação e de checagem de perdas nas lavouras para o pagamento de auxílios, como o Garantia-Safra e o Proagro. É válido lembrar que um mês após o governo anunciar essas medidas, o presidente Jair Bolsonaro vetou o projeto de lei aprovado no final de abril pelo Senado, que incluía agricultores familiares, pescadores artesanais e técnicos agrícolas entre as profissões que tinham direito ao recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 (TOOGE, 2020).

Entre as medidas, destaca-se a sanção da Lei 13.986/2020 – a Lei do Agro, por Bolsonaro, que, em suma, transferia o sistema de financiamento do Estado para o mercado de capitais, facilitando o processo de financeirização da agricultura, já que permitia a inserção de empresas e de grandes produtores rurais no mercado financeiro por meio de investidores institucionais, possibilitando a participação de empresas estrangeiras não apenas na produção de *commodities*, como também no controle de compra e venda de terras (ALEIXO, 2020).

Além disso, o governo federal anunciou, em junho de 2020, o Plano Safra 2020/2021, no valor de R\$ 236,3 bilhões para apoiar o agronegócio nacional e amenizar os prejuízos

¹⁵² No cenário nacional, estimava-se a produção de 251,8 milhões de toneladas de grãos produzidas em uma área de 65,1 milhões de hectares cultivados, com 22,1 milhões de toneladas de soja, e 101,9 milhões de toneladas de milho (AIBA e ABAPA, 2020d, p. 4).

advindos com a pandemia, com aumento de R\$ 13,5 bilhões em relação ao plano anterior (BRASIL, 2020).

A segunda performance discursiva foi a emblemática fala do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles que, em reunião ministerial realizada em abril de 2020, propôs “aproveitar a oportunidade da pandemia para ir passando a boiada” e alterar as legislações ambientais¹⁵³. O governo federal também aproveitava a pandemia para acelerar as aprovações dos pedidos de registro de agrotóxicos.

Em 20 de março, Bolsonaro assinou a Medida Provisória 926 e o Decreto 10.282, que incluíam defensivos agrícolas como insumos necessários à cadeia produtiva das atividades de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças, ou seja: como atividade essencial que não poderia ser interrompida. Se em 2019 havia se conquistado recorde histórico de aprovações de agrotóxico (com 475 novos produtos liberados), somente entre março e maio de 2020, já havia sido publicado o registro de 118 novos produtos, e naquele momento, 216 produtos aguardavam a liberação pelo governo (GRIGORI, 2020).

Dando seguimento ao *slogan* do governo federal “O Brasil não pode parar”¹⁵⁴, e já com 29 mil vidas ceifadas pela Covid-19, em meados de maio, o então ministro de Infraestrutura Tarcísio de Freitas desembarcou em Barreiras para vistoriar as obras da Fiol, sendo recepcionado pelo presidente da Aiba Celestino Zanella, o presidente do SPRB Moisés Schmidt e a vice-presidenta da Faeb Carminha Missio. Ainda no aeroporto, além do grupo que recepcionou o ministro, estavam presentes o deputado federal Tito, o prefeito de São Desidério José Carlos de Carvalho, o diretor executivo da Abapa Lidervan Moraes, a presidenta da Fundação Bahia Zirlene Pinheiro e Luiz Pradella, representando a Cooperfarms, que entregaram ao ministro um ofício assinado pela Aiba e Abapa. No documento, reivindicavam a ampliação da pista de pouso e do terminal de passageiro do aeroporto de Barreiras, a conclusão da Fiol e do Porto Sul e a realização de obras nos principais corredores rodoviários de acesso à região.

Ao visitar o canteiro de obras da ferrovia, em São Desidério, o ministro assegurou que o Exército brasileiro iria assumir as invenções do Lote 6 da Ferrovia, alegando que o Exército vinha fazendo um “trabalho extraordinário como foi feito nas obras da BR-163/PA”, e agora iria participar do trecho entre Bom Jesus da Lapa e São Desidério, cuja conclusão estaria sob responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia de Construção de Barreiras e do 2º Batalhão Ferroviário de Araguari”. O ministro anunciou que a obra já se encontrava com 39% de execução, com 485,4 km de extensão e com investimento de R\$ 2,7 bilhões para conclusão da conexão da região Oeste da Bahia com o porto de Ilhéus¹⁵⁵ (AIBA e ABAPA, 2020e, p. 11).

¹⁵³ Em 22 de abril de 2020, Salles disse na reunião ministerial que “Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas (UOL, 2020).

¹⁵⁴ No final de março de 2020, o governo federal contratou, sem licitação, a agência de publicidade iComunicação Integrada, por R\$ 4,9 milhões. Após o filho do então presidente da República Flávio Bolsonaro postar em suas redes sociais um vídeo contendo a marca do governo federal, a campanha foi oficialmente ao ar, com conteúdo contra as medidas de isolamento social, que continha cenas de trabalhadores em atividades com um narrador ao fundo repetindo o tema da campanha: “O Brasil não pode parar” (LINDNER, 2020). Dois dias após o lançamento da campanha, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a sua suspensão, argumentando que a campanha incentivava a população a retomar normalmente suas atividades sem qualquer embasamento de estudos que apontassem que essa seria uma medida adequada naquele momento. (STRUCK, 2020).

¹⁵⁵ Esse “trabalho extraordinário” que o exército vinha fazendo já custava aos cofres públicos mais de R\$ 1 bilhão em junho de 2020, com maior parte dos recursos alocados no Ministério da Infraestrutura, e quando o Departamento de Engenharia do Exército se consolidava como uma das maiores empreiteiras na lista de fornecedores da União. Somente a conclusão da Fiol tinha valor estimado de, pelo menos, R\$ 100 milhões. (WIZIACK, 2020).

Somando-se a isso, os aniversários de 30 anos da Aiba e de 20 anos da Abapa procuravam dar ainda mais visibilidade ao “acúmulo de vitórias das associações nas mais diversas áreas” para a construção de um agro mais forte”, e à “vanguarda no desenvolvimento socioeconômico da região”, os produtores rurais, que também são “quem mais conservava o meio ambiente”.



Figura 54 - Publicidade em comemoração dos 30 anos da Aiba na Revista Aiba Rural
Fonte: Acervo Aiba (2020)

Em São Desidério e Barreiras, municípios em que Júlio Busato concentra grande parte de suas propriedades de terra para cultivo do algodão, Abapa e Aiba recebiam homenagens, como moções de aplausos das câmaras de vereadores e a emissão do certificado “Amigo do Rotary” Club Barreiras Rio de Ondas, que destacava a Abapa como “umas das colaboradoras com projetos humanitários, educacionais, saúde e meio ambiente” (AIBA e ABAPA, 2020g).

Além disso, sem acontecer a feira Bahia Farm Show 2020 de forma presencial, as associações seguiam realizando eventos virtuais e investindo nos projetos de intervenção em comunidades rurais da região – como, por exemplo, a entrega de kits de irrigação no Sudoeste e Oeste do estado e de *kits* para armazenamento das pimentas produzidas pelas mulheres do Assentamento Rio de Ondas, em Luís Eduardo Magalhães; a doação de bicicletas para premiar estudantes na gincana virtual Ginkn@sRedes, promovida pela rede municipal de ensino de Riachão das Neves, que por meio do programa Conhecendo o Agro, homenageou a Abapa durante a premiação de estudantes que enviaram vídeos de paródias e de interpretação de músicas relacionadas ao tema do meio ambiente (AIBA e ABAPA, 2020f). Ainda no rol de atividades do Conhecendo o Agro, em meados de agosto, foi finalizada a capacitação de 500 profissionais da rede de ensino de nove municípios da região que, por meio de plataforma virtual, realizaram a formação técnica em “Agronegócio, Educação Ambiental e Sustentabilidade do Campo” (AIBA e ABAPA, 2020h, p. 22).

A Abapa também se organizava para fundar uma associação de catadores de material reciclável do lixão de Barreiras, alegando que, ao “levar informações técnicas”, iriam apoiar os trabalhadores na criação de uma entidade de Pessoa Jurídica como forma de “alcançar as políticas públicas e investimentos destinados a este público através de projetos.” (AIBA e ABAPA, 2020h, p. 3).

Vale destacar o anúncio, pela Aiba, de um protótipo de aplicativo de monitoramento ambiental para auxiliar os produtores rurais a acessarem informações das “propriedades rurais”, à distância de um toque, que disponibiliza informações sobre polígonos de propriedades rurais, limites de município e de bacias hidrográficas, dados meteorológicos e de risco de incêndio, dados do SICAR e do ICMBio, informações sobre terras indígenas, sítios arqueológicos e corredores ecológicos, entre outros (LAND INNOVATION FUND, 2023).¹⁵⁶

E não faltava a atuação do Estado, em nível federal e sobretudo estadual, para alavancar os megaprojetos do agronegócio. No início de agosto, a Aiba foi convidada para integrar uma comitiva chefiada pelo vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico João Leão, composta por representantes das secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Bahia, do Ministério de Desenvolvimento Regional e da Diretoria de Irrigação da Codevasf, para conhecer os projetos em andamento do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco. Acompanhada da Faeb, a comitiva visitou os municípios de Ibotirama, Barra, Muquém do São Francisco, Casa Nova, Juazeiro, além de Petrolina e Lagoa Grande, em Pernambuco (AIBA e ABAPA, 2020h, p. 10).

Naquele momento, a previsão era de atrair R\$ 2,2 bilhões por meio do desenvolvimento de cinco projetos (etanol, açúcar, cacau, bovinos e grãos) a serem empreendidos a partir da irrigação, com capacidade instalada para produzir anualmente 10,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Segundo o próprio João Leão, o polo já havia sido “referendado como viável por empresários, agrônomos, bancos de fomento e fundos de investimentos, com uma usina sucroalcooleira em execução, com outras quatro já prospectadas e agora buscavam a integração do MDR ao projeto”. As visitas da delegação possibilitaram articular um termo de cooperação técnica que posteriormente foi assinado pelo governo baiano, a Codevasf, a Universidade do Vale do São Francisco (Univasf) e a Embrapa. (BAHIA, 2020) Em setembro, João Leão lançou um vídeo produzido pela SDE que anunciava que os projetos que estavam em plena atividade no Polo, ocupando uma área irrigada de quase 19.500 hectares.¹⁵⁷

Em junho, o Ministério do Desenvolvimento Regional havia formalizado a constituição da Câmara Técnica-Setorial de Produção Irrigada para o biênio 2020-2022, cujos representantes permanentes do Pólo de Irrigação Oeste da Bahia eram o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras David Schmidt e a diretora de meio ambiente e irrigação da Aiba Alessandra Chaves (AIBA e ABAPA, 2020f, p.2).

Com isso, o “acúmulo de vitórias” poderia ser medido pelo resultado da safra de grãos de 2019/2020, que, mesmo com a pandemia, havia registrado, em junho, a segunda maior

¹⁵⁶ No final de 2022, a Aiba disponibilizou a plataforma do Sistema de Inteligência Territorial e Monitoramento Ambiental – SIMA a seus associados, desenvolvido pelo Senai Cimatec em colaboração com a Fundação Solidaridad e apoio do Land Innovation Fund. O SIMA possui módulos dedicados à gestão de recursos hídricos e uso da terra, e conta ainda com uma calculadora de carbono, desenvolvida pela Solidaridad, para estimar o balanço de carbono na propriedade rural. (LAND INNOVATION FUND, 2023)

¹⁵⁷ Os projetos em andamento em setembro de 2020 eram o grupo português Euroeste (agropecuária em 4,8 mil hectares); a fazenda Barracatu (grãos em 1,8 mil hectares); fazenda Canaã (grãos em 830 hectares); fazenda Desterro (grãos em 1,3 mil hectares); Canto da Salina (agropecuária em 7,3 mil hectares); fazenda Escola Modelo CEE Águas (cursos técnicos profissionalizantes e área experimental em 146 hectares); e a Serpasa, do Grupo Paranhos (projeto sucroalcooleiro em 8,1 mil hectares). Estes último com previsão de colher 400 mil toneladas de cana de açúcar na primeira safra de etanol, em setembro de 2021 e que naquele momento já dispunha de 12 pivôs de irrigação. (BAHIA, 2020)

colheita da história do Oeste da Bahia, com 9,9 milhões de toneladas de cereais, oleaginosas e leguminosas (caroço de algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale) em uma área de 3,1 milhões de hectares, tendo alcançado um dos melhores patamares de produção e produtividade já registrados. A produção de soja alcançou a colheita de mais de 6 milhões de toneladas da oleaginosa em uma área de 1,6 milhão de hectares; de algodão aproximou-se de 1,5 milhão de toneladas em uma extensão de 315 mil hectares e safra de milho obteve 1,8 milhão de toneladas em 363,5 mil hectares. (BAHIA, 2020)

Essa vultuosa produtividade alcançada só foi possível graças aos incentivos do governo do estado. Somente entre o período em que foi oficialmente decretada a pandemia da Covid-19, em meados de março, e o final de junho, o Inema já havia autorizado o desmatamento de 34.307,712 hectares, dos quais 76,7% desse total foi destinado para o agronegócio, e 66,5% compreendiam áreas de vegetação nativa de Cerrado. No mesmo período, já haviam sido emitidas 150 licenças, autorizações ambientais e autorizações de supressão de vegetação pelo órgão estadual.¹⁵⁸ (AATR, 2020).

Atendendo a uma antiga reivindicação do setor a nível nacional, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) regularizou, em agosto de 2020, o uso das faixas de domínio das rodovias, que “muitas vezes era ocioso, e o uso dessas faixas com lavouras contribuiria para evitar a ocorrência de erosões devido ao frequente manejo promovido pelas propriedades” (AIBA e ABAPA, 2020i, p. 2).

Ademais, Abapa e Aiba começavam a divulgar resultados de uma pesquisa da UFV, realizada em propriedades do Oeste da Bahia e liderada pelo engenheiro agrícola Marcos Heil Costa, que alegava que o sequestro de carbono em áreas irrigadas era maior do que em áreas de plantio no sequeiro:

a pesquisa identificou que o sequestro de carbono, com a remoção do gás carbônico na atmosfera, em áreas irrigadas é maior do que onde o plantio é realizado somente em sequeiro, respeitando o regime das chuvas. (...) Os resultados são relevantes e medem o real impacto que a agricultura tem ocasionado na região e demonstraram a possibilidade de ampliação da área irrigada na região em diversas bacias (AIBA, 2020p)

Outra “vitória do agro” foi a assinatura do termo de compromisso e parceria entre a empresa Valec e o Exército Brasileiro, pelo presidente Bolsonaro, na primeira quinzena de setembro, com vistas à construção de um trecho de 18 km da Fiol, próximo a Correntina. Ao desembarcar em Barreiras e ser recepcionado por apoiadores, o presidente, sem usar máscara de proteção contra a Covid-19, pegou uma criança no colo para tirar fotos¹⁵⁹ e seguiu de helicóptero até o canteiro de obras, em São Desidério, onde, acompanhado dos ministros de Infraestrutura Tarcísio de Freitas e do Gabinete de Segurança Institucional general Heleno, foi

¹⁵⁸ Como parte dessas intervenções precisa de estudos técnicos para execução, o processo de licenciamento acabou provocando a circulação de equipes das empresas nos territórios no período em que o isolamento social era obrigatório. Das 150 emissões, 55 foram voltadas para o agronegócio, sendo 10 para a monocultura do eucalipto. O segundo setor mais beneficiado com outorgas foi o energético, seguido pela exploração mineral, o turismo e imobiliárias. O setor de construção civil, infraestrutura e abastecimento e saneamento alcançaram 0,66%, cada. (ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS, 2020)

¹⁵⁹ Buscando obter maior popularidade na região Nordeste do país com as agressivas críticas aos governadores da Região pelas medidas de enfrentamento à pandemia que vinham sendo tomadas pelo Comitê Científico do Consórcio Nordeste, Bolsonaro realizou quatro visitas na região em menos de 50 dias, sendo que duas foram na Bahia, um dos estados com maiores índices de reprovação de seu governo. Desde abril de 2020, o uso de máscaras era obrigatório em pelo menos 385 cidades do estado da Bahia, incluindo Barreiras e São Desidério. (G1-BA, 2020).

recepcionado por representantes das principais entidades do agronegócio da região. Após a volta de Bolsonaro para Brasília, o vice-presidente da Aiba Odacil Ranzi recepcionou, na sede da entidade, o deputado federal João Roma (Republicanos/BA) e o empresário e futuro prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Júnior Marabá, com vistas a “atrair mais recursos” para os projetos desenvolvidos pelas representações do agronegócio na região (AIBA e ABAPA, 2020i, p. 4).



Figura 55 - Bolsonaro e Tarcísio de Freitas em visita às obras da Fiol, em São Desidério
Fonte: acervo Aiba/Abapa (2020)

Ainda no rol de tratativas com o governo do estado para atrair mais investimentos, em outubro, o presidente e o diretor executivo da Abapa Júlio Busato e Lidervan Moraes; a diretora de Meio Ambiente e o assessor de agronegócios da Aiba Alessandra Chaves e Luiz Stahlke se reuniram em Salvador com a diretoria do Inema e com os secretários de Agricultura Lucas Costa, de Meio Ambiente João Carlos Oliveira, de Infraestrutura Marcus Cavalcanti e Desenvolvimento Econômico João Leão para tratar do “fortalecimento da cadeia produtiva, sustentabilidade ambiental e infraestrutura, além de disponibilidade e governança hídrica, com destaque para o progresso do estudo do potencial hídrico do Oeste baiano, conduzido pelo Estado e pelos produtores rurais, a fim de aumentar o nosso conhecimento científico sobre a disponibilidade de água superficial e subterrânea da região, para manter a segurança alimentar e hídrica” (AIBA e ABAPA, 2020j, p. 4).

Em novembro, foi a vez do secretário de Meio Ambiente João Carlos Oliveira se reunir com as diretorias da Aiba e Abapa em Barreiras, com o objetivo de “promover um intercâmbio de informações sobre as ações e projetos que têm a participação conjunta do setor agrícola, órgãos ambientais e o Governo do Estado da Bahia”. No encontro, houve a participação de Everardo Mantovani, da Universidade Federal de Viçosa, por videoconferência, que sintetizou o andamento do estudo do potencial hídrico e informou que o estudo estava concorrendo ao prêmio da ANA, que reconhece projetos que se destacam pela contribuição para a segurança hídrica do Brasil. Na ocasião, a Aiba apresentou a situação do CEFIR, afirmando que, na região Oeste, “ainda temos um grande remanescente de áreas preservadas, uma vez que, dos 9 milhões de hectares de cerrado, 3,1 milhões estão abertos, com 2,6 milhões dedicados à produção agrícola”. Com isso e, contraditoriamente, reforçava-se o argumento de que era possível aumentar a produção sem que houvesse o mesmo aumento de supressão de vegetação nativa¹⁶⁰ (AIBA e ABAPA, 2020k, p. 5).

¹⁶⁰ Com os resultados da safra 2019/2020, Aiba e Abapa argumentavam que “apesar de uma redução de 5% de área plantada, a produção havia atingido a mesma média da safra passada, em torno de 1,5 milhão de toneladas de algodão (fibra e caroço). repetindo os bons números da safra passada, com a produtividade média de 310

Em outubro, o IBGE divulgou resultados da Pesquisa Agrícola Municipal, que apontou que seis municípios da região Oeste da Bahia estavam entre os 50 no ranking de maior produção agrícola nacional: São Desidério (3º lugar), Formosa do Rio Preto (11º lugar), Barreiras (19º), Luís Eduardo Magalhães (28º), Correntina (31º) e Riachão das Neves (49º). O levantamento apontava que entre os 50 municípios da lista, o valor médio da produção era de R\$ 1,521 bilhão, no qual São Desidério aparecia com o terceiro maior valor produzido, somando R\$ 3,183 bilhões (AIBA e ABAPA, 2020j, p. 9).

No levantamento da Safra de grãos 2020/2021 realizado pela Conab, o Brasil iria superar em 4,2% o recorde obtido na temporada recém-finalizada, com produção estimada em 268,7 milhões de toneladas, superando em cerca de 11 milhões de toneladas o recorde de 257,7 milhões de toneladas da última safra. Ao contrário das alegações do bloco dos baiúchos, o estudo apontava que essa ampliação da produção se relacionava com o crescimento na área cultivada, que teve aumento na ordem de 1,3%, com expectativa de que o plantio ocupasse cerca de 66,8 milhões de hectares, o que correspondia a 879,5 mil hectares a mais¹⁶¹ (AIBA e ABAPA, 2020j, p. 8).

Também em outubro, Aiba e Abapa elegiam as novas diretorias para o biênio 2021/2022. Na Aiba, Odacil Ranzi passou a ocupar o assento de Celestino Zanella na presidência, com destaque para a pessoa jurídica da SLC Agrícola S/A na vice-diretoria administrativa. Na presidência da Abapa, assumiu Luiz Carlos Bergamaschi, que já era o vice-presidente da entidade, substituindo Júlio César Busato, que acabava de ser nomeado para assumir a presidência da Abrapa – da qual já era vice-presidente – a partir de janeiro de 2021.

Naquele momento, a Abrapa finalmente anunciava a abertura de um escritório em Singapura, e em dezembro, juntamente com a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), lançaram, em evento virtual, o Projeto Cotton Brazil, com o objetivo de colocar o país no topo do *ranking* da exportação mundial de algodão até 2030. Sendo a Ásia um continente estratégico, que representa mais de 80% do destino da produção brasileira de algodão, foi desenvolvida uma plataforma virtual do projeto traduzida para idiomas da China, Bangladesh, Vietnã, Turquia, Paquistão, Indonésia, Índia, Tailândia e Coreia do Sul (AIBA e ABAPA, 2020l, p. 5).

5.11. Eleições de 2020 e Ampliação de Estratégias Discursivas nos Municípios

Às vésperas das eleições municipais que, por conta da pandemia, haviam sido adiadas para as datas de 15 e 29 de novembro, no dia 30 de outubro, o Brasil contabilizava mais de 159,5 mil pessoas mortas por Covid-19, com alta nos casos de infecção confirmados pelo quarto dia consecutivo, que já somavam 5,5 milhões (G1, 2020). Mesmo com esse quadro sanitário e pandêmico, se intensificavam as ações de intervenção de forma presencial em comunidades rurais no Oeste baiano, que eram realizadas em parceria com as prefeituras da região, como a entrega de *kits* de irrigação no âmbito do programa Vale Produtivo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia de Barreiras; e de *kits* voltados à produção de hortaliças em escolas rurais, liderado pela Secretaria Municipal de

arrobas de algodão em caroço por hectare, em uma área total de 313.566 mil hectares (AIBA e ABAPA, 2020k, p. 5).

¹⁶¹ De acordo com a Conab, a produção de soja estava estimada em 133,7 milhões de toneladas, mantendo o Brasil como o maior produtor mundial da oleaginosa. A colheita total de milho deveria atingir 105,2 milhões de toneladas, também a maior da série histórica – aumento de 2,6% sobre a anterior. Mesmo com as dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19, as exportações da pluma de algodão caminhavam também para um recorde (AIBA e ABAPA, 2020j, p. 8).

Educação de Barreiras e Aiba. Segundo a gestora municipal Lucy Coelho Lopes, “através dessas práticas, os alunos percebem o quanto eles, no papel de produzir alimentos, são importantes para o mundo. Queremos que eles estudem para transformar a produção agrícola, trazendo os conhecimentos e as tecnologias para os locais onde nasceram e sejam vetores de desenvolvimento” (AIBA e ABAPA, 2020j, p. 8).

Merece destaque a retomada das atividades de campo do programa de recuperação de nascentes da Aiba em Barreiras, Wanderley e Correntina. Neste último município que, segundo Aiba, teve 11 nascentes “recuperadas”, o analista ambiental da Aiba Sérgio Pignata atestou que “todos os insumos e recursos doados, através da parceria com a Aiba, Abapa e Instituto Brasileiro do Algodão, foram aplicados inteiramente no projeto, comprovando a eficiência dessa iniciativa com os métodos e ações empregadas. As nascentes e áreas verdes do entorno estão protegidas e a população que mora nas proximidades vem contribuindo para essa preservação”. Por sua vez, a secretária municipal de Meio Ambiente de Correntina Regina de Castro avaliava que “o resultado indicava que esse projeto obteve sucesso e que as pessoas agora estão cuidando de uma forma diferente dos nossos mananciais”. (AIBA e ABAPA, 2020h, p. 18). Além disso, Aiba e Abapa alegavam que a construção de barraginhas nas imediações da Bacia do Rio de Ondas, em Barreiras, “estava contribuindo positivamente na mudança da paisagem local, já que os instrumentos, além de reter a água da chuva, aceleravam o processo de infiltração no solo e, conseqüentemente, na recarga do aquífero Urucuia, desempenhando papel fundamental na redução de processos erosivos e de assoreamento dos rios”. (AIBA e ABAPA, 2020l, p. 3).

Também davam continuidade ao “Programa de Inserção de Tecnologia a microprodutores rurais do Oeste da Bahia”, coordenado pela Aiba e com apoio da multinacional Corteva, por meio de capacitações técnicas na Associação do Sucuruí, no Vale do Rio Preto, em Formosa do Rio Preto, e no Assentamento Dom Ricardo, em Riachão das Neves, sobre manejo e fisiologia da cultura do milho, com o propósito de “tornar o processo produtivo mais eficaz e garantir maior volume do cereal aos agricultores familiares de pequena escala de diversas comunidades da região”. Segundo a Aiba, o projeto contribuía para diminuir o êxodo rural:

Este projeto abre as portas para que os dois setores possam diminuir a distância entre um e outro. (...) **a parceria cria um ambiente inclusivo, por manter o pequeno agricultor na propriedade, produzindo com eficiência e reduzindo a necessidade de imigração para os grandes centros em busca de emprego.** (Luiz Pradella, conselheiro consultivo da Aiba, grifo nosso)

Muitos dos produtores que entraram na primeira edição desse programa de inserção tecnológica já estavam desmotivados a continuar na atividade rural. Com a mudança de realidade, **eles agora querem crescer mais com o aumento da produtividade e não pensam em deixar tudo e ir para a cidade.** (Helmuth Kieckhofer, superintendente do Instituto Aiba, grifo nosso)

E não poderiam deixar de estar presentes em ações de “solidariedade” com a chegada das festas de fim de ano, como a doação de cestas básicas e de presentes de Natal a estudantes da Escola Municipal Paulo Freire, no Conjunto Habitacional Rio Grande, em Barreiras, e a entrega, feita pessoalmente por Júlio Busato, a crianças beneficiadas com o “Natal do Bem”, evento promovido pela TV Oeste (AIBA e ABAPA, 2021a, p. 5).

No que se refere às parcerias envidadas com o governo federal, ressalte-se a instalação de um sistema de irrigação experimental viabilizado pelo Instituto Aiba e a empresa indiana NaanDanJain, em uma área de dois hectares da fazenda experimental da UFOB, para atender ao projeto que havia sido aprovado junto à Mosaic Fertilizantes, que envolvia a produção de aspersores por meio de prototipagem 3D, com o objetivo de atrair mais investimentos à região

(AIBA e ABAPA, 2020l, p. 7). Outra ação de parceria entre a Aiba, NaanDanJain e Ufob consistia em acordo de cooperação técnica para implementar um sistema de irrigação em campo de produção de soja de dois hectares para realizar estudos sobre a adaptação de variedades da soja ao semiárido baiano.

Com relação aos acordos firmados com o governo do estado da Bahia, em dezembro de 2020, Júlio Busato e os futuros presidentes da Aiba Odacil Ranzi, e Abapa, Luiz Carlos Bergamaschi, estiveram em Salvador, onde o governo estadual anunciou um investimento recorde direcionado ao agronegócio, para 2021, no âmbito do Prodeagro, de R\$ 25 milhões. Esse valor se destinava a financiar projetos geridos integralmente pela Aiba na execução de programas voltados para as áreas ambiental, de infraestrutura, fitossanitária, de segurança e para o estudo do potencial hídrico. Na oportunidade, Odacil Ranzi esteve com o secretário de Meio Ambiente da Bahia João Carlos Oliveira e a diretora geral do Inema Márcia Telles, quando “avançaram nas tratativas sobre o uso das águas do aquífero Urucuia e outros temas técnicos que vêm norteando o desenvolvimento da agricultura no Oeste baiano”. Também se reuniu com o secretário de Desenvolvimento Econômico e vice-governador João Leão para tratar de um acordo de cooperação entre o governo do estado, Aiba e Ufob, com vistas a dar prosseguimento na implementação dos projetos do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio-São Francisco (AIBA e ABAPA, 2020l, p. 13).

Contudo, entre os muito benefícios obtidos ao longo de 2020, o bloco dos baiúchos se deparou com um entrave no final de novembro, quando a Justiça Federal decidiu, a partir de ação movida pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado da Bahia, serem ilegais as normas instituídas pelo Estado da Bahia consubstanciadas no Decreto 15.682/14, que isentava o licenciamento ambiental para atividades agrossilvipastoris. Com isso, o Inema deveria voltar a realizar o licenciamento das atividades, inclusive os pedidos de licenciamento que já estavam em curso, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. (MARQUES, 2020)

O ano de 2021: reafirmando parcerias e violências

Logo no início de 2021, João Leão articulou um encontro da Aiba com executivos da multinacional portuguesa Future, uma *holding* especializada em desenvolvimento de engenharia aeroportuária, para tratar do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio-São Francisco e da duplicação do trecho da BR-242, que liga Luís Eduardo Magalhães a Barreiras, e da BA-001, de Luís Eduardo Magalhães até Porto Seguro. Também estiveram presentes na reunião o deputado estadual Antonio Henrique Júnior, o secretário estadual de infraestrutura Marcus Cavalcanti e as comitivas dos prefeitos Zito Barbosa, de Barreiras, e Júnior Marabá, de Luís Eduardo Magalhães (AIBA e ABAPA, 2021a, p. 11). Após três dias de viagem institucional pelas regiões Oeste, Extremo e Baixo Sul da Bahia, João Leão assinou memorando de entendimentos com o grupo de investidores portugueses da Future, com vistas a iniciar os estudos que iriam viabilizar projetos de infraestrutura no estado da Bahia. (AUGUSTO, 2021)

No final de janeiro, Bolsonaro e o ministro de Infraestrutura Tarcísio de Freitas estiveram novamente no Oeste baiano, no município de Coribe, para entregar um trecho de 67 quilômetros da BR-135, que passa pelas cidades de Jaborandi, Cocos e Coribe, a ser incorporado ao corredor logístico que ligará a região ao Sudeste do Brasil e que fará integração com a Fiol. Na oportunidade, Aiba, Abapa e SPRB entregaram um ofício reivindicando a conclusão e ampliação das linhas de transmissão, a conclusão da BR-020 que faz a divisa da Bahia com Piauí, o fortalecimento das iniciativas na implantação do polo de irrigação e a ampliação da distribuição de rede de internet na zona rural (AIBA e ABAPA, 2021a, p. 12).

Em fevereiro, a Aiba esteve em Brasília para uma reunião com o diretor da Conab José Trábulo Júnior, para pleitear a implantação de um armazém de grãos no Oeste baiano, a fim de melhorar as condições para o abastecimento e a distribuição do milho na região Nordeste, e visitaram os gabinetes dos deputados Carlos Tito (Avante), Cacá Leão (PP), filho do vice-governador e secretário da SDE, e João Roma (Republicanos), para “apresentar os projetos e iniciativas da nova diretoria da entidade e reafirmar a parceria em prol das causas de interesse da sociedade oestina e do setor produtivo” (AIBA e ABAPA, 2021b, p. 14).

Em fevereiro, a Aiba realizava, na sede do Comando de Policiamento Regional Oeste, em Barreiras, conversas com a Polícia Militar da Bahia, para tratar de “projetos de segurança para o Oeste baiano”, no sentido de “dar continuidade à parceria e aperfeiçoar as ações e projetos de segurança mantidos entre as partes”, uma vez que, segundo a Aiba, a colaboração dos produtores rurais com a Polícia Militar por meio da Operação Safra, tem gerado ao longo dos últimos anos “grandes benefícios para os habitantes do campo e das cidades do Oeste baiano” (AIBA e ABAPA, 2021b, p. 16).



Figura 56 - Comando de Policiamento Regional Oeste, em Barreiras

Fonte: acervo Aiba/Abapa (2020).

Semanas antes desse encontro, dois territórios de uso comum de comunidades tradicionais da região haviam sofrido ataques e intimidações por homens armados. No dia 22 de janeiro, o Fecho de Pasto Vereda da Felicidade¹⁶², situado no município de Correntina, foi invadido, e o rancho de alvenaria que estava sendo construído para servir de abrigo durante a época do manejo do gado foi derrubado. Os destroços foram enterrados com uma pá carregadeira e a brita que estava sendo utilizada na construção do rancho foi espalhada até as margens de uma vereda, além de terem cavado buracos para obstruir as estradas adjacentes e impedir o acesso até o local. Dois dias depois, o rancho de madeira que havia sido construído há mais de 50 anos foi queimado e mais de 4 km de cerca e currais comunitários, que eram utilizados pelas comunidades fecheiras, havia sido derrubada. (CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO, 2021).

Na manhã desse mesmo dia 24 de janeiro, a 400 km de Correntina, a comunidade ribeirinha de Braço do Roçado, localizada à margem esquerda do rio São Francisco, entre os municípios de Barra e Morpará, foi surpreendida com a chegada de tratores derrubando as

¹⁶² Segundo levantamento feito pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA), naquele momento havia ao menos nove fazendas sobrepostas ao Fecho Vereda da Felicidade que, juntas, estavam invadindo uma área dos Gerais protegida pelas comunidades fecheiras de quase 30 mil hectares, o equivalente a mais de trezentos parques do Ibirapuera. Os principais interessados em expulsar os fecheiros da área eram fazendeiros vizinhos e a gestora de imóveis registrada na grande São Paulo, a Light of Stars Gestão Patrimonial Ltda, cujo sócio já havia feito negócios milionários com o governo federal. (PAES, 2021.)

cercas de suas roças e agentes de segurança pública armados com pistolas e escopetas, que garantiam a “segurança” da ação. Desde 2017, a comunidade, que há mais de trinta anos atravessa o rio diariamente para cultivar suas roças em uma área de cerca de 40 hectares, vinha sofrendo ameaças de remoção e travando uma batalha judicial, que naquele momento ainda se encontrava sem decisão definitiva. Entretanto, após o anúncio da criação do Pólo Agroindustrial e Bionergético em 2020, comunidades como a do Braço do Roçado, com fácil acesso às águas, estavam sendo cada vez mais visadas, já que, conforme já apontado anteriormente, estavam previstos investimentos de mais de R\$ 500 milhões para a construção de usinas de cana-de-açúcar e outros empreendimentos nos municípios de Barra e Morpará, numa extensão de mais de 200 mil hectares. (CPT Bahia, 2021; PAES, 2021)

No dia 18 de fevereiro, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia anunciou a abertura de processo de demarcação e titulação por meio de ação discriminatória administrativa para analisar a legalidade dos registros sobre o Fecho Vereda da Felicidade e outros quatro Fechos próximos, também no município de Correntina: Capão do Modesto, Porcos, Guará e Pombas. Essa ação discriminatória vinha sendo reivindicada há pelo menos uma década pelas comunidades fecheiras, e o longo tempo de espera imposto pelo órgão fundiário foi uma oportunidade para que os imóveis sobrepostos aos territórios tradicionais fossem cadastrados no CAR e CEFIR a partir de novos georreferenciamentos. (AGUIAR et. al., 2021)

Prêmio da Agência Nacional das Águas: contar com os recursos hídricos para sempre

No repertório de ações de intervenções contínuas direcionadas às comunidades rurais, em janeiro, Aiba e Abapa lançaram um Guia de Educação Ambiental com o objetivo de “ampliar o debate da Educação Ambiental, de forma integrada e interdisciplinar nos diferentes meios da sociedade, fundamentado na sustentabilidade e no uso equitativo dos recursos naturais”. Segundo a Aiba, o guia foi elaborado para ser utilizado nas ações socioeducativas do programa de recuperação de nascentes e em sala de aula, palestras e cursos com as comunidades ou até mesmo em comitês ou colegiados específicos. Em fevereiro, a Aiba e a prefeitura de Barreiras aditivaram o acordo de cooperação para ampliar o projeto na região, que já havia realizado intervenções em mais de 60 nascentes localizadas em nove municípios, e identificado 210 olhos d’água para futuras intervenções, com o intuito de “garantir a segurança hídrica, através da produção sustentável” (AIBA e ABAPA, 2021a, p. 14).

Ainda no âmbito de ações dos projetos de “educação ambiental”, a Aiba seguia com premiações a estudantes de ensino fundamental das escolas de Barreiras, como a entrega de *kits* escolares compostos por caderno, lápis, borracha, mochila, régua e garrafa d’água, por meio do projeto Horta nas Escolas, coordenado pela secretaria de Educação de Barreiras, Aiba e com o apoio do Núcleo de Mulheres do Agro; e com a entrega de mudas para reflorestamento de áreas degradadas do projeto de recuperação de nascentes, a fim de “contribuir para a manutenção da carga hídrica dos aquíferos” (AIBA e ABAPA, 2021c, p. 17).

Em março, quando se celebrava o Dia Mundial da Água, Aiba e Abapa comemoravam “a grande conquista” de receber o prêmio de “Boas Práticas em prol das águas e do saneamento no Brasil”, da Agência Nacional das Águas e Saneamento (ANA), com o programa de recuperação de nascentes, na categoria “organizações civis” (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2020).

Esse fato foi central para que o bloco dos baiúchos pudesse afirmar que os projetos de recuperação das nascentes seriam a garantia de “poder contar com os recursos hídricos para sempre” e de que a “água será abundante para a economia, a vida humana e as próximas gerações” e que os demais projetos desenvolvidos pelas entidades, como o Patrulha

Mecanizada e o fornecimento de mudas para as comunidades também contribuíam para beneficiar a disponibilidade hídrica na região, conforme a fala do presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi:

As nascentes são o princípio de tudo. Preservá-las é garantia de que contaremos com os recursos hídricos para sempre. (...) “Mas a grande recompensa (...) é a certeza de que a água, bem essencial para a vida humana e para a economia da região, será abundante também para as próximas gerações. (Luiz Carlos Bergamaschi, presidente da Abapa) (AIBA e ABAPA, 2021c, p. 8, grifo nosso).

Além disso, argumentava-se que “o setor agrícola possui um enorme potencial na geração de créditos de carbono, podendo atrair muitos investimentos para o desenvolvimento sustentável do País” (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 13). Com isso, a afirmação de haver grande disponibilidade hídrica e que somente a irrigação poderia “transformar locais inóspitos em celeiros produtivos” eram o que justificavam cada vez mais a necessidade da abertura de novas áreas com vistas a alcançar novos recordes de produtividade.

Em maio, a equipe do Programa Fitossanitário da Soja, da Aiba, juntamente com um fiscal agropecuário da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), realizaram visitas técnicas nos municípios de Malhada, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, situados entre a região Oeste e Sudoeste do estado, para levantamento das áreas pioneiras de irrigação de soja. Com base na afirmação de que “a grande disponibilidade de água do rio São Francisco demonstrava que a região possui grande potencial para o aumento de produção de soja irrigada”, previa-se a ampliação das áreas de cultivo para cerca de 9 mil hectares na safra 2021/2022, com a produção de 1,7 milhão de hectares e um aumento da produtividade em 6,5%, o que levaria o estado da Bahia a um novo recorde histórico na produção do grão. (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 16)

A ampliação das áreas de cultivo de algodão também estava prevista para a próxima safra, já que em 2020/2021 houve uma retração da área plantada, com 266.662 hectares no estado da Bahia e 305.351 hectares na região do Matopiba. Assim, esperava-se um crescimento de 5% da área de algodão – o equivalente a 15.270 hectares de supressão vegetal do Cerrado – para possibilitar colher cerca de 520.363 toneladas da fibra na Bahia e 587.067 toneladas no Matopiba. (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 3).

Em junho, a diretoria da Aiba e o secretário de Agricultura de Riachão das Neves receberam o diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) do Ministério da Agricultura, para uma avaliação das áreas implantadas com cultivo de cacau, iniciado na região em 2014 com apoio da BioBrasil. Para tanto, seria celebrado convênio de cooperação técnica para viabilizar o apoio institucional da Ceplac às ações de validação de tecnologias, cuja expectativa era produzir 2 milhões de mudas em 2022. (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 16).

Segundo a Aiba, a estimativa do IBGE era que a produção brasileira de grãos, cereais e leguminosas deveria atingir 270,7 milhões de toneladas no ciclo 2021/2022, o que confirmaria uma nova safra-recorde, sendo o milho o principal responsável por esse aumento¹⁶³.

Não faltaria também a expectativa de ampliação dos 500 mil hectares irrigados no Oeste baiano, uma vez que os resultados da segunda etapa do estudo do potencial hídrico constatavam que “a região tem potencial de aumento da produção agrícola irrigada, tanto na

¹⁶³ Na região Oeste da Bahia, houve um crescimento acima de 12% da área plantada do cereal, tendo superado outras regiões brasileiras na safra 2020/2021. Dessa forma, no final de 2021, a Aiba articulava com investidores a implantação de uma unidade de produção de etanol e de um coproduto utilizado na ração bovina (DDG) a partir do milho cultivado na região, visando alcançar 800 mil toneladas do cereal (AIBA e ABAPA, 2021i, p. 19).

agricultura empresarial quanto na de pequena escala”, conforme afirmava o coordenador geral do Everardo Mantovani em uma videoconferência realizada por pesquisadores da UFRJ e UFV. Assim, era necessário fazer a devida gestão dos recursos hídricos, “de forma científica e ordenada” e cujo “debate ainda é conduzido com grandes lacunas de informações, principalmente em nível estadual”. Exaltando os resultados apresentados, o ex-presidente da Aiba Celestino Zanella demonstrava o seu entusiasmo com a tamanha quantidade de água:

“Eu tenho acompanhado as medições que estão sendo feitas por meio dessa pesquisa e ficado cada vez mais feliz com a capacidade do nosso aquífero. Esses dados precisam estar cada vez mais disponíveis para toda a população, para que nós produtores rurais possamos saber exatamente como e onde podemos agir”, opinou Zanella (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 11, grifo nosso).

Também foram apresentados detalhes da programação, análise dos treinamentos previstos para o funcionamento do Sistema de Inteligência Territorial e Hídrica para o Oeste da Bahia – Obahia, além de uma atualização hidrogeológica para a obtenção de outorgas no estado. (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 3).

E não era somente água e terra os recursos abundantes e garantidos para a economia e as próximas gerações. Nos primeiros meses de 2021, Aiba e Abapa realizavam uma série de reuniões com as prefeituras da região para demandar a imunidade do imposto de transmissão na sucessão familiar (ITBI), de competência municipal, com a alegação de que a cobrança desse tributo era inconstitucional. Além disso, apoiavam debates sobre a implementação das leis do Agro (Lei 13.986/2020) e da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), com vistas a garantir a segurança jurídica por meio da desburocratização do registro de imóveis, chegando até mesmo a participar da redação de uma recomendação da Associação dos Registradores de Imóveis da Bahia (ARIBA), sobre a padronização dos títulos oriundos de créditos agrícolas nos cartórios do estado da Bahia (AIBA e ABAPA, 2021c, p. 3).

Plantar para alimentar: compartilhar os frutos da nossa produção com aqueles que mais precisam é agradecer por um ano tão produtivo

Aiba e Abapa buscavam ampliar ainda mais a adesão a suas ações com a campanha “Plantar para Alimentar”, que “unia os produtores do Oeste da Bahia contra o flagelo da fome, e cujo protagonismo não é de quem dá, mas de quem recebe”, uma iniciativa de entidades empresariais da região, como o Fundesis e o Núcleo de Mulheres do Agro. Na edição do Informe Aiba&Abapa de maio de 2021, foi publicado artigo intitulado “Solidariedade que brota do chão”, em que se trazia para o presente a história da agricultura e o papel essencial de que produz alimento num momento em que a segurança alimentar está em risco:

Nos últimos 12 mil anos, muita coisa mudou na produção de alimentos. Basta visitar uma lavoura no Oeste da Bahia para comprovar que o futuro chega sempre antes nos campos do cerrado. (...) E, neste momento, em que, para muitas famílias brasileiras, a segurança alimentar está em risco, por causa da pandemia da Covid-19, mais do que nunca, os agricultores se tornaram essenciais. Foi a consciência do seu papel no lugar em que vivem e produzem que fez com que todos os agricultores do Oeste (...) **arregaçassem as mangas para ajudar àqueles que mais precisam de alimentos na região,** através da campanha solidária Plantar para Alimentar. (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 9, grifos nossos).

Se por um lado os produtores rurais do Oeste da Bahia são “os responsáveis por produzir mais de 8.900 toneladas de alimentos para todos”, por outro, os alimentos das cestas básicas entregues não são, sequer, produzidos na região:

Cada cesta tem em torno de 24 quilos, compostos exclusivamente por alimentos. **Embora não necessariamente tenham sido produzidos ou processados na região, estes produtos derivam do mesmo tipo de culturas agrícolas do Oeste.** Neste ciclo, foram 8.906.500 de toneladas de alimentos como soja, milho, feijão, café e outros que, se não são diretamente utilizados na nutrição humana, são a base da fabricação das rações que alimentam rebanhos bovinos, suínos, além de aves. Se contar com a produção de algodão, o Oeste vai contabilizar 10.186.350 toneladas neste ano-safra. **Vale lembrar que o algodão também é matriz para a fabricação de óleos comestíveis, dentre outros produtos, utilizados na indústria alimentícia** (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 9, grifos nossos).

E se o agronegócio é quem leva o desenvolvimento, emprego, renda, bem-estar e aumenta o Índice de Desenvolvimento Humano das cidades, como explicar a pobreza e a insegurança alimentar nessas mesmas cidades? As falas abaixo nos sugerem indagar até que ponto a insegurança alimentar vem a ser um motivo de agradecimento pela quantidade de *commodities* produzida:

Nada mais justo que, no ano em que colhemos safras expressivas, em que o clima ajudou e o mercado, também, que nos mobilizemos para ajudar a garantir mais segurança alimentar para os que perderam empregos ou renda em nossa região. **Quando pensamos no Oeste, na fatura que sai das nossas lavouras, fica até difícil imaginar que alguém seja privado de algo tão básico como comida.** (Alessandra Zanotto vice-presidente da Abapa, grifo nosso)

Em alusão ao Dia do Agricultor, celebrado no dia 28 de julho, a Abapa lançou uma campanha comemorativa, com o seguinte *spot* de rádio para homenagear os cotonicultores do Oeste da Bahia.



Figura 57 - Anúncio divulgado pela Abapa em homenagem ao Dia do Agricultor
Fonte: Acervo Abapa (2020).

O Agro é Tech e financeirizado

Em maio, Aiba e Abapa anunciaram que o Oeste baiano iria receber um pacote de investimentos do fundo internacional Land Innovation Fund¹⁶⁴, com aportes de cerca de 30 milhões de dólares “em favor de práticas agrícolas sustentáveis” para o desenvolvimento de projetos para a região, como estudos e mapeamento do balanço de carbono, o desenvolvimento de um sistema digital de monitoramento de dados socioambientais – que já havia sido apresentado em agosto de 2020 – e de novas soluções tecnológicas e aprimoramento da comunicação e o engajamento dos atores envolvidos na cadeia de produção agrícola (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 18).

Assim, no mês seguinte, juntamente com a Solidaridad Brasil, Cimatec/SENAI e o Land Innovation Fund, a Aiba iniciou uma série de eventos virtuais que se estenderia por todo o segundo semestre de 2021. O primeiro deles foi o I Workshop do Programa de Inovação Aiba LAB¹⁶⁵, que teve como tema “A identificação de oportunidades de inovação, com foco na sustentabilidade e na construção de uma visão compartilhada sobre o futuro da cadeia da soja no Oeste baiano”, e que contou com a palestra, proferida pela Embrapa Cerrados, “Gestão e manejo da cultura da soja para alcançar altos rendimentos no contexto da sustentabilidade”. (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 8).

No mês de julho, foram realizados *webinars* com palestrantes em formato de *live* no canal do YouTube da Aiba, para divulgação e abertura de inscrições no do Hackathon¹⁶⁶, com painéis temáticos, como, por exemplo, “A transformação no campo – Como chegamos até aqui”, apresentado pelo ex-ministro da Agricultura do governo ditatorial de Ernesto Geisel e um dos idealizadores da Embrapa, Alyson Paulinelli, que naquele momento representava a Agramilho; “Conservação e impactos nos recursos naturais e sociedade” pela Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto; “Gestão e manejo da soja – necessidade hídrica da soja e no controle de pragas” pela Embrapa e “Irrigação, eficiência hídrica, sustentabilidade e cases de startups”, pela Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem; e o tema das startups de agronegócio, pela Rede de Inteligência Verde Sollytch e o Banco Bradesco. Em agosto, foram realizadas as fases de construção, prototipagem e a consolidação do resultado dos selecionados para a fase de Pré-Aceleração. Entre os temas dos desafios que foram selecionados, é válido citar as soluções “Realização do manejo correto e automatizado da

¹⁶⁴ O Land Innovation Fund é um mecanismo de investimento “verde” criado pela Cargill e administrado pela Chemonics International, com aporte inicial de US\$ 30 milhões para promover a expansão da soja em áreas degradadas de pastagem na Argentina e Uruguai, nas regiões do Cerrado brasileiro e do Gran Chaco no Paraguai. O fundo vem incorporando os fornecedores em uma cadeia de rastreabilidade para medir as emissões de carbono do solo. Em 2020, o Banco Cargill estava aumentando o uso de títulos do agronegócio para financiar fornecedores de soja, tendo registrado naquele ano um aumento de 30% nas Letras de Crédito do Agronegócio (GRAIN, 2021). As Letras de Crédito do Agronegócio consistem num investimento de renda fixa emitido pela CAIXA e que tem como lastro empréstimos e financiamentos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária (GRAIN, 2021).

¹⁶⁵ O Aiba LAB é um programa de inovação criado por uma rede de parceiros do agronegócio, como Cargill, Abapa, Fundação-BA, SPRB, Embrapa, Cicklo Agritech, Solidaridad Brasil, Ufob, UFV, Uneb e Unifasb, para “desenvolver meios que permitam superar os desafios do campo, com os objetivos de promover ideias e projetos dedicados ao aumento da produtividade, adotar novas e eficazes tecnologias e fomentar a agricultura sustentável na região Oeste da Bahia, a fim de atender às demandas atuais e futuras do setor agrícola”. (Informe Aiba&Abapa, ANO 29 - JUNHO | 2021 | Nº 305, p.8)

¹⁶⁶ A tradução para Hackathon seria “maratona de programação”, que consiste num evento que reúne programadores, *designers* e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de *software* para essa maratona de programação, cujo objetivo é desenvolver um *software* ou solução tecnológica que atenda a um fim específico. (HACKATHONBRASIL, 2023).

irrigação, se integrando a sistemas pressurizados e explorando redes neurais para redução de custo em sensores” no desafio “Eficiência no uso da água” e “Plataforma que utiliza Open Banking e a gestão do seu cultivo, valorizando a sustentabilidade e visando melhores opções de crédito ao produtor de soja”, no desafio “Acesso a Mecanismos Financeiros”. (AIBA, 2021)

Além disso, a própria edição da Bahia Farm Show de 2021 ocorreu virtualmente, sendo transmitida ao vivo pelo Canal Rural e que teve Alexandre Garcia como um dos apresentadores. Segundo Aiba/Abapa, o Bahia Farm Show Digital Experience, “evento dedicado ao atual panorama do agronegócio, pautado pela preservação como forma de elevar a produtividade” alcançou 8,8 milhões de impressões nas redes sociais. (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 12).

5.12. Intensificação das Intervenções nos Municípios e Comunidades Tradicionais e Fortalecimento da Relação com o Governo do Estado

Após a premiação da ANA, as intervenções do agronegócio por meio de projetos ambientais e educacionais em municípios do Oeste baiano foram intensificadas e ampliadas, sob a alegação da garantia de disponibilidade hídrica na região. Contudo, o trecho abaixo ilustra que, contraditoriamente, a água é recurso disponível apenas para alguns – quem produz alimentos e roupas, estando os “pequenos produtores rurais de hortaliças e frutas” dependentes das chuvas para regar as suas lavouras. Assim, o agronegócio é quem viabiliza o acesso à água e a produção, ao distribuir *kits* de irrigação:

Se tem um recurso natural em abundância no Oeste da Bahia é a água, essencial para o abastecimento humano e para tornar a região o grande polo de produção de alimentos e algodão em que se converteu nas quatro últimas décadas. **Mas para muitos pequenos produtores rurais de hortaliças e frutas, com áreas onde as chuvas não são tão frequentes, fazer a água chegar às suas lavouras costuma ser um sonho distante. (...) contudo, 15 destes agricultores familiares passaram a ter a certeza de ver seus campos sempre verdes, garantindo a produção, mesmo no período seco, assegurando renda e segurança alimentar para as suas famílias** (AIBA e ABAPA, 2021d, p. 4, grifos nossos).

Em maio, por meio da intermediação do vereador João de Deus (PCdoB), que também integrava o Comitê da Bacia do Rio Corrente e era ex-presidente da Associação de Jovens e Ação Social de Santana, foram entregues *kits* de irrigação para nove famílias da comunidade do Areião, no município de Santana, a 270 km de Barreiras.

Em junho, Abapa e Aiba se reuniram com representantes de uma cooperativa de produtores de Cacau da região – Cooperacacau1000, para tratar de um projeto que pretendia investir na expansão da cacauicultura para a agricultura familiar em municípios do vale do rio Grande, como Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Barreiras, Angical, Cotegipe, Wanderley, Muquém do São Francisco, São Desidério e Barra.

Na semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, Abapa e SLC Agrícola doaram 300 mudas de ipê para estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola particular em Barreiras, que fizeram o plantio e o cuidado das mudas para contar pontos na média final das atividades avaliadas. Já projetando a ampliação de ações como esta para toda as escolas da região, a Abapa argumentava que a ação era um “lembrete para toda comunidade escolar acerca da importância do meio ambiente e levou em conta, também, o contexto no qual os estudantes se inserem, onde a agricultura é a grande mola propulsora da economia, em todos os seus setores, direta ou indiretamente”.

Na Semana do Cerrado, em setembro, Abapa e Aiba realizaram, em Barreiras, o evento “Rio Grande – eu amo, eu cuido” com “mutirões de limpeza e desassoreamento” nas margens do rio Grande e “recuperaram nascentes” da localidade de Água Branca – Barroão de Cima. Com o apoio do Land Innovation Fund, realizaram o “Simpósio Regional em Agronegócio e Conservação do Cerrado: o futuro do Bioma”, transmitido pelo canal da Aiba no YouTube. O evento contou com palestras do pesquisador e chefe adjunto do Centro de Pesquisas da Embrapa Cerrados Lineu Neiva Rodrigues e Everardo Mantovani, que avaliavam que o principal elo para suprir a demanda por alimentos era a irrigação, único caminho para aumentar a produção no bioma de forma sustentável.

No que diz respeito a outras intervenções na educação, em evento de celebração da emancipação de Correntina, a Secretaria de Educação do município e Apae promoveram um concurso em 18 escolas para homenagear o município e cujo prêmio da primeira colocação (um *notebook*) foi doado pela Abapa, que, segundo a entidade, havia sido convidada para participar do projeto “pela importância do município para a cotonicultura baiana e brasileira”. No início de junho, o diretor-executivo da Abapa Lidervan Moraes oficializou a doação do prêmio em uma solenidade que contou com a presença do prefeito Maguila e da secretária municipal de Educação Cleonice Moreira de Castro Caires. Para concorrer ao prêmio, foram enviados vídeos, que foram postados nas redes sociais da Prefeitura e da Secretaria, e que deveriam abordar elementos do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial da cidade como uma forma de reforçar o sentimento de pertencimento e fortalecer a identidade correntinense (AIBA e ABAPA, 2021e, p. 9).

No âmbito do programa Conhecendo o Agro, que, segundo a Abapa, em dois anos já havia alcançado mais de 1.900 estudantes desde que fora criado, com a pandemia, os cursos de formação eram realizados de forma remota, permitindo ampliar o acesso para mais 10 mil estudantes, 600 educadores e 37 escolas em nove municípios. De acordo com a entidade, para 2021, a meta era atender 20 mil alunos, mil professores e 80 unidades de ensino em 12 cidades da região Oeste (ABAPA, 2021).

É válido mencionar o empenho da Abapa em se dedicar ao conteúdo do material didático do programa Conhecendo o Agro, com cartilhas direcionadas a professores, em formatos *e-book* e impresso, na busca de “desmistificar um entendimento de que o agro é prejudicial ao meio ambiente ou que gera desigualdade econômica”. Além das cartilhas, destacava-se a “ferramenta de trabalho” que consistia numa animação de oito minutos, intitulada “Nessa vacina tem agro”, para ser aplicada junto a estudantes do ensino Fundamental I e II, que explicava como o agronegócio está presente no desenvolvimento da vacina contra a Covid-19, já que, no processo de produção dos imunizantes, um dos ingredientes são ovos de galinhas, utilizados para modificar geneticamente o vírus, servindo de base imunizante para a vacina (AIBA e ABAPA, 2021f, p.4).



Figura 58 - Animação educativa “Nessa vacina tem Agro” do programa Conhecendo o Agro
Fonte: Canal da Abapa no YouTube (2021).

Também se intensificavam obras sociais do Fundesis e ações de educação em territórios de bacias hidrográficas estratégicas, como a inauguração de uma creche no município de Santana, a reforma de um lar espírita em Santa Maria da Vitória (bacia do rio Corrente) e a inauguração de nova estrutura da Apae em Formosa do Rio Preto (bacia do rio São Francisco), além da articulação de parceria com a instituição financeira Sicredi, na busca de ampliar os recursos destinados ao Fundesis. Ademais, a Abapa, em parceria com o SPRB e o SESI, seguiam oferecendo cursos de formação básica em eficiência energética voltados para o uso de pivôs de irrigação e inscrevendo funcionários das fazendas em cursos para os ensinos fundamental e médio no âmbito da educação de jovens e adultos – EJA, bem como disponibilizando turmas exclusivas para mulheres em cursos de operação e manutenção de trator e empilhadeira ministrado pelo SENAR em Luís Eduardo Magalhães e no Distrito de Rosário, em Correntina. (Informe Aiba&Abapa, ANO 29 - JUNHO | 2021 | Nº 305/ ANO 29 - OUTUBRO | 2021 | Nº 309, 4)

Paralelamente a essas ações, se reforçava a relação com o governo do estado, conferindo ao bloco dos baiúchos a sua capacidade de coesão e de criar consensos. Mesmo o país atravessando os meses mais letais da pandemia da Covid-19¹⁶⁷, em meados de junho, os presidentes da Abapa e Aiba, Luiz Carlos Bergamaschi e Odacil Ranzi, lideraram uma comitiva de representantes do agronegócio formada pelo ex-presidente da Aiba Celestino Zanella, o assessor de agronegócios da Aiba Luiz Stahlke, o diretor executivo da Abapa Lidervan Morais e Júlio César Busato, naquele momento como presidente da Abrapa, para uma intensa agenda de reuniões na Governadoria do Estado em Salvador. A comitiva esteve na Secretaria da Fazenda, para solicitar à secretária Giovanna Victor um parecer sobre a cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), visando a incorporação de bens da pessoa física para a pessoa jurídica na sucessão familiar. Também se reuniram na Adab e na Superintendência do Ministério da Agricultura para tratar de “assuntos fitossanitários”, além de passar pelas secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e Infraestrutura.

Contudo, segundo as próprias entidades, o principal compromisso da programação foi o encontro com o governador Rui Costa, em que foram tratados os “assuntos estratégicos para o agronegócio do Oeste baiano”, como a questão da divisa Bahia/Tocantins; a equalização do ICMS do milho na comercialização para outros estados; a parceria entre governo e associações por meio do Prodeagro; as inaugurações das rodovias agrícolas construídas na região via convênio e as ações discriminatórias de terras no município de Correntina. Como resposta às entidades, Rui Costa havia garantido que daria prioridade às demandas do ICMS e ao caso da divisa Bahia/Tocantins, sendo que as discriminatórias teriam que ser “debatidas com mais profundidade pela equipe de governo” (AIBA e ABAPA, 2021e, p.18).

Na realidade, o ponto central desse encontro com Rui Costa – em especial por parte do presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi – eram as ações discriminatórias que haviam sido iniciadas em fevereiro de 2021, conforme mencionado anteriormente, cujas terras estavam castradas no CAR/CEFIR em nome de Bergamaschi, que reivindicava a propriedade do imóvel Vale do Correntina, de 1.140 hectares, para fins de RL, e que estava sobreposta ao Fecho de Pasto Capão do Modesto. Assim, Bergamaschi era o principal interessado nesse encontro com o governador, já que a consequência da ação discriminatória poderia implicar

¹⁶⁷ Os meses de março, abril e maio de 2021 foram os que apresentaram recordes no número de vidas ceifadas pela Covid-19, com 66.573 em março, 82.266 em abril e 59.010 em maio. (COSTA e ROSA, 2021).

no requerimento da nulidade do registro de seu imóvel, sem previsão de indenizações e com possibilidade de responder a um processo criminal (AGUIAR et. al., 2021).



Figura 59 - Aiba, Abapa com Rui Costa em junho de 2021
 Fonte: acervo Aiba/Abapa (2021).

Em agosto, uma comitiva liderada por Rui Costa que esteve, durante uma semana, nas sedes da Abapa e Aiba, em Barreiras, para realizar uma série de reuniões com os presidentes e vice-presidentes Luiz Carlos Bergamaschi e Alessandra Zanotto (Abapa), Odacil Ranzi e Moisés Schmidt (Aiba), o presidente da Abrapa Júlio César Busato e o conselheiro consultivo da Abapa Celestino Zanella. Na comitiva governamental, estavam presentes a secretária de Meio Ambiente Márcia Telles, de Agricultura João Carlos Oliveira, de Desenvolvimento Rural Josias Gomes e de Desenvolvimento Econômico Nelson Leal, além da presença do Procurador do Estado Paulo Moreno e de prefeitos da região. Nas reuniões, foram demandados mais recursos ao Prodeagro, por meio da ampliação do crédito fiscal para base de cálculo do ICMS, com vistas a pavimentar, nos próximos três anos, 654 quilômetros, o que beneficiaria 400 produtores em uma área estimada em 1,2 milhão de hectares.

Outra demanda central era a homologação do estudo do potencial hídrico do pelo governo do estado, para que este chancelasse a metodologia que iria definir o distanciamento entre poços, com vistas a ampliar a irrigação na região. Para tanto, entregaram uma carta a Marcia Telles, pontuando as ações que precisavam ser implementadas, a fim de garantir “o uso racional e transparente dos recursos hídricos do aquífero”, já que, segundo Júlio Busato:

nós estamos em cima de uma grande esponja cheia de água que é o Aquífero Urucuia, que podemos explorar da mesma forma como os norte-americanos fazem no estado de Nebraska, no qual utilizam este recurso de uma forma inteligente (AIBA e ABAPA, 2021f, p.10, grifo nosso).

No primeiro dia de setembro, Aiba e Abapa sofreram uma derrota com a aprovação do plano de bacia do rio Corrente pelo respectivo Comitê, que conseguiu aprovar a suspensão de novas autorizações de supressão vegetal em áreas prioritárias, a adoção de medidas para recuperação de parte das áreas afetadas e a redução da quantidade de água para captação dos rios que poderia ser autorizada (de 80% para aproximadamente entre 60% e 70%) do índice que estava sendo utilizado à época.

Semanas após a aprovação do plano de bacia do Corrente, representantes das duas associações se reuniram em Salvador junto ao Inema e à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para tratar do CEFIR e do PRA. Após essa reunião, no mês seguinte, a SEI atualizou a base cartográfica dos limites municipais do estado da Bahia para servir de referência ao CEFIR e compatibilizar com os dados do Sicar, justificando que essa medida iria atender à Portaria do IBGE nº 177, de 15 de maio de 2020, que havia

atualizado os valores de áreas territoriais de municípios, estados e da União. Ainda em Salvador, os presidentes da Aiba e Abapa realizaram um encontro, na sede da Faeb, com o presidente da entidade Humberto Miranda, a vice-presidenta Carminha Missio, a deputada estadual Jusmari Oliveira e os deputados estaduais Vitor Bomfim, Paulo Câmara e Eduardo Salles, para tratar o Projeto de Lei nº 21.314/2015¹⁶⁸, que proibia a pulverização aérea no estado da Bahia.

No final de outubro, o presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi, o vice-presidente da Aiba Moisés Schmidt e o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras David Schmidt, integraram a comitiva do governador Rui Costa na Expo 2020 Dubai, ocasião em que se reuniram com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Abu Dhabi, o vice-diretor do Departamento de Bens e Infraestrutura da Agência de Investimentos de Abu Dhabi, o Diretor Executivo da Plataforma de Investimentos dos Emirados Árabes Unidos no Fundo de Investimentos Mubadala; o Presidente Executivo e Diretor Executivo da Dubai Multi Commodities Centre; o Diretor Geral da Al Khaleej Sugar Company e representantes de quatro fundos de investimento de Abu Dhabi. Segundo Aiba e Abapa, a comitiva de produtores baianos e o governador Rui Costa estiveram no Oriente Médio em busca de investimentos para intensificar ainda mais o processo de expansão do agronegócio baiano (AIBA e ABAPA, 2021i, p. 18).

Cédula Verde e descarbonização

No que se refere ao atendimento das demandas do agronegócio a nível federal, destaca-se a assinatura do Decreto nº 10.828, de 1º de outubro de 2021, pelo presidente Bolsonaro, que institui a Cédula de Produto Rural – Cédula Verde, dispositivo que regulamenta o pagamento por serviços ambientais. Essa era uma antiga demanda do agronegócio brasileiro, sobretudo da CNA, necessária para ampliar as vantagens financeiras ao produtor rural que “preservasse” o seu imóvel. Sobre isso, o ministro da Economia Paulo Guedes frisava que:

A cédula verde permite que, **a partir do direito de propriedade, se gere riqueza, estimulando a produção**. Daqui para frente, o produtor é estimulado nesta transição para a produção verde. Quem tem uma propriedade rural e a preserva ao mesmo tempo em que produz, começa a receber, pela primeira vez, pagamentos por serviços ambientais, **o que vai trazer bilhões para a preservação do meio ambiente e das florestas**. (AIBA e ABAPA, 2021h, grifos nossos)

Já o então ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite explicava as vantagens da Cédula Verde para os produtores rurais serem recompensados:

Conseguimos desenhar uma CPR Verde que vai trazer mais uma possibilidade para o produtor rural antecipar recursos de serviços ambientais. Serviços ambientais que serão lastreados no estoque de carbono da vegetação nativa, na absorção de crédito de carbono durante a produção agropecuária e, por último, em outros benefícios ecossistêmicos. (POLÍTICA POR INTEIRO, 2021)

Na mesma perspectiva, o presidente da Aiba Odacil Ranzi e a diretora de meio ambiente da entidade Alessandra Chaves alegavam que a publicação do decreto representava o “reconhecimento ao trabalho de conservação e preservação que os produtores rurais têm conduzido ao longo do tempo no Oeste baiano e a regulamentação da CPR Verde se

¹⁶⁸ O Projeto de Lei foi arquivado em fevereiro de 2023 (BAHIA, 2023).

apresentava como uma ferramenta de conservação dos recursos ecossistêmicos (AIBA e ABAPA, 2021h).

Em novembro, a Abapa entregou computadores e *notebooks* ao reitor e ao superintendente de inovação da Ufob, no âmbito das parcerias desenvolvidas entre as instituições, para que se pudesse avançar na modelagem de um indicador de contribuição econômica para algumas cadeias produtivas da região. Denominado de Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), o indicador foi aplicado a nove municípios da região Oeste com produção intensiva de algodão: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Correntina, Riachão das Neves, Baianópolis, São Desidério, Cocos e Jaborandi, e a quatro municípios integrantes de um “grupo controle”, em que não havia presença do agronegócio. A Abapa passou a alegar que, com o IDR, nos municípios onde o algodão estava presente, havia “evidente evolução na qualidade de vida das pessoas e da situação socioeconômica da comunidade, e que as potencialidades do agro são muito maiores do que a gente vê” (AIBA e ABAPA, 2021i, p. 5).

No mesmo mês, e já se movimentando para apresentar as demandas do agronegócio aos candidatos a governador do estado nas eleições de 2022, a Aiba realizou, no auditório Aiba/Abapa, em Barreiras, um encontro com o ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do Democratas (DEM) ACM Neto. Com a participação do prefeito de Barreiras Zito Barbosa, do ex-governador Paulo Souto, do deputado federal Elmar Nascimento (DEM/BA), os presidentes da Aiba, Abapa, Aprosoja Bahia e Acrioeste: Odacil Ranzi, Luiz Carlos Bergamaschi, Leandro Köhn e Mário Mascarenhas, respectivamente, Aiba e Abapa justificavam a realização do encontro para apresentar as projeções para o agronegócio nos próximos anos, com vistas à formação de uma rede de apoio que resulte no aumento da produção de soja, milho e algodão, bem como, a expansão das áreas cultivadas com trigo, feijão e frutas (AIBA e ABAPA, 2021i, p. 17).

Denúncias e o reforço do antagonismo: não há vantagens em rivalizar

No início de dezembro, a agência de jornalismo investigativo Agência Pública publicou uma série de reportagens denunciando o volume colossal das águas captadas legalmente pelo agronegócio na região do Oeste baiano, por meio de outorgas concedidas pelo governo do estado, e listou os nomes de produtores e empresas agrícolas com maiores quantidades de autorizações emitidas. A reportagem também destacava a atuação da diretora do Inema Márcia Telles na liberação de desmatamentos e uso das águas e o acúmulo de duas funções públicas no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, da qual também estava ocupando o cargo de secretária. (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021)

Em resposta a essa denúncia, a Aiba publicou um artigo no boletim mensal do mês de dezembro intitulado “O futuro do Aquífero Urucuia”, que afirmava que as reportagens publicadas traziam “visões rasas” a respeito da diminuição do volume do aquífero, e ressaltava o papel fiscalizador do Estado e do cumprimento da rígida lei pelos produtores rurais. Exaltava-se o papel da ciência e instituições de pesquisa renomadas, que possibilita a adoção de tecnologias que ajudam a abastecer o aquífero Urucuia. Citando a existência de lacunas metodológicas na reportagem, se reforça a afirmação de que a baixa vazão dos rios se deve ao fenômeno climático da seca, sendo “lamentável que não se considerou que os levantamentos analisam períodos distintos da série histórica” (AIBA e ABAPA, 2021i, p.12).

Novamente, reproduz-se o mantra de Evaristo de Miranda, alegando que o agronegócio é quem mais preserva o meio ambiente, e que a agricultura irrigada praticada no Oeste baiano ainda é incipiente se comparada a outras regiões. Por fim, se reafirma a comprovação científica de que o Aquífero Urucuia possui grande disponibilidade de água para ser utilizada pela agricultura irrigada sem prejudicar os rios da região, e que a “narrativa

fácil e equivocada” se trata de uma “disputa midiática” por parte de quem quer “rivalizar” com o agronegócio, que dialoga com a sociedade e garante o desenvolvimento e a produção de alimento de forma sustentável. (Ibidem)

A RENAI como expressão da hegemonia

Ainda no mês de dezembro, na sede da FPA em Brasília, houve o lançamento da Rede Nacional da Agricultura Irrigada (RENAI), idealizada pelo chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Cerrados Lineu Rodrigues¹⁶⁹. No evento, integrantes da FPA se reuniram com a presidenta e o vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais (Irriganor), Rowena Petroll e Felipe Werlang, juntamente com o deputado José Mário (DEM/GO), a presidenta da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados Aline Sleutjes (PSL/PR) e representantes do MAPA e do MDR, além de produtores, empresas e associações do setor da irrigação do Brasil. Na oportunidade, os irrigantes entregaram uma carta aberta ao Mapa e ao MDR pontuando as atividades prioritárias para a agricultura irrigada no país, solicitando ao governo a implantação do Conselho Nacional de Irrigação, assim como a celeridade e o aprimoramento nos processos de regularização ambiental e a melhoria da infraestrutura básica, principalmente no que se refere ao fornecimento de energia (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2021). Nos pronunciamentos de alguns desses atores, fica nítida que a principal demanda para ampliar a irrigação no Brasil é a flexibilização da legislação:

um dos grandes entraves estão [sic] no legislativo, precisamos destravar alguns dos projetos que estão dificultando o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigável no país. (...) Não iremos conseguir se a agricultura irrigada não estiver forte e sustentável no país. Precisamos destravar a regulamentação e modernizar a legislação. (Lineu Neiva, idealizador da RENAI, grifos nossos)

Ano passado foi pandêmico e não tivemos reuniões. Ficamos com a pauta do agro parada. **Esse ano retomamos, já votamos mais de 170 projetos do agro e fizemos mais de 80 audiências públicas. Vamos nos empenhar para resolver os entraves deste setor.** (Aline Sleutjes, deputada federal PSL-PR e presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, grifos nossos)

Cabe destacar que um dos cofundadores da RENAI é Fabrício Mitre, CEO do Grupo Mitre, que detém uma incorporadora voltada para segmentos de médio e alto padrão em bairros nobres da capital paulista, uma rede hospitalar oftalmológica e participação em uma empresa de energia nos EUA, e que há mais de 25 anos vem investindo em terras no Cerrado. Na ocasião do lançamento da RENAI, Fabrício Mitre também apontava a morosidade dos processos de licenciamento ambiental como um dos principais entraves para ampliar a agricultura irrigada no país:

Existe um mal entendimento e os processos de licenciamento ambiental são morosos e travam o desenvolvimento desta atividade. Existe também a questão de rede elétrica, não há sistema de irrigação sem energia e há pouca cobertura de

¹⁶⁹ Buscando fazer a interlocução com o governo, Congresso Nacional e sociedade, a RENAI reúne 81 entidades representadas por associações de irrigantes, polos de irrigação, empresários de diversas cadeias de produtos agrícolas irrigados e representantes de indústrias de tecnologia, suporte e fabricação de equipamentos para irrigação. Para presidir a Rede, que é coordenada por um conselho, foi escolhido o ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) Luiz Roberto Barcelos. (EMBRAPA, 2021)

distribuição de redes de energia nas áreas rurais (Fabricio Mitre, CEO do Grupo Mitre e cofundador da RENAI)¹⁷⁰



Figura 60 - Lançamento oficial da RENAI e criação do dia nacional da irrigação em LEM, junho de 2022.

Fonte: Fockink (2022).

E o bloco dos baiúchos encerrava o ano de 2021 comemorando mais um recorde na safra de soja no estado da Bahia, com 6,8 milhões de toneladas em uma área plantada de 1,7 milhão de hectares – um incremento de 4,9% em comparação a 2020, o que rendeu para a Bahia o título de campeã nacional de produtividade da oleaginosa¹⁷¹.

¹⁷⁰ A Mitre Agro possui mais de 20 mil hectares de plantações de feijão, soja, algodão e pecuária na região do Vale do Araguaia, em Goiás, com quase 8 mil hectares irrigados por mais de 75 pivôs de irrigação, instalados por uma rede elétrica de 41 quilômetros e por energia solar, setor no qual a empresa também passou a investir. Além da energia solar, a controladora atua também na produção de sementes de milho e biodefensivos. Em maio de 2022, a empresa investiu R\$ 293 milhões com vistas a mais que dobrar a área agrícola e abrir capital na B3. Mais da metade dos R\$ 293 milhões vão para equipamentos de irrigação, que permitem colher até 2,5 safras/anos. (AGROCAMPO, 2022)

¹⁷¹ A colheita da soja atingiu 10,5 milhões de toneladas de grãos, com crescimento de 4,4% em relação à safra de 2020. Também houve aumento de 7,3% na produção de cana-de-açúcar (5,5 milhões de toneladas) e de 23% na produção de cacau em relação à safra anterior, além do “bom desempenho” da produção de frutas no estado, no ano de 2021. (BAHIA, 2022) No caso do algodão, a safra de 2020/2021 também foi comemorada pela alta produtividade na Bahia, segundo maior estado produtor da fibra no país, em uma área cultivada de 266.662,64 hectares, mesmo havendo um decréscimo de 14,95% do total da área plantada em relação à safra anterior, que foi de 313.566,4 hectares. Com essa diminuição da área plantada, previa-se ampliar a área em mais 8% na safra 2021/2022, para compensar essa retração, mas o que ocorreu no início de 2022 foi um aumento de 15% na semeadura da safra 2021/2022, alcançando 306.375 hectares. (ABAPA, 2022)



Figura 61 - Reservatório para irrigação de soja em Luís Eduardo Magalhães

Fonte: Comitê Técnico de Geossintéticos (2021).

5.13. 2022: A Consolidação do Bloco Hegemônico

À guisa de observação, no trabalho de levantamento dos corpos discursivos para realizar a análise das estratégias do bloco dos baiúchos durante o último ano de gestão dos governos de Bolsonaro e Rui Costa, nos deparamos com a limitação de que, com a mudança das diretorias da Aiba e Abapa, em 2021, houve também uma alteração no conteúdo das publicações mensais dos boletins mensais das duas entidades a partir de janeiro de 2022. Os conteúdos foram reduzidos a manchetes de notícias com endereços eletrônicos (*links*) que as direcionavam para as notícias, e as práticas e estratégias discursivas do bloco dos baiúchos estavam ocultas nas entrelinhas das informações, cujo conteúdo se referia mais aos projetos e ações desenvolvidos pelas entidades.

Sendo o 2022 um ano de eleições, é possível também que, por conta disso, as estratégias discursivas não foram devidamente explicitadas nos boletins mensais. Assim, além dessas fontes, buscamos identificar essas estratégias também em outros corpos discursivos, como páginas de outras entidades do agronegócio e de notícias sobre o setor, bem como de atores contra hegemônicos, como a Comissão Pastoral da Terra.

Em nível estadual, as principais demandas apontadas junto aos órgãos do executivo ao longo de 2022 continuavam sendo articuladas em torno de investimentos para as áreas de meio ambiente, Aquífero Urucuia, infraestrutura, segurança pública, turismo, divisão territorial e Bahia Farm Show. No âmbito federal, seguiam pleiteando ao executivo e legislativo o aumento de ações de fomento para o agronegócio, infraestrutura, tecnologias, a impenhorabilidade de propriedades rurais com área inferior a quatro módulos fiscais, projetos de irrigação, fortalecimento da cadeia produtiva do cacau e conclusão de estradas.

Com o sucesso alcançado na safra de 2020/2021 e já com a previsão de atingir novo recorde na produção de grãos em 2022¹⁷², em janeiro, a Aiba passou a disponibilizar um boletim semanal, em formato digital, direcionado para representantes comerciais, estudantes e

¹⁷² Segundo a Aiba, em março de 2022, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE estimou a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas no estado da Bahia em 11,1 milhões de toneladas em 2022, o que representaria um crescimento de 5,9% em comparação com a safra 2021, que alcançou o maior resultado da série histórica. A produção da soja poderia chegar em torno de 7 milhões de toneladas, atingindo volume recorde pelo terceiro ano consecutivo, em uma área de 1,79 milhão de hectares. Já a produção de algodão estava projetada para alcançar 1,4 milhão de toneladas, com ampliação da área plantada em 8,3% em relação a 2021 (290 mil hectares a mais). As duas safras anuais do milho podiam somar 2,7 milhões de toneladas em 2022, em área estimada em 700 mil hectares. Com relação à cana-de-açúcar e cacau, previa-se a produção de 5,6 milhões e 126,5 mil toneladas, respectivamente (AIBA, 2022).

veículos de comunicação, com informações sobre o andamento das safras de grãos, algodão, frutas e outros produtos cultivados pelo agronegócio na região Oeste, apresentando também o histórico de comercialização da safra, alertas fitossanitários e informações sobre insumos e meteorologia (AIBA, 2022m, p. 9).

Também no início do ano, a Seagri lançava o Sistema de Defesa Agropecuária da Bahia, uma plataforma de execução que integra todos os programas de defesa agropecuária do estado, resultado de um convênio firmado entre a Adab e a Agrodefesa de Goiás (AIBA, 2022b). Naquele momento, visando ampliar a produção de frutas na região Oeste a partir dos perímetros irrigados, a Aiba já contava com uma diretoria de fruticultura.

Com a eclosão da guerra na Ucrânia, Aiba e Abapa manifestavam a sua preocupação com as consequências diretas e indiretas para o setor do agronegócio, uma vez que a guerra entre Rússia e Ucrânia teria repercussões imediatas nos preços internacionais de trigo e milho (AIBA, 2022b).

Não há problema em se usar um milhão de metros cúbicos de água, se esta água for outorgada

Em fevereiro, Aiba e Abapa, em parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) promoveram o seminário *online* “Águas do Oeste: legislação e boas práticas de irrigação no agronegócio”. Com o convite intitulado “Você quer entender como o Oeste da Bahia tem liderado estudos sobre o correto manejo da água para irrigação?”, o evento teve participação do chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Cerrados e fundador da RENAI Lineu Rodrigues, do diretor de Engenharia e Desenvolvimento da Irrigação da Seagri Djalma Pereira Seixas, do gerente de projetos da Aiba Eneas Porto e do engenheiro agrônomo, consultor em agrossistemas integrados e defensor da agricultura irrigada José Roberto de Menezes¹⁷³.

Na abertura do evento, o presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi ressaltava que a mudança de mentalidade dos produtores do Oeste da Bahia, que seguem a legislação específica quanto ao uso da água, tornou o Brasil o segundo maior exportador mundial de algodão. Por sua vez, o presidente da Aiba Odacil Ranzi também destacava que a preocupação dos produtores rurais com o meio ambiente é uma consciência que tomou conta da área rural e, a cada dia, mobiliza mais e mais produtores. Anunciando que o governo do estado estava buscando incentivar investimentos aos Perímetros Irrigados privados por meio da lógica da parceria público-privada, o diretor de Engenharia e Desenvolvimento da Irrigação do Governo da Bahia Djalma Pereira Seixas ratificava a importância da agricultura como geradora de prosperidade. Para fins da nossa análise, é relevante citar alguns trechos da exposição do consultor José Roberto de Menezes que, ao utilizar termos como “agro-Cerrado” e “agro-trabalho” em defesa da “agricultura irrigada”, alega que, entre outros benefícios, a irrigação economiza mais água que a agricultura de sequeiro:

A agricultura irrigada utiliza sete vezes menos água que a agricultura de sequeiro para produzir alimentos. A irrigação é uma necessidade ecológica, social, econômica e tecnológica e a maneira mais eficiente e econômica de produzir alimentos e fibras. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, 2022, grifo nosso)

¹⁷³ José Roberto de Menezes é um dos principais *think tank* de grandes empresas do agronegócio em defesa da irrigação “ante as recorrentes acusações de que a agricultura irrigada pode causar prejuízo hídrico aos rios” (SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA, 2017). Uma das empresas para as quais ele presta assessoria é a Mitre Agropecuária, de Fabrício Mitre, um dos cofundadores da RENAI e que possui mais de 7 mil hectares irrigados das águas da parte goiana do vale do Araguaia.

Afirmando que a irrigação no Brasil é uma “vergonha”, por cobrir áreas bastante incipientes, o agrônomo ratifica a afirmação de que as águas dos rios são “desperdiçadas” no mar, alvitando a necessidade de quantificar a água que vai para o oceano em valores monetários e criticando, ainda, o “monopólio das hidrelétricas”, que sequestra quase a totalidade da água dos rios:

Como justificar um país com 850 milhões de hectares? Com 13 trilhões de m³ de água de chuva? O Brasil hoje utiliza 0,5 % dessa água (...), **joga 8.4 trilhões de m³ de água no oceano. Quanto vale isso? Quanto poderíamos incorporar de riqueza para a sociedade, para os brasileiros, se nós utilizássemos essa água em benefício do Brasil?** (...) É inadmissível que um país tropical com 850 milhões de hectares utilize mais de 80% da água dos rios com presença humana para hidrelétrica, para transporte de resíduo humano. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, 2022, grifo nosso)

Dessa forma, ressalta a necessidade de quantificar a disponibilidade hídrica dos aquíferos no Brasil, e que o Urucuia é um “presente” que deve ser utilizado em benefício dos baianos e dos brasileiros:

As águas subterrâneas são 5.200 vezes mais do que a água de rio. A água subterrânea são lagos naturais protegidos da evapotranspiração. O Brasil é um país que tem um dos maiores números de aquíferos no planeta: Ater do Chão, Urucuia, Guarani, uma somatória que nós não sabemos e não conhecemos. **Então, gente, o potencial produtivo e essa benção divina do Urucuia, é agradecer esse presente, estudá-lo, cuidá-lo com carinho, mas utilizá-lo em benefício dos baianos e dos brasileiros!** (INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, 2022, grifos nossos)

Na oportunidade, aproveita para justificar a importância de se praticar a “agricultura do sol”, termo inusitado cunhado pelo próprio palestrante para afirmar que como o Brasil, por ser um país tropical, dispõe de sol nos 365 dias do ano – o que possibilitar gerar energia para o funcionamento dos equipamentos de irrigação – e com apenas seis meses de baixa precipitação, é possível produzir todos os dias do ano com a utilização da água da chuva que fica armazenada nos aquíferos, uma vez que a irrigação contribui para a recarga das águas subterrâneas (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2020).

No Brasil hoje nós praticamos a agricultura da chuva, possível com eficiência nas terras altas, **mas 80% do Brasil são terras baixas esperando para serem descobertos para serem utilizadas e desenvolvidas em benefício do Brasil.** Através da agricultura do sol, nós seremos um país não de milhões de toneladas, mas de bilhões de toneladas, podendo produzir dez vezes mais. **Nós teremos safronas porque a intensidade luminosa, os riscos de produção são muito menores.** (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2000, grifos nossos)



Figura 62 - Slide da apresentação de José Roberto de Menezes no seminário virtual “Águas do Oeste: legislação e boas práticas de irrigação no agronegócio”

Fonte: Canal do IDP no YouTube (2022).

Ratificando as afirmações de José Roberto de Menezes, o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Cerrados e fundador da RENAI Lineu Rodrigues, destaca o papel da agricultura irrigada para a segurança alimentar, que é também fator estratégico de produção em regiões que apresentam irregularidades de chuvas. Além disso, alega que a água outorgada autoriza o uso ilimitado das águas para fins de irrigação:

795 milhões de pessoas no mundo não têm o que comer e quatro em cada dez pessoas não têm acesso a água potável. O que é preciso fazer é balancear a produção de alimentos com o uso da água. A agricultura nos trópicos desenvolvida no Brasil, altamente tecnológica e sustentável, está colocando o país na liderança global da produção. (...) **Já a irrigação está presente em apenas 8,2 milhões de hectares, pouco mais de 3%. Não há problema em se usar um milhão de metros cúbicos¹⁷⁴ de água, se esta água for outorgada. E nós temos uma das legislações mais restritivas do mundo para isto.** (AGROLINK, 2022, grifo nosso)

O fundador da RENAI afirma, ainda, que a existência de cidades do Oeste baiano só existe por conta do agronegócio:

Dentre 50 cidades de maior vocação agrícola do país, algumas sumiriam, sem o agronegócio. Não existiriam Juazeiro e Petrolina, polos de produção irrigada. O que seria de cidades do Oeste da Bahia, como São Desidério, Luís Eduardo e Barreiras sem o agro? **A humanidade tem medo de crise hídrica e de crise de alimentos, mas não entende que, sem água, não se produz alimentos e a irrigação garante estabilidade de produção.** (AGROLINK, 2022, grifos nossos)

No início de fevereiro, os presidentes da Aiba e da Abapa Odacil Ranzi e Luiz Carlos Bergamaschi, juntamente com os ex-presidentes das entidades Júlio Busato e Celestino Zanella, participaram de uma conversa um grupo de investidores do Sul da Bahia, em Salvador, com o objetivo de atrair investimentos para a fruticultura regional, especialmente nos perímetros irrigados da região Oeste do estado. Semanas depois, os investidores, juntamente com o secretário estadual de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Leonardo Góes Silva, estiveram no Pólo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco e fizeram um tour por propriedades rurais dedicadas à cacauicultura no Oeste, onde foram recebidos pelo vice-presidente e o diretor executivo da Aiba Moisés Schmidt e Alan Malinski, pelo

¹⁷⁴ Lembrando que 1 milhão de metros cúbicos equivale a 1 bilhão de litros.

presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras David Schmidt e o produtor Antelmo Faria.

Ainda naquele mês, o diretor de fruticultura Márcio Oliveira, o diretor executivo Alan Malinski e o assessor jurídico da Aiba Olegário Macedo e o deputado federal Carlos Tito (Avante) realizaram uma videoconferência com o Juiz Instrutor do Gabinete da Presidência do STF Mário Guerreiro para buscar soluções para o problema da impenhorabilidade de propriedades rurais com área inferior a quatro módulos fiscais, avistando agendar reunião com o relator do processo, ministro Edson Fachin.

Em abril, a Aiba apresentava o protótipo do Sistema de Inteligência e Monitoramento Ambiental (SIMA), desenvolvido pelo Senai/Cimatec, Fundação Solidaridad e Land Innovation Fund, com módulos dedicados à gestão da água e uso da terra e uma calculadora de carbono. No mês seguinte, Abapa e Adab ofereceram um treinamento, no Centro de Treinamento da Abapa em Luís Eduardo Magalhães, voltado a produtores, equipes das fazendas e técnicos do programa fitossanitário, sobre o uso e manuseio de drones para pulverização de agrotóxicos. (ABAPA, 2022b).

Bahia Farm Show 2022: “o nosso agro é fantástico!”

No final de maio, foi realizada a 16ª edição da Bahia Farm Show, de volta à forma presencial, que alcançou novo recorde no volume de negócios, movimentando cerca de R\$ 7,9 bilhões e ultrapassando a marca de R\$ 1,9 bilhão (quatro vezes mais) da última edição da feira que havia acontecido presencialmente, em 2019. (BAHIA FARM SHOW, 2022) A feira contou com a presença do então presidente da República Jair Bolsonaro, acompanhado do ministro da Agricultura Marcos Montes. Segundo o presidente da Aiba Odacil Ranzi, era a primeira vez que um presidente da República visitava a feira:

É um momento histórico receber um presidente na capital baiana do agronegócio. Pedimos que sempre olhe com carinho e atenção para essa terra abençoada e que continue parceiro desse setor que gera o sustento para milhões de famílias brasileiras e contribui enormemente para a segurança alimentar mundial. (BAHIA FARM SHOW, 2022, grifo nosso)

Bolsonaro, por sua vez, exaltando o agronegócio, agradeceu o convite:

Dizer a vocês que eu apoio o homem e a mulher do campo. São pessoas que trabalham de domingo a domingo, de sol a sol, para produzir em seu espaço de terra. O nosso agro é fantástico. A todos vocês da Bahia muito obrigado por essa oportunidade. (BAHIA FARM SHOW, 2022, grifo nosso)



Figura 63 - Bolsonaro na Bahia Farm Show de 2022

Fonte: Aiba (2022).

Não poderia faltar a presença do governador da Bahia Rui Costa, que marcou a abertura da feira com a assinatura do Termo Declaratório de Divisa Territorial entre os estados da Bahia e Tocantins, que, segundo a Aiba, era uma demanda de mais de 30 anos, de fazendeiros com propriedades na área de divisa dos dois estados e que se encontravam em situação de “insegurança jurídica, por haver outras propostas de demarcação territorial além da formatada pelo IBGE” (AIBA, 2022e).

Anunciando a melhoria do aeroporto de LEM, Rui Costa reforçou a importância do acordo para o agronegócio, afirmando que a solicitação foi importante e que “mobilizou nossas equipes técnicas na busca por uma resposta capaz de garantir a tranquilidade das famílias que ali vivem e produzem”.

Segundo o presidente da Aiba, o acordo celebrado durante o evento teve a articulação dos produtores rurais por meio da entidade, que “fez da questão, bandeira de luta” (BAHIA FARM SHOW, 2022):

Nosso agradecimento aos dois governos por entenderem nosso pleito. Certamente agora, os agricultores estarão ainda mais entusiasmados e fortalecidos para fazer negócios durante a Feira. (AIBA, 2022r).

Já o governador do Tocantins Wanderley Barbosa, afirmou que “juntos, estamos fazendo algo que há décadas o setor produtivo da nossa divisa espera, uma integração, uma resolução de um problema crônico” (Ibidem).



Figura 64 - Rui Costa com Odacil Ranzi, Júnior Marabá e Jerônimo Rodrigues na abertura da Bahia Farm Show de 2022

Fonte: Aiba (2022).

Participaram da cerimônia de abertura o prefeito de Luís Eduardo Magalhães Júnior Marabá, o presidente da Abrapa Júlio Busato, da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano Ademar Marçal, O secretário de Agricultura da Bahia Leonardo Bandeira, o presidente da Abapa e Fundeagro Luís Carlos Bergamaschi, além de representantes de instituições financeiras participantes da feira e políticos da Bahia e do Tocantins (BAHIA FARM SHOW, 2022).

Durante o evento, passaram pela feira o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins, o embaixador da República Islâmica do Irã Hossein Gharibi, o presidente da Coopavel e do Show Rural Dilvo Grolli, organizadores da Expo Ringo da cidade de

Lagarto em Sergipe, o deputado federal Carlos Tito, a deputada estadual Jusmari Oliveira, além de delegações estrangeiras da Espanha e Nigéria.

Entre as atividades do evento, destacam-se a palestra “Eficiência e Sustentabilidade”, ministrada pelo pesquisador da Embrapa Cerrados e fundador da Rede Nacional de Irrigantes Lineu Rodrigues, que foi promovida pelo Land Innovation Fund; a exposição de aeronaves de pulverização do modelo estadunidense Air Tractor¹⁷⁵, que garante eficiência em mais aplicações e em grandes escalas; os painéis de debates promovidos pelo Núcleo Mulheres do Agro ‘A mulher no Agro’, conduzido pela jornalista Georgina Maynard da Rede Bahia e TV Oeste, e o painel ‘Ser mulher, ser mãe, ser profissional, ser humano...ser feliz... Ser’.

Considerando que o evento também é marcado por lançamentos de cartas de crédito com inúmeras vantagens para o setor do agronegócio, o Bando do Nordeste recebeu cerca de R\$ 164 milhões em propostas para aquisição de máquinas, e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) ofereceu condições diferenciadas para os “bons clientes” da Agência, financiando até 100% do valor de máquinas e equipamentos, o que propiciou um aumento de 70% nas captações de financiamento em comparação com a última feira realizada, em 2019.

A estratégia da diversificação da produção para ampliação da fronteira

Nos últimos anos, observa-se que um movimento do bloco dos baiúchos de atrair investimentos para diversificar a produção para além das culturas “tradicionais” (soja, algodão e milho) na região, o que vinha demandado a ampliação da irrigação para o cultivo de cacau, trigo, feijão, sementes de milho transgênicas e outras culturas favoráveis que elevassem significativamente as produtividades, como canola, tabaco, cebola, gergelim, cevada, sorgo e mamona.

No final de 2021, a área plantada de trigo já ocupava 6 mil hectares nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina. Na safra 2020/2021, foram cultivados 11.800 hectares de feijão, 15 mil hectares da variedade milho semente, e somente os Perímetros Irrigados de Nupeba e Riacho Grande, em Riachão das Neves, a área de cacau correspondia a 62,3 hectares, em agosto de 2021, além de ganhar espaço nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Formosa do Rio Preto, com tendência de se expandir pelos vales dos rios Corrente e São Francisco. (FILHO, 2021)

Após a realização de uma série de encontros entre o governo do estado, Aiba, investidores e produtores de cacau do Sul da Bahia e outras partes do Brasil, com objetivo de “mostrar que o cacau vem apresentando no Oeste da Bahia produtividades muito acima das obtidas em áreas tradicionais”, no final de março de 2022, a Adab certificou a empresa de produção de mudas BioBrasil – fundada em Riachão das Neves em 2020 e cujo proprietário é o vice-presidente da Aiba, Moisés Schmidt, habilitando a comercialização das mudas de cacau produzidas na região. Em abril, Aiba e Cargill realizavam um encontro em que foi apresentado um panorama com dados oficiais da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), da cadeia de suprimentos do cacau no Brasil e as perspectivas de crescimento perante a demanda global por esse produto. No mês de junho, a Aiba recebeu a visita do presidente da Cacau Show Alexandre Costa, que foi conhecer a cacaucultura do Oeste baiano, “que tem chamado a atenção pela qualidade do fruto e a alta produtividade”. (AIBA, 2022s)

Além de buscar atrair investimentos para a produção de cacau, a Aiba também vinha estreitando a relação com empresas agrícolas da Chapada Diamantina, região que, assim como o Oeste, é rica em água e em grandes extensões de Cerrado, e importante área de

¹⁷⁵ A Bahia é o segundo estado que mais possui o modelo de aeronave Air Tractor no Brasil, ficando atrás somente do estado do Mato Grosso.

recarga dos rios Paraguassu e de Contas. Historicamente ocupada por populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e comunidades geraizeiras de Fundo e Fecho de Pasto, a Chapada Diamantina também vem sendo lócus de conflitos desde a década de 1960, quando se legalizou o garimpo na região, que foi intensificado, sobretudo, na década de 2000, com a chegada de empresas para o cultivo de monoculturas de batata – entre as quais a Igarashi¹⁷⁶.

Em fevereiro de 2022, a Aiba havia recebido o vice-presidente e a diretoria da Associação dos Produtores de Alimentos da Chapada Diamantina (Aproa), que congrega irrigantes na região da Chapada, e que após conhecer as ações desenvolvidas pela Aiba, demonstrou grande interesse em associar-se à entidade. Em passeio com a família num fim de semana do mês de agosto, e visando firmar futuras parcerias para investir em “culturas não tradicionais” no Oeste, o vice-presidente da Aiba Moisés Schmidt visitou as instalações da Fazenda Progresso, em Mucugê, referência do agronegócio na produção de café e uva, e onde se previa a construção de um resort para enoturismo com as uvas irrigadas na região (AIBA, 2022t).

Ressalte-se que no ano anterior, o então secretário de Planejamento e ex-vice-governador João Leão havia liderado uma comitiva governamental – composta pelo então secretário de Desenvolvimento Econômico Nelson Leal, o deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo da Alba Eduardo Salles e o diretor de Planejamento Territorial da Seplan Herbert Oliveira – que visitou seis municípios da Chapada Diamantina, como o objetivo de “planejar o desenvolvimento territorial e atrair novos investidores” para o estado da Bahia. A comitiva visitou a unidade da Igarashi, em Ibicoara, onde se produziam 85 mil toneladas de batata irrigadas por ano em uma área de 65 mil hectares, estando, também, na fazenda Progresso. (NEWSBAHIA, 2021).

Internacionalizando a fronteira

As articulações para atrair investimentos internacionais de megacorporações seguiram de forma intensa ao longo de 2022. Em maio, visando o “estreitamento de relações que poderiam resultar em possíveis parcerias”, os vice-presidentes da Aiba Moisés Schmidt e Seiji Mizote, os ex-presidentes Celestino Zanella e Walter Horita, a representante do Conselho Fiscal Carolina Zuttion e o diretor executivo da entidade Alan Malinski, e o presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi receberam, na sede da Aiba, em Barreiras, uma comitiva da chinesa COFCO Corporation, estatal chinesa que é a maior exportadora de soja no Brasil e movimenta 131 milhões de toneladas de produtos em todo o globo em 35 países¹⁷⁷ (AIBA, 2022e, p. 18).

No mesmo período, buscando reafirmar parcerias para os projetos e ações desenvolvidos entre o setor agropecuário e o governo estadual, a Aiba recebeu a visita do novo secretário de Agricultura da Bahia Leonardo Bandeira para uma reunião sobre

¹⁷⁶ Assim como no Oeste, as comunidades tradicionais relatam que a política do Estado da Bahia a favor do agronegócio é o que tem contribuído para a situação de seca e envenenamento dos rios, lençóis freáticos e das populações locais na Chapada Diamantina (OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA, 2022; M.M. CRUZ, 2020)

¹⁷⁷ Uma das maiores *tradings* mundiais, a estatal chinesa COFCO origina e exporta grãos, sementes oleaginosas, açúcar, café e algodão no Brasil, além de produzir etanol e operar uma rede logística marítima e terrestre no país e em várias partes do mundo. Em 2017, quando já produzia 145 mil hectares de cana no Brasil, a COFCO comprou 100% do capital da Noble Agri, com sede em Singapura, e passou a controlar as plantas, silos e armazéns da holandesa Nidera nos investimentos da América do Sul. Utilizando dessa estrutura e outras estratégias de negócios, a COFCO adquiriu quatro usinas de produção de açúcar, etanol e bioenergia junto a vastas áreas de produção de cana de açúcar no estado de São Paulo, de café em Minas Gerais e uma ampla rede de armazenamento e comércio de grãos no Cerrado brasileiro. No Matopiba, a empresa possui armazéns em LEM, onde já se tornou a maior exportadora de soja para China e Europa (GOMES, 2020, p.258).

exportação de grãos, fibra e frutas com representantes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), BioBrasil Mudas e da Coopercacaú1000. O novo secretário também visitou o Laboratório de Análise de Fibras da Abapa e as sedes da Associação Baiana de Avicultura (ABA) e da Fundação Bahia (AIBA, 2022e).

Em junho, Aiba e Cargill se reuniam para buscar “estratégias mais adequadas para o desenvolvimento de ações sustentáveis diante dos novos cenários”, e a Abapa integrava a comitiva de cotonicultores brasileiros em visita às fiações da Indonésia e da Tailândia. (Abapa Informa, Ed. 03 – junho, 2022) Os laços se estreitavam também com a multinacional holandesa Rabobank, credora de empresas de carne, soja e agrotóxicos no Brasil, que esteve na região Oeste, nos meses de abril e agosto de 2022, para conhecer as ações da Aiba e visitar as áreas de fruticultura nos perímetros irrigados da região, juntamente com representantes da Coopercacaú1000 e do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB).

Em setembro, a Aiba e o fundo Carroll Capital, do grupo estadunidense Carrol Family Farms, discutiam o financiamento de ações de sustentabilidade desenvolvidas pela entidade, como o programa de recuperação de nascentes, as pesquisas da entidade que estavam em andamento, a ferramenta de Balanço de Carbono e as ações de “boas práticas agrícolas”. Segundo a Aiba, o fundo estava “comprometido em projetos ambientais de modo a garantir fomento a práticas sustentáveis que possam trazer resultados para a produção agrícola e o meio ambiente” (AIBA, 2022i).

Ainda em setembro, dirigentes do departamento de originação de grãos da multinacional brasileira BRF estiveram na sede da Aiba para conhecer as ações da entidade e apresentar as suas “expectativas de crescimento para o Matopiba”, com vistas a expandir as culturas de sorgo e milho na região e averiguar a viabilidade de instalação de uma unidade da megaempresa na região Oeste da Bahia. (AIBA, 2022i).

Além de atraírem mais investimentos para ampliar a produtividade da produção de *commodities* e em ações de sustentabilidade, as entidades do agronegócio continuavam buscando potencializar soluções logísticas para o escoamento da safra e a importação de insumos. No mês de março, representantes da Aiba haviam se reunido, em Barreiras, com a mineradora Bamin (Bahia Mineração), controlada pelo Eurasian Resources Group (ERG), do Cazaquistão que, interessada em outros lotes da Fiol, realizava na região um levantamento sobre dinâmica, números do escoamento da safra e transporte de insumos para o setor agrícola regional. No Bahia Farm Show 2022, Abapa, Aiba e Faeb/SPRB assinaram um protocolo de intenções com a empresa, com o objetivo de “envidarem esforços conjuntos para potencializar as oportunidades do agro e as soluções logísticas para escoamento da safra e importação de insumos” (ABAPA, 2022c). Em setembro, a Bamin havia anunciado a ampliação do plano de investimentos na Bahia de R\$ 14 bilhões para R\$ 20 bilhões até 2026, com vistas a aumentar a produção de minério de ferro em Caetité e finalizar as obras do Porto Sul e o Trecho 1 da Fiol, que ligará Caetité a Ilhéus, com 537 km de extensão.¹⁷⁸

Agronegócio familiar: você faz parte disso

¹⁷⁸ Em missão internacional na China, em novembro de 2017, Rui Costa havia assinado um memorando de entendimento com cinco empresas chinesas e a Bahia Mineração (Bamin), para financiamento do projeto Porto Sul, em Ilhéus, da execução da Fiol e da exploração de minério de ferro em Caetité, Sudoeste do estado (TRIBUNA DA BAHIA, 2017). Em maio de 2019, o governador e a Bamin assinaram o termo de unificação dos terminais do Porto Sul e a constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE), em que o governo do estado, como sócio minoritário, teria a competência de deliberar a inclusão de novos acionistas, além de definir políticas e procedimentos para a prestação de serviços no empreendimento Porto Sul (TODABAHIA, 2019). Quando foi anunciada a ampliação do plano de investimento da Bamin na Bahia, em setembro de 2022, a previsão era de aumentar de 18 milhões de toneladas para 26 milhões de toneladas de minério de ferro quando o corredor logístico de integração e exportação (Trecho 1 da Fiol e Porto Sul) estiver concluído, em 2026 (BRASILMINERAL, 2022).

Nas celebrações do Dia Mundial da Água em 2022, a Aiba lançava a nova fase do projeto de recuperação de nascentes, agora intitulado de “Nascentes do Oeste”, e que passou a ser financiado pelo Prodeagro. Esse aumento de recursos possibilitou ampliar as intervenções de “transferência de conhecimento e tecnologia” em outros municípios da região Oeste, como Angical, que acabava firmar acordo de cooperação técnica de adesão ao programa.

Na 6ª edição da Feira Agroecológica de Baianópolis, que aconteceu em abril, foi realizada uma palestra com o tema “Agronegócio familiar”, como parte das atividades do programa. Além disso, Aiba e Abapa seguiam acompanhando unidades demonstrativas de produção de milho em Barreiras, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Formosas do Rio Preto, juntamente com Corteva, Prefeitura de Barreiras e JCO, além de doarem kits de irrigação em comunidades rurais dos municípios da região. Também foram realizadas capacitações de pulverização de agrotóxicos no âmbito do “Programa Aplicação Responsável”, desenvolvido pela Corteva em Barreiras, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves.

As ações na área da educação também se expandiam em todos os níveis de ensino da educação pública da região, desde o fundamental até o superior, como a realização do 1º Encontro de Educação Ambiental na Escola Municipal Presidente Costa e Silva, situada na comunidade do Arroz, em Formosa do Rio Preto, em setembro, e a premiação de estudantes e professores do Ensino Fundamental I e II no concurso do programa Conhecendo o Agro, que em 2022 havia envolvido 92 escolas de dez municípios da região Oeste da Bahia, em novembro.



Figura 65 - Desenho premiado no Concurso do Programa Conhecendo o Agro de 2021

Fonte: Abapa (2022).

No âmbito das atividades de intervenção no ensino superior, a Abapa promoveu a segunda edição do Prêmio Abapa de Jornalismo, ampliando a participação de mais uma universidade pública, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), disponibilizando premiações em dinheiro (R\$ 81 mil) para professores e estudantes vencedores de cursos de Comunicação Social, que produziram conteúdo sobre a cotonicultura baiana e realizaram visita a uma fazenda de algodão. (ABAPA, agosto 2022)

Além de universidades públicas, o investimento em pesquisas que comprovassem o quão sustentáveis são as ações do agronegócio também se intensificaram ao longo de 2022. Em abril, quando se comemorava o Dia Nacional do Solo, Aiba, Solidaridad, Land Innovation Fund, Uneb e Abiove realizaram um *workshop* para apresentação dos resultados sobre os estudos de sequestro de carbono na região Oeste da Bahia. Segundo analista ambiental da Aiba Aloísio Júnior, os resultados mostram que:

as áreas da região Oeste da Bahia apresentam um estoque de Carbono muito significativo, e que comprovam as boas práticas já executadas pelo produtor rural, uma vez que a matéria orgânica inserida nas áreas produtivas e os investimentos realizados no manejo do solo, fazem com que a região seja essa referência de agricultura moderna e sustentável no País e no mundo.

Na segunda etapa do estudo, iniciada em setembro, e buscando ampliar a capilaridade das pesquisas, a Aiba anunciou que novos municípios seriam incluídos como objeto de estudo, como Baianópolis, Correntina e Jaborandi.

Na mesma linha de articulação com instituições de pesquisa, no mesmo mês, a Aiba esteve reunida em Barreiras com integrantes do Australian Rivers Institute (ARI) e da Tropical Water Research Alliance (TWRA)¹⁷⁹, uma parceria entre instituições públicas e privadas e o meio acadêmico do Brasil e da Austrália, para articular o desenvolvimento de um modelo de gestão adaptado para a Bacia do Rio São Francisco.

Fortalecimento institucional para ampliar a irrigação

No início de abril, a Confederação Nacional da Agricultura havia definido os presidentes e vice-presidentes de suas Comissões Nacionais para o ano de 2022, compostas por representantes das Federações de Agricultura e Pecuária dos estados, entidades civis e assessores técnicos. Assim, para a presidência da Comissão Nacional de Irrigação, foi nomeado o presidente do Sindicato dos Produtores de Barreiras David Schmidt, que também presidia o Distrito de Irrigação do Nupeba e Riacho Grande, na região da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e coordenava o Polo de Produção Irrigada do Oeste da Bahia e o Comitê de Produção Irrigada do então Ministério de Desenvolvimento Regional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2022).

Em maio, o gerente de Sustentabilidade da Aiba Eneas Porto e o presidente da Comissão Nacional de Irrigação e do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras David Schmidt cumpriram agenda em Brasília, onde acompanharam a aprovação, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, do PL 2168/2021, que altera o Novo Código Florestal. De autoria do deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), o PL permite a derrubada de vegetação nativa em APPs para a construção de represas ou barragens que tenham como objetivo acumular água para a irrigação de plantações ou para dessedentação de animais, definindo obras dessa natureza como de utilidade pública (BRASIL, 2021).¹⁸⁰ A programação teve, ainda, visita na CNA, no Ministério de

¹⁷⁹ A TWRA é uma aliança entre instituições de pesquisa, universidades e empresas do Brasil e da Austrália que desde 2015 vem buscando “promover uma abordagem integrada para a pesquisa e gestão das bacias hidrográficas tropicais por meio do intercâmbio acadêmico e de negócios entre os dois países”. Presente em 15 estados brasileiros, conta com o financiamento dos “demandantes de serviços”, como CNPq, Capes e Fundações de amparo à pesquisa, Comitês de Bacias Hidrográficas, Banco Itaú, empresas do agronegócio e de mineração. Os projetos são executados por universidades, institutos de pesquisa, Embrapa, setor público e ONGs. (TWARA, 2022).

¹⁸⁰ Desde dezembro de 2022, o Projeto de Lei encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (BRASIL, 2023)

Desenvolvimento Regional e da Agricultura, que teve como pauta os polos de irrigação e as ações do Pólo Oeste da Bahia e o Programa Irriga Mais. (AIBA, 2022q)

No mês de junho, foi oficializada a RENAI, que havia sido constituída em dezembro de 2021, e da qual a Aiba e mais 80 entidades já eram integrantes. Durante o lançamento oficial da RENAI, foi elaborado um documento para ser entregue ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que apontava as principais demandas do setor, entra as quais a implantação do Conselho Nacional de Irrigação, agilidade e aperfeiçoamento nos mecanismos de outorga e licenciamento ambiental e o desenvolvimento de infraestrutura básica, principalmente de fornecimento de energia. Como resultado da articulação da rede, foi instituído o Dia da Agricultura Irrigada, a ser comemorado em 15 de junho¹⁸¹ (IRRIGANOR, 2022).

Naquele mesmo mês, a Aiba anunciava os resultados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentado durante o seminário “Agricultura, Pecuária, Energia e o Efeito Poupá-Florestas”, que alegava que o Brasil estava à frente de outros países agroexportadores, em termos de crescimento da produtividade comparado aos níveis de emissões de gases de efeito estufa (GEE). De acordo com a pesquisa:

a produção brasileira por unidade de emissão de GEE tem crescido continuamente devido ao avanço da mudança tecnológica e aos investimentos em produção de baixo carbono. A economia brasileira apresentou a melhor taxa de crescimento do indicador, que tem como referência a produção agropecuária por emissões totais de gases estufa entre 1990 e 2020. De acordo com o estudo, a taxa é de 3,92% na pecuária e 3,93% na agricultura. O indicador alcançou 43,2% do território nacional em 2020. (AIBA, 2022g)

Com isso, a Aiba continuava reafirmando que a oferta de alimentos e o fomento do desenvolvimento econômico e ambiental do país só eram possíveis com a adoção da irrigação, agora definida como:

um conjunto de tecnologias que possibilita alcançar maior eficiência no uso do solo por meio de fertilizantes, viabilizar o cultivo de grãos e fibras em períodos de estiagem, proporcionar a redução das perdas por evaporação, possibilitar produtividade até três vezes maior do que em áreas de sequeiro, reduzir o impacto climático sobre as culturas, aumentar a diversidade de produtos agrícolas, permitir o uso do solo durante todo o ano e fortalecer a geração de emprego e renda (AIBA, 2022g).

No mês de julho, o presidente da Abrapa Júlio Busato promoveu um encontro com o Ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite em uma de suas fazendas, a Warpol Busato, no município de São Desidério, para “avançar nas discussões sobre a agenda ambiental, que a cada dia torna-se ainda mais importante para o setor agrícola, especialmente na região Oeste da Bahia, onde os produtores vêm desenvolvendo as atividades rurais, com atenção especial voltada para a recuperação de nascentes e a preservação de APPs e áreas de reserva”. No encontro, estavam presentes o vice-presidente da Aiba Moisés Schmidt, a representante da Bayer Francila Calica, e o presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi (AIBA, 2022g, p. 3).

¹⁸¹ Trata-se do Projeto de Lei Nº 2975/2021, de autoria do deputado federal Zé Vitor (PL/MG), que propõe que a data comemorativa do “Dia Nacional da Agricultura Irrigada” seja instituída para 15 de junho, devido à proximidade ao Dia do Meio Ambiente, que marca também o início do período seco em muitas regiões do país, o que faz com que a produção de alimentos dependa da irrigação (AIBA, 2022g).

É relevante lembrar que apenas no período entre janeiro de 2018 e novembro de 2021, o Inema autorizou à família Busato (dona de várias empresas como H&O Busato, Pioneira e Busato Agropecuária) outorgas para captação de água superficial nas bacias dos rios Corrente e Grande e de água subterrânea na bacia do São Francisco que totalizavam 325,3 milhões de litros de água por dia (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021).

Em agosto, a Aiba, em parceria com a Uneb, iniciou a segunda etapa do “Estudo sobre Balanço de Carbono na região Oeste da Bahia”, incluindo novos municípios no escopo da pesquisa, como Baianópolis, Correntina e Jaborandi, com o objetivo de “mostrar que a escolha do sistema de manejo reflete diretamente nos parâmetros sustentáveis da propriedade rural, o que das boas práticas agrícolas que vêm sendo executadas na região”. No mês seguinte, o programa de assistência técnica para gestão da propriedade Agro Plus foi estendido para os municípios de Ibicoara e Mucugê, na região da Chapada Diamantina (AIBA, 2022i).

Em dezembro, o 2º vice-presidente da Aiba Seiji Mizote e o gerente de sustentabilidade Eneas Porto participaram do quarto encontro da RENAI, na sede da Aprosoja Brasil, em Brasília, com o objetivo criar um documento com as principais demandas da agricultura irrigada no país para ser entregue a parlamentares.

O ano de 2022 terminava com a territorialização do bloco hegemônico não apenas na fronteira agrícola do Cerrado, mas também se materializando na construção, pela Aiba Abapa e o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia, da sede da primeira unidade do SEST/SENAT em LEM, e da sede Polícia Militar no Distrito de Rosário, em Correntina, numa parceria entre Aiba, Abapa e a prefeitura de Correntina, com financiamento do Prodeagro.

6.1. As eleições de 2022 e a escalada de violências

À medida que o bloco dos baiúchos intensificava as suas estratégias em todos os espaços possíveis (político, institucional, acadêmico, local, nacional e internacional), com a aproximação das eleições de 2022, uma série de violências contra comunidades tradicionais no Oeste baiano ia se acentuando.

Em meados de setembro, áreas de uso comum de cerca de 20 comunidades tradicionais dos municípios de Correntina e Santa Maria da Vitória foram desmatadas com a utilização de cinco tratores de esteira e correntão, técnica utilizada para devastação da vegetação nativa de Cerrado, e alguns ranchos e benfeitorias foram destruídos, como o do Fecho de Pasto do Cupim. Os territórios tradicionais passaram a estar sob vigilância de aproximadamente 18 homens fortemente armados, que se caracterizavam como “pistoleiros” ou “milícias rurais”. Segundo relatos das comunidades, esses homens circulavam livremente pelos territórios tradicionais fazendo ameaças e intimidando os fecheiros (CPT, 2022a).

Dias depois, seis homens armados e vestidos com coletes de empresa de segurança invadiram o Quilombo Fortaleza, em Bom Jesus da Lapa, no Médio São Francisco baiano, efetuaram disparos de arma de fogo, rodearam casas, ameaçaram famílias e promoveram a retirada de animais do local. Segundo lideranças da comunidade, os invasores foram contratados para coagir as representações das comunidades que lutam pelo direito de permanência no território, que desde 2008 vem enfrentando poderosos grupos que tentam se apropriar do patrimônio ancestral da comunidade¹⁸². (Ibidem)

¹⁸² No mês de julho de 2022, a comunidade já havia denunciado a invasão de três policiais civis do Estado de Sergipe, que chegaram armados, com colete e em veículo oficial sem placa, e os abordaram, atirando para o alto e exigindo que as famílias fossem embora da comunidade, com a justificativa de que a terra teria sido comprada por outra pessoa. Em outra ocasião, dois caminhões carregados de gado e acompanhados por seis homens aparentemente armados soltaram os animais em mais uma tentativa de fraudar uma suposta posse do território

Conforme mencionado anteriormente, esses territórios foram cadastrados como propriedades privadas (Fazendas Santa Tereza e Bandeirantes) mas que estavam sobrepostas aos Fechos de Pasto Vereda da Felicidade e do Cupim, que em 2021 já haviam sido vítimas de ataques e intimidações. Ambas as fazendas foram alvo de ação discriminatória administrativa na Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA)¹⁸³.

No final daquele mês, associações comunitárias locais e mais 56 organizações enviaram um ofício ao governador Rui Costa¹⁸⁴, ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e aos Ministérios Público Federal e Estadual na Bahia, denunciando os ataques cometidos pelas empresas e fazendeiros contra as comunidades e demandando ações para apurar e coibir as violações de direitos humanos.

As áreas sob ataque são historicamente protegidas pelas comunidades tradicionais há pelo menos sete gerações, sendo importantes áreas de recarga do Aquífero Urucuaia, e abrigam nove riachos e veredas, fundamentais para alimentar os Rios Correntina, Santo Antônio, Corrente e São Francisco. São elas: Vereda da Felicidade, Vereda das Pedrinhas, Vereda do Morrinho, Vereda da Onça, Vereda do Cabresto, Vereda do Cupim, Veredas de Porcos, Vereda de Guará e Vereda de Pombas. Ao todo são cerca de 500 famílias, de 25 comunidades que dependem destes cinco fechos para pastorear o gado e fazer o extrativismo. Ameaçadas estão também cerca de seis Veredas que alimentam o Rio Correntina e três que abastecem o Rio Santo Antônio. (Ibidem)

Ressalte-se que o caso dos Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia havia sido apresentado e julgado no mês de julho de 2022, durante a Sessão Especial em Defesa dos Territórios do Cerrado do Tribunal Permanente dos Povos, que condenou e reconheceu a responsabilidade objetiva e compartilhada entre Estados nacionais e estrangeiros, além de empresas e instituições do Brasil e do exterior, pela destruição e perda do ecossistema do Cerrado como um todo. O Tribunal dos Povos julgou o caso dos Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia como uma expressão concreta dos crimes de Ecocídio e Genocídio do/no Cerrado. À luz deste caso específico, a sentença proferida pelo júri do Tribunal condenou o Estado da Bahia, a Fazenda Santa Tereza, a Fazenda Bandeirantes, a empresa Agrícola Xingu, a empresa Agropecuária Sementes Talismã, entre outras que protagonizam os conflitos contra essas comunidades tradicionais, por sua contribuição na comissão de crimes econômicos e

tradicional e intimidar a comunidade. A área onde vivem aproximadamente 120 famílias, reconhecidas desde 2008 pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes quilombolas, até o momento não foi demarcada. A maior parte é de domínio da União, por se tratar de margem de rio federal (São Francisco) e, desde 2013, existem processos no Incra e na Secretaria de Patrimônio da União para demarcação e titulação do território, ainda sem conclusão. (CPT, 2022b)

¹⁸³ Atendendo ao pleito da comunidade de Fecho de Pasto do Capão do Modesto, em maio de 2023, a Justiça da Bahia determinou o bloqueio de 19 matrículas de imóveis localizados em Correntina no âmbito dessa ação discriminatória, que denunciava a invasão das terras de uso comum da comunidade por empresários do agronegócio. Segundo a Justiça, os empresários averbaram suas Reservas Legais dentro do território tradicional da comunidade que, juntas, as 19 fazendas perfazem um total de 11,2 mil hectares. A decisão determina também que o Inema e o Incra sejam oficiados “acerca da proibição de derrubada da cobertura vegetal” nos imóveis. Até maio de 2023, constavam como réus da decisão a transnacional Agrícola Xingú S.A, com sede brasileira em Brasília/DF; o presidente da Abapa Luiz Carlos Bergamaschi; Dino Faccione, ex-diretor da Abapa; e os irmãos Walter Yukio Horita, Wilson Hideki Horita e Ricardo Lhossuke Horita, do Grupo Horita. (COUZEMENCO, 2023)

¹⁸⁴ Além de Rui Costa, foram oficiados no governo baiano o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia Ricardo César Mandarino Barretto; o Secretário de Desenvolvimento Rural Jeandro Laytynher Ribeiro; o Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Carlos Martins; a Secretária de Promoção da Igualdade Racial Fabya Rei; a Coordenadora Executiva da Coordenação de Desenvolvimento Agrário Camila Batista; a Delegada Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia Heloísa Campos de Brito; o Chefe da Casa Militar do Governador Coronel PM Anailton Mauricio Costa; e a Delegada Giovana Bonfim, do Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos.

ecológicos, qualificados como crimes de sistema, que têm gerado graves violações a direitos humanos fundamentais e ao meio ambiente. (Ibidem)



Figura 66 - Rancho de Fecho de Pasto em Correntina destruído

Fonte: Acervo CPT (2022).

Com o resultado do segundo turno das eleições para presidente da República e o governo da Bahia, foram registradas várias ocorrências de destruição de cercas e de abertura de valas e trincheiras para impedir a passagem dos Fechoiros e do gado pelas Veredas dos territórios tradicionais. Nas semanas que antecederam o segundo turno das eleições, e diante da possibilidade da derrota eleitoral do então candidato à reeleição para presidente Jair Bolsonaro (PL), fotos de pistoleiros em torno de uma mesa com armas longas e munição que formavam o número 22 (representando a candidatura de Bolsonaro pelo Partido Liberal) circularam pelas redes digitais de moradores de Correntina e região.



Figura 67 - Imagens que circularam pelas redes digitais em outubro de 2022

Fonte: Reprodução (2022).

Uma semana após a vitória de Lula e de Jerônimo, no dia 30 de outubro, dois fecheiros idosos que voltavam do Fecho do Capão do Modesto foram abordados por um homem com duas armas de fogo e outro que cortava o arame e destruía a cerca instalada pelos fecheiros, para os animais das comunidades não fugirem. Alegando ser o proprietário dos animais, o

homem armado ameaçou “matar tudo, animais e seus donos”, caso os bois não fossem retirados do local.



Figura 68 – Mensagem de pistoleiros deixada no Fecho de Pasto em Correntina
Fonte: Arquivo da Associação (2022).

Na mesma época em que ocorriam os conflitos, às vésperas do 2º turno da eleição presidencial, o observatório De Olho nos Ruralistas publicou o sexto capítulo do Dossiê Bolsonaro, que a partir da base de dados de empresas de segurança orgânica autorizadas a realizar compra de armamento para vigilância patrimonial pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), identificou que, entre a promulgação da lei 13.870/2019, que flexibilizou a posse de armas de fogo em área rural, e maio de 2022, das 1.051 empresas autorizadas a executar segurança orgânica, pelo menos 178 estavam diretamente ligadas ao agronegócio e a setores relacionados a bens e recursos naturais, como os da mineração e sucroenergético¹⁸⁵. A essas empresas é permitido contratar e armar seus próprios vigilantes, em vez de terceirizar a sua proteção a grupos de vigilância patrimonial (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

No intuito de mostrar como as armas liberadas por Bolsonaro chegam ao agronegócio e alimentam conflitos, foram selecionados quatro estudos de caso, nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Pernambuco.

No estado da Bahia, verificou-se que havia apenas uma empresa autorizada a exercer a chamada segurança orgânica na região: a Busato Agropecuária Ltda., pertencente à família de Júlio Busato, que obteve a concessão em agosto de 2021. O levantamento constatou que em pouco menos de um ano, a empresa adquiriu um verdadeiro “arsenal”, com 31 espingardas calibre 12, arma de alto poder destrutivo, e mais de 600 munições do mesmo calibre (Ibidem).



¹⁸⁵ Das 100 maiores empresas do agronegócio, 14 obtiveram licenças para segurança orgânica armada durante o governo Bolsonaro: os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva; as sucroenergéticas Cosan, Raízen e Usina São Martinho; a fabricante de agrotóxicos Bayer, as indústrias de celulose Klabin e Eldorado, as de alimentos M. Dias Branco e São Salvador; e as cooperativas Coamo, Copacol e Cotrijal. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022)

Figura 69 - Munição CBC Calibre 12

Fonte: Arma Store (2023).



Figura 70 - Espingarda Calibre 12

Fonte: Beartac (2023).

Em geral, o levantamento identificou um cenário de clandestinidade e falta de controle por parte do DPF em relação à forma que este arsenal chega ao campo e seu potencial de deflagrar conflitos fundiários. Em diversas situações, as mesmas empresas autorizadas a realizarem a própria segurança armada possuíam histórico de violações de direitos de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, como é o caso do Oeste baiano (Ibidem).

5.14. O Agro sem Fronteiras

Diante de todas essas estratégias discursivas, ao longo de 2022, Aiba, Abapa e demais entidades representativas de classe do agronegócio do Oeste da Bahia não apenas ampliavam o seu espaço de atuação em espaços de representação de interesses do agronegócio em áreas estratégicas a nível nacional – como a Abrapa, a Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, o IPA, a Comissão de Irrigação da CNA e a RENAI, como seguiam reforçando a coesão do bloco hegemônico dos baiúchos, tendo as suas demandas mais que atendidas pelos governos do estado e federal, fortalecendo, dessa forma “as parcerias de longas datas com o setor público” (AIBA, fev.2022).

Essa histórica parceria finalizava o ano com o anúncio do investimento de R\$ 10,7 milhões para o agronegócio do Oeste baiano, com recursos do Prodeagro, a serem aplicados no programa fitossanitário da soja e do milho; gerenciamento do Programa Jovem Aprendiz; programa de marketing e representação institucional para o fortalecimento do agronegócio no Oeste da Bahia; etapa III do projeto de recuperação de nascentes e APPs às margens dos cursos d’água na região Oeste da Bahia – Etapa III; no Centro de apoio à regularização e monitoramento ambiental; Programa Agro Plus; reestruturação e manutenção do complexo da Bahia Farm Show e no aditivo para construção da unidade da Policial Militar no Distrito do Rosário/Correntina (BAHIA, 2022).

Assim, o ano de 2022 terminava com o estado da Bahia batendo o terceiro recorde anual na produção de grãos. Tendo alcançado 12 milhões de toneladas na safra 2021/2022 (aumento de 8,2% em relação à safra anterior), a previsão era de aumentar para 13,1 milhões de toneladas na safra 2022/2023. Com relação à área plantada, houve uma ampliação de 3,5%, com 3,7 milhões de hectares, com destaque para a soja, cuja área plantada no estado saltou de 1,893 milhão para 1,919 milhão de hectares. Também houve crescimento na produção de algodão, que passou de 1,3 milhão de toneladas em 2021/22 para 1,5 milhão de toneladas em 2022/23. (BAHIA, 2023)

Esse acúmulo de recordes na produção foi acompanhado pelo crescimento galopante da área irrigada no estado da Bahia, sobretudo na região Oeste, que foi identificada pelo MapBiomias como a maior região irrigada por pivôs no país, com cerca de 180 mil hectares em 2021, o que representa um aumento de 14,5 vezes em relação à área mapeada no ano de 1985. A maior parte desses pivôs está localizada nas bacias dos rios Grande, Corrente e Paraguaçu. (MAPBIOMAS, 2022)

Além disso, o polo de irrigação Oeste Baiano apresentou a maior área de pivôs centrais de irrigação no conjunto dos polos, ocupando cerca de 180 mil hectares em 2021. A Bahia, juntamente com os estados de Minas Gerais e Goiás, responde por quase dois terços (64%) da área mapeada por pivô central de irrigação no Brasil, e está entre os cinco estados brasileiros que apresentaram as maiores expansões no período de 1985 a 2021 (Maranhão, Goiás, Distrito Federal, Bahia e Mato Grosso). (Ibidem)

Com relação aos municípios baianos com a maior área irrigada, dos dez primeiros no ranking, sete estão no Oeste do estado: São Desidério (o primeiro no *ranking* de todos os municípios baianos, com 51.935 ha), Barreiras (4ª colocação, com 42.771 ha), Jaborandi (5ª colocação, com 23.684 ha), Luís Eduardo Magalhães (6ª colocação, com 21.451 ha), Riachão das Neves (7ª colocação, com 16.261 ha), Correntina (8ª colocação, com 13.733 ha) e Cocos (9ª colocação, com 13.565 ha) (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, 2021).

Vale destacar que em julho de 2023, foi anunciado que o Oeste da Bahia receberia um dos maiores pivôs centrais do Brasil, a ser instalado na Fazenda São Miguel, município de São Desidério. Sendo o maior pivô de irrigação da austríaca Bauer, líder mundial de equipamentos de irrigação, cobre uma área total de 276 hectares a partir de 19 torres motrizes e um raio de 938 metros o que propicia uma vazão de água de 750 mil litros por hora (quantidade que permite abastecer quase 47 cisternas familiares de 16 mil litros)¹⁸⁶.

O mapeamento por imagens de satélite das lavouras, inundação e outros sistemas de irrigação no país, realizado pelo MapBiomias, mostrou que essas áreas quase quadruplicaram entre 1985 e 2021, passando de 804 mil hectares em 1985 para 3,29 milhões de hectares em 2021. Os dados mostram, ainda, que houve uma mudança no tipo de irrigação mais utilizado: em 1985, cerca de 84% da área irrigada mapeada era por sistema de inundação. Em 2021, esse percentual havia caído para 44%, e a área irrigada por pivô central, por sua vez, passou de 8% em 1985 para 50% em 2021. Esse avanço dos pivôs sugere a expansão da irrigação para outros cultivos, notadamente a soja, com 76% das áreas sendo cultivadas com a leguminosa. (MAPBIOMAS, 2022)

Já o Atlas da Irrigação 2021: Uso da Água na Agricultura Irrigada, disponibilizado pela Agência Nacional das Águas (ANA), destacou que em 2021, o Brasil totalizava 8,2 milhões de hectares equipados para irrigação, nos quais 64,5% eram áreas irrigadas com água de mananciais, abrangendo 5,3 milhões de hectares. Em 2019, a demanda de captação de água em mananciais foi superior a 941 mil litros por segundo, o que correspondia a quase 30 trilhões de litros ao ano. Os polos de irrigação concentravam a metade da área irrigada e 60% da demanda hídrica. Esses pouco mais de 8 milhões de hectares irrigados estavam concentrados majoritariamente nas mãos do setor privado, que ocupava 96% do total da área irrigada no país. A ANA estima a incorporação de mais 4,2 milhões de hectares irrigados até o ano de 2040. (Ibidem)

Análises das outorgas de uso de água emitidas pelo Inema no período de quinze anos (setembro de 2007 a setembro de 2022) constata que o Estado da Bahia autorizou a captação de uma vazão total de 17 bilhões de litros de água por dia nas Bacias Hidrográficas dos Rios

¹⁸⁶ O maior pivô central do Brasil e um dos maiores do mundo está na região do Matopiba, no município de Pedro Afonso (TO), contando com um raio irrigado de mais de um quilômetro (1.300 metros) e 26 torres, irrigando uma área de 530 hectares de cana-de-açúcar.

Grande, Corrente e Carinhanha, todas localizadas na região Oeste do estado. Do total outorgado, 3,93 bilhões de litros de água/dia se referiam a captações de água subterrânea e 13,07 bilhões de litros de água/dia captados de águas superficiais, o que daria para abastecer, diariamente, sete vezes a população de todo o estado da Bahia e nove vezes a população do município de São Paulo (IMATERRA, 2022).

Eloy et al. (2023) constataram que entre os anos 2000 e 2017, o desenvolvimento da irrigação por pivô central para o cultivo de soja nas chapadas ampliou 413% a área irrigada na Bacia Hidrográfica do rio Corrente. Como resultado, entre 2013 e 2021, o volume de água destinado às empresas agroindustriais aumentou 431%. A captação de água subterrânea também vem sendo cada vez mais intensificada.

Já as Autorizações de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) emitidos pelo Inema permitiram o desmate de 257.581,60 hectares de Cerrado nativo no Oeste da Bahia entre 2019 e 2021. No período total analisado (setembro de 2007 e junho de 2021), foi autorizado o desmatamento de 992.587 hectares de vegetação nativa em todos os biomas terrestres do estado da Bahia, área equivalente a 32 cidades de Salvador em sua porção continental. Importante destacar que 80% deste total (798.428 hectares) corresponderam a supressões localizadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Grande (535.518 hectares, com 706 ASV) e Corrente (262.910 hectares, com 345 autorizações), justamente sobre a área onde está grande parte do Aquífero Urucuia. (IMATERRA, 2022)

Por fim, vale a pena apontar o crescimento e as projeções de ampliação dos projetos de mineração e de produção de energias eólica, fotovoltaica e elétrica, com a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas e linhas de transmissão de energia, nos Cerrados e Caatinga baianos. Com relação aos projetos de mineração, a Bahia foi o estado que mais realizou investimentos em pesquisa mineral entre os anos de 2017 e 2021, com mais de R\$ 1,5 bilhão de investimentos públicos e privados. Além disso, é o estado que ocupa a terceira posição no *ranking* nacional de produção minerária, ficando atrás apenas de Minas Gerais e do Pará. Entre as empresas que estão investindo na mineração baiana estão a Equinox Gold, que investiu mais de US\$ 100 milhões na cidade de Santaluz, no Nordeste baiano, com expectativa de produzir três toneladas de ouro por ano e a Bamin, que ampliou o plano de investimentos para produção de minério de ferro na Bahia de R\$ 14 bi para R\$ 20 bilhões até 2026.¹⁸⁷ (REVISTA MINERAÇÃO, 2023)

No que se refere aos projetos de energias eólica e solar, além das vantagens biofísicas da instalação dessas usinas no Cerrado e na Caatinga, como a ocorrência ventos alísios¹⁸⁸ permanentes e radiação solar superior a outras regiões, a visualização e o mapeamento de áreas potenciais de corredores eólicos e solares vêm identificando novas fronteiras de produção energética e demonstrando a imensa extensão espacial que essas condições naturais demandam. A maior parte dessas áreas está localizada em terras devolutas, tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais com situações fundiárias incertas (AATR et al., 2022). Além disso, o interesse pela integração entre pivôs centrais e placas solares vem crescendo, já que a energia solar pode reduzir até 80% do custo operacional com irrigação e a instalação

¹⁸⁷ No final de 2022, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) anunciou a viabilização da “descoberta” de uma nova província mineral no extremo norte da Bahia, a Província Metalogenética do Norte do Estado da Bahia, situada na borda norte do Cráton do São Francisco, abrangendo, entre outros, os municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes. A CBPM estimava que a área poderia se estender por até 100 quilômetros, com a ocorrência de mineralizações de fosfato, ferro, ferro-titânio-vanádio, níquel-cobre-cobalto, ouro, metais base e terras raras (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, 2023).

¹⁸⁸ Tipo de vento constante e úmido que tem ocorrência nas zonas subtropicais em baixas altitudes e que sopra nos trópicos na região do Equador de leste a oeste, provocando grande incidência de chuvas (AATR et al., 2022). Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

deste modelo pode levar até três meses, enquanto o prazo da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) é de três anos. (VILARINO, 2023)



Figura 71 - Parque Solar Horizonte em Tabocas do Brejo Velho, Oeste da Bahia
Fonte: Divulgação Enel Brasil (2018-?)

Na Caatinga baiana é onde se concentra a maior parte dos parques eólicos e fotovoltaicos, uma vez que esses empreendimentos são instalados predominantemente em topos de serras. No caso dos parques solares, como estes necessitam de áreas planas e totalmente desmatadas, não podendo haver sombreamento sobre as placas, a maioria dos empreendimentos está concentrada no Cerrado e na Caatinga do estado. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) se concentram na região Oeste, que como sabemos, é rica em cursos d'água, o que permite a inundação das áreas afetadas para o desenvolvimento dos empreendimentos.¹⁸⁹ (SILVA et al., 2022)

Ressalte-se que os grandes conjuntos de usinas fotovoltaicas iniciaram as operações na Bahia em 2017, e há três anos consecutivos, o estado vem liderando a geração de energia solar no Brasil, sendo responsável por 27% do total de energia solar no país em 2022¹⁹⁰. Em maio de 2023, o governador Jerônimo Rodrigues anunciou o início das obras do primeiro complexo solar fotovoltaico na Bahia, a ser operado no município de Barreiras pelo grupo Equatorial Energia (controlado pelos grupos brasileiros Squadra Investimentos Gestão de Recursos Ltda. e Opportunity Asset Administradora de Recursos de Terceiros, o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board e o gigante estadunidense BlackRock, Inc.), com previsão de operação, para 2024, em uma área de mais de 800 hectares.¹⁹¹ (BAHIA, 2023)

¹⁸⁹ No que se refere aos projetos de energia eólica, em julho de 2022, o “Dossiê Energias Renováveis na Bahia: caminhos e descaminhos” haviam identificado 231 usinas em operação no estado da Bahia, 80 usinas em construção, 103 em construção não iniciada e 473 em fase de planejamento, impactando, no total, 105 municípios. Os projetos de energia solar que estavam em operação somavam 42, em construção eram 22, em construção não iniciada eram 158 e em planejamento havia 1.192 projetos, atingindo 85 municípios. Já os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas em operação somavam 7, em construção havia um e 36 em planejamento, impactando 25 municípios. Por fim, as linhas de transmissão já contavam com 89 subestações e 33 em expansão planejada, atingindo 76 municípios do estado. (SILVA et al., 2022).

¹⁹⁰ No ranking nacional de maiores de usinas, o estado ocupa o 3º lugar (Usina Futura em Juazeiro, da empresa brasileira Eneva) e o 6º lugar (Usina Sol do Sertão em Oliveira dos Brejinhos, da empresa Essentia Energia, que tem como investidores o Grupo Pátria Investimentos e a estadunidense Blackstone) (EPBR, 2023).

¹⁹¹ Segundo o governo da Bahia, em maio de 2023, o estado contava com 47 usinas em operação que estavam concentradas nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, para os quais já haviam sido direcionados investimentos de

Com isso, tanto o governo Bolsonaro como o de Rui Costa prepararam o terreno discursivo para que o bloco dos baiúchos, diante da eleição de Lula e Jerônimo, reconfigurasse as suas estratégias e aglutinasse as velhas-novas demandas numa só: “o agro sem fronteiras”.



Figura 72 -Publicidade da Bahia Farm Show 2023 com o presidente e vice-presidente da Aiba Odacil Ranzi e Moisés Schmidt, respectivamente
Fonte: Acervo Aiba (2023)

5.15. Análise dos Marcos Interpretativos (2019 a 2022)

Análise dos Marcos Interpretativo sobre Meio Ambiente (2019 a 2022)

No discurso sobre meio ambiente, o problema, no marco de prognóstico, é a desconexão entre a lei e a realidade posta em cada estado, bioma e setor produtivo e a propagação de falsas acusações e de dados equivocados sobre a agricultura. Assim, o vilanismo atribuído ao agronegócio injustamente coloca em risco conquistas alcançadas durante longos anos, com muito custo e exaustivo trabalho.

No marco de prognóstico, como dimensão vencedora, sobressaem a alegação de que os pagamentos por serviços ambientais para quem tem uma propriedade rural e a preserva ao mesmo tempo em que produz trarão bilhões para a preservação do meio ambiente e das florestas. No traçado de fronteira, o “nós” somos verdadeiros geradores de prosperidade e amigos da natureza. Já o “eles” é delimitado pelas falsas ideologias e por pessoas ou grupos de pessoas que, por interesses econômicos ou por interesses pessoais, acabam acarretando prejuízos tanto para o Brasil quanto para os agricultores. A máxima desse discurso é Preservar para a garantir a continuidade da atividade.

No marco de motivação, o meio ambiente é associado e aglutinado a partir das qualidades morais do produtor rural, o profissional que cuida da terra para extrair dela o alimento que sacia a fome da humanidade, delimitando assim uma fronteira com grupos de

cerca de R\$ 6 bilhões. Outros 139 parques estavam em construção, com previsão de investimento de mais de R\$ 25 bilhões.

peças que até o presente momento somente têm discursos, porém nenhuma ação prática em prol do meio ambiente como foi feito por nós agricultores. O processo de reconstrução histórica e naturalização é destacado pelas afirmações de que sempre pregamos que não precisamos desmatar para aumentar a produtividade. Hoje dispomos de significativos percentuais conservados nos empreendimentos rurais em áreas de RL e APP. Diante disso, as propostas apresentadas para mobilizar preconizam a necessidade de produzir um novo marco legal que permita o destravamento de temas relacionados à produção agropecuária e infraestrutura. Para isso, é preciso mostrar à sociedade e ao país quanto vale esse esforço de preservação da vegetação nativa feito pelos produtores rurais. É necessário, ainda, orientar gestores na formulação de políticas públicas com dados das pesquisas que medem o real impacto que a agricultura tem ocasionado na região.

Quadro 18 - Marcos Interpretativos sobre Meio Ambiente (2019 a 2022)

MEIO AMBIENTE			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema		Injustiça
	A desconexão entre a lei e a realidade posta em cada estado, bioma e setor produtivo e a propagação de falsas acusações e de dados equivocados sobre a atividade agropecuária.		O vilanismo atribuído ao agronegócio coloca em risco conquistas alcançadas durante longos anos, com muito custo e exaustivo trabalho.
M A R C O D E P R O G N Ó S T I C O	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Os pagamentos por serviços ambientais para quem tem uma propriedade rural e a preserva ao mesmo tempo em que produz trarão bilhões para a preservação do meio ambiente e das florestas.	O “nós”: Verdadeiros geradores de prosperidade e amigos da natureza. O “eles”: Falsas ideologias; pessoas ou grupos de pessoas que por interesses econômicos ou pessoais, acabam acarretando prejuízos tanto para o Brasil, quanto para os agricultores.	Preservar para a garantir a continuidade da atividade
M A R	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)

C O D E M O T I V A Ç Ã O	O produtor rural é o profissional que cuida da terra para extrair dela o alimento que sacia a fome da humanidade. vs. Grupos de pessoas que até o presente momento somente têm discursos, porém nenhuma ação prática em prol do meio ambiente como foi feito por nós agricultores.	Sempre pregamos que não precisamos desmatar para aumentar a produtividade. Hoje dispomos de significativos percentuais conservados nos empreendimentos rurais em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.	Produzir um novo marco legal que destrave temas relacionados à produção agropecuária e infraestrutura. Mostrar à sociedade quanto vale esse esforço de preservação da vegetação dos produtores rurais. Orientar gestores na formulação de políticas públicas com dados que medem o real impacto da agricultura na região.

Fonte: Elaboração da autora.

Análise dos Marcos Interpretativo sobre Água (2019 a 2022)

Os problemas que se apresentam no marco de diagnóstico do discurso sobre água são o desperdício de água ou danos à natureza causados pela má gestão dos recursos hídricos. Além disso, o debate sobre a agricultura irrigada ainda é conduzido com grandes lacunas de informações. Outros entreves são alguns dos projetos de lei que estão dificultando o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigável no país. Assim, como injustiças, se interpreta que a má gestão dos recursos hídricos contribui para as inseguranças hídrica e alimentar, e a água que chega ao mar sem cumprir a sua função social de alimentar o mundo acaba sendo desperdiçada.

Diante das injustiças, na dimensão vencedora do marco de prognóstico, se apontam que quando bem gerida, a agricultura irrigada representa disponibilidade de água para sempre, além da segurança alimentar, sendo o único caminho para que a produção cresça no bioma de forma sustentável. No traçado de fronteira, o “nós” está demarcado pelas qualidades de que nós, além de proteger o que está sob a nossa responsabilidade, implementamos programas de preservação que beneficiam a toda a sociedade. Em oposição, o “eles” é apontado como as pessoas que dizem que usamos uma quantidade absurda de recursos hídricos, e visões rasas a respeito da diminuição do volume do aquífero. Assim, a nomeação constitui em: A agricultura irrigada é a grande solução dos problemas do mundo.

No marco de motivação, a ideologização da fronteira é marcada pela provocação: Basta visitar uma lavoura no Oeste da Bahia para comprovar que o futuro chega sempre antes nos campos do cerrado. Em oposição, se delimita a narrativa fácil e equivocada e o enredo fantasioso que tentam opor a produção agrícola ao meio ambiente e indicam uma luta entre vilões e mocinhos. As referências utilizadas para legitimar histórica, social, politicamente o seu discurso sobre água perpassam pelo argumento de que antigamente as decisões para irrigação eram tomadas pelo ponto de vista técnico e hoje a gente coloca a área social também. A região deu um salto qualitativo e quantitativo, através da mudança de mentalidade, em que se atrelam os conceitos de produtividade e sustentabilidade. Como programa de ação, se propõe a necessidade de garantir aos produtores que existe essa disponibilidade hídrica. É preciso trazer a discussão para o terreno da ciência. Dessa forma, é possível explorar o Aquífero Urucuia da mesma forma como os norte-americanos fazem no estado de Nebraska.

Quadro 19 - Marcos Interpretativos sobre Água (2019 a 2022)

ÁGUA			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	O desperdício de água ou danos à natureza causados pela má gestão dos recursos hídricos; O debate sobre a agricultura irrigada ainda é conduzido com grandes lacunas de informações; Os processos de licenciamento ambiental são morosos e travam o desenvolvimento desta atividade.		A má gestão dos recursos hídricos contribui para as inseguranças hídrica e alimentar. A água que chega ao mar é desperdiçada e não cumpre a sua função social de alimentar o mundo.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Quando bem gerida, a agricultura irrigada representa disponibilidade de água para sempre, além da segurança alimentar. A agricultura irrigada é o único caminho para que a produção cresça no bioma de forma sustentável.	O “nós”: Além de proteger o que está sob a nossa responsabilidade, implementamos programas de preservação que beneficiam a toda a sociedade. “O eles”: Pessoas que dizem que usamos uma quantidade absurda de recursos hídricos; visões rasas a respeito da diminuição do volume do aquífero.	A agricultura irrigada é a grande solução dos problemas do mundo
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Basta visitar uma lavoura no Oeste da Bahia para comprovar que o futuro chega sempre antes nos campos do cerrado. vs. A narrativa fácil e equivocada e o enredo fantasioso que tentam opor a produção agrícola ao meio ambiente e indicam uma luta entre vilões e mocinhos.	Antigamente as decisões para irrigação eram tomadas pelo ponto de vista técnico e hoje a gente coloca a área social também. A região deu um salto qualitativo e quantitativo, através da mudança de mentalidade, em que se atrelam os conceitos de produtividade e sustentabilidade.	É necessário garantir aos produtores que existe essa disponibilidade hídrica. Trazer a discussão para o terreno da ciência, sem confundir os efeitos das secas com o efeito do uso da água na irrigação. Podemos explorar o Aquífero Urucuia da mesma forma como os norte-americanos fazem no estado de Nebraska.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativo sobre Defensivos Agrícolas (2019 a 2022)

No marco de diagnóstico, o discurso sobre os defensivos identifica como problema a liberação de alguns produtos fitossanitários que têm a mesma formulação de produtos que encontramos na farmácia, mas que, por conta disso, o seu uso na agricultura é dificultado. A prática da pulverização aérea é, ainda, injustamente vilanizada e acaba por desabonar o produtor rural.

No marco de prognóstico, a dimensão vencedora se dá em torno da alegação de que o produtor que usa adequadamente os produtos e tecnologias disponíveis no mercado tem mais chances de aumentar a produtividade, além de ser mais sustentável para o processo produtivo. A partir disso, no campo político a identidade do “nós” é delimitada por aqueles que colocam na mesa a sua comida e respeitam as leis e o meio ambiente, com a adoção de critérios de sustentabilidade e respeito às legislações ambiental e trabalhista, em oposição ao “eles”: alguns canalhas, que existem em todas as profissões, depredam o meio ambiente e não usam doses e produtos recomendados e a mídia sensacionalista. Com isso, o mote que nomeia esse prognóstico é: Agrotóxico nada mais é do que remédio.

No marco de motivação, para mobilizar, em um tom irônico, o discurso sobre agrotóxicos ativa qualidades morais do “nós” e “eles” com a argumentação de que os agrotóxicos não prejudicam a saúde humana nem o meio ambiente. Há muita desinformação. Todo mundo reclama dos agrotóxicos, mas não reclama dos remédios alopáticos. São uns hipócritas, otários! É por isso que eu odeio os agrotóxicos! Se não precisasse utilizá-los, não precisaria gastar fortunas com eles. Não precisaria de equipamentos que custam centenas de milhares de reais para aplicá-los, de maneira correta, respeitando as doses recomendadas, os períodos ideais de aplicação, respeitando o meio ambiente. Para mobilizar adesão ao discurso, se reconstrói a história da legalidade na condução da atividade agrícola, em que os produtores rurais do Oeste baiano sempre tiveram o compromisso com a adoção de boas práticas agrícolas em todo sistema produtivo. Como resolução, se propõe a necessidade de demonstrar a agricultura de alta tecnologia e com alta produtividade que, de fato, vem sendo desenvolvida nas lavouras. É necessário, ainda, fazer uma reflexão sobre o uso de defensivos e o interesse dos produtores em proteger a natureza.

Quadro 20 - Marcos Interpretativos sobre Defensivos Agrícolas (2019 a 2022)

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS			
MARC O DE DIAGN ÓSTIC O	Problema		Injustiça
	Um entrave é a liberação de alguns produtos fitossanitários, que têm a mesma formulação de produtos que encontramos na farmácia, mas o uso na agricultura é dificultado.		A prática da pulverização aérea é injustamente vilanizada e acaba por desabonar o produtor rural.
MARC O DE PROG NÓSTI CO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	O produtor que usa adequadamente os produtos e tecnologias disponíveis no mercado tem mais chances de obter maior produtividade, além de ser mais sustentável para o processo produtivo.	O “nós”: aqueles que colocam na mesa a sua comida Respeitamos as leis e o meio ambiente, com a adoção de critérios de sustentabilidade e respeito às legislações ambiental e trabalhista. O “eles”: Alguns canalhas, que existem em todas as profissões, depredam o meio ambiente e não usam doses e produtos recomendados; a mídia sensacionalista.	Agrotóxico nada mais é do que remédio
MARC O DE MOTI VAÇÃ O	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	É por isso que eu odeio os agrotóxicos. Se não precisasse utilizá-los, não precisaria de equipamentos que custam centenas de milhares de reais para aplicá-los, de maneira correta, respeitando as doses recomendadas, os períodos ideais de aplicação, o meio ambiente. vs. Há muita desinformação. Todo mundo reclama dos agrotóxicos, mas não reclama dos remédios alopáticos. São uns hipócritas, otários!	Os produtores rurais do Oeste baiano sempre tiveram o compromisso com a adoção de boas práticas agrícolas em todo sistema produtivo.	É preciso demonstrar a agricultura de alta tecnologia e com alta produtividade que, de fato, vem sendo desenvolvida nas lavouras da região. É necessário fazer uma reflexão sobre o uso de defensivos e o interesse dos produtores em proteger a natureza.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (2019 – 2022)

O discurso sobre agricultura familiar irrigada aponta como problema a grande demanda pelo crescimento da irrigação na agricultura familiar, já que a tecnologia é um auxílio fundamental para garantir a segurança alimentar do mundo. Nessas localidades da zona rural, muitas vezes o acesso aos projetos e ações é mais escasso, por conta das dificuldades de logística. Dessa forma, devido à falta de acesso à tecnologia da irrigação, os pequenos produtores acabam migrando para os grandes centros em busca de emprego.

No marco de prognóstico, a dimensão vencedora que sobressai consiste em desmitificar o uso da irrigação, uma ferramenta que pode e deve ser utilizada entre produtores de pequenas áreas, sendo a chave para o desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente. No traçado da fronteira, delimita-se o “nós”, como os que temos o conhecimento e damos o direcionamento para um plantio seguro e uma colheita farta. Em oposição, aponta-se o “eles” como quem desconhece a realidade da agricultura irrigada e aqueles que fazem mal uso da água. A máxima do discurso é, dessa forma: Otimizar informação e trazer riqueza para a região.

Os conteúdos morais que se destacam para motivar as pessoas a aderir a esse discurso estão associados aos nossos projetos, que fizeram com que os agricultores familiares passaram a ter a certeza de ver seus campos sempre verdes, garantindo a produção, mesmo no período seco, assegurando renda e segurança alimentar para as suas famílias. As referências utilizadas para legitimar historicamente o discurso é afirmar que com o advento da irrigação, pequenos produtores rurais do Vale estão conseguindo aumentar a produtividade sem precisar ampliar a área plantada nem usar mais recursos naturais. A mudança ocorrida com o grande potencial do vale tem elevado o padrão de vida dos moradores de uma região que antes era abandonada, pobre, e agora está em pleno desenvolvimento. Assim, o programa político que busca adesão ao discurso consiste em provar que a região tem potencial de aumento da produção agrícola irrigada, quanto na agricultura empresarial quanto na agricultura de pequena escala, bem como em mostrar que em regiões com pouca regularidade de chuva como o Oeste da Bahia, é impossível se produzir o ano inteiro sem recorrer aos sistemas de irrigação que podem ser grandes aliados do produtor e do meio ambiente.

Quadro 21 - Marcos Interpretativos sobre Agricultura Familiar Irrigada (2019 a 2022)

AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA			
M A R C O D E D I A G N Ó S T I C O	Problema		Injustiça
	Há uma grande demanda pelo crescimento da agricultura irrigada na agricultura familiar, e onde não tem tecnologia, como nas pequenas propriedades, os recursos naturais são indevidamente utilizados e desperdiçados.		Nessas localidades da zona rural, muitas vezes o acesso aos projetos e ações é mais escasso, por conta das dificuldades de logística. Devido à falta de acesso à tecnologia da irrigação, os pequenos produtores acabam migrando para os grandes centros em busca de emprego.
M A R C O D E P R O G N Ó S T I C O	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Desmitificar o uso da irrigação, uma ferramenta que pode e deve ser utilizada entre produtores de pequenas áreas, sendo a chave para o desenvolvimento socioeconômico, além de ajudar a preservar o meio ambiente.	O “nós”: Temos o conhecimento e damos o direcionamento para um plantio seguro e uma colheita farta. O “eles”: Quem desconhece a realidade da agricultura irrigada.; aqueles que fazem mal uso da água.	Otimizar informação e trazer riqueza para a região
M A R	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)

C O D E M O T I V A Ç Ã O	Com os nossos projetos, os agricultores familiares passaram a ter a certeza de ver seus campos sempre verdes, garantindo a produção, mesmo no período seco, assegurando renda e segurança alimentar para as suas famílias, e não pensam em deixar tudo e ir para a cidade. vs. O mito de que a prática da irrigação é inimiga do meio ambiente.	Com o advento da tecnologia da irrigação, pequenos produtores rurais da região do Vale estão conseguindo aumentar a produtividade sem precisar ampliar a área plantada nem usar mais recursos naturais. O grande potencial do vale para o desenvolvimento da fruticultura, piscicultura e pecuária de leite, que eleva o padrão de vida dos moradores de uma região que era abandonada, pobre, e agora está em pleno desenvolvimento.	Provar que a região tem potencial de aumento da produção agrícola irrigada, quanto na agricultura empresarial quanto na agricultura de pequena escala. Mostrar que em regiões com pouca regularidade de chuva como o Oeste da Bahia, é impossível se produzir o ano inteiro sem recorrer aos sistemas de irrigação que podem ser grandes aliados do produtor e do meio ambiente.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre o Projeto de Recuperação de Nascentes (2019 – 2022)

O problema de assoreamento dos rios está acontecendo em regiões onde predomina a agricultura familiar do Vale, pois as práticas agrícolas que vêm sendo adotadas por essas comunidades não são realizadas dentro dos princípios da sustentabilidade. Assim, os ribeirinhos acabam ficando sem acesso à educação ambiental e a tecnologias e soluções de sustentabilidade, o que lhes priva de água para beber, plantar e cuidar dos animais.

A partir dessa injustiça, a dimensão vencedora que sobressai é a garantia da segurança hídrica através da produção sustentável disponibilizada pelo projeto, para catalogar, diagnosticar e cuidar de nascentes, sendo a sua condução essencial para a manutenção dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas. No traçado de fronteira, ao “nós” se articula a interpretação de que graças ao projeto da Abapa, as nascentes e áreas verdes do entorno estão protegidas e a população que mora nas proximidades vem contribuindo para essa preservação. Em oposição, estão aqueles que por desinformação, desconhecem que a preservação do meio ambiente é condição essencial para a própria sobrevivência humana e acabam por degradar as nascentes e o entorno delas. Com isso, tem-se como nomeação: As nascentes são o princípio de tudo. Preservá-las é garantia de que contaremos com os recursos hídricos para sempre.

As qualidades morais do “nós” são demarcadas pela afirmação de que o projeto garante a transferência de conhecimento e a troca de informações de maneira simultânea, pois juntos podemos adotar práticas cada vez mais sustentáveis. Do outro lado da fronteira, muito se fala em proteção dos recursos hídricos, principalmente quem está na cidade, mas pouco fazem para ajudar a ampliar a preservação e/ou recuperação do meio ambiente quando necessário. Na reconstrução histórica, se traz para o presente que agora, as pessoas estão cuidando de uma forma diferente dos nossos mananciais e o uso de água na agricultura está, a cada dia, mais racional e eficiente. Com isso, propõe-se que é preciso mostrar à sociedade que a água, bem essencial para a vida humana e para a economia da região, será abundante também para as próximas gerações. Para tanto, precisamos ser uma referência para a revitalização de áreas com as mesmas especificidades do Cerrado brasileiro.

Quadro 22 - Marcos Interpretativos sobre o Projeto de Recuperação de Nascentes (2019 a 2022)

PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	O problema de assoreamento dos rios está acontecendo em regiões onde predominam as comunidades ribeirinhas do Vale, pois as práticas agrícolas que vêm sendo adotadas por essas comunidades não são realizadas dentro dos princípios da sustentabilidade.		Os ribeirinhos não têm acesso à educação ambiental e a tecnologias e soluções de sustentabilidade, o que lhes priva de água para beber, plantar e cuidar dos animais.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Garantir a segurança hídrica através da produção sustentável com o projeto para catalogar, diagnosticar e cuidar de nascentes. A condução desse projeto é essencial para a manutenção dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica.	O “nós”: Graças ao projeto da Abapa, as nascentes e áreas verdes do entorno estão protegidas e a população que mora nas proximidades vem contribuindo para essa preservação. O “eles”: Desinformação, desconhecimento que faz com que as nascentes e o seu entorno sejam degradados.	As nascentes são o princípio de tudo. Preservá-las é garantia de que contaremos com os recursos hídricos para sempre.
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	O projeto garante a transferência de conhecimento e a troca de informações de maneira simultânea, pois juntos podemos adotar práticas cada vez mais sustentáveis. vs. Muito se fala em proteção dos recursos hídricos, principalmente quem está na cidade, mas pouco fazem para ajudar a ampliar a preservação e/ou recuperação do meio ambiente quando necessário.	As pessoas agora estão cuidando de uma forma diferente dos nossos mananciais e o uso de água na agricultura está, a cada dia, mais racional e eficiente.	Mostrar à sociedade que a água, bem essencial para a vida humana e para a economia da região, será abundante também para as próximas gerações. Ser uma referência para a revitalização de áreas com as mesmas especificidades do Cerrado brasileiro.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Educação (2019 a 2022)

Com relação ao discurso sobre educação, o problema é diagnosticado como a invisibilidade do agro na vida das pessoas, apesar de este ser tão onipresente. Logo, esse desconhecimento gera lacunas. As informações equivocadas geram injustiças como preconceitos e prejuízos contra o setor.

A dimensão vencedora se articula à necessidade de se tornar conhecida a atividade agropecuária e a importância na vida das pessoas a partir da educação, em sala de aula, aproximando a rede pública e privada de ensino e ampliando o conhecimento dos estudantes para inserir as questões inerentes ao setor agropecuário adequadas à nossa região. Dessa forma, se traça a fronteira a partir do “nós”, a Abapa, que acredita e investe na educação agregando a produção agrícola, de alimentos, fibras, e mesmo como forma de conservação da natureza, se tornando uma força ainda mais poderosa. Em oposição ao “nós”, o “eles” é compreendido como as pessoas que não conseguem dizer de onde vem a comida que elas comem, a roupa que vestem, a madeira do telhado que as protege da chuva e do sol. A nomeação que surge desse prognóstico consiste na frase sintética: Seja perto ou longe do campo, todo mundo no Oeste é agro.

Ao mostrar aos estudantes das redes municipais de ensino da nossa região esse admirável mundo de tecnologia, produtividade e sustentabilidade que tem permitido ao Brasil cumprir a importante missão de colaborar para alimentar a humanidade, sem descuidar do planeta, nossos alunos percebem o quanto eles, no papel de produzir alimentos, são importantes para o mundo. O nosso aluno, com o Programa, passa a ter essa visão de futuro, ao contrário de muitos conteúdos escolares que não possuem bases científicas e são elaborados com achismos, e aqueles que querem separar a agricultura por puro preconceito. As referências para legitimar histórica, social, politicamente o discurso sobre educação são articuladas pela narrativa de que a agricultura se desenvolveu muito na última década, principalmente em termos de tecnologia implementos e máquinas. Por isso é importante demonstrarmos em atividades os processos e cadeia produtiva do agronegócio baiano, que hoje é reconhecido como um dos melhores do Mundo. Dessa forma, é necessário visualizar a importância do agronegócio para a sociedade e propor a inserção, no Currículo Escolar, das questões relativas à vida, trabalho e empreendedorismo.

Quadro 23 - Marcos Interpretativos sobre Educação (2019 a 2022)

EDUCAÇÃO			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	Apesar de ser tão onipresente na vida das pessoas, o agro é invisível para muitas delas e este desconhecimento gera lacunas.		Informações equivocadas que geram preconceitos e prejuízos contra o setor.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	É preciso tornar conhecida a atividade agropecuária e a importância na vida das pessoas a partir da educação, e ampliando o conhecimento dos estudantes para inserir as questões inerentes ao setor agropecuário adequadas à nossa região.	O “nós”: A Abapa acredita e investe na educação agregando a produção agrícola como forma de conservação da natureza, se tornando uma força ainda mais poderosa. O “eles”: Pessoas que não conseguem dizer de onde vem a comida que elas comem, a roupa que vestem, a madeira do telhado que as protege da chuva e do sol.	Seja perto ou longe do campo, todo mundo no Oeste é agro
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Através dessas práticas, nossos alunos percebem o quanto eles, no papel de produzir alimentos, são importantes para o mundo. Por isso faz sentido mostrar a conexão que cada jovem ou adulto tem com essa atividade, além de incentivá-los a permanecerem no campo. vs. Conteúdos escolares sem bases científicas e com achismos; querem separar a agricultura por puro preconceito.	A agricultura se desenvolveu muito na última década principalmente em termos de tecnologia implementos e máquinas. Por isso é importante demonstrarmos em atividades, como visitas às fazendas, para que os professores e alunos possam conhecer os processos e cadeia produtiva do agronegócio baiano, que hoje é reconhecido como um dos melhores do Mundo.	Precisamos mostrar aos mais jovens como o agronegócio reflete dentro da sociedade. É necessário visualizar a importância do agronegócio para a sociedade e propor a inserção, no Currículo Escolar, de uma análise mais aprofundada das questões relativas à vida, trabalho e empreendedorismo.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Bahia Farm Show (2019 a 2022)

A análise dos marcos interpretativos do discurso que é articulado em torno da Bahia Farm Show buscou trazer como corpus discursivo falas e narrativas do bloco dos baiúchos tanto sobre a interpretação da própria feira como as que foram proferidas durante a realização do evento no recorte temporal em tela (cerimônia de abertura, painéis, palestras) e em publicações da Aiba e Abapa. Assim, no marco de diagnóstico, o problema identificado é o desconhecimento sobre a realidade do campo, que gera muitas dúvidas na população. Diante disso, a gente se entristece quando vê o setor sendo corroído por desinformação e sendo tratado como bandido, porque a gente sabe que isso desafia o crescimento de novas técnicas. Essa classe produtora foi sofrida e massacrada durante muito tempo, por terem nos colocado contra a população urbana.

No marco de prognóstico, a dimensão vencedora é que a feira é também o momento de levar demandas e se reunir com os representantes da iniciativa privada, poder público, universidades, dentre outros. No traçado de fronteira, o “nós” representa o pioneirismo e o espírito de liderança das entidades dos produtores da região, os desbravadores da idade moderna. Em oposição, Correntina é o problema mais grave do Oeste, além da desinformação e abordagens que mitificam o agro. As nomeações que aparecem são: Brasil, terra do agronegócio; Agro, a força que move o mundo; Sustentabilidade, boas práticas e alta produtividade; e A inovação do agro na era digital.

Na moralização da fronteira, demarca-se as qualidades morais do agronegócio ao significar a Bahia Farm Show como o resultado do trabalho transformado em experiência de vida e ações e prol de uma sociedade mais justa, para deixar um mundo melhor para aqueles que nos sucedem. Ao contrário daqueles que nos tratam como bandidos, propagam a desinformação e ocultam que o produtor está cada vez mais interessado em preservar, além de nos colocar contra a população urbana. As referências históricas sobre a feira lembram um local que há poucos dias era somente ruas asfaltadas e uma grama verde que cobria o solo, e hoje podemos contar com a presença maciça de empregadores, trabalhadores rurais, professores, estandes de agronomia, expositores ávidos por fazer negócios. A resolução se apresenta pelas propostas de mostrar o que nós temos de melhor: como são as nossas propriedades, as máquinas e equipamentos, os softwares que usamos e também o nosso relacionamento com o poder público municipal, estadual e estadual.

Quadro 24 - Marcos Interpretativos sobre a Bahia Farm Show (2019 a 2022)

BAHIA FARM SHOW			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problemas		Injustiças
	Desconhecimentos que geram muitas dúvidas na população.		A gente se entristece quando vê o setor sendo corroído por desinformação e sendo tratado como bandido. Essa classe produtora, que foi sofrida, massacrada durante muito tempo por terem nos colocado contra a população urbana.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	A feira é também o momento de levar demandas e se reunir com os representantes da iniciativa privada, poder público, universidades, dentre outros.	O “nós”: Esta feira representa o pioneirismo e o espírito de liderança dos produtores da região oeste; Desbravadores da idade moderna O “eles”: O problema mais grave do Oeste é Correntina! Desinformação Abordagens que mitificam o agro.	Brasil, terra do agronegócio Agro, a força que move o mundo Sustentabilidade, boas práticas e alta produtividade A inovação do agro na era digital
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	A BFS é o resultado do trabalho e ações e prol de uma sociedade mais justa. A partir das nossas dificuldades, podemos melhorar o lugar onde vivemos e deixar um mundo melhor para aqueles que nos sucedem. vs. Aqueles que nos tratam como bandidos, propagam a desinformação e ocultam que o produtor está cada vez mais interessado em preservar, além de nos colocar contra a população urbana.	Podemos ver que um local que há poucos dias era somente ruas asfaltadas e uma grama verde que cobria o solo em que pisamos, e hoje poder contar com a presença maciça de empregadores, trabalhadores rurais, professores, estandes de agronomia e áreas afins, expositores ávidos por fazer negócios e todo o público que vem e que virá para visitação, troca de conhecimento e bons negócios.	É um momento de mostrar o que nós temos de melhor: como são as nossas propriedades, as máquinas e equipamentos, os softwares que usamos e também o nosso relacionamento com o poder público municipal, estadual e estadual.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre Segurança no campo (2019 – 2022)

No marco de diagnóstico do discurso sobre segurança no campo, o problema é a própria falta de segurança, que faz com que a sociedade como um todo e principalmente o setor agrícola sofram com a insegurança patrimonial e fundiária.

Assim, na dimensão vencedora, o que atribui o sentido político ao problema da insegurança no campo é a realização da Operação Safra, que proporciona segurança aos municípios e distritos, contribuindo para a queda dos indicadores criminais no Estado, além de oferecer a defesa sanitária e vegetal da região. O “nós” é delimitado no traçado de fronteira como quem investe em segurança. Em oposição, as quadrilhas criminosas especializadas são identificadas como o “eles”. Com isso, a nomenclatura que se destaca é: Paz no campo.

Na moralização da fronteira, tem-se as interpretações de que a Operação Safra é um projeto de imenso sucesso, que traz maior sensação de tranquilidade e permite que o trabalho seja desenvolvido em paz, nos campos do oeste da Bahia e os inúmeros serviços prestados por esta iniciativa têm reflexos diretos na manutenção da paz do campo e nas cidades da região, que dicotomizam com a insegurança no campo.

Na reconstrução histórica, recupera-se a relevância da Operação Safra para os agricultores oestinos, por reduzir o índice de criminalidade e fazer com que os moradores da região possam contar com mais segurança no campo e na cidade desde a primeira edição, em 2014. Com o início da operação, as comunidades localizadas nas áreas rurais estão vivendo dias melhores. O programa político traz as propostas de que é preciso combater a criminalidade para garantir a paz no campo, a importância de manter a parceria entre as instituições e o clamor aos produtores rurais para que apoiem a Operação Safra no que for necessário, para não voltarmos à situação que tínhamos antes.

Quadro 25 - Marcos Interpretativos sobre Segurança no Campo (2019 a 2022)

SEGURANÇA NO CAMPO			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	A falta de segurança no campo.		A sociedade como um todo e principalmente o setor agrícola sofrem com a insegurança patrimonial e fundiária.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	A Operação Safra proporciona segurança aos municípios e distritos, contribuindo para a queda dos indicadores criminais no Estado, além de oferecer a defesa sanitária e vegetal da região.	O “nós”: Nós investimos em segurança. O “eles”: Quadrilhas criminosas especializadas.	Paz no campo
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	A Operação Safra é um projeto de imenso sucesso, que traz maior sensação de tranquilidade e permite que o trabalho seja desenvolvido em paz, nos campos do oeste da Bahia. vs. Insegurança no campo.	A Operação Safra é considerada relevante para os agricultores oestinos e tem reduzido o índice de criminalidade da região desde a primeira edição, em 2014. Com o início da operação, as comunidades localizadas nas áreas rurais estão vivendo dias melhores	É preciso combater a criminalidade para garantir a paz no campo. Apoiem a Operação Safra no que for necessário, para não voltarmos à situação que tínhamos antes. A importância de manter essa parceria entre as instituições.

Fonte: Elaboração da autora

Análise dos Marcos Interpretativos sobre a Pandemia da Covid-19 (2019 a 2022)

O problema encontrado no discurso sobre a pandemia da Covid-19 é a crise no suprimento de alimentos e que coloca em risco a segurança alimentar de muitas famílias brasileiras.

O diagnóstico da injustiça é interpretado pelo desemprego e perda da renda. Quando pensamos no Oeste, na fartura que sai das nossas lavouras, fica até difícil imaginar que alguém seja privado de algo tão básico como comida.

A dimensão vencedora apresentada para caracterizar os problemas da pandemia é a assertiva de que, mais do que nunca, os agricultores se tornaram essenciais para a produção de alimentos e a segurança alimentar. Com a doação de alimentos e demais ações de solidariedade, para nós, produtores rurais, compartilhar os frutos da produção com aqueles que mais precisam é uma forma de agradecermos por um ano tão produtivo no campo.

Diante disso, “nós” somos os responsáveis por produzir alimentos para todos e nutrir e vestir é a natureza do nosso ofício. Antagonicamente, o “eles” é identificado como a própria pandemia da Covid-19, que deve ser enfrentada e combatida.

Assim, a nomeação é marcada pelos slogans Plantar para Alimentar; Solidariedade que brota do chão e Nessa vacina tem agro!

A ideologização da fronteira é interpretada pela união dos produtores do Oeste da Bahia contra o flagelo da fome, e cujo protagonismo não é de quem dá, mas de quem recebe. Foi a consciência do nosso papel no lugar em que vivemos e produzimos que fez com que todos os agricultores do Oeste arregassem as mangas para ajudar àqueles que mais precisam de alimentos na região. Nada mais justo que, no ano em que colhemos safras expressivas, em que o clima ajudou e o mercado também, que nos mobilizemos para ajudar a garantir mais segurança alimentar para os que perderam empregos ou renda em nossa região diante do cenário econômico pandêmico, que ainda não dá sinais de recuo.

Acionando a memória coletiva, alega-se que quando chamados pela sociedade, sempre estivemos prontos para contribuir, e nesse momento, não seria diferente.

Dessa forma, o programa político que leva à mobilização para adesão ao discurso sobre a pandemia da Covid-19 é mostrar à sociedade a importância da nossa atividade para o bem-estar da região, gerando emprego e renda em um momento tão complexo, e com papel decisivo para a segurança alimentar.

Quadro 26 - Marcos Interpretativos sobre a Pandemia da Covid-19 (2019 a 2022)

PANDEMIA DA COVID-19			
MARCO DE DIAGNÓSTICO	Problema		Injustiça
	Para muitas famílias brasileiras, a segurança alimentar está em risco por causa da pandemia da Covid-19.		Quando pensamos no Oeste, na fartura que sai das nossas lavouras, fica até difícil imaginar que alguém seja privado de algo tão básico como comida. Desemprego e perda da renda.
MARCO DE PROGNÓSTICO	Dimensão Vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
	Mais do que nunca, os agricultores se tornaram essenciais para a produção de alimentos e a segurança alimentar.	O “nós”: Os responsáveis por produzir alimentos para todos. Nutrir e vestir é a natureza do nosso ofício. O “eles”: A pandemia da Covid-19	Solidariedade que brota do chão
MARCO DE MOTIVAÇÃO	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica (naturalização)	Programa Político (Resolução)
	Foi a consciência do seu papel no lugar em que vivem e produzem que fez com que todos os agricultores do Oeste arregaçassem as mangas para ajudar àqueles que mais precisam de alimentos na região. Vs. O cenário pandêmico que ainda não dá sinais de recuo.	Quando chamados pela sociedade, sempre estivemos prontos para contribuir, e nesse momento, não seria diferente.	Mostrar à sociedade a importância da nossa atividade para o bem-estar da região, gerando emprego e renda em um momento tão complexo, e com papel decisivo para a segurança alimentar.

Fonte: Elaboração da autora

5.16. Cadeias de Equivalência – 2019 a 2022

Quadro 27 - "Nós" e "Eles" (2019-2022)

ELES Canalhas	NÓS Amigos da natureza
Falsas ideologias	Pesquisa e tecnologia
Visões rasas sem bases científicas	Base científica
Disputa midiática e sensacionalista	Debate científico
O monopólio das hidrelétricas	Agricultura moderna e sustentável que recarrega o lençol freático.
Depredam o meio ambiente e não usam doses e produtos recomendados	Aqueles que colocam na mesa a sua comida
Hipócritas e otários	Agricultor ético, responsável e comprometido
Desinformação e desconhecimento	Grandes fomentadores do conhecimento científico
Fazem mal uso da água	Quem cuida do meio ambiente e gera prosperidade
Mito de que o agro é prejudicial ao meio ambiente	Sustentabilidade em todo processo produtivo
Correntina	Alavanca do desenvolvimento da região

Fonte: Elaboração da autora

Diagrama 9 - Cadeia de Equivalência do “eles” (2019-2022)



Fonte: Elaboração da autora

Diagrama 10 - Cadeia de Equivalência do “nós” (2019-2022)



Fonte: Elaboração da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

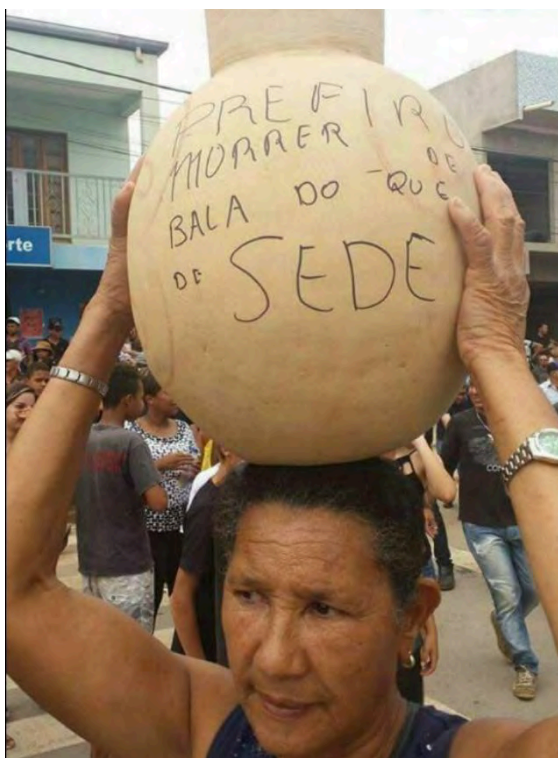


Figura 73 - Manifestação em defesa das águas em Correntina, novembro de 2017
Fonte: Rosa Tunes, 2017.

LAMENTO DO RIO

*Um homem já bem de idade
pescava à beira do rio
crente que pegaria peixe
que só ele viu
sem sabe ele, sequer
que o rio morreu deitado
desceu encachoeirado
caiu em pé, no vazio
não sabia o velho homem
que o rio só ainda corria
por conta de velha história
e honra, e fama, e glória
que correram a cercania
assim, maltrapilho, quase morto
não era o rio que andava
sua alma é que vagava
correndo em busca do mar
ou melhor, qualquer lugar
um refúgio, onde pudesse
descansado se enterrar
O homem já bem de idade
que pescava à beira do rio
com muita crença e desvelo
ouvira um menino bem novo
tentando assim demovê-lo
Ora, Velho!
se é sem água esse rio,
por que então o anzol
jogado assim no vazio?
e foi mais longe o menino
pregando ao pescador
um homem já bem de idade
disse o pequeno pregador:
- se o rio vive é de água
por ela é que ele corre
indo ao mar, onde deságua
no balanço de sua rede....
não tem água, então não corre.
desidrata, se consome
morre encharcado de sede
e empanzinado de fome.
e o velho retrucou
com esperança de menino:
- Mas mesmo assim o rio ainda corre.*

(Iremar Barbosa de Araújo)

Valendo-nos das contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e de outras literaturas sobre os quais apoiamos a nossa discussão teórica no Capítulo 1, esta tese buscou compreender como o bloco dos baiúchos empreendeu as suas estratégias discursivas para a construção da hegemonia no contexto de disputa pela água e territórios no Oeste da Bahia no período entre 2008 e 2022. Após tecermos uma breve abordagem sobre o Cerrado e as comunidades tradicionais dos Gerais baianos – o “eles” com os quais o bloco dos baiúchos antagoniza as suas identidades políticas, no capítulo 2, percorremos o histórico dos processos que levaram à conformação do bloco de poder, desde a “ocupação pretérita”, lenta e rarefeita do Além São Francisco, que se coaduna com a ideia de exploração dos “fundos territoriais” (MORAES, 2005; 2011b apud M.OLIVEIRA, 2015), quando o colonizador buscou salvaguardar a porção máxima daquele território, uma vez que a conquista do espaço, a sua apropriação e domínio eram o fundamento primeiro. Nesse contexto, o Estado assume o protagonismo central que permite compreender como vai se desenvolvendo o enredo de conformação do bloco hegemônico.

Assim, desde o início da colonização, interessava ao governo central manter a integridade desses fundos territoriais para uma ocupação futura, e o sentido expansionista de incorporação dessas áreas permaneceu como forte traço do ideal de construção do país. Mas como nem toda extensão de terra podia ser explorada, havia “áreas de trânsito” sem ocupação, que representariam espaços para apropriação futura e possibilidade de expansão, já que, naquele momento, o interior da Bahia não era uma opção interessante do ponto de vista econômico para o Estado, que concentrava seus esforços no litoral. Isso levou ao enraizamento do poder das elites políticas locais, que, ao consolidarem os seus discursos e imporem seus propósitos sobre as populações que ali existiam, passaram a controlar a economia e a política da região Oeste da Bahia, tornando-se, assim, as legítimas representantes do coronelismo na transição do Império à República. Foi nesse contexto que a narrativa do isolamento e da ausência do Estado foi enraizada no sentimento regional de que a porção mais ocidental da Bahia se encontrava distante, longínqua e isolada, relegada à condição de um “Além São Francisco”.

A expansão do modelo capitalista sobre a base territorial nacional calcado no discurso de integração e modernização do país iniciado após a Segunda Guerra marca o início do funcionamento das instituições sobre as quais está estruturado o Estado liberal de direito. Essas mudanças conjunturais estimularam os setores econômicos baianos ligados ao comércio e financistas a definirem em conjunto com o governo do estado as políticas públicas de seus interesses, por meio da formação de um bloco de atividades produtivas representado por entidades de classe que foram materializadas na forma de empreendimentos estatais. A industrialização havia se tornado no objetivo principal para o projeto de crescimento econômico e foi central para institucionalizar o “problema da seca” a partir de projetos de mecanização agrícola no vale do São Francisco, que, na realidade, acabaram favorecendo as elites locais, recebiam subsídios do governo para a realização de obras de combate à seca.

O viés nacional desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, que possibilitou a expansão industrial e viabilizou o crescimento econômico no Brasil não ocorreu de maneira homogênea na totalidade do país e acabou por reforçar no interior a necessidade das classes dominantes em assegurar o controle político do Estado, ameaçado pela ausência de um projeto hegemônico a ser executado a médio e longo prazo.

Com o golpe militar de 1964 e a criação da Sudene, Codevasf e Embrapa durante o regime ditatorial, buscou-se acelerar a integração nacional por meio de investimentos privados em larga escala nas regiões “menos desenvolvidas”, como o Nordeste e a Amazônia, sobretudo com o vitorioso projeto de modernização conservadora nacional, que logrou implantar um padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado e as transformou em padrão dominante. A criação de novas fronteiras agrícolas tornou-se, assim, uma política

de Estado, e foi nesse contexto que o Cerrado passou a ser incorporado como área produtiva no cenário econômico nacional, uma vez que foi eleito como uma área que respondia as exigências do capital com maior rapidez. Tratava-se, assim, de aproveitar as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitiam mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais (BERNARDES, 2001).

A incorporação do Cerrado baiano iniciada com os projetos de reflorestamento foi o que inaugurou a abrupta transformação da região Oeste que, a partir da década de 1980, passou a se caracterizar pelo crescente processo de desmatamento, expulsões, concentração fundiária, grilagem, morte de rios e nascentes e a ocorrência de conflitos. Na realidade, esses projetos deram a estrutura necessária que permitiram a ação possível de incorporação da nova fronteira agrícola, já que essa estrutura estava condicionada não apenas por determinadas condições naturais (temperatura, distribuição de chuvas, luminosidade e topografia), mas também por determinantes socioespaciais que condicionavam as ações, ou seja: ao se tratar da expansão do “moderno”, era necessário superar o passado e a história dos lugares onde dominavam forças pretéritas e valores tradicionais (ibidem) para dar lugar à fronteira que necessitava ser domada, fertilizada, modernizada e desenvolvida por “verdadeiros empresários”.

A capitalização de sulistas pelo Estado para “desbravar” os Cerrados baianos marca assim o inevitável conflito com as populações locais, inscrito num amplo processo de migração “civilizatório”, em que diferentes visões de mundo passam a se confrontar em múltiplas esferas da vida e da organização do espaço. A imposição de um destino civilizatório fica evidente quando observamos a narrativa, sobretudo pelo Estado, da “terra sem dono”, para onde é necessário inaugurar um marco zero, ou um “novo Nordeste”. Esse confronto de identidades nos remete ao pensamento de Mouffe (1987, 2014) e Laclau (1987) na compreensão da construção de identidades sociais e políticas. Assim como estes autores, Haesbaert também confere às identidades o caráter de mutabilidade a que estão sujeitas. Nesse sentido, a identidade “gaúcha” se constituía a partir dessa diferença que demarcava o outro (nordestinos) como o seu exterior constitutivo (MOUFFE, 2014).

O racismo, elemento fundante de nossa história colonialista, em nenhum momento deixa de permear o cotidiano desse encontro antagônico, permitindo traçar uma fronteira que separava, dessa forma, o “nós” (trabalhadores, éticos, competentes, aqueles que fazem, comprometidos, regrados, pais de família exemplares, limpos) e o “eles” (negrada, bugres, caboclos, caipiras atrasados, burros, sem ambição, preguiçosos, dóceis, lerdos, incompetentes, sem compromisso, desqualificados, indecentes, imorais, promíscuos, sem vergonhas e sujos) na construção das identidades políticas. Num sentido mais amplo, isso refletia a distinção que separava os gaúchos dos nordestinos a partir da identidade que era definida pela falta, como a ausência de uma história, de uma memória e de uma tradição. Os gaúchos advogavam pelo monopólio da tradição como se apenas este grupo tivesse origem, memória e identidade (HAESBAERT, 1997). Assim, era sempre no confronto com o “outro” que as identidades sociais se manifestavam.

Se para Haesbaert a reterritorialização dos gaúchos permitiu a formação de redes funcionais amplas ou territórios-rede de identidades, nas quais prevalecia a desterritorialização, a nossa análise permite utilizar a variável cultural-identidade para refletir sobre o conceito gramsciano de bloco histórico na medida em que a visão de mundo moderno e tecnológico passa a ser instituída no processo de integração do “espaço vazio”, por meio do acordo entre Estado e capital. Para além da aliança que buscava exercer o controle econômico sobre aquele espaço, o bloco dos baiúchos foi construindo uma nova totalidade social, ao ser capaz de preencher o “espaço vazio” com a agricultura empresarial e moderna e transformá-lo em “celeiro do mundo”.

A constituição da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) representa o quão poderosas são essas entidades de classe, capazes de orientar modelos de comportamento e de difundir uma linguagem comum (BRUNO, 2002). Nesse sentido, a criação de Luís Eduardo Magalhães como uma “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2022) também reflete a capacidade do bloco dos baiúchos de se tornar hegemônico, pelo município ser constituído como o lugar fundamental na rede de relações econômicas, sociais, culturais e políticas do agronegócio; oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, logísticas e de mão de obra do setor; ter o poder de impor especializações econômicas e espaciais, cada vez mais profundas aos espaços urbanos, e de criar um imaginário social e cultural favorável à sua imagem.

O Oeste da Bahia, assim, é um exemplo de como o pacto da economia política do agronegócio tornou viável o novo modelo de acumulação no âmbito da política econômica e financeira do Estado nos anos 2000 marcado pelo controle da economia regional pelos grupos econômicos monopolistas mundiais e propiciando a maior concentração de capitais. Nesse contexto, a narrativa da “terra vazia”, base do processo de ocupação do Cerrado, aparece novamente como potencial recurso ideológico para justificar a reprodução ampliada do capital (BERNARDES e MALDONADO, 2017), consubstanciada na criação do MATOPIBA, que emerge entre os grandes epicentros de investimentos estrangeiros e uma das “tábuas de salvação” no enfrentamento das múltiplas crises do início do século XXI. Essa aliança entre capitais nacionais e estrangeiros no controle de terras pode ser compreendida como uma dinâmica de combinações entre o velho e o novo, tanto no plano material do sistema produtivo (a estrutura) como no plano das ideologias (a superestrutura), na qual o paroxismo pela mecanização agrícola passa a ser o ideal da modernidade rural e urbana instaurada com a incorporação dos Cerrados ao processo produtivo, excluindo, dessa forma, quem não se enquadra na perspectiva do paradigma linear do progresso (M.D. MORAES, 2000).

O capítulo 3 apresenta os corpos discursivos para a nossa análise política do discurso do bloco dos baiúchos e inaugura ao extenso enredo cujo recorte temporal é iniciado pelo advento das crises financeira e alimentar de 2008. Para tanto, fazia-se necessário, cuja solução para o seu enfrentamento seria “preservar o setor produtivo”, por meio da alteração do antigo Código Florestal Brasileiro de 1965, da resolução dos passivos ambientais (perdão de multas) e descentralizar a gestão ambiental para os estados, a fim de garantir a segurança jurídica para desmatar e ampliar a fronteira agrícola.

Assim, no período de 2008 a 2012, os discursos já articulavam significantes em torno de uma formação discursiva ambientalista, cujas estratégias empenhadas pelo bloco dos baiúchos culminaram na aprovação do Novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, e em outros aparatos legais e políticas públicas que flexibilizavam as legislações ambientais, sobretudo no nível estadual. Quando observamos o traçado de fronteira que antagoniza o “nós” e o “eles” nesse período, o “nós” (produtores rurais do Oeste da Bahia) era identificado como os alquimistas, campeões, sustentáveis e aportados com a ciência e técnicas, e delimitado pela oposição dos arcaicos grupos internos, o “eles”: a opinião pública desavisada, a utilização de técnicas rudimentares, a degradação ambiental e o próprio governo federal. Assim, tornando útil os supostos de Bruno (2009), que fundamentam a construção política da palavra agronegócio, temos que, nesse traçado de fronteira, o agronegócio é sinônimo de união, sucesso e geração de riqueza, e a partir da desqualificação do outro, há a valorização de si. Assim, a aprovação do Novo Código Florestal, em maio de 2012, ressignificou narrativas e práticas discursivas e reorganizou o campo de disputa de discursos, se constituindo como base de sustentação para o fortalecimento da atuação do bloco dos baiúchos, nos anos seguintes, na disputa pela hegemonia.

Dessa forma, no capítulo 4, em que se analisam os discursos do período entre 2013 até outubro de 2017, vimos que todo esse empenho para a flexibilização da legislação ambiental continuou sendo concretizado por meio da institucionalização do discursivo no estado da Bahia, como o decreto que instituiu o novo código florestal baiano, a oficialização do Matopiba e as inúmeras e crescentes medidas de flexibilização da legislação ambiental, em nível federal, iniciadas com o golpe de 2016. Com as “crises hídricas” que ocorriam no país logo no início daquele ano, a estratégia encontrada foi resgatar o “problema da seca”, sob o argumento de que a falta de água fazia parte dos ciclos da natureza, não havendo, portanto, uma suposta crise hídrica no Oeste da Bahia. Assim, a baixa da vazão dos rios era provocada tanto pelos períodos de estiagem como pela “má gestão” da água, sendo injusto responsabilizar “quem provê alimentos e vestimentas, de forma sustentável e dentro da lei”. Além disso, a orientação da FAO, de ampliar a oferta de alimentos para acompanhar o aumento da população global, foi uma justificativa acertada para ampliar a irrigação no Brasil, um dos poucos países no mundo com capacidade de atender essa demanda. Entretanto, vimos que foi o mantra de Evaristo de Miranda que possibilitou uma articulação de variadas demandas em torno da afirmação de que “o agronegócio é quem mais preserva o meio ambiente”.

Com isso, na análise dos marcos interpretativos, observamos que, no período entre 2013 e outubro de 2017, as propostas políticas vão se reconfigurando a partir da necessidade apostar em estudos científicos que comprovassem o potencial hídrico do Oeste da Bahia e assim assegurar as atividades de irrigação, além de reavaliar os critérios adotados para otimizar os processos de outorga. Para resolver o problema da desinformação, era preciso mostrar à sociedade que o agronegócio faz parte do cotidiano de todos, além de realizar um trabalho de conscientização direcionados às comunidades do “vale”, os principais responsáveis pela degradação das nascentes e pelo desperdício da água. Observamos, ainda, que é a partir desse período que o tema dos defensivos agrícolas começa a ser pautado com mais frequência, e a principal proposta para resolver os entraves burocráticos que impedem modernizar os processos de registro e autorização é centralizar as decisões no Ministério da Agricultura e flexibilizar a rígida legislação. Como performances discursivas do período, se destacam os “tratorações” contra a cobrança do Funrural, uma das principais reivindicações do agronegócio que perdura até os dias atuais¹⁹².

Nesse recorte temporal, é imprescindível levar em conta a exacerbação dos conflitos, que já se apresentavam como inevitáveis e evidentes, fazendo com que o traçado da fronteira do “nós” fosse atualizado por meio da articulação de demandas e elementos como “sustentabilidade”, “responsabilidade ambiental”, “legalidade”, “preocupação com o meio ambiente e com os recursos hídricos” a todas as atividades levadas a cabo pelo agronegócio no Cerrado baiano. Era preciso, então, haver um consenso em torno de informações reais e sem os vieses de “achismos” para que o agro não fosse visto como o grande vilão do meio ambiente. Dessa forma, todos os projetos e programas institucionais dos baiúchos teriam como objetivo maior contribuir com a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos

¹⁹² Sobre essa demanda, é relevante destacar que a anistia da dívida do Funrural, estimada entre R\$ 34 bilhões e R\$ 40 bilhões (ARAÚJO, 2019), foi uma das promessas de Bolsonaro aos ruralistas quando deputado federal e pré-candidato à Presidência, em 2017, alegando que o alívio da dívida do campo juntamente com a reforma da previdência iria impactar positivamente o pequeno produtor rural. No entanto, apenas 1% do valor total da dívida era de produtores rurais individuais sem inscrição no CNPJ, ou seja: os maiores devedores são gigantes do agronegócio, principalmente frigoríficos e empresas de alimentos. Além da falta de pagamento em dia, vale lembrar que parte dessas grandes corporações ainda coleciona acusações ou condenações na Justiça por crimes de lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público, como a Lava Jato, conforme apontado no capítulo 4. Ademais, a anistia da dívida desse tributo provocará um rombo previdenciário no país, historicamente em déficit (PORTER, 2019).

e, portanto, o setor deveria ser passivo de receber os benefícios do programa de Pagamento de Serviços Ambientais.

Notamos que é a partir desse período que água e meio ambiente têm os seus significados reapropriados pelo bloco dos baiúchos mais intensamente, atualizando, assim, a identidade de “preservadores” e “cuidadores” dos recursos naturais. Até mesmo o uso de defensivos agrícolas “tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor”. Da mesma forma as outorgas, que, se antes eram vistas como um entrave para a irrigação, passaram a significar um “direito” que deveria ser garantido. Assim, água e meio ambiente se configuram como significantes flutuantes, ao ressignificarem a totalidade desse discurso, preenchido cada vez mais pelo viés ambientalista.

No traçado de fronteira entre o “nós” e o “eles” demarcado no período entre 2013 e outubro de 2017, o “nós” (agricultura responsável e sustentável) assume as identidades da legalidade, preservadores dos rios, conhecimento técnico e eficiência, segurança alimentar. Em oposição, o “eles” (grupo de interesses escusos) promovem uma verdadeira inquisição informatizada, fazem uso indiscriminado da água, devastam as margens dos rios e são desprovidos de embasamento científico. Assim, os baiúchos, cada vez mais, vinculavam a conservação ambiental à identidade “Agricultura Sustentável”, outorgando-lhe, nas palavras de Balsa (2017), a funcionalidade discursiva para conseguir adesão consensual a essa concepção de modelo de produção rural a ser seguido, uma vez que todas as suas ações seriam a expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atenderia os interesses e as necessidades de todos (BRUNO, 2009).

Como vimos, levante em Correntina, em novembro de 2017, divisor daquelas águas, ressignificou o discurso e suspendeu a hegemonia, trazendo novos elementos para articular demandas e estratégias do bloco dos baiúchos em torno de novos significados. Assim, no Capítulo 5, vimos que após o conflito (novembro de 2017 a 2018), o bloco dos baiúchos potencializou ainda mais a sua empreitada discursiva de reforçar valores ambientalistas, sustentados pelo mantra de Evaristo de Miranda, e intensificou os projetos direcionados à agricultura familiar (comunidades do vale), alvejando, particularmente, os territórios das comunidades tradicionais, por meio da entrega de pacotes tecnológicos para irrigação, ações de educação ambiental, recuperação de nascentes e a formação continuada de alunos e professores em escolas públicas da região. Outras estratégias discursivas performáticas também continuaram a ser empregadas, como a distribuição de mudas e sementes, a realização de provas esportivas e a ampliação da abrangência do programa de rádio Conversa com o Agricultor.

Os conteúdos desses projetos estão sempre articulados à necessidade de provar ao mundo que o agronegócio não é o vilão do meio ambiente e que ele está presente no dia a dia de todas as pessoas, além de mostrar para a sociedade, começando pelas crianças, que os defensivos agrícolas ajudam a produção a se livrar das pragas e não causam mal ao meio ambiente. Além disso, há um forte componente de mercantilização dos recursos naturais, sobretudo da água, ativo natural que possibilitaria até mesmo o lucro dos pequenos agricultores, já que a transferência de conhecimento científico faz com que esse recurso natural não seja desperdiçado. Além do mais, não haveria razões para pânico, pois há recursos suficientes para consumo humano e animal e para a agricultura, sendo possível aumentar a área irrigada para suprir a crescente demanda por alimentos no mundo.

Os discursos possibilitaram observar, ainda, estratégias de apagamento da memória social das comunidades no que se refere à sua relação com as águas, que deve ser preenchida por outra história, que permite vislumbrar um futuro diferente, moderno e tecnológico, com a garantia de que nunca faltará água. Sobre esta estratégia, cabe citar um trecho que descreve como o projeto de recuperação de nascentes dedica-se a inaugurar uma nova história, ao

batizar o olho d'água e eliminar os modos de vida daquelas populações, como o manejo tradicional do gado, apontados como a principal causa da degradação ambiental:

É da água da nascente recentemente protegida que o casal Levi Alves da Silva e Marialva dos Santos Silva mata a sede, toma banho e utiliza a água para as atividades domésticas. “A água vem o ano todo. E esse trabalho de proteger a nascente é uma segurança de que nunca vai faltar”, acredita o casal, que juntamente com outras 12 famílias se beneficiam diretamente da nascente de Jataí, batizada na última sexta-feira com o mesmo nome da localidade, que passou a integrar uma base de dados nacional. (...) O perímetro de 50 metros no entorno da nascente também foi cercado para impedir a circulação de animais, principalmente o pisoteio do gado. (AIBA, 2018r)

Isso significa instituir o futuro daquele lugar e das pessoas, plantas e animais que ali habitam e, dessa forma, se constroem projetos e se disputa a memória do passado e o futuro desejado. Aqueles que têm projeto decidem, estabelecem as regras e o implementa, já que, sem projeto, não se disputa a hegemonia (BERNARDES, 2017).

Cabe apontar que esses discursos ilustram a acentuação da conflitividade entre o bloco dos baiúchos e as comunidades tradicionais geraizeiras no pós-conflito, revelando também o acirramento do antagonismo entre os dois grupos. Nessa conflitividade, o bloco dos baiúchos continuou a reconstruir esse traçado de fronteira na busca de valorizar a identidade política do “nós” e deslegitimar o “eles”. Assim, a imagem do “nós” (prestadores de serviços ambientais) era valorizada e articulada à legalidade, à agricultura responsável e sustentável e à preocupação com as águas e o meio ambiente, além de asseguramos a conservação para as gerações futuras. O “eles” (selvagens), por sua vez, se articulava às identidades de criminosos, invasores, extremistas, covardes, terroristas, turba raivosa, bandidos e vândalos, levados por achismos e pela insanidade, e cuja desinformação leva ao desmatamento das matas ciliares e ao assoreamento das margens dos rios, para quem era necessário levar a informação correta.

Cabe ainda, fazer mais uma observação sobre os momentos que sucederam o conflito em Correntina. O absentismo do Estado, tanto na escuta às comunidades tradicionais, quanto na não participação na audiência pública convocada pelo Ministério Público da Bahia, consistiu em mais uma estratégia discursiva encontrada pelo bloco dos baiúchos para enfrentar a reação contra-hegemônica. Como nos lembra Eni Orlandi, o silêncio constitutivo é a inserção dos sujeitos nas formações discursivas historicamente determinadas que dão sentidos ao dizer, ou seja: ao dizer algo, outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, são apagados em uma situação discursiva dada. É o silêncio constitutivo que trabalha os limites e a constituição das formações discursivas, determinando os limites do dizer. Dessa forma, o dizer e o silenciamento são inseparáveis (ORLANDI, 1997). No mesmo sentido, Laclau nos lembra que tanto o silêncio quanto as ações empreendidas (prática) possuem um caráter ambíguo e polissêmico, e acabam por compreender uma estratégia discursiva que busca articular um complexo de elementos antagônicos na luta pela hegemonia.

No Capítulo 6, vemos que o início do governo Bolsonaro e do segundo mandato de Rui Costa na Bahia marcam um momento decisivo para a articulação política do bloco dos baiúchos, uma vez que a maior parte de seus pleitos e resoluções dos problemas diagnosticados ao longo do período de análise em tela deixam de ser uma demanda para constituir-se efetivamente em discurso político (GALVÁN, 2012). Ou seja: as estratégias discursivas empregadas alcançaram a mobilização necessária para que o interesse do “nós” fosse cumprido e suas propostas de solução dos problemas e injustiças apontados demonstrados e viabilizados.

É nesse período que os projetos e programas da Aiba/Abapa são institucionalizados e legitimados no âmbito das parcerias público-privadas e se territorializam tanto no interior das

comunidades tradicionais como nas cidades, incluindo a capital baiana, a exemplo do Prêmio Abapa de Jornalismo, e em órgãos federais, como a Agência Nacional das Águas, que selecionou o projeto de recuperação de nascentes para ganhar o troféu do prêmio ANA 2020, na categoria “Boas Práticas em prol das águas e do saneamento no Brasil”. Como apontamos, essa estratégia discursiva foi central para fazer valer a crença em que todos os projetos desenvolvidos pelas empresas do agronegócio baiano em parceria com o Estado, seja no nível municipal, estadual e/ou federal, ajudam a proteger e a conservar o meio ambiente, possibilitam a recarga do aquífero e maior retenção de carbono nos solos, sendo verdadeiramente o único caminho para que tanto grandes, médios e pequenos produtores transformem locais inóspitos em celeiros produtivos.

Como estratégia de disputa pela hegemonia no nível ôntico-valorativo, está a divulgação dos resultados finais do estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuiá, que cientificamente comprovou a “real disponibilidade de água da região” e a capacidade de expandir a agricultura irrigada, já que dentro da formação discursiva ambientalista havia uma imposição para que se aceitasse a premissa de que “a água será abundante também para as próximas gerações” e que além de ser um bem ambiental, a água também tem “grande valor econômico”. Assim, “podemos explorar o Aquífero Urucuiá da mesma forma como os norte-americanos fazem no estado de Nebraska”.

Sobre esse discurso, vale mencionar a drástica situação do Aquífero Ogallala, uma das maiores fontes de água subterrânea do mundo, e que atualmente encontra-se num dos níveis mais baixos de toda a sua história devido à extração de suas águas para irrigação de ¼ da produção de soja e milho dos EUA (que permite safras anuais de 35 bilhões de dólares). Suas águas estão sendo extraídas tão rapidamente que a água da chuva e da neve são insuficientes para garantir a recarga. Um estudo sociológico, realizado por pesquisadores da Universidade de Kansas, revelou que, entre 1900 e 2008, foram extraídos cerca de 337 trilhões de litros do Aquífero Ogallala. Em 2020, esse esgotamento já ameaçava o abastecimento de água potável de comunidades locais e ajudava a agravar crises sociais, como o problema dos opioides, o fechamento de hospitais e o aumento das taxas de suicídio. A previsão era de que em cinquenta anos, 70% de todo o aquífero já estaria esgotado. A questão central é que a extração de água do Ogallala – assim como do Urucuiá – é uma política de Estado, que fornece subsídios governamentais a produtores rurais, colocando-os numa rotina de produzir mais, e acabam criando um ciclo vicioso de superprodução que intensifica o uso da água para irrigarem áreas cada vez maiores. Além disso, verificou-se que, entre 1980 e 2010, as grandes áreas irrigadas não conseguiram aumentar os rendimentos e nem melhorar os resultados de educação ou saúde dos residentes (SANDERSON et al., 2020). Com isso, já podemos vislumbrar o futuro do Aquífero Urucuiá e as consequências para o Cerrado e suas vidas ali existentes.

Os trabalhos de campo realizados em maio de 2019 permitiram registrar discursos muitas vezes ocultos nas publicações da Aiba e Abapa, do governo estadual e/ou em notícias publicadas nas mídias e meios de comunicação. O agronegócio como sinônimo de êxito e riqueza, como uma atividade que tudo abrange e a todos envolve, garantindo os interesses e as necessidades de cada um e de todos, de que este é o único caminho para tornar o Brasil um país desenvolvido; o imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, bem como o princípio da valorização de si (Bruno, 2009) foram o tempo todo exaltados e reafirmados, e incorporados, de fato, à palavra política do agronegócio. Contudo, quando observamos as falas na cerimônia de abertura – sobretudo do então vice-governador João Leão, vemos o quanto a relação entre o Estado e a sociedade é entrelaçada entre o arcaico e o progresso, o público e o privado, numa mesma formação discursiva que é, fundamentalmente, colonialista, patrimonialista, clientelista, machista, patriarcal e coronelista.

As falas do governador de Roraima também sugerem refletir sobre a tentativa de eliminação do “eles” e de todas as formas de biointeração (A.B. SANTOS, 2015) das comunidades tradicionais com seus territórios, cosmovisões e outras vidas ali existentes. Terra e água são recursos meramente mercantis, disponíveis para serem exploradas e que ainda estão “muito baratas para um gaúcho”. “Não há conflitos, a relação com os indígenas é muito boa” e com estes se pretende desenvolver parcerias para arrendamento de terras.

Na sessão da Alba itinerante realizada durante a feira, o “eles” é explicitamente evidenciado na fala (raivosa) do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de LEM Cícero Teixeira, ao dizer em alto tom que “o problema mais grave do Oeste é Correntina!”, e que é urgente promover ações educativas de “formação de pessoas que defendem o agro, de trabalho de base!”. Assim, “mais do que nunca, este é o momento para fortalecimento das associações de classe” e para “defender cada produtor, cada pecuarista desse estado que não pode mais estar sendo tratado como bandido. Afinal de contas, “agricultor tem que ser valorizado!” “Nós contamos com vocês para dizer quem é contra agrotóxico e irrigação”.

Na reunião do Comitê da Bacia Hídrica do Rio Grande, em Barreiras, foi possível presenciar a estratégia discursiva de apresentação do programa político do bloco hegemônico, quando um de seus intelectuais orgânicos tentava convencer o Comitê de que a ciência comprova que o único caminho possível para alimentar o mundo é a agricultura irrigada, e que o problema é a seca e não a irrigação, além de afirmar que o estudo do potencial hídrico do Aquífero Urucuia “em nenhum momento tem o comprometimento de agradar o agronegócio”.

Como nos lembram Porto-Gonçalves e Chagas (2019), trata-se da tensão aberta entre visões de mundo e modos de conhecimento que informam práticas culturais concretas e que antagonizam, de um lado, o conhecimento científico convencional de matriz ‘euurocêntrica’, autodesignado como universal, brandido pelos *experts* do agronegócio e, de outro, outras formas e modos de produção de conhecimento de matriz indígena, afrodescendente e de múltiplas campesinidades.

A pandemia da Covid-19 foi outro fator que contribuiu para aglutinar os discursos do bloco dos baiúchos em torno de uma totalidade de suas propostas, uma vez que ajudou a fortalecer a sua imagem não apenas com as ações “solidárias”, mas com o grande respaldo do governo federal, que orientava “aproveitar a oportunidade e passar a boiada” e destinava inúmeras medidas de apoio financeiro e segurança jurídica a quem “não parou” – o único setor que foi capaz de enfrentar a fome no momento de crise sanitária e econômica.

O autor do mantra ‘quem mais conserva o meio ambiente é o agronegócio’, Evaristo de Miranda, era a liderança intelectual e moral que conseguia articular forças para o projeto do bloco dos baiúchos devido a sua capacidade propositiva de sedução e síntese, que possibilitou não apenas fortalecer a identidade coletiva do “nós”, os ‘amigos do meio ambiente’, mas a efetiva garantia legal de “destravar os temas relacionados à produção agropecuária e infraestrutura”, por meio da flexibilização nas legislações federal e estadual, e ainda garantir o lucro a partir do cálculo de oportunidade nas áreas de Reservas Legais e da venda de terras para estrangeiros. Ressalte-se que durante o período de análise, Miranda era considerado o “guru” de Bolsonaro, cumprindo o papel de intelectual orgânico (Gramsci) e/ou de perito intelectual (Poulantzas) necessário na disputa pela hegemonia, a partir de sua filiação institucional na Embrapa.

Além do projeto político de desmantelamento dos órgãos e políticas ambientais nos governos Temer-Bolsonaro e da promulgação de novas leis que flexibilizaram ainda mais a legislação ambiental, o viés anticrime e a valorização dos “cidadãos de bem” dos poderes executivo e legislativo (bancada da bala) em nível federal oportunizaram a alteração da legislação sobre armamentos. Sob o lema de “combater a criminalidade para garantir a paz no campo”, as estratégias no plano institucional do discursivo (Balsa, 2017), como o programa

Operação Safra, legitimaram as ameaças, agressões e violências contra quem opunha o agronegócio ao meio ambiente (o “eles”) em ações promovidas por milícias rurais e pistoleiros, fazendo com que a derrubada de cercas e incêndios dos ranchos dos Fechos de Pasto, o disparo de armas de fogo e ameaças de morte se tornassem cada vez mais frequentes no dia a dia dessas comunidades, principalmente no período que antecedeu as eleições de 2022.

Com o governo Bolsonaro, o tom do discurso se tornou mais agressivo, conforme ilustraram as cadeias de equivalência do “nós” e “eles” no período de 2019 a 2022, em que o “nós” (amigos da natureza) articula o agricultor ético, responsável e comprometido, que coloca na mesa a sua comida e ainda assim ajuda a preservar o meio ambiente gerando prosperidade, em oposição a “eles” (canalhas), que depredam o meio ambiente e não usam doses e produtos recomendados, os hipócritas e otários e as falsas ideologias, além da visão rasa e sem base científica.

Por sua vez, as ações de intervenções nas comunidades tradicionais são, ao nosso ver, as estratégias que intentam ser mais eficazes para o alcance da hegemonia nessa disputa discursiva. Após o levante em Correntina, vimos que foram intensificadas e ampliadas para além dos municípios em que os valores, ideologias e a cultura “baiúcha” já eram dominantes, como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Correntina se tornou, assim, um lócus estratégico para que o bloco dos baiúchos pudesse avançar com programas de recuperação de nascentes, entrega de kits de irrigação e, sobretudo, o programa Conhecendo o Agro.

Alinhado ao projeto político de educação nas escolas do setor do agronegócio em nível nacional, como a campanha “De olho no material escolar”, o Conhecendo o Agro vem sendo a ferramenta mais poderosa para pressionar escolas públicas da região a inserirem na grade curricular a “visão correta sobre o agronegócio e a verdadeira realidade do campo brasileiro”, por meio da promoção de concursos premiados entre estudantes do ensino fundamental e ciclos de formação de professoras e professores. No conteúdo dos materiais didáticos, destaca-se a animação “Nessa vacina tem agro”, que transmite a visão de que “o agro está presente em tudo que nos cerca”.

As provas esportivas, como a Corrida do Algodão e a Cotton Bike, a veiculação do programa “Conversa com o Agricultor” nas rádios locais, a campanha “Sou de Algodão” e a própria feira Bahia Farm Show são também estratégias discursivas em torno das quais se tenta articular significantes associados ao “nós” (o agro é tudo, é desenvolvimento, é saúde, é cultura e entretenimento, é progresso e riqueza). Observamos, ainda, maior visibilidade do papel das mulheres no agronegócio, e a inclusão de algumas de suas demandas nos programas políticos dos discursos analisados nos marcos de motivação.

A nossa análise permitiu observar que foi nos governos de Rui Costa (2015-2022) e concomitantemente ao período do golpe de 2016 e o governo Bolsonaro que o Estado da Bahia intensificou a emissão de autorizações de desmatamento e de outorgas de água. Dados do Imaterra apontam que foi nesse período que o Inema autorizou mais da metade (60% ou 598.661 hectares) dos 992.587 hectares (equivalentes a 32 cidades de Salvador) de vegetação nativa para serem desmatados entre os anos de 2007 e 2021, sendo que 80% deste total foram supressões autorizadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Grande e Corrente, ambas localizadas na região Oeste do estado¹⁹³. No que se refere à concessão de outorgas para uso de

¹⁹³ Ao comparar os dados do desmatamento anual autorizado (em hectares) em toda a Bahia (setembro de 2007 a junho de 2021) ao desmatamento identificado pelo MapBiomas para o estado no mesmo período (com exceção de 2007), se constatou que a partir de 2014 o desmatamento autorizado correspondia à maior parte do desmatamento identificado pelo MapBiomas em todo o estado, com exceção dos anos de 2017 e 2018. Em 2019, o desmatamento autorizado foi 73,7% superior ao desmatamento identificado pelo MapBiomas, e em 2020, 46,1% superior ao desmatamento observado pelo MapBiomas para a Bahia. Provavelmente isso se deve ao fato da supressão nem sempre ser efetivada no período da ASV, cujo prazo de validade pode variar de 2 a 4 anos,

água superficial e subterrânea, entre setembro de 2007 e setembro de 2022, o governo do Estado autorizou a captação de uma vazão total de 17 bilhões de litros de água por dia nas Bacias Hidrográficas dos Rios Grande, Corrente e Carinhonha, também na região Oeste do estado, sendo que quase a totalidade dessa vazão (98%) foram destinados para atividades de irrigação e 99,5% das captações de água subterrânea outorgadas estão localizadas no Aquífero Urucuia. Toda essa vazão de água concedida nesse período daria para abastecer, diariamente, sete vezes a população de todo o estado da Bahia, e nove vezes a população da cidade de São Paulo. (IMATERRA, 2022)

Já a pesquisa realizada pela Agência Pública constatou que de janeiro de 2018 a novembro de 2021, o estado da Bahia concedeu em outorgas 1,8 bilhão de litros de água por dia a mais de duas dezenas de diretores e conselheiros da Aiba e da Abapa e a familiares e empresas a estes ligadas. Esse volume de água é suficiente para abastecer cerca de 11,8 milhões de brasileiros, população que é maior que a de 22 estados e do Distrito Federal, ou toda a população de Pequim, na China. (MUNIZ e OLIVEIRA, 2021)

É nesse período que observamos também maior abertura para investimentos estrangeiros e transferências de terras públicas para empresas privadas na região Oeste da Bahia. Não por acaso que 2022 terminou com o estado da Bahia batendo o terceiro recorde anual na produção de grãos e com projeções exorbitantes de ampliação de projetos de mineração e energias eólica, fotovoltaica e elétrica, com a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas e linhas de transmissão de energia no Cerrado e Caatinga baianos.

Esse êxito foi alcançado principalmente em função do fortalecimento da parceria entre as entidades de classe do agronegócio e o governo do estado da Bahia, cujo principal representante é o gaúcho Júlio César Busato, porta-voz do agronegócio do Oeste baiano que, nos últimos anos, vem liderando uma das associações por produto com maior expressão de poder e capacidade para orientar o conjunto de empresários agroindustriais a determinados modelos de comportamento e difusão de uma linguagem comum: a Abrapa; e um dos principais intelectuais orgânicos do patronato rural em defesa do monopólio e da concentração fundiária no Brasil: o Instituto Pensar Agro (IPA), que, segundo Bruno (2022), considera fundamental a proteção do Estado diante de tentativas de “captura” da propriedade¹⁹⁴. Isso nos remete aos postulados de Gramsci, de que a formação de uma intelectualidade própria é fator determinante na capacidade hegemônica de todo grupo social e uma condição fundamental da “agência política”, já que não há organização sem organizadores e dirigentes (intelectuais).

Diante disso, achamos importante trazer mais duas considerações. A primeira diz respeito à necessidade de fazer uma provocação sobre a contraditória aliança do governo do Estado petista e supostamente progressista com o agronegócio, no século XXI. Se formos olhar para a história da conformação do bloco dos baiúchos partindo da tradicional relação público-privada que permeou o período do coronelismo, não há o que se admirar, visto que o coronel era o representante legítimo da política local, ao desempenhar um papel central no desenvolvimento político e econômico da região.

Entretanto, a eleição de Jacques Wagner, em 2009, marca o início do momento em que o bloco dos baiúchos vai conformando a sua capacidade de articular suas estratégias discursivas para mobilizar a adesão às suas propostas e resolver os problemas e injustiças

sendo esse período muitas vezes prorrogado por meio de portarias de Prorrogação de Prazo de Validade (PPV) (IMATERRA, 2022).

¹⁹⁴ Segundo seus ideólogos estaríamos vivendo em uma nova fase de desenvolvimento caracterizada pela perda do valor estratégico da terra como fator de produção, quando a tecnologia se tornou mais relevante que o trabalho e a terra na agricultura. Trata-se de um momento de mudanças nos direitos de propriedade para quem a ‘complexidade das transações’ recoloca no centro das discussões a análise do direito de propriedade (BRUNO, 2022).

diagnosticadas, cuja construção do “eles”, ao longo do recorte temporal analisado, vai se reconfigurando como cada vez mais antagônico ao “nós” e assumindo identidades que vão desde a “opinião pública desavisada” até os “selvagens” e os “canalhas”. Alinhados aos governos de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2016), os governos de Rui Costa (2014-2022) tornam ainda mais contraditório o original projeto político e popular do Partido dos Trabalhadores, sinalizando a escolha explícita do Estado de aderir ao pacto da economia política do agronegócio via neoextrativismo, cuja “ilusão desenvolvimentista” teve como fundamento central a exportação de bens primários em grande escala, o crescimento econômico e a expansão do consumo (SVAMPA, 2013; 2019). Ao retomar a racionalidade de que o crescimento econômico seria a única via de superação das desigualdades sociais, o Estado priorizou manter os setores extrativistas como um dos principais pilares de desenvolvimento do país (GUDYNAS, 2011). Conforme nos lembra Saskia Sassen (2016), não é coincidência que a terra tenha se tornado atrativa para capitais de investimento, tanto por sua materialidade como como meio de acesso a uma variedade cada vez mais de mercadorias, como alimentos, cultivos industriais, minerais raros e água.

As ações empreendidas pelos governos petistas na Bahia podem ser traduzidos pelo que Almeida (2010) definiu como “agroestratégias”, ao compreenderem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras que demandam imensas extensões de terras aráveis por uma racionalidade gerencial intrínseca ao mercado de *commodities*, e com a finalidade de enfraquecer os dispositivos constitucionais que asseguram os direitos territoriais e étnicos de povos e comunidades tradicionais.

Além disso, assim como os governos “progressistas” latino-americanos, o Estado baiano não apenas buscou negar ou escamotear as discussões sobre os impactos e os danos ambientais provocados pelo modelo extrativista e exportador, mas, deliberadamente, intensificou e multiplicou os empreendimentos do agronegócio na região Oeste do estado. A partir dos motes da “superação da pobreza e das desigualdades sociais” via crescimento econômico “sustentável”, já bastante enraizados na sociedade e na própria esquerda, as demandas sociais locais, sobretudo das comunidades tradicionais geraizeiras, foram sequer escutadas, os conflitos e os impactos ambientais foram silenciados e as manifestações políticas foram violentamente reprimidas. Mais que isso: principalmente no período do governo Bolsonaro, o Estado baiano, liderado por Rui Costa, se tornou a principal ameaça aos modos de vida e à própria existência dessas comunidades que, não apenas são o grupo politicamente antagônico na disputa pela hegemonia, mas se configuraram como um inimigo comum que deve, a qualquer custo, ser eliminado, seja por meio dos seus aparelhos ideológicos (Althusser), da “courage da coerção” (Gramsci) ou pelos instrumentos ideológicos de recolonização – os projetos de expropriação (Nêgo Bispo) e expulsão (Sassen). Como afirmou Almeida (2010), estamos diante de uma campanha de desterritorialização que tem recrudescido, visando a negar direitos ou a neutralizá-los, assim como reverter conquistas de povos e comunidades tradicionais.

Essas reflexões nos levam necessariamente para os debates sobre racismo ambiental tratados no Capítulo 1 desta tese, ao entendermos que são as comunidades tradicionais geraizeiras que sempre estiveram excluídas dos processos decisórios, das políticas ambientais e do cumprimento das leis; e os seus territórios, modos de vida e biointerações que são os lugares escolhidos para se tornarem “terra e água morta” (SASSEN, 2016). Com a narrativa naturalizada da “melhoria da qualidade de vida”, esses projetos de expropriação acabam por desqualificar, inferiorizar e subordinar os modos de vida locais e consequentemente, desvalorizam e invisibilizam essas comunidades, pressionadas para que se subordinem aos interesses e modos de vida do grupo hegemônico, marcado tradicionalmente pelo ideário colonizador branco, burguês e ocidental, no qual o racismo é, ao mesmo tempo, parte histórica da ideologia e instrumento de dominação dos povos. É justamente essa condição

inferiorizada das comunidades tradicionais que faz toda a diferença no momento de se decidir por qual território optar, facilitando, assim, a sobreposição dos interesses da iniciativa privada e do Estado desenvolvimentista. (PACHECO e FAUSTINO, 2013)

Como já apontamos, esse traçado de fronteira que separa o “nós” do “eles” e que tem como um de seus principais instrumentos a invenção do “selvagem”, corresponde aos anseios coloniais da modernidade e permanece até hoje nas relações estabelecidas dentro das sociedades e entre estas. Essa dicotomia cria também um antagonismo entre a natureza e a cultura, o tradicional e o moderno e o selvagem e o civilizado, e é a partir dessa diferenciação estabelecida entre os que estão incluídos e excluídos em uma dada sociedade que o racismo vai se construindo (LENTIN, 2008 apud L. SILVA, 2012). Considerando o racismo como uma ideologia de dominação, Poulantzas nos evoca a pensar que a ideologia racista é transformada pelos baiúchos (o bloco no poder) numa série de práticas materiais, costumes e morais – as suas estratégias discursivas, que acabam cimentando as relações sociais, políticas e econômicas. O racismo, dessa forma, é incorporado aos aparelhos do Estado, que acabam elaborando, inculcando e reproduzindo em seus aparatos essa ideologia.

Outra questão que pode contribuir para as reflexões sobre hegemonia e bloco histórico no contexto do Oeste baiano, é o atual momento político da aliança entre o agronegócio, o Estado e atores que mais recentemente vêm conformando a complexidade dessa teia de relações. Como pontuou Sassen (2016), indivíduos ricos e multinacionais só conseguiram chegar às concentrações extremas da riqueza mundial a partir da combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a permissão governamental. Essas capacidades sistêmicas de intermediação agem como uma espécie de névoa, reduzindo a nossa capacidade de enxergar o que realmente está acontecendo. Assim, ao impor a sua formação discursiva hegemônica que institui uma visão do mundo correspondente à direção do grupo social considerado fundamental no nível econômico (o agro), o bloco dos baiúchos vem sendo capaz de fazer reconhecer que a ordem social vigente está articulada ao fundamento racional último ou ao destino natural de que, sob a salvaguarda da disponibilidade hídrica, a agricultura irrigada é o único caminho que garante a segurança alimentar e o desenvolvimento dos países, assegurando-lhe, assim, o direito de desmatar e envenenar o Cerrado e de apropriar-se de suas águas, sem o desperdício de deixá-las seguir o fluxo natural até o mar.

Com isso, chegamos à segunda consideração que julgamos imprescindível apontar. Se por um lado é possível verificar que o bloco dos baiúchos obteve êxito em articular as suas demandas à construção da imagem de “quem mais conserva o meio ambiente, alimenta a nação e gera riqueza e desenvolvimento”, por outro, a fixação desses elementos nunca se torna completa. Embora seja capaz de deslocar significantes ambientalistas das comunidades tradicionais reapropriando-o ao seu discurso, o bloco hegemônico encontra empecilhos às estratégias para adquirir novas identidades e transformá-las na totalidade de um novo discurso. Trata-se, assim, do caráter aberto, polissêmico e não saturado do social, tão substancial para Laclau e Mouffe.

O levante em Correntina, as Romarias da Terra e das Águas e do Cerrado constituem o discurso contra-hegemônico que explicita a conflitividade e a disputa pela hegemonia. Entretanto, a resiliência em manter os ameaçados modos de vida, como os sistemas tradicionais da solta do gado, da extração de frutos e plantas medicinais nos Gerais, a promoção da agroecologia, os festejos e manifestações culturais, como os reisados e os cantos, se traduzem nas formas cotidianas de resistência (Scott) que, ao nosso ver, são também ferramentas especialmente importantes na luta pela hegemonia. Isso tudo nos remete ao conceito de “giro ecoterritorial”, proposto por Maristela Svampa, contextualizado a partir da dinâmica das lutas socioambientais do século XXI, que passou a assentar as bases de uma linguagem comum de valorização da territorialidade, ilustrada pela convergência de diferentes

matrizes e linguagens (indígena-comunitária, ambientalista, autônoma, feminista, quilombola, entre muitas outras), que fez surgir uma narrativa comum que abrange as visões de mundo e as formas de pensar e representar essas lutas atuais em defesa dos territórios. Nesse sentido, giros ecoterritoriais, como o levante em Correntina e as formas cotidianas de resistência são sempre o resultado desse antagonismo, que contamina a relação hegemônica e deixa em aberto a função universal hegemônica de ser sempre modificável e contingente.

Essas estratégias discursivas de contestação também podem se servir das contribuições relevantes da socióloga boliviana, indígena aymara e anarquista Silvia Rivera Cusicanqui, como sendo uma arena de resistências e estratégias contra-hegemônicas que possuem novas linguagens. Como essa proposta não concebe a história de forma linear, em que passado e futuro estão contidos no tempo presente, podemos atribuir a essas comunidades o que Cusicanqui chama de “experiências da contemporaneidade”, que se movem em ciclos e espirais a partir de uma contínua retroalimentação do passado sobre o futuro. Dessa forma, o presente seria o cenário de estratégias preservadoras do status quo que significariam a revolta e a renovação do mundo, as quais Cusicanqui denomina, na língua aymara, de *pachakuti*¹⁹⁵, em que práticas e saberes de resistência coletiva elaboradas de variadas formas se expandem a partir das fissuras da história e conjugam memórias coletivas nas quais o passado de luta não apenas está presente, mas, sobretudo, potencializa os projetos contemporâneos de emancipação. (CUSICANQUI, 2010)

Regina Bruno (2022) nos lembra que, historicamente, movidas pelo princípio da exclusão, as elites patronais rurais e o agronegócio não incorporam as reivindicações das classes subalternas – uma das condições da construção da hegemonia, e não conseguem assumir a “direção intelectual e moral” em sua plenitude, e acabam, assim, por fortalecer uma contra hegemonia. A autora ressalta a resistência e a história de luta por direitos das classes e grupos dominados e explorados no campo, mesmo diante de uma situação de desigualdades e violências extremadas. Como parte de uma nova configuração da sociedade, a diversidade de grupos, movimentos sociais populares e seus mediadores presentes no território nacional têm conseguido estabelecer limites ao processo de construção da hegemonia patronal e do agronegócio.

Finalmente, ressaltamos que o que foi recuperado nessas considerações finais representa apenas algumas frações dos resultados analíticos que conseguimos obter no decorrer da pesquisa, com a resignificação dos processos de disputa discursiva e a construção de hegemonia do bloco dos baíúchos à luz da Teoria do Discurso, complementada metodologicamente com a abordagem dos marcos interpretativos. Com a ampliação do leque de olhares sobre as práticas, as identidades sociopolíticas e as estratégias discursivas na construção da hegemonia que essas abordagens propiciaram, buscamos responder as questões iniciais que motivaram esta tese. Essas questões, por sua vez, abriram caminhos, interrogantes e novos problemas que caberiam ser examinados com vistas a uma reflexão mais aprofundada. Fica, então, esse desafio de estimular futuros trabalhos, a fim de complementar reflexões já problematizadas em outras pesquisas, mas que ainda continuam trazendo novas e velhas inquietações.

Dessa forma, como um rio que percorre um caminho de correntezas e remansos, e seguindo firmemente o seu fluxo para, enfim, desaguar no mar, chegamos ao fim deste

¹⁹⁵ Literalmente, na língua aymara, *pacha* significa tempo e *kuti* volta, turno. Contudo, na concepção de Silvia Cusicanqui, *Pachakuti*, como muitos outros conceitos andinos, pode ter dois sentidos divergentes e complementares – e até mesmo antagônicos em certas circunstâncias: o sentido de catástrofe ou o sentido de renovação. Este último conjuga a possibilidade de uma reforma cultural profunda no tecido social andino e permite descobrir o sentido profundo dos ciclos de resistência indígena, podendo ser entendido como a culminação de um processo de acumulação ideológica subterrânea que ciclicamente se volta para a superfície expressando a continuidade e a autonomia das sociedades indígenas. (CUSICANQUI, 2010)

trabalho que, por meio do olhar acadêmico da produção de conhecimento que conseguimos sobre a articulação das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos no Oeste da Bahia na construção de sua hegemonia, possa servir para a construção política de narrativas e estratégias discursivas contra-hegemônicas em defesa do Cerrado, de suas águas e seus territórios e de suas variadas formas de existências.

~fim~

A parte de mais árvores, dos cerrados, cresce no se caminhar para as cabeceiras. Boi brabeza pode surgir do caatingal, tresfuriado com o que de ente nunca soube – vem feio pior que onça. Se viam bandos tão compridos de araras, no ar, que pareciam um pano azul ou vermelho, desenrolando, esfiapando nos lombos do vento quente. Daí, se desceu mais, e, de repente, chegamos numa baixada toda avistada, felizinha de aprazível, com uma lagoa muito correta, rodeada de buritizal dos mais altos: burití – verde que afina e esveste, belimbeleza.

(João Guimarães Rosa)



Figura 74 - Vereda de Fecho de Pasto em Correntina
Fonte: Acervo da autora (2022).



Figura 75 - Fecho de Pasto em Correntina
Fonte: Acervo da autora (2022).



Figura 76 - Fecho de Pasto em Correntina
Fonte: Acervo da autora (2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TARDE. Evento debate potencial hídrico da Bahia. **A Tarde**, 25 fev. 2018. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/evento-debate-potencial-hidrico-da-bahia-940083>

A TARDE. Franciosi – Pioneiros no desenvolvimento do Oeste Baiano. **A Tarde**, 31 mai. 2022. Disponível em: <https://atarde.com.br/colunistas/madeinbahia/franciosi--pioneiros-no-desenvolvimento-do-Oeste-baiano-1196732>. Acesso em: 30 ago. 2023.

AATR et al. Dossiê Energias Renováveis na Bahia: caminhos e descaminhos. **AATR, CPT, IIRPA, BOKU, reFUEL, 10envolvimento e Geografar**, 2022. Disponível em: <https://www.dossienergiasrenovaveis.com.br/index.html>. Acesso: 01 nov. 2023.

AATR. Judiciário mantém posse de território de comunidade de Fundo e Fecho de Pasto, em Correntina-BA. **AATR**, 22 fev. 20 Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/judici%C3%A1rio-mant%C3%A9m-posse-de-territ%C3%B3rio-para-comunidades-de-fecho-de-pasto-em-correntina-bahia22>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ABAPA. **Região Oeste concentra mais de um terço de toda riqueza agrícola da Bahia**. Abapa, 27 fev. 2015. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/regiao-oeste-concentra-mais-de-um-terco-de-toda-riqueza-agricola-da-bahia/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

_____. **Abapa recebe visita de grupo que propõe nova rota de exportação para o algodão baiano**. Abapa, 19 out. 2017. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/abapa-recebe-visita-de-grupo-que-propoe-nova-rota-de-exportacao-para-o-algodao-baiano/>. Acesso em: 17 fev 2023.

_____. **Produtores do oeste da Bahia são exemplo de gestão de recursos hídricos**. Barreiras, 2018. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/produtores-do-oeste-da-bahia-sao-exemplo-de-gestao-de-recursos-hidricos/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. **Grupo Schmidt Agrícola é selecionado pela revista Forbes Brasil como uma das 100 empresas mais representativas do agro em 2019**. Abapa, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/grupo-schmidt-agricola-e-selecionado-pela-revista-forbes-brasil-como-uma-das-100-empresas-mais-representativas-do-agro-em-2019/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

_____. **Área plantada de algodão na Bahia fechou período de semeadura da safra 2021/2022 com expansão de 15% de área, segundo a Abapa**. Abapa, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://abapa.com.br/noticias/area-plantada-de-algodao-na-bahia-fechou-periodo-de-semeadura-da-safra-2021-2022-com-expansao-de-15-de-area-segundo-a-abapa/>. Acesso em: 26 out. 2023.

_____. ABAPA Informe, EDIÇÃO 02 - MAIO 2022b. Disponível em:
<https://abapa.com.br/wp-content/uploads/2022/06/abapa-informa-edicao-01-maio-2022.pdf>

_____. ABAPA Informe, EDIÇÃO 03 - JUNHO 2022c.

_____. **História**. Disponível em: <https://abapa.com.br/historia/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. **Oeste da Bahia registra safra recorde de grãos e fibra. Abapa, 7 jan. 2019.**
Disponível em:
<https://abapa.com.br/mais-noticias/oeste-da-bahia-registra-safra-recorde-de-graos-e-fibra/>.
Acesso em: 22 set. 2022.

ABRAPA. **Reconhecimento oficial. ABRAPA, 02 dez. 2019.** Disponível em:
<https://www.abrapa.com.br/Paginas/Not%C3%ADcias%20Abrapa.aspx?noticia=432>. Acesso
em: 21 fev. 2023.

ABREU, K. **Projeto de Resolução no Senado n.º 13/2017.** Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97. Brasília: Senado Federal, 12 set. 2017.
Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128872>.
Acesso em: 26 mar. 2023.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas.** Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-39, 2004.

ADAMS, J.R.B; PFEIFER, M. **O Estado ampliado de Gramsci.** Revista Mosaico Social, v. 3, p. 239-248, 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Agência Nacional de Águas (Brasil). **OCDE lança “Governança dos Recursos Hídricos no Brasil”.** Disponível em:
<https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/ocde-lanassa-agovernanassa-dos-recursos-hadricos.2019-03-15.9092955115>. Acesso em: 12 mai.2020

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Agência revela boas práticas vencedoras do Prêmio ANA 2020.** ANA, 2020. Disponível em:
<https://premio.ana.gov.br/2023/noticias/agencia-revela-boas-praticas-vencedoras-do-premio-ana-2020>. Acesso em: 07 mai. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual** / Agência Nacional de Águas. -- Brasília: ANA, 2019a. Disponível em:
<http://conjuntura.ana.gov.br/>. Acesso em: 12 mai.2020

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos** / Agência Nacional de Águas. -- Brasília: ANA, 2019b. Disponível em:
http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/na_encarte_outorga_conjuntura2019.pdf. Acesso em: 12 mai.2020

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas da Irrigação 2021: Uso da Água na Agricultura Irrigada (2ª edição).** ANA: Brasília, 25 fev. 2021.

Disponível em:

[https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/1b19cbb4-10fa-4be496dbb3dcd8975db0#:~:text=Dentre%20os%20principais%20indicadores%20brasileiros,\(5%2C3%20Mha\).](https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/1b19cbb4-10fa-4be496dbb3dcd8975db0#:~:text=Dentre%20os%20principais%20indicadores%20brasileiros,(5%2C3%20Mha).)
Acesso em: 31 out. 2023.

AGRO EM DIA. BA: Governador Rui Costa apoia emancipação do distrito de Rosário.

AGROemDia, 6 set. 2018. Disponível em:

<https://agroemdia.com.br/2018/09/06/ba-governador-rui-costa-apoia-emancipacao-do-distrito-de-rosario/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

AGROCAMPO. Mitre Agro investe R\$ 293 milhões na expansão da irrigação na agricultura.

Agrocampo, 30 mai. 2022. Disponível em:

https://revistaagrocampo.com.br/mercado-financeiro/mitreagroexpansaoemagriculturairrigacao/?doing_wp_cron=1698332662.0979540348052978515625. Acesso em: 26 out. 2023.

AGROLINK. Agricultores querem exclusão do cerrado e caatinga da moratória florestal.

Agrolink, 16 mar. 2011. Disponível em:

https://www.agrolink.com.br/noticias/agricultores-querem-exclusao-do-cerrado-e-caatinga-da-moratoria-florestal_127099.html. Acesso em: 25 mar. 2023.

AGROLINK. Oeste da Bahia atrai R\$ 1 bi para agronegócio. **Agrolink**, 04 jun. 2008.

Disponível em:

https://www.agrolink.com.br/noticias/Oeste-da-bahia-atrai-r-1-bi-para-agronegocio_69916.html. Acesso em: 28 ago. 2023.

AGROLINK. Oeste da Bahia quer harmonizar manejo de água e produção. **Agrolink e Assessoria**, 2 mar. 2022. Disponível em:

https://www.agrolink.com.br/noticias/oeste-da-bahia-quer-harmonizar-manejo-de-agua-e-producao_462843.html. Acesso em: 25 out 2023.

AGUIAR, D; BONFIM, J.; CORREIA, M. (orgs), 2021. **NA FRONTEIRA DA (I)LEGALIDADE: Desmatamento e grilagem no Matopiba**. Matopiba Grilagem, 2021.

Disponível em: <https://www.matopibagrilagem.org/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

AIBA. Informaiba, nº 153, ano 16, janeiro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008a.

_____. Informaiba, nº 154, ano 16, fevereiro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008b.

_____. Informaiba, nº 155, ano 16, março de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008c.

_____. Informaiba, nº 156, ano 16, abril de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008d.

_____. Informaiba, nº 157, ano 16, maio de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008e.

_____. Informaiba, nº 158, ano 16, junho de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008f.

_____. Informaiba, nº 159, ano 16, julho de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008g.

_____. Informaiba, nº 160, ano 16, agosto de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008h.

- _____. Informaiba, nº 161, ano 16, setembro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008i.
- _____. Informaiba, nº 162, ano 16, outubro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008j.
- _____. Informaiba, nº 163, ano 16, novembro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008k.
- _____. Informaiba, nº 164, ano 16, dezembro de 2008. Barreiras, **AIBA**, 2008l.
- _____. Informaiba, nº 165, ano 17, fevereiro de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009a.
- _____. Informaiba, nº 166, ano 17, março de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009b.
- _____. Informaiba, nº 167, ano 17, abril de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009c.
- _____. Informaiba, nº 169, ano 17, maio-junho de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009d.
- _____. Informaiba, nº 170, ano 17, julho de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009e.
- _____. Informaiba, nº 171, ano 17, agosto de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009f.
- _____. Informaiba, nº 172, ano 17, setembro de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009g.
- _____. Informaiba, nº 175, ano 17, novembro de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009h.
- _____. Informaiba, nº 176, ano 17, dezembro de 2009. Barreiras, **AIBA**, 2009i.
- _____. Informaiba, nº 176, ano 18, janeiro-fevereiro de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010a.
- _____. Informaiba, nº 177, ano 18, março de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010b.
- _____. Informaiba, nº 178, ano 18, abril de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010c.
- _____. Informaiba, nº 179, ano 18, maio de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010d.
- _____. Informaiba, nº 180, ano 18, junho de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010e.
- _____. Informaiba, nº 181, ano 18, julho de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010f.
- _____. Informaiba, nº 182, ano 18, setembro de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010g.
- _____. Informaiba, nº 183, ano 18, outubro-novembro de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010h.
- _____. Informaiba, nº 184, ano 18, dezembro de 2010. Barreiras, **AIBA**, 2010i.
- _____. Informaiba, nº 185, ano 19, janeiro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011a.
- _____. Informaiba, nº 186, ano 19, fevereiro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011b.
- _____. Informaiba, nº 187, ano 19, março de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011c.

_____. Informaiba, nº 188, ano 19, abril de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011d.

_____. Informaiba, nº 189, ano 19, maio de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011e.

_____. Informaiba, nº 190, ano 19, junho de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011f.

_____. Informaiba, nº 191, ano 19, julho de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011g.

_____. Informaiba, nº 192, ano 19, agosto de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011h.

_____. Informaiba, nº 193, ano 19, setembro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011i.

_____. Informaiba, nº 194, ano 19, outubro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011j.

_____. Informaiba, nº 195, ano 19, novembro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011k.

_____. Informaiba, nº 196, ano 19, dezembro de 2011. Barreiras, **AIBA**, 2011l.

_____. Informaiba, nº 197, ano 20, janeiro de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012a.

_____. Informaiba, nº 198, ano 20, fevereiro-março de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012b.

_____. Informaiba, nº 199, ano 20, abril de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012c.

_____. Informaiba, nº 200, ano 20, maio de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012d.

_____. Informaiba, nº 201, ano 20, junho de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012e.

_____. Informaiba, nº 202, ano 20, julho de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012f.

_____. Informaiba, nº 203, ano 20, agosto de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012g.

_____. Informaiba, nº 204, ano 20, setembro de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012h.

_____. Informaiba, nº 205, ano 20, outubro de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012i.

_____. Informaiba, nº 206, ano 20, novembro de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012j.

_____. Informaiba, nº 207, ano 20, dezembro de 2012. Barreiras, **AIBA**, 2012k.

_____. Informaiba, nº 208, ano 21, abril de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013a.

_____. Informaiba, nº 209, ano 21, maio de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013b.

_____. Informaiba, nº 210, ano 21, junho de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013c.

_____. Informaiba, nº 211, ano 21, julho de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013d.

_____. Informaiba, nº 212, ano 21, agosto de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013e.

_____. Informaiba, nº 213, ano 21, setembro de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013f.

_____. Informaiba, nº 214, ano 21, outubro de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013g.

_____. Informaiba, nº 215, ano 21, novembro de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013h.

_____. Informaiba, nº 216, ano 21, dezembro de 2013. Barreiras, **AIBA**, 2013i.

_____. Informaiba, nº 217, ano 22, janeiro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014a.

_____. Informaiba, nº 218, ano 22, fevereiro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014b.

_____. Informaiba, nº 219, ano 22, março de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014c.

_____. Informaiba, nº 222, ano 22, maio de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014d.

_____. Informaiba, nº 223, ano 22, julho de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014e.

_____. Informaiba, nº 224, ano 22, agosto de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014f.

_____. Informaiba, nº 225, ano 22, setembro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014g.

_____. Informaiba, nº 226, ano 22, outubro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014h.

_____. Informaiba, nº 227, ano 22, novembro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014i.

_____. Informaiba, nº 228, ano 22, dezembro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014j.

_____. Informaiba, nº 228, ano 22, dezembro de 2014. Barreiras, **AIBA**, 2014k.

_____. Informaiba, nº 229, ano 23, janeiro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015a.

_____. Informaiba, nº 230, ano 23, fevereiro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015b.

_____. Informaiba, nº 231, ano 23, março de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015c.

_____. Informaiba, nº 232, ano 23, abril de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015d.

_____. Informaiba, nº 233, ano 23, maio de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015e.

_____. Informaiba, nº 234, ano 23, junho de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015f.

_____. Informaiba, nº 235, ano 23, julho de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015g.

_____. Informaiba, nº 236, ano 23, agosto de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015h.

_____. Informaiba, nº 237, ano 23, setembro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015i.

_____. Informaiba, nº 238, ano 23, outubro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015j.

_____. Informaiba, nº 239, ano 23, novembro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015k.

_____. Informaiba, nº 240, ano 23, dezembro de 2015. Barreiras, **AIBA**, 2015l.

_____. Informaiba, nº 241, ano 24, janeiro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016a.

_____. Informaiba, nº 242, ano 24, fevereiro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016b.

_____. Informaiba, nº 243, ano 24, março de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016c.

_____. Informaiba, nº 244, ano 24, abril de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016d.

_____. Informaiba, nº 245, ano 24, maio de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016e.

_____. Informaiba, nº 246, ano 24, junho de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016f.

_____. Informaiba, nº 247, ano 24, julho de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016g.

_____. Informaiba, nº 248, ano 24, agosto de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016h.

_____. Informaiba, nº 249, ano 24, setembro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016i.

_____. Informaiba, nº 250, ano 24, outubro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016j.

_____. Informaiba, nº 251, ano 24, novembro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016k.

_____. Informaiba, nº 252, ano 24, dezembro de 2016. Barreiras, **AIBA**, 2016l.

_____. Informaiba, nº 253, ano 25, janeiro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017a.

_____. Informaiba, nº 254, ano 25, fevereiro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017b.

_____. Informaiba, nº 255, ano 25, março de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017c.

_____. Informaiba, nº 256, ano 25, abril de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017d.

_____. Informaiba, nº 257, ano 25, maio de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017e.

_____. Informaiba, nº 258, ano 25, junho de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017f.

_____. Informaiba, nº 259, ano 25, julho de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017g.

_____. Informaiba, nº 260, ano 25, agosto de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017h.

_____. Informaiba, nº 261, ano 25, setembro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017i.

_____. Informaiba, nº 262, ano 25, outubro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017j.

_____. Informaiba, nº 263, ano 25, novembro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017k.

_____. Informaiba, nº 264, ano 25, dezembro de 2017. Barreiras, **AIBA**, 2017l.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 01, janeiro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022a.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 02, fevereiro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022b.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 03, março de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022c.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 04, abril de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022d.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 05, maio de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022e.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 06, junho de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022f.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 07, julho de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022g.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 08, agosto de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022h.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 09, setembro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022i.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 10, outubro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022j.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 11, novembro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022k.

_____. Informe Aiba Digital, Edição nº 12, dezembro de 2022. Barreiras, **AIBA**, 2022l.

AIBA e ABAPA. Informe Aiba & Abapa, nº 265, ano 26, janeiro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018a.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 266, ano 26, fevereiro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018b.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 267, ano 26, março de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018c.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 268, ano 26, abril de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018d.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 269, ano 26, maio de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018e.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 270, ano 26, junho de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018f.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 271, ano 26, julho de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018g.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 272, ano 26, agosto de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018h.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 273, ano 26, setembro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018i.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 274, ano 26, outubro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018j.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 275, ano 26, novembro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018k.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 276, ano 26, dezembro de 2018. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2018l.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 277, ano 27, janeiro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019a.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 278, ano 27, fevereiro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019b.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 279, ano 27, março de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019c.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 280, ano 27, abril de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019d.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 281, ano 27, maio de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019e.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 282, ano 27, junho de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019f.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 283, ano 27, julho de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019g.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 284, ano 27, agosto de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019h.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 285, ano 27, setembro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019i.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 286, ano 27, outubro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019j.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 287, ano 27, novembro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019k.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 288, ano 27, dezembro de 2019. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2019l.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 289, ano 28, janeiro de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020a.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 290, ano 28, fevereiro de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020b.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 291, ano 28, março de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020c.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 292, ano 28, abril de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020d.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 293, ano 28, maio de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020e.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 294, ano 28, junho de 2020. Barreiras **AIBA e ABAPA**, 2020f.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 295, ano 28, julho de 2020. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2020g.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 296, ano 28, agosto de 2020. **AIBA e ABAPA**, 2020g.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 297, ano 28, setembro de 2020. **AIBA e ABAPA**, 2020i.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 298, ano 28, outubro de 2020. **AIBA e ABAPA**, 2020j.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 299, ano 28, novembro de 2020. **AIBA e ABAPA**, 2020k.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 300, ano 28, dezembro de 2020. **AIBA e ABAPA**, 2020l.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 301, ano 29, janeiro de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021a.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 302, ano 29, fevereiro de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021b.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 303, ano 29, março-abril de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021c.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 304, ano 29, maio de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021d.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 305, ano 29, junho de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021e.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 306, ano 29, julho de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 307, ano 29, agosto de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021f.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 308, ano 29, setembro de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021g.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 309, ano 29, outubro de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021h.

_____. Informe Aiba & Abapa, nº 310, ano 29, novembro-dezembro de 2021. Barreiras, **AIBA e ABAPA**, 2021i.

_____. Revista Aiba Rural, n. 01, ano I, 1º trimestre de 2015. Barreiras: **AIBA**, 2015m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 02, ano I, 2º trimestre de 2015. Barreiras: **AIBA**, 2015n.

_____. Revista Aiba rural, n. 03, ano I, 3º trimestres de 2015. Barreiras: **AIBA**, 2015o.

_____. Revista Aiba Rural, n. 04, ano II, 1º trimestre de 2016. Barreiras: **AIBA**, 2016m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 05, ano II, 2º trimestre de 2016. Barreiras: **AIBA**, 2016n.

_____. Revista Aiba Rural, n. 06, ano II, 3º trimestre de 2016. Barreiras: **AIBA**, 2016o.

_____. Revista Aiba Rural, n. 07, ano III, 2º trimestre de 2017. Barreiras: **AIBA**, 2017m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 08, ano III, 3º trimestre de 2017. Barreiras: **AIBA**, 2017n.

_____. Revista Aiba Rural, n. 09, ano IV, 1º trimestre de 2018. Barreiras: **AIBA**, 2018m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 10, ano IV, 2º trimestre de 2018. Barreiras: **AIBA**, 2018n.

_____. Revista Aiba Rural, n. 11, ano IV, 3º trimestre de 2018. Barreiras: **AIBA**, 2018o.

_____. Revista Aiba Rural, n. 12, ano V, 1º trimestre de 2019. Barreiras: **AIBA**, 2019m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 13, ano V, 2º trimestre de 2019. Barreiras: **AIBA**, 2019o.

_____. Revista Aiba Rural, n. 14, ano V, 3º trimestre de 2019. Barreiras: **AIBA**, 2019p.

_____. Revista Aiba Rural, n. 15, ano VI, 1º trimestre de 2020. Barreiras: **AIBA**, 2020k.

_____. Revista Aiba Rural, n. 16, ano VI, 2º trimestre de 2020. Barreiras: **AIBA**, 2020l.

_____. Revista Aiba Rural, n. 17, ano VI, 3º trimestre de 2020. Barreiras: **AIBA**, 2020m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 18, ano VI, 4º trimestre de 2020. Barreiras: **AIBA**, 2020n.

_____. Revista Aiba Rural, n. 19, ano VII, 1º trimestre de 2021. Barreiras: **AIBA**, 2021j.

_____. Revista Aiba Rural, n. 20, ano VII, 2º trimestre de 2021. Barreiras: **AIBA**, 2021k.

_____. Revista Aiba Rural, n. 21, ano VII, 4º trimestre de 2021. Barreiras: **AIBA**, 2021l.

_____. Revista Aiba Rural, n. 22, ano VIII, 1º trimestre de 2022. Barreiras: **AIBA**, 2022m.

_____. Revista Aiba Rural, n. 23, ano VIII, 4º trimestre de 2022. Barreiras: **AIBA**, 2022n.

_____. Revista Aiba Rural, n. 24, ano IX, 1º trimestre de 2023. Barreiras: **AIBA**, 2023.

AIBA. Instabilidade energética no Oeste da Bahia pode estar com os dias contados. Aiba, 19 ago. 2016. Disponível em:

<https://aiba.org.br/instabilidade-energetica-do-oeste-da-bahia-pode-estar-com-os-dias-contado-s-afirma-ministro-de-minas-e-energia/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

_____. **Em parceria com Aiba, Secretaria Municipal de Agricultura e de Educação desenvolvem o projeto Horta nas Escolas.** Barreiras, 18 out 2017o. Disponível em:

<https://aiba.org.br/em-parceria-com-a-aiba-secretaria-municipal-de-agricultura-e-de-educacao-desenvolvem-o-projeto-horta-na-escola/>. Acesso em: 22/02/2022

_____. **Região oeste da Bahia se destaca em eficiência na agricultura irrigada.** Informe AIBA e ABAPA. n. 268 ano 26, Barreiras: abril de 2018p. Disponível em:

<https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Informaiba-ABRIL-2018-Digital.pdf> Acesso em: 26/04/2019.

_____. **Sustentabilidade Hídrica na Produção de Alimentos.** AIBA Rural. n. 09 - ano IV - 1º trimestre. Barreiras, 2018q. Disponível em:

<https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2018/05/AibaRural-Finalizada.pdf>. Acesso em: 26/04/2019.

_____. **Produtores baianos recuperam primeira nascente de rio em São Desidério, no oeste da Bahia.** Aiba, 8 fev. 2018r. Disponível em:

<https://aiba.org.br/produtores-baianos-recuperam-primeira-nascente-de-rio-em-sao-desiderio-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

_____. **Entidades do agronegócio contestam dados sobre contaminação de águas por agrotóxico.** Imprensa Aiba, 25 abr. 2019q. Disponível em:

<https://aiba.org.br/entidades-do-agronegocio-contestam-dados-sobre-contaminacao-de-aguas-por-agrotoxicos/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

_____. **Presidente da Abapa acompanha reunião que apresenta Pacote Anticrime pelo ministro Sérgio Moro em Brasília (DF).** AIBA, 12 dez. 2019r. Disponível em:

<https://aiba.org.br/presidente-da-abapa-acompanha-reuniao-que-apresenta-pacote-anticrime-pelo-ministro-sergio-moro-em-brasil-df/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

_____. **Quem Somos.** Aiba: 03 ago. 2020o. Disponível em: <https://aiba.org.br/a-aiba/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. **Pesquisa aponta maior sequestro de carbono em áreas irrigadas na produção agrícola no Oeste da Bahia.** Aiba, 31 jul. 2020p. Disponível

em: <https://aiba.org.br/pesquisa-aponta-maior-sequestro-de-carbono-em-areas-irrigadas-na-producao-agricola-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

_____. **HACKATHON AIBA LAB**. Aiba, 2021m. Disponível em: <https://aiba.org.br/hackathon-aiba-lab/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

_____. **Safra baiana de grãos pode alcançar 11,1 milhões de toneladas em 2022**. Aiba, 25 abr. 2022o. Disponível em: <https://aiba.org.br/safra-baiana-de-graos-pode-alcancar-111-milhoes-de-toneladas-em-2022/>. Acesso em: 26 out. 2023

_____. **Irrigação garante o futuro da alimentação no cenário global**. Aiba, 15 jun. 2022p. Disponível em: <https://aiba.org.br/irrigacao-garante-o-futuro-da-alimentacao-no-cenario-global/>. Acesso em 30 out. 2023.

_____. **Tocantins marca abertura da 16ª edição da Bahia Farm Show**. Aiba, 1 jun. 2022r. Disponível em: <https://aiba.org.br/assinatura-de-termo-de-cooperacao-entre-bahia-e-tocantins-marca-abertura-da-16a-edicao-da-bahia-farm-show/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. **Presidente da Cacau Show conhece cacauicultura do Oeste Baiano**. Aiba, 10 jun. 2022s. Disponível em: <https://aiba.org.br/presidente-da-cacau-show-conhece-cacauicultura-do-oeste-baiano/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

_____. Aiba estende relações com cadeia produtiva na Chapada Diamantina. Aiba, 2022t. Disponível em: <https://aiba.org.br/aiba-estende-relacoes-com-cadeia-produtiva-na-chapada-diamantina/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Vitor Batista Carneiro de. **Código Florestal, estratégias de alocação de reserva legal e dinâmicas territoriais no oeste da Bahia: um estudo de caso em fazendas do agronegócio no município de Jaborandi**. 2015. 70 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/20786/1/2015_VitorBatistaCarneirodeAlbuquerque.pdf. Acesso em 23 de maio de 2022.

ALEIXO, Junior. A Lei do Agro e a busca por uma ‘nova safra de proprietários’. **Brasil Debate**, 21 jul. 2020. Disponível em: http://brasildebate.com.br/a-lei-do-agro-e-a-busca-por-uma-nova-safra-de-proprietarios/#_ftn4. Acesso em: 08 mai. 2023.

ALESSI, G. PGE aponta grilagem verde em área onde vive comunidade Capão do Modesto. **Repórter Brasil**, 24 set. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/pge-aponta-grilagem-verde-em-area-onde-vive-comunidade-capao-do-modesto/>. Acesso em: 30 set. 2023.

ALISKI, A. Tecnologia pode melhorar a produtividade e o uso da água no campo. **Globo Rural**, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/03/tecnologia-pode-melhorar-produtividade-e-o-uso-da-agua-no-campo.html>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: ALMEIDA, A.W. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

ALPERT, B. et al. Cosan e fundo de pensão dos EUA compraram terras de acusados de grilagem no Brasil. **AGÊNCIA PÚBLICA**, 22 mai. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/cosan-e-fundo-de-pensao-dos-eua-compraram-terras-de-acusados-de-grilagem-no-brasil/>. Acesso em: 29 set. 2023.

ALTHUSSER, Louis. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.

AMENI, C. S. Ruralistas da ‘bancada do Refis’ devem R\$ 135 milhões à União. **Brasil de Fato: De Olho nos Ruralistas**, 4 set. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/04/ruralistas-da-bancada-do-refis-devem-rdollar-135-milhoes-a-uniao>. Acesso em: 26 mar. 2023.

ANDERSON, Perry. **Considerations on western Marxism**. Verso Books, 2016.

ANTONACCIO, L.; LOPES, C. L.; MINSKY, E. **(Des)Controle do Desmatamento Legal no Matopiba: Regulamentação e Governança das Autorizações de Supressão de Vegetação**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/descontrole-do-desmatamento-legal-no-matopiba-regulamentacao-e-governanca-das-autorizacoes-de-supressao-de-vegetacao/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Comentários ao novo Código Florestal**. 2. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

ARANHA, A.; ROCHA, L. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. **Reporter Brasil / Agência Pública**, 15 abr 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ARAÚJO, N. Mudança em projeto poderá assegurar anistia de dívidas com o Funrural. **Agência Câmara de Notícias**, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/555256-MUDANCA-EM-PROJETO-PODERA-ASSEGUARAR-ANISTIA-DE-DIVIDAS-COM-O-FUNRURAL>. Acesso em: 24 mar. 2014.

ARMA STORE. **Munição CBC Calibre 12 Câmara 70mm Chumbo SG - KNOCK VELOX - 25rds**. Disponível em: <https://www.armastore.com.br/armas-de-fogo/municao/municao-cbc-calibre-12-camara-70m-m-chumbo-sg-knock-velox-25rds/>. Acesso em: 31 out. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Disponível em:
<https://www.al.ba.gov.br/historia-do-legislativo/titulos-e-condecoracoes/homenageados/552>.
Acesso em: 28 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS E ADVOGADAS DE TRABALHADORES RURAIS.
Bahia já autorizou o desmatamento de 34.307,712 ha durante a pandemia. **AATR**, 1 jul. 2020.
Disponível em:
<https://www.aatr.org.br/post/bahia-j%C3%A1-autorizou-o-desmatamento-de-34-307-712-ha-durante-a-pandemia> . Acesso em: 03 mai. 2023.

AUGUSTO, C. Empresa portuguesa Future assina memorando de entendimentos para estudar projetos de infraestrutura na Bahia. **Jornal Grande Bahia**, 14 jan. 2021. Disponível em:
<https://jornalgrandebahia.com.br/2021/01/empresa-portuguesa-future-assina-memorando-de-entendimentos-para-estudar-projetos-de-infraestrutura-na-bahia/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

B3. **Fundos de Investimentos**. Disponível em:
https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/fundos-de-investimento-em-participacoes-fip.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

BAHIA (Estado). Portaria nº 19.217 de 24 de setembro de 2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, BA, 25 set 2019 – Executivo, p.44

BAHIA (Estado). Portaria nº 19.263 de 01 de outubro de 2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, BA, 01 out 2019 – Executivo, p.-

BAHIA (Estado). Portaria nº 19.045 de 03 de setembro de 2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, BA, 4 set 2019 – Executivo, p.43

BAHIA (Estado). Portaria nº 19.212 de 24 de setembro de 2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, BA, 25 set 2019 – Executivo, p.43

BAHIA. **Suicídios na Bahia**. Salvador: Secretaria da Saúde, 2024. Disponível em:
https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3512&Itemid=1118&lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2024.

BAHIA. **A Economia baiana de 1850 e 1930: algumas questões**. Salvador: CPE, 1981. 64 p. (Contribuição técnica, 1)

BAHIA. ADAB. **Agência de Defesa Agropecuária da Bahia**. Salvador: Adab, 03 mai. 2020. Disponível em: <http://www.adab.ba.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BAHIA, SDE. **Documentário Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco**. YouTube, 19 set. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=g7z74A1do-k> Acesso em: 02 mai. 2023.

BAHIA. SEI. **Acompanhamento da Safra Baiana**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, out. 2020. Disponível em:
https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_out_2020.pdf

BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. Detalhes da proposição. **PL./21.314/2015**. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-21.314-2015>. Acesso em: 25 mai. 2023.

BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Perfil do Deputado. Dep. Jusmari Oliveira**. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/926910>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Perfil do Deputado. Dep. Herbert Barbosa**. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/915875>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BAHIA. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2023. **PL./23.700/2019**. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-23.700-2019>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BAHIA. **Bahia estima safra recorde este ano, com 13 milhões de toneladas de grãos**. Governo do Estado da Bahia, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/04/noticias/agricultura/bahia-estima-safra-recorde-este-ano-com-13-milhoes-de-toneladas-de-graos/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BAHIA. **Echoenergia inicia as obras de seu primeiro complexo solar na Bahia. Governo do Estado da Bahia**, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/05/area-de-imprensa/audios/echoenergia-inicia-as-obras-de-seu-primeiro-complexo-solar-na-bahia/>. Acesso em: 03 out. 2023

BAHIA. INEMA. Portaria nº 19.045, de 4 de setembro de 2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, Bahia, 04/09/2019 - Edição 22734 - Pág. 64.

BAHIA. INEMA. Portaria nº 19.212, de 24/09/2019. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, Bahia, Diário publicado em: 25/09/2019 - Edição 22749 - Pág. 43.

BAHIA. INEMA. **APA Bacia Rio de Janeiro**. INEMA, 2023. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-bacia-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BAHIA. INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Inema, 03 mai. 2020. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BAHIA. SDE. **Polo Agroindustrial e Bioenergético busca integração para desenvolver Médio São Francisco baiano**. SDE, 10 ago. 2020. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2020/08/10/polo-agroindustrial-e-bioenergetico-busca-integracao-para-desenvolver-medio-sao-francisco-baiano/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BAHIA. SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. SEAGRI, 03 mai. 2020. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BAHIA. SEMA – Secretaria do Meio Ambiente. SEMA, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.meioambiente.ba.gov.br/>. Acesso em 3 ago. 2020.

BAHIA. SEPLAN. **Bahia encerra 2021 com safra de grãos 4,4% ao ano anterior.**

Ascom/Seplan, 12 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.seplan.ba.gov.br/noticias/bahia-encerra-2021-com-safra-de-graos-44-superior-ao-ano-anterior/>. Acesso em: 26 out. 2023.

BAHIA ECONÔMICA. Governos da Bahia e Nebraska ampliam debate sobre gestão dos recursos hídricos. **Bahia Econômica**, 3 mai. 2019. Disponível em:

<https://bahiaeconomica.com.br/wp/2019/05/03/governos-da-bahia-e-nebraska-ampliam-debat-e-sobre-gestao-dos-recursos-hidricos/>.

BAHIA ECONÔMICA. Uma das maiores fazendas da Bahia é vendida por 90 milhões de dólares. **Bahia Econômica**, 02 mar. 2020. Disponível em:

<https://bahiaeconomica.com.br/wp/2020/03/02/fazenda-agronol-e-vendida-por-r-90-mi-para-grupo-franciosi/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BAHIA FARM SHOW. EDIÇÃO 2022. **Assinatura de termo de cooperação entre Bahia e Tocantins marca abertura da 16ª edição da Bahia Farm Show.** Disponível em:

<https://bahiafarmshow.com.br/assinatura-de-termo-de-cooperacao-entre-bahia-e-tocantins-marca-abertura-da-16a-edicao-da-bahia-farm-show/>. Acesso em 05 jun. 2023.

BAHIA FARM SHOW. EDIÇÃO 2022. **Bahia Farm Show atinge marca histórica de 7,9 bilhões em volume de negócios.** 05 jun. 2022. Disponível em:

<https://bahiafarmshow.com.br/bahia-farm-show-2022-atinge-marca-historica-de-79-bilhoes-em-volume-de-negocios/>. Acesso em 05 jun. 2023.

BAHIA FARM SHOW. EDIÇÃO 2022. **Bahia Farm Show recebe visita do presidente Jair Bolsonaro.** Bahia Farm Show, 31 mai. 2022. Disponível em:

<https://bahiafarmshow.com.br/bahia-farm-show-recebe-visita-do-presidente-jair-bolsonaro/>. c

BALSA, Javier. Notas para una definición de la hegemonía. **Nuevo topo**, v. 3, p. 145-166, 2006.

BALSA, Javier. **Formaciones y estrategias discursivas, y su dinámica en la construcción de la hegemonía.** Propuesta metodológica con una aplicación a las disputas por la cuestión agraria en la Argentina de 1920 a 1943, Papeles de Trabajo, 11 (19), 2017, pp. 231-260.

BALSA, J. **Las lógicas de construcción de la hegemonía desplegadas desde los gobiernos petistas y Kirchneristas.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, jan./dez. 2020, p. 1-28

BARBOSA, Altair Sales. Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela

desterritorialização. **Cadernos IHU ideias**, Instituto Humanitas Unisinos. – ano 15, nº 257, vol. 15, 2017. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6756-cerrado-o-laboratorioantropologico-ameacado-pela-desterritorializacao>. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água”.

[Entrevista cedida a] Elder Dias. **Jornal Opção**, Goiânia, 07 mai. 2022. Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BARCELLOS, V. As Supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 29, pp. 227-247, 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77853>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BARRETO, Eldo Moreira. **Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado**. IIRPA, 2012. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/artigos/19/os-fechos-fechos-de-pasto-terra-de-uso-Coletivo-territorio-das-comunidades-camponesas-no-vale-do-rio-arrojado>. Acesso em: 22/09/2019.

BARRETO, Lucy B. Região Oeste concentra mais de um terço de toda riqueza agrícola da Bahia. **Correio 24horas**, 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/regiao-oeste-concentra-mais-de-um-terco-de-toda-riqueza-agricola-da-bahia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARRETO, Patrícia Santos. **A expansão da cotonicultura no Oeste baiano e o programa de incentivo à cultura do algodão (PROALBA)**. 2008. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9474/1/TCC%20PATR%C3%8DCIA%20SANTOS%20BARRETO.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BEARTAC. **Espingarda Calibre 12 Boito Pump 5+1 14**. Disponível em: <https://beartac.com.br/espingarda-calibre-12-boito-pump-51-355mm/>. Acesso em: 31 out. 2023.

BELCHIOR, E. B.; ALCANTARA, P. H. R.; BARBOSA, C. F. **Perspectivas e desafios para a região do Matopiba**. Informativo Técnico do Núcleo de Sistemas Agrícolas, Pesca e Aquicultura da Embrapa. Fronteira Agrícola. n.16, jan/2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1065435/perspectivas-e-desafios-para-a-regiao-do-matopiba>. Acesso em: 13/05/2019.

BENATTI, José H. A lei de regularização fundiária e o debate sobre justiça social e proteção ambiental na Amazônia. **Hiléia – Revista do Direito Ambiental da Amazônia**, nº.11, Jul/Dez de 2008, e nº.12, Jan/Jun de 2009, p. 15-30.

BERNARDES, Julia Adão. (1997). As estratégias do capital no complexo sojífero-Brasil". **Anais 6º Encontro de Geógrafos de América Latina em março de 1997**. Buenos Aires. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia agricola/382.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

BERNARDES, J. A.; MALDONADO, G. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, J. A. et al. (Orgs.) **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Lamparina: Rio de Janeiro, 2017, p. 57-80.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cintia Lima. O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BICALHO, Bruna. **Financeirização, land grabbing e acumulação de capital na agricultura brasileira: processo de dominação das finanças e o papel da burguesia agrária**. 2020. 329 p. (Tese). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

BITTENCOURT, M. Setor produtivo baiano reage a projeto de lei que eleva e cria taxas no estado. **Jornal Correio**, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/setor-produtivo-baiano-reage-a-projeto-de-lei-que-eleva-e-cria-taxas-no-estado/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BITTENCOURT, T. ET. et al. O discurso político de Marina “a Nova Política”. In: **Paixão e razão: Os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018**, Jorge O. Romano (Org.) – São Paulo: Veneta, 2018, p 13-22.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.

BOMFIM, Juarez Duarte. Movimentos sociais de trabalhadores no Rio São Francisco. **Revista Scripta Nova**. Barcelona, Nº 45 (30), agosto, 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm> .

BONFIM, Joice Silva. **Apropriação das águas, Matopiba e territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia: as águas sem fronteira de Correntina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) -Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 213. 2019.

BRANDÃO, Paulo Roberto B. **A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)**. In: GeoTextos, vol. 6, n. 1, jul. 2010, pp. 35-50. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4304/3163>. Acesso em: 05/05/2019.

BRASIL MINERAL. **BAMIN mostrará projeto de R\$ 20 bilhões na Bahia. Brasil Mineral**, 06 set. 2022. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/bamin-mostrara-projeto-de-r-20-bilhoes-na-bahia>. Acesso em: 31 mai. 2023.

_____. **Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2012.

BRASIL, 2023. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Institucional. Quem é quem. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem-novo/CGASOzielAlvesdeOliveira1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão aprova criação de complexo econômico e social na fronteira agropecuária do Brasil. Brasília: **Agência Câmara de Notícias**, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/972855-comissao-aprova-criacao-de-complexo-economico-e-social-na-fronteira-agropecuaria-do-brasil/>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 2168/2021, de 14 de junho de 2021** que altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2286627>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta institui complexo econômico e social na fronteira agropecuária do Brasil. Brasília: **Agência Câmara de Notícias**, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/700709-proposta-institui-complexo-economico-e-social-na-fronteira-agropecuaria-do-brasil/>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **DECRETO LEI Nº 9.984/2000**. Brasília, 17 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Decreto-Lei+9.984%2F2000&oq=Decreto-Lei+9.984%2F2000&aqs=chrome..69i57.883j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em:

BRASIL. **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L11079compilado.htm. Acesso em: 12 mai.2020.

BRASIL. **Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019**. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. **Ministério da Agricultura e Pecuária**. Com mais recursos e melhores condições de financiamento, Plano Safra 2020/2021 tem R\$ 236,3 bilhões. Brasília, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-mais-recursos-e-melhores-condicoes-de-financiamento-plano-safra-2020-2021-tera-236-bilhoes>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 2.475, de 18 de outubro de 2019**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 out 2019, Edição 204, Seção 1. p.15.

BRASIL. **PEC 504/2010. Proposta de Emenda à Constituição**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/483817>. Acesso em: 22 set.2019.

BRASIL. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2017**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131906>. Acesso em: 12 fev.2019.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 4162, DE 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140534>. Acesso em: 12 mai.2020.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2019. **Senado Federal**, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136165>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Senadores criam a Frente Parlamentar do Matopiba. Brasília: **Agência Senado**, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/12/senadores-criam-a-frente-parlamentar-do-matopiba>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRITO, Juliana. Oeste baiano ganha o maior laticínio do país. **Jornal A Tarde**, 2015. Disponível em: <https://atarde.com.br/economia/oeste-baiano-ganha-maior-laticinio-do-pais-675543>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West**. Columbia University Press, 2019.

BRUCKMANN, Mónica. **Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana**. Lima: Instituto Perumundo, Fondo Editorial J.C.Mariátegui, 2012.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Ed. UFRJ, 1997.

BRUNO, Regina. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República**. 2002. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: BRUNO, Regina (Org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 113-129.

BRUNO, Regina. **O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe**. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 41, p. 01-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52566/31501>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci y el Estado**- Madrid: Siglo XXI Editores, 1978.

BUNGE. Disponível em: <https://www.bunge.com.br/Imprensa/Noticia.aspx?id=1242>; <https://www.tnc.org.br/>. Acesso em: 3 set. 2023.

CAETANO, B. Desde o golpe contra Dilma, 1,2 mil novos agrotóxicos foram liberados no Brasil. **Brasil de Fato**: São Paulo, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/03/desde-o-golpe-contradilma-12-mil-novos-agrotoxicos-foram-liberados-no-brasil>.

CALLON, M, MILLO, Y. and MUNIESA, F. (eds.), **Market Devices**, Malden, Blackwell Publishing, 2007.

CALLON, M. **The Laws of the Market**, Blackwell, 1998.

CAMARGOS, D. Filantropo em São Paulo, empresário é acusado de mortes e roubo de terras no Nordeste. **Reporter Brasil**, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/09/empresario-euclides-de-carli-acusado-mortes-roubo-terras-nordeste/>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO, 2020. **Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida**. Disponível em: <https://semcerrado.org.br/campanha/#:~:text=A%20Campanha%20Nacional%20em%20Defesa,bioma%2C%20lutando%20pela%20sua%20preserva%C3%A7%C3%A3o.&text=A%20Campanha%20surgiu%20com%20o,do%20Cerrado%20causam%20no%20Brasil>.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. Posseiros pedem punição para fazendeiros após atentado em Formosa do Rio Preto (BA). **Campanha Cerrado, 09 set. 2021**. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/309-atentado-em-formosa-do-rio-preto>. Acesso em: 01 out. 2023.

CAMPIONE, Daniel. **Para leer a Gramsci**. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.

CANAL ENERGIA. EGP investe R\$ 88 milhões no parque solar em Tabocas do Brejo Velho. **Canal Energia**, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53220736/egp-investe-r-88-milhoes-no-parque-solar-em-tabocas-do-brejo-velho>. Acesso em: 06 set. 2023.

CANAL RURAL. São Desidério (BA) é o maior município agrícola do país em 2018, diz IBGE. **Canal Rural**, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/sao-desiderio-ba-e-o-maior-municipio-agricola-do-pais-em-2018-diz-ibge/>.

CAPELLA, Vicente Bellver. **El movimiento por la justicia ambiental: entre ecologismo y los derechos humanos**. Anuario de filosofía del derecho, n. 13, p. 327-348, 1996.

CAPODEFERRO, M.W., KELMAN, J., e AZEVEDO, J.P.S. **A introdução de mercados de água como instrumento de alocação de recursos hídricos: o contexto brasileiro**. XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: http://www.kelman.com.br/A_INTRODUCAO_DE_MERCADOS_DE_AGUA_.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

CASTRO, Marcial Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961)**. Salvador, 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARDOSO, J.A.L. **Adeus à Água como Bem Comum?** Outras Palavras 16/12/2019. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/adeus-a-agua-como-bem-comum/>. Acesso em: 15 mai.2020

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, I. De um lado, festas da alta sociedade; do outro, trabalho escravo e grilagem na Bahia. **Brasil de Fato**, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/de-um-lado-festas-da-alta-sociedade-do-outro-trabalho-escravo-e-grilagem-na-bahia>. Acesso em: 01 out. 2023.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CERDAS, G. **A participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da produção de etanol na América Latina e no Caribe**. Relatório elaborado para Action Aid Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 1ªed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAVIS, B. Forward. In: BULLARD, R. (Ed.). **Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots**. Cambridge: South End Press, 1993.

CNA. Delegação estrangeira visita fazenda de pecuária de corte. **CNA**, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/delegacao-estrangeira-visita-fazenda-de-pecuaria-de-corte>. Acesso em: 18 fev 2023.

_____. Fatos e Mitos. **CNA**: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/pesquisas/fatos-mitos-sobre-a-agropecu%C3%A1ria-brasileira>

_____. Região Oeste da Bahia se destaca em eficiência na agricultura irrigada. **CNA**, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/regiao-Oeste-da-bahia-se-destaca-em-eficiencia-na-agricultura-irrigada>

COELHO NETO. Agripino Souza. A política de irrigação e reestruturação regional do Vale do São Francisco. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; BRITO, Cristovão; LÉDA, Renato Leone Miranda. **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM gráfica e editora LTDA, p. 53 – 85, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - BAHIA. NOTA: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas. **CPT-BA**, 6 nov. 2017.

Disponível em:

<https://cptba.org.br/nota-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas/>

_____. NOTA: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas. Salvador: **CPT-BA**, 2017. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4101-nota-publica-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas>.

Acesso em: 31/07/2019

_____. Clima de tensão por conflito entre fazendeiros e comunidade ribeirinha em Barra – BA. **CPT - BA**, 25 jan. 2021. Disponível em:

<https://cptba.org.br/clima-de-tensao-por-conflito-entre-fazendeiros-e-comunidade-ribeirinha-e-m-barra-ba/>. Acesso em 03 mai. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil 2018. **CPT**, 2019.

Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14154&catid=41&m=0&Itemid=1419>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia **CPT**, 2019. Disponível em:

https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?option=com_jdownloads Acesso em: :

22/05/2019

_____. Conflitos no campo se agravam no Oeste Baiano às vésperas das eleições. **CPT, 2022**. Disponível em:

<https://cptba.org.br/conflitos-no-campo-se-agravam-no-oeste-baiano-as-vesperas-das-eleicoes/>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Os Custos Ambientais do Negócio de Terras: o caso do Matopiba, Brasil. **FIAN Internacional**: Heidelberg, 2018.

_____. Pistoleiros aterrorizam fecheiros de Correntina. **CPT-BA**, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://cptba.org.br/pistoleiros-aterroizam-fecheiros-de-correntina/>.

Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Quilombo Fortaleza é invadido por homens armados, em Bom Jesus da Lapa (BA). **CPT-BA**, 21 set. 2022b. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6176-quilombo-fortaleza-e-invadido-por-homens-armados-em-bom-jesus-da-lapa-ba>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Campanha Mar de Luta - Três anos de resistência ao crime do petróleo. **CPT**, Youtube, 12 set. 2022. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Z_Og82EICPs. Acesso em: 18 fev. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA et al. Cadernos de Estudos - mudanças atuais nas leis de terras: do golpe político ao golpe fundiário. **CPT/GRAIN/AATR/ABRA**, 2020.

Disponível em:

https://grain.org/system/articles/pdfs/000/006/585/original/CADERNO_LEIS-DE-TERRA_A4_V2.pdf?1608145044. Acesso em: 13 fev. 2023.

COMPRE RURAL NOTÍCIAS. Conheça o estado que possui mais de 55.000 pivôs. **Compre Rural**, 13 set. 2023. Disponível em:

<https://www.comprerural.com/conheca-o-estado-que-possui-mais-de-55-000-pivos/>. Acesso em: 17 out. 2023

COMPRERURAL. Conheça os maiores confinamentos do Brasil. **Compre Rural**, 28 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.comprerural.com/captar-agrobusiness-engorda-30-mil-cabecas-gigante/>. Acesso em: 19 fev 2023.

CONEXÃO TOCANTINS. **Ibama realiza a maior operação de fiscalização de desmatamento ilegal no Bioma Cerrado**. Disponível em:

<https://conexaoto.com.br/2008/11/24/ibama-realiza-a-maior-operacao-de-fiscalizacao-de-desmatamento-ilegal-do-bioma-cerrado>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. CNA lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina (BA). **CNA**, Brasília, 2017. Disponível em:

<https://cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-lamenta-a%C3%A7%C3%B5es-de-vandalismo-ocorridas-em-propriedade-rural-de-correntina-ba>) Acesso em: 02 jan. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. CNA define presidentes e vices de Comissões Nacionais. **CNA**, Brasília, 2022. Disponível em:

[https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-define-presidentes-e-vices-de-comissoes-nacionais#:~:text=Bras%C3%ADlia%20\(25%2F03%2F2022,na%20defesa%20dos%20produtores%20rurais](https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-define-presidentes-e-vices-de-comissoes-nacionais#:~:text=Bras%C3%ADlia%20(25%2F03%2F2022,na%20defesa%20dos%20produtores%20rurais). Acesso em: 02 jun. 2023

CORREIO 24HORAS. Prefeito de Barreiras é condenado por improbidade administrativa e perde mandato. **Correio 24horas**, 14 abr. 2023. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/bahia/prefeito-de-barreiras-e-condenado-por-improbidade-administrativa-e-perde-mandato-0414>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CORREIO 24HORAS. Região Oeste concentra mais de um terço de toda riqueza agrícola da Bahia. **Correio 24horas**, 26 fev. 2015. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/bahia/regiao-oeste-concentra-mais-de-um-terco-de-toda-riqueza-agricola-da-bahia-0215>. Acesso em: 05 jun. 2021.

COSTA, A.G.; ROSA, A. Terceiro mês mais letal da pandemia no Brasil, maio tem 59.010 mortes por Covid. **CNN Brasil**, 31 mai. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/terceiro-mes-mais-letal-da-pandemia-no-brasil-maio-tem-59010-mortes-por-covid/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

COUZEMENCO, F. Justiça determina bloqueio de matrículas de fazendas em territórios tradicionais no oeste da Bahia. **O ECO**, 15 mai. 2023. Disponível em:

<https://oeco.org.br/reportagens/justica-determina-bloqueio-de-matriculas-de-fazendas-em-terrios-tradicionais-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 31 out. 2023.

CRUZ, Márcia Maria. Agrotóxicos em plantações de tomates ameaçam quilombo na Chapada Diamantina. **De Olho nos Ruralistas**, 24 set. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/24/agrotoxicos-em-plantacoes-de-tomates-ameacam-quilombo-na-chapada-diamantina/#:~:text=Para%20expandir%20planta%C3%A7%C3%B5es%20de%20tomates,comunidades%20mais%20tradicionais%20da%20regi%C3%A3o.> Acesso em: 29 mai. 2023.

CRUZ, Maria Tereza. Pacote anticrime de Moro é ‘banho de sangue’, dizem entidades e ativistas. **Ponte Jornalismo**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/pacote-anticrime-de-moro-vai-promover-banho-de-sangue-dizem-entidades-e-movimentos-sociais/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CUSICANQUI, Silvia R. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta limón, 2010.

CUNHA, Tassio Barreto. Trabalho Escravo e Insanidade no Oeste da Bahia. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 17: 176-192, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X). Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

DA COSTA BUENO, Wilson. Imprensa e mudanças climáticas no Brasil: fontes hegemônicas e pouca atenção aos conceitos. **Razón y Palabra**, n. 84, 2013.; MIGUEL, Jean. Negacionismo climático no Brasil. **Coletiva, Dossiê**, v. 27, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Oligarquias armadas: empresas que protagonizam conflitos agrários tiveram acesso a armamento durante governo Bolsonaro. Dossiê Bolsonaro (VI). **De Olho nos Ruralistas**: São Paulo, outubro de 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Oligarquias-Armadas-2022-PTR.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio – mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ECODEBATE. Ambientalistas baianos questionam novo projeto de lei de Política Ambiental para o Estado. **Ecodebate**, 17 nov. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/11/17/ambientalistas-baianos-questionam-novo-projeto-de-lei-de-politica-ambiental-para-o-estado/> Acesso em: 15 mai. 2022

ECODEBATE. Operação Veredas do Ibama: Fazendeiro é preso por causar dano ao Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba. **Ecodebate**, 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/11/08/operacao-veredas-do-ibama-fazendeiro-e-preso-por-causar-dano-ao-parque-nacional-nascentes-do-rio-parnaiba/> Acesso em: 08 abr. 2022.

ELIAS, Denise. Uma radiografia das cidades do agronegócio. **Outras Palavras**, 06 jun. 2022. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/uma-radiografia-das-cidades-do-agronegocio/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ELIAS, Denise; LEITÃO, Felipe Rodrigues. Agronegócio e relações campo-cidade no Ceará. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 37, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/247393/36349>. Acesso em: 11 jan 2023.

ELOY, Ludivine; SILVA, Andréa Leme da; COELHO FILHO, Osmar; GHIOTTI, Stéphane. **The Water Frontier: Agribusiness vs. Smallholder Communities in the Brazilian Cerrado**. *Water alternatives*, 2023, 16 (3), pp.869-891. fhal-04211436f. Disponível em: <https://hal.science/hal-04211436/document>. Acesso em: 02 jun. 2023.

EMBPRAPA. Unidade Embrapa Territorial. História. **Embrapa**, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/territorial/historia>.

EMBRAPA, 2017. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>

EMBRAPA. Rede Nacional de Irrigantes é criada para fortalecer agricultura irrigada no Brasil. **Embrapa**, 09 dez. 2021. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/66943132/rede-nacional-de-irrigantes-e-criada-para-fortalecer-agricultura-irrigada-no-brasil>. Acesso: 03 jun. 2023.

EPBR. Elera inaugura maior usina solar do Brasil; veja o ranking. **EPBR**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://epbr.com.br/elera-inaugura-maior-usina-solar-do-brasil-veja-o-ranking/#:~:text=A%20Elera%20Renov%C3%A1veis%20inaugurou%20oficialmente,investimento%20de%20R%24%204%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 3 out. 2023.

EPBR. Elera inaugura maior usina solar do Brasil; veja o ranking. **EPBR**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://epbr.com.br/elera-inaugura-maior-usina-solar-do-brasil-veja-o-ranking/#:~:text=A%20Elera%20Renov%C3%A1veis%20inaugurou%20oficialmente,investimento%20de%20R%24%204%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 3 out. 2023.

ESTADÃO. Brasil, poupador de terras. **Estadão**: São Paulo, 9 jan. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/brasil-pais-poupador-de-terras/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FAIRBAIRN, Madeleine. ‘Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FAISLON, Kainan. **Em cantos e contos: raízes e resistências culturais de Correntina. Projeto para Edital de Chamamento Público 12/2020 – Lei Aldir Blanc**. Correntina, 2020. Trabalho não publicado.

FAMA. **Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://fama2018.org/documentos-finais-do-fama-2018/>. Acesso em 22 set.2019.

FASSIN, Didier (dir.) **Les figures urbaines de la santé publique. Enquête sur des expériences locales**, Paris, La Découverte, 1998

FAVARETO, Arilson. Entre chapadas e baixões do MATOPIBA: Dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado. 2019. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2019/05/2019_favareto_et_al_entre_chapadas_e_baixoes_do_matopiba_ebookcompleto.pdf>;

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA BAHIA. FAEB emite Ofício à Secretaria de Meio Ambiente sobre Portaria do Inema. **Faeb**, 13 nov. 2019. Disponível em: <http://www.sistemafaeb.org.br/noticias/detalhe/noticia/faeb-emite-oficio-a-secretaria-de-meio-ambiente-sobre-portaria-do-inema/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Manual de Outorga**. Salvador: FIEB, 2023. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Manual-de-Outorga-Digital-21.11.23.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz ed., 1982.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional**. São Paulo: Globo, 2010.

FIAN INTERNATIONAL, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os Custos Ambientais do Negócio de Terras: o caso do Matopiba, Brasil**. FIAN Internacional: Heidelberg, 2018.

FIGUEIREDO, P. Na contramão da tendência mundial, taxa de suicídio aumenta 7% no Brasil em seis anos. **G1**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/09/10/na-contramao-da-tendencia-mundial-taxa-de-suicidio-aumenta-7percent-no-brasil-em-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FILHO, Zé. Diversificação de culturas fomenta o desenvolvimento do oeste baiano. **Revista Aiba Rural**, # 21 ano VII 4º trimestre, 2021, p. 28-33.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets**, Princeton, 2001

FOUCAULT, Michel, **Le jeu de Michel Foucault**, Revue Ornica, interview with Alain Grosrichard, nº 10, juillet 1977, in Dits et Ecrits, Tome 3, Paris, Gallimard, 1994.

FOUILLEUX, Ève. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 19, n.1, abr., 2011.

FOUILLEUX, Ève. Entre Production et Institutionnalisation des Idées. La reforme de la Politique agricole commune. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 2, p. 277-306, 2000.

FRANÇA, D.M.C. **Políticas públicas de educação para a população do campo: uma análise do Pronacampo a partir da abordagem cognitiva**. Tese de doutorado em Educação-UFRGS, 2016

FRASER, N. **Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis**. *Economy and Society*. Volume 43, 2014 - Issue 4: New Directions in Polanyian Scholarship.

FREDERICO, Samuel & BÜHLER, Eve Anne. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Org. Vicente Eudes Lemos Alves. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Consequência Editora. 2015.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. AGÊNCIA FPA. José Mário acredita que Brasil possa triplicar a produção com o desenvolvimento da agricultura irrigada. **FPA**: 2 dez. 2021. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/12/02/jose-mario-acredita-que-brasil-possa-triplicar-a-producao-com-o-desenvolvimento-da-agricultura-irrigada/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. AGÊNCIA FPA. Licenciamento ambiental: Marcos Montes em busca de consenso. **FPA**: 13 out. 2016. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2016/10/13/licenciamento-ambiental-marcos-montes-em-busca-de-consenso/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FUNDAÇÃO BAHIA. A Fundação. **Fundação Bahia**: 03 mai. 2020. Disponível em: <https://fundacaoba.com.br/institucional/a-fundacao/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

G1. Brasil soma mais de 159,5 mil mortos por Covid; casos confirmados têm 4º dia de alta e somam 5,5 milhões. **G1**, 30 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/30/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-30-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

G1-BA. Bolsonaro visita Bahia para assinar parceria para construção de trecho de ferrovia. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/11/bolsonaro-visita-bahia-para-assinar-parceria-para-construcao-de-trecho-de-ferrovia.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2023.

G1-BA. Produto mais exportado da BA, soja tem 2ª maior safra da história colhida por produtores da região oeste. **G1**. Salvador, 28 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/avanca/noticia/2019/05/28/produto-mais-exportado-da-ba-soja-tem-2a-maior-safra-da-historia-colhida-por-produtores-da-regiao-oeste.ghtml>

G1-RS. Citado na Lava Jato, deputado do RS se afasta do diretório estadual do PP. **G1**, 7 mar. 2015. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/citado-na-lava-jato-deputado-do-rs-se-afasta-do-diretorio-estadual-do-pp.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

G1-RS. Deputados Jerônimo Goergen e Ernani Polo são condenados pela Justiça do RS por manter funcionário fantasma. **G1**, 16 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/08/16/deputados-jeronimo-goergen-e-ernani-polo-sao-condenados-pela-justica-do-rs-por-manter-funcionario-fantasma.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GALVÁN, Íñigo Errejón. **La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo**. Tesis de doctorado. Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2012.

GIROUX, HENRY A. Hegemony, Resistance, and Educational Reform. In: **Curriculum and Instruction: Alternatives in Education**, ed. Henry A, 1981.

GLOBO RURAL. **Oeste da Bahia: terra que há 30 anos valia 1 maço de cigarros, hoje é importante produtora de grãos**. Globo Rural, 5 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/05/05/oeste-da-bahia-terra-que-ha-30-anos-valia-1-maco-de-cigarros-hoje-e-importante-produtora-de-graos.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2019.

GOELLNER, C.; VITAL, N. A teoria insustentável dos alimentos orgânicos. In: **Revista Aiba Rural** # 09 ano IV 1º trimestre, 2018, p. 80-81.

GOERGEN, J. **Projeto de Lei n. 9292/2017**. Altera o arts. 25, §6º da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília: Câmara dos Deputados, 05 dez. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2164475#:~:text=PL%209252%2F2017%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Alterar%20o%20arts.rural%20e%20de%20segurado%20especial%20.> Acesso em: 26 mar. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOMES, Carla Morsch Porto et al. **A formação de um novo mercado global de terras no Brasil: land grabbing e “última fronteira agrícola” - MATOPIBA**. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 28 ago 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10796295 Acesso em 13 fev 2023.

GOMES, Sérgio. **Organizaciones empresariales rurales: una análisis de los casos de Brasil y Chile**. São Paulo: Anpocs, 1986, 179. (mimeo).

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo, Zahar, 2020.

_____. Entrevista a Patrulhas ideológicas. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**, p. 286-297. São Paulo, Zahar, 2020 [1980].

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Prodeagro irá investir R\$ 10,7 milhões no oeste da Bahia. **Governo do Estado da Bahia**, 06 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2022/12/area-de-imprensa/audios/prodeagro-ira-investir-r-107-milhoes-no-oeste-da-bahia/> Acesso em: 31 out. 2023.

GRAIN. A aliança suja entre agronegócio e grande capital financeiro é tudo, menos “verde”. **GRAIN**, 7 out. 2021. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6748-a-alianca-suja-entre-agronegocio-e-grande-capital-financeiro-e-tudo-menos-verde>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GRAIN. Brasil: Pacto contra a biodiversidade e os territórios dos povos. **Grain**, 3 jul. 2019. Disponível em: https://grain.org/es/article/6278-brasil-pacto-contra-a-biodiversidade-e-os-territorios-dos-povos#_edn24. Acesso em: 25 nov. 2022.

GRAIN; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Grilagem de terras de Harvard no Brasil é desastre para comunidades e alerta para especuladores. França e Brasil: **Grain e Rede**, 2020. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6458-grilagem-de-terras-de-harvard-no-brasil-e-desastre-para-comunidades-e-alerta-para-especuladores>. Acesso em: 28 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**, seis volúmenes, traducción de la edición crítica del Instituto Gramsci de Roma, a cargo de Valentino Gerratana. México, Ediciones ERA Universidad Autónoma de Puebla, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 6. ed. Trad. Luiz Mario Graziano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from Prison**. Notebooks; New York: International Publishers, 1971.

GRAZIANO, Xico. MST promove verdadeiro terrorismo no campo, escreve Xico Graziano. **Poder 360**, 8 nov. 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/mst-promove-verdadeiro-terrorismo-no-campo-escreve-xico-graziano/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

GRAZIANO, Xico. USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra, analisa Xico Graziano. **Poder 360**, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GRIGORI, Pedro. 118 agrotóxicos são aprovados durante a pandemia, liberação é ‘serviço essencial’. **Repórter Brasil**. 13 mai. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberao-e-servico-essencial/>. Acesso em: 12 mar.2023.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, P.; LEITE, S.P. **Análise comparada de políticas agrícolas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2012. (Tese de Doutorado).

GUADAGNIN, Antônio. Antônio Guadagnin. [Entrevista cedida a] Daniele Silvano. **Museu Virtual Epopeia do Agro – Oeste Bahia**, 2023. Disponível em: <https://epopeiadoagro.com.br/epopeia/index.php/2023/03/10/antonio-guadagnin/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GUDYNAS, Eduardo O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento (orgs). **Enfrentando os Limites do Crescimento. Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade**. Garamond & IRD Éditions, 2012, p. 303-318.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. In: **Revista de Ciencias Sociales**. Num. 36, Quito, enero 2010, pp. 53-67.

HACKATON BRASIL. O Que É Hackathon? **Hackaton Brasil**, 2023. Disponível em: <https://hackathonbrasil.com.br/o-que-e-hackathon/#:~:text=Sendo%20assim%2C%20o%20Hackathon%20%C3%A9,um%20dia%20ou%20uma%20semana>. Acesso em: 10 mai. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a Rede Gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 165-206.

_____. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reivenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 367-415.

HALL, Peter A. **The role of interests, institutions and ideas in the comparative political economy of the industrialized nations**, 1996.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, v. 20, 2006.

HERMES, M. Urucuaia: pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade de Nebraska desenvolvem estudo para monitorar e quantificar as águas do Sistema Aquífero Urucuaia, que se estende sob o Oeste da Bahia. **Revista Aiba Rural** #07, 2º trimestre de 2017.

HOWARTH, David. **Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación**. In: STUDIA POLITICÆ, Número 05 ~ otoño 2005. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, de la Universidad Católica de Córdoba, Córdoba, República Argentina.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y.: "Introducing discourse theory and political analysis" en: Howarth, D. *et al. Discourse Theory and Political Analysis. Identities, Hegemonies and Social Change*. Manchester & New York: Manchester University Press, 2000. pp. 1-23.

HERMES, M. Pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade de Nebraska desenvolvem estudo para monitorar e quantificar as águas do Sistema Aquífero Urucua, que se estende sob o Oeste da Bahia. Revista Aiba Rural, # 07 ano III 2º trimestre, 2017, p.25.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IGARASHI. **Comunicado RJ**. Paraná, 2019. Disponível em: <http://www.igarashi.com.br/comunicadorj.php#>. Acesso em: 19/11/2019.

INSTITUTO MÃOS DA TERRA. **Desmatamento autorizado e apropriação da água no Oeste Baiano: a destruição do Cerrado e seus Povos**. IMATERRA: Salvador, dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.imaterra.org/file-share/a9474127-8707-4354-9ebc-02fc9848f51b>. Acesso em: 31 jan. 2023.

INFORMATIVO DA BAHIA. BARRA: Fazenda Escola Modelo vai integrar educação e agronegócio. **Jornal Informativo da Bahia**, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://informativodabahia.com.br/destaques/barra-fazenda-escola-modelo-vai-integrar-educacao-e-agronegocio/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. **Webinar "Águas do Oeste: legislação e boas práticas de irrigação no agronegócio"**. YouTube, 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=x53c-C0DDgw> >. Acesso em: 24 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO ALGODÃO. IBA celebra 10 anos de história. **IBA**: 9 set. 2020. Disponível em: <http://iba-br.com/site/noticia/iba-celebra-10-anos-de-historia/>. Acesso em: 11 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Programa Queimadas, 2023. **INPE**, 2023. Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portaStatic/estatisticas_estados/. Acesso em: 15 fev 2023.

INSTITUTO TIM. **GARATÉIA-ISS**. Disponível em: <https://institutotim.org.br/projetos/garatea-iss/>. Acesso em: 23 fev 2023.

IRRIGANOR. Irriganor participa do lançamento da Rede Nacional de Irrigantes (RENAI). **Irriganor**, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.irriganor.org/post/irriganor-participa-do-lan%C3%A7amento-da-rede-nacional-d-e-irrigantes-renai>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ISPN. **O coração do Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/>. Acesso em: 22/09/2019.

JOBERT, B.; MULLER, P. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.

JORNAL GAZETA DO OESTE. **Correntina se destaca como modelo de Agricultura Familiar na Bahia**. Jornal Gazeta do Oeste, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalgazetadoOeste.com.br/correntina-se-destaca-como-modelo-de-agricultura-familiar-na-bahia/>. Acesso em: 11 fev 2023.

JORNAL GAZETA DO OESTE. **Estudo prevê que Distrito de Rosário, na Bahia, se transforme em nova e promissora cidade**. Jornal Gazeta do Oeste, 9 mai. 2018. Disponível em: <https://jornalgazetadooeste.com.br/estudo-preve-que-distrito-de-rosario-na-bahia-se-transforme-em-nova-e-promissora-cidade/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JORNAL GRANDE BAHIA. MPF aciona ex-prefeito de Luís Eduardo Magalhães Humberto Santa Cruz e mais nove por fraude em contratos de mais de R\$ 6,6 milhões. **Jornal Grande Bahia**, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2020/11/mpf-aciona-ex-prefeito-de-luis-eduardo-magalhaes-humberto-santa-cruz-e-mais-nove-por-fraude-em-contratos-de-mais-de-r-66-milhoes/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

JORNAL GRANDE BAHIA. Proposta prevê criação do estado do Rio São Francisco no oeste da Bahia. **Jornal Grande Bahia**, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2011/11/proposta-preve-criacao-do-estado-do-rio-sao-francisco-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JORNAL O EXPRESSO. LEM: Deputado e Vereador defendem revogação da portaria do hidrômetro rural. **Jornal O Expresso**, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://jornaloexpresso.com/2019/11/29/lem-deputado-e-vereador-defendem-revogacao-da-portaria-do-hidrometro-rural/>. Acesso em: 20 fev 2023.

JORNALISTAS LIVRES. Rui Costa (PT) apoia agronegócio para destruir cerrado baiano. **Jornalistas Livres**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/no-oeste-da-bahia-regras-da-apa-da-bacia-do-rio-de-janeiro-libera-m-cerrado-para-o-agronegocio%EF%BF%BC%EF%BF%BC%EF%BF%BC/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

KAEFER, Alfredo. **Projeto de Lei n. 2123/2011**. Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. Brasília: Câmara dos Deputados, 24 ao. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=517224>. Acesso em: 26 mar. 2023.

KAPPES, Hilário. Hilário Kappes. [Entrevista cedida a] Daniele Silvano. Museu Virtual **Epopéia do Agro** – Oeste Bahia, 2023. Disponível em: <https://epopeiadoagro.com.br/epopeia/index.php/2023/03/06/hilario-kappes/> . Acesso em: 14 ago. 2023.

KATO, K. Y. M. ; PEREIRA LEITE, S. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 458–489, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12506. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12506>. Acesso em: 10 set. 2023.

KELMAN, J. (2017) **Direito Ambiental, Recursos Hídricos e Saneamento**. Editora Letras Jurídicas.

LACLAU, Ernesto. Hacia una teoría del populismo. **Política e ideología en la teoría marxista**. Capitalismo, fascismo, populismo, p. 165-233, 1978.

LACLAU E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GOODIN, Robert; PETTIT, Philip (eds.). **The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought**. London: Blackwell, 1993. p.431-7.

LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto. Populismo: que nos dice el nombre? In: Paniza, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

LAKOFF, George. **Don't Think of an Elephant! Know Your Values and Frame the Debate: the Essential Guide for Progressives**. White River Junction: Chelsea Green Pub. Co., 2014.

LAND INNOVATION FUND. SISTEMA DE MONITORAMENTO E USO DA TERRA. **Land Innovation Fund**, 2023. Disponível em: <https://www.landinnovation.fund/pt/biblioteca-de-projetos/sistema-de-monitoramento-e-uso-da-terra>. Acesso em: 14 abr. 2023

LANDAU, Elena Charlotte; Et. al. **Caracterização ambiental das áreas com agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba** – Brasil. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

LAZERRI, Taís. Agrotóxicos: Brasil libera quantidade até 5 mil vezes maior do que Europa. **Reporter Brasil**, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/11/agrotoxicos-alimentos-brasil-estudo/>

LEITÃO, Miriam. O campo e o tempo. **O Globo**, 08 out. 2017. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-campo-e-o-tempo.html> Acesso em: 05 mai. 2023.

LENA, E. Baixo nível do rio de Ondas preocupa barreirenses. **Revista Aiba Rural**. # 04 ano II 1º trimestre, 2016.

LENTIN, Alana. **Racism: a Beginner's Guide**. Oxford: One World, 2008.

LEUZINGER, M. D., CUREAU, S. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEVINE, Adeline Gordon. **Love Canal: Science, politics, and people**. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1982.

LIMA, C. C. 100 empresas brasileiras do agronegócio. **FORBES**, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/03/100-empresas-brasileiras-do-agronegocio/#foto1>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LINDNER, J. Contra medidas de isolamento, Planalto lança campanha 'O Brasil não pode parar'. **O Estadão**. 26 mar. 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, M.A. A real contribuição do campo. **Revista Aiba** # 09 ano IV 1º trimestre, 2018, p.5. AIBA: Barreiras, 2018.

MACHADO, Igor Suzano. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e a análise do direito: mobilizando conceitos laclauianos para a compreensão do fenômeno da judicialização da política e das relações sociais no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 25, n. 3, 2016.

MACHADO, Juliano Alfredo Crisóstomo. **A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): as (Re)Existências nas comunidades de Fecho de Pasto**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12187/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Juliano%20Alfredo%20Cris%C3%B3stomo%20Machado%20-%202022.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MANTOVANI, E.; SILVA JUNIOR, A.G., 2017. Irrigação como fator de desenvolvimento econômico e social. **Revista Aiba Rural**, # 07 ano III 2º trimestre, 2017, p. 34)

MANTOVANI, E.C.; SILVA JUNIOR, A.G.; COSTA, M.H.; MARQUES, E.A.G.; SILVA JUNIOR, G.C.; PRUSKI, F.F. **Relatório Final - Estudo do Potencial Hídrico da Região Oeste da Bahia: Quantificação e Monitoramento da Disponibilidade dos Recursos do Aquífero Urucuia e Superficiais nas Bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhonha**; -- Viçosa, MG:[s/n], 2019.

MAPBIOMAS. Destaques do Mapeamento Anual da Cobertura e Uso da Terra no Brasil de 1985 a 2021. **MapBiomass**, novembro de 2022. Disponível em:

https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/MapBiomas_Irigacao_2022_22_11_v2_1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARCHART, Oliver. Apresentação. In: MENDOÇA, Daniel e RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2008, p. 9-13

MARKELSEGUROS. **Panorama do Agronegócio na Bahia**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.markelseguros.com.br/panorama-do-agronegocio-na-bahia/> Acesso em: 26/04/2019.

MARQUES, Adalton et al. A construção e as consequências da barragem de Sobradinho. **MemoLutas– Vale do Submédio São Francisco**, 2022. Disponível em: <https://memolutas.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/A-construcao-e-as-consequencias-da-barragem-de-Sobradinho.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MARQUES, Tiago. Justiça Federal obriga Inema a retomar licenciamento de atividades agrossilvipastoris. **Agência Sertão**, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciasertao.com/2020/12/04/justica-federal-obriga-inema-a-retomar-licenciamento-de-atividades-agrossilvipastoris/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

MARTINS, José de Souza. (1996) **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social, 8(1), 25-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Acesso em 06/05/2019.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. **Capitalismo e tradicionalismo**, p. 43-5, 1975.

MATOPOBA AGRO. Oeste da Bahia: em resposta a redes sociais, grupo promove visita ao rio Formoso em Côcos e Jaborandi. **Matopiba Agro**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://matopibaagro.com.br/2018/07/18/Oeste-da-bahia-em-resposta-as-redes-sociais-grupo-promove-visita-ao-rio-formoso-em-cocos-e-jaborandi/>. Acesso em: 29 jan 2023.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1988.

MEDEIROS, Ralph A. e GÓMEZ, Jorge R. M. O Cadastro Ambiental Rural (CAR): agroestratégias e mercantilização da natureza pela via do Novo Código Florestal. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 45-65, 2020.

MEDINA, Gabriel da Silva. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, 2021. Acesso em: 11 mar. 2023.

MENDONÇA, Daniel. **Com o olhar "político" a partir da teoria do discurso**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 1, p. 153-169, 2009.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia**. 193f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia,

Instituto de Geociências, 2014. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19764/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2014_Willian_Menezes.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

MILANEZ, B. e SANTOS, R.S.P. **Neoextrativismo no Brasil: Uma análise da proposta do Novo Marco Legal da Mineração**. Revista Pós Em Ciências Sociais, 10(19), 2013, pp.119–148.

MILKPOINT. Fundador do Booking.com quer produzir 1 milhão de litros diários no Oeste da Bahia. **MILKPOINT**, 2015. Disponível em:
<https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/fundador-do-bookingcom-que-r-produzir-1-milhao-de-litros-diarios-no-oeste-da-bahia-92912n.aspx?acao=5e8312c1-56da-4c32-835e-696cd3b4871c>. Acesso em: 13 fev 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Ex-prefeita do município de Barreiras é condenada por fraude em licitação. **MPBA**, 30 mai. 2017. Disponível em:
<https://www.mpba.mp.br/noticia/37255>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Ex-prefeito de Barreiras é condenado por abuso de poder e ficará inelegível por oito anos. **MPBA**, 13 jul. 2017. Disponível em:
<https://www.mpba.mp.br/noticia/37960>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF recomenda ao governador da Bahia que revogue decreto que dispensa licenciamentos ambientais. **MPF**, 10 jun. 2016. Disponível em:
<https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/mpf-recomenda-ao-governador-da-bahia-que-revogue-decreto-que-dispensa-licenciamentos-ambientais-1>. Acesso em: 21 fev. 2023

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung–Agronegócio: um negócio global, São Paulo**, 2021. Disponível em:
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211011.pdf>

MONTEIRO, Raimunda. **Amazônia: para entender o dia do fogo**. Revista **Amazônia Latitude**, 10 set 2019. Disponível em:
<https://www.amazonialatitude.com/2019/09/10/amazonia-para-entender-o-dia-do-fogo/>. Acesso em 14 fev 2013.

MONTEIRO, A. Pesquisador da Fiocruz Pernambuco fala sobre o protesto em Correntina (BA) contra o uso indiscriminado de água para irrigação. Entrevista. **Ecodebate**, 20 nov. 2017. Disponível em:
<https://www.ecodebate.com.br/2017/11/20/pesquisador-da-fiocruz-pernambuco-fala-sobre-o-p-rotesto-em-correntina-ba-contr-o-uso-indiscriminado-de-agua-para-irrigacao/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MOORE, J. W. **El auge de la ecología-mundo capitalista (II): las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima**. Filosofía, política y economía en el Laberinto 39, 2013: pp. 21-30.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 43-50, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011b.

MORAES, Maria Dione Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense**. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 2000.

MOUFFE, Chantal. **Deliberative democracy or agonistic pluralism**. 2000.

MOUFFE, Chantal. **Agonística. Pensar el mundo políticamente**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Izquierda. Por un populismo de izquierda**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

MOYA, Juan Sandoval. **¿Qué sujeto? ¿Qué cambio?: Laclau y el problema del sujeto de la acción política transformadora**. Revista Pleyade: Edición especial Obra e historia intelectual de Ernesto Laclau. Centro de Análises e Investigação Política, Número 16, Julio-Diciembre. Santiago de Chile, 2015, p.139-164.

MPA. FAMA - Fórum Alternativo Mundial da Água. **MPA**, 2018. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/eventos/fama-forum-alternativo-mundial-da-agua/>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A sede do capital. Correntina: **MAB**, [n.d].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Organizações repudiam liberação de agrotóxicos de Benzoato de Emetina. **MST**, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/07/11/organizacoes-repudiam-liberacao-de-agrotoxicos-de-benzoato-de-emetina/>. Acesso em 13 fev 2023.

MUCHENSKI, Julio Cesar; MIQUELIN, Awdry Feisser. Ciência versus pseudociência: histórias e contos sobre fatos da ciência. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **XIII ENPEC ENPEC EM REDES** – 27 de setembro a 01 de outubro 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA108_ID843_08082021193625.pdf

MULLER, P. Esquisse d' une théorie du changement dans l' action publique: structures, acteurs e cadres cognitifs. **Revue française de science politique**, v.55, n.1, p. 155-187, 2005.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **Análise das Políticas Públicas**. Pelotas, DUCAT, 2002.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo do Brasil. **Revista de Economia Política**, [s.l.], vs. 2/2, n. 6, abr./jun. 1982.

MUNIZ, B. e OLIVEIRA, R. Os privilegiados com a água no Oeste baiano. **Agência Pública**, 18 dez. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/12/os-privilegiados-com-a-agua-do-cerrado-baiano/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

NÉTO, F. História. **CODEVASF**, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em: 23 jul. 2023.

NEWSBAHIA. “Igarashi e Fazenda Progresso são referências para desenvolver a Chapada”, diz João Leão. **NEWSBAHIA**, 29 jun 2021. Disponível em: <https://newsba.com.br/2021/06/29/igarashi-e-fazenda-progresso-sao-referencias-para-desenvolver-a-chapada-diz-joao-leao/>. Acesso em: 29 mai 2023.

NEWSBAHIA. Conselheiros da Frente Parlamentar do Setor Produtivo são empossados na ALBA. **NewsBahia**, 30 set. 2019. Disponível em: <https://newsba.com.br/2019/09/30/conselheiros-da-frente-parlamentar-do-setor-produtivo-sao-empossados-na-alba/>. Acesso em: 15 fev 2023.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Conheça o conceito que Agricultura do Sol que preconiza o uso da irrigação e projeta produção acima de 3 bi. de t de alimentos. **Notícias Agrícolas**, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/261419-conheca-o-conceito-que-agricultura-do-sol-que-preconiza-o-uso-da-irrigacao-e-projeta-producao-acima.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. Nova província mineral na Bahia pode chegar a 100km de extensão. **Notícias de Mineração**, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/metas-b%C3%A1sicos/news/1451076/nova-prov%C3%ADncia-mineral-na-bahia-pode-chegar-100km-de-extens%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2023.

NOVAES, R. R. (1997). **De corpo e alma – catolicismo e classes sociais no Nordeste**. Rio de Janeiro: Graphic.

NÚCLEO MULHERES DO AGRO. 17 mai. 2018. Instagram: @nucleomulheresdoagro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bi5EvgDDnj4/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NUNES, F.V; FELIX, C. Gestão das Águas. **Revista Aiba**. # 03 ano I 3º trimestre, 2015, p. 30.

O ECO. Dicionário Ambiental. O que são módulos fiscais. **O Eco**, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27421-o-que-sao-modulos-fiscais/>. Acesso em 15 mai. 2022.

_____. Dicionário Ambiental. O que é o Código Florestal. **O Eco**, 18 ago. 2014. <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28574-o-que-e-o-codigo-florestal/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA. O agronegócio como projeto estratégico do Estado da Bahia. **OCA**, 2022. Disponível em: <https://ocachapadadiamantina.org/o-agronegocio-como-projeto-estrategico-do-estado-da-bahia-i/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OCDE (OECD em inglês). **Water Governance in Brazil**. OECD Studies on Water, OECD Publishing, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264238121-en> 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo, Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Gustavo Bediaga de. **O Novo Código Florestal e a Reserva Legal do CERRADO**; Universidade de Brasília: Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2015; 141p. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/18318/1/2015_GustavoBediagadeOliveira.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)**. 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36088>. Acesso em: 25 jul. 2023.

OLIVEIRA, Karla Rosane A. **Fronteira agrícola e ameaças às Unidades de Conservação no Cerrado: o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba**. Revista Campo-Território, Uberlândia-MG, v. 16, n. 40 Abr., p. 389–408, 2021. DOI: 10.14393/RCT164017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/58245>. Acesso em: 16 fev. 2023.

OLIVEIRA, Karla. R.; BELTRÃO, Marcos R.; ELOY, Ludivine.; SILVA, Anderson.; SAUER, Sérgio. **Mapeamento das empresas usuárias de água no Rio Arrojado Correntina, Bahia**. HAL Open Science, 2022. Disponível em: <https://hal.science/hal-03764797/document>. Acesso em: 02 jun. 2023.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Do sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do Estado no processo de formação territorial (1889-2014)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2015.

OLIVEIRA, M. STF abre ação contra deputado Oziel Oliveira por suspeita de desvio. **G1**, 24 jun. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/06/stf-abre-acao-contra-deputado-oziel-oliveira-por-desvio-de-verba-publica.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, O. **Projeto de Decreto Legislativo n. 355/2011**. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco, nos termos do inciso XV do artigo 49 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 ago. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=516103>. Acesso em: 28 mar. 2024.

OLIVEIRA, P., BAUER, T. **A memória do crime do petróleo**. Meus Sertões, 13 out. 2022. Disponível em: https://www.meussertoes.com.br/2022/10/11/a-memoria-do-crime-do-petroleo/#_ftnref5. Acesso em: 18 fev 2023.

OLIVEIRA, Rafael. **O homem com água demais. Saiba quem é o empresário com a maior quantidade de água outorgada de graça a pessoas, empresa ou grupo familiar do Cerrado baiano**. Agência Pública, 10 de dez 2021. Disponível em: https://apublica.org/2021/12/o-homem-com-agua-demais/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=especialcerrado04#Link2. Acesso em: 14 fev 2013.

ONDAS. Declaração final do Fórum Alternativo Mundial da Água – **FAMA**, 3 jul. 2017. ONDAS, 2018. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/declaracao-final-do-forum-alternativo-mundial-da-agua-fama-2018/>. Acesso em: 12 set. 2019.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995.

OUTRAS PALAVRAS. **Os “barões da água” na Bahia**. Agência Pública, 13 de. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-baroes-da-agua-na-bahia/>. Acesso em: 05 set. 2022.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 73-114, 2013.

PAES, C. F. Grilagem no Cerrado baiano resvala na Cargill e em fundo de pensão dos EUA. **MONGABAY**, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/12/grilagem-no-cerrado-baiano-resvala-na-cargill-e-em-fundo-de-pensao-dos-eua/>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAES, C. F. Justiça bloqueia fazendas da elite do agronegócio por suspeita de grilagem na Bahia. **Agência Pública**, 10 mai. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/justica-bloqueia-fazendas-da-elite-do-agronegocio-por-suspeita-de-grilagem-na-bahia/#Decis%C3%A3o>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAES, C.F. Violência no Oeste da Bahia tem assinatura de fundos paulistas de investimentos. **De Olho nos Ruralistas**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/02/24/violencia-no-Oeste-da-bahia-tem-assinatura-de-fundos-paulistas-de-investimentos/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

PALIER, Bruno; SUREL, Yves. Les ‘trois i’ et l’analyse de l’état em action. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 55, n. 1, p. 7-32, fév. 2005.

PEÑA, F.; DUARTE, B.; YACOUN, C.; BOELEN, R. Agronegócios y concentración de agua en América Latina: alimentos, abundancia, desarrollo? In: Yacoun, C.; Duarte, B.; Boelens, R. (eds). **Agua y ecología política: El extractivismo en la agroexportación, la minería y las hidroeléctricas en Latinoamérica**. Quito: Abya-Yala, Justicia Hidrica, Serie Agua y Sociedad, Seccion Justicia Hidrica, 22, 2015, p.33-43.

PERES, J. e MERLINO, T. Itaú e mercado financeiro aceitam como garantia terras sob suspeita de grilagem. **O Joio e o Trigo**, 18 set. 2023. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/09/itau-terras-grilagem/>. Acesso em: 30 set. 2023.

PITTA, Fábio T. e MENDONÇA, Maria Luisa. **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. Disponível em: <https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>. Acesso em: 26 jul 2023.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda e MENDONÇA, Maria Luisa. **A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício**. In: Estudos Internacionais. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.

PITTA, Ignez de Almeida. Barreiras, uma história de sucesso. **Documentos Barreirenses - Coleção do Professor -Volume I**, Barreiras: Cangraf, 2005.

PODER 360. MST promove verdadeiro terrorismo no campo, escreve Xico Graziano. **Poder 360**, 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/mst-promove-verdadeiro-terrorismo-no-campo-escreve-xico-graziano/>

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. 2ª edição. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2000.

POLÍTICA POR INTEIRO. CPR Verde: Novidade ou nada disso? **Política por inteiro**, 4 out. 2021. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2021/10/04/cpr-verde-novidade-ou-nada-disso/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

POR TRÁS DO ALIMENTO. Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Siságua. **Reporter Brasil e Agência Pública**, 2019. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/> Acesso em: 19 nov. 2023.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci y el bloque histórico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1979.

PORTO, E.; PAIVA, R. A influência da pluviosidade no potencial hídrico do Aquífero Urucua. **Revista Aiba Rural**, # 07 ano III 2º trimestre, 2017, p.30.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e CHAGAS, Samuel Britto das. **Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina - BA**. Gráfica e Editora Bom Jesus. Bom Jesus da Lapa, 2019.

POTTER, H. O perdão bilionário que Bolsonaro quer dar ao agronegócio. **Deutsche Welle**, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-perdao-bilionario-que-bolsonaro-quer-dar-ao-agronegocio/>. Acesso em: 25 mar. 20124

POULANTZAS, Nicos. **Political Power and Social Classes**. London: New Left Books, 1974.

POULANTZAS, Nicos. **Classes in Contemporary Capitalism**. London: New Left Books, 1975.

POZZER, Dayane. Em meio à crescente safra de algodão, cotonicultores debatem a cultura no centro-Oeste. **Revista Cultivar**, Pelotas, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/em-meio-a-crescente-safra-de-algodao-cotonicultores-debatem-a-cultura-no-centro-Oeste> Acesso em: 20 de fev. 2020.

PRIVATE equity. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. **Fundação Wikimedia**, São Francisco, CA, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Private_equity. Acesso em: 22 set. 2023.

PRUSKI, F. Irrigação: necessidade ou luxo? **Revista Aiba Rural** # 09 ano IV 1º trimestre, 2018, p. 3. AIBA: Barreiras, 2018.

RAMOS, A.; HERNANDEZ, V. Taxa de suicídio na Bahia registra maior variação do país durante 2022, aponta levantamento. **Bahia Notícias**, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/30723-taxa-de-suicidio-na-bahia-registra-maior-variacao-do-pais-durante-2022-aponta-levantamento>. Acesso em: 27 mar. 2024

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (2018). **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**.

RESERVAS DA BIOSFERA. **Rede Nacional de Reservas da Biosfera**. Disponível em: <https://reservasdabiosfera.org.br/>. Acesso em: 29 jan 2023.

REVISTA MINERAÇÃO. Produção mineral comercializada da Bahia alcança R\$ 10,2 bilhões em 2022. **Revista Mineração**, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2023/01/18/producao-mineral-comercializada-da-bahia-alcanca-r-102-bilhoes-em-2022/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ROBERTO MUNIZ. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. **Fundação Wikimedia**, São Francisco, CA, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Muniz#cite_note-2. Acesso em 15 mai. 2022.

RODRIGUES, Rafael Sousa. **O caminho das águas: tecnologias de convivência com o semiárido e transições sociotécnicas no sertão brasileiro**. [182 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016.

RODRIGUES, Roberto. Inaceitável. **Estadão**, 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/inaceitavel/>

ROMANO, Jorge (org.) **Paixão e Razão: os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018**. São Paulo: Veneta, 2018.

ROMANO, Jorge. **Propuesta analítica de Javier Balsa**. Rio de Janeiro, 2022. Não publicado.

ROMANO, Jorge. **O olhar de Laclau e Mouffe: a Teoria do Discurso**. Rio de Janeiro, 2023. Não publicado.

RUFINO, I. Glossário do Empreendedor: o que é "Greenfield". **Diário do Comércio**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://dcomercio.com.br/publicacao/s/glossario-do-empendedor-o-que-e-greenfield#:~:text=O%20termo%20Greenfield%20%C3%A9%20usado,caso%20de%20desenvolvimento%20de%20softwares>. Acesso em: 22 set. 2023.

SALDANHA, L. J. **Aquíferos: uso exacerbado de um Banco Alimentar do Futuro**. Nosso Futuro Roubado, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://nossofuturoroubado.com.br/aquiferos-uso-exacerbado-de-um-banco-alimentar-do-futuro/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SAMAPAI, Mateus. **Oeste da Bahia: capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo**. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1125_2.pdf. Acesso em: 07 mai 2019.

SAMPAIO, Mateus. Oeste da Bahia capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Uberlândia-MG, v. 15, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1125_2.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

SANDERSON, M.R.; GRIGGS, B.; MILLER-KLUGESHERZ, J. A. Farmers are depleting the Ogallala Aquifer because the government pays them to do it. **The Conversation**, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/farmers-are-depleting-the-ogallala-aquifer-because-the-government-pays-them-to-do-it-145501>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI, 2015.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1989.

SANTOS, A. D. G. D.; SILVA, D. V.; MACIEL, K. N. A campanha publicitária “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da rede globo de televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155273>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SANTOS, Bianca Suzy dos Reis dos. **O conflito pela água em Correntina (BA): narrativas e disputas no Vale do Arrojado**. Dissertação (Mestrado) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020. 121 fl.

SANTOS, Clóvis Caribé M. dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007. 239p.

SANTOS, C.C.M. **Matopiba: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”?** Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez., 2018 | ISSN 2447-861X

SANTOS, C. C. M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro de 2016, vol. 24, n. 2, p. 384-416, ISSN 1413-0580. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/802/454>

SANTOS, Ludiara Fernanda Borba dos. **O papel do estado no combate ao trabalho análogo ao de escravo na Bahia**. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2011.

SANTOS, M. et al. A modernização do campo nos cerrados baianos. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 63-75, 1988.

SANTOS, Marcos Rogério B. Desmatamento no Cerrado e resistências nos territórios [Entrevista concedida ao] **Le Diplomatique Brasil** em 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desmatamento-no-cerrado-eresistencias-no-territorios/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016

SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função social da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 285–387, 2012.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258/241>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SCOTT, James. 2002. Formas cotidianas de resistência camponesa. Em: **Revista Raízes**, Vol. 21 (1): 20-31 (tradução de Marilda A. de Menezes e de Lemuel Guerra).

SEAGRI. Conselho de Desenvolvimento Agrícola empossa seus Conselheiros em evento na **Fenagro. Seagri**, 30 nov. 2019. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2019/11/30/conselho-de-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-empossa-seus-conselheiros-em-evento-na>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SICA, H. C. A criação do Estado do Rio São Francisco como solução geopolítica para o desenvolvimento da região Oeste da Bahia. **Revista de Geopolítica**, v. 10, n. 2, p. 87-99, 2019. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/262/228>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, A.L.; SOUZA, S.A.; COELHO FILHO, O.; ELOY, L.; SALMONA, Y.B.; PASSOS, C.J.S. **Water Appropriation on the Agricultural Frontier in Western Bahia and Its Contribution to Streamflow Reduction: Revisiting the Debate in the Brazilian Cerrado**. *Water*, 13, 1054, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w13081054>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SILVA, C. A. F. da. (2014). Dilemas e Impasses da Resistência ao Agronegócio no Cerrado. **GEOgraphia**, 15(30), 33-52. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2013.v15i30.a13662>

SILVA, Eliane. Agricultores do Oeste baiano conversam sobre sustentabilidade com diplomatas: Representantes de dez embaixadas que visitaram a região nesta semana a convite da CNA. **Globo Rural**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/Noticias/Agricultura/Algodao/noticia/2019/08/agricultores-do-Oeste-baiano-conversam-sobre-sustentabilidade-com-diplomatas.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, Eumano e ALVES, Gilberto. **O Levante dos Ribeirinhos**. Editora Metrópoles. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua>. Acesso em: 07 mai 2019.

SILVA, J. A. A.; NOBRE, A. D.; MANZATTO, C. V.; JOLY, C. A.; RODRIGUES, R. R.; SKORUPA, L. A.; NOBRE, C. A.; AHRENS, S.; MAY, P. H.; SÁ, T. D. A.; CUNHA, M. C.; RECH FILHO, E. L. O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo. São Paulo. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. **Academia Brasileira de Ciências**, ABC, 2011. 124p.

SILVA, Lays Helena P. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**. E-cadernos CES [Online], 17 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 13 mai. 2023.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan. /dez. 2003.

SILVA JUNIOR, A.G.D.; MANTOVANI, E.C.; ARAÚJO, G.; LOPES, J.C. Importância e potencial da irrigação na agricultura familiar. In: **Revista Aiba Rural** # 10 ano IV 2º trimestre, 2018 p. 34-36.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORRENTINA. **O que é o Reflorestamento no Oeste Baiano**. 1980. s/e.

SIVIERO, Jessica V. **Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil**. 2020. 202 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, trad. Álvaro I. M. Valls, 1992.

SNOW, David. BENFORD, Robert. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. In: Klandermans, B., Kriesi, H. e Tarrow, S. (eds.) **From Structure to Action: Comparing Social Movement Research across Cultures**. Greenwich: JAI Press, 1988.

SOARES, Victor Ribeiro. **Análise do novo código florestal brasileiro e sua implicação na conservação de solo e água**. 2021. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOARES NETO et. al. Plantio direto no cerrado baiano: uma fábrica de Carbono no solo. **Revista Aiba Rural**. # 07 ano III 2º trimestre, 2017, p.18.

SOARES-FILHO, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. **Science**, v. 344, n. 6182, p. 363–364, 2014.

SOBRINHO, José de Souza. **O camponês geraizeiro no Oeste Baiano: as terras de uso comum e propriedade capitalista da terra**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2012. Disponível em:
https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06032013-093947/publico/2012_JoseDeSouzaSobrinho_VCorr.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. ‘Agricultura do sol’ avança no Vale do Araguaia. **SNA**, 06 set. 2017. Disponível em: :
<https://sna.agr.br/agricultura-do-sol-avanca-no-vale-do-araguaia/#:~:text=Ante%20as%20recorrentes%20acusas%20de,da%20Mitre%2C%20busca%20dissipar%20pr%20ocupas%20de%20terras%20comuns>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SORJ, B. (1984). **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

SOUZA, Claudia. **Nos interstícios da soja: resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do refúgio de vida silvestre das veredas do Oeste Baiano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília. Brasília, p.237.2017.

SOUZA, João. Conheça Carminha Gatto Missio, representante da Bahia que está na lista das 100 mulheres mais poderosas do agro pela Forbes. **G1**, 20 out. 2021. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/20/conheca-carminha-gatto-missio-representante-da-bahia-que-esta-na-lista-das-100-mulheres-mais-poderosas-do-agro-pela-forbes.ghtml>. Acesso em: 18 fev.2023.

STAVRAKAKIS, Yannis. Religião y populismo en la Grecia contemporánea. In: PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 313-350.

STEINER, P. **“Redefinir la Mort”** in *La Transplantation d’Organes*, Gallimard, 2010.

STEINER, P. e TRESPEUCH, M. (orgs), **Marchés Contestés**, Presses Universitaires du Mirail, Paris, 2014.

STEINER, P. e TRESPEUCH, M. Contested markets: morality, devices and vulnerable populations. **China Journal of Social Work**, Volume 8, 2015 - Issue 3: Risks, Markets, and New Actors pp. 204-216. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1136528/mod_resource/content/2/Contested%20markets_trad_checkedPHS-MT%20copie.pdf. Acesso em: 22 abr.2020

STRUCK, J-P. Justiça suspende campanha "O Brasil não pode parar". **Deutsche Welle**. 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/justi%C3%A7a-suspende-campanha-o-brasil-n%C3%A3o-pode-parar/a-52948560>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SUREL, Yves. L’Intégration Européenne vue par l’Approche Cognitive et Normative des Politiques Publiques. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 2, p.235-254, 2000.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en America Latina**, *Nueva Sociedad*, no. 244, marzo-abril 2013, p. 30-46.

SVAMPA, Maristella. **Las Fronteras del neoextrativismo en América Latina: conflictos socioambientales, giroecoterritorial y nuevas dependencias**. Universidad de Guadalajara & Calas: Wetzlar, 2019.

TAVARES DOS SANTOS, J. **Matuchos: exclusão e luta**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TERAN, Emiliano. **Las nuevas fronteras de las commodities en Venezuela: extractivismo, crisis histórica y disputas territoriales**. *Ciencia Política* 11, num. 21, 2016, pp. 251-285.

THE CONVERSATION. **Farmers are drawing groundwater from the giant Ogallala Aquifer faster than nature replaces it**. *The Conversation*, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/farmers-are-drawing-groundwater-from-the-giant-ogallala-aquifer-faster-than-nature-replaces-it-100735>. Acesso em: 17 out. 2023.

THE LAND MATRIX. **Global**. Disponível em: <https://landmatrix.org/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

THE NATURE CONSERVANCY. **Boas Práticas Agrícolas e Água: Guia para a conservação dos recursos hídricos nas propriedades rurais do Oeste da Bahia**. TNC, 2016. Disponível em: <https://www.nature.org/media/brasil/oeste-bahia.pdf> Acesso em: 3 set. 2023.

TODABAHIA. **Rui Costa e representantes da Bamin assinaram termo de unificação dos terminais do Porto Sul.** TodaBahia, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://todabahia.com.br/rui-costa-e-representantes-da-bamin-assinaram-termo-de-unificacao-dos-terminais-do-porto-sul/>. Acesso em: 31 mai. 2023.

TOOGE, Ricardy. **Veja as medidas do governo federal para o agronegócio na crise do coronavírus.** G1 AGRO, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/04/17/veja-as-medidas-do-governo-federal-para-o-agronegocio-na-crise-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em 21 mar. 2023.

TRIBUNA DA BAHIA. Na China, Rui assina acordo para viabilizar Porto Sul. **Tribuna da Bahia**, 01 set. 2017. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/11948/na-china-rui-assina-acordo-para-viabilizar-porto-sul>. Acesso em: 31 mai. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA. Ex-prefeito de Barreiras é punido por irregularidades em obras. **TCM**, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/ex-prefeito-de-barreiras-e-punido-por-irregularidades-em-obras/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA. Ex-prefeito de Barreiras é punido por gastos excessivos com festas. **TCMBA**, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/ex-prefeito-de-barreiras-e-punido-por-gastos-excessivos-com-festas/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TV OESTE. Famílias são retiradas de área onde vivem após terreno ser vendido para empresa no Oeste da Bahia. **Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/09/10/familias-sao-retiradas-de-area-onde-vivem-apos-terreno-ser-vendido-para-empresa-no-Oeste-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

UOL. Salles defende aproveitar momento para “passar boiada” e simplificar normas. **UOL**. YouTube, 23 mai. 2020 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=th6_TgyYEMY. Acesso em: 17 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Boletim Epidemiológico – Ocupação e Suicídio no Brasil, 2007-2015. Agosto/2019 – Edição nº 14, ano IX. **Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador**, 2019. Disponível em: <https://ccvisat.ufba.br/boletim-epidemiologico/> Acesso em: 27 mar. 2024.

UPL BRASIL. **UPL**. Página Inicial. UPL, 2023. Disponível em: <https://www.upl-ltd.com/br>. Acesso em: 11 mar. 2023.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>. Acesso em: 05/05/2019.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro diz que não quer atrapalhar quem produz: “estamos tirando o Estado do cangote daqueles que produzem”. **Agência Brasil**, 29 abr 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-diz-que-nao-quer-atrapalhar-quem-produz>. Acesso em: 15 fev 2023.

VIDA CERRADO. **Parque Vida Cerrado**. Home. Disponível em: <http://vidacerrado.org.br/>
Acesso em: 29 jan 2023.

VILARINO, C. Energia solar pode reduzir até 80% do custo operacional com irrigação. **Globo Rural**, 10 jun. 2023. Disponível em:
<https://globorural.globo.com/especiais/fazenda-sustentavel/noticia/2023/06/energia-solar-pode-reduzir-ate-80percent-do-custo-operacional-com-irrigacao.ghtml> Acesso em: 02 nov. 2023.

VILELA, Valério Almeida de Carvalho. **Novo Oeste: uma análise do processo migratório da cidade de Luís Eduardo Magalhães–Ba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) –Universidade Salvador: 260 p. UNIFACS, 2018.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILKINSON, J. Contested markets: an overview. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 41, 2º semestre. 2016. ISSN 2179-7331. Disponível em:
<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/487>. Acesso em: 20 mar.2020.
doi: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.0i41.a487>

WIZIACK, J. Exército assume papel de empreiteira e tem R\$ 1 bi em obras sob Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. 1 jun. 2020. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/exercito-assume-papel-de-empresiteira-e-tem-r-1-bi-em-obras-sob-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2023

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES COMPLEMENTARES



Figura 76 - Exposição de Máquina agrícola na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 77 - Exposição de avião de pulverização na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 78 - Exposição de Máquina agrícola na Bahia Farm Show 2019
 Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 79 - Exposição de Máquina agrícola na Bahia Farm Show 2019
 Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 80 - Palestra no Seminário Mulheres do Agro na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 81 - Exposição de Máquina agrícola na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 82 - Revendedora da Chevrolet na Bahia Farm Show 2019
 Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 83 - Pista de *test-drive* montada na Bahia Farm Show 2019
 Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 84 - Material disponibilizado em estandes na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Acervo da autora (2019).

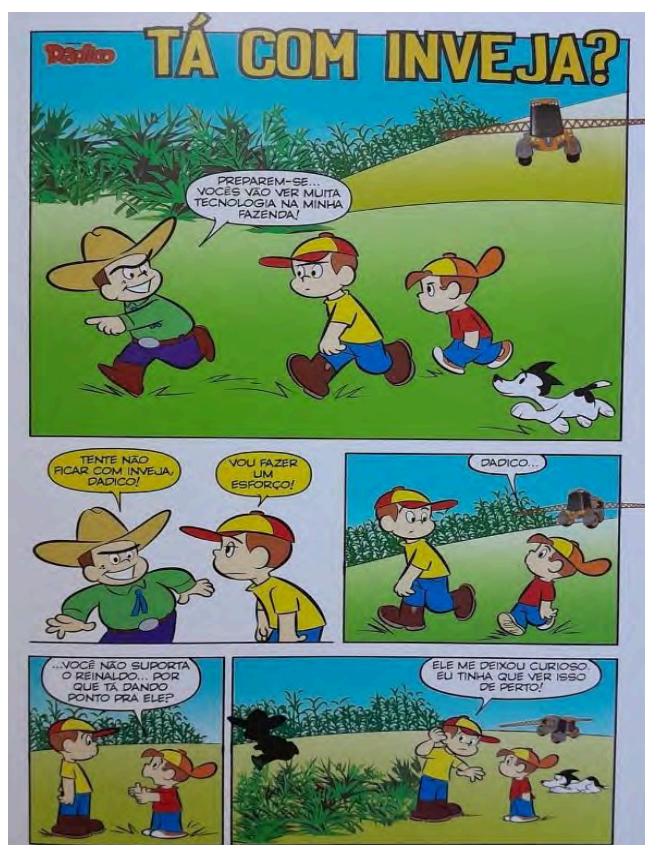


Figura 85 - Revista em quadrinhos infantil “A granja kids” distribuída na Bahia Farm Show 2019

Fonte: A Granja Total Agro (2018).



Figura 86 - Portfólio de empresa fotovoltaica distribuído na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Sices Solar (2019).

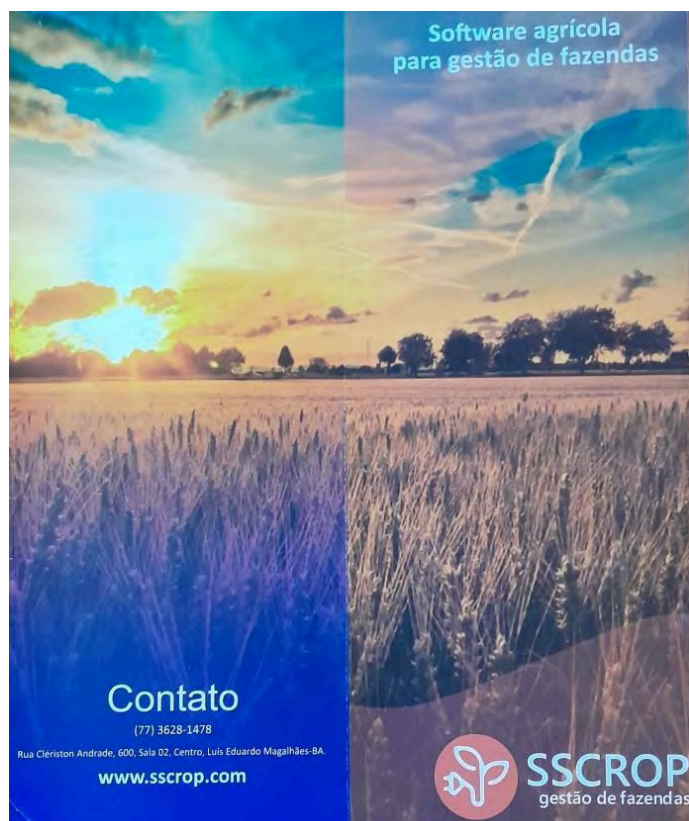


Figura 87 - Folder de Agtech distribuído na Bahia Farm Show 2019
Fonte: SSCROP (2019).



Figura 88 - Publicidade do Banco do Brasil na Revista A Granja Total Agro
Fonte: Revista A Granja Total Agro (2019)



Figura 89 - Publicidade do Banco Bradesco na Revista A Granja Total Agro
Fonte: Revista A Granja Total Agro (2019)



Figura 90 - Publicidade de empreiteira de perfuração de poços e irrigação na Revista A Granja Total Agro

Fonte: Revista A Granja Total Agro (2019)

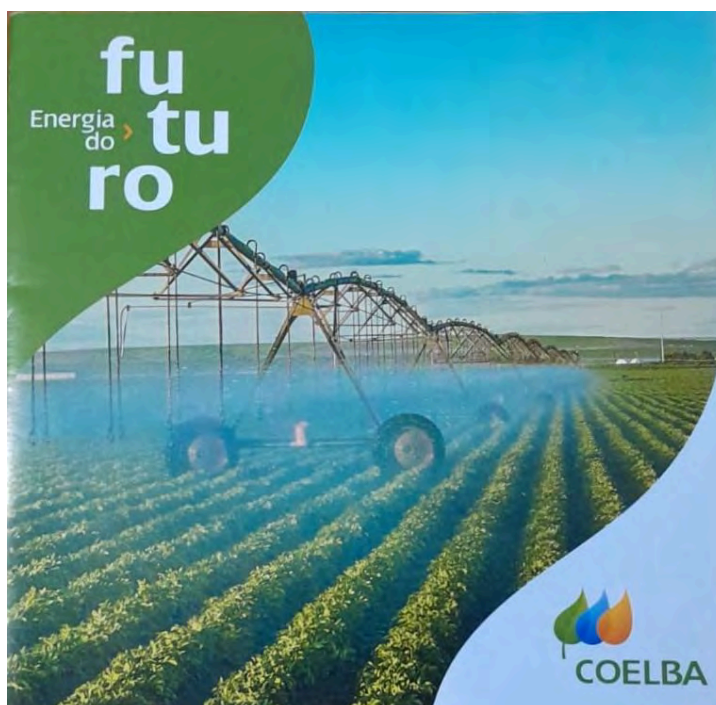


Figura 91 - Folder da COELBA distribuído na Bahia Farm Show 2019

Fonte: Coelba (2019).

Distrito Industrial – Chácaras de 3.00 hectares; beira da BR 242 e à 400 metros da BR. Distante 14 km de LEM. **A partir de R\$ 16,00/m²**

Taguatinga-TO - 330 alqueires = 1597 hectares - 135 km de LEM; área plana com 200 ha de Eucalipto e 300 ha de pasto. Sede, curral, beira de Rio. Área com grande potencial de exploração para lavoura. **R\$ 20.000,00/alq.**

Dianópolis-TO – 2100 hectares, 10 km do asfalto. 1000 ha desmatadas e parte em capim. Beirando Rio Manoel Alves em 7 km. Sede, energia. **Valor: R\$ 13.000/alq**

403.00 hectares – Roda Velha, 220 ha irrigados e 74 ha de sequeiro. Documentação e licenças em dia.

1235 hectares, região da Estrondo/Garganta. 850 hectares de lavoura, beira de serra, plana, fazenda TOP!!!!. 180 km de LEM. **R\$ 22 milhões de reais.**

Excelente Fazenda de 1200 hectares, Luis Eduardo Magalhães-Ba. Linha Entre Rios. 915 ha de lavoura. Área plana, ótima de chuva. Sede completa. **Pagamento em 7 anos.**

TÁ PENSANDO EM VENDER OU ARRENDAR SUA FAZENDA?

Fale conosco!

(77) 3628-1115 | (77) 9.9802-4781

Figura 92 - Anúncio de imóveis rurais distribuído na Bahia Farm Show 2019
Fonte: Imobiliária Chapadão (2019).

Clínica Minotto

Figuras 93 – Publicidades de serviços de saúde na Revista Orange, Mai/Jun de 2019
Fonte: Revista Orange (2019)



Figuras 19 – Publicidades de serviços de saúde na Revista Orange, Mai/Jun de 2019
 Fonte: Revista Orange (2019)

Figuras 94 – Publicidades de serviços de saúde e educação superior na Revista Orange, Mai/Jun de 2019
 Fonte: Revista Orange (2019)





Figuras 95 – Publicidades de educação superior na Revista Orange, Mai/Jun de 2019
 Fonte: Revista Orange (2019)

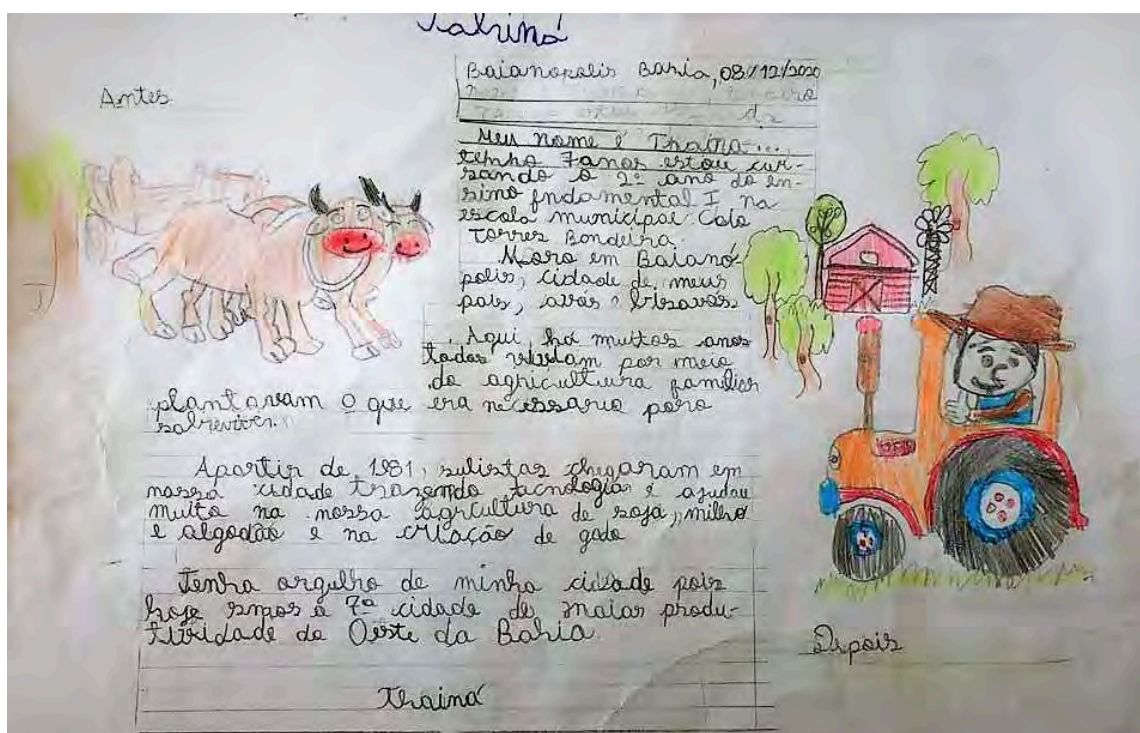


Figura 22 - Redação vencedora do Programa Conhecendo o Agro 2020
 Fonte: Abapa (2021).



Figura 23 - Desenho premiado no concurso do programa Conhecendo o Agro 2020
 Fonte: Abapa (2021).



Figura 24 - Cartilha premiada na categoria professores do Concurso Conhecendo o Agro 2021

Fonte: Abapa (2021).



Figura 25 - Propaganda do Sindicato dos Produtores Rurais de LEM na Revista Aiba Rural
Fonte: Aiba (2021).



Figura 96 - Cerrado desmatado para plantação de monocultura sobre o Aquífero Urucuia
Fonte: Imagem de circulação em rede social (2022).



Figura 27 - Bombas para retirada de água superficial

Fonte: Imagem de circulação em rede social (2022).



Figura 28 - Instalação de equipamento para retirada de água superficial

Fonte: Imagem de circulação em rede social (2022).



Figura 29 - Equipamentos para retirada de água superficial com marca de baixo nível de água
Fonte: Imagem de circulação em rede social (2022).



Figura 30 - Piscinão para irrigação em Jaborandi - BA
Fonte: @DoutorEnoqueIrrigacao (s.d.)



Figura 3197 - Ribeirão dos Bois totalmente seco, em São Desidério, 2021.
Fonte: Agência Pública (2021).